



Proposições legislativas sobre questões femininas
no Parlamento Brasileiro 1826 - 2004





SENADO FEDERAL

COMISSÃO TEMPORÁRIA DO ANO DA MULHER

Proposições Legislativas sobre Questões Femininas no Parlamento Brasileiro, 1826-2004



SUBSECRETARIA DE ARQUIVO

BRASÍLIA – 2004

Série Memória Legislativa

Subsecretaria de Arquivo

Senado Federal

Via N2 Unidade de Apoio – I

Brasília – DF

CEP: 70165-900

Tel: (0**61) 311-4076

Fax: (0**61) 311-3646

E-mail: arquivo@senado.gov.br

Proposições legislativas sobre questões femininas no Parlamento Brasileiro, 1826-2004. -- Brasília : Senado Federal, Comissão Temporária do Ano da Mulher : Senado Federal, Subsecretaria de Arquivo, 2004.
729 p. (Memória Legislativa; 1)

1. Mulher, Brasil.

CDD 305.40981

COMISSÃO DIRETORA

Senador José Sarney
Presidente

Senador Paulo Paim
1º Vice-Presidente

Senador Eduardo Siqueira Campos
2º Vice-Presidente

Senador Romeu Tuma
1º Secretário

Senador Alberto Silva
2º Secretário

Senador Heráclito Fortes
3º Secretário

Senador Sérgio Zambiasi
4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador João Alberto Souza
Senador Geraldo Mesquita Júnior

Senadora Serys Slhessarenko
Senador Marcelo Crivella

Diretor-Geral
Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa
Raimundo Carreiro da Silva

Consultor-Geral
Sérgio Francisco Pires de Oliveira Penna

Secretaria de Informação e Documentação
Paulo Afonso Lustosa de Oliveira

Subsecretaria de Arquivo
Francisco Maurício da Paz

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Francisco Maurício da Paz
Coordenação-Geral

Rosa Maria Gonçalves Vasconcelos
Serviço de Arquivo Permanente

Eliane Manhães
Serviço de Pesquisa e Acesso à Informação

Marcos Magalhães de Aguiar
Coordenação Técnica

Colaboradores

Eurico Curcino dos Santos
Paulo Henrique Brandão

Alimentação dos Bancos de Dados

BSEN – Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal
NEWFILE – Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal
MATE – Secretaria-Geral da Mesa e Subsecretaria de Arquivo do
Senado Federal
e-Câmara/SILEG – Banco de Dados da Câmara Federal
Pesquisa e Revisão dos Dados

Adriano Yukiti Frabetti Yamoaka	Luciana Borges Luz
Deyse Mara Nogueira Patricio	Maria Carolina Gomes de A. Souza
Janine Luz Vasconcellos Ambrosio	Rafaela de Sá Gonçalves
Juliana Máximo	Sara de Oliveira e Silva
Juliana Alves de Sousa	Tayana Ferreira Machado
Jussara Ramalho Sotelino de Moura	Sandro Eli M. de Alencar
	Altino Carlos de Oliveira Junior

Capa

Alessandra Maia da Silva
Supres/Núcleo de Criação e *Marketing*

Imagem de Capa

Carlos Julião

Riscos Iluminados de figurinhos de brancos e negros dos uzos do Rio de Janeiro e Serro do Frio. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1960.

SUMÁRIO

Prefácio	7
Apresentação	9
Introdução	11
Nota da Edição	13
Um toque feminino: recepção e formas de tratamento das proposições sobre questões femininas no Parlamento brasileiro, 1826-2004	15
A Mulher no Parlamento – Imagens	95
Proposições legislativas sobre a questão feminina no Parlamento brasileiro, 1826-2004	105
Índice	685

PREFÁCIO

A Mulher e sua Presença na Política

O mundo ocidental teve sempre uma visão dualista em relação à participação da mulher na vida pública. Os países em que a lei sálica era a regra não tiveram Elizabeth I, Cristina de Suécia, Catarina a Grande. Mas nuns e noutros a igualdade entre homens e mulheres era uma fantasia distante ou uma agressão ao que se considerava a ordem natural.

Com as revoluções constitucionalistas e a formação do Estado democrático houve a expectativa de mudanças. Nada mais enganador. George Sand era um escândalo. As raras artistas eram discriminadas. O período vitoriano é marcado pela hipocrisia machista de uma sociedade governada por uma rainha moralista e que perseguiu implacavelmente as tentativas de participação política da mulher.

Neste Ano da Mulher Brasileira, em que o Congresso Nacional celebra a luta por seus direitos, este estudo levanta a presença da mulher na legislação brasileira. Veremos que nos primeiros tempos do Império tratava-se de direitos individuais, ainda elementares. Os requerimentos, mensagens, resoluções, ofícios, se sobrepõem aos raros projetos que tratam dos direitos da mulher. Estes raros, além disso, tratam de direitos correlatos, como da lei sobre o matrimônio civil, pensões a viúvas, etc.

Felizmente, nos últimos anos, a política mudou. As mulheres têm sido cada vez mais presentes. A legislação tem tratado cada vez mais de problemas específicos das mulheres. O fim da discriminação de gênero tem sido um tema constante das últimas legislaturas.

Nesta luta, como é natural, o trabalho das parlamentares tem se sobressaído. Na Câmara dos Deputados e no Senado Federal temos tido lideranças que honram as pioneiras dos tempos das sufragistas, das grandes manifestações das operárias russas de 1917, das que, anônimas ou famosas, lutaram para garantir o espaço a que a mulher tem direito.

JOSÉ SARNEY

APRESENTAÇÃO

Inimaginável seria, há duzentos anos, conceder às mulheres o direito de aprender a ler e escrever. Igualmente impensável aceitá-las enfrentando o mercado de trabalho. Assim era a realidade feminina na época do Império: um ser moldado para as tarefas domésticas, inferior e submisso.

Contudo, anos depois, em que pese a remanescente diferença de tratamento entre homens e mulheres em nosso País, muito se tem a comemorar. Em um rápido olhar sobre os diversos cantos e recantos brasileiros, é possível destacar, hoje, a presença crescente das mulheres, o que marca, de forma significativa, a diferença em relação aos primórdios de nossa História.

Essa diferença emerge da força e da luta das mulheres brasileiras por melhores condições. Emerge, também, de um gradual esforço de nossos governantes e legisladores, que buscaram editar leis que minorassem o enorme fosso de direitos diferenciados entre cidadãos e cidadãs.

Nessa linha, e na busca por informações relevantes que permitam mapear essa evolução, o Senado Federal, por intermédio da Comissão Especial da Mulher e no âmbito das comemorações do Ano da Mulher – 2004, edita o livro *Proposições legislativas sobre questões femininas no Parlamento brasileiro, 1826-2004*. A publicação constitui exaustiva tentativa de levantamento das proposições femininas avaliadas no Parlamento brasileiro, e certamente inscreve-se no rol de ações que objetivam reverter o quadro atual de desequilíbrio entre os gêneros.

Além da listagem das proposições, figuram, também, ensaio que procura aquilatar a contribuição parlamentar sobre as questões femininas, ao longo de um extenso recorte temporal, com destaque para as últimas décadas. Contempla, ainda, estudo sobre as proposições legislativas feitas por mulheres parlamentares nos últimos vinte anos.

Com esta publicação, o Senado Federal espera contribuir de forma decisiva para o conhecimento, o debate e a reflexão sobre as questões femininas no Parlamento brasileiro e sobre a atividade legislativa das mulheres no âmbito federal.

É importante, ainda, registrar o grande esforço empreendido pela Subsecretaria de Arquivo e Documentação e pela Consultoria Legislativa do Senado, que não se furtaram em levar adiante este projeto.

Trata-se de um livro histórico, que não apenas é símbolo de comemorações de um ano dedicado à mulher, como traz luz a uma área do conhecimento com poucas incursões. É um livro que ajudará, principalmente, aos pesquisadores em ciências sociais, que hoje carecem de publicações desta natureza. É um livro para o futuro, que servirá de base para outros estudos.

Boa leitura!

Serys Silhessarenko

Presidente da Comissão Temporária do
Ano Nacional da Mulher – 2004

INTRODUÇÃO

Com a presente iniciativa, o Arquivo do Senado Federal espera oferecer contribuição para reflexão sobre a atividade legislativa relativa a questões femininas. Objetiva-se oferecer obra de referência que seja útil para parlamentares, movimentos organizados da sociedade civil, pesquisadores, gestores, especialistas em políticas públicas e setores governamentais relacionados à questão feminina.

A publicação insere-se na política geral da Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal de ampliar o acesso aos acervos arquivísticos da Casa, reforçando a sua missão fundadora: o atendimento ao Parlamento e ao cidadão. Entre as estratégias desenvolvidas nesse sentido, está a organização do Serviço de Pesquisa e Acesso à Informação, cujas atribuições, entre outras, implicam a elaboração de instrumentos de busca dos acervos documentais do Senado Federal e o desenvolvimento de pesquisas e publicações sobre temas suscitados por demanda do próprio Arquivo no exercício de suas funções.

Em 2006, o Senado Federal e a instituição que custodia sua memória, o Arquivo, completam 180 anos. Para a comemoração de tão elevada efeméride, o Arquivo, cuja missão naturalmente o coloca em posição de relevo em tal homenagem, programou conjunto de atividades. Nesse contexto, foi criada a Coleção Memória Legislativa, que se inaugura com a presente publicação. No bojo do processo de reorganização interna da Subsecretaria de Arquivo, previu-se uma coleção de publicações do setor que contemplasse sua dupla interação, com o Senado Federal e com a sociedade brasileira. Essas

obras poderão ser técnicas, no sentido restrito de publicações de um arquivo singular no universo das organizações arquivísticas nacionais, compreendendo a edição de ferramentas técnicas úteis a arquivos do Legislativo, mas também poderiam servir, como exemplifica este livro, a ações de divulgação cultural, educacional e científica do extremamente rico e diversificado acervo arquivístico do Senado, contemplando a edição de estudos, pesquisas, produtos didático-educacionais e de divulgação cultural relacionados com a atividade-fim da Casa, a atividade legislativa.

A pesquisa foi realizada pela equipe do Arquivo, que tornou possível o tratamento dos dados da listagem de proposições sobre a questão feminina na forma de gráficos e tabelas. O Serviço de Apoio Técnico à Consultoria Legislativa do Senado Federal realizou levantamento complementar. Este trabalho de base auxiliou os consultores da Consultoria Legislativa (CONLEG) a elaborar a pesquisa que resultou no ensaio que precede a listagem. Dessa forma, o texto não se limitou, como é comum neste tipo de publicação, à pura descrição de documentação. A colaboração do Arquivo do Senado com a Conleg, por intermédio da Comissão do Ano Internacional da Mulher, reforçou a política da Subsecretaria de Arquivo de interação intra-institucional no desempenho de suas atribuições, resultando em produtos de qualidade diferenciada, como a presente publicação.

Este livro resultou de solicitação da Comissão do Ano Nacional da Mulher do Senado Federal, que, ao se mostrar extremamente sensível a demandas de agências governamentais e ONG, formalizou ao Arquivo a necessidade de pesquisa sobre a receptividade da questão feminina no Parlamento brasileiro. Com esta ação, o Senado Federal espera ter dado contribuição relevante para que as comemorações em torno do Ano Nacional da Mulher possam ter desdobramentos favoráveis à luta feminina pela cidadania e inclusão social.

Francisco Maurício da Paz

Diretor da Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal

NOTA DA EDIÇÃO

A presente publicação constitui a mais exaustiva tentativa de levantamento das proposições femininas avaliadas no Parlamento brasileiro. Isto não significa, contudo, que esteja isenta de falhas. Os dados de 1964 até 2004 apresentam padrão positivo de confiabilidade, não obstante sempre possa aparecer alguém para afirmar que escapou um ou outro item. Os dados dos anos 1826-1964, contudo, estão incompletos. Nos últimos anos, o Arquivo do Senado Federal empreendeu, e continua empreendendo, esforço significativo para descrever, classificar, ordenar, higienizar e acondicionar a sua documentação. A documentação de 1826 a 1964 encontra-se em tratamento, de forma que o levantamento realizado para esse período tem caráter meramente indicatório. O nível de organização do Arquivo do Senado Federal e o seu respectivo banco de dados – *Newfile* – não permitem, no atual estágio de desenvolvimento dos trabalhos, levantamentos completos desta natureza, em tempo curto. O recurso a outros instrumentos de busca do Arquivo procurou compensar as lacunas da listagem produzida, mas o resultado final permaneceu incompleto.

A diversidade e a ausência de padrão dos instrumentos de busca do Arquivo e das bases de dados de matérias legislativas do Senado Federal e da Câmara Federal tornaram inviável, nesta publicação, a padronização no lançamento dos dados das proposições legislativas. Há padronização dos dados de 1972 a 2004, porém, ainda assim com certo padrão de desvio. Esses dados foram recolhidos das bases de dados do Senado Federal – MATE – e da Câmara Federal, os quais, não obstante tenham, na estrutura do índice, quase

as mesmas categorias de tratamento (metadados), revelam certas diferenças. O banco de dados da Câmara introduz a categoria explicação da ementa, que optamos por preservar na listagem de proposições, mesmo estando ausente do banco de dados do Senado, por compreendermos que acrescenta elementos de interpretação da proposição. Isto corrige o problema das ementas remissivas, que nada informam sobre o conteúdo da proposição e apenas referem que a mesma constitui alteração de norma jurídica em vigor.

A listagem das proposições está organizada cronologicamente e é precedida de ensaio de três consultores legislativos da Consultoria Legislativa do Senado Federal (CONLEG) sobre as proposições legislativas relativas à mulher no Parlamento, de 1826 a 2004. Um estudo técnico dessa natureza comportaria pesquisa bem mais aprofundada. A intenção do ensaio, contudo, não é estabelecer um paradigma de referência no tratamento do tema. Se o estudo tiver a felicidade de esboçar as tendências predominantes do tratamento da questão feminina no Legislativo, terá dado contribuição importante. Pelo menos o esforço de apresentar, por meio do tratamento serial das proposições, desenvolvido em gráficos e tabelas, o estado da arte na recepção das questões femininas no Parlamento poderia ajudar os pesquisadores da área e os parlamentares a ter um material empírico de referência para a reflexão teórica e a prática política.

UM TOQUE FEMININO:

Recepção e formas de tratamento das proposições sobre questões femininas no Parlamento brasileiro, 1826-2004

Eurico A. Gonzalez Cursino dos Santos, Paulo Henrique Brandão, Marcos Magalhães de Aguiar*

Este ensaio avalia a recepção e o tratamento das questões femininas no Parlamento brasileiro de 1826 aos tempos atuais. O tema comportaria material suficiente para vários livros e a própria bibliografia de apoio o demonstra claramente. Todavia, parece certo que não há texto específico para os recortes temporais propostos. Recortes que atravessam dois séculos de História do período contemporâneo permanecem raros em razão da complexidade do tratamento e amplitude e diversidade das fontes documentais. Esta contribuição deve ser vista como levantamento – incompleto é certo – do estado da arte da pesquisa sobre a questão. Se descortinar novas frentes de investigação ou chamar a atenção sobre a necessidade de aprofundamento de alguns de seus aspectos, nos daremos por satisfeitos.

Em nosso País, a perspectiva de gênero na legislação ainda é um processo em etapa de franca construção. Portanto, a investigação científica de todas as proposições legislativas sobre a mulher e os temas que direta ou indiretamente se correlacionam com seus interesses constitui tarefa necessária. Além disso, trata-se de

* Consultores Legislativos da Consultoria Legislativa do Senado Federal (CONLEG).

empresa de vulto, algo já sinalizado pela inexistência de trabalhos acadêmicos de fôlego, como dissertações de mestrado e teses de doutorado. Louvável, portanto, a iniciativa do Arquivo do Senado Federal, embora, a restringi-la, tivessem concorrido algumas limitações, sobretudo de tempo.

Se o levantamento das proposições legislativas sobre a questão feminina no Parlamento do período do Império até 1964 impossibilitou descrições mais consistentes, conforme foi informado na Nota da Edição, os dados de 1964 a 2004 são suficientemente confiáveis para seu tratamento quantitativo. Nesse aspecto, esse ensaio apresenta referências mais precisas e detalhadas, introduzindo bases empíricas passíveis de aproveitamento futuro em outras pesquisas.

É importante precisar dois pontos. Primeiro, o que denominamos “proposições legislativas”, ou seja, o espectro de iniciativas típico da atividade parlamentar: projetos de lei, emendas constitucionais e aperfeiçoamentos ao regimento interno, mas também requerimentos e pedidos de informações ao Executivo e ao Judiciário. Segundo, que tais proposições, se bem que típicas, não configuram a totalidade da ação parlamentar, que se estende para além dos rígidos limites formais, em direção ao núcleo substantivo de seu papel social integral: contribuir para a melhoria continuada das instituições, das leis e, por fim, da própria vida social. Logo se vê que tal visada mais ampla foge ao escopo deste trabalho; mais que isso, constitui objeto de análise extremamente fecundo, embora de difícil execução prática.

Este ensaio foi concebido em três seções. A primeira compreende a recepção da questão feminina no Parlamento de 1826 a 1964. A segunda seção apresenta-se como seqüência cronológica da primeira, pois aborda o mesmo tema para o período 1964-2004. O texto finaliza com uma seção que busca avaliar em que medida a representação política feminina no Parlamento, mais visível a partir dos anos 1990, interferiu na natureza e intensidade da recepção e tratamento das questões femininas no Parlamento.

I – DO IMPÉRIO PARA A REPÚBLICA

A recepção das questões sobre mulher no parlamento do Império continuou tributária da herança colonial. Não obstante tenha introduzido um conjunto de questões próprias da conjuntura histórica do séc. XIX, o que poderia trair certa impressão de novidade, continuava a reproduzir a assimetria nas relações de gênero típica do período colonial.

De certa forma, o Império reiterava determinadas representações coloniais sobre a mulher que fundamentavam sua exclusão do espaço público e da gestão econômica do patrimônio conjugal, além de introduzir certas restrições relativas à sua inserção no mercado de trabalho. As representações coloniais sobre a mulher insistiam na sua figuração como seres irracionais, movidos por impulsos naturais, geralmente identificados com a predominância do baixo corporal – as faculdades ligadas à sexualidade – sobre o alto corporal, domínio das atribuições intelectuais. Dessa forma, a mulher era vista como continente desconhecido, de comportamento instável e geralmente associado à inconstância dos humores da madre (como era conhecido o órgão sexual feminino).

Como, nas mulheres, as faculdades da razão estavam submetidas ao império da sexualidade, não poderiam aspirar a desempenhar atividades que exigissem autocontrole. Por isso, as práticas misóginas hegemônicas restringiam as atividades políticas aos homens, a quem cabia também, na condição de cabeça do casal, a gestão do patrimônio familiar. Neste contexto, as mulheres casadas necessitavam de autorização dos maridos para vender, adquirir ou negociar os bens do casal. Isto derivava, também, do dimorfismo sexual presente na formação escolar. Não cabiam às mulheres funções que exigissem especulação filosófica ou elaboração matemática. Deveriam ocupar suas faculdades mentais com o aprendizado das prendas domésticas e de práticas religiosas, que tinham o predicado de distrair os efeitos perigosos da instável psique feminina¹.

¹ Ver, entre outros, PRIORE, Mary Del. *Ao sul do corpo*. Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia, Brasília: EdUnB, 1993.

No plano do complexo de valores que normatizavam a vida feminina, a ênfase na honra sexual aparecia como elemento integrado a estas representações. A noção de honra detinha pelo menos três propriedades: era um bem cujo valor poderia ser estimado, poderia ser perdido, mas admitia reparação, e não constituía propriedade individual, porém do círculo familiar². A noção de honra mediava as relações de gênero e o universo familiar aparecia como o lócus privilegiado de sua realização. Assim, a reclusão feminina passou a regular o cotidiano das mulheres, constituindo traço comportamental que dividia as categorias sociais a partir do critério de acesso à honra sexual. A exclusão social também se manifestava no domínio das relações de gênero, que introduziam o critério de posse de honra sexual como divisor de águas entre as categorias sociais.

No Império, este estado de coisas tendeu a permanecer em larga medida e isto se refletiu na recepção das questões sobre a mulher no Parlamento. O silêncio sobre a questão feminina alternava-se com a discussão e regulamentação de pontos que não afetavam os direitos políticos e sociais das mulheres em razão da natureza da definição dos papéis sexuais. A exceção ficava por conta dos direitos econômicos, como será oportunamente considerado.

Questões relativas a mulheres das camadas populares apareciam no Parlamento apenas quando se tratava de definir mudanças no estatuto jurídico da escravidão. No contexto do sistema de abolição adotado no Brasil, gradual e objetivando reparações aos senhores de escravos, algumas demandas que afetavam as escravas eram intensamente debatidas no Parlamento, como comprovam os debates em torno da Lei do Ventre Livre e sua respectiva aprovação. Um dos argumentos mais retomados pelos abolicionistas, como Joaquim Nabuco, por exemplo, eram os efeitos nocivos do regime escravista sobre a moralidade das escravas e dos senhores e seus

² Ver ALGRANTI, Leila M. *Honradas e devotas: mulheres da Colônia*. Condição feminina nos conventos e Recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

impactos sobre a formação e preservação dos núcleos familiares de escravos, em particular, a destinação dos filhos de escravas em caso de sua comercialização.

Entre as questões femininas que mais chamavam a atenção do Parlamento no Império, estava a discussão dos fatos relativos às circunstâncias familiares das herdeiras da família imperial, indicador claro do tipo de espaço que os parlamentares e o próprio período histórico abriam para o sexo feminino. No período moderno, o surgimento e a prática da diplomacia estiveram associados às negociações em torno dos arranjos matrimoniais entre as casas que governavam os principais países. De certa forma, o período imperial ainda mantinha a estratégia dos países do Antigo Regime de proceder às relações diplomáticas por meio desses mecanismos. A ordem imperial também operava segundo os códigos da sociedade de corte, que emprestavam significado especial ao cerimonial da família imperial. Os fatos relativos à família imperial – nascimento, casamento e morte – eram solenizados no Parlamento, o qual era freqüentemente chamado a opinar particularmente sobre matrimônios das princesas da Casa Real, uma vez que implicavam em negociações sobre seus dotes, que seguramente teriam impacto econômico sobre as dívidas interna e externa nacional. Dessa forma, questões femininas introduziam-se no Parlamento filtradas pelo universo da corte.

Saúde e Previdência

As questões relativas a saúde e previdência das mulheres não faziam parte da pauta do Parlamento durante o Império. Estavam inseridas no domínio da caridade e, nesse ponto, o Estado imperial revelou clara continuidade com a tradição colonial. No período colonial, o Estado isentou-se de interferir neste domínio, atribuindo a administração da caridade às irmandades e confrarias, sobretudo as Misericórdias. As ordens regulares também mantinham alguma atividade assistencial, porém a hegemonia pertencia às irmandades. Há que se reconhecer que a caridade era compreendida como uma preparação para a morte. Morrer em casa fazia parte dos ritos

fúnebres presentes no Brasil antigo. Estar em um hospital, muitas vezes mantido pelas Misericórdias, não significava privilégio ou manifestação de cuidado. A assistência médica era particular e geralmente implicava a ida dos médicos à casa das pessoas doentes, manifestando, com isso, a exclusão social. Se os escravos recebiam algum tratamento, era em razão do valor que detinham na condição de mercadorias, de forma que não era estranho que alguns senhores mantivessem contratos com cirurgiões para assistência médica de seus plantéis.

A assistência médica destinada às camadas populares praticamente inexistia. Nesta parcela da população – e também em vários setores de elite – a consulta ficava por conta da medicina popular dos curandeiros e curadores. Em momento em que a própria medicina não hesitava em recorrer a explicações sobrenaturais na elaboração de diagnósticos e procedimentos de cura, talvez a medicina popular fosse mais eficiente do que o tratamento médico oficial. Ao que tudo indica, as tradições populares de manipulações de ervas, atualmente atualizadas pela ação predatória de laboratórios que patentelam saberes médicos populares, manifestavam sua eficiência.

As questões relacionadas à saúde e previdência relativas a mulheres não eram debatidas no Parlamento porque simplesmente não constituíam objeto de políticas públicas. Até mesmo a assistência à infância abandonada recaía sobre as Misericórdias, que procuravam atender a demanda por meio da administração da Roda dos Expostos. Nos lugares onde não havia Misericórdia, o Município arcava com os custos da obrigação. Nas duas situações, estudos atestam que os índices de mortalidade infantil eram altíssimos.

A saúde feminina receberia alguma atenção apenas no início da República, seja por meio das associações mutualistas surgidas no movimento operário, seja no contexto de iniciativas de industriais que concebiam os cuidados com a família operária como estratégias de controle e amortização das tensões sociais. O Estado passou a preocupar-se com a questão a partir da criação do sistema

previdenciário, em 1932. Ainda assim, uma ação mais concertada viria apenas com a unificação dos serviços de previdência social, em 1966, com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), no contexto dos esforços de centralização do regime militar. Nas áreas rurais, a situação era mais grave, pois o acesso à previdência por parte dos trabalhadores rurais ocorreu apenas em 1971.

Educação

Geralmente o Império é visto como a primeira fase de ampliação da educação no Brasil, ampliação que também compreendia acesso feminino à educação pública. Isso representava primeira cisão com o mundo colonial, no qual a educação feminina estava confinada a conventos e recolhimentos e misturava-se com a vocação religiosa e a correção moral. A questão foi discutida no Parlamento, porém o Ato Adicional de 1834 transferiu às províncias a competência para legislar em matéria de instrução primária. No entanto, a Lei de 15 de outubro de 1827, elaborada pela Assembléia Geral Legislativa, estabelecia os princípios que, no Império e no início da República, seriam observados em matéria de formação escolar, revelando seu enquadramento na tradição colonial caracterizada por explícito dimorfismo sexual. Os artigos 6 e 12 determinavam que os professores ensinassem aos meninos “ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais de proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos, preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil”. O currículo das meninas era diferente. A mesma lei recomendava que as mestras as excluíssem do ensino das noções de geometria, limitassem a instrução de aritmética às quatro operações e incluíssem “as prendas que servem à economia doméstica”. Como foi comentado anteriormente, esta discriminação teria por efeito reforçar a imagem do papel social da mulher reclusa ao lar, en-

volvida com a educação dos filhos e a gestão da unidade familiar, despreparada, portanto, para enfrentar desafios intelectuais mais refinados, restritos aos homens.

A exclusão de gênero era reforçada pela exclusão social. Não obstante as escolas primárias estivessem abertas a todos os indivíduos livres entre os 7 e os 14 anos, o acesso era restrito às elites. Em Minas Gerais, por exemplo, até 1814, as meninas e os escravos estavam excluídos das 22 escolas públicas de primeiras letras da capitania. Entre 1815 e 1825, a presença feminina insinuou-se com a abertura de três escolas femininas dentre as 30 existentes. Nesse período, as meninas representavam 8% dos alunos matriculados. Isto parece ter repercutido positivamente nas formas de expressão política femininas. Em 1832, por exemplo, as mulheres mineiras encaminharam petição ao Senado, solicitando anistia para seus maridos e filhos presos por ocasião de movimento insurrecional.³

Nada menos que 160 mulheres assinavam a petição, indicador expressivo da difusão do ensino entre as mulheres das camadas médias e superiores. Impressiona, no documento, o exercício político feminino por intermédio de canais extrajudiciais, tradição política do Antigo Regime português, que estimulava que os súditos recorressem à Graça do soberano. Recurso inserido na lógica política tradicional, mas expresso por meios modernos: a petição feminina.

O Império assistiu ao crescimento da representação feminina nas escolas primárias. Na Província de Minas Gerais, em 1889, entre 1649 escolas, 928 eram masculinas, 639 femininas e 82 mistas. Se olharmos os números absolutos, contudo, perceberemos o alcance da exclusão social. Existiam apenas 28.836 alunos – sendo 15.111 meninas ou 34,3% do total – para uma população de 1.627.461 homens e 1.556.638 mulheres. O contingente feminino nas escolas representava apenas 38,8% e, em 1888, pelo menos 256.063

³ Representação das mulheres da Cidade de Ouro Preto, Província de Minas Gerais, solicitando anistia para seus esposos, filhos e irmãos que estavam encarcerados. Caixa 31, maço 2, pasta 4, Arquivo do Senado Federal

crianças deixaram de ser matriculadas, e 19.421 abandonaram a escola, depois de matriculadas.

A contrapartida para a expansão da presença feminina nas escolas era o surgimento e reforço de profissão tipicamente feminina, reforçando os valores associados à família patriarcal: o magistério. Em Minas Gerais, essa situação foi de certa forma alterada com a abertura – após a divisão do ensino primário em dois níveis – do acesso da mulher ao 2º grau.⁴ Não obstante, isso fosse acrescido da tradicional “economia doméstica”, representava alguma abertura para profissões mais especializadas. O acesso amplo das mulheres ao mercado de trabalho continuava, porém, muito restrito no séc. XIX, apontando para as dificuldades e restrições próprias do século XX, como a última parte desta seção argumentará.

Violência contra a mulher⁵

Pretende-se considerar os padrões de violência no que revelavam de específico de violência praticada contra a mulher. Neste plano, duas situações avultavam: os delitos cometidos no universo das relações conjugais e os delitos que envolviam a honra sexual. Propõe-se considerar a ação legislativa sobre esse ponto, tomando como pano de fundo os parâmetros introduzidos pelo período colonial, uma vez que o Império manifesta, uma vez mais, clara continuidade, pelo menos no plano do enquadramento jurídico e do direito praticado.

Pode-se partir do postulado geral de uma disseminada tolerância das populações do período imperial com a violência praticada

⁴ Os quatro parágrafos anteriores baseiam-se em MUNIZ, Diva do Couto G. *Um toque de gênero: História e educação em Minas Gerais (1835-1892)*. Brasília: EdUnB, 2003, p. 241-274.

⁵ Parte extensa deste item baseia-se em AGUIAR, Marcos Magalhães de. “Rapto, violação e sedução de mulheres na Capitania de Minas”, in SILVA, Maria Beatriz N (org.). *Sexualidade, Família e Religião na Colonização do Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001; e do mesmo autor, “Rapto e Sedução de Mulheres em Minas Colonial”, *Territórios e Fronteiras*, v. 2, n. 1, jan./jun. de 2001, p. 135-164.

pelo homem contra a mulher nas suas relações íntimas, não necessariamente enquadradas no matrimônio. Herança do período colonial, traço ibérico propriamente dito, essa tolerância com a agressão contra o sexo feminino refletia-se na extensa quantidade de provérbios que testemunhavam o teor de violência das relações conjugais. Disfarçada sob a capa da correção aplicada pelo marido ou amante, seu sentido pedagógico apresentava certa convergência com os castigos aplicados aos escravos. Manifestava-se também na própria maneira como juridicamente o adultério era definido. Considerado forma de concubinato qualificado, previa punições distintas para homens e mulheres, revelando relações assimétricas de gênero. No caso do adultério feminino, se o homem porventura eliminasse a vida da mulher ou de seu amante, sequer se autorizava abertura de processo judicial, tomando-se o caso como encerrado. Caso houvesse processo e se confirmasse a acusação, a sentença era a pena de morte. No caso do adultério masculino, as penas eram muito mais leves e recaíam, na maior parte, sobre a amante, tida como móvel do delito praticado.

Esta pedagogia do medo confrontava limites extremos: a ameaça à vida da mulher. Os estudos sobre divórcio dos períodos colonial e imperial têm revelado o teor de violência das relações conjugais, assim como o objetivo último da interferência das autoridades religiosas: a preservação do casamento. O divórcio era concedido apenas nas seguintes situações: falta de cumprimento, por parte do homem, do “débito conjugal” – ou seja, o dever de satisfazer a finalidade última do casamento: a reprodução –, sevícias contra a mulher, abandono do lar, injúria grave e doenças infecciosas. Durante o Império, a ação pertencia à jurisdição eclesiástica. Com o advento da República, o Parlamento aprovou o Decreto nº 181, de 24 de janeiro de 1890, que introduziu o divórcio civil no Brasil, preservando, contudo, seu caráter indissolúvel.⁶

⁶ SILVA, Maria Beatriz N. *Sistemas de Casamento no Brasil colonial*. São Paulo: Quieroz, 1984; SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o Poder e a Família*. São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.

As questões que envolviam a honra sexual tinham profundo impacto na sociedade e o Parlamento tendia a repercuti-las. Por isso, as sucessivas regulamentações sobre a questão, que se expressavam na forma de debates e aprovações de códigos penais, tenham mobilizado o legislativo do Império para a República. Talvez o domínio no qual elas se manifestassem de forma mais visível fosse o relativo aos delitos sexuais. O Império e a República Velha foram tributários, no domínio dos crimes sexuais que afetavam a mulher, da herança colonial que estabelecia vincada assimetria nas relações de gênero e era manifestadamente misógina, pouco inovando na definição legal e na prática jurídica, como se verá a seguir.

Os crimes de raptio, sedução e violência sexual ocupavam lugar destacado na hierarquia dos delitos do Antigo Regime, porém sua definição jurídica rescindia de certa imprecisão. As *Ordenações Filipinas* previam duas circunstâncias na caracterização dos crimes de honra e de violência sexual, as quais incidiam sobre a vontade da vítima. Nos casos de violação sem consentimento, a queixa era direito de todas as mulheres, inclusive prostitutas e escravas. Nos casos de defloração ou raptio por sedução, a lei restringia a queixa à “mulher virgem, ou viúva honesta”. Portanto, havendo consentimento da mulher, e não importava a idade, a honra sexual – castidade e/ou honestidade – era condição indispensável para queixa na justiça.

A Lei de 6 de outubro de 1784 restringiu a queixa às vítimas de até 17 anos. A querela de estupro mantinha-se para as mulheres “verdadeiramente forçadas”, independentemente da idade.⁷ Parece significativo que definições sobre a autonomia da mulher associada à faixa etária e suas conseqüências sobre o pátrio poder surjam neste momento. Nesse aspecto, o reconhecimento da responsabilidade da mulher com relação ao uso da sua sexualidade fez-se acompanhar

⁷ *Ordenações Filipinas*, L. 5, tits. 18 e 23. As viúvas só poderiam demandar, se fossem menores de 25 anos, estivessem em poder do pai ou avô da parte do pai e vivessem honestamente. Portanto, se estivessem em poder das mães, de avós ou de avô por parte materna não se qualificariam para entrar com queixa na justiça.

de maior preocupação com a inocência das crianças. Datam deste período definições mais específicas a respeito da sexualidade infantil no enquadramento de crimes sexuais. A tendência cristalizou-se no séc. XIX. O Código Criminal de 1830 consolidou a exclusão de queixa de mulheres maiores de 17 anos, e o primeiro Código republicano, de 1890, apesar de ampliar a idade para 21 anos, passou a considerar presunção de violência – portanto, estupro *strictu sensu* – em qualquer crime sexual em que a ofendida tivesse menos de 16 anos.⁸

O rapto supunha deslocamento da mulher da casa do pai ou responsável. Todavia, o critério fundamental de distinção consistia na vontade da vítima – para não dizer do seu responsável – e na violência empregada no ato. Por isso, alguns juristas não consideravam o rapto por sedução um rapto *stricto sensu*, mas o compreendiam dentro da categoria de estupro por sedução. Notar que o termo estupro era empregado não apenas no sentido de violência sexual. Nesse sentido, Joaquim José Caetano Pereira e Souza defendia a diferenciação entre rapto por violência e por sedução, afirmando que o último, após a Lei de 6 de outubro de 1784, “parece haver ficado nos termos do estupro voluntário; para ser punido com as mesmas diferenças, sendo somente a tirada de um lugar para outro diverso, uma qualidade agravante do dito crime para ser pesada na balança do critério do prudente julgador”. Por isso, Pereira e Souza considerava outro critério, além da vontade da vítima, para a definição da natureza do rapto: o componente de violência. Define rapto por violência da seguinte forma:

“Os que violentamente tirarem alguma mulher contra sua vontade de algum lugar, levando-a para outro para fim

⁸ ESTEVES, Marta Abreu. *Meninas Perdidas*. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 94. Para uma análise da conduta da justiça acerca da corrupção e sedução de menores e sua relação com a percepção da inocência infantil, fortalecida no século XIX, ver DONOVAN, James M., “Justice and Sexuality in Victorian Marseille, 1825-1885”. *Journal of Social History*, p. 229-262, 1987.

libidinoso, ou seja pessoa honesta, e livre, ou seja meretriz, ou escrava, *ou ainda que seja por vontade dela*, se for contra a do pai, tutor, curador, ou outra pessoa que a tiver debaixo do seu poder, sendo presentes, e *resistindo-lhes o dito levador*” (grifo nosso).

A noção de resistência implicava ato violento. O legislador, porém, não poderia sacrificar o direito dos pais em legislação que buscava amparar sua interferência na escolha de cônjuges. As queixas de rapto eram sempre feitas pelo responsável da vítima, de forma que a caracterização da violência do ato dizia respeito às atitudes do agressor para com o responsável. A vontade em questão implicava em considerar os interesses do pai ou do responsável.⁹ As *Ordenações Filipinas* autorizavam esta ênfase. Tratavam de força de mulheres, dos que “dormem” com “mulher virgem, ou viúva honesta por sua vontade”, e de raptos por sedução de mulher solteira virgem ou honesta. Na qualificação do rapto por violência, só contemplavam a contrariedade da vontade dos pais ou responsáveis, sequer mencionando a vontade das raptadas. Como observou corretamente Pereira e Souza, não bastava a oposição à vontade dos pais ou responsáveis para caracterizá-lo, pois eram necessárias a presença dos mesmos e a ocorrência de manifestações visíveis da violência: a resistência ou “brados” que assinalassem publicamente o ocorrido.¹⁰

As ações de violação e de rapto poderiam ser acrescentadas de circunstâncias agravantes, geralmente conhecidas pela expressão traição e aleivosia. Segundo as *Ordenações Filipinas*, “aleivosia é uma maldade cometida traiçoeiramente sob mostrança de amizade”. Essa noção de amizade também contemplava as relações de

⁹ SOUZA, Joaquim Jose Caetano Pereira e. *Classes dos crimes por ordem systematica com as penas correspondentes segundo a legislação actual*. Lisboa: Impressão Régia, 1830, 3ª edição; p. 210, p. 215-217, 282-285 e p. 286-288.

¹⁰ Na definição de rapto, as *Ordenações Filipinas* mencionavam apenas a situação da-quele “que levou a dita mulher por sua vontade, posto que ella seja de muito menor condição que elle, a levasse contra a vontade do pai, mai, tutor, curador, ou senhor, com quem vive, ou outra pessoa, sob cuja governança, ou guarda stiver, sendo presente cada huma das ditas pessoas, e resistindo-lhe o dito Levador, ou bradando cada huma das ditas pessoas”; L. 5, tit. 18, & 3; ver ainda, L. 5, tit. 23.

trabalho e de dependência. Aleivosia era associada aos delitos de roubo, ferimento, assassinato e estupro. Porém, somente nos crimes sexuais, aparecia de forma sistemática. A pena, nesses casos, seria mais severa, e admitia-se certa flexibilidade nas formalidades processuais.¹¹

Entre rapto e estupro constavam diferenças de formalidades processuais e de penalização. A pena de morte era prevista para raptos e estupros por violência, mas não é mencionada como punição da violação por sedução. Nesse último caso, o agressor poderia responder a processo em liberdade, se depositasse caução correspondente ao valor do dote da vítima.¹² Os assentos da Relação do Porto de 15 de junho de 1675 e de 29 de agosto de 1690 admitiram carta de seguro nos casos de “virgindade” (sedução) e aleivosia. O alvará de 29 de março de 1751 revogou estes assentos e declarou que não se concediam cartas de seguro nos crimes de defloração, mesmo por 18 dias para se caucionar. Cândido de Almeida, em comentário das *Ordenações Filipinas*, recorre a Pereira e Souza: “Neste caso não se concede Seguro ... nem Alvará de fiança, nem Homenagem, por ter o réu o remédio legal da caução”. A legislação eclesiástica compreendia da mesma forma, pois negava carta de seguro e admitia caução de ouro e prata. Tanto as cauções quanto as cartas de seguro

¹¹ *Ordenações Filipinas*, L. 5, tit. 37, princípio. Os impedimentos relativos a determinadas testemunhas seriam removidos, embora seu valor fosse considerado em vista da afetividade (amor ou ódio) com o agressor ou vítima. Os privilégios do acusado, no caso de havê-los, seriam desconsiderados, tanto com relação à pena “vil” quanto à isenção de tortura. Manoel Mendes de Castro relata sentença da Relação de 15 de maio de 1721, que condenou à morte “um homem criado de um Médico de Tomar, por lhe emprenhar uma filha em sua casa, e se casar com ela, levando-a fora da dita casa”; *Repertório das Ordenações e Leis do Reino de Portugal novamente correto*. Lisboa: Mosteiro de São Vicente de Fora, 1749, verbete aleivosia.

¹² *OF*, L. 5, tit. 18 e tit. 23, princípio e & 1. Nos casos de violação por sedução, as *Ordenações* previam, quando não houvesse casamento que reparasse o delito, pagamento de dote à mulher. Se o criminoso não tivesse bens para satisfazê-lo, seria condenado a degredo em tempo arbitrado pelos tribunais da Coroa, além das penas físicas cabíveis segundo sua condição. A Lei de 6 de outubro de 1784 intensificou a punição para a violação por sedução. Estabelecia, além do pagamento do dote, o degredo por período de no mínimo cinco anos; SILVA, Antonio Delgado da, *Collecção da Legislação Portuguesa*. Lisboa: Typografia Maignreense, 1830, p. 360-364.

permitiam ao acusado responder ao processo em liberdade, durante certo período de tempo.¹³ A semelhança entre rapto por sedução e estupro por sedução apontada por Pereira e Souza pode ser datada no final do século XVIII, como o autor inferiu ao enfatizar a importância da Lei de 1784 nessa mudança. Delito mais diretamente identificado à honra das famílias – apesar da natureza extensiva do conceito de honra para a família –, o rapto por sedução, porém, continuava a ser tratado diferentemente do estupro voluntário na prática jurídica colonial, que, neste particular, não se conformava às interpretações da lei entre os magistrados portugueses.¹⁴

As penas variavam, como se pode observar em toda a legislação criminal do Antigo Regime, conforme a condição do agressor e da vítima. Compreendiam desde o degredo, açoites, reparação pecuniária, até a pena de morte, embora houvesse discordância entre os juristas sobre a qualidade da morte no caso dos raptos por sedução: morte natural ou morte civil (exílio perpétuo e confiscação, ou banimento). O casamento poderia ser forma de reparação do crime e anulação da pena, condição inválida nos casos de estupro violento, mesmo havendo anuência posterior da vítima.¹⁵

Nos casos de rapto por sedução, as penas variavam de degredo à pena de morte, dependendo da condição do réu e da vítima. Nos casos de rapto por violência, contudo, a pena era de “morte natural”. Ainda assim, até que providenciassem seu livramento ou cuidassem da conversão da pena, os criminosos deveriam contar

¹³ SILVA, José Justino de Andrade e. *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1854, p. 2 e p. 246; FRANÇA, F. da C., *Collecção Chronologica das Leis Extravagantes*. Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1819, T. III, p. 58-59; ALMEIDA, Cândido Mendes de, *OF*, L. 5, tit. 23, nota 5, p. 1173; *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1720, L. 5, tit. 21.

¹⁴ A interpretação de Pereira e Souza não é desprovido de sentido. Como a Lei de 6 de outubro de 1784 revogou a Lei de 29 de junho de 1775, a qual tratava predominantemente de rapto por sedução, o autor poderia ter inferido que o que estava estabelecido para estupro voluntário também cabia para rapto por sedução.

¹⁵ *OF*, L. 5, tit. XVII, & 1; parecia haver tolerância nesta questão; ver nota 1 do mesmo parágrafo. Cândido de Almeida oferece resumo detalhado das disputas sobre a natureza da pena de morte; *OF*, L. 5, tit. 18, & 3, notas 3 e 1, p. 1168-1170

com um bom tempo de cadeia, o que se tornava punição nada negligenciável.

Com a Lei de 19 de junho de 1775, a Coroa intentava tornar mais rigorosas as penas para rapto de mulheres. Esta lei, integrada no conjunto de dispositivos legais impostos no final do séc. XVIII para reforçar o controle parental sobre a escolha de cônjuges, introduzia três modificações no tratamento penal do rapto: 1) o delito passou a ser objeto de devassa *ex officio*. Assim, deixava de constituir ação particular, como eram os delitos de violação por sedução, e entrava para a órbita de intervenção obrigatória do estado, alinhando-se, nesse sentido, com os crimes de estupro por violência; 2) previa punições para os pais que induzissem filhos de outros a estabelecer relações com suas filhas, constringendo-os, dessa forma, a contrair matrimônios desfavoráveis; 3) tanto filhas como filhos que se deixassem corromper “com injúria de seus pais” e sem consentimento deles seriam desnaturalizados, tornando-se inábeis para “herdarem ou haverem alimentos”. Esta lei alterava a penalidade para o rapto por sedução: a partir de então, o agressor seria condenado a dez anos de degredo.¹⁶

As dificuldades introduzidas na legislação para a produção de provas, a deficiência dos aparatos judiciais em desenvolver meios adequados para a apuração dos fatos, uma certa tolerância das populações coloniais com as variadas formas de violência, a vergonha e desonra de um delito que se preferia ocultar a expor, assim como o descaso da legislação com a proteção feminina, mais agravante em regiões de fronteira onde a exposição da mulher aos perigos cotidianos fazia-se sentir de forma mais notável, explicam a pouca densidade dos casos de estupro.¹⁷ Em Minas Gerais, por exemplo, temos somente seis registros de estupro

¹⁶ “Da “Justicia” à “Disciplina”. Textos, poder e política penal no Antigo Regime”, in HESPANHA, A. M., *Justiça e Litigiosidade: História e Prospectiva*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1993, p. 287-380. A lei de 19 de junho de 1775 consta das Ordenações Filipinas, Aditamentos, L. 4, p. 1050-1051.

¹⁷ Georges Vigarello discute em detalhe as razões da pouca densidade de processos criminais sobre violência sexual na França do Antigo Regime. Boa parte de suas considerações aplica-se ao Brasil colonial e imperial. *História do estupro*. Violência sexual nos séculos XVI-XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p. 14-65

violento, em todo o séc. XVIII, para as partes mais densamente povoadas da capitania.¹⁸

Conclui-se, portanto, que a legislação e a prática judiciária da colônia e do império não objetivavam a proteção feminina, mas a defesa da honra.¹⁹ Parece significativo que os escrivães dos processos judiciais intitulassem as ações de estupro de “querela de honra e virgindade”. Esse era um dos significados mais relevantes das ações de traição e aleivosia, se considerarmos o caráter extensivo da noção de honra para o âmbito da família. Esta orientação refletia-se nas definições gerais de estupro. Pereira e Souza o concebia como “carnal ajuntamento do homem com a mulher honesta, não ligados pelo matrimônio, ilícito, posto que sem inversão da ordem da natureza. O estupro em mulher virgem chama-se defloração”.²⁰ A ênfase depositava-se na conduta e na virgindade da mulher, e não na violência sexual. O estupro, seguindo esta concepção, compartilhava com o concubinato o fato de constituírem relações ilícitas. A honra sexual aparecia, então, como o fator predominante de distinção entre estupro e concubinato.

Esta legislação valeu até o Decreto da Assembléia Geral de 16/12/1830, aprovado pela Lei de 8/1/1831, que aprovava o Có-

¹⁸ Leila M. Algranti identifica apenas três presos acusados de estupro violento entre 4.853 detidos pela polícia do Rio de Janeiro, no período de 1810 a 1821. Seus dados, contudo referem-se apenas à atividade das rondas; *O feitor ausente: estudos sobre escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822*. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 209-210. Apesar de não discriminar os casos de violência sexual nas suas tabelas sobre crime na Bahia, entre 1781 e 1833, Patricia A. Aufderheide conclui serem raros; *Order and Violence. Social Deviance and Social Control in Brazil, 1780-1840*. Tese de Doutorado, University of Minnesota, 1976, p. 207. A. M. Hespanha, ao analisar os padrões de punição em Portugal do Antigo Regime, observa que, entre 1694 e 1696, 13 entre 14 dos presos (no total de 294) da cadeia da Relação de Lisboa e acusados do delito de estupro violento foram soltos e apenas um recebeu condenação; *op. cit.*

¹⁹ As duas atitudes mais importantes da coroa com relação à questão da regulação do estupro no século XVIII não tinham por objeto preocupação alguma com a proteção da mulher. Tanto a Lei de 19 de junho de 1775, quanto a de 6 de outubro de 1784, intencionavam colocar obstáculos a casamentos desiguais, portanto tratavam da honra das famílias.

²⁰ Cândido Mendes de Almeida, citando Pereira e Souza (*OF, Classe dos crimes*, p. 212, &1). Idêntica definição em *EDJ*, verbete estupro.

digo Criminal do Império. Pouca coisa foi alterada com relação às matérias que estamos discutindo. Parece certo que as penas foram melhor detalhadas e a prisão, desconhecida da legislação colonial como pena, passou a figurar entre elas. As modalidades de delito continuaram as mesmas. A única inovação surgida diz respeito à introdução do atentado ao pudor e da tentativa de estupro por violência – tipificada como “atentado violento ao pudor” – como delitos. Isto poderia sugerir maior preocupação com a proteção legal às mulheres, se não tivéssemos em mente que as mesmas dificuldades de apuração do delito persistiam. A insistência com que a expressão “mulher honesta” aparece sugere que o comportamento da vítima continuava a orientar a apuração dos crimes de violência sexual. Parece sugestivo, nesse sentido, que as fronteiras entre as mulheres honestas e as prostitutas fossem mais claramente estabelecidas, com a introdução de punição diferenciada, de tal sorte que o estupro por violência contra as prostitutas aparecia quase discriminado, recebendo punição que poderia ser de apenas um mês de prisão.

O pagamento de dote continuava a constar como reparação. O casamento entre o réu e a vítima ainda anulava os processos, inclusive os casos de estupro com violência, algo desconhecido na legislação colonial. De forma geral, houve significativa diminuição das penalidades relativas a crimes sexuais. A pena de morte, que aparecia constantemente na legislação colonial, desapareceu de cena. No entanto, deve-se observar que isto surgia como tendência da reforma do sistema penal, menos disposto a punir qualquer delito, como fazia o sistema penal do Antigo Regime, com a famosa expressão “morra por ello”.

A nova ordem republicana, instaurada pela Proclamação, exigia código penal que refletisse as mudanças instituídas, particularmente com o fim da escravidão. O novo regime, porém, continuou a refletir as práticas coloniais na punição e averiguação dos crimes sexuais. O Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, aprovado pelo Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890, continuava aferrado à perspectiva colonial. A pena de morte é eliminada do sistema

penal e parece ter havido ligeiro reforço das penas impostas aos crimes sexuais, com a generalização da detenção como prática penal central do sistema instituído. Reforçava a punição contra o atentado ao pudor, contemplando os dois sexos – mudança de paradigma? – e ampliava a noção de violência, que incluía não apenas a violência física, mas também a atitude de seduzir a mulher por meio da privação de suas faculdades psíquicas, com recurso a hipnose, uso de drogas alucinógenas e outros meios. Restringia o uso da palavra estupro ao entendimento moderno da palavra: “ato pelo qual o homem abusa com violência de uma mulher, seja virgem ou não”.

A idade da mulher contemplada pela proteção da lei, nos delitos de defloração de sedução e rapto, foi aumentada para 21 anos. Introduzia-se a noção de violência presumida: qualquer ato contra as mulheres menores de 16 anos era interpretado como crime cometido com violência. Ao imputar penas maiores às pessoas mais próximas da vítima – ministros religiosos, criados ou domésticos, tutores ou curadores e parentes próximos – os legisladores estavam quase reconhecendo que, neste tipo de crime, o perigo mora ao lado.

Três fatores contrabalançam um suposto maior rigor dos legisladores no domínio dos crimes sexuais. Mantinha-se a divisão entre mulheres honestas e prostitutas. Como se sabe, neste tipo de delito, particularmente neste período, em que as queixas passam a estar mais associadas às camadas populares, o réu sempre tentava denegrir a imagem da vítima para desqualificar sua ação. Sendo assim, os limites rígidos estabelecidos entre a honra – a honestidade – e a vergonha – a prostituição – tenderiam a impactar os juízos morais dos julgadores perante o modo de vida das vítimas. Diante da demonização do modo de vida das camadas populares, particularmente intensificada pela inserção da mulher no mundo do trabalho, sobretudo trabalho industrial, percebe-se as dificuldades das vítimas em demarcar seu procedimento honesto. Em outros termos, as queixas que o nascente movimento operário, em princípios do século, fazia da exploração sexual das operárias, certamente

tinha contrapartida no domínio das dificuldades de culpabilização dos agressores. O problema moral continuava imperativo neste domínio, manifestando continuidade promíscua do tempo colonial para o republicano.²¹

Em segundo lugar, o Estado parece querer ausentar-se desse tipo de apuração. Os crimes de “violência carnal”, rapto e adultério, entre outros, recaíam na definição da queixa de parte. Haveria procedimento oficial de justiça apenas em três situações: se a vítima fosse miserável ou interna de algum estabelecimento de caridade, se o crime resultasse em perigo de vida ou ofensa grave à saúde da vítima ou se o delito decorresse de abuso do pátrio poder ou da autoridade de tutor, curador ou preceptor. Por fim, a prescrição é introduzida na apuração do delito – seis meses a partir da sua ocorrência.

Por outro lado, o Estado parece estar mais atento às manifestações públicas de ofensa moral que tivessem por objetivo provocar escândalo na sociedade. O Código Penal de 1890 introduz uma inovação: os delitos de “ultraje público ao pudor”, que consistiam em “ofender os bons costumes com exhibições impudicas, atos ou gestos obscenos, atentatórios do pudor, praticados em lugar público ou freqüentado pelo público, e que, sem ofensa à honestidade individual da pessoa, ultrajam e escandalizam a sociedade”. A sociedade da *Belle Époque*, que se queria bem composta, pelo menos aos olhos do estrangeiro, manifestava estar mais consciente do avanço dos patamares de embaraço e vergonha – para utilizar a expressão de Norbert Elias – no plano da conduta moral. Não aceitava mais a tolerância colonial com comportamentos desregrados no plano sexual. Mais do que uma atitude consciente do Estado voltada para a proteção das mulheres, talvez esse traço refletisse nova fase “processo civilizador”.²²

Seria o governo getulista, e não o Parlamento, o responsável pela introdução de corte significativo no tratamento jurídico do tema aqui em foco, com a adoção de novo Código Penal, aprovado pelo

²¹ ESTEVES, Martha A., *op.cit*; CAUFIELD, Sueann. *Em defesa da honra. Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000.

²³ Os dois últimos parágrafos baseiam-se em CAUFIELD, Sueann, *op. cit.*

Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Os crimes sexuais deixaram de ser compreendidos como crimes contra a honra da família, cuja noção desapareceu, e passaram a ser definidos como “crimes contra os costumes”. Houve mudanças significativas no tratamento dos crimes de estupro e sedução. As referências a estado civil e/ou honestidade da mulher foram excluídas da definição de estupro. O termo “sedução” substituiu o de “defloração”, exaurindo-se a extensa polêmica sobre os casos de hímen complacente, e desviando “o foco da lei da preocupação com a virtude feminina para a proteção dos menores”.

Certas permanências dos valores patriarcais fizeram-se sentir no novo código. Os crimes sexuais não foram conceituados, contudo, como bem observa Sueann Caulfield, como delitos contra o indivíduo, permanecendo a “honestidade sexual e a integridade física da mulher como bens sociais coletivos, enfatizando (o Código) que o Estado, mais que os patriarcas individualmente, era o responsável pela defesa desses bens”. A paixão permanecia como atenuante dos delitos, até recentemente, abrindo espaço para absolvições baseadas no argumento de “legítima defesa da honra”. O casamento e o pagamento de dote permaneciam como ações de reparação, e a definição de “mulher honesta” persistia no mundo jurídico.²³

Patrimônio e inserção econômica

A documentação histórica imperial preservada no Arquivo do Senado destaca, pela sua expressão quantitativa, as questões relativas à pensão de mulheres e filhas de militares ou oficiais do Estado falecidos no exercício da função. Inúmeras representações alusivas à questão eram submetidas ao Parlamento, que procurou regulamentá-las em várias ocasiões. Mais relevante, porém, era o tratamento legislativo da capacidade econômica das mulheres introduzido pelo Código Comercial, aprovado pela Lei nº 556, de 25 de junho de 1850.

²² ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

Aparentemente, o Código Comercial de 1850 reproduzia as limitações da legislação colonial. As mulheres casadas maiores de 18 anos não poderiam negociar em seu próprio nome sem a permissão de seus maridos provada por escritura pública. A mesma permissão era condição para que elas pudessem obrigar, hipotecar ou vender os bens do marido adquiridos antes do casamento e os bens de raiz comuns a ambos os cônjuges (Tit. 1, Cap. 1, Art. 1; Cap. 4, Art. 27). Embora a autorização do marido continuasse como condição, há inovação na introdução da prática do mandado, que rompia com o padrão colonial que impunha autorizações pontuais. Reconhecia-se de fato as situações de ausências prolongadas dos maridos e da gestão dos negócios por parte das mulheres. A simplificação do procedimento ampliou de certa forma a autonomia das mulheres casadas na administração do patrimônio comum do casal.

Outra simplificação tinha efeito positivo: a condição das mulheres comerciantes que casassem. Presumia-se a autorização marital para negociar, se o marido não se manifestasse por escrito em circular, inscrita no Registro de Comércio, publicada em editais e periódicos do lugar e dirigida a todas as pessoas com quem a mulher tivesse negócios. Dessa forma, o casamento poderia não alterar muita coisa nas práticas mercantis das mulheres que já exerciam o ofício. O Código também dava um passo na direção do fortalecimento da noção de comunhão parcial de bens e conseqüente restrição da autonomia dos maridos em dispor dos bens pré-nupciais das mulheres. O marido estava proibido de hipotecar bens dotais da mulher em qualquer situação (Cap. 1, Art. 268) e a hipoteca sobre os bens do casal em que a mulher fosse meeira dependeria de sua autorização por meio de escritura (Cap. 1, Art. 267). Por outro lado, as mulheres separadas da coabitação dos maridos por sentença de divórcio perpétuo não precisavam da sua autorização para negociar (Tit. 1, Cap. 1, Art. 1). Isto as colocava em situação de emancipação para todos os fins.

Em resumo, o Código Comercial de 1850 simplificava alguns procedimentos, facilitando a vida de mulheres negociantes casadas com maridos ausentes e protegendo o patrimônio pré-conjugal das

mulheres, porém apresentava limitações no sentido da emancipação feminina da tutela do marido. A gestão patrimonial continuava ancorada na condição dos maridos como cabeça do casal, manifestação clara da hegemonia dos valores associados à família patriarcal.

O Código Civil de 1916 significou o rompimento com esta política de restrições assentadas nas instituições da família patriarcal. Introduziu o princípio uxório na administração dos bens do casal, fazendo que as limitações de alienação dos bens do casal fossem de igual qualidade para maridos e mulheres (Art. 235). No entanto, a legislação mantinha uma brecha assimétrica: atribuía ao Juiz suprir a outorga da mulher, quando esta a denegasse sem motivo justo ou fosse impossível dá-la (Arts. 235, 237, 238 e 239). Abria-se, assim, a possibilidade de imputação de incapacidade das mulheres por seus maridos, que não raro recorriam a pareceres médicos ou psiquiátricos para justificá-la.

O Código continuava considerando o marido como chefe da sociedade conjugal (Art. 233), imputava-lhe total liberdade de administração dos bens procedentes dos dotes da mulher (arts. 289 e 290) e exigia sua autorização para que a mulher pudesse exercer profissão (art. 242). Algumas inovações do Código eram positivas, como a obrigatoriedade do marido de “mulher inocente e pobre” que lhe pagasse pensão alimentícia em caso de desquite judicial. Apesar de certas resistências, o Código Civil de 1916 deu passo decisivo para a afirmação dos direitos civis das mulheres. Não obstante fosse objeto de críticas acerbas por ocasião da aprovação do Código Civil de 2002, sua funcionalidade por quase um século, em período de intensas mudanças em todos os aspectos da sociedade brasileira, testemunha seu caráter moderno para o período em que foi aprovado. O movimento feminista de primórdios do séc. XX o reconhecia. O Manifesto da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, enviado ao Senado em 1927, buscava fundamentar sua demanda por direitos políticos femininos por meio da afirmação da conquista dos direitos civis expressa no Código:

“O nosso código civil, afastando-se de outros menos liberais, deu à mulher brasileira uma situação privilegiada,

considerando a esposa como companheira do marido e não como inferior, não lhe exigindo, na sociedade conjugal, obediência mas sim colaboração. Sendo a mãe a tutora natural dos filhos, dotada do pátrio poder, elevou-se legalmente ao nível do homem, cujas responsabilidades políticas está habilitada a compartilhar".²⁴

O tratamento dos direitos econômicos femininos no período de transição do Império para a República não pode prescindir da análise das relações de trabalho, as quais devem ser consideradas a partir das modificações do mercado de trabalho e da estrutura ocupacional da mão-de-obra. Alguns processos econômicos devem ser pontuados. O Brasil permaneceu rural até a intensificação dos processos de industrialização e urbanização dos últimos 50 anos, porém, na virada do século XIX para o XX, algumas transformações, ainda que estatisticamente pouco impressionantes, introduziram novas realidades no trabalho feminino.

Em processo histórico com semelhanças estruturais com o Velho Mundo, as mulheres passaram a ocupar postos de trabalho, em escala crescente, na incipiente industrialização do início do período republicano. Isto repercutiu na própria natureza da formação da classe trabalhadora no Brasil e, da mesma forma, na recepção (ou repúdio) das questões sobre trabalho feminino no Parlamento. O contexto de intensificação das tensões sociais – talvez a greve geral de 1917 seja marco singular –, com a introdução de novo sujeito nas formas de protesto popular, o trabalhador operário, e a própria organização da classe trabalhadora propiciaram tematização, pela primeira vez, da discussão das relações de trabalho em termos de gênero.

O próprio surgimento da mobilização das mulheres em termos mais autônomos sofreu inflexões deste processo. Podemos perceber

²⁴ Representação nº 47/1927 da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, enviada à Mesa do Senado Federal, pedindo para que fosse aprovado o projeto que institui o voto feminino e os direitos políticos da mulher, Caixa 502, Maço 1, Pasta 5, Arquivo do Senado Federal.

certa cisão no movimento organizado das mulheres deste período. De um lado, as organizações do movimento operário, baseadas largamente, nos seus princípios, nas práticas e formas de organização anarquistas, concediam espaço, na imprensa operária e na formação das associações operárias, à expressão política e cultural feminina. Uma plataforma de defesa das mulheres no plano das relações de trabalho foi delineada. Da procura de proteção contra o assédio sexual dos patrões às necessidades e garantias próprias do trabalho feminino – licença-maternidade, creches, proteção contra desemprego de mulheres grávidas etc. –, pode-se perceber o estabelecimento de uma nova gramática de expressão do trabalho feminino.²⁵

No plano das mulheres trabalhadoras da elite – expressão que admite certa interrogação, procedente de sua insignificante expressão associada às dificuldades de inserção em mercado de trabalho no qual as “vantagens comparativas” do trabalho feminino não pareciam tão evidentes –, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino aparecia como seu porta-voz, não obstante o caráter universal de muitas de suas reivindicações. A Representação da Federação – assinada por mulheres cuja letra traía educação de elite –, comentada anteriormente, não colocava acento nas questões articuladas ao mercado de trabalho. A própria defesa dos direitos políticos das mulheres, bancada pela Federação, era vista com desconfiança por um movimento operário de forte influência anarquista, que privilegiava a ação direta como prática hegemônica de expressão política e encarava os canais clássicos de representação política como mais um artifício de dominação de classe.

Não se pode dizer que o Parlamento brasileiro reagiu a estas questões com indiferença. Algumas delas foram tratadas pontualmente, porém a resistência à sua regulamentação era expressiva do contexto político da República Velha, que tendia fortemente a considerar que questão de trabalho era questão de polícia e deveria ser

²⁵ Ver, entre outros, RAGO, Margareth, “Trabalho feminino e sexualidade”, in PRIORE, Mary Del. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 578-606.

tratada nesses termos. Nesse sentido, talvez a própria disseminação das práticas anarquistas no movimento operário e a sua resistência em identificar a luta pelos direitos políticos da mulher com a defesa das instituições da democracia representativa tivessem certo teor pragmático.

Não foi o Parlamento brasileiro, como se sabe, o responsável pelo primeiro tratamento legislativo das relações do trabalho. Vargas tomou a iniciativa de regulamentar o mundo trabalho e tratá-lo como dispositivo de construção do sistema político estabelecido. Por meio de uma definição orgânica do funcionamento do corpo social e inspirado, como tanto se insistiu, no modelo de Mussolini, enquadrou o movimento dos trabalhadores em modelo paternalista e assistencialista, interferindo diretamente em suas formas de organização. Procurou esvaziar, no contexto dessa estratégia, a pauta de reivindicações do movimento operário, estabelecendo legislação trabalhista, até hoje válida, nos seus contornos gerais.

O principal instrumento utilizado foi, como se sabe, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), instituída pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Muitas das demandas da classe trabalhadora encontravam-se contempladas, embora com certas diferenças: a proteção ao trabalho feminino (todo o Capítulo 3 trata “da proteção do trabalho da mulher”) e à maternidade (a Seção 5 do Cap. 3 trata da “proteção à maternidade”), definição de jornada de trabalho, licença-maternidade, creches etc. Muitas dessas “proteções” eram estabelecidas no quadro geral da integração da família operária ao Estado paternalista. O Estado autoritário continuava valorizando a família como a célula básica da organização social e o fazia no contexto da suposta cooperação orgânica entre trabalho e capital.

Isto explica a ênfase colocada nas vilas operárias, cuja função social parecia ser conectar a vida na fábrica com a vida fora da fábrica por meio da mediação da família. A CLT recomendava às Instituições de Previdência Social que construíssem e ajudassem a manter creches nas vilas operárias, buscando integrar o trabalho e a família (Arts. 397 e 398). O tempo da família era valorizado com as

restrições colocadas ao trabalho noturno (Art. 379) e a definição do repouso dominical. Até mesmo a importância do trabalho feminino era subsumida pelo foco depositado na instituição familiar, pois o Artigo 446 autorizava o marido a pleitear a rescisão do contrato de trabalho da mulher caso acarretasse a “ameaça aos vínculos da família, perigo manifesto às condições peculiares da mulher ou prejuízo de ordem física ou moral para o menor”. Determinava-se aos próprios sindicatos que concentrassem o gasto de seus recursos na valorização das atividades ligadas à família operária (assistência à maternidade, colônias de férias e atividades esportivas; Art. 592).

Nas áreas rurais, onde predominavam modelos de dominação e controle da massa trabalhadora fundamentados em estruturas patriarcais, a CLT e a legislação trabalhista posterior praticamente nada influenciou as relações de trabalho até a década de 1980. A falta de vontade política claramente expressa na ineficiência dos aparatos de fiscalização tornava ficção a regularização das relações de trabalho nos campos. Algumas imprecisões da CLT favoreciam essa situação. O seu artigo 7 excluía os “empregados domésticos” da proteção da legislação e os definia como os “que prestam serviços de natureza não econômica à pessoa ou à família no âmbito residencial destas”. De certa forma, os empregados de áreas rurais eram enquadrados nessa categoria.

Se uma das dimensões das comemorações do Ano Internacional da Luta contra a Escravidão, proposta pela Unesco e conduzidas no Parlamento brasileiro no ano de 2004, é constituída pela denúncia e apuração da permanência da escravidão em áreas rurais do Brasil atual, podemos considerar que a questão continua em aberto em certas regiões. Em 2004, na cidade de Unaí, nas vizinhanças da Capital Federal, quatro fiscais do Ministério do Trabalho foram assassinados em represália a apurações sobre condições de trabalho de trabalhadores rurais. O principal suspeito do assassinato foi eleito para prefeito da cidade, nas últimas eleições de 2004. As investigações do crime enfrentaram resistências da própria comunidade local. Isto testemunha as dificuldades de fiscalização do problema e a permanência e disseminação do poder patriarcal em regiões

do “Brasil profundo”. Homens e mulheres continuam vítimas da opressão de sistemas de dominação que, nesse aspecto, não conhecem distinções de gênero, pois o trabalho escravo moderno é tanto masculino como feminino.

O mesmo Governo de Getúlio Vargas, que estabeleceu a primeira legislação de relevo para a regulamentação do trabalho feminino, também promulgou Código Eleitoral, por meio do Decreto nº 21.076, de 1932, que amparava o direito de voto feminino, sacramentado na Constituição de 1946. Em 1949, o Brasil aprovou, por meio do Projeto de Lei nº 58 – A/1949, o texto da Convenção Interamericana sobre a Concessão dos Direitos Políticos à Mulher, que se realizou em Bogotá, Colômbia. Dois países, México e Honduras, recusaram-se a assinar o texto, pois suas constituições reservavam os atributos da cidadania somente aos homens.

Essas iniciativas políticas estavam longe de sancionar uma caminhada repleta de sucesso. O próprio texto da VIII Convenção Internacional Americana era explícito ao estabelecer que a mulher deveria conceder prioridade ao cumprimento de suas responsabilidades como companheira do homem face ao exercício da cidadania plena.

II – A QUESTÃO FEMININA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO, 1964-2004

Esta seção busca examinar a recepção e tratamento da questão feminina pelo Congresso nos últimos 40 anos. Em sua primeira parte, de natureza panorâmica e abreviada, todo o período é considerado, pois interessa conferir seqüência à argumentação histórica esboçada na primeira seção deste ensaio. A segunda parte da seção, porém, optou por concentrar-se no período 1984-2004 em razão da sua natureza particular.

A possibilidade de construir banco de dados abrangente e confiável para os anos 1964-2004, como foi informado na Nota da Edição, permitiu-nos esboçar análise quantitativa e qualitativa do tema. Os dados foram obtidos a partir das proposições listadas por

extenso neste volume e sua manipulação permitiu detectar uma série de categorias empíricas, que tratamos de agrupar segundo categorias de afinidade. Assim, com apoio nas evidências provindas dos dados compulsados, chegamos à definição das seguintes macro-áreas:

1. Violência contra a mulher;
2. Trabalho, previdência e assistência social;
3. Criação de símbolos (homenagens, sessões solenes, comemorações, etc);
4. Saúde da mulher;
5. Família;
6. Educação (englobando tanto a educação para a mulher como também jornadas de prevenção, orientação sexual, etc);
7. Direitos e conquistas da cidadania.

Nossa classificação permite um paralelo com os eixos temáticos advindos da “Primeira Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres”, que concluiu recentemente, em julho de 2004, a elaboração das diretrizes para uma Política Nacional para as Mulheres. O documento prevê 5 eixos temáticos:

1. Enfrentamento da pobreza: geração de renda, trabalho, acesso ao crédito e à terra.
2. Superação da violência contra a mulher: prevenção, assistência e enfrentamento.
3. Promoção do bem-estar e qualidade de vida para as mulheres: saúde, moradia, infra-estrutura, equipamentos sociais e recursos naturais.
4. Efetivação dos direitos humanos das mulheres: civis, políticos, sexuais e reprodutivos.
5. Desenvolvimento de políticas de educação, cultura, comunicação e produção do conhecimento para a igualdade.

Pode-se afirmar que os eixos 2, 4 e 5 obtêm fiel contraparte em categorias do presente estudo. O eixo 3 está apenas parcialmente contemplado, pois se é certo que existe farta preocupação legislativa com a saúde, e alguma com moradia (como atesta, por exemplo, a aprovação do chamado “Estatuto das Cidades”, em 2001), menos certo é que o mesmo se produza em relação à “infra-estrutura,

equipamentos sociais e recursos naturais”, ainda que existam propostas e avanços também nessas áreas (como as leis que tratam do transporte público, das questões de acessibilidade e da preservação do meio ambiente). Do eixo 1 pode-se dizer, com certeza, que se trata do mais amplo dentre todos, e que por isso mesmo se espalha por nada menos que 46 recomendações, quase sempre situadas no domínio das políticas públicas, portanto mais afeitas ao Poder Executivo. Em nosso entendimento, tal fato permite inferir a existência de um razoável e bem-vindo compasso entre a sociedade civil organizada e o Parlamento, na medida em que aquela detecta os problemas e as lacunas da ação estatal, e este, no exercício de suas competências, promove a devida elaboração legal.

Esboço da evolução histórica da recepção da questão feminina no Congresso, 1964-2004

Os gráficos 1, 2, e 3, assim como as tabelas desta seção – quando não for indicado o contrário –, foram construídos a partir do banco de dados aludido e oferecem base empírica para a periodização da recepção da questão feminina no Parlamento nos últimos 40 anos.²⁶

²⁶ Para efeito de correção de distorção no tratamento dos dados, reduzimos o número de proposições apresentadas por parlamentares cuja característica resumia-se a estender, para outros locais, proposição exatamente igual. Dessa forma, as proposições dos Deputados José Carlos Coutinho (29) e Carlos Nader (92) foram resumidas, cada caso, a apenas uma ocorrência.

Gráfico 1 - Situação das Proposições sobre a Questão Feminina, 1964-2004

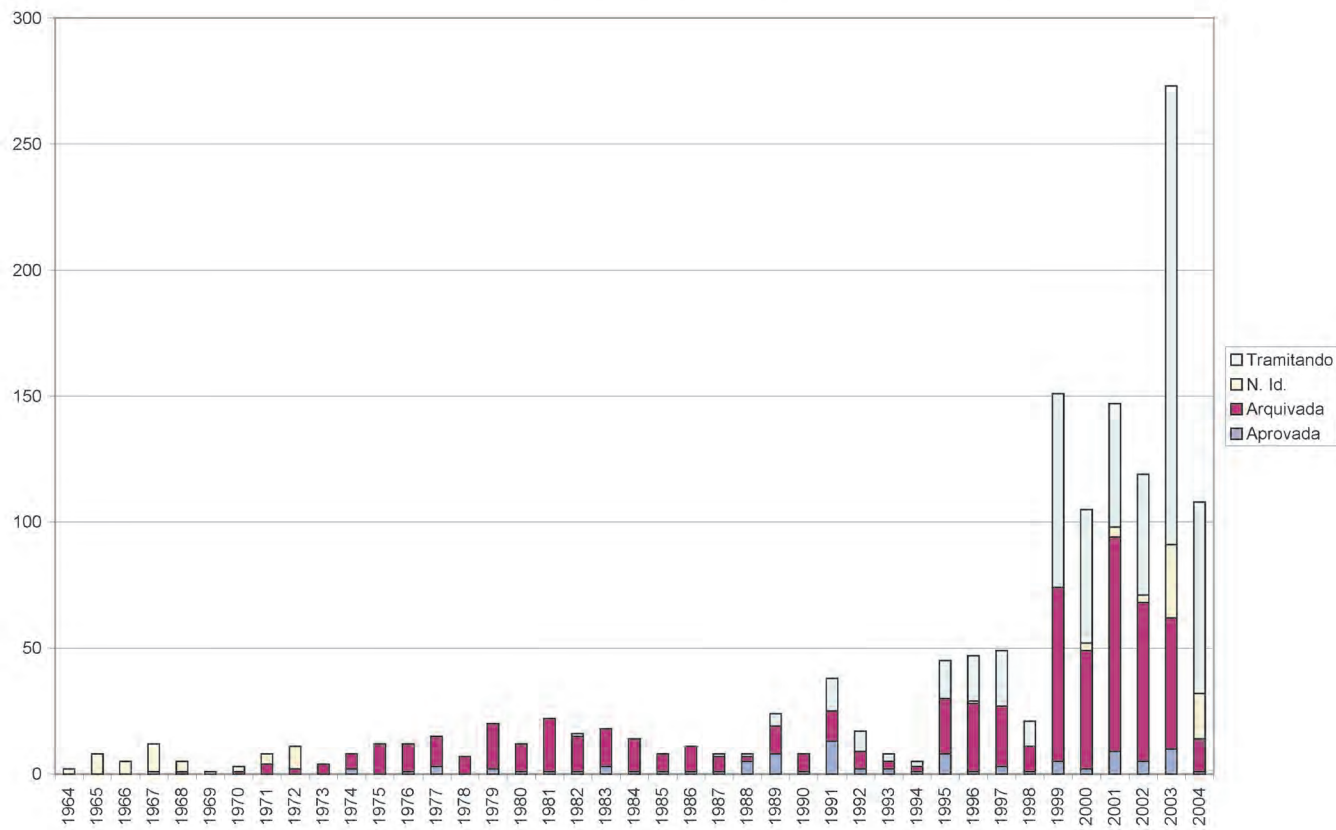


Gráfico 2 - Tipos de Proposições sobre a Questão Feminina, 1964-2004

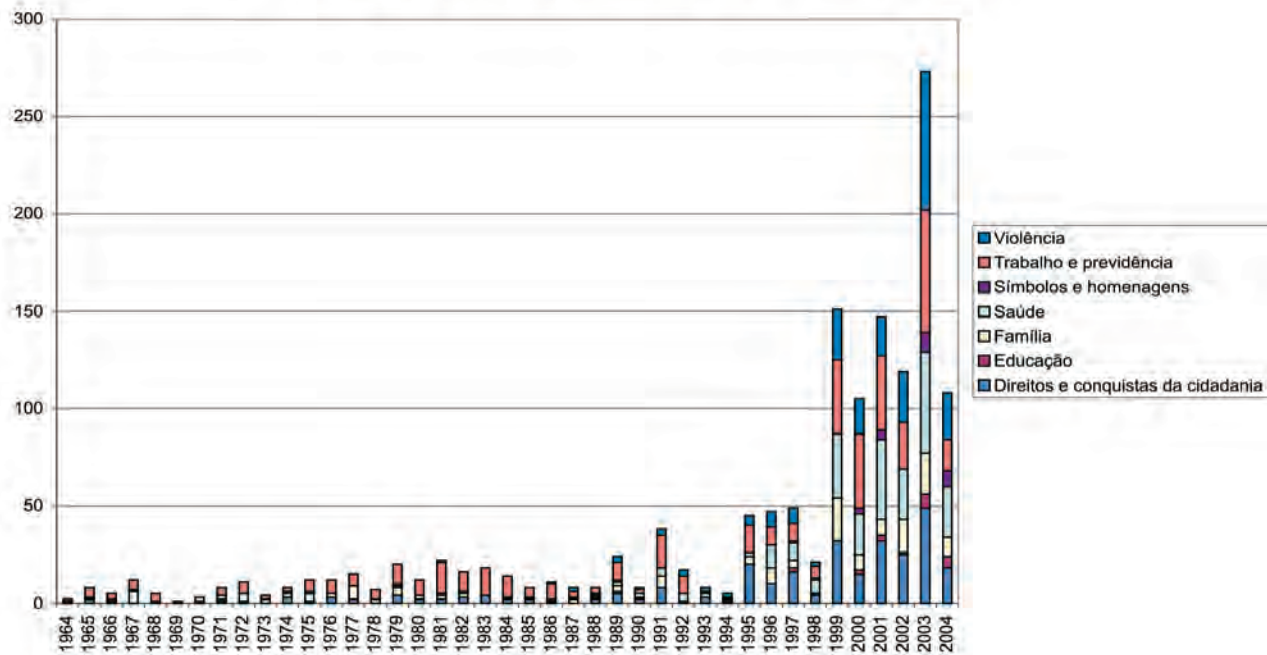
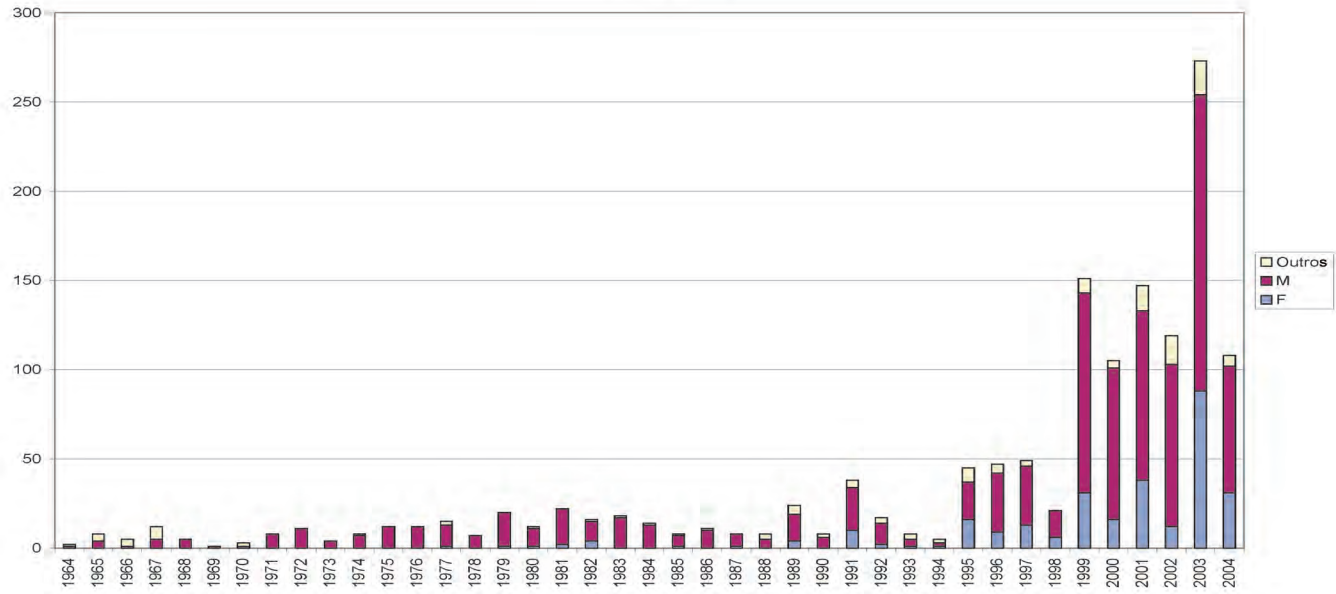


Gráfico 3 - Apresentação de Proposições sobre a Questão Feminina por Sexo de Parlamentares, 1964-2004



A primeira parte deste ensaio procurou demonstrar os avanços e resistências – essas mais expressivas do que aqueles – do tratamento da questão feminina no Parlamento. Os últimos 40 anos, entretanto, sugerem mudanças profundas no comportamento do Legislativo, particularmente os últimos cinco anos, período marcado pela transição de um Parlamento de ação tradicional para um de ação reformista no tema em foco. De forma geral, os dados sobre a evolução da ação parlamentar demonstram que, do período militar à abertura política, as questões femininas afetavam superficialmente o Congresso. Mesmo quando o afetavam, eram consideradas a partir de perspectiva tradicional.

Antes do período de intensificação de reformas dos anos 90, no entanto, algumas conjunturas favoreceram a abertura da discussão sobre a questão feminina. Os gráficos 1, 2, e 3 assinalam dois momentos. A passagem dos anos 70 para os anos 80, período de transição política, conhece um primeiro olhar Legislativo para a questão. Pode-se generalizar, contudo, que, até os anos imediatamente subsequentes à promulgação da nova Constituição Federal, foram escassas as proposições sobre temas relacionados com a mulher.

O segundo momento mostra diferenças qualitativas e quantitativas. A Constituinte de 1988 é geralmente tida como o separador de águas do despertar do interesse parlamentar para a questão feminina. Uma explicação plausível é aquela que vê a Lei Maior como um grande marco legislativo quanto às relações de gênero e às responsabilidades do Estado para com essas questões. “Até então – conforme assinala a socióloga e militante feminista Almira Rodrigues –, as conquistas eram parciais e fragmentadas, a exemplo do Estatuto da Mulher Casada (1962) e da Lei do Divórcio (1977)”.²⁷ Nos grandes debates que transcorreram durante o processo constituinte, as mulheres se fizeram ouvir, logrando o reconhecimento, por exemplo, dos mesmos direitos e deveres para homens e mulhe-

²⁷ RODRIGUES, Almira. Construindo a perspectiva de gênero na legislação e nas políticas públicas. In: Estudos de gênero. Goiânia, Vol. 12, 2003.

res na esfera do matrimônio, a inclusão do planejamento familiar, o aperfeiçoamento do conceito de família, a proteção ao trabalho exercido pela mulher etc.

Os gráficos 1, 2, e 3 marcam a década de 90 como momento de intensificação de ações reformistas no plano da questão feminina. Nesse período, várias conquistas se sucederam, com a aprovação de 28 novas leis que garantiram, entre outros, a figura da união estável, as cotas para eleições proporcionais e a investigação para registro de paternidade de filhos havidos fora do casamento.

Os mesmos gráficos sugerem que a década de 90 poderia ser dividida em duas fases. A primeira corresponderia aos anos 1995-1999, que se caracterizaram pela aquisição do primeiro patamar estatisticamente relevante em termos da convergência dos indicadores sobre ação parlamentar. O último período, os anos 1999-2004, consolidou e impulsionou a virada decisiva que demarcaria mudança de paradigma no tratamento da questão feminina, aprofundando as tendências reformistas que se fizeram presentes na Constituinte de 1988.

Outros indicadores reforçam os quatro marcos apontados. A proporção de aprovação de proposições sobre a questão feminina, sempre tida como muito desfavorável e, até 1988, sistematicamente irrelevante, conhece o primeiro patamar positivo em 1988/99, o segundo em 1995 e, por fim, experimenta o terceiro e mais decisivo arranque nos anos 1999-2003 (gráfico 1).

Outra mudança deveria ser sinalizada: a maior participação da representação parlamentar feminina no tratamento legislativo da questão feminina (ver gráfico 3). Também conheceu seu primeiro impulso com a Constituinte de 1988. Entre 1995 e 1999, o patamar adquirido consolidou-se para, nos anos 2000-2004, conhecer novo impulso. Nesse último período, a bancada feminina apresentou, em média, aproximadamente 1/3 do total das proposições, sendo que o ano de 2003 quase assiste à paridade com a participação parlamentar masculina. A partir desse momento, a causa feminina esteve cada vez mais identificada com a bancada feminina.

As cotas, em especial, parecem ter favorecido, a partir de 1995, o incremento verificado na apresentação de proposições legislativas sobre mulheres. É possível que os dois picos de crescimento na apresentação de proposições sobre a mulher verificados em 1995 e 1999 resultem dos efeitos da Lei nº 9.504/97, criada para aperfeiçoar o texto da Lei nº 9.100/95, sobretudo os aspectos que a tornavam vulnerável às críticas de inconstitucionalidade. A chamada Lei de cotas passou, então, a estabelecer que “do número de vagas resultantes das regras previstas neste artigo [art. 10], cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo”.

A análise da evolução da distribuição das categorias de proposição sobre a questão feminina reforça os cortes temporais propostos e a sua interpretação (ver gráfico 2). Na segunda parte desta seção, as alterações serão comentadas pontualmente de forma a consubstanciar a proposta de periodização deste ensaio.

A intensificação do debate sobre direitos e conquistas da cidadania das mulheres no Parlamento é recente. Como vimos, o Código Civil de 1916, o Código Penal de 1940 e a reforma política do período varguista que ampliou os direitos políticos femininos introduziram os grandes marcos de referência para boa parte do século XX. A ditadura militar – o que era esperado – e o processo de redemocratização não manifestaram sensibilidade para traduzir a cidadania em termos de gênero. Como demonstram os gráficos, no período da ditadura militar, o Parlamento não contribuiu quantitativa e qualitativamente para o tratamento da questão feminina, se é que se pode falar de contribuição legislativa relevante no mesmo período. A partir de finais da década de 90, porém, e, sobretudo a partir de 1995, pode-se identificar tendência de intensificação de ação parlamentar sobre o acesso da mulher a conquistas e direitos da cidadania. Essa tendência recebeu significativo reforço após 1999. Desse ano até hoje, a categoria passou a responder, de forma regular, por praticamente 1/5 do total das proposições legislativas sobre a questão feminina.

Algumas conjunturas parecem ter sido favoráveis à introdução da discussão parlamentar sobre a questão, a qual recebeu certa atenção em três momentos – entre 1976 e 1979, entre 1981 e 1983 e entre 1989 e 1991. Os períodos (transição de Geisel para Figueiredo; transição de Figueiredo para Sarney e Constituinte) correspondem a momentos de abertura política e/ou consolidação da ordem constitucional. A Constituição de 1988 provavelmente tenha esvaziado, no curto prazo, a discussão sobre o tema, porém a sua retomada, a partir de 1995, indica que permaneceu como uma das áreas de concentração da ação parlamentar atual.

Esta constatação não contradiz a impressão geral de que os períodos de crise política e institucional – sem entrar em considerações sobre os anos eleitorais, tradicionalmente caracterizados por certa paralisia da atividade parlamentar – não condizem com a abertura parlamentar para a rediscussão da questão feminina. Nos momentos mais intensos da vida política nacional, a questão perde importância. Esse indicador de prioridade assinala que, não obstante a identificação dos tempos atuais como período reformista, a questão feminina talvez não esteja fortemente ancorada e legitimada.

A ação parlamentar sobre a violência contra a mulher também é muito recente. Fez-se silêncio absoluto sobre a questão até a Constituinte de 1988. Assistiu-se a duas vagas de despertar político sobre o tema: uma primeira em 1995, que durou até 1999, quando a questão passou a ser debatida sistematicamente, porém em patamar ainda baixo, algo em torno de 7% a 10%. A partir de 1995, o número das proposições aumentou significativamente e consolidou-se em patamar de pouco mais de 10% do total, com uma explosão em 2003, ano que assistiu salto para quase 20% do total geral de proposições sobre a questão feminina.

Trabalho e previdência foram temas que atravessaram o período 1964-2004 como uma das constantes de manifestação do interesse parlamentar, reflexo das alterações estruturais do mercado de trabalho e da estrutura ocupacional da mão-de-obra. Quando se tratava de mulher no Parlamento, da ditadura até a redemocratização, o

tema predominante era trabalho e previdência. Nessa continuidade, algumas diferenças surgem na evolução do tipo de proposições sobre trabalho e previdência. Durante a ditadura militar e o período de transição, as questões sobre trabalho e previdência femininas eram consideradas predominantemente pela ótica tradicional do assistencialismo do estado paternalista. A exceção fica por conta da criação do INSS (1967) e a ampliação da assistência para o trabalhador rural (criação do INAMPS), que também revelam certos traços assistencialistas. No período atual, a questão parece ser abordada de forma diferente. Com a maior presença do movimento dos trabalhadores na discussão política e com a maior abertura desse movimento – também muito recente – à recepção de questões de gênero, aspectos diferentes sobre o trabalho feminino começam a aparecer, revelando parâmetros mais modernos de enquadramento da questão.²⁸

O desenvolvimento da ação parlamentar sobre a saúde feminina guarda, em termos de respiração cronológica, certa convergência com a evolução da categoria Direitos e Conquistas da mulher. Até o final da década de 80, fez-se silêncio sobre a saúde feminina no Parlamento. Duas conjunturas parecem ter sido importantes para a abertura de questionamentos sobre o tema. A apresentação de proposições sobre o tema inicia-se em 1989 e permaneceu, em intensidade baixa, até 1991. O mesmo arranque dos anos 1995/1996 verificado nos outros indicadores comentados é percebido. Nesse período, que marca o primeiro patamar, depois da Constituinte de 1988, de intensificação do debate político sobre a mulher, saúde respondia de 20% até quase 50% do total de proposições legislativas sobre a questão feminina. A partir de 1999, o marco da intensificação do debate, o tema passou a oscilar sempre em torno de 20% do total, chegando a quase 1/3 em 2001, consolidando-se, portanto, como uma das frentes de atuação parlamentar sobre a questão feminina.

²⁸ Para as dificuldades de tratamento das questões de gênero nos movimentos sindicais contemporâneos, ver GIULANI, Paola Cappellin, “Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira”, in PRIORE, Mary Del, op. cit., p. 640-668.

Parece provável que a visibilidade crescente sobre o tema tenha sido influenciada por circunstâncias não diretamente ligadas ao debate das questões de gênero, embora com ela relacionadas. Em finais da década de 80, as discussões sobre políticas públicas na área da saúde assumiram proporções importantes, culminando com a organização do Movimento Nacional Saúde Previdência. Isso repercutiu na mobilização de grupos de pressão no Congresso associados a uma dimensão renovada da saúde pública, que acabou por se desdobrar na consolidação do novo modelo de saúde pública corporificado no SUS. Parece evidente que um dos pontos centrais dessa política, dada a sua dimensão preventiva, passava pela retomada das questões de gênero. Talvez por isso, uma das características das proposições sobre saúde feminina seja a sua natureza extremamente técnica e expressa por terminologia própria da área de saúde pública.

A questão feminina sempre foi compreendida, no Brasil antigo, como vimos, pelas questões relativas às instituições ligadas à família patriarcal, que eram concebidas como um dos fundamentos do corpo político e social. Esse mesmo traço permaneceu no período militar e período de transição democrática, porém sem a abrangência que lhe era atribuída nos regimes anteriores de perfil parecido, como o de Getúlio Vargas. Junto com Previdência e Trabalho, Família aparece como os dois mais absorventes temas de discussão das questões femininas no Parlamento, nos dois períodos comentados. Se a categoria perdeu importância frente às demais, atentando para a evolução da concentração da ação parlamentar, é fácil perceber como ele manteve-se como um dos temas de interesse do Parlamento. Deixou de ser quase exclusivo para assumir algo em torno de 5% a 7% do total das proposições sobre mulher, no período de 1999-2004. Também a natureza das questões debatidas no âmbito da categoria família parece ter sofrido modificações. Nenhuma outra categoria manifestou tanta ambigüidade, para os dados de 1995 para 2004, como família, que reunia características opostas com relação aos vetores tradição/modernidade.

Talvez possamos considerar as proporções sobre homenagens a mulheres e educação feminina como muito baixas. Devemos destacar que o panteão dos heróis nacionais é masculino. Isso ajuda a considerar que as poucas proposições legislativas sobre homenagem a mulheres têm forte teor simbólico. Quase nunca lembradas, a não ser como companheiras de seus maridos, as mulheres passam a assumir identidade mais autônoma na construção do imaginário simbólico da nação. Com relação à educação feminina, parece provável que a Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB) tenha esvaziado a discussão recente sobre a questão da educação feminina.

Em conclusão, a natureza da evolução das categorias de concentração da ação parlamentar, expostas nestes comentários sobre os dados do gráfico 2, vem a reforçar a nossa proposta de periodização da ação parlamentar sobre a questão feminina. Atualmente, cerca de 600 proposições tramitam pelo Congresso Nacional. O número é sem dúvida expressivo, e demonstra que o Poder Legislativo Federal tem procurado recepcionar as aspirações dos movimentos de mulheres e feministas, em sua luta por equidade e cidadania. Sobretudo nos últimos anos, tem-se percebido aumento exponencial nas proposições sobre a mulher. Claro está que nem todos os projetos atendem de forma plena aos interesses das mulheres; a muitos falta qualidade, a alguns o compromisso ideológico com os movimentos, a outros a pertinência ou viabilidade política. De todo modo, os há em boa quantidade, suficiente para assegurar que parte significativa da demanda feminina seja bem atendida.

Também se pode constatar que a presença feminina no Parlamento, no momento mais agudo da reforma, fez diferença e parece ter contribuído, pela sua visibilidade e estilo de intervenção, para conferir uma identidade feminina à defesa da causa. Talvez um fator conjuntural possa ter contribuído para essa mudança de tonalidade na autoria das proposições sobre a questão feminina, sem esquecer naturalmente a lei de cotas para candidatos: a articulação da Bancada Feminina, em 2001, frente de caráter

suprapartidário que objetiva agilizar a tramitação de projetos considerados prioritários para a causa das mulheres. Em nenhum momento, porém, as parlamentares superaram os parlamentares na apresentação de questões de interesse do sexo feminino. Esta observação sobre uma conjuntura específica ajuda a nuançar, mas não contradiz, a hipótese que este ensaio defenderá na sua última seção: a atividade parlamentar precisa obedecer às regras do jogo político, e que são essas regras (e seus subconjuntos dentro de cada agremiação político-partidária) que delineiam o “perfil ideológico” da parlamentar, e não a sua condição de representante do gênero feminino. A última seção deste ensaio tratará da questão da participação parlamentar feminina, de forma que essa hipótese será melhor fundamentada.

Tipologia das Proposições Legislativas

As partes seguintes desta seção enfocam as proposições legislativas sobre a mulher nos últimos vinte anos. Operam, portanto, com período mais restrito que a parte anterior da seção, procurando determinar, entre outros, os principais focos de interesse, a taxa de sucesso das proposições, sua distribuição no tempo, a acolhida dos temas pelo Parlamento, os efeitos da crescente representação política feminina e as interações com os partidos políticos.

A tipologia das proposições legislativas sobre as mulheres é variada. A Tabela 1 mostra que o Projeto de Lei foi, como era de se esperar, a espécie legislativa dominante. Já o número de Requerimentos, que inclui Propostas de Fiscalização e Controle, pode ser considerado baixo (9,94%), caso se faça um paralelo com a contribuição legislativa da mulher parlamentar. Como se verá na próxima seção deste ensaio, as mulheres parlamentares exercem forte atividade fiscalizatória sobre o Poder Executivo (mais de 80% das iniciativas parlamentares empreendidas por mulheres inscreve-se nessa categoria). Os resultados, longe de conflitarem, são consistentes com o foco proposto. Dito de outra maneira, na condição de sujeito, a ação da mulher é tipicamente de fiscalização e con-

trole; na condição de objeto da proposição legislativa, predomina a espécie legislativa típica.

Tabela 1 – Tipos de Proposição sobre a Questão Feminina, 1984-2004

Tipo de proposição	Quant.	%
Projeto de Lei	923	73,27
Requerimento	124	9,94
Indicação	64	5,08
Proposta de Emenda à Constituição	47	3,74
Emendas diversas	26	2,08
Projeto de Resolução	21	1,67
Mensagem	15	1,20
Projeto de Decreto Legislativo	15	1,20
Projeto Lei Complementar	13	1,03
Outros (sugestões, recursos, declaração de voto)	11	0,79
Somatório	1259	100,00

Partidos Políticos

As proposições legislativas referentes às mulheres se distribuem pelos partidos políticos, conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 2 – Filiação Partidária dos Parlamentares que apresentaram Proposições sobre a questão feminina, 1984-2004

Partido	Quantidade	%
PDC	1	0,08
PPR	1	0,08
PRN	1	0,08
PSD	1	0,07
PSC	2	0,16
PV	2	0,16

PSL	3	0,24
PMN	4	0,32
PDS	5	0,40
PST	6	0,48
PP	15	1,19
PRONA	15	1,19
PSB	21	1,67
PPS	33	2,62
PPB	40	3,18
PL	42	3,34
PC do B	45	3,57
PTB	58	4,61
PDT	79	6,27
Outros/ não identificados	121	9,61
PSDB	122	9,69
PFL	175	13,90
PMDB	226	17,95
PT	241	19,14
Totais	1259	100,00

Dentro do recorte temporal proposto, o Partido dos Trabalhadores é individualmente aquele que mais apresentou projetos afins aos temas de interesse da mulher (19,14% das proposições), consolidando uma imagem recorrente a respeito da identificação do PT com as causas das minorias (ampliando a série histórica, percebe-se que o PMDB ainda detém o maior número absoluto e relativo de proposições que tematizam a mulher). Os demais partidos políticos à esquerda, por seu turno, contribuem em escala proporcional a seu tamanho. Um dado, todavia, chama a atenção. Considerada a performance geral dos partidos mais ao centro e à direita do espectro político, percebe-se que mais de 50% das propostas provêm dessas agremiações. Trata-se de um rol contributivo nada desprezível, e aponta para a conveniência de os movimentos de mulheres se aperceberem de que o ideário político mais conservador também

pode ser sensível aos temas da mulher. Claro está, porém, que nem todas as proposições poderiam ser consideradas positivas à luta das mulheres. Também é razoável supor que a distribuição das proposições que não atendem aos objetivos dos grupos e movimentos de mulheres se concentraria nos partidos mais à direita. Tudo somado, não afeta na essência este fato até certo ponto inesperado: é larga a contribuição legislativa dos partidos ao centro e à direita no que se refere aos temas femininos.

Entre as 1259 proposições legislativas dos últimos vinte anos, apenas 83, ou 6,59%, obtiveram aprovação (as demais foram rejeitadas, vetadas, retiradas pelo autor, prejudicadas ou devolvidas). A “taxa de sucesso” é, como se vê, bastante baixa, embora seja consistente com o índice habitual de aprovação de iniciativas parlamentares, que gira historicamente em torno de 7%.

Um ponto a destacar refere-se às iniciativas de origem externa ao Congresso Nacional, pela sua elevada taxa de sucesso, fato que está em consonância com uma gama de estudos que têm demonstrado a eficiência do Poder Executivo em aprovar suas iniciativas legislativas.²⁹ Uma interpretação ainda corrente sobre o sistema político do Brasil – presidencialista, federativo e com um sistema de partidos políticos deficiente e limitado pelo regramento eleitoral – detectava problemas de governabilidade insolúveis, devido, sobretudo, à concentração do poder decisório no Executivo Federal, o que estabeleceria uma pauta conflitiva com os demais poderes e com os entes subnacionais. Todavia, mais recentemente, outros analistas têm mostrado que as peculiaridades do sistema político brasileiro aparentemente contrariam alguns dogmas da ciência política. Na verdade, em

²⁹ FIGUEIREDO, Argelina C. & LIMONUE, Fernando. O Processo Legislativo e a produção legal no processo pós-Constituinte. In: *Novos Estudos Cebrap*, nº 38, 1994. Também SANTOS, Fabiano. *Instituições eleitorais e desempenho do Presidencialismo no Brasil*. Dados, vol. 42, nº 1, 1999. Para uma análise da condução de políticas públicas e seu processo de aprovação legislativa, ver ARRETCHE, Marta. *Federalismo e relações intergovernamentais no Brasil: a reforma de programas sociais*. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em 21-8-2003.

primeiro lugar, os partidos políticos não são tão fracos e desconexos como pretendia aquela literatura; as lideranças exercem importante papel prático; a disciplina partidária é crescente (durante o primeiro governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, nada menos do que sete partidos apresentaram índices de disciplina parlamentar superiores a 88%, definida esta disciplina como a tendência a votar de acordo com a indicação da liderança) e, com o tempo, tem havido uma natural depuração ideológica. Segundo, a pauta conflitiva tem sido substituída, a rigor, por um princípio de cooperação, como o demonstram os processos de formação de maiorias, a manutenção da governabilidade, e a aprovação, nos últimos dez anos, de uma extensa agenda de reformas que implicaram alto custo político.

Proposições por Estado da Federação

A Tabela 3 mostra a distribuição das proposições sobre a mulher segundo o estado de origem do parlamentar. Em destaque a tríade de primeiros colocados, com Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Juntos, respondem por 42,18% de todas as proposições. Outro achado interessante refere-se ao posicionamento de destaque do Rio de Janeiro, suplantando estados com maior representação, como São Paulo e Minas Gerais, e mantendo-se à frente de todos os demais entes federativos.

Tabela 3 – Distribuição por Estado da Apresentação de Proposições Legislativas sobre a Questão Feminina, 1984-2004

Estado	Quantidade	%
RN	5	0,40
AL	12	0,95
PI	13	1,03
SE	13	1,03
AP	16	1,27
PB	16	1,27

MA	17	1,35
RO	17	1,35
MS	18	1,43
RR	18	1,43
AC	23	1,83
CE	23	1,83
AM	25	1,99
PE	25	1,99
SC	25	1,99
TO	27	2,14
PA	30	2,38
BA	36	2,86
DF	37	2,94
MT	37	2,94
PR	38	3,02
GO	45	3,57
MG	46	3,65
ES	48	3,81
Não identificado	118	9,37
RS	120	9,53
SP	202	16,04
RJ	209	16,61
Totais	1259	100,00

Sobre os grandes temas de interesse das mulheres

As proposições aglutinaram-se, principalmente, em torno de quatro grandes áreas: saúde; violência contra a mulher; assuntos referentes à previdência e à assistência social; e direitos e conquistas da cidadania. Na impossibilidade de estudar detidamente todos os temas efetivos relacionados com as mulheres, buscamos, nesta seção, apresentar e discutir alguns assuntos particularmente caros aos interesses femininos.

A distribuição percentual encontrada está registrada na Tabela 4:

Tabela 4 – Concentração de Categorias das Proposições sobre a Questão Feminina, 1984-2004

Classificação Geral	Quantidade	%
Trabalho e previdência	330	26,21
Direitos e conquistas da cidadania	260	20,65
Saúde	248	19,70
Violência	230	18,27
Família	133	10,56
Símbolos e homenagens	32	2,54
Educação	26	2,07
Totais	1259	100,00

A – Saúde da mulher

Tramitam no Congresso Nacional dezenas e dezenas de proposições legislativas a respeito da saúde da mulher. As proposições sobre a saúde da mulher respondem por 19,70% do total. Alguns temas são particularmente candentes, como: descriminalização parcial ou total do aborto; legalização do aborto; e reprodução humana assistida. Outros são igualmente relevantes, embora menos controversos, como o atendimento pelo Sistema Único de Saúde das vítimas de violência doméstica física e sexual ou a inclusão da temática feminina, especialmente violência contra a mulher e sexualidade, entre os temas transversais previstos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais do ensino fundamental e médio, com a necessária atualização da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Os projetos referentes ao direito ao aborto, por exemplo, devem enfrentar forte oposição de setores conservadores, da Igreja Católica e das Igrejas Evangélicas, e de organizações “em defesa da vida”. O recente caso da liminar expedida pelo Ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, garantindo o direito ao aborto em caso de anencefalia fetal, dá bem uma amostra da

intensidade do debate que advirá. Na mesma semana, saíram artigos de opinião na revista *Veja* e no jornal *O Estado de S. Paulo*, contraditórios entre si, que, por sua vez, geraram cartas contra e a favor das posições assumidas pelos articulistas. Em seguida, a liminar foi cassada, mas no mérito ainda aguarda julgamento. A medida impacta protocolos médicos sobre morte cerebral, com repercussões sobre as políticas de doação de órgãos dos recém-nascidos. O assunto traz severas implicações éticas e, mesmo nos países do chamado Primeiro Mundo, há ainda muita celeuma. A Associação Médica Americana, para ficar num só exemplo, alterou as recomendações sobre transplante de órgãos de crianças anencéfalas por duas vezes entre 1994 e 1996.

Em nosso Código Penal, o aborto é proibido, salvo em duas situações relativas: quando há risco de vida para a mãe; ou quando a gravidez resulta de estupro. É sabido que uma das grandes causas de mortalidade materna no País é o chamado aborto inseguro. Estima-se que, anualmente, ocorram entre 750 mil e 1 milhão de abortos clandestinos no Brasil. A decorrência mais visível é que, em média, 250 mil mulheres são internadas pelo Sistema Único de Saúde – SUS, vítimas de abortos inseguros. Cerca de 10% vão a óbito, e 20% ficam com seqüelas. Esses índices acabam por impactar negativamente os índices de mortalidade materna. A luta pela descriminalização e legalização do aborto intensificou-se a partir de 2003 e, em 2004, os movimentos de mulheres têm promovido debates, programas de rádio, panfletagens, denúncias, manifestações e atos públicos por todo o País, como as jornadas brasileiras pelo “Direito ao Aborto Legal e Seguro” e o “Dia pela Legalização do Aborto na América Latina e Caribe”, celebrado em setembro último e que teve como tema “Aborto: as mulheres decidem, a sociedade respeita, o Estado garante”.

Convém repisar que o País tem uma das legislações mais apertadas sobre abortamento em âmbito mundial. Uma das recomendações da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres foi a descriminalização e legalização do aborto. O documento final da conferência incita o governo e a sociedade

a “promover e garantir o reconhecimento público do direito das mulheres e dos casais quanto à opção da maternidade/paternidade, possibilitando meios para regulação da sua fecundidade, afirmando o caráter laico das políticas de saúde reprodutiva”. O texto prossegue recomendando expressamente “a descriminalização e a legalização do aborto, com a garantia da assistência ao aborto no serviço público de saúde”. Em 1998, de todas as mulheres brasileiras entre 15 e 49 anos que morreram por todas as causas, 13% não tiveram assistência médica, segundo seu atestado de óbito. Em Tocantins, Maranhão e Rio Grande do Norte, esses números sobem para cerca de 30%. É bem provável que, em se tratando de idade fértil, entre esses casos encontrem-se com maior frequência abortos provocados.

Todavia, alguns avanços têm ocorrido nos últimos anos, como a Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento, do Ministério da Saúde, apresentada pela primeira vez durante o IX Fórum Interprofissional “Abortamento Inseguro como Forma de Violência contra a Mulher” (Guarulhos – SP, 9/9 e 10/9/2004), que pode ser vista como um roteiro orientador da qualidade da atenção ao abortamento. A norma “inclui aspectos relativos à humanização [do abortamento], incitando os profissionais, independente dos seus preceitos morais e religiosos, a preservarem uma postura ética, garantindo o respeito aos direitos humanos das mulheres”, com o objetivo de fornecer a profissionais e serviços de saúde “subsídios para que possam oferecer não só um cuidado imediato às mulheres em situação de abortamento, mas, também, na perspectiva da integralidade deste atendimento, disponibilizar às mulheres alternativas contraceptivas, evitando o recurso a abortos repetidos”.

Noutro plano, o Ministério da Saúde firmou o compromisso de intensificar o Programa Integral de Saúde da Mulher. É preciso, no entanto, ainda uma vez, não esquecer do recorte étnico. As mulheres negras, como todos os demais grupos étnicos, estão sujeitas à incidência de uma série de doenças para as quais estão predispostas geneticamente. Outras patologias adquiridas também

podem ser tipificadas, à medida que se acentuam em função das desigualdades materiais dessa população, de sorte que é preciso pensar a realidade objetiva das mulheres negras quando se analisa a situação da saúde no País.

B – Violência contra a mulher

Segundo especialistas, a violência doméstica contra a mulher também deve ser entendida como questão de saúde pública. Ela se processa em três níveis: físico, psicológico e abuso sexual, que concentra os dois anteriores. Há repercussões severas na saúde sexual e reprodutiva da mulher, sem esquecer da carga psicológica nociva. Tramita no Congresso Nacional o Projeto de Reforma do Código Penal, instrumento capaz de elidir as discriminações que ainda perduram. O Código Penal Brasileiro foi reformulado, em sua parte geral, em 1984, mas, em sua conformação atual foram mantidos alguns artigos francamente contrários aos interesses das mulheres, como, por exemplo, o princípio da reparação da honra (o artigo 107, inciso VII, afasta a punibilidade do agressor sexual disposto a casar-se com sua vítima). Na parte especial, onde são definidos os crimes e as punições, são mantidas discriminações contra as mulheres.

O Projeto de Lei nº 103/03 representava um avanço, ao eliminar substantivamente as discriminações e, em particular, estender as previsões legais para o abortamento, hoje bastante restritivas. Recentemente, o Senado aprovou substitutivo da Senadora Serys Slhessarenko (PT – MT) ao da Câmara dos Deputados. O substitutivo revoga os incisos VII e VIII, por considerar que os crimes de natureza sexual ofendem diretamente não os costumes da sociedade brasileira, mas a honra e a dignidade das pessoas atingidas. Dito de outra maneira, o casamento do agressor com a vítima não pode de modo algum afastar a punibilidade. O substitutivo moderniza ainda mais o texto do Código, escoimando termos ou expressões que podem suscitar juízos de valor ou indicar posições discriminatórias. Por exemplo, ficou eliminado o adjetivo “honesta” que acompanha o substantivo “mulher” nos tipos penais de três artigos do Código. Também foram implementadas modificações importantes

na conceituação e denominação dos crimes de estupro, atentado violento ao pudor e posse sexual mediante fraude.

O projeto interveio também na questão do crime de raptio consensual. A faixa etária para que seja configurado o crime foi reduzida, passando de 14 a 21 anos para 14 a 18 anos, sob a justificativa, a nosso ver procedente, de que o novo Código Civil outorgou às mulheres maiores de 18 anos a capacidade absoluta de contratar e tomar decisões que produzam efeitos jurídicos.

De outro lado, as Respostas do Brasil ao Comitê CEDAW (Comitê de Monitoramento da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher), redigidas em julho de 2003 pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, tocam num ponto bastante significativo, e que tem passado razoavelmente despercebido nos meios críticos. Os Juizados Cíveis e Criminais foram criados em 1995, com o objetivo de agilizar a atuação do Poder Judiciário e facilitar o acesso à Justiça. Os primeiros lidam com as causas de pequena monta; e os últimos com os “crimes de menor potencial ofensivo” (delitos cuja punição não exceda dois anos). A lei encerra, sem sombra de dúvida, uma perspectiva moderna e ágil; em sua parte criminal, aplica penas alternativas à prisão, “dando aos autores desses crimes considerados ‘menores’ oportunidades de reparação do dano com penas pecuniárias ou de serviços prestados à comunidade”.

O problema reside no fato de que ficou esquecida a perspectiva de gênero. Veja-se, como ilustração, que a maioria dos crimes denunciados às Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres são de lesões corporais. Tais delitos enquadram-se na penalização referida de até dois anos e são, em consequência, julgados pelos Juizados Especiais Criminais. Por esse caminho oblíquo, seus autores, quando condenados, são obrigados a pagar cestas básicas ou prestar serviços à comunidade. Trata-se, em verdade, de uma situação iníqua por dois motivos: não cerceia a violência doméstica, uma vez que o agressor tende a considerar branda sua possível pena; e, ainda, talvez mais importante, porque acaba funcionando como um desestímulo para as vítimas denunciarem seus agressores.

Em 1980, a Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou a “Declaração da Eliminação da Violência contra a Mulher”, o primeiro documento internacional de direitos humanos a focar exclusivamente a violência contra a mulher, percebida como um tipo de violação e degradação dos direitos humanos. Em 1995, a 4ª Conferência Mundial da Mulher, realizada em Pequim, conclamou os governos de todo o mundo a combater todas as formas de violência contra a mulher, ratificando as determinações da Declaração de 1980, e instando os signatários a não considerar justificativas de ordem religiosa, cultural e tradicional que continuam a embasar essas manifestações de violência. A chamada Conferência de Pequim acordou um plano de ação quinquenal destinado a melhorar a situação e os poderes da mulher nos campos social, econômico e político, melhorar a sua saúde, fomentar a educação e promover os seus direitos conjugais e sexuais. Talvez ainda seja cedo para mensurar com exatidão os avanços providos da Conferência, mas já é certo que houve significativo aumento numérico das proposições legislativas sobre a violência contra a mulher, já a partir de 1996 e, sobretudo, de 1999 em diante.

C – Previdência e assistência social

Entre os direitos sociais previstos no art. 6º da Constituição Federal, a Previdência Social é o que mais tem sido impactado pelas transformações legais recentes. A reforma previdenciária, necessária do ponto de vista da manutenção saudável do sistema, trouxe, contudo, inquietação a milhões de trabalhadores que possuem algum tipo de cobertura previdenciária. Num contexto de gradativa redução de direitos, a situação mais angulosa é, sem dúvida, a das famílias que não contam com qualquer tipo de proteção. Dados do Ministério da Previdência Social apontam que dos 40,7 milhões de sem-previdência, 16,8 milhões são mulheres. A taxa de cobertura para o sexo feminino é de 40% — menor do que a dos homens (43,9%). Quando se agregam dados de expectativa de vida e indicadores do IBGE sobre a quantidade de famílias mantidas por mulheres, percebe-se que a expressão “feminização da Previdência Social” não é exagerada.

Tabela 5 – Cobertura da Previdência Social na População Ocupada Total Privada* por Sexo – 2001

Sexo	População Ocupada	% de cobertura	Número de desprotegidos
Homem	42.529.470	43,9	23.855.141
Mulher	28.050.673	40,0	16.841.562
Total	70.580.143	42,3	40.696.703

Fonte: PNAD 2001 – IBGE

Elaboração: SPS/MPS

* Pessoas com 10 anos ou mais de idade, excluindo-se militares e estatutários.

A situação é crítica em quatro categorias de profissionais femininas: as trabalhadoras domésticas, as autônomas, as não remuneradas e as que trabalham para o próprio consumo. Em cada uma dessas categorias, a Previdência não chega a 30% das mulheres, conforme demonstra a Tabela 6:

Tabela 6 – Cobertura da Previdência Social entre as Mulheres por Posição na Ocupação na População Ocupada Total Privada* – 2001

Posição na Ocupação	% de cobertura	Número de desprotegidos
Empregadas	72,1	3.285.065
Empregadora	63,0	275.468
Trabalhadora doméstica	27,3	4.015.396
Por conta própria	13,4	4.322.206
Não remuneradas	2,8	2.938.028
Trab. na prod. e const. para próprio consumo	0,4	2.005.399
Total	40,0	16.841.562

Fonte: PNAD 2001 – IBGE

Elaboração: SPS/MPS

* Pessoas com 10 anos ou mais de idade, excluindo-se militares e estatutários.

Vale destacar que um dos setores mais pujantes da economia do Brasil, o setor de serviços, juntamente com o setor agrícola, concentra 68% das mulheres que não têm Previdência.

Passemos à análise das proposições legislativas na área de Previdência e Assistência Social. Quando confrontadas com o total, elas atingem 26,21% (dossiê coordenado pela pesquisadora Sílvia Yanoullas apresenta dados diferentes. Nele, os temas da área atingem 31% do total de projetos legislativos apresentados. Há que se considerar, porém, diferenças quanto a recorte temporal e alguma possível classificação temática divergente). A proteção social da maternidade apareceu em grande número, envolvendo licenças, estabilidade e, na imbricação com questões propriamente previdenciárias, o salário-maternidade. Na seqüência, advém um rol de temas previdenciários, envolvendo reforma e manutenção/criação de direitos, tanto no setor público quanto no privado. Na esteira, ficaram os projetos mais afins à Assistência Social, como a criação de Casas da Mãe Solteira etc.

Deve-se frisar, por fim, que a articulação entre os movimentos de mulheres e a bancada feminina permitiu avanços ponderáveis. Em 2001, foram aprovadas três leis consideradas importantes sobre os direitos trabalhistas das mulheres (sobre assédio sexual, pagamento de horas extras e direitos das empregadas domésticas). Outro sinal inequívoco de sucesso foi a rápida tramitação da concessão de licença maternidade para a mãe adotante.

D – Perfis da discriminação

Área importante e extremamente diversificada é a das conquistas e direitos da cidadania. Tais projetos se orientam em duas direções: a regulamentação de direitos individuais e coletivos; e a regulamentação das responsabilidades do Estado na prestação de serviços públicos e no atendimento de interesses e necessidades da população, em particular das mulheres. O enfrentamento objetivo dessas lacunas contribui para desvendar a discriminação que perpassa cada um dos setores da vida social. Examinaremos mais de perto a situação da mulher no mercado de trabalho (e também,

aspectualmente, na formação educacional) e na representação política, muito embora outras análises importantes tenham de ser, no momento, deixadas de lado.

D.1 – Mercado de trabalho

Uma significativa quantidade de proposições legislativas diz respeito à questão da discriminação contra a mulher. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Censo 2000) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) comprovam de forma cabal que as mulheres, embora sejam maioria da população brasileira e possuam mais anos de escolaridade, ainda ganham salários inferiores aos dos homens e são minoria no mercado de trabalho. O relatório final da “Comissão Especial Ano da Mulher” da Câmara dos Deputados, recentemente entregue ao Presidente daquela Casa, põe em destaque esses dados preocupantes. Contudo há a necessidade de se expor, aqui, mais detidamente, os verdadeiros recortes que devem orientar as políticas públicas, de um lado, e a ação parlamentar, de outro. O problema é de gênero, sem dúvida, sem o ser de forma exclusiva.

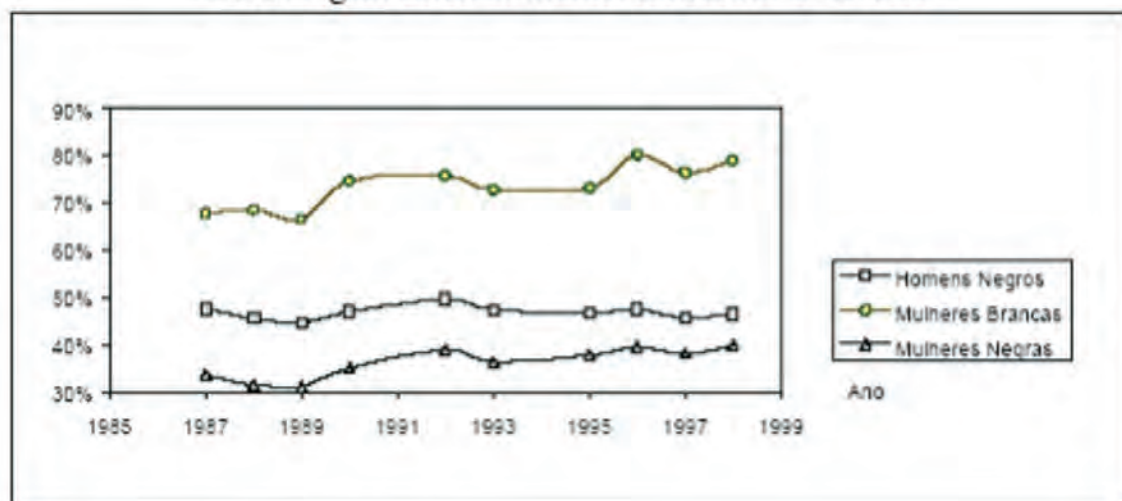
Nos últimos tempos, o Ipea tem dado a lume importantes contribuições científicas para estimar a gravidade do problema e propor soluções. É de se destacar, sobretudo, o estudo Desigualdade racial no Brasil, do economista Ricardo Henriques, e o Perfil da discriminação no mercado de trabalho, do pesquisador Sergei Suarez Dillon Soares. Ambos os estudos se valem de modelagens matemáticas para demonstrar que há um hiato entre o nível de rendimento e escolaridade entre brancos e negros e – o mais preocupante – que este hiato tende a perpetuar-se, levando a uma “naturalização da desigualdade”, nas palavras de Henriques.

O estudo do prof. Sergei Soares mostra que, em termos estatísticos, existe um perturbador fenômeno na inclinação da curva de discriminação contra os homens negros: à medida que o indivíduo sobe na distribuição de renda dos negros – quanto mais alto o centésimo de renda –, maior o Termo de Discriminação. “Os homens negros mais pobres pouco teriam a ganhar com o fim da

discriminação – algo em torno de 5% a 7%; já os homens negros mais ricos sofrem reduções de 27% no salário que perceberiam se enfrentassem a mesma estrutura salarial dos homens brancos”. O dado é ainda mais ponderável quando se trata das mulheres negras. Para estas, em uma situação hipotética de absoluta ausência de discriminação, os salários se elevariam, na mediana, em cerca de 55%, tomando-se como base o ano de 1998. Uma leitura adequada dos estudos do Ipea deve ponderar que a discriminação de gênero existe e é perversa, mas esta assume contornos ainda mais graves quando se soma ao recorte étnico.

Ressalvando não se tratar de uma previsão, mas antes de um simples exercício de projeção linear, o prof. Sergei Soares demonstra que, em persistindo a taxa evolutiva dos últimos 11 anos, em 30 anos não haverá mais discriminação salarial contra mulheres brancas (Gráfico 4). Este é um dado que põe por terra argumentos do tipo: “– Ora, a discriminação não se dá apenas entre os negros; veja-se o caso das mulheres”. No caso dos homens negros, por exemplo, o prazo é infinito, pois a tendência é de estabilidade. Haveria uma situação em que as retas de evolução de crescimento de renda de um e outro seguiriam na mesma proporção, perpetuando a desigualdade. A constatação impõe que as medidas sejam de caráter corretivo, e estas bem poderiam ser as chamadas políticas afirmativas.

GRAFICO 4
 Rendimentos de Homens Negros, Mulheres Brancas e Negras como
 Porcentagem do Rendimento dos Homens Brancos



Fonte: Microdados das PNAD padronizados pelo IPEA.

Os estudos mencionados concluem que o diferencial de rendimentos pode provir de: a) qualificações diferentes; b) distintas inserções no mercado de trabalho; ou c) diferencial salarial puro. No fulcro das três possibilidades, há a constante do racismo e do sexismo entranhados na sociedade brasileira. Os estudos provam que a discriminação é propriamente racial, embora seja também de gênero, e indicam que “o restante do preço da cor é pagamento pela discriminação sofrida durante os anos formativos – é na escola, e não no mercado de trabalho, que o futuro de muitos negros é selado” –, de acordo com Sergei.

Um caso emblemático da interação entre os fatores cor da pele, sexo e iniquidade social é o das trabalhadoras domésticas – a maior categoria profissional do País. Não é preciso lembrar que se trata de categoria sacrificada, mal remunerada, sujeita a jornadas extenuantes e, em larga medida, desamparada pela legislação trabalhista – e certamente desassistida no que se refere ao efetivo cumprimento da lei. Cerca de 60% dessas mulheres são negras e anseiam pela regulamentação de sua profissão.

Outra bandeira dos movimentos de mulheres é a criminalização do assédio sexual, considerado fator estruturante da discriminação no mercado de trabalho e, fora dele, um óbice à ascensão profissional da trabalhadora e uma nódoa sexista.

A conclusão é que uma política verdadeiramente igualitária precisa extinguir os focos de desigualdade e injustiça ainda vigentes. Um deles é, certamente, a escola (por exemplo, embora as mulheres já sejam a maioria entre os estudantes de nível superior, ainda estão atrás nos cursos de pós-graduação *strictu sensu*), em seus variados níveis. Políticas públicas e aperfeiçoamentos na legislação devem ser promovidos conjuntamente com o objetivo principal de se conseguir uma educação de qualidade, eixo fundamental no combate às desigualdades entre os sexos, as etnias e as classes sociais. Tal perspectiva universalista não afasta as medidas de caráter mais particularista, como, entre outros: empreender reformas curriculares com vistas a contemplar temas anti-racistas e anti-sexistas; fomentar a capacitação dos educadores para lidar de maneira adequada com

a questão racial; adotar uma pedagogia interétnica e não sexista; proporcionar, na área da produção científica e tecnológica, igualdade de tratamento, oportunidade e de condições para os projetos de inclusão social. A adoção das políticas afirmativas, voltamos a registrar, também constitui alternativa válida para a ação governamental, seja pelo mecanismo da adoção das cotas, seja por outros instrumentos que procurem reconduzir os sexos e as etnias a uma situação de igualdade material, respeitadas suas diferenças e peculiaridades.

D.2 – Representação política

Os anos 90 trouxeram considerável influxo à participação feminina na política, como se observou. A crescente organização das mulheres e a percepção de que elas constituem uma força eleitoral poderosa, assim como certa evolução nos padrões sociais vigentes, constituíram-se em mecanismos de pressão sobre os partidos políticos e seus dirigentes. Até 1976, não havia nenhuma mulher entre os senadores, e o número rareou até que a adoção do sistema de cotas por gênero fosse implantado e começasse a apresentar resultados (1995). Como prova da repercussão eleitoral da adoção das cotas, na Câmara dos Deputados, a bancada cresceu 45% nas eleições de 2002. Nos legislativos estaduais, há 7.001 mulheres vereadoras trabalhando. Também se registra uma curva ascendente nos poderes Executivo e Judiciário.

Mas nem tudo é comemoração: a representação feminina ainda é, de modo geral, bastante reduzida, girando em torno de 10%. Estudo da ONG CFêmea, baseado nos dados preliminares do Tribunal Superior Eleitoral, mostra a continuidade do ciclo de crescimento de candidaturas femininas e permite prever nova melhoria na taxa de parlamentares eleitas, em que pese algum contra-efeito derivado da redução do número de cadeiras de vereadores em jogo. A expectativa, contudo, é que se amplie o número de mulheres eleitas para o cargo de prefeitas. O ponto com destaque negativo é que nenhum partido atingiu a cota de 30% para mulheres candidatas às eleições

para vereador em 2004, como demonstra a Tabela 7, que sintetiza a atual representação feminina no Congresso Nacional.

Tabela 7 – Representação Partidária Feminina no Congresso Nacional, 2004

Partido	Câmara	Senado	Total	Total (%)
PCDOB	4	0	4	7,69
PFL	6	2	8	15,38
PMDB	6	0	6	11,54
PPS	1	1	2	3,85
PSDB	5	1	6	11,54
PSB	2	0	2	3,85
PSol	1	1	2	3,85
PT	15	4	19	36,54
PTB	3	0	3	5,77
Total	43	9	52	100

Tais números colocam o País em níveis internacionalmente baixos de representação político-partidária. Ao que tudo indica, porém, o quadro seria pior caso o sistema de cotas não tivesse sido implantado. Além disso, as cotas parecem constituir-se em uma tendência global. Uma investigação realizada no ano de 2000, envolvendo 76 partidos de países da Comunidade Européia que não adotaram as cotas compulsoriamente, achou que, destes, 35 findaram por adotá-las por iniciativa própria.

A Tabela 7 nos informa que 55,78% das parlamentares brasileiras foram eleitas por partidos à esquerda do espectro político. Tais dados são consistentes com a literatura internacional, que refere a predominância da participação feminina em partidos de esquerda ou de recorte alternativo, como os partidos verdes. A representação no Congresso Nacional ainda é baixa, mas, como indica o citado estudo sobre os dados prévios do TSE, a bancada feminina deve crescer nos próximos pleitos eleitorais, seja como efeito das pressões já comentadas, seja pela tendência hoje vigente

de matizar a representação política, de acordo com a complexidade de cada vez mais assumida pela formação social, seja ainda pelo efeito das ainda incipientes políticas afirmativas empreendidas pelos partidos.

A professora Clara Araújo, em estudo³⁰ em que correlaciona gênero e acesso à representação, sobretudo a partidária, afirma que “a inserção das mulheres nas instâncias legislativas depende de duas variáveis: o sistema partidário em geral; e o contexto específico dos partidos políticos”. Desse modo, quanto à primeira variável, o ambiente propício à inserção das mulheres é preferencialmente o dos sistemas proporcionais de lista aberta ou fechada, devido às diversas configurações sociais a que os partidos são compelidos a estruturar. De resto, os sistemas majoritários tendem a privilegiar um perfil definido de representante, tipicamente masculino, numa ambiência política quase sempre dominada por partidos políticos grandes e tradicionais, avessos à adoção de um perfil de representação não-ortodoxo.

No que se refere aos partidos políticos, vai-se percebendo que a situação menos refratária às mulheres é a dos partidos mais jovens, de perfil menos regionalizado (nesse ponto, convém observar a ausência de parlamentares mulheres no PDT, partido que contraria os dois preceitos anteriores, pois tem raízes históricas no trabalhismo brasileiro, de um lado, e, de outro, sempre enfrentou dificuldades para constituir-se em partido de distribuição verdadeiramente nacional) e mais à esquerda. Do ponto de vista da inserção das mulheres, não convém que existam, no quadro do sistema político, nem concentração de partidos, nem tampouco um cenário demasiado fragmentado, pois a proliferação é quase sempre seguida da dissolução, o que contribui para que as conquistas femininas não se institucionalizem.

Seja, porém, qual for o sistema político e a configuração partidária, a mulher enfrenta mais dificuldade em competir internamen-

³⁰ ARAÚJO, Clara. A intercessão entre gênero e partidos políticos no acesso das mulheres às instâncias de representação. Disponível em: www.cfemea.org.br/pdf/claraaraujo.pdf. Acesso em 19-8-2004.

te nos partidos do que, propriamente, em conseguir a indicação como candidata. A ciência política demonstra que os detentores de mandato ocupam o espaço político interno mais relevante nos partidos: em geral, figuram no topo das listas; competem de forma mais consistente pelos recursos; têm mais tarimba acerca dos meandros políticos; solidificaram sua base de sustentação; dominam a burocracia partidária, ou seja, para ficar numa só expressão, adquiriram um capital político considerável. Uma última palavra: em regra, são homens.

O aprimoramento das estruturas partidárias, sua abertura para a questão de gênero, compreende mais do que o simples acesso das mulheres aos partidos: além da retórica inclusiva, é preciso enfrentar os desafios da verdadeira democracia interna, investindo em qualificação das candidatas (e também em cursos para a militância feminina, publicações e seminários), possibilitando a emergência de canais que conduzam as mulheres aos postos relevantes da máquina partidária, sobretudo as instâncias deliberativas, compromissando-se, por fim, com metas de atingimento de representação feminina. De um modo geral, os partidos políticos, ainda que oficialmente declarem o contrário, resistem à participação feminina. Dos 27 partidos hoje existentes, apenas 13 dispõem de secretarias dedicadas às mulheres. Um rápido exame nas cúpulas dos principais partidos, ou seja, nas executivas e nos diretórios nacionais, permite perceber que ainda é reduzida a presença feminina nessas instâncias, o que torna factível pensar na adoção de cotas por gênero na direção partidária. Projeto da Deputada Luíza Erundina estabelece que 30% das verbas do fundo partidário, assim como 30% do tempo da propaganda política, seriam reservados para as mulheres.

Na esfera legislativa, as mulheres têm demonstrado interesse em criar e/ou ampliar as instâncias que dêem conta do recorte de gênero. O exemplo emblemático dessa postura pró-ativa foi a criação formal da Bancada Feminina no Congresso Nacional (2001), de caráter suprapartidário e que objetiva agilizar a tramitação de projetos considerados prioritários para as causas das mulheres. Ou-

tra relevante iniciativa nesse sentido é um projeto de resolução do Senado Federal (2003) que cria a Comissão de Direitos Humanos e Questões de Gênero. O projeto encontra-se tramitando no Senado e já obteve parecer favorável na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Também não devem ser esquecidas as proposições que buscam promover alterações no Regimento Interno, visando ampliar a participação feminina.

Somado tudo, é possível concluir que o Parlamento brasileiro vem respondendo de maneira gradual, mas consistente, às demandas das mulheres. Uma das resultantes é que proposições de escopo mais largo (e tramitação mais demorada), como o chamado “Estatuto das Mulheres”, parecem perder espaço. Ocorre que a aprovação sistemática de questões mais pontuais, embora igualmente importantes, atingiu em cheio o cerne e a razão mesma de ser daquele estatuto.

III – O PARLAMENTO NO FEMININO

Esta seção procura mostrar a atuação parlamentar feminina no período compreendido entre 1984 e 2004. Deve ser considerada, portanto, como elemento de controle da efetiva vigência dos valores historicamente ligados à questão feminina sobre a atuação das parlamentares federais, ajudando a esclarecer em que medida a atuação parlamentar das mulheres contribuiu para modelar o tratamento da questão feminina pelo Congresso Nacional.

É importante observar-se que o banco de dados utilizado nesta seção é diferente daquele compulsado nas seções anteriores, em virtude de suas finalidades próprias. Foram identificadas cerca de 5.640 “iniciativas parlamentares” tomadas por representantes federais, do sexo feminino, no período 1984-2004. Uso a expressão iniciativa parlamentar em razão do fato de nem toda atividade dos legisladores, formalizada em termos regimentais, consistir em projetos de lei ou de emendas constitucionais. Incluem-se também iniciativas que não geram normas jurídicas, mas que

caracterizam o desempenho de funções parlamentares. Assim, as atribuições de fiscalização dos Poderes Executivo e Judiciário encontram nos requerimentos e pedidos de esclarecimento seus instrumentos típicos; a forma “sugestão” aos mesmos poderes configura um instrumento que permite ao parlamentar, mesmo fora de suas competências formais, exercer suas atribuições substantivas, a saber, a de contribuir para o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico.

Das cerca de 5.640 iniciativas parlamentares identificadas no período, este estudo abrange cerca de 2.000, regularmente distribuídas segundo as variáveis ano, Casa legislativa e partido político, o que torna possível que se tome por seguras, para todo o universo pesquisado, as inferências que venham a ser feitas a partir desse seu segmento. Tão logo esteja terminado o trabalho de tabulação, este estudo será atualizado. Pode-se, entretanto, afirmar que as inferências que serão feitas a partir da massa de dados analisada muito dificilmente deixarão de corresponder à verdade da totalidade dos dados disponíveis, dados os cuidados na composição da amostra ora compulsada.

A base de dados do Senado Federal, utilizada para a coleta das informações, oferece resumos de cada iniciativa parlamentar regimentalmente prevista. Nos “resumos” estão os seguintes dados, que tabulamos e analisamos: ano da iniciativa, seu número protocolar, o instrumento legislativo utilizado, o nome da parlamentar, seu partido político, seu estado de origem e uma ementa, que nos permitiu criar a variável “campo da ação parlamentar”, a qual, como se verá, revelou-se decisiva para a análise da qualidade da ação parlamentar federal feminina.

Sobre o campo de ação

Valemo-nos de categorias empíricas para a classificação dos dados e de categorias analíticas para sua interpretação. As categorias empíricas foram sendo sugeridas pela própria massa de dados, à medida que ia sendo compulsada. A tabela 7 nos mostra

a distribuição dos campos específicos de ação parlamentar, bem como sua frequência no universo empírico observado:

Tabela 8 – Concentração de Categorias de Proposições Legislativas apresentadas por Mulheres Parlamentares, 1984-2004

m-assistência social	3.38%
m-direitos individuais	0.79%
m-direitos trabalhistas	4.89%
m-educação	6.04%
m-fiscalização do Estado	32.99%
m-habitação	0.48%
m-política	2.42%
m-saúde	4.41%
m-social	5.80%
m-trânsito	0.18%
pm-consumidor	1.21%
pm-cultura	0.36%
pm-idosos	0.97%
pm-infância e adolescência	4.47%
pm-meio ambiente	1.81%
pm-minorias étnicas	0.12%
pm-mulheres	3.87%
pm-necessidades especiais	1.39%
pm-reforma agrária	1.09%
t-economia	12.57%
t-família	0.66%
t-jurisdição	2.54%
t-segurança	3.08%
t-símbolos	4.41%
Total Global	100.00%

As categorias empíricas, por sua vez, foram agrupadas segundo três categorias analíticas, que pretendem indicar a significação principal da atividade parlamentar para a produção e a reprodução das instituições sociais e, especialmente, da cultura política entre nós. Assim, algumas categorias empíricas foram consideradas como indicativas de posições tradicionais ("t", na tabela acima), outras, de posições modernas ("m"), e outras, ainda, de posições pós-modernas ("pm").³¹

A categoria "tradicional" indica a presença daquilo que se poderia definir como "visão de mundo hierárquica" a presidir a iniciativa parlamentar. Por visão de mundo hierárquica entendemos, para fins deste estudo, a leitura da sociedade brasileira que indica a necessidade da conservação de suas estruturas sociais, culturais e políticas tais como elas se desenvolveram ao longo da história, a saber, acomodando e ajustando níveis profundos de desigualdade e mesmo de iniquidade sociais, tratando de naturalizar tais padrões de desigualdade na consciência dos atores sociais.

Deve ficar claro que a idéia de hierarquia, ou de tradição, não têm significado moral negativo neste ensaio (ao contrário da idéia de iniquidade, que será utilizada, sempre, para indicar situações inaceitáveis do ponto de vista moral). "Igualdade" e "hierarquia" são idéias teóricas, utilizadas para a descrição de realidades que, em si, tanto possuem elementos hierárquicos quanto igualitários. A história comparada não conhece realidades sociais em cujas estruturas não esteja presente o elemento hierárquico. O mesmo argumento vale para o elemento igualitário. Mas pode-se, com muita propriedade, falar no predomínio de uma ordem de valores sobre a outra quando se procura caracterizar uma cultura ou um período histórico.

Nesse sentido, este estudo postula que a "tradição" brasileira é predominantemente hierárquica, na medida em que lança suas raízes sobre o solo do Catolicismo. A partir do ideário católico

³¹ Cf. Inglehart, Ronald, *Modernity and post-modernity in 43 societies*. Harvard, Harvard University Press, 1986.

desdobram-se outras ordens de valores (na política e na moralidade, por exemplo), sempre com a marca hierárquica predominando. A diferença da sociedade europeia, contudo, entre nós a “hierarquia” anda muita próxima da iniquidade, porque o ideário religioso hierárquico, que garantiu, no Velho Mundo, um piso ético a todos os envolvidos na ordenação hierárquica da sociedade, não se instalou entre nós senão como garante da economia escravista e do poder político português. Uma vez independente o País, as estruturas geradas na Colônia lograram reproduzir-se, ganhando sobrevida ao tornarem-se compatíveis com os processos de “modernização” (*i. e.*, a instalação de um mercado e de um Estado-nação, inexistentes na Colônia) iniciados ainda antes da Independência política. Dado esse complicado arranjo sócio-histórico, consideramos razoável a postulação de que tudo o que conserva, simplesmente, estruturas sociais, políticas e valores culturais, tais como nos foram legados pelo que se passou até o final do século XIX, conduz à reprodução da visão de mundo hierárquica entre nós. Os campos de ação que entendemos funcionais à reprodução da cosmovisão hierárquica foram os de economia, família, jurisdição, segurança e geração de símbolos (p. e., criação de dias comemorativos, de homenagens, batismo de instituições e obras públicas e congêneres).

A segunda categoria analítica é a de cosmovisão “moderna”, ou “igualitarista”. Como é sabido, a modernidade é aquela época histórica, inaugurada com a Reforma Protestante, que, ao radicalizar, retirando as intermediações hierarquizantes católicas, a relação direta entre o indivíduo e Deus, lançou as bases para a crença em que todos os homens são “iguais” (perante Deus, inicialmente, mas a partir de então também perante o Estado, os outros homens, a razão, a natureza etc.). As crenças e posicionamentos tipicamente “modernos” são, portanto, aquelas conducentes a gerar “igualdade” entre os membros de uma mesma sociedade, no sentido da homogeneização de seus estilos de vida. A cosmovisão moderna pretende estender a todos as “mesmas” condições de vida – quanto à riqueza, educação, poder político etc. Consideramos, para

concluir, que os seguintes campos de ação abrigam os esforços “equalizantes” em nossa sociedade: assistência social, direitos individuais, direitos trabalhistas, educação, habitação, sistema e direitos políticos, saúde (que inclui saneamento), direitos sociais, trânsito (que inclui transporte) e regulação e fiscalização do Estado. Esta última categoria revelou-se tão importante, em termos quantitativos (responde por cerca de 1/3 de todas as iniciativas parlamentares consideradas), que merecerá análise à parte.

Por fim, a categoria analítica “pós-moderno” indica a presença da cosmovisão que se poderia chamar de “igualitarista complexa”, ao contrário da moderna, cujo ideal de igualdade é “simples” na medida em que trata apenas de assemelhar indivíduos e condições de vida.

A igualdade complexa consiste em um desdobramento e em uma crítica da cosmovisão moderna. Assim, desta é retida a expectativa de condições mínimas semelhantes para todos, mas agora em um contexto que afirma ser a afirmação da diferença cultural um desses “direitos” que devem ser homogeneamente distribuídos entre os membros da sociedade. Ser “igual” tende a significar: minha identidade cultural é própria, diferente da de outros membros da mesma sociedade. A cosmovisão igualitarista complexa, ou pós-moderna, considera, criticamente, que a noção de igualdade simples, com suas seqüelas massificantes e obnubiladoras das histórias culturais de grupos dominados, não aproveita suficientemente à emancipação dos indivíduos e dos grupos sociais. Consideramos os seguintes campos de ação parlamentar como representativos da pós-modernidade entre nós: direitos do consumidor, promoção da cultura, direitos dos idosos, direitos da infância e da adolescência, meio ambiente, direitos das mulheres, direitos das minorias étnicas, direitos dos portadores de necessidades especiais e reforma agrária.

A tabela 8 revela a distribuição e a freqüência de iniciativas parlamentares federais femininas segundo as três categorias de análise:

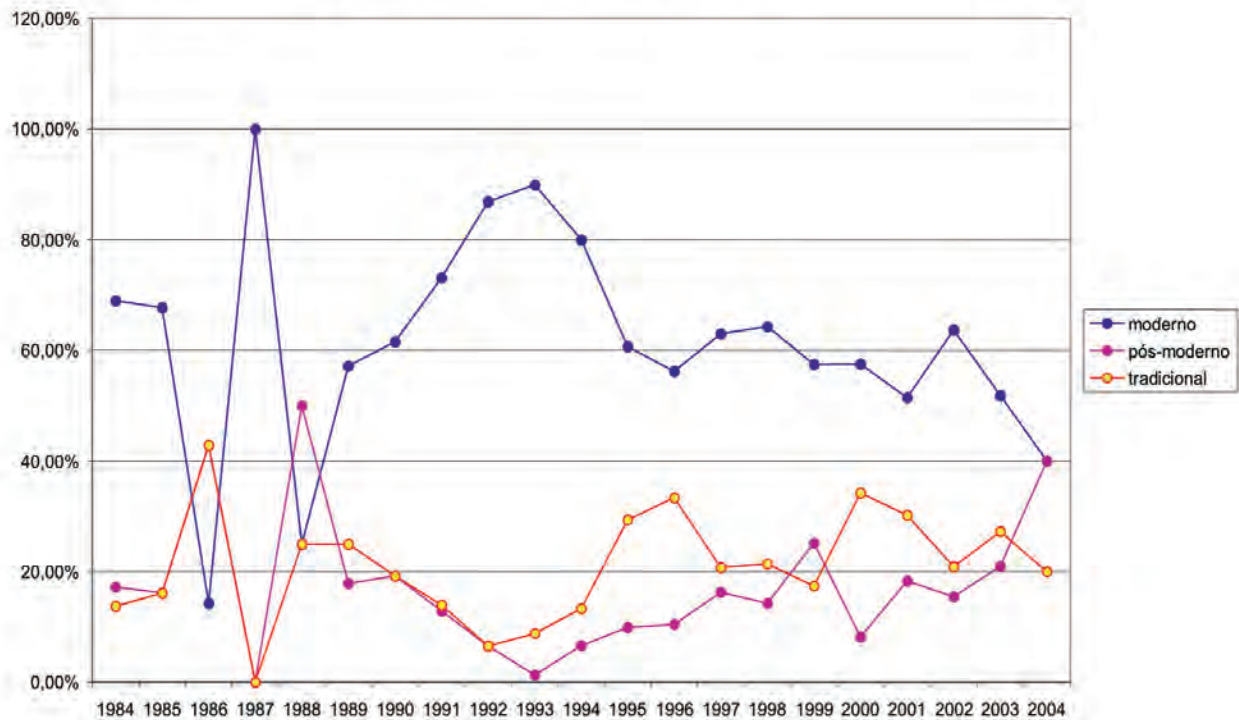
Tabela 9 – Concentração de Tipos de Proposições Legislativas apresentadas por Mulheres Parlamentares, 1984-2004

visão de mundo igualitarista simples (moderna)	61.39%
visão de mundo hierárquica (tradicional)	23.26%
Visão de mundo igualitarista complexa (pós-moderna)	15.35%
Total Global	100.00%

Creemos que a tabela indica que a atividade política feminina representa bastante bem o momento histórico de nossa sociedade, dominado pelos esforços de “modernização” (no sentido utilizado neste texto), que buscam desalojar os elementos tradicionais, os quais, contudo, são ainda marcantes. Nosso processo de modernização pode ser melhor descrito como um ajuste de contas com o legado hierarquizante e iníquo dos primeiros séculos de nossa existência, e não como um processo de aperfeiçoamento crítico de uma igualdade moderna já conquistada. Nesse sentido, a atividade feminina na política deixa-se explicar, antes, pelos grandes processos históricos em curso entre nós, e não por características peculiares da condição de mulher. Por sua vez, esses “grandes processos históricos” implicam a vigência de uma “lógica própria” para as ordens de ação social mais importantes (economia, direito, moral e, para o que nos interessa, política). Isso nos autoriza a pensar que as motivações para a ação, que possam derivar da pertença ao gênero feminino, encontram na lógica própria do campo político um forte limitador. Quase se poderia dizer que a atividade parlamentar precisa obedecer às regras do jogo político, e que são essas regras (e seus subconjuntos dentro de cada agremiação político-partidária) que delineiam o “perfil ideológico” da parlamentar, e não a sua condição de representante do gênero feminino. Essa é a principal conclusão a que esta seção chegou.

Vale dizer que, se a análise recaísse sobre o discurso das candidatas, provavelmente teríamos um resultado bastante diferente, com os objetivos “de gênero” presentes com muito maior intensidade. Deriva mesmo daí certa surpresa com os resultados revelados da atividade parlamentar, dada a expectativa criada pela base comum de legitimação sobre a qual se tem apoiado a maioria das candidaturas femininas.

Gráfico 5 - Tipos de Proposições encaminhadas por Mulheres Parlamentares, 1984-2004



Tipos de Proposições, 1984-2004

No gráfico 5, a análise da relação entre a classe sociológica da proposição e o ano de sua feitura parece apontar para o fato de que as proposições modernas contrapõem-se àquelas tradicionais e pós-modernas. Parece ser necessária uma “pausa” no ritmo de modernização do país para que os setores “não-modernos”, ou seja, tradicional e pós-moderno, ganhem espaço. Os tipos sociológicos tendem a excluir-se, portanto, sinalizando um importante conflito de visões de mundo que, sem dúvida, representa conflitos reais na sociedade. Pode-se concluir dizendo que a modernização ocorre às expensas da tradição e das tendências de reconhecimento das diferenças de indivíduos e de grupos. E, no sentido oposto, há ocasiões em que as forças tradicionais se reagrupam, como também há aquelas em que as tendências pós-modernas logram superar a lógica equalizante da modernidade.

Chama a atenção o fato de tradição e pós-modernismo oscilarem juntas, crescendo ambas sempre que a modernização arrefece. Acrescente-se a isso os números da modernização, muito maiores, em termos absolutos e relativos. Isso parece indicar que o processo de modernização segue sendo a agenda determinante da sociedade e do Parlamento brasileiros. Como é sabido, tal não parece ser a tendência nos países ocidentais “desenvolvidos”, cuja agenda política hodierna é importantemente marcada pelo ideário pós-moderno.

A socióloga norte-americana Nancy Fraser, em livro hoje clássico³² sobre as insuficiências da modernização nas sociedades “desenvolvidas”, lamenta que, nestas, a vigência dos valores “distributivistas” tenha sido interrompida antes do alcance das condições minimamente satisfatórias de equidade social. Daí o título que dá a seu livro. O que se pode observar no gráfico ora em análise é que tal tendência, muito embora ronde a agenda

³² FRASER, Nancy. *Justice interruptur – Critical Reflections on the “Post-Socialist” Condition*. Nova Iorque, Routledge, 1996.

política nacional, não tem sido capaz de interromper o avanço e a consolidação dos valores igualitaristas, tipicamente modernos.

A regulação e a fiscalização do Estado

Em um campo, porém, a atividade feminina na política parece buscar “fazer a diferença”: nas iniciativas de regulação e de fiscalização do Estado. Na tabela 9, os dois primeiros instrumentos servem para fiscalizar o Estado, enquanto os três últimos são adequados à sua regulação:

Tabela 10 – Espécies de Proposições Legislativas apresentadas por Mulheres Parlamentares, 1984-2004

Requerimento de informações aos Poderes Executivo e Judiciário	76.30%
Outros requerimentos	7.04%
Sugestões aos Poderes Executivo e Judiciário	4.26%
PEC	1.67%
Projetos de Lei	10.74%
Total Global	100.00%

Pode-se observar que, quando dedicadas à Administração Pública, 83,33% das iniciativas femininas visam fiscalizar e dar transparência ao Estado, ao passo que as 16,67% restantes buscam o aperfeiçoamento (regulação) das instituições públicas.

Eis aí o que parece ser o traço mais marcante da atividade parlamentar federal feminina: como grupo social “novo” na política, as mulheres parecem reprovam o ambiente institucional que encontram, ao dedicarem 1/3 de todas as suas iniciativas à reorganização do mesmo. Aliás, além de novo, o grupo feminino costuma identificar o ambiente político-estatal como profundamente inquinado pelos modos de agir, sentir e pensar tipicamente masculinos. Assim, é mesmo possível que tal atividade reordenadora venha a funcionar como um pré-requisito para que a atividade parlamentar federal feminina porte mais nitidamente os traços culturais de seu gênero. Em síntese: os dados parecem indicar que a “sabedoria de gênero”

tem recomendado às mulheres que organizem de outro modo o ambiente político-estatal. Essa, cremos, é a grande “diferença” que a presença feminina tem feito.

Dos Partidos

A tabela 10 mostra a distribuição e a freqüência das iniciativas parlamentares, por partido político, no período estudado:

Tabela 11 – Filiação Partidária das Mulheres Parlamentares que apresentaram Proposições Legislativas, 1984-2004

PT	32.21%
PMDB	15.68%
PDT	13.57%
PSDB	11.82%
PFL	7.12%
PCdoB	5.61%
PDS	4.04%
PSB	3.98%
PPB	2.35%
PTB	1.09%
PPR	1.03%
PTR	0.78%
PP	0.54%
PRN	0.12%
P MDF	0.06%
Total Global	100.00%

O PT, o PDT, o PCdoB e o PSB, partidos à esquerda do espectro político, são responsáveis por mais da metade de todas as iniciativas parlamentares tomadas por mulheres nos últimos vinte anos.

Se, entretanto, cotejarmos o partido político com o resultado de sua iniciativa, veremos que o PSDB tem sido o mais eficaz de todos, como demonstra a tabela 10:

**Tabela 12 – Taxa de Sucesso de Aprovação
de Proposições Legislativas apresentadas por
Mulheres Parlamentares por Partido Político, 1984-2004**

Contagem de Partido	Destino								
Partido	Aprovada no Parlamento	Arquivado	Prejudicado	Retirado pelo Autor	Tramitando	Tramitando Anexada	Transformada em NJ	Vetado	Total Global
PSDB	30.67%	12.55%	18.75%	12.50%	3.32%	10.74%	4.35%	18.75%	12.05%
PT	21.33%	32.22%	34.38%	46.88%	53.55%	28.19%	13.04%	25.00%	34.27%
PMDB	21.33%	16.32%	9.38%	21.88%	9.48%	27.52%	43.48%	12.50%	17.07%
PDT	0.00%	21.76%	6.25%	6.25%	0.95%	0.67%	4.35%	18.75%	14.66%
PFL	9.33%	4.92%	12.50%	6.25%	18.48%	8.72%	8.70%	0.00%	7.63%
PSB	2.67%	2.62%	6.25%	3.13%	10.90%	5.37%	13.04%	12.50%	4.42%
PC do B	4.00%	5.96%	6.25%	3.13%	1.90%	13.42%	8.70%	12.50%	6.09%
PTB	2.67%	1.05%	0.00%	0.00%	0.95%	2.68%	0.00%	0.00%	1.20%
PPB	8.00%	2.62%	6.25%	0.00%	0.47%	2.68%	4.35%	0.00%	2.61%
Total Global	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%

Dentre as agremiações de esquerda, destaque negativo para o PDT, que nada aprovou do muito que propôs.

Por outro lado, PSDB, PMDB e PFL foram os responsáveis por cerca de 60% de tudo o que foi *aprovado* no Parlamento Federal, tendo partido de mulheres a iniciativa, nos últimos vinte anos.

Dos resultados

A tabela 12 mostra a sorte que, de um modo geral, têm encontrado as iniciativas das parlamentares federais:

**Tabela 13 – Situação das Proposições
apresentadas por Mulheres Parlamentares, 1984-2004**

Arquivada	68.19%
Tramitando	13.18%
Tramitando Anexada	9.41%
Aprovada no Parlamento	4.64%
Retirada pelo Autora	2.04%
Transformada em Norma Jurídica	1.55%
Vetada	0.99%
Total Global	100.00%

Salvo engano, parece haver uma diferença entre os padrões gerais de transformação de proposições em normas jurídicas, que se situa, segundo dados de conhecimento geral, entre 5% e 7% do que vem a ser proposto, e o padrão de aprovação de matérias propostas por mulheres, que é de cerca de 1,5%. Apenas uma investigação mais detalhada das circunstâncias pode confirmar a existência de um preconceito atuando como motivação de decisões no processo legislativo (visto que à inexperiência também se pode imputar alguma causalidade no assunto); entretanto, o presente estudo levanta suspeitas de que esse seja o caso.

Apenas uma parcela pequena daquilo que é apresentado vem a ser transformada em norma jurídica. Quase ¼ de tudo o que foi apresentado nos últimos vinte anos ainda continua em tramitação, mas não há qualquer razão para que se espere resultados diferentes.

Se considerarmos a atividade parlamentar federal feminina segundo o instrumento legislativo, temos a seguinte tabela:

Tabela 14 – Espécies de Proposições Legislativas apresentadas por Mulheres Parlamentares, 1984-2004

Outros requerimentosa	4.01%
PEC	3.89%
Projetos de Lei	50.30%
Solicitação de informações aos Poderes Executivo e Judiciário	32.91%
Sugestões aos Poderes Executivo e Judiciário	8.88%
Total Global	100.00%

Os números revelam, como já foi observado anteriormente, um importante esforço de fiscalização convivendo com as iniciativas de legislação em sentido estrito. As “sugestões” traduzem os esforços de regulação: no mais das vezes, consistem em idéias apresentadas aos Ministérios com a expectativa de inspirarem decretos que regulem matérias de competência do Poder Executivo.

Em síntese, a análise inicial dos dados levantados revelou:

1. A lógica do jogo político-parlamentar federal parece sobrepor-se à lógica do gênero enquanto principal orientador e motivador da ação política das parlamentares federais. As proporções de propostas tradicionais, modernas e pós-modernas não diferem da média geral do Parlamento e acompanham as tendências gerais em curso na sociedade.

2. Entretanto, se observarmos a atuação das mulheres no campo da fiscalização e da regulação da administração pública, encontraremos, possivelmente, traços distintivos interessantes. Salvo melhor juízo, as parlamentares federais parecem empreender grande esforço para a ampliação da transparência do ambiente político-estatal.

3. Por fim, parece haver uma diferença curiosa entre os padrões de transformação em norma jurídica das matérias propostas por homens e das propostas por mulheres. O número masculino situa-se em torno dos 6%, enquanto o feminino gira em torno de 1,5%. Os homens aprovam, pois, cerca de três vezes mais do que suas colegas de Parlamento.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Marcos Magalhães de. "Rapto, violação e sedução de mulheres na Capitania de Minas", in SILVA, Maria Beatriz N (org.). *Sexualidade, Família e Religião na Colonização do Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- _____. "Rapto e Sedução de Mulheres em Minas Colonial", *Territórios e Fronteiras*, v. 2, n. 1, jan./jun. de 2001, p. 135-164.
- ALGRANTI, Leila M. *Honradas e devotas: mulheres da Colônia*. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- _____. *O feitor ausente: estudos sobre escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- ARAÚJO, Clara. A intercessão entre gênero e partidos políticos no acesso das mulheres às instâncias de representação. Disponível em: www.cfemea.org.Br/pdf/claraaraujo.pdf. Acesso em 12/07/2004.
- ARRETCHE, Marta. Federalismo e relações intergovernamentais no Brasil: a reforma de programas sociais. Disponível em: <http://www.scielo.br/> Acesso em 21/08/2003.
- AUFDERHEIDE, Patricia A. *Order and Violence. Social Deviance and Social Control in Brazil, 1780-1840*. Tese de Doutorado, University of Minnesota, 1976.
- BOSELLI, Giane. O desafio da política de cotas na conquista da igualdade. In: *Linha Direta*. São Paulo, ano 13, nº 595, dez. 2003. pp. 4-5.

- BRASIL – Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. *Respostas do Brasil ao Comitê CEDAW*. Brasília, julho, 2003.
- CAMURÇA, Sílvia. O gênero nos contextos de intervenção das ONG – sobre o problema das desigualdades de gênero no desenvolvimento e para a democracia. Disponível em: www.redemulher.org.br/generoweb/memilia.htm. Acesso em 10/07/2004.
- CAUFIELD, Sueann. *Em defesa da honra*. Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Ed. da Unicamp, 2000.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993
- ESTEVES, Marta Abreu. *Meninas Perdidas*. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FIGUEIREDO, Argelina C. & LIMONGE, Fernando. O Processo Legislativo e a produção legal no processo pós-Constituinte. In: *Novos Estudos Cebrap*, n. 38, 1994.
- Fraser, Nancy, *Justice interruptus – Critical Reflections on the “Post-socialist” Condition*. Nova Iorque, Routledge, 1996.
- HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade racial no Brasil – evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro, IPEA, 2001.
- HESPANHA, A. M., *Justiça e Litigiosidade: História e Prospectiva*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1993.
- INGLEHART, Ronald, *Modernity and post-modernity in 43 societies*. Harvard, Harvard University Press, 1986.
- MUNIZ, Diva do Couto G. *Um toque de gênero: História e educação em Minas Gerais (1835-1892)*. Brasília: Ed. UnB, 2003.
- OLIVEIRA, Guacira Cesar de. Estatuto da Mulher. Disponível em: http://www.cfemea.org.br/publicacoes/artigos_detalhes.asp?IDArtigo=21. Acesso em 19/08/2004.
- PALERMO, Vicente. Como se governa o Brasil? O debate sobre instituições políticas e gestão de governo. *Dados*, vol. 43, nº 3, 2000. pp. 521-557.
- PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

- _____. *Ao sul do corpo*. Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. Brasília: Ed. UnB, 1993.
- RODRIGUES, Almira. Construindo a perspectiva de gênero na legislação e nas políticas públicas. In: *Estudos de Gênero*. Goiânia, Vol. 12, 2003.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- SANTOS, Fabiano. Instituições eleitorais e desempenho do Presidencialismo no Brasil. *Dados*, vol. 42, nº 1, 1999.
- SILVA, Maria Beatriz N. *Sistemas de Casamento no Brasil colonial*. São Paulo: Queros, 1984.
- SOARES, Sergei Suarez Dillon. *O perfil da discriminação no mercado de trabalho – homens negros, mulheres brancas e mulheres negras*. Brasília, Inep, 2000 (Texto para Discussão nº 769).
- VIGARELLO, Georges. *História do estupro*. Violência sexual nos séculos XVI-XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- YANOULLAS, Sílvia Cristina. *Dossiê: políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho*. Brasília, CFêmea/FIG-CIDA, 2002.

**A MULHER NO PARLAMENTO:
IMAGENS**



Reunião para entrega do Relatório sobre a Conferência Mundial da Mulher realizada em Pequim (11 de abril de 1995).



Homenagem ao Dia Internacional da Mulher (8 de março de 1993): Primeiros reflexos, no Congresso, da abertura para a discussão da questão feminina. O evento acontece em lugar discreto (Auditório Petrônio Portela). Uma faixa é colocada na mesa displicentemente, revelando certa improvisação na organização da cerimônia, que é realizada com precária visibilidade.



Sessão de Homenagem ao Dia Internacional da Mulher (7 de março de 1996). Atestando novo momento de popularidade e de visibilidade da questão feminina, as comemorações do Dia da Mulher ganham o Plenário, adquirindo novo patamar de prestígio.

Foto 1503092w. Agência Senado. Foto Waldemir Barreto.



Homenagem ao Dia da Mulher (15 de março de 2000). Do Plenário para as ruas: as comemorações do Dia da Mulher consolidam-se como momento de reflexão sobre a questão feminina, que passa, cada vez mais, a figurar no horizonte da ação parlamentar feminina.

Foto 25112003-092w. Agência Senado. Foto: Waldemir Barreto.



Construindo o imaginário simbólico da Nação no feminino. Demarca-se simbolicamente o campo de ação sobre a questão feminina por meio da comemoração identitária. Sessão Solene do Congresso Nacional destinada a comemorar o Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher (25 de novembro de 2003).



Cerimônia do Lançamento Nacional da Cartilha para Mulheres Candidatas a Vereadoras (10 de julho de 1996). Após a Lei de Cotas, a representação feminina torna-se mais presente no Parlamento. .

Foto: Marcia Kalume.



Debate sobre a Discriminação da mulher com apresentação do Comitê CEDAW (21 de maio de 2002) Agência Senado.



Foto 23072003-050a. Agência Senado. Celso Azevedo.

O caráter fiscalizador da prática parlamentar feminina. Atividades da CPI contra a Exploração Sexual e Violência contra a Mulher (23 de julho de 2003). Agência Senado.

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS SOBRE A QUESTÃO FEMININA NO PARLAMENTO BRASILEIRO, 1826-2004

Proposição: Requerimento

Autor: Cláudio José de Souza

Data de apresentação: 09/06/1826

Ementa: Solicita junto aos representantes da Nação providências para o desembaraço de uma escrava que arrematara em hasta pública.

Proposição: PL (sem número)

Data de apresentação: 21/06/1827

Ementa: Projeto de Lei da Câmara dos Deputados que trata sobre uma pensão pecuniária às viúvas e órfãos dos oficiais militares.

Proposição: Parecer (sem número)

Data de apresentação: 23/06/1827

Ementa: Parecer da Comissão de Fazenda do Senado sobre o requerimento dos oficiais da Fazenda referente à aposentadoria e a criação de um montepio para suas viúvas e filhos.

Proposição: Parecer c/ anexo

Autor: Comissão de Constituição e Legislação

Data de apresentação: 18/07/1828

Ementa: Requerimento de Maria Balbina, solicitando anulação de casamento.

Proposição: Decreto c/ anexo
Autor: Assembléia Geral Legislativa.
Data de apresentação: 03/07/1829
Ementa: Do matrimônio civil.

Proposição: PL (sem número)
Data de apresentação: 03/07/1829
Ementa: Projeto de Lei da Assembléia Geral Legislativa referente ao matrimônio civil.

Proposição: Resolução (sem número)
Data de apresentação: 02/08/1830
Ementa: Resolução da Assembléia Geral Legislativa referente à ordenação do livro primeiro título 95 e Decreto, de 26 de março de 1734, que proíbem aos julgadores temporais casarem, sem licença, com mulheres de suas jurisdições.

Proposição: Ofício
Autor: Câmara dos Deputados
Data de apresentação: 09/05/1832
Ementa: Comunica ao Senado o sancionamento da Resolução da Assembléia Geral sobre os vencimentos das viúvas e órfãos dos oficiais falecidos.

Proposição: Parecer c/ anexo
Autor: Comissão de Legislação.
Data de apresentação: 08/05/1833
Ementa: Requerimento de Maria Luiza Delfina, demandando herança deixada por José Reis da Silva em favor de seu filho contra José Antunes da Costa e outros.

Proposição: Resolução
Autor: José da Silva Mafra – SC
Data de apresentação: 02/01/1833
Ementa: Reconhece a necessidade de se criarem meios de estudo para moças e resolve fundar uma escola para meninas na Vila de Laguna, na província de Santa Catarina.

Proposição: Ofício c/ anexo

Autor: Lourenço Rodrigues de Andrade – DF

Data de apresentação: 28/08/1834

Ementa: Dando conhecimento de que a Comissão de Instrução Pública reexaminou o Requerimento de D. Maria de Abreu Vieira para a criação de um colégio de meninas na Ilha de Paquetá. (Acompanham anexos.)

Proposição: PL (sem número)

Data de apresentação: 04/07/1834

Ementa: Projeto de Lei proposto referente à criação do Monte Pio Civil, que cria medidas e subsídios para auxílio de família dos empregados públicos.

Proposição: Resolução (sem número)

Data de apresentação: 21/08/1835

Ementa: Resolução da Assembléia Geral Legislativa proposta pela Comissão de Marinha e Guerra referente ao benefício às viúvas e órfãos menores de dezoito anos dos oficiais mortos antes de vinte anos de serviço.

Proposição: Resolução (sem número)

Data de apresentação: 16/05/1836

Ementa: Resolução da Assembléia Legislativa beneficiando viúvas, órfãos menores de dezoito anos, filhas solteiras e mães dos oficiais mortos em virtude de moléstias adquiridas no exercício da profissão.

Proposição: Parecer (sem número)

Data de apresentação: 27/05/1836

Ementa: Parecer das Comissões reunidas de Marinha, Guerra e Fazenda sobre o ofício do Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda que manda abonar meio saldo às viúvas, filhas solteiras e órfãos menores de 18 anos dos oficiais falecidos.

Proposição: Ofício c/ anexo

Autor: Pedro de Araújo Lima – PCI/RJ

Data de apresentação: 27/05/1836

Ementa: Ofício remetendo ao Senado proposição da Câmara sobre o pagamento de meio soldo às viúvas e filhos menores dos militares e diversos documentos a respeito.

Proposição: Requerimento c/ anexo

Autor: Luiza Cândida de Faria e Filho

Data de apresentação: 01/10/1838

Ementa: Solicitando pressa na aprovação da Resolução que lhes dá plenos direitos de gozo da cidadania brasileira.

Proposição: PL (sem número)

Data de apresentação: 01/06/1839

Ementa: Projeto de Lei da Assembléia Geral remetido ao Senado, referente aos direitos hereditários dos filhos ilegítimos.

Proposição: Ofício

Autor: D. José de Assis Mascarenhas, Presidente da Província do Rio Grande do Norte.

Data de apresentação: 21/12/1841

Ementa: Ofício remetendo ao Senado proposição com emendas declarando D. Maria Amélia Princesa Brasileira.

Proposição: Mensagem (sem número)

Data de apresentação: 06/07/1847

Ementa: Mensagem da Câmara dos Deputados enviando ao Senado a resolução referente aos direitos dos filhos naturais dos pobres e dos plebeus.

Proposição: Decreto

Autor: Assembléia Geral Legislativa.

Data de apresentação: 05/08/1851

Ementa: Estabelece que após o casamento da Princesa D. Maria Amélia, o Governo realizará a entrega da quantia de quatrocentos contos de réis correspondente ao dote anteriormente fixado.

Proposição: Decreto Imperial (sem número)

Data de apresentação: 26/04/1852

Ementa: Cópia do Decreto Imperial de 26 de abril de 1852, que abre um crédito ao ministério do Império para ocorrer às despesas com o estabelecimento dos registros populares dos nascimentos e óbitos anuais.

Proposição: Lei c/ anexo

Autor: Assembléia Geral Legislativa

Data de apresentação: 12/08/1856

Ementa: Concessão de pensão

Proposição: Lei c/ anexo

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 05/06/1858

Ementa: concessão de pensão.

Proposição: Parecer c/ anexo

Autor: Comissão de Fazenda

Data de apresentação: 08/06/1858

Ementa: Montepio para irmãs solteiras dos Oficiais da Armada.

Proposição: Lei c/ anexo

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 25/05/1858

Ementa: Concessão de pensão.

Proposição: Proposta (sem número)

Data de apresentação: 19/07/1858

Ementa: Proposta do Poder Executivo enviada ao Senado referente à alteração das leis que regulam o casamento civil, sobretudo os que não professam a religião católica.

Proposição: Representação (sem número)

Data de apresentação: 24/08/1858

Ementa: Representação da Comunidade Evangélica Alemã, estabelecida no Império, enviada ao Senado, solicitando: a validade incontestável dos casamentos evangélicos entre católicos e protestantes; regulamentando o divórcio de acordo com os princípios adotados na Prússia, país de origem dos colonos; e a criação de um consistório, composto de Ministros protestantes e leigos para tratarem dos interesses da comunidade.

Proposição: Decreto c/ anexo.

Autor: Assembléia Geral Legislativa.

Data de apresentação: 19/05/1866

Ementa: Estabelece o conceito de livre ventre.

Proposição: Lei

Autor: Assembléia Geral Legislativa.

Data de apresentação: 17/08/1870

Ementa: Concessão de pensão.

Proposição: Carta c/ anexo

Autor: José Bonifácio Nascimento Azambuja

Data de apresentação: 29/05/1870

Ementa: Retificação do nome de D. Maria Carolina Figueira para Maria Carolina Figueira, seu verdadeiro nome.

Proposição: Ofício

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 01/09/1871

Ementa: Lei do Ventre Livre.

Proposição: Ofício

Autor: Ministério dos Negócios do Império

Data de apresentação: 25/05/1871

Ementa: Comunica ao Senado que a Princesa D. Isabel assumiu a regência do Império, na ausência do Imperador D. Pedro II.

Proposição: Lei c/ anexos

Autor: Assembléia Geral Legislativa.

Data de apresentação: 08/07/1871

Ementa: Concessão de pensão.

Proposição: PL (sem número)

Data de apresentação: 27/09/1871

Ementa: Projeto de Lei do Senado tornando livres os filhos de mulheres escravas e dá outras providências.

Proposição: Proposta (sem número)

Data de apresentação: 12/05/1871

Ementa: Proposta do Governo que dispõe sobre a condição de nascerem livres os filhos das escravas (manuscrito e impressão tipográfica).

Proposição: Resolução (sem número)

Data de apresentação: 08/07/1871

Ementa: Resolução da Assembléia Geral Legislativa referente às pessoas concedidas, por decreto da Princesa Isabel, às viúvas e familiares dos oficiais mortos na Guerra do Paraguai.

Proposição: Projeto de Resolução (sem número)

Data de apresentação: 14/10/1872

Ementa: Projeto de Resolução da Assembléia Geral estendendo o favor concedido pela Lei de 22 de junho de 1866 às filhas dos oficiais da Armada falecidos antes da promulgação da referida lei.

Proposição: Lei c/ anexo

Autor: Assembléia Geral Legislativa.

Data de apresentação: 16/06/1873

Ementa: Concessão de pensão.

Proposição: Parecer c/ anexo

Autor: Comissão de Legislação.

Data de apresentação: 03/08/1874

Ementa: Legitimação por subsequente matrimônio compreendendo os filhos espúrios.

Proposição: Parecer (sem número)

Data de apresentação: 03/08/1874

Ementa: Parecer da Comissão de Legislação do Senado referente à legitimação por subsequente matrimônio compreendendo filhos espúrios.

Proposição: Resolução (sem número)

Data de apresentação: 14/05/1875

Ementa: Resolução da Assembléia Geral estendendo o favor concedido pela Lei de 22 de junho de 1866 às filhas dos oficiais do Exército falecidos antes da promulgação da mesma lei.

Proposição: Parecer c/ anexo

Autor: Comissão de Marinha e Guerra.

Data de apresentação: 28/05/1875

Ementa: Extensão da lei de 22 de junho de 1866 às filhas dos oficiais do Exército falecidos antes da sua promulgação.

Proposição: PL (sem número)

Data de apresentação: 08/10/1877

Ementa: Projeto de Lei do Senado que altera o regulamento de 13 de novembro de 1872, na parte relativa ao fundo de emancipação, e eleva a seis meses os prazos fixados para a matrícula dos filhos livres de mulheres escravas, e para averbação de manumissão, mudança de residência, transferência de domínio e óbitos escravos.

Proposição: Parecer c/ anexo

Autor: Comissão de Instrução Pública.

Data de apresentação: 06/08/1879

Ementa: Admissão de Maria Adélia Oliveira a exame do curso de obstetrícia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Proposição: Requerimento c/ anexo

Autor: Amélia Cláudia da Serra Belfort.

Data de apresentação: 19/02/1879

Ementa: Admissão de Arthur Waldemiro da Serra Belfort a novo exame de 2º ano da escola de Marinha.

Proposição: Projeto de Lei

Autor: Senado Imperial

Data de apresentação: 14/10/1879

Ementa: Extensão às filhas dos oficiais da armada falecidos antes da promulgação dos benefícios da Lei de 22 de junho de 1866.

Proposição: Representação (sem número)

Data de apresentação: 14/03/1885

Ementa: Representação da Diretoria Central de Imigração da lei de locação de serviços de 15 de março de 1879 e a decretação da lei de casamento civil indispensáveis à emigração europeia para o Império.

Proposição: Resolução (sem número)

Data de apresentação: 13/08/1885

Ementa: Resolução da Assembléia Geral Legislativa referente à legitimação de filhos espúrios para o subsequente casamento.

Proposição: Parecer (sem número)

Data de apresentação: 03/09/1886

Ementa: Parecer da Comissão de Legislação do Senado referente à proposição da Câmara dos Deputados n° 230, de 5 de agosto de 1879, que aprova o regulamento do registro de casamento, nascimentos e óbitos.

Proposição: Projeto de Lei

Autor: Alfredo Escragnoille Taunay – PCI/SC

Data de apresentação: 09/05/1887

Ementa: Que estabelece no Império o casamento civil.

Proposição: PL (sem número)

Data de apresentação: 09/05/1887

Ementa: Projeto de Lei da Assembléia Geral estabelecendo no Império o casamento civil obrigatório.

Proposição: PL 48/1891

Autor: Senado Federal

Data de apresentação: 29/09/1891

Ementa: Esclarece que a pensão concedida em 24/01/1891 a D. M. Joaquina Botelho de Magalhães, viúva do Gal. Benjamin Constant Botelho de Magalhães e seus filhos, não prejudica o direito ao meio soldo e ao montepio.

Proposição: SF 123/1892

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 03/11/1892

Ementa: Autoriza a inclusão, na proposta apresentada pelo Ministério da Fazenda, de quantias necessárias para pagamento às viúvas e herdeiros de oficiais falecidos.

Proposição: 16

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 22/06/1892

Ementa: Autoriza o Executivo a mandar pagar a D. Brígida Flávia de Oliveira Gonçalves, viúva do Coronel José Tomás Gonçalves, o meio soldo da patente de seu marido.

Proposição: 11

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 08/07/1892

Ementa: Concede a D. Adelaide Telles Pires, viúva do capitão-de-artilharia Antônio Telles Pires, falecido em serviço, na exploração do rio São Manoel, o soldo integral que cabia ao oficial, na época do seu falecimento.

Proposição: Parecer 14/1893

Autor: Senado Federal (Comissão de Marinha e Guerra)

Data de apresentação: 18/05/1893

Ementa: Refere-se à petição de Dona Matilde Carolina de Sampaio Tavares, viúva do Dr. Francisco de Paula Tavares, na qual solicita pensão. A Comissão é de parecer que o pedido não deve ser atendido.

Proposição: Projeto 62/1893

Outros números: SF 28/1893

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 20/06/1893

Ementa: Concede a Dona Mariana Cecília Meireles da Fonseca, viúva do Marechal Deodoro da Fonseca, a pensão anual de 6:000\$000.

Proposição: Projeto 32

Autor: Leite, Oiticica e outros.

Data de apresentação: 13/10/1894

Ementa: Dispõe sobre o casamento civil.

Fonte: Projetos do Senado, Livro 09 (1891-1899) Pág. 79.

Proposição: Projeto 82/1895

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 08/07/1895

Ementa: Concede pensão de 2:400\$ a cada uma das cinco filhas do Marechal Floriano Peixoto.

Proposição: Projeto 32

Autor: Comissão de Justiça e Legislação

Data de apresentação: 29/08/1895

Ementa: Substitutivo de nº 32, de 94, que dispõe sobre o casamento civil.

Fonte: Projetos do Senado, Livro 09 (1891-1899) Pág. 101.

Proposição: Projeto 08

Autor: Comissão de Justiça e Legislação

Data de apresentação: 25/06/1896

Ementa: Substitutivo de nº 32, de 95, que dispõe sobre o casamento civil.

Fonte: Projetos do Senado, Livro 09 (1891-1899) Pág. 126.

Proposição: Projeto 115/1897

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 04/10/1897

Ementa: Releva a D. Arminda Leite Ribeiro, viúva do Capitão Antônio Leite Ribeiro, o resto da dívida que seu finado marido contraiu com a Nação.

Proposição: Projeto 21/1899

Autor: Pires Ferreira – PI

Data de apresentação: 10/10/1899

Ementa: Declara livre o exercício das profissões liberais às mulheres diplomadas pelas Academias da República.

Fonte: Projetos do Senado, Livro 09 (1891-1899) Pág. 199.

Proposição: Projeto 25

Autor: Pires Ferreira – PI

Data de apresentação: 26/10/1899

Ementa: Declara que a legislação pátria não proíbe às mulheres diplomadas o exercício da advocacia.

Fonte: Projetos do Senado, Livro 09 (1891-1899) Pág. 201.

Proposição: Representação (sem número) do Império

Ementa: Representação das mulheres da cidade de Ouro Preto, província de Minas Gerais, solicitando anistia para seus esposos, filhos e irmãos que estavam encarcerados.

Proposição: Projeto 03

Autor: Martinho Garcez – Partido Constitucional Sergipano/SE

Data de apresentação: 19/07/1900

Ementa: Regula a decretação do divórcio.

Fonte: Projetos do Senado, Livro 30 (1900-1909) Pág. 02.

Proposição: SF 20/1901

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 10/6/1901

Ementa: Para efeito da percepção do meio soldo e montepio, as filhas do oficial falecido ficam equiparadas às solteiras ou viúvas e aos filhos menores de 21 anos, legítimos ou naturais legitimados.

Proposição: Parecer 220/1901

Autor: Senado Federal (Comissão de Marinha e Guerra)

Data de apresentação: 24/12/1901

Ementa: Aprova a proposição da Câmara dos Deputados 105/1900 que autoriza o Governo a conceder às viúvas dos oficiais do Exército um abono mensal equivalente às três quartas partes do soldo integral que percebiam seus falecidos maridos.

Proposição: Projeto 26/1902

Autor: Lopes Trovão – DF

Data de apresentação: 29/10/1902

Ementa: Regulamentação da prostituição.

Fonte: Projetos do Senado, Livro 30 (1900-1909) Pág. 48.

Proposição: (sem número)

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 18/12/1902

Ementa: Concede à viúva e aos oito filhos do Dr. Manoel Vitorino Pereira a pensão mensal de 1.000\$, cabendo a metade à viúva e a outra metade repartidamente aos filhos e dá outras providências.

Proposição: Projeto 22/1903

Autor: Senado Federal

Data de apresentação: 17/9/1903

Ementa: Autoriza o Presidente da República a indenizar a D. Josina Peixoto, viúva do Marechal Floriano Peixoto, da importância de quarenta contos de réis despendidos na construção do Sepulcro no Cemitério de São João Batista.

Proposição: Projeto 308A/1903

Outros números: SF 210/1903

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 23/11/1903

Ementa: Manda rever os processos para percepção do Montepio e meio soldo, posteriormente, aos Decretos nºs 1.388 de 21/2/91 e 1.504, de 20/9/92, dado pedido de revisão de D. Túlia Teixeira Ribeiro, viúva do general-de-divisão Frederico Solon de Sampaio Ribeiro.

Proposição: Parecer 365/1903

Autor: Senado Federal (Com. Finanças)

Data de apresentação: 22/12/1903

Ementa: Aprova o pedido de pensão de D. Martina Gomensoro Waldenkolk, mãe do falecido almirante Eduardo Waldenkolk.

Proposição: Mensagem 998/1903

Outros números: SF 119/1903

Autor: Pref. do Distrito Federal (Pref. F^{CO} Pereira Passos)

Data de apresentação: 7/10/1903

Ementa: Submete à consideração do Senado as razões do seu veto à Resolução do Conselho Municipal que autoriza o Prefeito a instituir um prêmio denominado "Santos Dumont" à aluna que mais se distinguiu na Escola Normal.

Proposição: Projeto 335-A/1903

Outros números: SF 240/1903

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 23/12/1903

Ementa: Aprova o projeto de convenção para repressão do tráfico das mulheres brancas formulado pela conferência Internacional, reunida em Paris, em 15/07/1902.

Proposição: 82-A/1904

Outros números: SF 11/ 1904

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 23/6/1904

Ementa: Proposição da Câmara devolvendo a pensão concedida a Anna Benigna Barreto Nabuco de Araújo, a sua filha.

Proposição: (sem número)

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 31/12/1904

Ementa: Proposição assegurando pensão vitalícia a D. Felismina de Mendonça Jardim, mãe do Dr. Antônio da Silva Jardim.

Proposição: Projeto 04

Autor: Barata Ribeiro – Partido Abolicionista/DF

Data de apresentação: 02/06/1904

Ementa: Institui pensões em benefício das famílias dos oficiais e praças do Corpo de Bombeiros, que faleceram em serviço.

Fonte: Projetos do Senado, Livro 30 (1900-1909) Pág. 76.

Proposição: Parecer 51/1905

Autor: Senado Federal (Comissão de Finanças)

Data de apresentação: 6/7/1905

Ementa: Aprecia requerimento das filhas do ex-Senador do Império José Inácio da Mota solicitando pensão pelos relevantes serviços prestados por seu pai à Nação. A comissão, entretanto, não pode deferir o pedido das suplicantes.

Proposição: Projeto 3/1906

Autor: Senado Federal

Data de apresentação: 9/7/1906

Ementa: Aos oficiais honorários e praças que serviram na Guerra do Paraguai, assim como suas viúvas e órfãos, fica concedido mensalmente, de acordo com os artigos 10 e 12 do Decreto nº 3.371/1865, o soldo de conformidade com a tabela anexa.

Proposição: Mensagem 103/1906

Autor: Presidência da República (Francisco de Paula Rodrigues Alves)

Data de apresentação: 27/10/1906

Ementa: Restitui ao Senado Federal autógrafos da Resolução do Congresso Nacional que concede à viúva de José Patrocínio a pensão de 250\$ anuais.

Proposição: Projeto 37

Autor: Virgílio Damásio – PRF/BA e outros

Data de apresentação: 12/11/1906

Ementa: Eleva os vencimentos das parteiras auxiliares do ensino de clínica obstetrícia nas faculdades do Rio de Janeiro e da Bahia.

Fonte: Projetos do Senado, Livro 30 (1900-1909) Pág. 124.

Proposição: Projeto 177-B/1907

Autor: Câmara dos Deputados

Outros números: SF 97/1907

Data de apresentação: 17/8/1907

Ementa: Concede a D. Emília Saldanha Marinho Conceição, filha de Saldanha Marinho, a pensão mensal de 300\$.

Proposição: Parecer 280/1909

Autor: Senado Federal (Com. Redação)

Data de apresentação: 23/11/1909

Ementa: Redação final do projeto do Senado Federal nº 22/09, concedendo relevamento da prescrição em que incorreu o direito de D. Rosa de Arruda Pinto e outra a reclamarem o meio soldo a que tem direito.

Proposição: SF 92/1910

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 19/12/1910

Ementa: Concede pensão a D. Evelina Nabuco, viúva de Joaquim Nabuco e a seus filhos.

Proposição: 199/1912

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 16/12/1912

Ementa: Concede a viúva de Quintino Bocayuva o auxílio de 800\$ mensais, assim como aos seus filhos menores e filhas solteiras, Edgard, Osvaldo, Waldemar, Rosa, Ada e Cora a quantia de 200\$ mensais e dá outras providências.

Proposição: 12/1913

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 1/11/1913

Ementa: Concede pensão à viúva do ex-Senador Alexandre Casiano do Nascimento, D. Ana Nunes do Nascimento e seus filhos menores.

Proposição: Parecer 23/1913

Autor: Senado Federal

Data de apresentação: 11/6/1913

Ementa: Parecer e emendas à proposição da Câmara dos Deputados nº 216/1912, que modifica os artigos 266, 277 e 278 do Código Penal, referente a repressão do “tráfico das mulheres brancas”.

Proposição: Projeto 28

Autor: Comissão de Finanças

Data de apresentação: 07/11/1917

Ementa: Autoriza conceder as viúvas e filhos menores ou pais inválidos dos oficiais inferiores vítimas do “Aquidaban” e oficiais, guardas marinha, marinheiros, faguistas, taifeiros e assemelhados, mortos no desastre do “Guarany”, os benefícios concedidos pelo Decreto nº 2.542 de 01/1912, aos herdeiros dos oficiais mortos no desastre do “Aquidaban”.

Fonte: Projetos do Senado, Livro 59 (1917-1920) Pág. 14.

Proposição: Projeto 01

Autor: Paulo de Frontin – DF

Data de apresentação: 16/05/1918

Ementa: Estende aos suboficiais da Armada o disposto no art. 9º do Decreto nº 108-A, de 30/12/1889, e concede favores às viúvas e herdeiros dos inferiores, praças, contratados e assemelhados falecidos em combate ou nas operações de guerra.

Fonte: Projetos do Senado, Livro 59 (1917-1920) Pág. 23.

Proposição: Projeto 39

Autor: Pires Ferreira – PI

Data de apresentação: 13/11/1918

Ementa: Autoriza a criar um orfanato para os filhos menores de praças de [...] do Exército da Armada, da Brigada Policial e do Corpo de Bombeiros desta capital.

Fonte: Projetos do Senado, Livro 59 (1917-1920) Pág. 42.

Proposição: Projeto 05

Autor: Álvaro de Carvalho – PRP/SP

Data de apresentação: 22/05/1919

Ementa: Proíbe o casamento entre irmãos legítimos ou ilegítimos, e os colaterais, legítimos ou ilegítimos até o 3º grau, e dá outras providências.

Fonte: Projetos do Senado, Livro 59 (1917-1920) Pág. 56.

Proposição: Projeto 34

Autor: Comissão de Justiça e Legislação

Data de apresentação: 12/09/1919

Ementa: Determina que o impedimento do art. 183 do Código Civil relativo ao casamento de colaterais do 3º grau pode ser dispensado quando concorrerem motivos graves e haja prova da sanidade dos nubentes.

Fonte: Projetos do Senado, Livro 59 (1917-1920) Pág. 71.

Proposição: Projeto 47

Autor: Marcílio de Lacerda – ES

Data de apresentação: 24/10/1919

Ementa: Dispensa o impedimento matrimonial entre parentes colaterais no 3º grau, e dá outras providências.

Fonte: Projetos do Senado, Livro 59 (1917-1920) Pág. 77.

Proposição: Projeto 102/1919

Autor: Justo Chermont – PRF/PA

Data de apresentação: 17/12/1919

Ementa: Estende às mulheres maiores de 21 anos as disposições da Lei nº 3.208, de 27/12/1916 (direito de voto).

Fonte: Projetos do Senado, Livro 59 (1917-1920) Pág. 105.

Proposição: Projeto 17

Autor: Miguel de Carvalho – PRC/RJ

Data de apresentação: 30/06/1920

Ementa: Autoriza a despender a quantia máxima de 1.200:000 no estabelecimento de hospitais e pavilhões para enfermos dos dois sexos, sendo um deles para mulheres e crianças tuberculosas.

Fonte: Projetos do Senado, Livro 59 (1917-1920) Pág. 124.

Proposição: Projeto 87

Autor: Pires Ferreira – PI

Data de apresentação: ?/11/1920

Ementa: Manda pagar as viúvas e filhas solteiras dos oficiais e praças do Corpo de Voluntários da Pátria e da Guarda Nacional que serviram na Guerra com o Paraguai, desde que não recebam pensões, “montepio” ou meio soldo, ou meio soldo da patente de seus maridos ou pais quando terminou a guerra, regulando a tabela que menciona.

Fonte: Projetos do Senado, Livro 59 (1917-1920) Pág. 159.

Proposição: Projeto 100

Autor: Comissão de Justiça e Legislação

Data de apresentação: 09/12/1920

Ementa: Concede às viúvas e filhos dos oficiais e inferiores falecidos no naufrágio do monitor “Solimões” os favores de que trata o Decreto nº 2.542, de 03/01/1912.

Fonte: Projetos do Senado, Livro 59 (1917-1920) Pág. 166.

Proposição: Projeto 63

Autor: Comissão de Finanças

Data de apresentação: 23/12/1921

Ementa: Determina que os herdeiros do oficial, ou praça, do Corpo de Bombeiros desta capital que sucumbir em serviço terão direito aos recebimentos que a eles cabiam.

Fonte: Projetos do Senado, Livro 66 (1921-1923) Pág. 32.

Proposição: Projeto 101

Autor: Orçamento da Fazenda

Data de apresentação: ?/12/1922

Ementa: Manda reverter por morte da mãe do contribuinte do montepio civil ou militar a pensão às irmãs solteiras ou viúvas.

Fonte: Projetos do Senado, Livro 66 (1921-1923) Pág. 194.

Proposição: SF 67/1923

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 17/9/1923

Ementa: Tráfico das Brancas: Aprova os atos internacionais assinados em Paris sobre a repressão do “Tráfico das Brancas” e sobre a proibição de publicações obscenas.

Proposição: Projeto 60

Autor: Orçamento da Fazenda

Data de apresentação: 02/12/1923

Ementa: manda reverter o montepio militar deixado pelo oficial solteiro à mãe viúva, por morte desta, às irmãs solteiras e viúvas daquele.

Fonte: Projetos do Senado, Livro 66 (1921-1923) Pág. 159.

Proposição: Projeto 68

Autor: Orçamento da Guerra

Data de apresentação: 10/12/1923

Ementa: Manda pagar pela mais recente tabela de meio soldo o que percebem as viúvas, filhas e irmãos dos militares do Exército e da Armada que serviram na Campanha do Paraguai ou na do Uruguai.

Fonte: Projetos do Senado, Livro 66 (1921-1923) Pág. 163.

Proposição: Projeto 127

Autor: Orçamento da Marinha

Data de apresentação: 17/12/1923

Ementa: Manda reverter o montepio militar desviado pelo oficial da Armada, solteiro, à mãe viúva, por morte desta, às irmãs solteiras e viúvas.

Fonte: Projetos do Senado, Livro 66 (1921-1923) Pág. 192.

Proposição: Projeto 263

Autor: Orçamento da Marinha

Data de apresentação: ?/12/1923

Ementa: Manda reverter o montepio militar desviado pelo oficial solteiro à mãe viúva, por morte desta, às irmãs solteiras e viúvas.

Fonte: Projetos do Senado, Livro 71 (1923-1925) Pág. 70.

Proposição: Projeto 85

Autor: Senador Jerônimo Monteiro – Partido da Lavoura/ES

Data de apresentação: ?/12/1924

Ementa: Determina que as ações de desquite por mútuo consentimento, na Justiça local do Distrito Federal, serão propostas perante o juiz de Direito Cível que a escolher.

Fonte: Projetos do Senado, Livro 71 (1923-1925) Pág. 115.

Proposição: Projeto 187/1925

Autor: Orçamento da Agricultura

Data de apresentação: ?/12/1925

Ementa: Considera efetivo nos cargos que ocupam, nas sessões masculinas e femininas da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, os contramestres e contramestras.

Fonte: Projetos do Senado, Livro 77 (1925-1926) Pág. 18.

Proposição: Projeto 226

Autor: Paulo de Frontin – DF

Data de apresentação: 01/12/1926

Ementa: Manda reverter as pensões concedidas aos veteranos da Guerra do Paraguai, já falecidos ou que falecerem, às viúvas enquanto neste estado se conservarem.

Fonte: Projetos do Senado, Livro 77 (1925-1926) Pág. 139.

Proposição: 26/1926

Outros números: 6/1927

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 22/6/1926

Ementa: Crédito – Autorização para pagamento a D. Leocádia Pires Ferreira de Almeida e Deolinda de Souza e Almeida, viúva e filha do coronel João José de Souza e Almeida.

Proposição: Ofício 137/1927

Outros números: 366/1927

Autor: Conselho Municipal

Data de apresentação: 27/7/1927

Ementa: Voto – Encaminha Indicação para que seja incluído no projeto de Lei sobre o voto no Distrito Federal o voto secreto e que seja conferido o voto à mulher nas eleições municipais.

Proposição: SF 32/1927

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 13/6/1927

Ementa: Crédito: Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministro da Fazenda, o crédito especial de 300\$000 para restituir a D. Maria da Luz uma fiança prestada na Recebedoria do Distrito Federal.

Proposição: SF 35/1927

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 14/6/1927

Ementa: Crédito Especial – Autoriza o crédito para pagar a D. Maria Augusta e Beatriz Alvez de Carvalho, relativo a capital e juros de títulos do empréstimo Nacional de 1868.

Proposição: 128/1927

Outros números: SF 103/1927

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 17/6/1927

Ementa: Crédito: Autoriza a abertura do crédito de 3.381\$453 para pagar a D. Josefina de Seta e a seu filho José, menor, em virtude de sentença judiciária.

Proposição: SF 128/1927

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 6/8/1927

Ementa: Crédito – Em virtude de sentença judiciária, abre o crédito para pagamento a D. Malvina Gomes de Almeida Nunes.

Proposição: Parecer 881/1927

Autor: Comissão de Finanças

Data de apresentação: dez./1927

Ementa: Restituição: Aprecia o reqtº de D. Isabel Mendes Padilha que solicita a restituição de 50\$ que vem sendo descontada na pensão de Montepio militar.

Proposição: Projeto 94

Autor: Comissão de Finanças

Data de apresentação: ?/10/1927

Ementa: Concede a D. Alzira Moreira de Carvalho, mãe da praça do Corpo de Bombeiros, Aracy Moreira de Carvalho, uma pensão mensal igual ao soldo que sua filha percebia.

Fonte: Projetos do Senado, Livro 87 (1926-1929) Pág. 54.

Proposição: SF Mensagem 46/1927

Autor: Prefeito do Distrito Federal

Data de apresentação: 14/11/1927

Ementa: Professores: Submete ao Senado a sanção do Sr. Prefeito à Resolução do Conselho Municipal que eleva o nº de professoras adjuntas e o veto ao artigo 2º quanto as professoras catedráticas e adjuntas.

Proposição: Representação 47/1927

Autor: Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (Bertha Lutz – Presidente)

Data de apresentação: 12/12/1927

Ementa: Dirige-se aos representantes da Nação, com duas mil assinaturas, solicitando aprovação do Projeto que institui os direitos políticos à mulher e o direito do voto feminino.

Proposição: Projeto 33/1928

Autor: Pereira de Oliveira – SC

Data de apresentação: 19/09/1928

Ementa: Assegura a casais, nacionais e estrangeiros, com mais de oito filhos, o direito a instrução gratuita nos cursos secundários e superiores para os respectivos filhos.

Fonte: Projetos do Senado, Livro 87 (1926-1929) Pág. 124.

Proposição: SF 40/1928

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 1928

Ementa: Montepio – Estabelece condições para o abono do montepio militar e do meio soldo às netas solteiras e aos netos menores.

Proposição: Parecer 8A/1928

Autor: Godofredo Viana – PRM/MA

Data de apresentação: 18/5/1928

Ementa: Eleição e Voto Feminino – Analisando a questão dos votos femininos recebidos pelo Senador José Augusto Bezerra de Medeiros, do Rio Grande do Norte. No documento constam votos em separado de outros Senadores.

Proposição: Mensagem 30/1928

Autor: Prefeitura do DF

Data de apresentação: 5/9/1928

Ementa: Tempo de Serviço – Submete ao Senado as razões do veto do Pref. do Distrito Federal à Resolução do Conselho Municipal que manda constar qualquer tempo de serviço das diplomadas pela Escola Normal, prestado no magistério primário, anteriormente à obtenção do diploma.

Proposição: Projeto 80

Autor: Comissão de Finanças

Data de apresentação: 1929

Ementa: Manda pagar o meio soldo que percebem as viúvas, filhas, irmãs e netas dos militares do Exército e da Armada que serviram na campanha do Paraguai ou Uruguai, pela mais recente tabela em vigor.

Fonte: Projetos do Senado, Livro ? (1929-1937) Pág. 15.

Proposição: Projeto 94

Autor: Paulo de Frontin – DF

Data de apresentação: 21/11/1929

Ementa: Manda pagar pela mais recente tabela o meio soldo que percebem as viúvas, filhas, irmãs e netas dos militares do Exército e da Armada que serviram na campanha do Paraguai ou Uruguai.

Fonte: Projetos do Senado, Livro? (1929-1937) Pág. 22.

Proposição: Projeto 128

Autor: Comissão de Finanças

Data de apresentação: 07/12/1929

Ementa: Concede às viúvas, filhas, irmãs e netas dos militares de terra e mar que serviram na campanha do Paraguai ou na do Uruguai, o meio soldo pela mais recente tabela.

Fonte: Projetos do Senado, Livro? (1929-1937) Pág. 39.

Proposição: Requerimento 30/1937

Autor: Senador Cesario de Mello – DF

Data de apresentação: 12/5/1937

Ementa: Nomeação – Solicitando informações ao Governo sobre a nomeação de D. Dulcina Wolf Teixeira para o cargo de fiscal de ensino particular do Distrito Federal.

Proposição: 111/1937

Outros números: SF 33/1937

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 21/9/1937

Ementa: Convenção – Aprova a Convenção sobre a nacionalidade da mulher.

Proposição: SF 128/1947

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 19/8/1947

Ementa: Crédito: Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M. da Educação, o crédito especial de Cr\$11.078,00, para pagar a D. Olga Salinas Lacorte, professora da Escola de Enfermeiras Ana Nery.

Proposição: SF PLC 269/1948

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 16/8/1948

Ementa: Registro – Facilita o registro civil de nascimento, dispensa de multa e dá outras providências.

Proposição: SF PLC 338/1948

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 9/9/1948

Ementa: Concede isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras, para material que especifica, destinado às Religiosas “Filhas de Jesus”.

Proposição: SF PLC 345/1948

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 10/9/1948

Ementa: Desquite – Estabelece a fase preliminar de conciliação ou acordo nas causas de desquite litigioso ou alimentos, inclusive os provisionais, e dá outras providências.

Proposição: SF PLC 412/1948

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 19/10/1948

Ementa: Anulação – Estabelece novo prazo de prescrição para ação de anulação de casamento, determinado do artigo I ao Decreto-Lei nº 4.529, de 30 de julho de 1942.

Proposição: PLC 59

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 8/4/1948

Ementa: Dispõe sobre a matrícula nas escolas primárias para os filhos de artistas de circo.

Proposição: CD PLC 498/1948

Outros Números: SF PLC 00498/1948; CD PL 618-B/1948

Data de Apresentação: 30/11/1948

Ementa: Inclui na reserva do Exército no posto de 2º tenente, as enfermeiras que serviram junto à FEB, e torna extensivo às mesmas, no que lhes for aplicável, os dispositivos das leis de amparo aos ex-combatentes.

Proposição: CD PLC 282/1949

Outros Números: SF PLC 282/1949; CD PL 381-A/1949

Autor: Comissão – Comissão do Serviço Público

Data de Apresentação: 18/08/1949

Situação: Transformada em Norma Jurídica.

Ementa: Altera os artigos 13 de 14 do Decreto-Lei nº 3.347, de 12 de junho de 1941, que institui o regime de benefícios de família.

Proposição: PLS 25/1949

Autor: Senador Salgado Filho – PTB/RS

Data de apresentação: 13/6/1949

Ementa: Crédito – Dispõe sobre a distribuição e redistribuição de crédito para pagamento das quotas do Abono Familiar, instituído pelo art. 29 do Decreto-Lei nº 3.200, de 19/04/1941, e regulamentado pelo Decreto-Lei nº 122999 (?), de 22/04/1943.

Proposição: SF Projeto de Decreto Legislativo 33/1949

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 12/7/1949

Situação: Norma Jurídica: Decreto Legislativo nº 32, de 1949.

Ementa: Convenção – Aprova o texto da Convenção Interamericana sobre a Concessão de Direitos Políticos à Mulher, firmado pelo Brasil e diversos países em Bogotá, Colômbia.

Proposição: SF Projeto de Decreto Legislativo 36/1949

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 18/7/1949

Ementa: Recusa – Aprova a decisão do Tribunal de Contas, que recusou registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Guerra e a Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição, para prestação de serviços de enfermagem nos Hospitais Militares.

Proposição: SF Projeto de Decreto Legislativo 52/1949

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 25/8/1949

Situação: Norma Jurídica: Decreto Legislativo nº 7, de 1949

Ementa: Tráfico – Aprova o texto do Protocolo da Emenda da Convenção para a Repressão do Tráfico de Mulheres e crianças e Mulheres Maiores, firmado em Lake/Success, Nova Iorque.

Proposição: PLS 40/1949

Autor: Senador Olavo Oliveira – PSP/CE

Data de apresentação: 1/9/1949

Ementa: Isenção – Isenta de taxas de matrícula e exames, nos estabelecimentos de ensino da União e nos fiscalizados pela mesma, os filhos de família numerosa.

Proposição: PLS 41/1949

Autor: Senador Olavo Oliveira – PSP/CE

Data de apresentação: 12/9/1949

Ementa: Abono – Eleva o abono familiar e modifica o conceito de família numerosa para sua concessão.

Proposição: SF Projeto de Decreto Legislativo 94/1949

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 30/11/1949

Ementa: Recusa – Aprova a decisão do Tribunal de Contas, que recusou registro ao acordo entre o Ministério da Educação e Saúde e o Estado do Rio Grande do Norte, para construção de um Pavilhão de Maternidade em Macaíba e um Posto de Puericultura em Mossoró.

Proposição: SF PLS 6/1949

Autor: Senador Francisco Galloti – PSD/SC

Data de Apresentação: 08/04/1949

Ementa: Dispõe sobre a aposentadoria de servidores públicos federais do sexo feminino.

Proposição: CD PLC 1/1949

Outros Números: SF PLC 00001/1949; CD PL 1073B/1949

Data de Apresentação: 17/01/1949

Ementa: Dispõe sobre o reconhecimento de filhos ilegítimos.

Proposição: PLC 196

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 12/07/1949

Ementa: Estende aos responsáveis pelos dependentes de servidores públicos federais, já falecidos, e salário-família instituído pelo Decreto-Lei nº 5.976, de 10 de novembro de 1943.

Proposição: PLC 107

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 28/04/1950

Ementa: Dispõe sobre o restabelecimento do art. 3º do Decreto-Lei nº 1.544, de 25 de agosto de 1939, tornando-o extensivo às viúvas e filhas dos veteranos das campanhas do Uruguai e Paraguai.

Proposição: PLC 342

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 18/12/1950

Ementa: Dispõe sobre o casamento dos funcionários da carreira de diplomata.

Proposição: SF PLS 25/1950

Autor: Senador Melo Viana PSD/MG

Data de Apresentação: 31/05/1950

Situação: Rejeitada.

Ementa: Autoriza o Poder Executivo a construir na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, um edifício destinado ao acolhimento de parturientes, e que se denominará "Maternidade Santo Antônio de Paraibuna".

Proposição: SF PLC 69/1951

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 16/3/1951

Ementa: Casamento – Revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 3.200, de 19/04/1941, que dispõe sobre o casamento de colaterais e restaura o inciso IV do artigo 183 do Código Civil.

Proposição: SF Projeto de Decreto Legislativo 51/1951

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 5/7/1951

Ementa: Contrato – Recusou registro ao contrato de compra e venda entre a União e a Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora, para a desapropriação de prédios residenciais em Três Lagoas, Estado de Mato Grosso.

Proposição: PLC 188/1951

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 29/8/1951

Ementa: Enfermeira – Torna extensivas às enfermeiras que prestaram serviço no 1º Grupo de Caça, as disposições da Lei nº 1.209, de 25/10/1950.

Proposição: SF Projeto de Decreto Legislativo 95/1951

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 30/8/1951

Ementa: Contrato – Mantém a decisão do Tribunal de Contas que negou registro ao contrato celebrado entre a Diretoria do Hospital Militar de Curitiba e as Irmãs da Congregação de São José para prestação de serviços.

Proposição: SF PLC 227/1951

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 25/9/1951

Ementa: Família – Revoga o Decreto-Lei nº 3.284, de 19/05/1941, e dá outras providências (Lei de Proteção à Família).

Proposição: SF PLC 232/1951

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 27/9/1951

Ementa: Utilidade Pública – Declara de utilidade pública a Sociedade Brasileira de Ginecologia.

Proposição: SF Projeto de Decreto Legislativo 110/1951

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 23/10/1951

Ementa: Convenção – Aprova o texto da Convenção Interamericana sobre a Concessão de Direitos Civis à Mulher, firmada em Bogotá, Colômbia.

Proposição: SF Projeto de Decreto Legislativo 30/1952

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 22/4/1952

Ementa: Recusa – Mantém a decisão do Tribunal de Contas deneatória ao registro do contrato celebrado entre a Diretoria de Saúde do Exército e a Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição.

Proposição: SF PLC 330/1952

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 22/11/1952

Ementa: Pensão – Concede a pensão especial de Cr\$3.000,00 mensais a Hercília Cruz de Pontes Câmara, filha de Oswaldo Cruz.

Proposição: SF PLC 374/1952

Outros Números: CD PL 1804E/1952

Autor: Deputado Nelson Carneiro – PL/BA

Data de Apresentação: 09/12/1952

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 4.121/1962

Ementa: Regula os direitos civis da mulher casada, e dá outras providências.

Proposição: SF PLS 45/1952

Autor: Senador Mozart Lago PSD/DF

Data de Apresentação: 03/10/1952

Situação: Rejeitada

Ementa: Autoriza a criação, no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, do Departamento da Mulher.

Proposição: SF PLC 233/1952

Autor: Deputado Hermes de Souza

Data de Apresentação: 11/09/1952

Ementa: Concede a pensão especial de Cr\$2.000,00 mensais à Doutora Rita Lobato Velho Lopes.

Indexação: Primeira médica diplomada do Brasil

Proposição: SF PLS 29/1952

Autor: Senador Mozart Lago PSD/DF

Data de Apresentação: 24/07/1952

Situação: Prejudicada.

Ementa: Assegura ampla capacidade civil à mulher casada, revogando quaisquer restrições legais em razão do sexo ou do matrimônio.

Proposição: SF Projeto de Decreto Legislativo 2/1953

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 16/1/1953

Ementa: Contrato – Aprova o contrato e o termo aditivo celebrados entre a Polícia Militar do Distrito Federal e a Ordem Religiosa Filhas de Nossa Senhora da Misericórdia.

Proposição: SF PLS 5/1953

Autor: Mozart Lago PSD/DF

Data de apresentação: 6/2/1953

Ementa: Escotismo – Reconhece a Federação das Bandeirantes do Brasil como órgão máximo do escotismo feminino.

Proposição: PLS 21/1953

Outros números: CD 39/1955

Autor: Domingos de Vellasco – PSB/GO

Ementa: Estende às viúvas dos militares os direitos assegurados às suas filhas e irmãos, nos termos do art. 2º do Decreto nº 471, de

1º/8/1891, do artigo 27 do Decreto nº 695, de 1890 e do Decreto Legislativo nº 521 de 1/7/1847.

Proposição: SF Projeto de Decreto Legislativo 49/1955

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 12/9/1955

Ementa: Convenção – Aprova a Convenção Internacional sobre os Direitos Políticos da Mulher.

Proposição: PLCD 333/1956

Outros números: CD 3311-B/1953

Data: 19/11/1956

Situação: Tramitando

Ementa: Regula o casamento de cabos e soldados do Exército, estendendo-lhes os benefícios do art. 102, alínea *b*, nº 3, do Estatuto dos Militares (Decreto-Lei nº 9.698, de 2 de setembro de 1946).

Fonte: Projetos em curso – 1964 Senado Federal.

Proposição: PLSF 38/1957

Outros números: CD 4243/1958

Autor: João Villas Boas – UDN/MT

Data: 1966

Ementa: modifica o dispositivo da legislação referente ao direito à pensão pela viúva do militar.

Proposição: SF PLC 103/1957

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 6/6/1957

Ementa: Lotação – Inclui no Serviço de Saúde da Aeronáutica, no posto de segundo-tenente, as enfermeiras que integraram a Força Aérea Brasileira, durante as operações de guerra na Itália.

Proposição: PLC 213/1957

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 7/10/1957

Ementa: Lotação – Inclui no Serviço de Saúde da Aeronáutica, no posto de segundo-tenente, as enfermeiras que integraram a Força Aérea Brasileira, durante as operações de guerra na Itália.

Proposição: PLS 35/1957

Autor: João Villas Boas – UDN/MT

Data de apresentação: 7/10/1957

Ementa: Pensão – Modifica dispositivo da legislação referente à pensão pela viúva de militar.

Proposição: SF PLC 270/1957

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 13/12/1957

Ementa: Inclui no Serviço de Saúde da Aeronáutica, no posto de segundo-tenente, as enfermeiras que integraram a Força Aérea Brasileira, durante as operações de guerra na Itália.

Proposição: SF PLC 58/1958

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 30/4/1958

Ementa: Inclui no Serviço de Saúde da Aeronáutica, no posto de segundo-tenente, as enfermeiras que integraram a Força Aérea Brasileira, durante as operações de guerra na Itália.

Proposição: PLS 12/1958

Autor: Atílio Vivacqua – PR/ES

Data de apresentação: 21/5/1958

Ementa: Dá nova redação ao inciso III do art. 15 do Decreto nº 3.695, de 6 de fevereiro de 1958, que trata da pensão aos herdeiros de militares.

Proposição: PLCD 132/1959

Relatores: Ruy Carneiro – PSD/PB e Taciano de Mello – PSD/GO

Data de apresentação: 1959

Ementa: Acrescenta alínea à letra *b* do art. 102 do Decreto-Lei nº 9.698, de 2 de setembro de 1946 (Casamento de Cabos e Soldados).

Fonte: Projetos em curso – 1964 Senado Federal.

Proposição: SF PLC 180/1959

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 15/12/1959

Ementa: Pensão – Concede pensão mensal a Alba Coelho Sales, viúva do ex-Ministro Eurico de Aguiar Sales.

Proposição: SF PLC 119/1959

Outros Números: CD 4335/1958

Situação: Emendado no Senado e aguardando pronunciamento na Casa de origem sobre as emendas.

Ementa: Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial a favor da Associação das Franciscanas Missionárias de Maria e da Sociedade de Educação e Cultura.

Proposição: SF PLC 175/1959

Outros números: CD 3257/1957

Situação: Emendados no Senado e aguardando pronunciamento da Casa de origem sobre as emendas.

Ementa: Autoriza a criação da Escola de Enfermagem no Paraná e federaliza a Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo e a Escola de Enfermagem de Recife.

Proposição: SF PLC 56/1960

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 28/6/1960

Ementa: Pensão – Concede a pensão mensal de Cr\$3.000,00 a Dioguina Pereira de Vasconcelos, neta única sobrevivente do Conselheiro Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos.

Proposição: PLCD 87/1961

Relatores: Ruy Carneiro – PSD/PB, Arlindo Rodrigues – PTB/RJ, Dix-Huit Rosado – UDN/RN, Aloysio Carvalho – PL/BA e Oscar Passos PTB/AC.

Data de apresentação: 1961

Ementa: Dá nova redação ao nº 2 da letra *b* do art. 102 do Estatuto dos Militares (Decreto-Lei nº 9.698, de 2 de setembro de 1946) e dá outras providências.

Fonte: Projetos em curso – 1964 Senado Federal.

Proposição: SF PLC 37/1962

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 24/5/1962

Ementa: Pensão – Concede pensão mensal de Cr\$6.000,00 a Dona Vitória Georgina Braga, filha do Capitão Sebastião Antônio Rodrigues Braga, herói da Guerra do Paraguai.

Proposição: PLCD 106/1962

Outros Números: CD 4232/1968

Relator: Eugênio Barros – PSD/MA

Data de apresentação: 1962

Situação: Rejeitada.

Ementa: Altera a redação do art. 1º da Lei nº 3.319, de 18 de novembro de 1957, que revigora, pelo prazo de dois anos, o crédito especial para pagamento de pensões aos veteranos, às viúvas e aos herdeiros dos ex-combatentes da campanha do Uruguai e da Guerra do Paraguai.

Fonte: Projetos em curso – 1964 Senado Federal.

Proposição: PLS 19/1962

Outros números: CD 4780/1962

Autor: Auro Moura Andrade – PSD/SP

Data de apresentação: 6/6/1962

Situação: Tramitando.

Ementa: Utilidade Pública – Declara de Utilidade Pública a Associação das Irmãs Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus, com sede em Vila Pompéia, na cidade de São Paulo.

Proposição: PLS 50/1962

Autor: Antônio Martins Júnior – UDN/PA

Data de apresentação: 14/9/1962

Ementa: Utilidade Pública – Declara de Utilidade Pública a “Maternidade do Povo” de Belém, capital do Estado do Pará.

Proposição: PLS 54/1962

Autor: Afrânio Lages – AL

Situação: Tramitando

Ementa: Dá nova redação aos arts. 358 e 1.605 do Código Civil (legitimidade do filho havido fora do matrimônio)

Proposição: PLS 50/1963

Outros números: CD 2615/1965

Autor: Aarão Steinbruch – UDN/RJ

Situação: Tramitando.

Ementa: Dispõe que, pela morte do empregado, seus beneficiários terão direito de haver diretamente do empregador uma remuneração paga na forma do disposto do art. 478 da Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Proposição: PLSF 25/1963

Outros números: CD 979/1963

Autor: Moura Andrade – PSD/SP

Data de apresentação: 15/5/1963

Situação: Tramitando.

Ementa: Declara de utilidade pública a Maternidade e Gota de Leite de Araraquara.

Proposição: PLS 181/1963

Autor: Vasconcelos Torres – ARENA/RJ

Data de apresentação: 11/12/1963

Ementa: Empregados Domésticos – Estende aos empregados domésticos os benefícios da Consolidação das Leis do Trabalho.

Proposição: PLCD 130/1963

Relatores: Irineu Bornhausen – UDN/SC e Sebastião Archer – PSD/MA

Data de apresentação: 1963

Ementa: Modifica a Lei nº 909, de 8 de novembro de 1949, elevando o valor do selo postal adicional, emitido em benefício dos filhos de lázaros e dá outras providências.

Fonte: Projetos em curso – 1964 Senado Federal.

Proposição: SF PLS 73/1963

Autor: Senador Arthur Virgílio PTB/AM

Data de Apresentação: 23/07/1963

Situação: Rejeitada.

Ementa: Dispõe sobre o pagamento de um auxílio, além das indenizações previstas em lei, a mulher grávida dispensada a qualquer título do emprego.

Proposição: SF PLS 52/1963

Autor: Senador Vasconcelos Torres – ARENA/RJ

Data de Apresentação: 24/06/1963

Situação: Rejeitada.

Ementa: Concede aposentadoria especial à mulher com 20 e 25 anos de serviços prestados a empresas particulares.

Proposição: PEC 1/1963

Autor: Senador Guido Mondin – PTB/RS

Situação: Aprovado.

Ementa: Dispõe sobre o trabalho de mulheres e menores e trabalho em indústrias insalubres, por meio de alteração da redação do inciso IX do art. 157 da Constituição Federal.

Proposição: PLSF 150/1963

Outros números: CD 2168/1964

Autor: Lobão da Silveira – PSD/PA

Situação: Tramitando.

Ementa: Declara de utilidade pública a Associação Berço de Belém, com sede em Belém, Estado do Pará.

Proposição: PLS 48/1963

Autor: Senador Vasconcelos Torres – ARENA/RJ

Situação: Tramitando.

Ementa: Altera a redação do art. 29 do Decreto-Lei nº 3.200, de 19 de abril de 1941, relativo ao abono familiar.

Proposição: PLS 113/1963

Autor: Eurico Rezende – UDN/ES

Situação: Arquivado

Ementa: Estende o salário-família a todas as categorias profissionais da cidade e do campo.

Proposição: PLC SF 09/1964

Outros Números: CD 607/1951

Situação: Emendado no Senado.

Ementa: Garante a associados e beneficiários dos Institutos e Caixas de Pensões e Aposentadoria a percepção de pensões quando contraírem núpcias entre si.

Proposição: PLSF 42/1964

Autor: Wilson Gonçalves – PSD/CE

Data de apresentação: 11/08/1964

Situação: Tramitando.

Ementa: Declara de Utilidade Pública a sociedade Auxiliadora da Maternidade Dr. João da Rocha Moreira, com sede em Fortaleza, capital do Estado do Ceará.

Proposição: PLCD 139/1964

Relatores: Mem de Sá – PL/RS, Eurico Rezende UDN/ES, José Agripino – PSD/RN, Walfredo Gurgel – PSD/RN

Data de apresentação: 1964

Ementa: Institui o salário-educação.

Fonte: Projetos em curso – 1964 Senado Federal.

Proposição: PLCD 158/1964

Relatores: Bezerra Neto – PTB/MT e Sebastião Archer – PSD/MA

Data de apresentação: 1964

Ementa: Acrescenta parágrafo único ao art. 322 do Código Civil, dispondo sobre incomunicabilidade dos bens adquiridos e das dívidas constituídas depois de ajuizada a ação de desquite.

Fonte: Projetos em curso – 1964 Senado Federal.

Proposição: SF PLC 296/1964

Outros números: CD 1720/1964

Data de apresentação: 1964

Situação: Tramitando.

Ementa: Dispõe sobre a naturalização dos filhos menores, nascidos antes da naturalização dos pais, modifica os arts. 3º, 4º e 8º da Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949, revoga a Lei nº 4.404, de 1964 e dá outras providências.

Fonte: Projetos em curso – 1964 Senado Federal.

Proposição: SF PLC 152/1964

Outros números: CD 607/1951

Situação: Tramitando.

Ementa: Garante a associados e beneficiários dos Institutos e Caixas de Pensões e Aposentadoria a percepção de pensões quando contraírem núpcias entre si.

Fonte: projetos em curso – 1964 Senado Federal.

Proposição: RQS 663/1965

Autor: Senador Vasconcelos Torres – ARENA/RJ

Data de apresentação: 16/09/1965

Ementa: Informações (MEC) sobre a fiscalização do disposto no art. 168, III, da Carta Magna, o art. 31 da Lei nº 4.024, de 20/12/61 e o dispostos no art. 1º do Decreto nº 51.400, de 13/02/62, que determina as empresas industriais, comerciais e agrícolas a manter ensino primário gratuito a seus empregados e os filhos destes.

Proposição: SF VET 34/1965

Outros números: 2636/B/1965

Autor: Câmara dos Deputados

Data de apresentação: 08/06/1965

Ementa: Concede pensão aos beneficiários dos congressistas que tiveram seus mandatos cassados e dos empregados de sociedades de economia mista demitidos em decorrência do Ato Institucional, e dá outras providências.

Proposição: Projeto 140/1965

Situação: Vetado (PAR 33/1966 DE 30/04/1966).

Ementa: Prorroga por dois anos o prazo fixado no art. 1º da Lei nº 3.640, de 10 de outubro de 1959, que dispõe sobre os exames de habilitação para os Auxiliares de Enfermagem e Parteiras Práticas.

Proposição: SF 231/1965

Situação: Tramitando.

Ementa: Aplica às telefonistas o disposto no art. 277 e seus parágrafos da Consolidação das Leis do Trabalho.

Proposição: SF 136/1965

Outros números: CD 50-E/1963

Autor: Câmara dos Deputados

Situação: Vetado

Ementa: Dispõe sobre a profissão de nutricionista, regula o seu exercício e dá outras providências.

Proposição: PLS 58/1965

Autor: José Elias – PSD/GO

Situação: Rejeitada.

Ementa: Dispõe sobre o ensino de Puericultura, como disciplina dos cursos das escolas normais.

Proposição: PLS 35/1965

Outros números: CD 3519/1966

Autor: Vasconcelos Torres – ARENA/RJ

Situação: Tramitando.

Ementa: Dispõe sobre a jornada normal de trabalho dos profissionais de enfermagem.

Proposição: PLS 6/1966

Autor: Bezerra Neto – MDB/MT

Situação: Arquivado.

Ementa: Dispõe sobre o desquite amigável e expedição de certidões na fase preliminar de conciliação ou acordo.

Proposição: PLS 2/1966

Outros números: CD 218/1967

Autor: Bezerra Neto – MDB/MT

Situação: Tramitando.

Ementa: Altera normas sobre exame médico na habilitação de casamento entre colaterais do terceiro grau.

Proposição: SF PLC 315/1966

Outros números: CD 4797/1962

Situação: Aprovado.

Ementa: Dispõe sobre a pensão devida a família de diplomata.

Proposição: SF PLC 291/1966

Outros números: CD 2337/1964

Situação: Tramitando.

Ementa: Dispõe sobre a assistência à família e dá outras providências.

Proposição: SF PLC 88/1966

Outros números: CD 3462/1966

Situação: Tramitando.

Ementa: Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário – Justiça do Trabalho – Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região – o crédito suplementar de Cr\$1.6456.000, destinado a atender as despesas com o pagamento do salário-família a que fazem jus os juizes e funcionários do referido tribunal, durante o corrente exercício.

Proposição: Não identificada/1966

Outros números: SF 315/1966; CD 4797-B/1962

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 5.307.

Ementa: Dispõe sobre a pensão devida à família de diplomata.

Proposição: 2/1967

Autor: Senador Heribaldo Vieira – ARENA/SE

Data de apresentação: 22/01/1967

Situação: Tramitando.

Ementa: Dispõe sobre os direitos, deveres e reconhecimento dos filhos de qualquer condição.

Proposição: 196/1967

Data de apresentação: 24/02/1967

Situação: Norma jurídica gerada.

Ementa: Dispõe sobre a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto e dá outras providências.

Proposição: REQ 1151/1967

Autor: Vasconcelos Torres – ARENA/RJ

Data de apresentação: 27/11/1967

Ementa: Sobre estudos realizados visando ao aumento dos níveis das telefonistas do INPS que permanecem nos níveis 6 e 7.

Proposição: SF MSG 241/1967

Outros números: Origem 253/1967

Data de apresentação: 14/03/1967

Ementa: Agradece a comunicação referente à aprovação da escolha da bacharela Maria Rita Soares de Andrade para o cargo de Juiz Federal no Estado da Guanabara.

Proposição: MSG SF 459/1967

Outros números: Origem 544/1967

Data de Apresentação: 07/07/1967

Ementa: Restitui autógrafos de Projeto de Lei sancionado nº 4.797-B/62, na Câmara e nº 315/67, no Senado, que dispõe sobre a família de diplomata.

Proposição: SF PDL 39/1967

Outros números: CD 309/1967

Situação: Aprovada.

Ementa: Aprova o texto da convenção sobre consentimentos para casamento, idade mínima para casamento e registro de casamento, adotada pela Resolução nº 1.763, XVII da Assembléia Geral das Nações Unidas e aberta à assinatura aos 10 de dezembro de 1962.

Proposição: CD PDS 27/1967

Outros Números: SF PDS 00027/1967; CD PDC 306-A/1967

Autor: Comissão – Comissão de Relações Exteriores

Data de Apresentação: 01/06/1967

Situação: Norma jurídica gerada: Decreto Legislativo nº 27, de 1968.

Ementa: Aprova a convenção sobre a nacionalidade da mulher casada, adotada pela Resolução nº 1.040 (XI), da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 20 de fevereiro de 1957.

Proposição: PLS 110/1968

Autor: Mário Martins – MDB/RJ

Ementa: Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 4.266, de 3/10/63 que institui o salário-família do trabalhador.

Proposição: PLS 4/1968

Autor: Aarão Steinbruch – MDB/RJ

Ementa: Dispõe sobre a aposentadoria de funcionários integrantes da carreira de enfermeiro.

Proposição: PLS 57/1968

Autor: Senador Vasconcelos Torres – ARENA/RJ

Situação: Rejeitada.

Ementa: Dispõe sobre a aposentadoria das aeromoças

Proposição: PLS 99/1968

Autor: Senador Vasconcelos Torres – ARENA/RJ

Situação: Tramitando.

Ementa: Dispõe sobre a concessão de auxílio-funeral por morte do segurado, cônjuge e dependente, alterando a redação do art. 44 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (redação dada pelo art. 11 do Decreto-Lei nº 66, de 1966).

Proposição: PL 5/1968

Autor: Josaphat Marinho – MDB/BA

Ementa: Estende aos dependentes do empregado não optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, o direito assegurado pelo art. 9º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.

Proposição: PLS 98/1968

Autor: Senador Vasconcelos Torres – ARENA/RJ

Situação: Rejeitada.

Ementa: Garante vencimentos integrais em caso de licença relativa a doença de filho ou dependente menor, e dá outras providências.

Proposição: SF PLS 100/1968

Autor: Senador Vasconcelos Torres – ARENA/RJ

Data de Apresentação: 11/09/1968

Situação: Rejeitada.

Ementa: Altera a redação do item I do artigo 11 da Lei nº 3.807, de 1960 (nos termos do artigo terceiro do Decreto-Lei nº 66, de 1966), classificando como dependente de segurado as filhas, de qualquer condição, que vivam sob a sua dependência econômica exclusiva e não possuam qualquer fonte de renda própria.

Proposição: SF PLC 22/1969

Outros Números: CD PL 00449/1963

Autor: Deputado Gabriel Hermes – UDN/PA

Data de Apresentação: 11/06/1963

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 5.582/1970.

Ementa: Altera o art. 16 do Decreto-Lei nº 3.200, de 19 de abril de 1941, que dispõe sobre a organização e proteção da família.

Proposição: SF PLC 24/1970

Outros números: CD 2075- B/1969

Data: 30/07/1970

Situação: Tramitando.

Ementa: Altera o art. 19 do Decreto-Lei nº 3.200, de 19/04/1941, alterado pela Lei nº 2.514, de 27/06/1955, que dispõe sobre bem de família.

Proposição: SF PLS 27/1970

Autor: Senador Vasconcelos Torres – ARENA/RJ

Data de Apresentação: 24/07/1970

Situação: Rejeitada.

Ementa: Inclui os preconceitos de sexo e de crença religiosa entre as contravenções penais mencionadas na Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951, e modifica o sistema de multas previsto no diploma.

Proposição: PLS 14/1970

Autor: Adalberto Sena – MDB/AC

Situação: Aprovado.

Ementa: Proíbe a referência à filiação ilegítima nos registros civis das pessoas naturais.

Proposição: PLS 6/1971

Autor: Nelson Carneiro – MDB/RJ

Ementa: Regula a anulação de casamento por erro essencial quanto às qualidades do outro cônjuge, e dá outras providências.

Proposição: PLS 11/1971

Autor: Senador Vasconcelos Torres – ARENA/RJ

Situação: Rejeitada.

Ementa: Institui o salário-família da esposa ou companheira de segurado do INPS.

Proposição: PLS 39/1971

Autor: Nelson Carneiro – MDB/RJ

Ementa: Permite o registro da união, como casamento, após cinco anos de vida em comum, e dá outras providências.

Proposição: SF PLS 96/1971

Autor: Senador Vasconcelos Torres – ARENA/RJ

Data de Apresentação: 27/10/1971

Situação: Rejeitada.

Ementa: Dá nova redação ao art. 128 do Código Penal, incluindo entre os casos de abortos não criminosos os praticados por médico quando a gravidez resultar de incesto, constituir grave ameaça à saúde da gestante ou envolver risco do filho nascer física e mentalmente lesado.

Proposição: SF PLS 36/1971

Autor: Senador Vasconcelos Torres – ARENA/RJ

Data de Apresentação: 03/06/1971

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Reduz o limite de idade da aposentadoria por tempo de serviço das mulheres para 25 (vinte e cinco) anos, altera a redação do artigo 32 e seu parágrafo primeiro da Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807, de 1960), e dá outras providências.

Indexação: Alteração, Lei Orgânica da Previdência Social, redução, limite de idade, aposentadoria por tempo de serviço, mulher.

Proposição: SF PLS 23/1971

Autor: Senador Vasconcelos Torres – ARENA/RJ

Data de Apresentação: 19/05/1971

Situação: Rejeitada.

Ementa: Proíbe o trabalho noturno da empregada gestante, após o terceiro mês da gravidez.

Proposição: SF PLS 20/1971

Autor: Senador Vasconcelos Torres – ARENA/RJ

Data de Apresentação: 11/05/1971

Situação: Rejeitada.

Ementa: Inclui os preconceitos de sexo e crença religiosa entre as contravenções penais mencionadas na Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951, e modifica o sistema de multas previsto no diploma.

Proposição: SF PLS 17/1972

Autor: Senador Nelson Carneiro – MDB/RJ

Data de Apresentação: 24/05/1972

Situação: Rejeitada.

Ementa: Dá nova redação ao artigo 397 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho.

Indexação: assistência, infância, creche, proteção, maternidade, empresa pública.

Proposição: SF PLS 15/1972

Autor: Senador Nelson Carneiro – MDB/RJ

Data de Apresentação: 17/05/1972

Situação: Prejudicada.

Ementa: Revoga o artigo 240 do Código Penal (tramitação conjunta com os PLC n°s 1/73, 58/73, PLS n°s 65/72 e 67/73).

Indexação: derrogação, Código Penal, crime, adultério.

Proposição: PLS 53/1972

Autor: Nelson Carneiro – MDB/RJ

Ementa: Legitima os filhos dos casamentos nulos ou anuláveis, e dá outras providências.

Proposição: PLS 63/1972

Autor: Franco Montoro – MDB/SP

Ementa: Assegura o pagamento do salário-família a todos os aposentados pelo Sistema Geral da Previdência Social, alterando a redação do art. 2º da Lei nº 5.559, de 11 de dezembro de 1968, e dando outras providências.

Proposição: PLS 64/1972

Autor: Franco Montoro– MDB/SP

Ementa: Dispõe sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço determinando que, em caso de morte, a conta vinculada em nome do empregado passará para sua família na forma de lei civil.

Proposição: SF PLS 81/1973

Autor: Senador Nelson Carneiro – MDB/RJ

Data de Apresentação: 30/06/1973

Situação: Prejudicada.

Ementa: Acrescenta parágrafo ao artigo 391 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, determinando o pagamento de indenização, em dobro, para a mulher despedida por motivo de casamento ou gravidez.

Indexação: alteração, (CLT). obrigatoriedade, empregador, pagamento em dobro, indenização, mulher, objetivo, casamento, gravidez.

Proposição: SF PLS 76/1973

Autor: Senador Vasconcelos Torres – ARENA/RJ

Data de Apresentação: 20/06/1973

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Revoga os capítulos I, II e III do título II, livro I, do Código Civil brasileiro e dá outras providências.

Indexação: alteração, Código Civil, legitimidade, casamento, reconhecimento, filho ilegítimo, fixação, direitos, deveres, cônjuge.

Proposição: SF PLS 41/1973

Outros Números: SF PL 01737/1974

Autor: Senador Nelson Carneiro – MDB/RJ

Data de Apresentação: 02/05/1973

Situação: Rejeitada.

Ementa: Regula a indenização a dependente e dá outras providências.

Indexação: regulamentação, indenização, mulher, companheira, dependente.

Proposição: SF PLS 5/1973

Outros Números: SF PLS 00425/1973; SF PLS 00351/1974

Autor: Senador Nelson Carneiro – MDB/RJ

Data de Apresentação: 20/03/1973

Situação: Prejudicada.

Ementa: Veda a dispensa da empregada grávida, sem comprovação de falta grave, a partir do momento em que o empregador é cientificado da gravidez, e dá outras providências.

Indexação: alteração, (CLT), proibição, dispensa, gestante.

Proposição: Decreto-Lei 1301/1973

Autor: Externo – Executivo Federal

Data de apresentação: 1974

Ementa: Dispõe sobre a tributação separada dos rendimentos de casal, e dá outras providências.

Proposição: SF PLC 136/1974

Outros números: CD PLC 00136/1974; CD MSC 00431/1974; CD PL 02242/1974

Autor: Externo – Executivo Federal.

Data de apresentação: 11/09/1974

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 6.135, de 1974

Ementa: Altera a Lei Orgânica da Previdência Social no tocante à contribuição do trabalhador autônomo.

Indexação: Alteração, Lei Orgânica da Previdência Social, contribuição, trabalhador autônomo.

Proposição: SF PLS 123/1974

Autor: Senador Danton Jobim – MDB/RJ

Data de Apresentação: 02/10/1974

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Assegura às mulheres o ingresso no serviço público civil da União até aos 40 (quarenta) anos de idade.

Indexação: fixação, limite de idade, requisitos, ingresso, mulher, serviço público, união federal.

Proposição: SF PLS 121/1974

Autor: Senador Nelson Carneiro – MDB/RJ

Data de Apresentação: 26/09/1974

Situação: Retirado pelo autor.

Ementa: Autoriza, em casos excepcionais e havendo motivação ponderável, a alteração do patronímico da mulher solteira, desquitada ou viúva, sem prejuízo dos apelidos de família, e dá outras providências.

Indexação: requisitos, utilização, mulher, sobrenome, companheiro.

Proposição: SF PLC 137/1974

Outros números: CD MSC 00468/1974; CD PL 02275/1974; CD PLC 00137/1974

Autor: Externo – Executivo Federal

Data de Apresentação: 24/09/1974

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 6.136/1974.

Ementa: Inclui o salário-maternidade entre as prestações da Previdência Social.

Indexação: alteração, lei orgânica da Previdência Social. Inclusão, salário-maternidade, Previdência Social. Normas, pagamento, empresa, segurado, salário-maternidade. Critérios, atestado médico, gestante. Normas, custeio, desconto, salário-maternidade. Prazo, regulamentação, salário-maternidade, Executivo.

Proposição: SF PLS 94/1974

Autor: Senador Vasconcelos Torres – ARENA/RJ

Data de Apresentação: 29/08/1974

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Dispõe sobre os direitos da mulher e altera o artigo 248 do Código Civil brasileiro.

Indexação: Alteração, Código Civil, prazo, adoção, sobrenome, companheiro, mulher, concubinato.

Proposição: SF PLC 84/1974

Outros Números: CD PL 00767/1972; CD PLC 00084/1974

Autor: Deputado Francisco Amaral

Data de Apresentação: 08/08/1974

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 6.202/1975.

Ementa: Atribui a estudantes gestantes o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências.

Indexação: possibilidade, estudante, gestante, execução, exercícios domiciliares.

Proposição: SF PLS 68/1974

Autor: Senador Nelson Carneiro – MDB/RJ

Data de Apresentação: 25/06/1974

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Acrescenta um parágrafo ao artigo 221 do Código Civil e dá outras providências.

Indexação: direitos, filho, legitimidade, anulação, casamento.

Proposição: SF PLS 64/1974

Outros Números: CD PL 00150/1979

Autor: Senador Franco Montoro – MDB/SP

Data de Apresentação: 18/06/1974

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Estabelece que, se o INPS não prestar assistência médica à gestante, deverá reembolsar o segurado pelas despesas comprovadamente realizadas.

Indexação: alteração, lei orgânica, Previdência Social. Assistência médica, gestante, (INPS), ressarcimento, despesa, segurado.

Proposição: SF PLS 60/1974

Outros Números: SF PLS 00351/1974; SF PLS 00584/1974; CD PL 01947/1976

Autor: Senador Franco Montoro – MDB/SP

Data de Apresentação: 06/06/1974

Situação: Rejeitada.

Ementa: Concede estabilidade provisória à empregada gestante.

Indexação: alteração, (CLT). Concessão, estabilidade, empregado doméstico, gestante.

Proposição: SF PLC 105/1975

Outros Números: CD PL 00602/1975

Autor: Deputado Peixoto Filho

Data de Apresentação: 01/12/1975

Situação: Rejeitada.

Ementa: Inclui a filha viúva ou desquitada entre os beneficiários do servidor público federal civil, militar ou autárquico.

Indexação: inclusão, filha, viúva, beneficiário, servidor, civil, militar, união federal.

Proposição: SF PLS 252/1975

Autor: Senador Orestes Quércia – MDB/SP

Data de Apresentação: 25/11/1975

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Acrescenta parágrafo ao artigo 32 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social) para o fim de permitir aposentadoria proporcional aos 25 anos para os segurados de sexo masculino e 20 para os de sexo feminino.

Indexação: alteração, Lei Orgânica da Previdência Social. Normas, requisitos, concessão, aposentadoria proporcional, segurado, Previdência Social, fixação, limite de idade, aposentadoria proporcional, homem, mulher, segurado, Previdência Social, (INPS).

Proposição: SF PLS 243/1975

Data de Apresentação: 21/11/1975

Situação: Rejeitada

Autor: Senador Osires Teixeira – ARENA/GO

Ementa: Determina a emissão de selo postal em homenagem à mulher brasileira.

Indexação: competência, (ECT), emissão, selo postal comemorativo, mulher.

Proposição: SF PLS 211/1975

Autor: Senador Nelson Carneiro – MDB/RJ

Data de Apresentação: 06/11/1975

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Dispõe sobre a aposentadoria proporcional, aos 25 anos de serviço, da mulher através do INPS.

Indexação: normas, aposentadoria, proporcional, mulher, (INPS).

Proposição: SF PLS 189/1975

Autor: Senador Orestes Quécia – MDB/SP

Data de Apresentação: 22/10/1975

Situação: Prejudicada.

Ementa: Acrescenta dispositivos ao artigo 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

Indexação: alteração, inclusão, nascimento, dependente, empregado, mulher, direitos, utilização, conta vinculada, (FGTS).

Proposição: CN PEC 42/1975

Autor: Senador Nelson Carneiro – MDB/RJ

Data de Apresentação: 17/10/1975

Situação: Prejudicada.

Ementa: Dá nova redação ao parágrafo primeiro do artigo 175 da Emenda Constitucional nº 1, de 1969.

Indexação: alteração, Constituição Federal. Normas, requisitos, dissolução, casamento.

Proposição: CN PEC 46/1975

Autor: Deputado Rubem Dourado

Data de Apresentação: 17/10/1975

Situação: Prejudicada.

Ementa: Modifica a redação do parágrafo primeiro do artigo 175 da Constituição da República Federativa do Brasil, que dispõe sobre a indissolubilidade do casamento.

Indexação: alteração, Constituição Federal. Requisitos, dissolução, casamento.

Proposição: SF PLS 146/1975

Autor: Senador Franco Montoro – MDB/SP

Data de Apresentação: 03/09/1975

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Estabelece que a aposentadoria da mulher aos trinta anos de trabalho será feita com salário integral.

Indexação: direitos, mulher, aposentadoria por tempo de serviço, salário integral, (INPS).

Proposição: SF PLS 125/1975

Autor: Senador Nelson Carneiro – MDB/RJ

Data de Apresentação: 12/08/1975

Situação: Rejeitada.

Ementa: Dá nova redação ao parágrafo primeiro do artigo 381 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Indexação: alteração, legislação, (CLT), normas, salário, trabalho noturno, mulher, empregado.

Proposição: SF PLS 91/1975

Autor: Senador Nelson Carneiro – MDB/RJ

Data de Apresentação: 04/06/1975

Situação: Rejeitada.

Ementa: Acrescenta parágrafo único ao artigo 394 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Indexação: alteração, (CLT), redução, duração, jornada de trabalho, gestante.

Proposição: CN PEC 4/1975

Autor: Deputado Rubem Dourado

Data de Apresentação: 18/03/1975

Situação: Rejeitada.

Ementa: Modifica a redação do parágrafo primeiro do artigo 175 da Constituição da República Federativa do Brasil, que dispõe sobre a indissolubilidade do casamento.

Indexação: alteração, normas, indissolubilidade, casamento, Constituição Federal.

Proposição: CN PEC 5/1975

Autor: Senador Nelson Carneiro – MDB/RJ

Data de Apresentação: 18/03/1975

Situação: Rejeitada.

Ementa: Dá nova redação ao artigo 175, parágrafo primeiro, da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.

Indexação: alteração, normas, indissolubilidade, casamento, Constituição Federal.

Proposição: CN PEC 57/1975

Autor: Deputado João Menezes

Data de Apresentação: 19/03/1976

Situação: Prejudicada.

Ementa: Altera a redação do parágrafo único do artigo 92 da Constituição Federal.

Indexação: alteração, Constituição Federal. Isenção, serviço militar obrigatório, tempo de paz, mulher, autoridade religiosa.

Proposição: PL 3/1976

Data de apresentação: 1976

Ementa: Autoriza reajuste adicional de benefícios previdenciários, nos casos que especifica, altera tetos de contribuição, e dá nova redação a dispositivos da Lei nº 6.135, de 7 de novembro de 1974, que inclui o salário-maternidade entre as prestações da Previdência Social.

Proposição: PLC 36 / 1976

Outros números: CD PL 00622 / 1975

Autor: Deputado João Menezes

Data de apresentação: 28/05/1976

Situação: Vetado.

Ementa: Dá nova redação ao *caput* do artigo primeiro do Decreto-Lei nº 1.301, de 31 de dezembro de 1973, assegurando ao cônjuge que opta pela tributação de seus rendimentos, separadamente do cabeça do casal, metade do valor de encargos da família.

Indexação: alteração, normas, direitos, cônjuge, opção declaração, em separado, rendimento.

Proposição: SF PLS 23/1976

Autor: Senador Orestes Quércia – MDB/SP

Data de Apresentação: 16/03/1976

Situação: Rejeitada.

Ementa: Dá nova redação ao artigo 391 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), acrescentando parágrafo ao citado artigo, passando a ser segundo o parágrafo único.

Indexação: proibição, rescisão, contrato de trabalho, mulher casada, gestante.

Proposição: SF PLS 19/1976

Autor: Senador Franco Montoro – MDB/SP

Data de Apresentação: 15/03/1976

Situação: Rejeitada.

Ementa: Dispõe sobre a concessão do abono de permanência em serviço às mulheres seguradas do INPS a partir de 25 anos de ati-

vidades, dando nova redação ao parágrafo quarto do artigo 10 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.

Indexação: alteração, legislação, Previdência Social. Concessão, abono de permanência, mulher, segurado, Previdência Social.

Proposição: CN RQN 15/1976

Autor: Senador Nelson Carneiro – MDB/RJ

Data de Apresentação: 03/03/1977

Situação: Aprovada.

Ementa: Cria comissão parlamentar mista de inquérito para examinar a situação da mulher em todos os setores de atividades.

Indexação: criação, (CPMI), objetivo, estudo, situação, mulher, Brasil,

Proposição: SF PLS 282/1976

Autor: Senador Nelson Carneiro – MDB/RJ

Data de Apresentação: 27/10/1976

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Introduce alterações na Lei dos Registros Públicos no que se refere à averbação, no registro de imóveis, das sentenças de desquite, nulidade ou anulação de casamento.

Indexação: alteração, lei federal, averbação, registro de imóveis, desquite, anulação, casamento.

Proposição: SF PLS 142/1976

Outros Números: CD PL 04420/1977

Data de Apresentação: 03/06/1976

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Autor: Senador Nelson Carneiro – MDB/RJ

Ementa: Regula a indenização à dependente, e dá outras providências.

Indexação: normas, regulamentação, indenização, dependente. requisitos, mulher, companheira, solteiro, desquitado, viúvo, direitos, indenização, normas, fixação, pagamento, indenização, mulher, companheira. Fixação, base de cálculo, indenização, limitação, normas, suspensão, indenização.

Proposição: SF PLS 134/1976

Outros Números: SF PL 03838/1977

Autor: Senador Otair Becker – ARENA/SC

Data de Apresentação: 27/05/1976

Situação: Rejeitada.

Ementa: Faculta ao empregado do sexo feminino sacar os depósitos de sua conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, na hipótese que indica.

Indexação: requisitos, direitos, mulher, saque, conta vinculada, objetivo, casamento, (FGTS).

Proposição: SF PLS 88/1976

Autor: Senador Orestes Quércia – MDB/SP

Data de Apresentação: 28/04/1976

Situação: Rejeitada.

Ementa: Dá nova redação ao parágrafo quarto do artigo 11 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social), amparando a companheira da Previdência Social.

Indexação: alteração, Lei Orgânica da Previdência Social, equiparação, direitos, cônjuge, casamento civil, companheira, casamento religioso.

Proposição: SF PLS 68/1976

Autor: Senador Orestes Quércia – MDB/SP

Data de Apresentação: 06/04/1976

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Assegura a aposentadoria da mulher, pelo INPS, aos 25 anos de serviço, alterando o *caput* do artigo 10, seus itens e parágrafo primeiro da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.

Indexação: alteração, legislação, Previdência Social. Normas, requisitos, aposentadoria por tempo de serviço, mulher. Normas, base de cálculo, salário, aposentadoria, mulher.

Proposição: CN PEC 9/1976

Autor: Deputado Pedro Lucena

Data de Apresentação: 05/04/1976

Situação: Prejudicada.

Ementa: Estabelece o serviço militar voluntário em tempo de paz a todos os brasileiros.

Indexação: alteração, Constituição Federal, normas, arbítrio, serviço militar, homem, mulher, tempo de paz.

Proposição: Emenda 9

Data de apresentação: 28/06/1977

Ementa: Dá nova redação ao § 1º do artigo 175 da Constituição Federal.

Indexação: casamento, separação.

Proposição: SF PLS 294/1977

Autor: Senador Nelson Carneiro – MDB/RJ

Data de Apresentação: 29/11/1977

Situação: Arquivada ao final da legislatura

Ementa: Dá nova redação ao artigo 379 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Indexação: alteração, (CLT), fixação, requisitos, objetivo, trabalho noturno, mulher.

Proposição: SF PLC 118/1977

Outros Números: CD MSC 00347/1977; CD PL 04151/1977; CD PLC 00118/1977.

Autor: Externo – Executivo Federal

Data de Apresentação: 21/09/1977

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 6.481/1977.

Ementa: Altera dispositivos da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (estado dos funcionários públicos civis da união).

Indexação: alteração, estatuto dos funcionários públicos, união federal. Normas, requisitos, funcionário, aposentadoria compulsória, aposentadoria voluntária, aposentadoria por invalidez. Normas, concessão, aposentadoria por invalidez. Normas, regulamentação, proventos, aposentadoria. Fixação, prazo, aposentadoria voluntária, ex-combatente, (FEB), Marinha, (FAB), marinha mercante, fixação, prazo, aposentadoria voluntária, mulher.

Proposição: SF PLS 186/1977

Autor: Senador José Sarney – ARENA/MA

Data de Apresentação: 20/09/1977

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera artigos do Código Civil e do Código de Processo Civil e dá outras providências.

Indexação: normas, regulamentação, separação judicial.

Proposição: SF PLS 167/1977

Autor: Senador Osires Teixeira – ARENA/GO

Data de Apresentação: 31/08/1977

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Dispõe sobre processo e ação dissolutória do vínculo matrimonial.

Indexação: normas, regulamentação, procedimento, juiz, vara de família, processo, ação judicial, dissolução, casamento, divórcio.

Proposição: SF PLS 156/1977

Outros Números: SF PL 04279/1977

Autor: Senador Nelson Carneiro – MDB/RJ

Data de Apresentação: 25/08/1977

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 6.515/1977.

Ementa: Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.

Indexação: regulamentação, dissolução, casamento, definição, requerimento, pedido, separação judicial, normas, proteção, filho, regulamentação, utilização, nome, mulher, direitos, cônjuge, pensão alimentícia, alteração, Código Civil, código de processo civil, alimento, separação judicial, requisitos, decretação, divórcio, perca, pensão, procedimento, execução, processo, separação consensual, regulamentação, causa, origem, desquite, objetivo.

Proposição: CN PEC 13/1977

Autor: Deputado João Menezes

Data de Apresentação: 11/08/1977

Situação: Prejudicada.

Ementa: Altera a redação do parágrafo único do artigo 92 da Constituição Federal.

Indexação: alteração, Constituição Federal, obrigatoriedade, mulher, isenção serviço militar, prestação de serviço, educação, saúde, assistência social, religião.

Proposição: SF PLS 130/1977

Autor: Senador Vasconcelos Torres – ARENA/RJ

Data de Apresentação: 14/06/1977

Situação: Rejeitada.

Ementa: Altera Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971

Indexação: normas, requisitos, direitos, cônjuge, companheira, trabalhador rural, aposentadoria, (FUNRURAL).

Proposição: SF PLS 99/1977

Autor: Senador Vasconcelos Torres – ARENA/RJ

Data de Apresentação: 18/05/1977

Situação: Prejudicada.

Ementa: Assegura a empregada gestante, despedida sem justa causa ou por recíproca, o direito aos salários relativos ao período a que se refere o artigo 392 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Indexação: alteração, (CLT), normas, empregado, gestante, dispensa, emprego, ausência, justa causa, reciprocidade, culpa, concessão, recebimento, salário, período, repouso, parto.

Proposição: SF PLS 86/1977

Autor: Senador Nelson Carneiro – MDB/RJ

Data de Apresentação: 17/05/1977

Situação: Rejeitada.

Ementa: Dá nova redação ao parágrafo primeiro do artigo 381 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Indexação: alteração, (CLT), fixação, percentagem, salário adicional, gestante, trabalho noturno.

Proposição: SF PLS 87/1977

Autor: Senador Vasconcelos Torres – ARENA/RJ

Data de Apresentação: 17/05/1977

Situação: Rejeitada.

Ementa: Dispõe sobre os dependentes dos segurados da Previdência Social.

Indexação: alteração, Lei Orgânica da Previdência Social, fixação, limite de idade, filha, segurado, Previdência Social, direitos, benefício.

Proposição: CN PEC 10/1977

Autor: Deputado Rubem Dourado

Data de Apresentação: 10/05/1977

Situação: Prejudicada.

Ementa: Altera a redação do parágrafo primeiro do artigo 175 da Constituição da República Federativa do Brasil, que dispõe sobre a indissolubilidade do casamento.

Indexação: alteração, Constituição Federal, objetivo, instauração, divórcio, normas, requisitos, fixação, prazo, separação, cônjuge, objetivo, dissolução, casamento.

Proposição: CN PEC 11/1977

Autor: Cantídio Sampaio

Data de Apresentação: 10/05/1977

Situação: Prejudicada.

Ementa: Altera a redação do parágrafo primeiro do artigo 175 da Constituição federal.

Indexação: alteração, Constituição Federal, competência, lei complementar, regulamentação, dissolução, casamento

Proposição: CN PEC 12/1977

Autor: Deputado Airon Rios

Data de Apresentação: 10/05/1977

Situação: Prejudicada.

Ementa: Dá nova redação ao parágrafo primeiro do artigo 175 da Constituição Federal.

Indexação: alteração, Constituição Federal, normas, dissolução, casamento.

Proposição: CN PEC 1/1977

Autor: Deputado Nina Ribeiro

Data de Apresentação: 08/03/1977

Situação: Prejudicada.

Ementa: Modifica o parágrafo primeiro do artigo 175 da Constituição Federal e dispõe sobre a realização de consulta popular.

Indexação: alteração, revogação, indissolubilidade, casamento, normas, prazo, extinção, vinculação, incorporação, legislação, estados, disposições, Constituição Federal.

Proposição: CN MSG 37/1977

Outros Números: CN PLN 00002/1977

Autor: Externo – Executivo Federal

Data de Apresentação: 07/03/1977

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 6.416/1977.

Ementa: Altera dispositivos do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), do Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941), da Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941), e dá outras providências.

Indexação: alteração, Código Penal, objetivo, redução, presídio, benefício, trabalho externo, reclusão, detenção, mulher, regulamentação, trabalho externo, compatibilidade, pena, condenado, frequência, ensino profissionalizante, regime aberto, regime semi-aberto, regime fechado, detenção, prazo, cumprimento, pena, condenado, exclusão, crime político, crime militar, caracterização, reincidência, normas, revogação, suspensão, pena, sentença recorrível, regulamentação, livramento condicional, contravenção, interdição, suspensão, direitos políticos, requisitos, juiz, declaração, presunção, periculosidade, agente, alteração, prescrição, sentença recorrível, Código de Processo Penal, regulamentação, aplicação, multa, falta, testemunha, concessão, depoimento, declaração por escrito, Presidente da República, Vice-Presidente da República,

presidente, Senado, Câmara, (STF), prestação, militar, funcionário público, igualdade, procedimento, juiz, prisão preventiva, prisão em flagrante, concessão, fiança, espécie, crime, contravenção, valor, fiança, revogação, livramento condicional, condenado, normas, reajustamento, valor monetário, sanção, legislação.

Proposição: CN PEC 1/1978

Autor: Deputado Dayl de Almeida

Data de apresentação: 07/03/1978

Situação: Prejudicada.

Ementa: Dispõe sobre a elegibilidade, nas hipóteses que menciona, dos cônjuges e dos parentes consangüíneos ou afins, até o terceiro grau, ou por adoção, de Presidente da República, de Governador de Estado ou território, de Prefeito ou quem os haja substituído dentro de 6 (seis) meses anteriores ao pleito eleitoral.

Indexação: alteração, Constituição Federal, exclusão, restrição, prazo, inelegibilidade, pessoa física, exercício, mandato eletivo, candidato, reeleição.

Proposição: SF PLS 276/1978

Autor: Senador Nelson Carneiro – MDB/RJ

Data de Apresentação: 14/09/1978

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera a redação do *caput* do artigo 392 da Consolidação das Leis do Trabalho

Indexação: alteração, (CLT), normas, regulamentação, período, trabalho, gestante.

Proposição: SF PLS 277/1978

Autor: Senador Nelson Carneiro – MDB/RJ

Data de Apresentação: 14/09/1978

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Acrescenta parágrafo terceiro ao artigo 401 da Consolidação das Leis do Trabalho

Indexação: alteração, fixação, penalidade, infração, legislação, (CLT), proteção, maternidade.

Proposição: SF PLC 111/1978

Outros Números: CD PL 01396/1975; CD PLC 00111/1978

Autor: Deputado Fernando Coelho

Data de Apresentação: 13/09/1978

Situação: Rejeitada.

Ementa: Assegura a mulher que tenha menor vivendo em sua companhia, o direito a opção por jornada reduzida de trabalho.

Indexação: direitos, mulher, filho menor, jornada especial de trabalho.

Proposição: SF PLC 92/1978

Outros Números: CD PL 00528/1975; CD PLC 00092/1978

Autor: Deputado Adhemar Ghisi

Data de Apresentação: 17/08/1978

Situação: Rejeitada.

Ementa: Altera a redação dos artigos 379, 380 e 404 e revoga o artigo 375 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Indexação: alteração, (CLT), proibição, trabalho noturno, mulher, exceção, diversão pública, companhia telefônica brasileira, serviço de saúde, estabelecimento de ensino, exercício, cargo, técnico, direção, gerente, industrialização, bancos, processamento de dados, aviação comercial.

Proposição: CN PEC 10/1978

Autor: Senador Benjamin Farah – MDB/RJ

Data de Apresentação: 16/08/1978

Situação: Prejudicada.

Ementa: Altera disposições dos artigos 101 e 102 da Constituição pelos que indica.

Indexação: alteração, Constituição Federal, fixação, prazo, aposentadoria, homem, mulher.

Proposição: SF PLS 193/1978

Autor: Senador Otto Lehmann – ARENA/RJ

Data de Apresentação: 26/06/1978

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera a redação dos artigos 4º, 32 e 34, e do inciso III do § 2º do artigo 40, todos da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977.

Indexação: alteração, legislação, divórcio, normas, realização, cônjuge, efetivação, registro, sentença judicial, divórcio, procedimento, realização, separação judicial.

Proposição: SF PLS 165/1978

Autor: Senador Otto Lehmann – ARENA/RJ

Data de Apresentação: 13/06/1978

Situação: Rejeitada.

Ementa: Dá nova redação ao artigo 19 da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977 (Lei do Divórcio)

Indexação: alteração, legislação, divórcio, normas, cônjuge, concessão, pensão, separação judicial.

Proposição: SF PLC 99/1979

Outros Números: CD PL 00540/1979; CD PLC 00099/1979

Autor: Deputado João Menezes

Data de Apresentação: 27/11/1979

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 6.791/1980.

Ementa: Institui o Dia Nacional da Mulher.

Indexação: criação, dia nacional, mulher.

Proposição: SF PLS 323/1979

Autor: Senador Orestes Quércia – MDB/SP

Data de Apresentação: 24/10/1979

Situação: Rejeitada.

Ementa: Dispõe sobre o ingresso voluntário de mulheres nas escolas militares de nível superior e dá outras providências.

Indexação: direitos, mulher, ingresso, escola militar, nível superior, voluntário.

Proposição: SF PLS 312/1979

Autor: Senador Nelson Carneiro – MDB/RJ

Data de Apresentação: 15/10/1979

Situação: Rejeitada.

Ementa: Altera a redação do parágrafo primeiro do artigo 389 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Indexação: alteração, (CLT), obrigatoriedade, empresa, manutenção, creche, benefício, filho, empregado, período, amamentação.

Proposição: SF PLS 299/1979

Outros Números: CD PL 03053/1980

Autor: Senador Amaral Furlan – ARENA/SP

Data de Apresentação: 05/10/1979

Situação: Rejeitada.

Ementa: Dispõe sobre revogação do artigo 240 do Código Penal, que cuida do crime de adultério.

Indexação: alteração, Código Penal, normas, requisitos, punição, crime, adultério.

Proposição: SF PLS 286/1979

Autor: Senador Franco Montoro – MDB/SP

Data de Apresentação: 28/09/1979

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Assegura aposentadoria com salário integral à mulher segurada do INPS.

Indexação: fixação, tempo de serviço, direitos, mulher, aposentadoria, (INPS).

Proposição: SF PLS 287/1979

Outros Números: SF PL 02275/1979

Autor: Senador Aloysio Chaves – ARENA/PA

Data de Apresentação: 28/09/1979

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 6.734/1979.

Ementa: Altera o artigo 20 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais).

Indexação: alteração, lei das contravenções penais, punição, multa, anúncio, publicidade, método, elemento, provocação, aborto.

Proposição: SF PLS 279/1979

Autor: Senador Nelson Carneiro – MDB/RJ

Data de Apresentação: 21/09/1979

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de sexo e de estado civil.

Indexação: inclusão, preconceito, sexo, estado civil, contravenção penal.

Proposição: SF PLS 276/1979

Outros Números: SF PL 02608/1980

Autor: Senador Nelson Carneiro – MDB/RJ

Data de Apresentação: 19/09/1979

Situação: Rejeitada.

Ementa: Revoga o artigo 35 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).

Indexação: alteração, Código de Processo Penal, direitos, mulher casada, exercício, queixa, falta, consentimento, marido.

Proposição: CN PDL 6/1979

Autor: Deputada – Lúcia Viveiros

Data de Apresentação: 17/09/1979

Situação: Rejeitada.

Ementa: Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei, dispondo sobre a criação do Ministério da Mulher e da Criança

Indexação: delegação de poderes, Presidente da República, criação, ministério, mulher, criança.

Proposição: SF PLS 266/1979

Autor: Senador Orestes Quércia – MDB/SP

Data de Apresentação: 11/09/1979

Situação: Rejeitada.

Ementa: Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, estendendo a estabilidade provisória à empregada doméstica, nas condições que especifica.

Indexação: alteração, legislação, regulamentação, exercício profissional, empregado doméstico, extensão, benefício, estabilidade, gestante.

Proposição: SF PLS 256/1979

Autor: Senador Orestes Quércia – MDB/SP

Data de Apresentação: 29/08/1979

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Modifica e revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho

Indexação: alteração, (CLT), requisitos, obrigatoriedade, empresa, manutenção, creche, filho, empregada. fixação, penalidade, multa, infração, legislação.

Proposição: SF PLS 201/1979

Outros Números: SF PL 02276/1979

Autor: Senador Nelson Carneiro – MDB/RJ

Data de Apresentação: 27/06/1979

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 6.850/1980.

Ementa: Introduce alterações na Lei dos Registros Públicos, compatibilizando-a com a vigente Código de Processo Civil.

Indexação: alteração, norma jurídica, registro público, obrigatoriedade, registro de imóveis, bens imóveis, direitos reais, origem, partilha de bens, sentença judicial, separação judicial, divórcio, anulação, casamento.

Proposição: SF PLC 43/1979

Outros Números: CD PL 02802/1976

Autor: Deputado Carlos Santos

Data de Apresentação: 26/06/1979

Situação: Rejeitada.

Ementa: Fixa jornada especial de trabalho para a mulher que tiver excepcional sob sua guarda ou responsabilidade, introduzindo parágrafos no artigo 374 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Indexação: fixação, jornada de trabalho, mulher, guarda, responsabilidade, excepcional, alteração, (CLT).

Proposição: SF PLS 121/1979

Autor: Senador Franco Montoro – MDB/SP

Data de Apresentação: 15/05/1979

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Dispõe sobre a concessão do abono de permanência em serviço às mulheres seguradas do INPS a partir de 25 anos de atividade, dando nova redação ao parágrafo quarto do artigo 10 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.

Indexação: alteração, legislação, Previdência Social, normas, concessão, mulher, segurado, (INPS), base de cálculo, abono, permanência, serviço.

Proposição: SF PLS 105/1979

Autor: Senador Amaral Furlan – ARENA/SP

Data de Apresentação: 09/05/1979

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Define conseqüências do concubinato.

Indexação: caracterização, concubinato, sociedade conjugal.

Proposição: SF PLS 6/1979

Autor: Senador Orestes Quércia – MDB/SP

Data de Apresentação: 08/03/1979

Situação: Rejeitada.

Ementa: Institui a aposentadoria voluntária da mulher segurada do INPS após vinte e cinco anos de serviço, com proventos proporcionais.

Indexação: criação, aposentadoria voluntária, mulher, (INPS), proporcional, tempo de serviço.

Proposição: SF PLS 8/1979

Autor: Senador Franco Montoro – MDB/SP

Data de Apresentação: 08/03/1979

Situação: Rejeitada.

Ementa: Dispõe sobre a concessão do abono de permanência em serviço às mulheres seguradas do INPS a partir de 25 anos de atividade, dando nova redação ao parágrafo quarto do artigo 10 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.

Indexação: requisitos, direitos, mulher, abono de permanência, serviço.

Proposição: SF PLS 288/1980

Autor: Senador Nelson Carneiro – MDB/RJ

Data de Apresentação: 14/10/1980

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Aplicação de multa para estabelecimentos que, com mais de 30 mulheres, não construam creches.

Indexação: normas, aplicação, multa, empresa, ausência, construção, creche.

Proposição: SF PLC 59/1980

Outros Números: CD PL 01425/1979; CD PLC 00059/1980

Autor: Deputado Alípio Carvalho

Situação: Vetado.

Ementa: Altera o artigo primeiro da Lei nº 5.698, de 31 de agosto de 1971, que dispõe sobre as prestações devidas a ex-combatente segurado da Previdência Social.

Indexação: alteração, legislação, normas, direitos, aposentadoria por velhice, fixação, número, contribuição, limite de idade, homem, mulher, despesa, Previdência Social, ex-combatente, segurado, dependente.

Proposição: SF PLS 276/1980

Outros Números: CD PL 04383/1981

Autor: Senador Adalberto Sena – PMDB/AC

Data de Apresentação: 02/10/1980

Situação: Prejudicada.

Ementa: Acrescenta parágrafo ao artigo 383 do Código Civil.

Indexação: alteração, Código Civil, guarda, poder, mãe, filho ilegítimo, reconhecimento, pai.

Proposição: SF PLS 237/1980

Autor: Senadora – Eunice Michilles – ARENA/AM

Data de Apresentação: 16/09/1980

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Revoga o parágrafo primeiro do artigo 178 e o item IV do artigo 219 do Código Civil – Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, corrigida pela Lei nº 3.725, de 15 de janeiro de 1919.

Indexação: alteração, Código Civil, requisitos, caracterização, erro, cônjuge.

Proposição: SF PLS 164/1980

Autor: Senador Orestes Quércia – PMDB/SP

Data de Apresentação: 26/06/1980

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Institui a aposentadoria voluntária da mulher segurada do Inamps após vinte e cinco anos de serviço, com proventos proporcionais.

Indexação: direitos, mulher, segurada, (INAMPS), fixação, tempo de serviço, aposentadoria voluntária, mulher.

Proposição: SF PLS 169/1980

Autor: Senador Orestes Quércia – PMDB/SP

Data de Apresentação: 26/06/1980

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de instituir a estabilidade provisória para a mulher grávida

Indexação: alteração, (CLT), proibição, dispensa, gestante, trabalho.

Proposição: SF PLS 160/1980

Autor: Senador Orestes Quércia – PMDB/SP

Data de Apresentação: 25/06/1980

Situação: Rejeitada.

Ementa: Restabelece o artigo 398 da Consolidação das Leis do Trabalho, com nova redação.

Indexação: alteração, (CLT), fixação, jornada de trabalho, mulher, mãe.

Proposição: CN PEC 50/1980

Autor: Deputado Alexandre Machado

Data de Apresentação: 29/05/1980

Situação: Rejeitada.

Ementa: Introduz alterações nos artigos 101, 102 e 165 da Constituição Federal, dispondo sobre a aposentadoria dos professores aos vinte e cinco anos de serviço.

Indexação alteração, Constituição Federal, normas, aposentadoria voluntária, fixação, prazo, mulher, professor.

Proposição: CN MSG 73/1980

Outros Números: CN PLN 00010/1980

Autor: Externo – Executivo Federal

Data de Apresentação: 28/05/1980

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 6.807/1980.

Ementa: Cria o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM) e dá outras providências.

Indexação: criação, (CAFRM), composição, inclusão, (QAFO), (QAFP), (MM).

Proposição: SF PLS 98/1980

Autor: Senador Franco Montoro – PMDB/SP

Data de Apresentação: 15/05/1980

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Institui a estabilidade provisória da gestante, do trabalhador acidentado e do menor no ano de seu alistamento militar.

Indexação: direitos, estabilidade, gestante, trabalhador, acidente, menor, motivo, alistamento militar.

Proposição: SF PLS 33/1980

Autor: Senador Franco Montoro – PMDB/SP

Data de Apresentação: 26/03/1980

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Atribui ao movimento feminino dos partidos políticos direitos iguais aos dos movimentos trabalhista e estudantil.

Indexação: alteração, legislação, autorização, movimento, mulher, partido político, equivalência, direitos, movimento trabalhista, movimento estudantil.

Proposição: SF PLS 371/1981

Autor: Senador Valdon Varjão – MT

Data de Apresentação: 03/12/1981

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Proíbe qualquer critério discriminatório envolvendo sexo, raça, credo religioso, trabalho, estatura, idade ou qualquer outra circunstância decorrente do nascimento e independente do direito de escolha pessoal do indivíduo e dá outras providências.

Indexação: normas, proibição, critérios, discriminação racial, sexo, cor, religião, trabalho, idade, nascimento, independência, escolha, pessoas.

Proposição: SF PLS 347/1981

Autor: Senador Orestes Quércia – PMDB/SP

Data de Apresentação: 19/11/1981

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Acrescenta parágrafo único ao art 36 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 – Lei Orgânica da Previdência Social.

Indexação: alteração, Lei Orgânica da Previdência Social, normas, regulamentação, dependente, segurado, mulher.

Proposição: SF PLS 327/1981

Autor: Senador Humberto Lucena – PMDB/PB

Data de Apresentação: 30/10/1981

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, na parte concernente à proteção do trabalho da mulher.

Indexação: alteração, (CLT), alteração, normas, trabalho noturno, mulher.

Proposição: SF PLS 316/1981

Autor: Senador Nelson Carneiro – PMDB/RJ

Data de Apresentação: 23/10/1981

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera dispositivo da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para o fim de impedir qualquer discriminação salarial baseada no sexo dos trabalhadores.

Indexação: normas, proibição, discriminação, salário, sexo, trabalhador.

Proposição: SF PLS 301/1981

Autor: Senador Nelson Carneiro – PMDB/RJ

Data de Apresentação: 14/10/1981

Situação: Rejeitada.

Ementa: Introduce alteração na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, visando reduzir a idade limite exigida para obtenção da aposentadoria por velhice, possibilitar a concessão do benefício à mulher do trabalhador rural e indicar a fonte de custeio para tanto.

Indexação: alteração, legislação, (PRORURAL), fixação, limite de idade, aposentadoria por velhice, concessão, benefício, mulher, trabalhador rural.

Proposição: SF PLS 197/1981

Autor: Senador José Richa – PMDB/PR

Data de Apresentação: 30/06/1981

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Dispõe sobre a estabilidade provisória da mulher gestante e dá outras providências.

Indexação: alteração, (CLT), estabilidade provisória, gestante.

Proposição: CN PEC 30/1981

Autor: Deputada – Cristina Tavares

Data de Apresentação: 15/06/1981

Situação: Prejudicada.

Ementa: Permite a aposentadoria da funcionária pública e da mulher trabalhadora aos vinte e cinco anos de serviço, com proventos integrais.

Indexação: alteração, Constituição Federal, aposentadoria, funcionário público, mulher, integralidade, proventos.

Proposição: SF PLS 159/1981

Autor: Senador Franco Montoro – PMDB/SP

Data de Apresentação: 12/06/1981

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Assegura à mulher aposentadoria proporcional aos vinte e cinco anos de serviço.

Indexação: alteração, normas, direitos, mulher, aposentadoria proporcional, tempo de serviço.

Proposição: SF PLS 143/1981

Autor: Senador Humberto Lucena – PMDB/PB

Data de Apresentação: 04/06/1981

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Revoga a alínea *b* do artigo 39 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 – Lei Orgânica da Previdência Social.

Indexação: alteração, Lei Orgânica da Previdência Social, extinção, pensões, casamento, pensionista, mulher.

Proposição: CN PEC 25/1981

Autor: Senador Jutahy Magalhães – PDS/BA

Data de Apresentação: 29/05/1981

Situação: Prejudicada.

Ementa: Dá nova redação ao parágrafo quarto do artigo 175 da Constituição Federal.

Indexação: alteração, Constituição Federal, lei especial, assistência à maternidade, assistência, infância, adolescência, velhice, assistência educacional, excepcional.

Proposição: SF PLS 130/1981

Autor: Senador Nelson Carneiro – PMDB/RJ

Data de Apresentação: 28/05/1981

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Acrescenta dispositivo a Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, para o fim de estender a prestação da assistência médica previdenciária às parturientes em geral, independentemente de filiação.

Indexação: alteração, normas, extensão, assistência médica, assistência previdenciária, parturiente, filiação.

Proposição: SF PLC 54/1981

Autor: Deputado Peixoto Filho

Data de Apresentação: 25/05/1981

Situação: Prejudicada.

Ementa: Inclui a filha desquitada, divorciada ou viúva entre os beneficiários do servidor público federal civil, militar ou autárquico.

Indexação: alteração, pagamento, pensões, dependente, funcionário público, funcionário civil, funcionário militar, autarquia.

Proposição: SF PLS 101/1981

Autor: Senador Orestes Quércia – PMDB/SP

Data de Apresentação: 14/05/1981

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera a redação do item III do artigo 473 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Indexação: alteração, (CLT), proibição, desconto salarial, falta ao serviço, nascimento, filho.

Proposição: SF PLS 99/1981

Autor: Senador Gastão Müller – PP/MT

Data de Apresentação: 13/05/1981

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera os artigos 213, 215 e parágrafo único 216, 225 e 226 do Código Penal.

Explicação da Ementa: Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – título VI dos crimes contra os costumes.

Indexação: agravação, penal, vítima, menor, mulher, possibilidade, pedido, processo, atentado ao pudor, segredo de justiça, aumento de pena, agente de polícia, detento.

Proposição: SF PLS 76/1981

Autor: Senador Raimundo Parente – PDS/AM

Data de Apresentação: 29/04/1981

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Indexação: alteração, (CLT), obrigatoriedade, fixação, salário, apresentação, atestado médico, trabalho noturno, mulher, menor, bar, restaurante, hotel.

Proposição: SF PLC 28/1981

Outros Números: CD PL 00047/1979

Autor: Deputado Augusto Trein

Data de Apresentação: 10/04/1981

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 7.189/1984.

Ementa: Altera a redação do artigo 379 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Indexação: alteração, (CLT), proibição, trabalho noturno, empregado, mulher.

Proposição: SF PLS 50/1981

Autor: Senador Humberto Lucena – PMDB/PB

Data de Apresentação: 3/04/1981

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.

Indexação: alteração, (CLT), proteção, maternidade, nulidade, dispensa, empregado, gestante, falta, justa causa.

Proposição: SF PLS 48/1981

Autor: Senadora Eunice Michilles – ARENA/AM

Data de Apresentação: 2/04/1981

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Dispõe sobre aval de cônjuge casado, sob regime de comunhão de bens.

Indexação: normas, aval, cônjuge, regime, comunhão de bens.

Proposição: SF PLS 47/1981

Autor: Senador Humberto Lucena – PMDB/PB

Data de Apresentação: 1º/04/1981

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Revoga dispositivo da Lei Orgânica da Previdência Social (número 3.807, de 26 de agosto de 1960).

Indexação: revogação, extinção, pensão, segurado, Previdência Social, casamento, viúva.

Proposição: SF PLS 42/1981

Autor: Senador Roberto Saturnino – PMDB/RJ

Data de Apresentação: 31/03/1981

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Dispõe sobre revogação da letra 'b' do caput do artigo 39, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 – Lei Orgânica da Previdência Social.

Indexação: revogação, extinção, pensão, segurado, Previdência Social, casamento, viúva.

Proposição: SF PLC 14/1981

Outros Números: CD PL nº 2.977/1980

Autor: Deputado Jorge Cury

Data de Apresentação: 24/03/1981

Situação: Vetado.

Ementa: Suprime a alínea *b* do artigo 39 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).

Indexação: alteração, Lei Orgânica da Previdência Social, extinção, pensão previdenciária, casamento, viúva.

Proposição: SF PLS 13/1981

Autor: Senador Humberto Lucena – PMDB/PB

Data de Apresentação: 13/03/1981

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Modifica dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho.

Indexação: alteração, (CLT), proteção, maternidade.

Proposição: SF PLC 150/1982

Outros Números: CD PL 3.826/1980; CD PLC 00150/1982

Autor: Deputado Nilson Gibson

Data de Apresentação: 3/12/1982

Situação: Rejeitada.

Ementa: Da nova redação ao art 461 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Indexação: alteração, (CLT), normas, trabalho, igualdade, valor, empregador, salário, discriminação, sexo, nacionalidade, idade.

Proposição: SF PLS 226/1982

Autor: Senador Orestes Quércia – PMDB/SP **Data de Apresentação:** 2/12/1982

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Dá nova redação ao artigo 391, da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentando-lhe o parágrafo que especifica.

Indexação: alteração, (CLT), normas, proibição, rescisão, contrato de trabalho, mulher, anuncio, casamento, gestante.

Proposição: SF PLS 227/1982

Autor: Senador Orestes Quércia – PMDB/SP

Data de Apresentação: 2/12/1982

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Restabelece o artigo 398, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Indexação: alteração, (CLT), normas, fixação, prazo, redução, tempo, jornada de trabalho, mulher, filho.

Proposição: SF PLS 219/1982

Autor: Senador Cunha Lima – PMDB/PB

Data de Apresentação: 30/11/1982

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera a redação dos parágrafos primeiro e segundo do artigo 389 da Consolidação das Leis do Trabalho – aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Indexação: alteração, (CLT), normas, fixação, número, mulher, limite, idade, trabalhador, obrigatoriedade, empresa, guarda, vigilância, assistência, filho, amamentação.

Proposição: SF PLC 119/1982

Autor: Deputado Álvaro Valle

Data de Apresentação: 28/09/1982

Situação: Arquivada ao final da legislatur.

Ementa: Altera a redação dos parágrafos primeiro e segundo do artigo 389 da Consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

Indexação: competência, estado, doação, leite, alimentação, mãe, criança, carência, característica, leite, doação, estado, proibição, comercialização, leite, distribuição, estado.

Proposição: SF PLS 180/1982

Autor: Senadora Dulce Braga – PDS/SP

Data de Apresentação: 15/09/1982

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Suprime dispositivo da Lei 3.807, de 26 de agosto de 1960.

Explicação da Ementa: Lei Orgânica da Previdência Social

Indexação: alteração, normas, legislação previdenciária, direitos, pensão previdenciária, mulher, viúva, casamento.

Proposição: SF PLS 177/1982

Autor: Senadora – Dulce Braga – PDS/SP

Data de Apresentação: 15/09/1982

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Suprime dispositivo da Lei 3.807, de 26 de agosto de 1960.

Explicação da Ementa: Lei Orgânica da Previdência Social.

Indexação: alteração, legislação previdenciária, alteração, requisitos, dependentes, segurado, Previdência Social, cônjuge, companheiro, companheira, filho menor, filha solteira, inválido.

Proposição: SF PLS 170/1982

Autor: Senadora – Dulce Braga – PDS/SP

Data de Apresentação: 2/09/1982

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Dispõe sobre revogação da letra *b* do artigo 39, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, Lei Orgânica da Previdência Social.

Indexação: revogação, dispositivos, legislação previdenciária, permanência, segurado, pensão, viúva, casamento.

Proposição: SF PLS 134/1982

Autor: Senador Nelson Carneiro – PMDB/RJ

Data de Apresentação: 30/06/1982

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Introduz Alteração na Consolidação das Leis do Trabalho.

Indexação: alteração, (CLT), fixação, local, empregado, guarda, filho, amamentação.

Proposição: SF PLS 114/1982

Outros Números: CD PL 01636/1989

Autor: Senadora – Eunice Michilles – ARENA/AM

Data de Apresentação: 4/06/1982

Situação: Remetido à Câmara dos Deputados.

Ementa: Dispõe sobre licença especial para a empregada adotante de menor de 2 (dois) anos.

Indexação: normas, direitos, licença, empregada, adotante, criança.

Proposição: SF PLS 85/1982

Autor: Senador Nelson Carneiro – PMDB/RJ

Data de Apresentação: 19/05/1982

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Da nova redação ao item II do parágrafo único do artigo 258 do Código Civil.

Indexação: alteração, Código Civil, alteração, limite de idade, comunhão de bens, casamento, casamento civil.

Proposição: SF PLC 50/1982

Outros Números: CD PL 02056/1979

Autor: Deputado Octacílio Almeida

Data de Apresentação: 11/05/1982

Situação: Rejeitada.

Ementa: Altera o parágrafo segundo do artigo 389 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Indexação: alteração, normas, obrigatoriedade, criação, filho, mulher, empregada, (CLT), fixação, espaço, empresa, creche.

Proposição: CN PEC 21/1982

Autor: Deputado Salvador Julianelli

Data de Apresentação: 04/05/1982

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera a redação do parágrafo quarto, do artigo 175, da Constituição Federal

Indexação: alteração, Constituição Federal, normas, lei especial, regulamentação, assistência, educação, deficiente mental, adolescência, assistência a maternidade.

Proposição: CN PEC 11/1982

Autor: Deputado Carlos Wilson

Data de Apresentação: 22/03/1982

Situação: Prejudicada.

Ementa: Estabelece prazo ao Presidente da República a cumprir a instituição do seguro-desemprego, acrescentando artigo ao capítulo das disposições gerais e transitórias da constituição.

Indexação: alteração, Constituição Federal, fixação, normas, prazo, aposentadoria, mãe, excepcional, responsável, substituto.

Proposição: SF PLS 11/1982

Autor: Senador Franco Montoro – PMDB/SP

Data de Apresentação: 8/03/1982

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Elimina a discriminação contra a mulher trabalhadora permitindo que ela possa retirar para fins de casamento até metade do valor de sua conta do FGTS, sem necessidade de rescindir o contrato de trabalho

Indexação: alteração, legislação, alteração, normas, saque, (FGTS), mulher, casamento.

Proposição: SF PLC 259/1983

Outros Números: CD PL 00826/1975

Autor: Deputado Guaçu Piteri

Data de Apresentação: 11/11/1983

Situação: Prejudicada.

Ementa: Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, proibindo a dispensa da gestante nas condições que especifica.

Indexação: alteração, (CLT), proibição, dispensa, demissão, mulher, gestante, fixação, prazo, conclusão, período, afastamento.

Proposição: SF PLC 264/1983

Outros Números: CD PL 02076/1976

Autor: Deputado Otavio Ceccato – MDB/SP

Data de Apresentação: 11/11/1983

Situação: Prejudicada.

Ementa: Dá nova redação ao inciso primeiro do artigo 11 da Lei 3807, de 26 de agosto de 1960 – Lei Orgânica da Previdência Social.

Indexação: alteração, Lei Orgânica da Previdência Social, critérios, dependente, segurado, mulher, marido, filho, filha, filha solteira, maioria, invalidez.

Proposição: SF PLC 195/1983

Outros Números: CD PL 05709/1981

Autor: Deputado Osvaldo Macedo

Data de Apresentação: 06/10/1983

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera a redação do artigo 35 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para efeito de garantir a mulher casada o direito de queixa, e da outras providências.

Indexação: alteração, legislação, código de processo civil, hipótese, cônjuge, liberdade, parte, partes processuais, processo.

Proposição: SF PLC 183/1983

Outros Números: CD PL 05277/1981

Autor: Deputado Jorge Arbage – PDS/PA

Data de Apresentação: 30/09/1983

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, lei da anistia, para o fim de beneficiar também servidoras públicas prejudicadas funcionalmente com a punição imposta a seus maridos.

Indexação: alteração, legislação, anistia, critérios anistia, mulher, servidor, serviço público, marido, punição, ato institucional, ato complementar, aposentadoria.

Proposição: SF PLS 245/1983

Autor: Senador Nelson Carneiro – PTB/RJ

Data de Apresentação: 27/09/1983

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, na parte relativa aos deveres dos sindicatos.

Indexação: alteração, (CLT), valorização, mulher, trabalhador, atuação, sindicato.

Proposição: SF PLC 125/1983

Outros Números: CD PL 03632/1980

Autor: Deputado Leo Simões

Data de Apresentação: 19/09/1983

Situação: Prejudicada.

Ementa: Altera a redação do caput do artigo 392 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Indexação: prazo, licença, gestante, empregada, mulher, empresa, (CLT).

Proposição: SF PLC 117/1983

Outros Números: CD PL 01707/1983

Autor: Deputado Furtado Leite

Data de Apresentação: 15/09/1983

Situação: Vetado.

Ementa: Altera as contribuições dos segurados obrigatórios do Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC, o valor das pensões, e dá outras providências.

Indexação: alteração, legislação, inclusão, diárias, cálculo, contribuição, (IPC), deputado federal, senador, carência, limite de idade, contribuinte, recebimento, pensões, exclusão, mulher, maioridade, dependente, segurado, fixação, critérios, pagamento, parcelamento, contribuição, período, averbação, mandato eletivo, estados, municípios, suplente, pagamento, concessão, pensão previdenciária, aumento, prazo, ex-congressista.

Proposição: SF PLS 193/1983

Autor: Senador Nelson Carneiro – PTB/RJ

Data de Apresentação: 15/08/1983

Situação: Prejudicada.

Ementa: Altera dispositivo da Lei Complementar 011, de 25 de maio de 1971, que instituiu o PRORURAL. Complementar.

Indexação: alteração, legislação, (PRORURAL), fixação, critérios, aposentadoria, velhice, percentagem, salário mínimo, trabalhador rural, idade, homem, mulher.

Proposição: SF PLS 265/1984

Autor: Senador Nelson Carneiro – PTB/RJ

Data de Apresentação: 04/12/1984

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera dispositivo da Lei Orgânica da Previdência Social, de modo a estabelecer que a pensionista do sexo feminino mantenha direito a sua cota de pensão em caso de novo matrimônio, com pequeno desconto para a finalidade que especifica.

Indexação: alteração, Lei Orgânica da Previdência Social, fixação, normas, pensionista, filho, filha, irmão, irmã, limite de idade, fixação, requisitos, direitos, recebimentos, pensão, viúva.

Proposição: SF PLS 258/1984

Autor: Senador Nelson Carneiro – PTB/RJ

Data de Apresentação: 1º/12/1984

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Acrescenta dispositivo à CLT, na parte concernente a proteção à maternidade, concedendo a mãe adotiva, na condição que especifica, o direito a descansos para amamentação.

Indexação: alteração, (CLT), fixação, prazo, repouso, dispensa, proteção, maternidade, concessão, mulher, mãe adotiva, adoção, filho, filha.

Proposição: SF PLS 234/1984

Autor: Senador Nelson Carneiro – PTB/RJ

Data de Apresentação: 20/11/1984

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Restabelece o artigo 398, da CLT, com nova redação, visando estender a mãe adotiva na condição que especifica, as regras de proteção à maternidade dos artigos 392 e 396.

Indexação: alteração, (CLT), fixação, requisitos, direitos, mãe adotiva, benefício, filho, filha.

Proposição: SF PLS 211/1984

Autor: Senador Nelson Carneiro – PTB/RJ

Data de Apresentação: 18/10/1984

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Acrescenta dispositivo à CLT, na parte concernente a proteção à maternidade, concedendo à mãe adotiva, na condição que especifica, o direito a descansos para amamentação.

Indexação: alteração, (CLT), direitos, mulher, adoção, filho, filha, criança, prazo, descanso, nascimento.

Proposição: SF PLS 203/1984

Outros Números: CD PL 08578/1986

Autor: Senador Jutahy Magalhães – PDS/BA

Data de Apresentação: de 10/10/1984

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Modifica os artigos 393 e 394 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

Indexação: alteração, (CLT), fixação, critérios, direitos, mulher, empregada, prazo, afastamento, trabalho, adoção, criança, obrigatoriedade, empregada, apresentação, empregador, escritura pública, adoção, averbação, registro civil.

Proposição: SF PLS 200/1984

Autor: Senador Nelson Carneiro – PTB/RJ

Data de Apresentação: 5/10/1984

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, aumentando para duas (2) horas o tempo de descanso concedido à mulher para o aleitamento do filho.

Indexação: alteração, (CLT), fixação, idade, prazo, concessão, autorização, mulher, amamentação, filho, filha.

Proposição: SF PLS 197/1984

Autor: Senador Henrique Santillo – PMDB/GO

Data de Apresentação: 4/10/1984

Situação: Prejudicada.

Ementa: Dá nova redação aos artigos primeiro, segundo, terceiro, décimo, décimo primeiro, décimo terceiro, décimo quinto e décimo nono, da Lei nº 6.341, de 5 de julho de 1976, para permitir a organização e o funcionamento do movimento feminino nos partidos políticos.

Indexação: alteração, legislação, organização, funcionamento, movimento trabalhista, partido político, fixação, critérios, organização, movimento estudantil, movimento trabalhista, movimentação, mulher, representação, diretório, diretório municipal, diretório regional, diretório nacional, órgãos, partido político.

Proposição: SF PLS 190/1984

Autor: Senador Gabriel Hermes – PDS/PA

Data de Apresentação: 25/09/1984

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Revoga os artigos 373, 374, 375, 376, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385 e 386, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e altera a redação do parágrafo primeiro do item IV do artigo 389 do mesmo diploma consolidado.

Indexação: alteração, (CLT), obrigatoriedade, empresa, assistência, filho, filha, empregado, fase, amamentação, limitação, número, mulher.

Proposição: SF PLS 135/1984

Autor: Senador Fernando Henrique Cardoso PMDB/SP

Data de Apresentação: 10/08/1984

Situação: Rejeitada.

Ementa: Regulamenta o item XIX do artigo 165 da Constituição que dispõe sobre a aposentadoria da mulher com salário integral.

Indexação: alteração, Constituição Federal. fixação, critérios, prazo, atividade, aposentadoria, mulher, segurado, (INPS), Lei Orgânica da Previdência Social, Constituição Federal.

Proposição: SF PLS 108/1984

Autor: Senador Nelson Carneiro – PTB/RJ

Data de Apresentação: 22/06/1984

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, na parte referente à proteção do trabalho da mulher.

Indexação: alteração, (CLT), fixação, critérios, direitos, mulher, trabalhador, obrigatoriedade, empresa, oferecimento, creche.

Proposição: SF PLS 74/1984

Autor: Senador Nelson Carneiro – PTB/RJ

Data de Apresentação: 21/05/1984

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Acrescenta dispositivo à Lei N° 6.515, de 26 de dezembro de 1977, que regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento.

Indexação: alteração, legislação, dissolução, sociedade conjugal, casamento, hipótese, renúncia, mulher, nome, marido, dissolução, sociedade conjugal, morte.

Proposição: SF PLS 60/1984

Autor: Senador Nelson Carneiro –PTB/RJ

Data de Apresentação: 26/04/1984

Situação: Rejeitada.

Ementa: Revoga dispositivo da Legislação Orgânica da Previdência Social (Lei nº3.807, de 26 de agosto de 1960), que proíbe ao pensionato do sexo feminino continuar recebendo a pensão quando volte a se casar.

Indexação: alteração, Lei Orgânica da Previdência Social, revogação, extinção, pensão, casamento, pensionista, mulher.

Proposição: SF PLS 26/1984

Autor: Senador Fernando Henrique Cardoso – PMDB/SP

Data de Apresentação: 22/03/1984

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Concede estabilidade provisória a gestante, ao trabalhador acidentado e ao menor no ano de seu alistamento militar.

Indexação: critérios, fixação, prazo, estabilidade provisória, gestante, trabalhador, acidentado, menor, ano, alistamento militar.

Proposição: CN MSG 56/1984

Outros Números: CN PDN 00037/1984

Autor: Externo – Executivo Federal

Data de Apresentação: 28/02/1984

Situação: Aprovada.

Ementa: Submete a aprovação do Congresso Nacional, o texto do Decreto-Lei 2106, de 6 de fevereiro de 1984, que altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as polícias militares e os corpos de bombeiro militares dos estados, dos territórios e do Distrito Federal.

Indexação: alteração, organização administrativa, policia militar, corpo de bombeiro, estados, territórios federais, (DF), admissão, mulher.

Proposição: SF PLC 176/1984

Outros Números: CD PL 02424/1983

Autor: Deputado Juarez Bernardes – PMDB/GO

Data de Apresentação: 17/10/1983

Situação: Vetado.

Ementa: Dispõe sobre a aposentadoria do pessoal do magistério superior e dá outras providências.

Indexação: alteração, reforma universitária, normas, concessão, estabilidade, aposentadoria, Previdência Social, professor universitário, magistério superior, (CLT), complementação, benefício previdenciário, estabelecimento de ensino, ensino superior, vinculação, (MEC), servidor, aposentado, regime estatuto. fixação, idade, aposentadoria compulsória, professor, mulher, normas, reajustamento, proventos, aposentado, magistério superior, valor, (INPS).

Proposição: SF PLC 76/1984

Outros Números: CD MSC 00242/1983 CD PL 01657/1983

Autor: Externo – Executivo Federal

Data de Apresentação: 29/06/1983

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 7.210/1984.

Ementa: Institui a Lei de Execução Penal.

Indexação: fixação, normas, objetivo, aplicação, execução penal, condenado, justiça comum, justiça eleitoral, justiça militar, criação, comissão técnica, classificação, membros, psicólogo, assistente social, assistência psiquiátrica, condenado, pena privativa da liberdade, normas, assistência, saúde, alimentação, higiene, vestuário, assistência jurídica, assistência educacional, assistência religiosa, preso, ex-detento, trabalho, remuneração, trabalho interno, trabalho externo, fixação, direitos, deveres, disciplina, falta disciplinar, definição, órgãos, (CNPCP), juízo, execução, ministério público, conselho penitenciário, departamento penitenciário, patronato, conselho, comunidade, organização, competência.

Proposição: SF PLC 249/1984

Outros Números: CD PL 00526/1983

Autor: Deputado Oswaldo Lima Filho – PMDB/PE

Data de Apresentação: 12/04/1983

Situação: Prejudicada.

Ementa: Altera os artigos 58, 59 e 374 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo decreto-lei 5452, de 1º de maio de 1943, fixando a jornada semanal em 40 (quarenta) horas de trabalho.

Indexação: alteração, legislação trabalhista, (CLT), redução, duração, jornada de trabalho, remuneração, hora extra, empregado, contrato coletivo de trabalho, normas, mulher.

Proposição: SF PLC 133/1984

Outros Números: CD PL 00553/1979

Autor: Deputado Benedito Marcílio.

Data de Apresentação: 19/04/1979

Situação: Prejudicada.

Ementa: Altera o artigo 033 e parágrafo segundo do artigo 64 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 – Lei Orgânica da Previdência Social.

Indexação: alteração, Lei Orgânica da Previdência Social, fixação, critérios, direitos, gestante, segurado, auxílio natalidade, parto, mulher.

Proposição: SF PLC 149/1984

Outros Números: CD PL 00322/1979

Autor: Deputado Paulo Torres

Data de Apresentação: 28/03/1979

Situação: Prejudicada.

Ementa: Introduce alterações no artigo 39 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 – Lei Orgânica da Previdência Social.

Indexação: alteração, Lei Orgânica da Previdência Social, fixação, critérios, direitos, mulher, pensionista, casamento, viúva, prova, necessidade, pensões.

Proposição: SF PLC 115/1984

Outros Números: CD PL 00295/1979

Autor: Deputado Francisco Libardoni

Data de Apresentação: 19/03/1979

Situação: Prejudicada.

Ementa: Dispõe sobre a filiação facultativa da dona de casa ao regime da Previdência Social.

Indexação: hipótese, filiação, dona-de-casa, Previdência Social, mulher, faixa, idade, vínculo empregatício, opção, filiação, dona de casa, aposentadoria, velhice, invalidez, segurado, Previdência Social.

Proposição: SF PLC 14/1984

Outros Números: CD PL 02867/1976

Autor: Deputado Lincoln Grillo MDB/SP

Data de Apresentação: 8/09/1976

Situação: Prejudicada.

Ementa: Introduce modificação na Consolidação das Leis do Trabalho, Aprovada. pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para o fim de assegurar estabilidade provisória à mulher trabalhadora que contrair núpcias.

Indexação: alteração, (CLT), proibição, restrição, mulher, mulher casada, gravidez, fixação, prazo, dispensa.

Proposição: SF PLC 15/1984

Outros Números: CD PL 02760/1976

Autor: Deputado Freitas Nobre MDB/SP

Data de Apresentação: 30/08/1976

Situação: Prejudicada.

Ementa: Dá nova redação ao parágrafo terceiro do artigo oitavo da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que alterou a legislação previdenciária.

Indexação: alteração, legislação, Previdência Social, fixação, limite, idade, segurado, homem, mulher, aposentadoria garantia, empregado, indenização, (CLT).

Proposição: SF PLS 287/1985

Autor: Senador Guilherme Palmeira PFL/AL

Data de Apresentação: 2/10/1985

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências.

Indexação: alteração, (CLT), presunção, autorização, trabalho, limitação, idade, oposição, discordância, pai, mãe, pátrio poder, direitos, recursos, autoridade judiciária, hipótese, rescisão, contrato de trabalho, pais, prejuízo, natureza física, natureza, moral, menor.

Proposição: CN PEC 53/1985

Autor: Deputada Myrthes Bevilacqua – PMDB/ES

Data de Apresentação: 13/08/1985

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Inclui, entre os casos que permite falta às sessões ordinárias da Casa Legislativa na condição de gestante da parlamentar.

Indexação: alteração, Constituição Federal, requisitos, direitos, ausência, sessão legislativa, sessão ordinária, senador, deputado federal, doença, licença, maternidade.

Proposição: SF PLC 82/1985

Outros Números: CD PL 00632/1983

Autor: Deputado Nelson do Carmo – PTB/SP

Data de Apresentação: 13/08/1985

Situação: Prejudicada.

Ementa: Acrescenta dispositivo ao artigo 168, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, proibindo a realização de exame ou teste de gravidez por ocasião da admissão em emprego.

Indexação: alteração, legislação trabalhista, (CLT), proibição, exigência, exame médico, gravidez, admissão, emprego, mulher.

Proposição: SF PLS 209/1985

Autor: Senador Nelson Carneiro – PTB/RJ

Data de Apresentação: 2/08/1985

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera dispositivo da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, de modo a não permitir qualquer diferença de direitos trabalhistas

entre homem e mulher, assim como desses em relação aos menores, no trabalho rural.

Indexação: alteração, legislação, trabalho rural, proibição, discriminação, direitos, trabalho, homem, mulher, menor, trabalho rural.

Proposição: SF PLC 92/1985

Outros Números: CD MSC 00310/1985 CD PL 05778/1985

Autor: Externo – Executivo Federal

Data de Apresentação: 17/06/1985

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 7.353/1985.

Ementa: Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM e dá outras providências.

Indexação: criação, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, objetivo, promoção, política, eliminação, discriminação, mulher, fixação, normas, liberdade, igualdade, direitos, participação, atividade cultural, atividade econômica, vinculação, (CMJ), autonomia administrativa, autonomia financeira, composição, conselho deliberativo, assessoria técnica, secretaria executiva, estruturação, regimento interno, aprovação, decreto executivo, competência, conselho, diretriz, administração indireta, assessoria, executivo, execução, programa, estados, municípios, proposta, elaboração, projeto de lei, fiscalização, intercâmbio, convênio, entidade, organismo, internacional, membros, conselho deliberativo, designação, Presidente da República, regime de trabalho, legislação trabalhista, (CLT), requisição, servidor, remuneração, vantagens, criação, fundo especial, mulher, natureza contábil, autorização, executivo, abertura, crédito especial.

Proposição: SF PLC 23/1985

Outros Números: CD PL 01558/1983

Autor: Deputado Darcy Passos – PMDB/SP

Data de Apresentação: de 16/05/1985

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera o artigo primeiro da Lei nº 883, de 21 de outubro de 1949, que dispõe sobre o reconhecimento de filhos ilegítimos.

Indexação: autorização, cônjuge, reconhecimento, filho ilegítimo,

prazo, comprovação, separação de fato, direitos, filho, ação investigatória de paternidade, independência, dissolução, sociedade conjugal.

Proposição: SF PLS 101/1985

Outros Números: CD PL 07944/1986

Autor: Senador Nelson Carneiro – PTB/RJ

Data de Apresentação: 09/05/1985

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera dispositivo da Lei nº 3.529, de 13 de janeiro de 1959, que disciplina a aposentadoria especial dos jornalistas profissionais, para fim de estabelecer que as mulheres, que exercem essa atividade, possam aposentar-se após vinte e cinco anos de tempo de serviço.

Indexação: alteração, legislação, aposentadoria, jornalista, direitos, limitação, prazo, aposentadoria, jornalista, mulher, homem, valor global, remuneração.

Proposição: SF PLS 58/1985

Autor: Senador Nelson Carneiro – PTB/RJ

Data de Apresentação: 15/04/1985

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera dispositivo da legislação previdenciária, com vistas a determinar que as filhas solteiras de qualquer condição permaneçam como dependentes dos segurados da previdência, independentemente de limite de idade.

Indexação: alteração, legislação, Previdência Social, direitos, filha, solteiro, dependência, segurado, independência, limite de idade.

Proposição: SF PLC 129/1985

Outros Números: CD PL 03076/1980 CD PLC 00129/1985

Autor: Deputado Pacheco Chaves

Data de Apresentação: 23/05/1980

Situação: Prejudicada.

Ementa: Altera a Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, para incluir a dona-de-casa entre os segurados facultativos da Previdência Social.

Indexação: requisitos, direitos, dona-de-casa, mulher, filiação, Lei Orgânica da Previdência Social, segurado, segurado facultativo, opção, fixação, valor, salário de contribuição.

Proposição: SF PLS 274/1986

Autor: Senador Américo Souza – PFL/MA

Data de Apresentação: 3/12/1986

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera dispositivos da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, que regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.

Indexação: alteração, legislação, dissolução, casamento, normas, conclusão, dissolução, vinculação, sociedade conjugal, morte, cônjuge, nulidade, anulação, divórcio, casamento civil, casamento religioso, fixação, proteção, filho, filha, utilização, nome, pensões, alimentos.

Proposição: SF PLS 252/1986

Autor: Senador Jorge Kalume – PDS/AC

Data de Apresentação: 28/11/1986

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera a Lei Orgânica da Previdência Social mantendo a cota de pensão de filha em virtude de casamento.

Indexação: alteração, Lei Orgânica da Previdência Social, direitos, reconhecimento, dependente, segurado, filho, filha, mulher, companheira, marido.

Proposição: SF PLS 226/1986

Autor: Senador Carlos Chiarelli – PFL/RS

Data de Apresentação: 15/10/1986

Situação: Prejudicada.

Ementa: Acrescenta alínea ao parágrafo primeiro do art terceiro da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971 e altera a redação do parágrafo segundo do mesmo artigo, para assegurar à esposa ou companheira do trabalhador rural a condição de titular de direitos previdenciários.

Indexação: alteração, lei complementar, fixação, requisitos, direitos, mulher, companheira, trabalhador zona rural, titular, direitos, Previdência Social.

Proposição: SF PLS 234/1986

Outros Números: CD PL 04382/1989

Autor: Senador Jutahy Magalhães – PMDB/BA

Data de Apresentação: 15/10/1986

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Acrescenta parágrafo único ao artigo 213 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Indexação: alteração, Código Penal, cominação, pena, constrangimento, conjunção carnal, violência, sexo, ameaça, marido, companheiro.

Proposição: SF PLS 233/1986

Autor: Senador Jutahy Magalhães – PMDB/BA

Data de Apresentação: 15/10/1986

Situação: Prejudicada.

Ementa: Altera a redação do artigo 396 e seu parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº5.452, de 1º de maio de 1943.

Indexação: alteração, direitos, mulher, período, descanso, jornada de trabalho, amamentação, filho, filha, (CLT), prazo, competência, autoridade.

Proposição: SF PLC 44/1986

Outros Números: CD MSC 00121/1986 CD PL 07508/1986

Autor: Externo – Executivo Federal

Data de Apresentação: 25/04/1986

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 7.529/1986.

Ementa: Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Justiça o crédito especial ate o limite de CZ 47.558.000,00 (quarenta e sete milhões, quinhentos e cinqüenta e oito mil cruzados), para o fim que especifica.**Indexação:** autorização, executivo, abertura, crédito especial, (MJ), (CNDM), fundo especial, direitos, mulher.

Proposição: SF PLS 72/1986

Autor: Senador Nelson Carneiro – PMDB/RJ

Data de Apresentação: 24/04/1986

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Dispõe sobre a aposentadoria voluntária da mulher, segurada da Previdência Social, após vinte e cinco anos de tempo de serviço, com proventos proporcionais.

Indexação: fixação, requisitos, prazo, tempo de serviço, aposentadoria voluntária, mulher, segurado, Previdência Social.

Proposição: SF PLS 59/1986

Autor: Senador Nelson Carneiro – PMDB/RJ

Data de Apresentação: 16/04/1986

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a estabelecer direitos de saída antecipada em favor da gestante, na condição que especifica.

Indexação: alteração, (CLT), fixação, tempo, direitos, jornada de trabalho, mulher, período, gravidez.

Proposição: SF PLS 58/1986

Autor: Senador Nelson Carneiro – PMDB/RJ

Data de Apresentação: 15/04/1986

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a atribuir validade, no caso que especifica, a atestado médico fornecido por profissional a serviço do sindicato e de outras instituições. **Indexação:** alteração, (CLT), direitos, emissão, atestado médico, médico, sindicato, (SESI), (SESC), mulher, gestante, alteração, função.

Proposição: SF PLS 54/1986

Autor: Senador Nelson Carneiro – PMDB/RJ

Data de Apresentação: 10/04/1986

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, na parte concernente à proteção do trabalho da mulher, vedando

a exigência de realização de testes de gravidez por ocasião da admissão.

Indexação: alteração,(CLT), proibição, teste de gravidez, empresa, admissão, empregado, cominação, pena, multa.

Proposição: SF PLS 7/1986

Autor: Senador Nelson Carneiro – PMDB/RJ

Data de Apresentação: 6/03/1986

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, na parte referente à proteção do trabalho da mulher, com vistas a estabelecer sanção específica para os casos de não atendimento das exigências dos parágrafos primeiro e segundo do artigo 389.

Indexação: alteração, (CLT), fixação, normas, proteção, trabalho, mulher, comutação, sanção, aplicação, multa, valor, referência.

Proposição: SF PLS 28/1987

Outros Números: CD PL 02423/1989

Autor: Senador Jamil Haddad – PSB/RJ

Data de Apresentação: 12/08/1987

Situação: Remetido à Câmara dos Deputados.

Ementa: Define o crime de tortura, e dá outras providências.

Indexação: alteração, Código Penal, definição, crime, tortura, crime contra a pessoa, crime contra a liberdade individual, terrorismo, tráfico, entorpecente, droga, tóxico, psicotrópico, dano estético, danos morais, confissão, informações, assalto, seqüestro, incêndio, deprecação, atentado, sabotagem, perigo, motivo, divergência, modelo político, ordem política e social, ideologia, coação, poder, União Federal, controle, ato ilícito, aeronave, embarcação, navio, fixação, pena de reclusão, agravante, funcionário público, médico, enfermeiro, pessoal paramédico, participação, aceleração, parto, lesão corporal grave, incapacidade mental, incapacidade moral, incapacidade física, aborto, morte, crime de responsabilidade, omissão, militar, servidor, empregado, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, violência, organização, colaboração, crime inafiançável, proibição, liberdade provisória, livramento condicional, indulto, graça, anistia,

réu, acusado, proibição, utilização, circunstâncias, caráter excepcional, estado de sítio, estado de defesa, estado de emergência, justificação, crime, tortura, definição, efeito, condenação, funcionário público, perda, cargo público, função pública, emprego público, inabilitação, nomeação, exercício profissional, servidor público.

Proposição: CN PEC 91/1987

Autor: Deputada Júnia Marise – PMDB/MG

Data de Apresentação: 8/05/1987

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Dispõe sobre a aposentadoria para funcionária pública.

Indexação: aposentadoria, funcionário público, mulher.

Proposição: CN PEC 93/1987

Autor: Deputado Américo de Souza – PFL/MA

Data de Apresentação: 8/05/1987

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Da nova redação ao parágrafo primeiro do artigo 175 da Constituição Federal.

Indexação: alteração, Constituição Federal, normas, proteção, família, casamento, dissolução.

Proposição: CN PEC 28/1987

Autor: Deputado Eduardo Galil – PDS/RJ

Data de Apresentação: 7/05/1987

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Dispensa a prévia separação judicial para a dissolução do casamento.

Indexação: separação judicial, dissolução, casamento.

Proposição: CN PEC 48/1987

Autor: Deputado Francisco Amaral – PMDB/SP

Data de Apresentação: 7/05/1987

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera a redação do item XVI do artigo 165 da Constituição Federal.

Indexação: alteração, Constituição Federal, direitos, trabalhador, Previdência Social, velhice, invalidez, morte, seguros, acidente do trabalho, proteção, maternidade, paridade, união, federal, empregador, empregado.

Proposição: CN PEC 15/1987

Autor: Deputado Jorge Cury – PTB/RJ

Data de Apresentação: 7/05/1987

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera a redação do parágrafo segundo do artigo 113 da Constituição.

Indexação: alteração, Constituição Federal, fixação, normas, aposentadoria, homem, mulher, invalidez, vencimentos.

Proposição: CN PEC 12/1987

Autor: Deputado Farabulini Junior – PTB/SP

Data de Apresentação: 7/05/1987

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera o parágrafo 11 do artigo 153 da Constituição Federal.

Indexação: alteração, Constituição Federal, proibição, pena de morte, prisão perpétua, banimento, crime, legislação penal, guerra externa, estupro, rapto, extorsão, latrocínio.

Proposição: SF RQS 35/1987

Autor: Senador João Menezes – PFL/PA

Data de Apresentação: 13/04/1987

Situação: Aprovada.

Ementa: Requer, nos termos regimentais, que em data a ser fixada, seja realizada sessão especial para comemorar o Dia Nacional da Mulher.

Indexação: requerimento, sessão especial, comemoração, mulher.

Proposição: PL 1231/1988

Autor: Deputado Carlos Cardinal – PDT/RS

Data de Apresentação: 24/11/1988

Situação: MESA: Aguardando Retorno.

Ementa: Acrescenta parágrafo terceiro ao artigo 389, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Explicação da Ementa: Dispondo que o direito de manter o filho sob vigilância e assistência de creche mantida pelo empregador, seja transferido para o pai, quando a este for deferida a guarda respectiva, nos casos de separação.

Indexação: alteração, legislação trabalhista, (CLT), transferência, direitos, mulher, pai, filho menor, assistência, creche, manutenção, empregador, empresa, hipótese, cabimento, responsabilidade, homem, ocorrência, separação judicial, divórcio.

Proposição: SF RQS 30/1988

Autor: Senador João Menezes – PFL/PA

Data de Apresentação: 19/04/1988

Situação: Aprovada.

Ementa: Requerem nos termos regimentais, que na sessão a realizar-se no dia 2 de maio, seja reservado o grande expediente para homenagear o Dia Nacional da Mulher, que ocorrerá no dia 30 de abril do corrente ano.

Indexação: requerimento, homenagem, Dia Nacional da Mulher.

Proposição: SF PDS 12/1988

Outros Números: CD MSC 00065/1988 CD PDC 00013/1988

Autor: CCD – Comissão de Relações Exteriores

Data de Apresentação: 2/02/1988

Situação: Rejeitada.

Ementa: Aprova os textos das recomendações adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho, no período de 1962 a 1985.

Indexação: aprovação, texto, ato internacional, trabalho, (OIT), formação profissional, proteção, maquinaria, cessação, relação, emprego, empregado, mulher, responsabilidade, família, cooperativa, comunicações, empresa, exame, reclamação trabalhista, programa, juventude, bem estar social, marítimo, alojamento, tripulação, prevenção, acidentes, representação, trabalhador, limite de idade, câncer, serviço de saúde.

Proposição: PL 2857/1989

Autor: Deputado Matheus lensen – PMDB/PR

Data de Apresentação: 15/06/1989

Situação: PLEN: Pronta para Pauta.

Ementa: Assegura prioridade de atendimento em instalações financeiras a idosos, mulheres grávidas e deficientes físicos

Indexação: direitos, prioridade, velho, mulher, gestante, gravidez, deficiente físico, atendimento, bancos, instituição financeira.

Proposição: PL 2472/1989

Autor: Deputado Inocêncio Oliveira – PFL/PE

Data de Apresentação: 24/05/1989

Situação: PLEN: Pronta para Pauta.

Ementa: Determina a obrigatoriedade de os hospitais, casas de saúde, maternidades e estabelecimentos assemelhados, públicos e particulares atenderem os pacientes acometidos de mal súbito ou com risco de vida, independente de entraves burocráticos.

Indexação: obrigatoriedade, hospital, casa de saúde, maternidade, setor publico, instituição particular, atendimento, assistência medico hospitalar, paciente, risco de vida, dispensa, burocracia, infração, multa.

Proposição: PL 2417/1989

Autor: Deputada Rita Camata – PMDB/ES

Data de Apresentação: 19/05/1989

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a concessão de benefício fiscal às pessoas jurídicas, nas condições que menciona.

Explicação da Ementa: Concedendo o direito de abater ate trinta por cento – base, a empregados do sexo feminino, sempre que comprovarem aplicar, no mínimo, cinqüenta por cento do valor abatido em treinamento e qualificação de mão de obra, aplicando o artigo sétimo, inciso XX da nova Constituição Federal.

Indexação: aplicação, dispositivos, direitos sociais, Constituição Federal, concessão, benefício fiscal, isenção, imposto de renda, pessoa jurídica, empresa, fixação, número, empregado, abatimento, percentagem, lucro operacional, total, pagamento, salário, ano base,

empregado, trabalhador, mulher, objetivo, proteção, mercado de trabalho, exigência, comprovação, empregador, aplicação, qualificação, treinamento, mão-de-obra.

Proposição: PLP 112/1989

Autor: Deputado Max Rosenmann –PMDB/PR

Data de Apresentação: 15/06/1989

Situação: PLEN: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Regulamenta o artigo 7º, incisos I e XXI da Constituição Federal, dispõe sobre a relação de emprego protegida contra a despedida arbitrária ou sem justa causa e sobre o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.

Explicação da Ementa: Regulamentando o artigo sétimo, inciso I e inciso XXI da nova Constituição Federal.

Indexação: regulamentação, dispositivos, direitos sociais, Constituição Federal, empregado, (FGTS), depósito, conta vinculada, vinculação, saldo, critérios, (SBPE), caderneta de poupança, porcentagem, indenização, empregado, despedida injusta, ato arbitrário, base de cálculo, tempo de serviço, garantia, seguro desemprego, trabalhador, desempregado, garantia, estabilidade, mão-de-obra, proteção, emprego, fixação, prazo, aviso prévio, rescisão, contrato de trabalho, inexistência, justa causa, obrigatoriedade, empregador, proporcionalidade, tempo de serviço, autorização, contrato por prazo determinado, prestação de serviço, função transitória, contrato de experiência, dispensa, ressalva, rescisão, força maior, negociação, assistência, sindicato, proibição, contrato de trabalho, período, registro, candidatura, empregado sindicalizado, eleição sindical, candidato eleito, representação, sindicato, dirigente sindical, (CIPA), trabalhador, mulher, gravidez, licença, gestante, concessão, estabilidade provisória.

Proposição: SF PLS 418/1989

Autor: Senador Marcos Mendonça – PSDB/SP

Data de Apresentação: 15/12/1989

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Dá nova redação a dispositivo que menciona, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Indexação: alteração, (CLT), hipótese, trabalhador, mãe, direitos, ausência, trabalho, doença, filho, comprovação, atestado médico, credenciamento, empregador.

Proposição: SF PLS 317/1989

Autor: Senador José Ignácio – PSDB/ES

Data de Apresentação: 5/10/1989

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Dispõe sobre a prisão preventiva nos casos de crime inafiançáveis e insusceptíveis de graça ou anistia, e de estupro, latrocínio e homicídio qualificado, e da outras providências.

Indexação: alteração, código de processo penal, fixação, normas, prisão preventiva, hipótese, crime inafiançável, inadmissibilidade, anistia, estupro, latrocínio, homicídio qualificado.

Proposição: CN MSG 158/1989

Outros Números: CN PLN 00045/1989

Autor: Externo – Executivo Federal

Data de Apresentação: 8/09/1989

Situação: Norma jurídica gerada: LEI 7882/1989.

Ementa: Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, crédito suplementar no valor de Crz 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzados novos), em favor dos ministérios da Justiça e dos Transportes, para os fins que especifica.

Indexação: autorização, Congresso Nacional, abertura, crédito suplementar, orçamento, União federal, (MJ), (MTR), destinação, (DPF), (CNDM), (MTR), secretaria geral, fundo especial, direitos da mulher, Executivo.

Proposição: CN MSG 148/1989

Outros Números: CN PLN 00039/1989

Autor: Externo – Executivo Federal

Data de Apresentação: 25/08/1989

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 7.884/1989.

Ementa: Autoriza o Poder Executivo a abrir ao orçamento fiscal da União, créditos adicionais até o limite de NCZ 863.660.388,00 (oitocentos e sessenta e três milhões, seiscentos e sessenta mil, trezentos e oitenta e oito cruzados novos), para os fins que especifica.

Indexação: autorização, Congresso Nacional, abertura, crédito adicional, orçamento, União Federal, destinação, câmara dos Deputados, Senado, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, (TRE), (CE), (ES), (GO), (RO), (MT), (PA), (PB), (PR), (PE), (PI), (RJ), (RN), (SC), (SP), (SE), (AC), Justiça do Trabalho, (TST), (TRT), primeira região, segunda região, terceira região, quarta região, quinta região, sétima região, décima região, décima primeira região, décima segunda região, décima terceira região, décima quarta região, décima quinta região, Justiça Federal, Justiça do Distrito Federal e dos territórios, (TJDF), (MAER), (ME), (SEF), (MJ), Secretaria-Geral, Departamento de administração, departamento de pessoal, (DENATRAN), (DPF), (CNDM), (MM), Tribunal Marítimo, (SECIRM), Ministério Público Federal, Executivo, Ministério Público, (DF), territórios federais, (DIN), (SEF), fundos, fundo aeroviário, (FUNIN), fundo especial, direitos, mulher, (FUN-CAB), (STF), (TSE), (TRE), (CE), (SE), Arquivo Nacional.

Proposição: CN MSG 119/1989

Outros Números: CN PLN 00014/1989

Autor: Externo – Executivo Federal

Data de Apresentação: 14/08/1989

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 7.829/1989.

Ementa: Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao orçamento fiscal da União, créditos adicionais, até o limite de NCZ\$ 54.596.413,00 (cinquenta e quatro milhões, quinhentos e noventa e seis mil, quatrocentos e treze cruzados novos).

Indexação: autorização, congresso nacional, abertura, crédito adicional, destinação, (CEGRAF), Senado, (TSE), (TRE), (GO), (RO), (MA), (PA), (PB), (RN), (SC), (TRT), primeira região, quarta região, quinta região, nona região, décima segunda região, décima quinta região, (MJ), Secretaria-Geral, Departamento de Administração, (DPF), (CNDM), Arquivo Nacional, fundo especial, direitos, mulher,

(DENATRAN), secretaria, Justiça, segurança pública, (PRODASEN), Executivo.

Proposição: SF PLS 218/1989

Outros Números: CD PL 04350/1989

Autor: Senador Nelson Carneiro – PMDB/RJ

Data de Apresentação: 9/08/1989

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 8.560/1992

Ementa: Regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento, e da outras providências.

Indexação: normas, regulamentação, investigação, reconhecimento, requisitos, proibição, legitimação, reconhecimento, filho, filha, casamento.

Proposição: SF PLS 213/1989

Autor: Comissão – Comissão Diretora

Data de Apresentação: 8/08/1989

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, Aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, de acordo com o artigo sétimo e seus incisos da Constituição Federal, e dá outras providências.

Indexação: alteração, (CLT), direitos, emprego, proibição, discriminação, salário, critérios, admissão, sexo, idade, cor, estado civil, garantia, isonomia salarial, deficiente físico, prazo, prescrição, empregado, reparação, infração, insalubridade, aprovação, (MTB), quadro, atividade, opção, adicional de insalubridade, empregador, emprego, utilização, fixação, requisitos, esforço físico, discriminação, mulher, gravidez, requisitos, assistência, infância, (SESI), (SESC), (IBA), entidade, creche, escola, maternal, jardim de infância, filho, empregado, aprendiz, curso, aprendizagem, normas, empregado doméstico, (CLT), salário mínimo, irredutibilidade, décimo terceiro salário, repouso semanal remunerado, férias, licença maternidade, licença, aviso prévio.

Proposição: SF PLS 146/1989

Outros Números: CD PL 03923/1989

Autor: Senador Francisco Rollemberg – PMDB/SE

Data de Apresentação: 12/06/1989

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 8.408/1992

Ementa: Suprime dispositivo da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977 e altera outros da mesma lei.

Indexação: alteração, legislação, dissolução, sociedade conjugal, supressão, parte, artigo, separação judicial, cônjuge, comprovação, prazo, doença, fixação, normas, negação, agravamento, requisitos, doença, efeito, filho menor, hipótese, declaração, divórcio, mulher, recuperação, nome, solteiro, prejuízo, identificação, conversão, sentença judicial, juiz, requerimento.

Proposição: SF RQS 62/1989

Autor: Senador João Menezes – PFL/PA

Data de Apresentação: 6/04/1989

Situação: Remetido à Câmara dos Deputados.

Ementa: Requerem nos termos regimentais, que o dia 2 de maio de 1989, seja dedicado para comemorar o Dia Nacional da Mulher, instituído pela Lei nº 6.791, de 9 de junho de 1980.

Indexação: requerimento, comemoração, Dia Nacional da Mulher.

Proposição: SF PLC 13/1989

Outros Números: CD MSC 00225/1988 CD PL 00772/1988

Autor: Externo – Executivo Federal

Data de Apresentação: 15/06/1988

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 7.831/1989.

Ementa: Cria o Quadro Complementar de Oficiais do Exército (QCO), e dá outras providências.

Indexação: Criação, quadro complementar, oficiais, (ME), (OM), pessoal, nível superior, posto militar, tenente coronel, major, capitão, primeiro tenente, requisitos, ingressos, militar, civil, mulher, número, vaga, curso, estágio, habilitação, concurso, remuneração, hierarquia, aluno, desligamento, cessação, vantagens, prerrogativas, normas, promoção, Forças Armadas, utilização, uniforme, insígnia, distintivo, Exército, despesa, recursos orçamentários.

Proposição: SF PLC 103/1990

Outros Números: CD MSC 00817/1990 CD PL 05943/1990

Autor: Externo – Executivo Federal

Data de Apresentação: 14/11/1990

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 8.138/1990.

Ementa: Altera a redação do art. quarto da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente e, dá outras providências.

Indexação: Alteração, legislação, atividade profissional, médico residente, fixação, valor, bolsa de estudo, base de cálculo, vencimentos, médico, (MEC), acréscimo, adicionais, regime especial de trabalho, jornada de trabalho, especialização, profissionalismo, filiação, Previdência Social, segurado, contribuinte autônomo, comprovação, recolhimento, concessão, direitos, médico residente, alimentação, habitação, hospital, período, residência médica, benefício previdenciário, mulher, licença à gestante, legislação previdenciária, Lei Orgânica da Previdência Social.

Proposição: SF PLS 186/1990

Autor: Senador Márcio Lacerda – PMDB/MT

Data de Apresentação: 29/10/1990

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Dá nova redação aos artigos que menciona dos capítulos II, III e IV do título V do livro I da parte geral do Código Civil (Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916).

Indexação: alteração, Código Civil, direitos, paternidade, nascimento, casamento nulo, anulada, presunção, maternidade, hipótese, contestação, juízo, fixação, requisitos, prazo, prova, competência, ação, reconhecimento, filho, filha, averbação, oficial de registro, escritura pública, declaração, processo judicial, sentença judicial, ação investigatória de paternidade, irrevogabilidade, testamento.

Proposição: SF PLS 132/1990

Autor: Senador Márcio Lacerda – PMDB/MT

Data de Apresentação: 16/08/1990

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e dispõe sobre a execução do inciso XII, do art. quinto, parte final, da Constituição Federal.

Indexação: Alteração, Código Penal, fixação, normas, cominação, pena, detenção, multa, (BTN), requisitos, crime, coação, lucro, violação, aumento, pena, detenção, hipótese, sindicância, investigação, instrução processual penal, vida, incolumidade pública, saúde pública, tráfico de drogas, moeda falsa, documentação falsa, peculato, irregularidade, emprego, verba, concussão, corrupção, contrabando, descaminho, concorrência, atentado, transporte marítimo, transporte fluvial, transporte aéreo, serviço, utilidade pública, violação, comunicações, extorsão, seqüestro, estelionato, violação, segredo, lenocínio, tráfico, mulher, quadrilha.

Proposição: SF PLS 130/1990

Autor: Senador Francisco Rollemberg – PMDB/SE

Data de Apresentação: 15/08/1990

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera o art. 1º da Lei nº 8.072, de 28 de julho de 1990, que dispõe sobre crimes hediondos nos termos do art. quinto, inciso XLIII da Constituição Federal.

Indexação: Alteração, legislação, crime, repelente, latrocínio, extorsão, morte, seqüestro, estupro, atentado ao pudor, epidemia, envenenamento, homicídio qualificado.

Proposição: SF PLS 72/1990

Autor: Senador Fernando Henrique Cardoso – PSDB/SP

Data de Apresentação: 20/06/1990

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Estabelece medidas para a proteção do mercado de trabalho da mulher, e dá outras providências.

Indexação: Fixação, normas, proteção, mercado de trabalho, mulher, proibição, discriminação, empresa, fixação, limitação, número, mulher, trabalho, idade, proteção, filho.

Proposição: SF PLS 49/1990

Autor: Senador Jamil Haddad – PSB/RJ

Data de Apresentação: 17/05/1990

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Define o crime de abandono de gestante.

Indexação: Fixação, normas, definição, crime, abandono, justa causa, gestante, gravidez, mulher, subsistência.

Proposição: SF PLS 32/1990

Autor: Senador Mário Covas – PSDB/SP

Data de Apresentação: 24/04/1990

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Dispõe sobre a proteção do mercado de trabalho da mulher, nos termos do artigo sétimo, da Constituição Federal, e dá outras providências.

Indexação: Projeto de Lei, senado, regulamentação, Constituição Federal, fixação, requisitos, proteção, mercado de trabalho, mulher, direitos, prazo, redução, Imposto de Renda, percentagem, preferência, processo, licitação, licitante, emprego, mulher, exclusão, benefício, empresa, empregador, admissão, substituição, trabalhador, despedida injusta, prazo, demissão, remuneração, trabalho.

Proposição: SF PLC 69/1990

Outros Números: CD MSC 00691/1989; CD PL 04058/1989

Autor: Externo – Executivo Federal

Data de Apresentação: 24/10/1989

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais.

Indexação: Definição, estatuto dos funcionários públicos, União Federal, autarquia, fundação pública, cumprimento, dispositivos, disposições transitórias, Constituição Federal, Regime Jurídico Único, funcionário público, servidor, Executivo, Legislativo, Judiciário, requisitos, ingresso, serviço público, concurso público, investidura, provimento, cargo público, nomeação, promoção, ascensão funcional, transferência, readaptação, reversão, disponibilidade,

aproveitamento, reintegração, recondução, designação, cargo em comissão, cargo de confiança, posse, exercício efetivo, estabilidade, vacância, remoção, redistribuição, substituição, definição, direitos, vantagens, remuneração, indenização, auxílio, transporte, indenização de transporte, auxílio moradia, educação, alimentação, gratificação de função, cargo de direção, chefia, assessoramento superior, assistência intermediária, limitação, vencimentos, ministro de estado, décimo terceiro salário, adicional por tempo de serviço, ano, serviço público, anuênio, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, penosidade, riscos, saúde, raios X, substância radioativa, serviço extraordinário, hora extra, trabalho noturno, férias, licença, doença, família, afastamento, cônjuge, companheiro, serviço militar, atividade política, cargo eletivo, licença especial, assiduidade, interesse particular, mandato eletivo, representação classista, sindicato, associação de classe, cessão, órgão público, requisição, ausência, estudo, missão oficial, exterior, doação, sangue, alistamento eleitoral, casamento, morte, parente, horário especial, estudante, contagem, tempo de serviço, Serviço Militar obrigatório, Forças Armadas, cargo em comissão, treinamento, mandato eletivo, júri, gestante, adotante, adoção, criança, acidente em serviço, doença profissional, transferência, sede, participação, competição esportiva, efeito, aposentadoria, disponibilidade, contagem recíproca, atividade privada, garantia, petição, prazo, prescrição. Definição, regime, regulamento disciplinar, deveres, funcionário público, proibição, acumulação, cargo público, responsabilidade civil, responsabilidade penal, indenização, ressarcimento, Fazenda Nacional, penalidade, advertência, suspensão, demissão, cassação, aposentadoria, disponibilidade, destituição, cargo em comissão, crime contra a administração pública, abandono de cargo, falta ao serviço, improbidade, insubordinação, ofensa, irregularidade, aplicação, recursos, violação, segredo, corrupção, processo administrativo, denúncia, sindicância, afastamento, processo disciplinar, inquérito administrativo, julgamento, revisão judicial, servidor, funcionário público, plano, seguridade social, funcionário público, família, benefício previdenciário, aposentadoria por invalidez, aposentadoria

compulsória, aposentadoria voluntária, aposentadoria por velhice, aposentadoria por tempo de serviço, proventos, aposentado, auxílio natalidade, salário família, licença, tratamento médico, gestante, adotante, paternidade, saúde.

Proposição: SF PLC 48/1990

Outros Números: CD PL 03099/1989

Autor: Deputado Raimundo Bezerra – PMDB/CE

Data de Apresentação: 28/06/1989

Situação: Vetado.

Ementa: Dispõe sobre a Lei Orgânica da assistência social, suas definições, princípios e diretrizes, determina competências gerais em cada esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financiamento, e dá outras providências.

Indexação: Regulamentação, dispositivos, seguridade social, Constituição Federal, definição, lei orgânica, assistência social, direitos, cidadão, objetivo, erradicação, estado de pobreza, proteção, família, maternidade, infância, criança, menor, adolescência, adolescente, velho, velhice, pessoa deficiente, deficiente físico, deficiente mental, excepcional, pessoa inválida, igualdade, gratuidade, atendimento, participação, beneficiário, instituição beneficente, população, informação, usuário, descentralização administrativa, estados, (DF), municípios, credenciamento, instituição assistencial, desenvolvimento, recursos humanos, pesquisa. Normas, organização, gestão, assistência, instituição pública, atividade privada, unificação, coordenação, competência, secretaria especial, assistência social, vinculação, Presidência da República, governo estadual, governo municipal, órgão consultivo, conferência nacional, órgão deliberativo, Conselho Nacional, competência, União Federal, estados, (DF), municípios, formulação, política, assistência social, planejamento, coordenação, execução, controle, fiscalização, gestão, recursos financeiros, recursos orçamentários, registro, órgãos, assistência social, abono de família, renda mensal, velho, pessoa deficiente, numero, dependente, filho, menor, filho inválido, fixação, valor, cota, percentagem, salário, comprovação, requisitos, beneficiário,

idade, inexistência, renda, subsistência, família. Aplicação, índice, reajustamento, benefício, salário mínimo, proibição, acumulação, abono, benefício previdenciário, seguridade social, ressalva, assistência médica. Obrigatoriedade, instituição assistencial, prestação de contas, tutor, beneficiário, assistência. Definição, serviço, assistência social, atendimento, situação, nascimento, morte, emergência, concessão, benefício, dinheiro, produto *in natura*, prioridade, proteção, infância, adolescência, menor abandonado. Definição, fonte, custeio, financiamento, assistência social, recursos orçamentários, seguridade social, orçamento, União Federal, estados, (DF), municípios, critérios, transferência financeira, população, renda *per capita*, subvenção, instituição particular, assistência social, padrão de qualidade, prestação de serviço, fiscalização, supervisão, Poder Público. Legitimidade, Ministério Público, ação administrativa, ação judicial, defesa, direitos, assistência social. Vinculação, caráter provisório, secretaria especial, assistência social, (IBA), (FUNABEM), (SAHAC), (FACR), (CNSS). Prazo, Executivo, encaminhamento, congresso nacional, projeto de lei, fusão, incorporação, extinção, órgãos, assistência social, transferência, serviço, programa, Governo Federal, regulamentação, conferência nacional, Conselho Nacional, regimento, secretaria especial, assistência.

Proposição: SF PLC 29/1990

Outros Números: CD PL 02599/1989

Autor: Deputada Lucia Vânia PMDB/GO

Data de Apresentação: 1º/06/1989

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera dispositivos do Decreto-Lei nº2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal Brasileiro.

Indexação: alteração, Código Penal, retirada, termo, qualificação, discriminação, mulher, artigo, Lei Federal. Cominação, pena, indução, mulher, conjunção carnal, ato libidinoso, fraude.

Proposição: PL 20/1991

Autor: Deputado Eduardo Jorge – PT/SP (co-autora Sandra Starling – PT/MG).

Data de Apresentação: 19/02/1991

Situação: PLEN: Aguardando Deliberação de Recurso.

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de atendimento dos casos de aborto previstos no Código Penal, pelo Sistema Único de Saúde.

Indexação: Normas, obrigatoriedade, prazo, realização, aborto, hospital, rede oficial, (SUS), exclusão, inexistência, hospitalização, atendimento, mulher, ressalva, emergência, exigência, diagnóstico, médico, paciente, motivo, risco de vida, apresentação, cópia, registro, autoridade policial, ocorrência, laudo pericial, (IML), autorização escrita, gestante, representante legal, hipótese, estupro, violência, gravidez, concessão, direitos, recusa, realização, aborto, motivo, ética.

Proposição: PL 1135/1991

Autor: Deputado Eduardo Jorge – PT/SP e co-autores.

Data de Apresentação: 28/05/1991

Situação: CSSF: Pronta para Pauta.

Ementa: Suprime o artigo 124 do Código Penal Brasileiro.

Explicação da Ementa: Suprimindo o artigo que caracteriza crime, o aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento.

Indexação: alteração, Código Penal. supressão, dispositivos, Código Penal, caracterização, crime, aborto, interrupção, gravidez, mulher, gestante.

Proposição: PL 1174/1991

Autor: Deputado Eduardo Jorge – PT /SP (co-autora Sandra Starling – PT/MG).

Data de Apresentação: 1º/08/1991

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Dá nova redação ao artigo 128 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal

Explicação da Ementa: Dispondo sobre autorização do aborto quando a gravidez representar riscos de vida e saúde física ou psíquica da gestante.

Indexação: Alteração, Código Penal. ampliação, requisitos, autorização, aborto, riscos, vida, saúde, mulher, gestante, gravidez, nascimento.

Proposição: PL 306/1991

Autor: Carlos Cardinal – PDT /RS

Data de Apresentação: 13/03/1991

Situação: PLEN: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Regula o artigo 7º , inciso XVIII , da Constituição Federal.

Explicação da Ementa: Regulamentando dispositivos da nova Constituição Federal, que dispõe sobre licença gestante a mulher que adotar criança menor de dois anos.

Indexação: regulamentação, dispositivos, direitos sociais, Constituição Federal, concessão, licença a gestante, mulher, adotante, adoção, criança, menor, idade.

Proposição: PL 1037/1991

Autor: Lucia Braga – PDT /PB

Data de Apresentação: 15/05/1991

Situação: PLEN: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Concede licença à empregada que adotar menor, nas condições que especifica.

Explicação da Ementa: Concedendo licença de três meses, com salário integral, à empregada que adotar criança com até dois anos de idade.

Indexação: Concessão, licença, mulher, empregado, adoção, criança, menor, equiparação, licença a gestante.

Proposição: PL 1134/1991

Autor: Sandra Starling – PT/MG

Data de Apresentação: 28/05/1991

Situação: PLEN: Pronta para Pauta.

Ementa: Altera dispositivo das Leis nºs 3.071, de 1º de janeiro de 1916 – Código Civil, 6.515, de 26 de dezembro de 1977 – Lei do Divórcio, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei dos Registros Públicos, relativos a adoção de apelidos por cônjuge, e determina outras providências.

Explicação da Ementa: Tornando facultativa a adoção do nome do cônjuge pelo marido e pela mulher.

Indexação: Alteração, Lei Federal, divórcio, alteração, Código Civil,

Lei Federal, registro público, facultatividade, marido, mulher, adoção, renúncia, nome, cônjuge, casamento, separação judicial.

Proposição: PL 1932/1991

Autor: Paulo Paim – PT/RS

Data de Apresentação: 26/09/1991

Situação: MESA: Aguardando Deliberação de Recurso.

Ementa: Disciplina a demissão, por justa causa, do empregado com direito à estabilidade provisória prevista na Constituição Federal.

Explicação da Ementa: Regulamentando o disposto no inciso VIII do artigo oitavo da nova Constituição Federal.

Indexação: Regulamentação, dispositivos, direitos sociais, Constituição Federal, proibição, dispensa, despedida, ato arbitrário, despedida injusta, empregado sindicalizado, candidatura, cargo de direção, dirigente sindical, mandato, eleição sindical, (CIPA), mulher, gestante, ressalva, falta grave, apuração, normas, legislação trabalhista, (CLT), cumprimento, estabilidade provisória, trabalhador.

Proposição: PL 1374/1991

Autor: Rose de Freitas – PSDB /ES

Data de Apresentação: 12/08/1991

Situação: PR: Aguardando Recurso.

Ementa: Altera os artigos 213 e 214 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Explicação da Ementa: Aumentando a pena de reclusão de 8 (oito) a 12 (doze) anos para os crimes de estupro e ato libidinoso, se a ofendida e menor de 14 anos, a violência não e presumida, e se o ofendido e menor de 14 anos – poder conclusivo das comissões – artigo 24, inciso II.

Indexação: Alteração, Código Penal. aumento, pena, pena de reclusão, motivo, mulher, ofendida, estupro, conjunção carnal, menor, idade, inclusão, penalidade, ato libidinoso, crime hediondo.

Proposição: PL 382/1991

Autor: Rita Camata – PMDB /ES

Data de Apresentação: 19/03/1991

Situação: PR: Aguardando Recurso.

Ementa: Nova Ementa – Dispõe sobre o acesso ao mercado de trabalho, e determina outras providências.

Explicação da Ementa: Garantindo igualdade de oportunidade entre homem e mulher no mercado de trabalho; proibindo discriminação referente a sexo, idade, cor, situação familiar e estado de gravidez; proibindo revista íntima nas empregadas ou funcionárias; e concedendo benefício fiscal a empresa que incentivar a mão-de-obra feminina, regulamentando o disposto no artigo sétimo, inciso XX, da nova Constituição Federal. – poder conclusivo das comissões – artigo 24, inciso II.

Indexação: Regulamentação, dispositivos, direitos sociais, Constituição Federal, proteção, mercado de trabalho, mulher, proibição, anúncio, recusa, promoção, dispensa, demissão, remuneração, restrição, formação profissional, curso de formação, discriminação, sexo, idade, cor, atestado, exame, comprovação, fertilidade, esterilização, gravidez, aconselhamento, planejamento familiar, controle de natalidade, autorização, consulta, exame médico, horário de trabalho, critérios, subjetividade, inscrição, aprovação, concurso, empresa pública, empresa privada, violação, privacidade, garantia, transferência, trabalhador, gestante, ausência, redução, salário, motivo, saúde, retorno, função, concessão, incentivo fiscal, dedução, imposto de renda, aumento, quadro de pessoal, salário, treinamento, incentivo, mão de obra, trabalhador rural, trabalhador urbano, previsão, convênio, exigência, comprovação, natureza contábil, multa, infrator, nulidade, ação judicial, fundamentação, violação, direito à igualdade, exercício profissional, discriminação, homem, mulher, crime inafiançável, previsão, pena de reclusão, pena em dobro, ameaça grave, fraude, empregador, representante legal, dirigente, processo judicial, rito sumário.

Proposição: PL 350/1991

Autor: Carlos Cardinal – PDT /RS

Data de Apresentação: 14/03/1991

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Assegura ao empregado doméstico o direito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

Indexação: Concessão, direitos, empregado doméstico, (FGTS), depósito, conta vinculada.

Proposição: EMS-1542/1991 => PL 1542/1991

Autor: Senado Federal

Data de Apresentação: 11/07/2002

Ementa: Substitua-se o Projeto pelo seguinte: Dispõe sobre a propiciação de consultas às empregadas e servidoras públicas para atenção integral à saúde da mulher, nas situações que especifica.

Proposição: SF PLS 386/1991

Outros Números: CD PL 03166/1992

Autor: Senador Márcio Lacerda PMDB/MT

Data de Apresentação: 28/11/1991

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera e acrescenta dispositivos ao art. 151 do Código Penal, e dispõe sobre a execução do inciso XII, do art. quinto, parte final, da Constituição Federal.

Indexação: Projeto de Lei, Senado, regulamentação, Constituição Federal, alteração, Código Penal, objetivo, aumento, multa, pena, hipótese, ocorrência, quebra, sigilo, comunicações, telefone, telegrafia, ordem judicial, objetivo, investigação, instrução processual, crime, vida humana, liberdade pessoal, costumes, saúde pública, tráfico drogas, uso, moeda falsa, título, peculato, irregularidade, emprego, verba, conclusão, corrupção passiva, corrupção ativa, contrabando, violação, sigilo, concorrência pública, licitação, atentado, segurança, transporte marítimo, fluvial, aéreo, extorsão, seqüestro, estelionato, violação, segredo, fábrica, lenocínio, tráfico mulher.

Proposição: CN RQN 796/1991

Autor: Deputada – Benedita da Silva PT/RJ

Data de Apresentação: 27/11/1991

Situação: Aprovada.

Ementa: Requer que, nos termos regimentais, seja criada uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil.

Indexação: Requerimento, criação, (CPMI), objetivo, investigação, esterilização, mulher, Brasil.

Proposição: SF PLC 103/1991

Outros Números: CD MSC 00552/1991; CD PL 02017/1991

Autor: Externo – Executivo Federal

Data de Apresentação: 11/10/1991

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 8.258/1991.

Ementa: Fixa o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Indexação: Fixação, efetivos militares, corpo de bombeiros, (DF), aumento, distribuição, quadro de pessoal, posto militar, graduação militar, quadro de oficiais, bombeiro militar, (QOBM), previsão, prazo, preenchimento, provimento, inclusão, mulher.

Proposição: SF PLS 297/1991

Outros Números: CD PL 03403/1992

Autor: Senador Francisco Rollemberg – PFL/SE

Data da Apresentação: 27/08/1991

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 10.048/2000

Ementa: Dá prioridade de atendimento à clientela que especifica, e dá outras providências.

Indexação: Projeto de lei, Senado, regulamentação, Constituição Federal, normas, prioridade, atendimento, cliente, deficiente, velho, gestante, pessoa física, acompanhamento, criança, obrigatoriedade, concessionária, serviço público, repartição pública, dispensa, atendimento, cliente, critérios, empresa pública, transporte, concessionária, transporte coletivo, reserva, assento, identificação, velho, gestante, pessoa física, acompanhamento, criança, deficiente físico, imputação, pena, servidor, chefia, responsabilidade.

Proposição: SF PLS 290/1991

Autor: Senador Louremberg Nunes – PTB/MT

Data de Apresentação: 22/08/1991

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), afim de a compatibilizar com o art. Quinto, inciso I, da Constituição Federal.

Indexação: Alteração, legislação, execução penal, obrigatoriedade, penitenciária, mulher, seção, gestante, parturiente, creche, assistência, menor, requisitos, atendimento, mãe, responsável, presa.

Proposição: SF PLS 254/1991

Autor: Senador Teotônio Vilela Filho – PSDB/AL

Data de Apresentação: 28/06/1991

Situação: Rejeitada a matéria (decisão terminativa).

Ementa: Dispõe sobre a exigência de carteira de saúde para admissão no emprego.

Indexação: Fixação, normas, exigência, carteira de saúde, admissão, emprego, empregador, empregado, requisitos, informação, carteira de saúde, empregado, proibição, anotação, gravidez.

Proposição: SF PLS 205/1991

Autor: Senador Francisco Rollemberg – PFL/SE

Data de Apresentação: 10/06/1991

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), a fim de compatibilizar com o artigo quinto, inciso I, da Constituição Federal.

Indexação: Projeto de lei, Senado, regulamentação, Constituição Federal, requisitos, penitenciária, mulher, seção, gestante, parturiente, creche, assistência, menor, mãe, presa.

Proposição: SF PLS 174/1991

Outros Números: CD PL 03032/1992

Autor: Senador Maurício Corrêa – PDT/DF

Data de apresentação: 27/05/1991

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Considera contravenção penal a exigência de exame relativo a estado de gravidez para contratação de emprego.

Indexação: Fixação, requisitos, imputação, pena, contravenção penal, exigência, exame, gravidez, contratação, emprego, prisão, multa.

Proposição: SF PLS 165/1991

Autor: Senador Jutahy Magalhães – PSDB/BA

Data de Apresentação: 23/05/1991

Situação: Retirado pelo autor.

Ementa: Regulamenta o art. 143, inciso primeiro e segundo, da Constituição da República, que dispõe sobre a prestação de serviço alternativo ao serviço militar obrigatório.

Indexação: Projeto de Lei, Senado, regulamentação, Constituição Federal, fixação, normas, prestação de serviço, serviço militar, alternativa, serviço, destinação, Forças Armadas, Exército, Marinha, Aeronáutica, direitos, certificado, efeito jurídico, certificado de reservista, isenção, serviço militar obrigatório, mulher, religioso, tempo de paz.

Proposição: SF PLS 151/1991

Outros Números: CD PL 02557/1992

Autor: Senador Jutahy Magalhães – PSDB/BA

Data de Apresentação: 21/05/1991

Situação: Remetido à Câmara dos Deputados.

Ementa: Concede à mãe adotiva os direitos de proteção à maternidade.

Indexação: Direitos, mãe adotiva, proteção, maternidade, limitação, idade, adotado, afastamento, trabalho, fixação, prazo, remuneração.

Proposição: SF PLS 150/1991

Autor: Senador Francisco Rollemberg – PFL/SE

Data de Apresentação: 21/05/1991

Situação: Rejeitada a matéria (decisão terminativa).

Ementa: Altera o artigo primeiro da Lei 8072, de 25 de julho de

1990, que dispõe sobre crimes hediondos nos termos do artigo quinto inciso XLIII da Constituição Federal.

Indexação: Projeto de Lei, senado, regulamentação, homicídio qualificado, Constituição Federal, alteração, legislação, crime hediondo, latrocínio, extorsão, estupro, atentado ao pudor, epidemia, morte, envenenamento, água potável, alimento, substância medicinal, homicídio qualificado, genocídio.

Proposição: SF PLC 34/1991

Outros Números: SF PLC 00034/1991; CD MSC 00194/1991; CD PL 00826/1991

Autor: Externo – Executivo Federal

Data de Apresentação: 08/05/1991

Situação: Norma jurídica gerada Lei nº 8.212/1991.

Ementa: Dispõe sobre a organização da seguridade social, institui plano de custeio, e dá outras providências.

Indexação: Regulamentação, dispositivos, seguridade social, Constituição Federal, abrangência, Previdência Social, saúde, assistência social, proteção, família, maternidade, infância, adolescência, velhice, pessoa deficiente, excepcional, organização, sistema nacional, seguridade social, criação, Conselho Nacional, competência, órgão colegiado, participação, União Federal, estados, (DF), municípios, representante, sociedade civil, trabalhador, empresário, proibição, concessão, anistia, débitos, dívida, contribuição social, seguridade social, Previdência Social, matrícula, empresa, (INSS), débito previdenciário, distribuição, bonificação, dividendos, cota, participação nos lucros, acionista, sócio cotista, saúde, Previdência Social, assistência social, organização, seguridade social, contribuinte, empregador, empregado doméstico, contribuição, União Federal, seguro, arrecadação, recolhimento, contribuição, prova.

Proposição: SF PLS 123/1991

Outros Números: CD PL 01820/1991

Autor: Senador Fernando Henrique Cardoso – PSDB/SP

Data de Apresentação: 8/05/1991

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Concede estabilidade provisória à gestante, ao trabalhador acidentado e ao menor no ano de seu alistamento militar.

Indexação: Normas, garantia, prazo, concessão, estabilidade provisória, gestante, licença de gestante, trabalhador, acidente do trabalho, menor, ano, alistamento militar, (CLT), retorno, trabalho.

Proposição: SF PLC 35/1991

Outros Números: CD MSC 00193/1991 CD PL 00825/1991

Autor: Externo – Executivo Federal

Data de Apresentação: 30/04/1991

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 8.213/1991.

Ementa: Dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social, e dá outras providências.

Indexação: Regulamentação, dispositivos, Previdência Social, Constituição Federal, definição, lei orgânica da Previdência Social, plano de benefícios, beneficiário, segurado obrigatório, empregado, empresário, empregado doméstico, trabalhador autônomo, ministro, sacerdote, grupo religioso, irmã de caridade, trabalhador avulso, safreiro, trabalhador rural, produtor rural, garimpeiro, pescador, segurado facultativo, produtor, parceiro, meeiro, arrendatário, membros, família, regime de subsistência, desempregado, cônjuge, companheira, companheiro, homem, mulher, filho menor, filho inválido, pais, irmão, enteado, menor, criança carente, tutela, designação, pessoas, invalidez, velho. Fixação, normas, plano de benefícios, Previdência Social, beneficiário, segurado, dependente, inscrição, prestação, período, carência, aposentadoria, idade, tempo de serviço, auxílio doença, aposentadoria especial, salário família, salário maternidade, pensão, requisitos, direitos, cônjuge, segurado, pensão, morte, pensão previdenciária, viuvez, viúvo, viúva, dependente, início, data, óbito, decisão judicial, fixação, percentagem, aposentadoria, concessão, pensão, critérios, auxílio reclusão, pecúlio, serviço social, reabilitação profissional, contagem recíproca, tempo de serviço, acidente do trabalho, doença profissional, trabalho, serviço social, contagem recíproca, tempo de serviço, acidente do trabalho, autorização, desconto, benefício previdenciário, contribuição.

Proposição: SF PLS 52/1991

Autor: Senador Fernando Henrique Cardoso – PSDB/SP

Data de Apresentação: 05/04/1991

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Estabelece medidas para a proteção do mercado de trabalho da mulher, e dá outras providências.

Indexação: Projeto de lei, Senado, regulamentação, Constituição Federal. Fixação, normas, proteção, mercado de trabalho, mulher, proibição, empresa, discriminação, sexo, estado civil, contratação, remuneração, promoção, empregado, comprovação, gravidez, esterilização, direitos, mulher, empresa, ascensão funcional, profissão, qualificação, aptidão, experiência, percentagem, despesa, curso, licitação, número, empregado, empresa, mulher, concessão, bolsa de estudo.

Proposição: SF PLS 45/1991

Autor: Senador Mário Covas – PSDB/SP

Data de Apresentação: 3/04/1991

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Dispõe sobre a proteção do mercado de trabalho da mulher nos termos do artigo sétimo, da Constituição Federal, e dá outras providências.

Indexação: Projeto de Lei, senado, regulamentação, Constituição Federal, fixação, normas, proteção, mercado de trabalho, mulher, prazo, empresa, empregador, empregado, mulher, redução, imposto de renda, percentagem, contribuição previdenciária, contratação, hipótese, empregador, empregado, estágio, remuneração, empresa, período, direitos, mulher, percentagem, remuneração, renda líquida, tributação, proibição, direitos, benefício, admissão, substituição, demissão, remuneração, trabalho, empresa.

Proposição: SF PLC 112/1991

Outros Números: CD PL 00396/1991

Autor: Deputado Sandra Cavalcanti – PFL/RJ

Data de Apresentação: 20/03/1991

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 8.400/1992.

Ementa: Reajusta a pensão especial mensal concedida às viúvas de ex-Presidentes da República.

Indexação: normas, reajustamento, pensão especial, concessão, viúva, ex-Presidente da República, equiparação, mulher, ex-ministro, (STF), proibição, acumulação, benefício previdenciário, pensão vitalícia, intransferibilidade, pensões.

Proposição: SF PLC 45/1991

Outros Números: CD PL 02405/1989

Autor: Deputado Florestan Fernandes – PT/SP

Data de Apresentação: 18/05/1989

Situação: Prejudicada.

Ementa: Dispõe sobre a concessão de bolsa de estudo e pesquisa aos pós-graduandos, e dá outras providências.

Indexação: Normas, concessão, bolsa de estudo, estudante, curso de pós-graduação, encargo, agência, financiamento, ensino, pesquisa, fixação, valor, percentagem, vencimentos, professor, curso superior, instituição federal, ensino superior, curso de mestrado, curso de doutorado, direitos, aluno, assistência médico hospitalar, convênio, (MPAS), Previdência Social, requerimento, adicional de insalubridade, periculosidade, local, especialização, pesquisa científica, emissão, recibo, certificado, pagamento, bolsista, comprovação, renda, garantia, mulher, gestante, gravidez, prorrogação, prazo, bolsa de estudo, aproveitamento, função, monitor, atividade, ensino, pesquisa.

Proposição: SF PLC 44/1991

Outros Números: CD PL 01651/1989

Autor: Deputado Helio Rosas – PMDB/SP

Data de Apresentação: 8/03/1989

Situação: Rejeitada.

Ementa: Acrescenta parágrafo ao artigo 389 da Consolidação Das Leis Do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Indexação: Alteração, legislação trabalhista, fixação, multa, empresa, descumprimento, (CLT), manutenção, creche, hipótese, numero,

mulher, empregado, guarda, amamentação, filho, criança, menor, trabalhador.

Proposição: SF PLC 41/1991

Outros Números: CD PL 01626/1989

Autor: Deputada – Benedita da Silva PT/RJ

Data de Apresentação: 7/03/1989

Situação: Remetido à Câmara dos Deputados.

Ementa: Dispõe sobre a proteção do trabalho doméstico, e dá outras providências.

Indexação: Regulamentação, profissão, empregado doméstico, prestação de serviço, família, residência, empregador, admissão, carteira de trabalho e Previdência Social, atestado médico, saúde, concessão, direitos e garantias trabalhistas, aplicação, Constituição Federal, salário mínimo, irredutibilidade, salário, duração, jornada de trabalho, remuneração, serviço extraordinário, hora extra, trabalho noturno, repouso semanal, décimo terceiro salário, férias, licença, gestante, paternidade, aviso prévio, (FGTS), vale transporte, seguro desemprego, normas, controle, jornada de trabalho, anotação, livro de ponto, garantia, vantagens, empregado doméstico, alimentação, habitação, vestuário, assistência, direitos, empregado doméstico, benefício previdenciário, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por velhice, aposentadoria por tempo de serviço, auxílio doença, salário maternidade, salário família, abono de permanência em serviço, pecúlio, assistência médica odontológica, assistência farmacêutica, serviço social, acidente do trabalho, garantia, benefício, Previdência Social, dependente, empregado doméstico, auxílio funeral, pensão previdenciária, pecúlio, auxílio reclusão, assistência médico odontológica, assistência farmacêutica, serviço social, garantia, empregador, empregado doméstico, dedução, imposto de renda, percentagem, despesa, aviso prévio, fixação, percentagem, contribuição previdenciária, empregador, empregado doméstico, custeio, Previdência Social, prazo, recolhimento, atraso, juros de mora, multa, garantia, empregador, obtenção, referência, empregado doméstico, condições de trabalho, saúde, aplicação, empregado

doméstico, empregador, legislação trabalhista, (CLT).

Proposição: PL 2802/1992

Autor: CPI do Extermínio de Crianças

Data de Apresentação: 1º/06/1992

Situação: MESA: Aguardando Deliberação.

Ementa: Altera os parágrafos 1º e 2º e acrescenta os parágrafos 3º, 4º e 5º ao artigo 389 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Explicação da Ementa: Dispondo sobre o auxílio creche sob três formas: a creche estabelecimento, a creche convênio e a creche reembolso.

Indexação: Alteração, legislação trabalhista, (CLT), obrigatoriedade, empresa, organização, creche, estabelecimento, convênio, reembolso, atendimento, empregado, mulher, mãe, filho menor, criança, idade, amamentação, educação pré-escolar, assistência educacional, menor.

Proposição: PL 3417/1992

Autor: Mendonça Neto – PDT/AL

Data de Apresentação: 15/03/1992

Situação: PLEN: Pronta para Pauta.

Ementa: Dispõe sobre direitos do cônjuge sobrevivente e dos herdeiros necessários na sucessão.

Explicação da Ementa: Restringindo o direito do cônjuge sobrevivente não herdeiro até o limite do que lhe couber por meação ou usufruto.

Indexação: Autorização, viúvo, viúva, herdeiro necessário, ascendentes, descendentes, dependentes, mortos, levantamento, quantia, depósito bancário, saldo bancário, aplicação financeira, instituição financeira, bancos, requisitos, alvará, exigência, atestado de óbito, hipótese, existência, bens, inventário, sucessão, proteção, espólio, partilha, herança. limitação, direitos, viúvo, viúva, meação, usufruto.

Proposição: PL 2869/1992

Autor: Flávio Arns – PSDB /PR

Data de Apresentação: 19/05/1992

Situação: PLEN: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Dispõe sobre a redução da jornada de trabalho da mãe empregada que tenha filho portador de deficiência.

Indexação: Redução, jornada de trabalho, mãe, empregado, trabalhador, mulher, guarda, filho, pessoa deficiente, excepcional, deficiente físico, surdo, cego, deficiente mental, autismo, criança, manutenção, remuneração, autorização, empresa, dedução, contribuição previdenciária, Previdência Social.

Proposição: PL 3127/1992

Autor: Luiz Carlos Santos – PMDB /SP

Data de Apresentação: 10/09/1992

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre seguro de acidente do trabalho em favor do empregado doméstico, alterando dispositivos das Leis nº 8.212 e nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Indexação: Alteração, legislação previdenciária, plano de benefícios, Previdência Social, Lei Orgânica da Seguridade Social, inclusão, empregado domestico, beneficiário, seguro de acidente, acidente do trabalho, fixação, salário de contribuição, contribuição previdenciária, complementação, benefício previdenciário, segurado.

Proposição: PL 2871/1992

Autor: Mendonça Neto – PDT /AL

Data de Apresentação: 19/05/1992

Situação: PLEN: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Reduz a carga horária da funcionária do Governo Federal que for mãe de deficiente.

Indexação: redução, carga horária, jornada de trabalho, funcionário público, servidor, empregado, mulher, mãe, filho, filha, pessoa deficiente, deficiente físico, deficiente mental, excepcional, exigência, comprovação, deficiência.

Proposição: EMS 3059/1992 => PL 3059/1992

Autor: Senado Federal

Ementa: Emenda do Senado ao Projeto de Lei nº 3.059, de 1992, que torna obrigatório o uso de tarja com expressão que ressalte a importância do aleitamento materno, nas embalagens e propagandas dos produtos utilizados no aleitamento artificial.

Proposição: PRC 132/1992

Autor: Socorro Gomes – PCdoB/PA

Data de Apresentação: 26/11/1992

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Acrescenta artigo ao Regimento Interno, dispondo sobre licença-maternidade à deputada gestante.

Explicação da Ementa: Concedendo licença gestante de 120 dias para a Deputada Federal.

Indexação: Alteração, regimento interno, Câmara dos Deputados, concessão, mulher, Deputado Federal, gestante, direitos, licença a gestante, maternidade.

Proposição: SF PLS 181/1992

Autor: Senadora – Eva Blay PSDB/SP

Data de Apresentação: 15/12/1992

Situação: Retirado pelo autor.

Ementa: Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, estabelecendo normas para o exercício do planejamento familiar.

Indexação: Fixação, normas, exercício, planejamento familiar, requisitos, população, recursos, educação, ciência, informação, planejamento familiar, fixação, critérios, serviço de saúde, planejamento familiar, normas, técnicas, (MS), política, assistência, saúde, mulher, educação, participação, pessoa física, homem, casal.

Proposição: SF PLS 166/1992

Autor: Senador – Márcio Lacerda PMDB/MT

Data de Apresentação: 19/11/1992

Situação: Arquivada ao final da legislatura

Ementa: Revoga o art. 35, e seu parágrafo único, do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

Indexação: revogação, dispositivos, código de processo penal, adaptação, Código de Processo Penal, dispositivos, Constituição Federal, objetivo, igualdade, direitos, deveres, sociedade conjugal, homem, mulher.

Proposição: SF PLS 151/1992

Autor: Senador – Márcio Lacerda PMDB/MT

Data de Apresentação: 22/10/1992

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera os parágrafos únicos dos arts. 213 e 214 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.828, de 7 de dezembro de 1940).

Indexação: Alteração, Código Penal, requisitos, constrangimento, conjunção carnal, emprego, violência, ameaça grave, hipótese, ofendida, menor, fixação, prazo, reclusão, atentado ao pudor, violência, constrangimento ilegal, pessoa física, ameaça grave, prática, ameaça, ofensa.

Proposição: SF PLS 128/1992

Autor: Senador – Pedro Simon PMDB/RS

Data de Apresentação: 25/08/1992

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Disciplina o inciso XII, in fine, do artigo 5º (quinto) da Constituição Federal, e dá outras providências.

Indexação: Projeto de Lei, senado, regulamentação, Constituição Federal, requisitos, interpretação, espionagem, telefone, gravação, admissibilidade, constituição, prova, crime, terrorismo, tráfico, substância, entorpecente, droga, mulher, subtração, incapacidade, quadrilha, ordem econômica, ordem financeira, ordem, tributos, falsificação, moeda, extorsão, seqüestro, contrabando, descaminho, facilitação, homicídio qualificado, tortura, latrocínio, peculato, corrupção passiva, corrupção ativa, concussão, prevaricação, exploração, prestígio, autorização, Ministério Público, autoridade policial, juiz, competência, hipótese, autorização, existência, índice, crime, fixação, operação, transcrição, gravações, laudo pericial. fixação, critérios, prerrogativa, ministério público, justiça, inquérito, processo.

Proposição: SF PLS 127/1992

Autor: Senador – Márcio Lacerda PMDB/MT

Data de Apresentação: 20/08/1992

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Define crime contra o acesso e a permanência da mulher no emprego.

Indexação: Fixação, normas, definição, crime, acesso, permanência, mulher, emprego, imputação, pena, prazo, reclusão, multa, exigência, realização, coleta, material, exame, laboratório, esterilização, comprovação, gravidez, proibição, acesso, cargo, requisitos, infração, lei, pessoa jurídica, imputação, sanção, competência, fiscalização, trabalho, advertência, multa, juiz, interdição temporária, estabelecimento, multa.

Proposição: CN DVN 5/1992

Autor: Externo – Assembléia Legislativa Goiás

Data de Apresentação: 3/07/1992

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 8.413 de 1992.

Ementa: Encaminha ao Presidente do Senado Federal, relatório, conclusões e recomenda providências da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a situação da esterilização em massa de mulheres naquele estado.

Indexação: recebimento, relatório, conclusão, recomendações, (CPI), investigação, situação, esterilização, mulher, estado, (GO).

Proposição: SF PLC 112/1992

Autor: CCD – CPI do Extermínio de Crianças

Outros Números: CD PL 02802/1992 CN MSG 00217/1998

Data de Apresentação: 1º/06/1992

Situação: Vetado.

Ementa: Altera os parágrafos primeiro e segundo e acrescenta os parágrafos terceiro, quarto, quinto e sexto ao art. 389 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Indexação: alteração, legislação trabalhista, (CLT), obrigatoriedade, empresa, organização, creche, estabelecimento, convênio, reembolso, atendimento, empregado, mulher, mãe, filho menor, criança, idade,

amamentação, educação pré-escolar, assistência educacional.

Proposição: SF PLS 37/1992

Outros Números: SF PLS 00037/1992 CD PL 03105/1992

Autor: Senador – Nelson Carneiro PMDB/RJ

Data de Apresentação: 07/04/1992

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 8.971/1994

Ementa: Regula o direito da companheira a alimentos e à sucessão.

Indexação: fixação, normas, regulamentação, direitos, companheira, alimentos, sucessão, requisitos, companheira, homem, solteiro, divórcio, viúvo, prazo, direitos, participação, secessão.

Proposição: SF PDS 59/1992

Outros números: CD MSC 00261/1988 CD PDC 00062/1989

Autor: CCD – Comissão de Relações Exteriores

Data de Apresentação: 30/06/1988

Situação: Norma jurídica gerada: DLG nº 68/1992

Ementa: Aprova o texto da Convenção nº 158, da Organização Internacional do Trabalho – OIT, sobre o término da relação do trabalho por iniciativa do empregador, adotada em genebra, em 1982, durante a sexagésima oitava sessão da Conferencia Internacional do Trabalho.

Indexação: aprovação, texto, ato internacional, convenção, (OIT), obrigatoriedade, empregador, justificação, dispensa, trabalhador, exclusão, motivo, despedida, justa causa, filiação, sindicato, mandato, empresa, violação, legislação, discriminação, raça, cor, sexo, estado civil, responsabilidade, família, gravidez, religião, política, nacionalidade, origem, classe social, falta, trabalho, licença, maternidade, doença, acidentes.

Proposição: PL 3638/1993

Autor: Luiz Moreira – PTB /BA

Data de Apresentação: 29/03/1993

Situação: MESA: Aguardando retorno.

Ementa: Institui normas para a utilização de técnicas de reprodução assistida.

Explicação da Ementa: Incluindo as questões relativas à fertilização in vitro, inseminação artificial e barriga de aluguel (gestação de substituição ou doação temporária do útero).

Indexação: fixação, normas, utilização, técnica, reprodução, vida humana, auxílio, falta, fertilidade, corpo humano, garantia, probabilidade, realização, cirurgia, prevenção, riscos, saúde, obrigatoriedade, consentimento, autorização escrita, aprovação, cônjuge, companheiro, proibição, coleção, sexo, filho, característica, ressalva, possibilidade, doença, genética, doença hereditária, padrão genético, critérios, transferência, quantidade, ovo, embrião, parto múltiplo, proibição, redução, requisitos, funcionamento, hospital, utilização, técnica, critérios, diagnóstico, tratamento, embrião, critérios, doação, embrião, proibição, lucro, atividade comercial, garantia, sigilo, identidade, doador, receptor, fixação, prazo, desenvolvimento, vidro, laboratório, empréstimo, órgãos, corpo humano, gravidez, exigência, parente, ressalva, conselho regional, medicina.

Proposição: PL 4366/1993

Autor: Senado Federal

Data de Apresentação: 16/12/1993

Situação: PLEN: Pronta para pauta.

Ementa: Altera dispositivos da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que “define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou cor”, e do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Explicação da Ementa: incluindo nos crimes resultantes de preconceitos os de origem, sexo, idade, estado civil ou de quaisquer outras formas de discriminação; aumentando as penalidades se o agente cometer o crime impelido por racismo ou por motivação mediante promessa de paga ou recompensa.

Indexação: alteração, lei federal, definição, crime, discriminação racial, cor, inclusão, ementa, sexo, origem, nacionalidade, idade, estado civil, fixação, penalidade, pena de prisão, motivo, impedimento, apresentação, dificuldade, aquisição, venda, aluguel,

locação, bens imóveis, imóvel residencial, imóvel comercial, recusa, atendimento, hospital, instituição hospitalar, maternidade, pronto socorro, aumento, agravo, pena, hipótese, vítima, lesão corporal grave, morte, definição, crime inafiançável, imprescritibilidade, pena, alteração, Código Penal, aumento, pena, agente, infrator, realização, crime, motivo, raça, cor, hipótese, promessa, pagamento, recompensa, penalidade, prazo em dobro.

Proposição: SF PLS 141/1993

Autor: Senador – Júlio Campos PFL/MT

Data de Apresentação: 28/10/1993

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera dispositivos do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), e dá outras providências.

Indexação: alteração, Código Penal, vítima, crime contra os costumes, ausência, violência, ameaça grave, revogação, critérios, extinção da punibilidade, hipótese, desistência, requerimento, ofendida, inquérito policial, ação requerimento, andamento, inquérito policial, ação penal, fixação, prazo, imputação, pena, reclusão, fixação, prazo, constrangimento ilegal, execução, relação, sexo, violência, ameaça grave, estupro, ofensa, revogação, crime, sedução, mulher, virgindade, imputação, pena, reclusão, hipótese, corrupção de menores, execução, ato libidinoso, indução, menor, reclusão, hipótese, rapto, fraude, pessoa física, imputação pena, detenção, assentimento prévio, menor, fixação, idade, critérios, redução, pena, ausência, ato libidinoso, restituição, liberdade, ofendido, hipótese, aplicação, cumulatividade, pena, concurso de crimes, rapto, execução, crime, vítima, fixação, requisitos, crime, estupro, ofensa, sexo, corrupção de menores, ação pública, requisitos, agravação penal, limitação, ano, autoria, participação, pessoa física, artigo, adultério, interesse, família, acolhimento, autoridade policial, juiz, pedido, ofendido, representante legal, arquivamento, ação penal, cônjuge, companheiro, cominação, apuração, denúncia, fixação, prazo.

Proposição: SF PLS 113/1993

Outros Números: CD PL 04590/1994

Autor: Senador – Júlio Campos PFL/MT

Data de Apresentação: 13/09/1993

Situação: Remetido à Câmara dos Deputados.

Ementa: Dispõe sobre o atendimento preferencial à clientela que especifica nos órgãos da administração pública federal direta e indireta.

Indexação: fixação, normas, atendimento, preferência, gestante, velho, deficiente físico, deficiente mental, aposentado, aposentadoria por invalidez, órgãos, administração pública, administração federal, administração direta, administração indireta, prioridade, atendimento, servidor, acesso, serviço, instalação, adaptação, área, sinalização.

Proposição: SF PLS 78/1993

Autor: Senadora – Eva Blay PSDB/SP

Data de Apresentação: 23/06/1993

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Disciplina a prática do aborto, altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – e dá outras providências.

Indexação: alteração, legislação, aborto, alteração, Código Penal, fixação, normas, interrupção, gravidez, decisão, gestante, prazo, período, semana, gestação, alteração, cominação, pena, aumento, efeito, aborto, provocação, lesão corporal, lesão corporal grave, duplicidade, hipótese, morte, isenção, punição, aborto, hipótese, prática, médico, estupro, impossibilidade, salvamento, vida, gestante, fixação, semana, gestação, período, comprovação, presença, patologia clínica, comprometimento, saúde, física.

Proposição: SF PLC 161/1993

Outros Números: CD PL 03059/1992

Autor: Deputado – José Maria Eymael PDC/SP

Data de Apresentação: 08/07/1992

Situação: Remetido à Câmara dos Deputados.

Ementa: Torna obrigatório o uso de tarja com expressão que ressalte a importância do aleitamento materno nas embalagens e propagan-

das dos produtos utilizados no aleitamento artificial.

Indexação: obrigatoriedade, utilização, expressão, mensagem, destaque, necessidade, aleitamento materno, embalagem, propaganda, publicidade, leite, leite em pó.

Proposição: SF PLC 46/1993

Outros Números: CD PL 02347/1991

Autor: Deputada – Benedita da Silva PT/RJ

Data de Apresentação: 03/12/1991

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 9.046/1995.

Ementa: Altera o artigo 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal.

Indexação: alteração, legislação, execução penal, determinação, instalação, presídio, prisão, estabelecimento penal, local, mulher presidiária, amamentação, filho, filha, berçário.

Proposição: SF PLC 148/1993

Outros Números: CD MSC 00513/1991 CD PL. 01909/1991

Autor: Externo – Executivo Federal

Data de Apresentação: 26/09/1991

Ementa: Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 8.745/1993.

Indexação: alteração, Regime Jurídico Único, funcionário público. Normas, contratação, pessoal, temporário, interesse público, órgãos, administração federal, autarquia, fundação pública, hipótese, calamidade pública, epidemia, recenseamento, admissão, pesquisador, professor visitante, assistência, emergência, riscos, bens públicos, admissão, especialista, organização, Forças Armadas, área, atividade industrial, utilização, critério seletivo, concurso, recrutamento, pessoal, fixação, prazo determinado, contrato, proibição, prorrogação, absorção, servidor, administração direta, exigência, observância, dotação orçamentária, autorização, ministro de estado, secretário, fixação, remuneração, contribuição previdenciária, seguridade

social, direitos, recebimento, auxílio-natalidade, salário-família, licença, tratamento médico, licença à gestante, auxílio-funeral, dependente, contagem tempo de serviço, ajuda de custo, diárias, décimo terceiro salário, adicionais, férias, deveres, responsabilidade, penalidade, proibição, pessoal, temporário, recebimento, remuneração, designação, cargo em comissão, cargo de confiança, encargo, inexistência, especificação, contrato de trabalho, inobservância, penalidade, rescisão, contrato, apuração, sindicância, garantia, direito de defesa, prazo, extinção, conclusão, contrato de trabalho, hipótese, denúncia, iniciativa, pessoal temporário, alteração, legislação, regime jurídico, servidor, serviço exterior, definição, relação de emprego, segurado, Previdência Social, auxiliar, local, normas, país estrangeiro, sede, repartição pública, aplicação, funcionário civil, órgãos, representação, exterior.

Proposição: SF PLC 226/1993

Outros Números: CD PL 01104/1991

Autor: Deputado – Eduardo Jorge PT/SP

Data da Apresentação: 11/06/1991

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 8.921/1994

Ementa: Dá nova redação ao inciso II do art. 131 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Indexação: alteração, legislação trabalhista, (CLT), garantia, recebimento, salário, falta justificada, falta ao serviço, licença, trabalhador, mulher, gestante, realização, aborto, interrupção, gravidez.

Proposição: SF PLC 222/1993

Outros números: CD MSC 00144/1990 CD PL 04782/1990

Autor: Externo – Executivo Federal

Data de Apresentação: 04/04/1990

Situação: Prejudicada.

Ementa: Dispõe sobre a capacidade jurídica da mulher, mediante alterações na Lei de Introdução ao Código e no Código Civil.

Indexação: alteração, Código Civil, lei de introdução, adaptação, dispositivos, Constituição Federal, revogação, chefia, homem, sociedade conjugal, igualdade, marido, mulher, administração,

bens de família, filho, liberdade, escolha, domicílio, nome, família, exercício, pátrio poder, dote, cessação, incapacidade, menor, ato, pai, mãe, deserção, erro, pessoa, normas, impenhorabilidade, imóvel residencial, casal, prazo, prescrição, igualdade, cônjuge. Igualdade, idade, homem, mulher, impedimento, anulação, casamento, menor, direitos, cônjuge, pedido, prestação de lamentos, validade, doação, filho, separação, bens, velhice, exclusão, comunhão de bens, fiança, administração, patrimônio, despesa, casal, proporcionalidade, rendimento, alteração, denominação, autoridade, reconhecimento, filho menor, direitos, nomeação, tutor, tutela.

Proposição: SF PLC 24/1993

Outros números: CD PL 02797/1989

Autor: Deputado – Geovani Borges PFL/AP

Data de apresentação: 13/06/1989

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 9.318/1996.

Ementa: Acrescenta dispositivo ao art. 61 do Código Penal.

Indexação: alteração, Código Penal, circunstância agravante, agravamento penal, penalidade, vítima, mulher, gravidez, gestante, polícia, serviço, atividade, segurança pública.

Proposição: SF PLC 173/1993

Outros números: CD PL 01864/1989 CN MSG 00122/1994

Autor: Deputada Rita Camata PMDB/ES

Data de apresentação: 29/03/1989

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 8.861/1994

Ementa: Dá nova redação aos arts. 387 e 392 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, altera os arts. 12 e 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e os arts. 39, 71, 73 e 106 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, todos pertinentes à licença-maternidade.

Indexação: alteração, legislação trabalhista, (CLT). Adaptação, legislação trabalhista, dispositivos, direitos sociais, Constituição Federal, concessão, licença, gestante, trabalhador, mulher, gravidez, afastamento, atestado médico, antecipação, parto.

Proposição: SF PLC 35/1993

Outros Números: CD PL 01531/1989

Autor: Deputado – Arnold Fioravante PDS/SP

Data de Apresentação: 22/02/1989

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Assegura o acesso ao exame pré-natal e vincula o auxílio-natalidade à sua realização, nas condições que especifica.

Indexação: normas, obrigatoriedade, exame médico, gestante, designação, (MS), posto de saúde, atendimento, mulher, pessoa carente, período, gravidez, medida preventiva, mãe, vírus, (AIDS), alcoólatra, dependência psíquica, tóxico, entorpecente, riscos, saúde, criança.

Proposição: CD PLC 101/1993

Outros números: SF PLC 00101/1993 CD PL 01258/1988

Autor: Deputado Octavio Elísio PSDB/MG

Data da apresentação: 29/11/1988

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 9.394/1996

Ementa: Fixa diretrizes e bases da educação nacional.

Indexação: fixação, diretrizes e bases, educação, observação, disposições transitórias, Constituição Federal. Assistência psicológica, corpo docente, corpo discente, definição, educação, direitos, população, dever legal, estado, manutenção, poder público, iniciativa privada, sistema nacional, articulação, administração federal, administração estadual, administração municipal, setor privado, ensino público, definição, preferência, união federal, desenvolvimento, ensino superior, municípios, ensino de primeiro grau, educação pré-escolar, competência, união federal, autorização, supervisão, funcionamento, universidade particular, delegação de competência, estados, competência, estado, (DF), autorização, supervisão, funcionamento, estabelecimento de ensino, administração municipal, escola particular, educação pré-escolar, ensino de primeiro grau, segundo grau, competência, (MEC), administração, instituição educacional, união federal, normas, (CFE), nomeação, membros, Presidente da República, indicação, ministro de estado, Câmara dos Deputados,

entidade, representação, magistério, secretaria de educação, estados, municípios, Conselho Estadual de Educação, aprovação, plano nacional, plano, sistema estadual, normas, ensino fundamental, educação pré-escolar, ensino de primeiro grau, ensino de segundo grau, idade, aluno, ano letivo, número, dia, hora-aula, verificação, rendimento escolar, ensino especial, pessoa deficiente, deficiente físico mental, ensino supletivo, educação de adultos, expedição, certificado, diploma, obrigatoriedade, empresa, adaptação, horário de trabalho, redução, jornada de trabalho, empregado, estudante, frequência escolar, normas, educação pré-escolar, competência, família, escola, ensino, filho, obrigatoriedade, empresa, empregado, mulher, mãe, criança, manutenção, creche, escola maternal, fixação, idade, aluno, obrigatoriedade, ensino de primeiro grau, língua portuguesa, garantia, comunidade indígena, utilização, linguagem, grupo indígena, aprendizagem, definição, currículo, comunicação e expressão, matemática, ciências, ciências sociais, currículo mínimo, âmbito nacional, duração, número, ano letivo, definição, currículo, ensino de segundo grau, abrangência, escola politécnica, aula teórica, aula prática, produção, oficina, duração, número, ano letivo, competência, poder público, providência, aplicação, princípio da universalidade, oferta, gratuidade, ensino, definição, objetivo, ensino superior, pesquisa, desenvolvimento, ciências, letras, artes, formação profissional, nível superior, difusão, altura, participação, população, preferência, universidade, curso de graduação, curso de pós-graduação, curso de especialização, curso de extensão, competência, fixação, currículo mínimo, duração, cursos, profissão, regulamentação, lei federal. Garantia, universidade, autonomia didática, autonomia administrativa, autonomia financeira, organização, estatuto, regimento, normas, funcionamento, estabelecimento isolado, ensino superior.

Proposição: SF PLC 211/1993

Outros números: CD PL 01231/1988

Autor: Deputado Carlos Cardinal PDT/RS

Data de Apresentação: 24/11/1988

Situação: Rejeitada.

Ementa: Dá nova redação ao parágrafo primeiro do art. 389 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Indexação: alteração, legislação trabalhista, (CLT), transferência, direitos, mulher, pai, filho menor, assistência, creche, manutenção, empregador, empresa, hipótese, cabimento, responsabilidade, homem, ocorrência, separação judicial, divórcio.

Proposição: PL 4016/1993

Autor: Ary Kara – PMDB /SP

Data de Apresentação: 13/07/1993

Situação: PLEN: Tramitando em conjunto.

Ementa: Introduce alterações no artigo 392 da Consolidação das Leis do Trabalho, para assegurar à empregada, nos casos de adoção de menor, direito à licença-maternidade, e determina outras providências.

Indexação: alteração, legislação trabalhista, (CLT), período, mulher, gestante, gravidez, parturiente, proibição, trabalho, anterioridade, posterioridade, parto, nascimento, filho, hipótese, parto prematuro, direitos, licença à gestante, tempo integral, concessão, licença à adotante, trabalhador, hipótese, adoção, menor, limite de idade, fixação, prazo, obrigatoriedade, empregado, apresentação, empregador, escritura pública, adoção judicial, averbação, registro civil, adotante, afastamento, licença, serviço, motivo, solicitação, documentação.

Proposição: PL 4429/1994

Autor: CPI da violência contra a mulher

Data de Apresentação: 21/02/1994

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre os crimes contra a liberdade sexual.

Explicação da Ementa: Incluindo dentre os crimes a mediação para servir a lascívia de outrem, incluindo o lenocínio, a manutenção de casa de prostituição e o rufianismo.

Indexação: alteração, Código Penal, normas, definição, crime contra a pessoa, crime contra a liberdade, constrangimento ilegal, pessoas, relação, exploração sexual, estupro, grave ameaça, ato libidinoso, sedução, corrupção de menores, facilitação, forma, qualificação, hipótese, violência, lesão corporal grave, morte, vítima, presunção, violência arbitrária, menor, idade, excepcional, deficiente mental, conhecimento, deficiência, ação penal pública incondicionada, garantia, processo, sigilo, segredo de justiça, agravação penal, aumento, pena, ocorrência, participação, quantidade, pessoas, quadrilha, cônjuge, companheiro, parente, tutor, curador, empregador, autoridade, lenocínio, tráfico, mulher, agente, ascendente, descendente, pai, marido, irmão, guarda, proteção, objetivo, lucro, aplicação, multa, indução, manutenção, local, prostituição, impedimento, abandono, ultraje público ao pudor, atentado ao pudor, ato obsceno, logradouro público, fixação, penalidade, pena de reclusão, pena de detenção, extinção, crime, adultério.

Proposição: INC 522/1994

Autor: Laerte Bastos – PSDB /RJ

Data de Apresentação: 15/06/1994

Situação: Mesa: Aguardando Despacho.

Ementa: Sugere ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro o exame da oportunidade e conveniência de instruir os Juizados de Menores a não autorizar a liberação de criança interna cuja mãe ou responsável não comprove capacidade de mantê-la.

Indexação: sugestão, Judiciário, estado, (RJ), critérios, juiz de menores, proibição, liberação, criança, hipótese, mãe, responsável, incapacidade, provimento.

Proposição: REC 154/1994

Autor: Sandra Starling – PT /MG

Data de Apresentação: 01/02/1994

Situação: Plen.: Pronta para pauta.

Ementa: Requer seja ouvida a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação sobre decisão em questão de ordem acerca de fatos concernentes à apreciação e publicação do Relatório da Comissão

Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar Denúncias de Violência contra a Mulher. (Contra decisão da presidência em questão de ordem.)

Proposição: PLC 113/1994

Outros Números: SF PLC 00113/ 1994 CD MSC 00571/ 1993 CD PL. 04146/1993

Autor: Externo – Executivo Federal

Data de Apresentação: 08/09/1993

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 8.930/1994.

Ementa: Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.

Indexação: alteração, lei federal, crime hediondo, inclusão, crime hediondo, homicídio, realização, agente, grupo de extermínio, vítima, criança, menor, adolescente, objetivo, redução, violência, zona urbana.

Proposição: SF PDS 44/1994

Outros Números: CD MSC 00345/1993 CD PDC 00407/1994

Autor: CCD – Comissão de Relações Exteriores.

Data de Apresentação: 22/06/1993

Situação: Norma jurídica gerada: DLG nº 26/1994.

Ementa: Aprova o texto da convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, assinado pela República Federativa do Brasil, em Nova Iorque, em 31 de março de 1981, bem como revoga o Decreto Legislativo nº 93, de 1993.

Indexação: aprovação, texto, ato internacional, convenção internacional, levantamento, reserva, governo brasileiro, dispositivos, convenção, eliminação, discriminação, mulher.

Proposição: PLC 84/1994

Outros Números: SF PLC 00084/1994 CD PL. 01888/1991 CN MSG 00287/1996

Autor: Deputado – Beth Azize

Data de Apresentação: 19/09/1991

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 9.278/1996.

Ementa: Regulamenta o parágrafo terceiro do artigo 226 da Constituição Federal.

Indexação: regulamentação, dispositivos, família, Constituição, reconhecimento, união estável, homem, mulher, casamento, retroatividade, prazo determinado, existência, filho, registro, pai, mãe, definição, direitos, deveres, possibilidade, contrato, regime de casamento, comunhão de bens, separação de bens, administração, natureza patrimonial, registro público, bens móveis, bens imóveis, condomínio, hipótese, cessação, presunção, dissolução, casamento, morte, separação judicial, desquite amigável, pensão alimentícia, concubina, concubinato.

Proposição: PLC 114/1994

Outros números: SF PLC 00114/1994 CD PL. 00209/1991 CN MSG 00085/1996

Autor: Deputado Eduardo Jorge

Data de apresentação: 06/03/1991

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 9.263/1996.

Ementa: Regulamenta o parágrafo sétimo do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidade e dá outras providências.

Indexação: definição, normas, critérios, regularização, fertilidade, limitação, aumento, número, quantidade, filho, controle da natalidade, planejamento familiar, casal, método científico, esterilização, anticoncepcional, homem, mulher, programa, saúde, exigência, proibição, instituição de pesquisa, organismo internacional, financiamento, capital estrangeiro, desenvolvimento, pesquisa, experimentação, fertilidade, ressalva, autorização, conselho, saúde, (SUS), regulamentação, dispositivos, família, Constituição Federal, definição, crime, exigência, atestado, utilização, competência, fiscalização, instituição beneficente, hospital, cumprimento, normas, Secretaria de Saúde, estados, credenciamento, serviço, esterilização.

Proposição: SF PLC 83/1994

Outros números: CD PL 00229/1991

Autor: Deputada Benedita da Silva PT/RJ

Data de apresentação: 06/03/1991

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 9.029/1995.

Ementa: Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos adicionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.

Indexação: proibição, empregador, exigência, atestado, exame, candidato, emprego, mulher, comprovação, esterilização, gravidez, objetivo, redução, discriminação, sexo.

Proposição: PL 362/1995

Autor: Padre Roque – PT /PR

Data de Apresentação: 20/04/1995

Situação: Mesa: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre o estímulo à guarda e adoção de criança ou adolescente órfão ou abandonado.

Indexação: critérios, poder público, concessão, incentivo, guarda, adoção, menor, criança, adolescente, órfão, assistência social, assistência jurídica, incentivo fiscal, subsídios, regularização, ausência, ônus, gratuidade, documentado, formalização, possibilidade, aumento, alíquota, dedução, imposto de renda, contribuinte, alteração, legislação federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, autorização, saída, pais, criança, adoção, posterioridade, trânsito em julgado, sentença homologatória, adoção judicial, competência, conselho tutelar, opinião, concessão, guarda, alteração, legislação federal, fixação, competência, (CONANDA), concessão, incentivo, guarda, adolescente, utilização, recursos, fundo nacional.

Proposição: PL 588/1995

Autor: Rita Camata – PMDB /ES

Data de Apresentação: 08/06/1995

Situação: Mesa: Aguardando retorno.

Ementa: Altera dispositivos da Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, que “dispõe sobre a atividade de mãe social”, adequando-a

à Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Explicação da Ementa: Alterando as seguintes denominações: casas-lar por lares substitutos institucionais; (menor por criança e adolescente e menor abandonado por criança e adolescente em situação de risco).

Indexação: alteração, Lei Federal, normas, atividade, mãe social, adaptação, Estatuto da Criança e do Adolescente, autorização, entidade, instituição beneficente, registro, conselho, direitos, criança, adolescente, municípios, funcionamento, modelo, residência, substituto, direção, asilo, menor, limite de idade, admissão, menor, exclusão, programa, adoção, normas, definição, mãe social, mulher, função, responsável, residência, substituto, guarda, criança, adolescente, concessão, autoridade judiciária, responsabilidade solidária, entidade mantenedora, encargo, deveres, caracterização, família, colocação familiar, efeito, benefício previdenciário, dependente, mãe, responsabilidade, instituição assistencial, unidade, aprendizagem, ensino profissional, encaminhamento, mercado de trabalho, empregado, estagiário, aprendiz, contrato coletivo de trabalho, empresa.

Proposição: PL 592/1995

Autor: Rita Camata – PMDB /ES

Data de Apresentação: 08/06/1995

Situação: Mesa: Arquivada.

Ementa: Introduz alterações no artigo 396 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Explicação da Ementa: Incluindo no direito da mãe gozar de dois descansos especiais de meia hora cada um, a motivação para cuidar do próprio filho, (estendendo as mulheres que adotarem criança com menos de seis meses de idade).

Indexação: alteração, legislação trabalhista, (CLT), inclusão, direitos, mãe, período, descanso, atendimento, assistência, filho, criança, extensão, mulher, adoção, adotante.

Proposição: PL 872/1995

Autor: Nelson Trad – PTB /MS

Data de Apresentação: 29/08/1995

Situação: Mesa: Arquivada.

Ementa: Altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências”, relativas à adoção internacional.

Explicação da Ementa: Exigindo dentre outros itens que o adotado seja submetido a exame médico posteriormente à adoção, e antes de sua saída do território nacional, avaliando-se sua capacidade física e psíquica.

Indexação: alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, competência, autoridade judiciária, determinação, apresentação, texto, legislação, país estrangeiro, acompanhamento, prova, análise, comissão estadual, adoção, âmbito internacional, estrangeiro, exigência, realização, exame médico, adotado, criança, adolescente, menor, avaliação, capacidade, anterioridade, saída, território nacional, obrigatoriedade, adotante, remessa, autoridade, Brasil, resultado, exame, limite de idade.

Proposição: PL 338/1995

Autor: Fátima Pelaes – PSDB /AP

Data de Apresentação: 18/04/1995

Situação: Mesa: Arquivada.

Ementa: Acrescenta parágrafo ao artigo 48 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”.

Explicação da Ementa: Estendendo a esposa ou companheira que trabalha na atividade rural, em regime de economia familiar, o direito de utilizar o documento apresentado pelo esposo ou companheiro, com o objetivo de conseguir aposentadoria por idade.

Indexação: alteração, Lei Federal, plano de benefícios, Previdência Social, extensão, mulher, companheira, validação, documento, documentação, apresentação, marido, companheiro, comprovação, atividade rural, trabalhador rural, regime, economia familiar, objetivo, aposentadoria por velhice.

Proposição: PL 336/1995

Autor: Fátima Pelaes – PSDB /AP

Data de Apresentação: 18/04/1995

Situação: Mesa: Arquivada.

Ementa: Assegura à mulher, na condição de cabeça de casal ou chefe de família, o direito de aquisição de terras públicas.

Indexação: autorização, mulher, cabeça de casal, chefe, família, aquisição, terra pública, origem, desapropriação, ação discriminatória, participação, igualdade, composição, comissão agrária, processo, seleção, beneficiário, acompanhamento, avaliação, plano regional, reforma agrária.

Proposição: PL 307/1995

Autor: Genésio Bernardino – PMDB /MG

Data de Apresentação: 11/04/1995

Situação: Mesa: Arquivada.

Ementa: assegura às pessoas de baixa renda gratuidade no exame do código genético (DNA) nas hipóteses que indica.

Explicação da ementa: Objetivando a investigação de paternidade ou reconhecimento de filhos havidos ou não da relação de casamento.

Indexação: garantia, gratuidade, exame de DNA, investigação de paternidade, pessoa carente, limitação, valor, renda, realização, órgão público, (MS), convênio, (SUS), reconhecimento, filho.

Proposição: PL 352/1995

Autor: Laura Carneiro – PFL /RJ

Data de Apresentação: 19/04/1995

Situação: Mesa: Aguardando retorno.

Ementa: Permite o registro de união, como casamento, após cinco anos de vida em comum, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Exigindo que, para fazer o requerimento, a pessoa deve ser solteira, divorciada ou viúva.

Indexação: autorização, homem, mulher, solteiro, divorciado, viúva, viúvo, prazo determinado, companheira, companheiro, requerimento, juiz, registro, união estável, conversão, equivalência,

casamento, legitimação, filho, filha, utilização, casamento religioso, comprovação, tempo, critérios, regime de casamento, comunhão de bens, aquisição, prazo, coabitação, competência, juiz de Direito, notificação, partes processuais, posteridade, recebimento, ocorrência, silêncio, consentimento, impugnação, critérios, Código de Processo Civil.

Proposição: PL 1151/1995

Autor: Marta Suplicy – PT /SP

Data de Apresentação: 26/10/1995

Situação: PLEN: Pronta para pauta.

Ementa: Disciplina a união civil entre pessoas do mesmo sexo e dá outras providências.

Indexação: reconhecimento, união, caráter permanente, homossexual, equivalência, direitos, deveres, casamento civil, exigência, comprovação, compatibilidade, estado civil, solteiro, viúvo, divorciado, capacidade civil, registro civil, autorização, retroatividade, aplicação, normas, formação, patrimônio, extinção, contrato, restrição, morte, decisão judicial, solicitação, contratante, prazo mínimo, partilha de bens, direito de propriedade, alteração, Lei Federal, normas, cartório, registro público, obrigatoriedade, inclusão, cartório de registro civil, livro de registro, auxiliar, registro civil, casamento religioso, união, homossexual, averbação, sentença, declaração, dissolução, contrato, divórcio, separação judicial, registro de imóveis, impenhorabilidade, bens, plano de benefícios, Previdência Social, inclusão, beneficiário, seguridade social, parceiro, união, homossexual, cancelamento, inscrição, hipótese, separação judicial, anulação, casamento, atestado de óbito, sentença judicial, Regime Jurídico Único, concessão, benefício, pensão vitalícia, hipótese, morte, companheiro, garantia, direito hereditário, herança, prioridade, companheiro, exercício, curatela, hipótese, incapacidade civil, alteração, estatuto do estrangeiro, dispensa, exigência, residência, país, Brasil, objetivo, naturalização, hipótese, existência, companheiro, brasileiros, união, homossexual.

Proposição: PL 1147/1995

Autor: Zaire Rezende – PMDB /MG

Data de Apresentação: 25/10/1995

Situação: Mesa: Arquivada.

Ementa: Altera dispositivos da Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994, e da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 – Código Civil, para garantir à (o) companheira (o) o direito à meação dos bens reunidos na constância da união e dá outras providências.

Indexação: alteração, Código Civil, equiparação, cônjuge, companheiro, companheira, exigência, comprovação, coabitação, prazo mínimo, objetivo, garantia, legitimidade, sucessão, herança, sobrevivente, direitos, meação, bens, aquisição, período, união.

Proposição: PL 335/1995

Autor: Fátima Pelaes – PSDB /AP

Data de Apresentação: 18/04/1995

Situação: Mesa: Aguardando retorno.

Ementa: Dá nova redação ao art. 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), que trata das penitenciárias de mulheres.

Explicação da Ementa: Determinando que as penitenciárias de mulheres sejam dotadas de seção para gestantes e parturientes e de creches para os menores cuja responsável esteja presa.

Indexação: alteração, Lei de Execução Penal, obrigatoriedade, penitenciária, mulher, manutenção, seção, gestante, parturiente, creche, assistência, menor, criança, filho, preso.

Proposição: PL 337/1995

Autor: Fátima Pelaes – PSDB /AP

Data de Apresentação: 18/04/1995

Situação: Mesa: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as empresas que oferecem gratuitamente creches e pré-escolas aos filhos de seus empregados, e dá outras providências.

Indexação: autorização, pessoa jurídica, dedução, Imposto de Renda, concessão, incentivo fiscal, valor, resultado, aplicação, alíquota, total,

despesa, creche, escola maternal, filho, dependente, empregado, limitação, percentagem, imposto devido, possibilidade, transferência, exercício financeiro seguinte, excedente, contagem, lucro real, previsão, penalidade, devolução, dinheiro, caracterização, crime, exigência, contabilização, benefício, reserva de capital, utilização, absorção, prejuízo, aumento, capital social.

Proposição: PL 405/1995

Autor: Fernando Zuppo – PDT /SP

Data de Apresentação: 03/05/1995

Situação: Mesa: Aguardando Retorno.

Ementa: Institui direito de procedências de atendimento em repartições públicas e estabelecimentos privados à clientela que especifica.

Explicação da Ementa: Garantindo prioridade no atendimento a idosos com mais de 65 anos, deficientes físicos, (mulheres grávidas ou acompanhadas de crianças até três anos).

Indexação: obrigatoriedade, órgão público, órgãos, setor privado, concessão, precedência, prioridade, atendimento, velho, limitação, idade, pessoa deficiente, deficiente físico, gestante, mulher, acompanhamento, criança, limite de idade.

Proposição: PL 1069/1995

Autor: Fernando Gabeira – PV /RJ

Data de Apresentação: 10/10/1995

Situação: PLEN: Pronta para pauta.

Ementa: Revoga os artigos 217 e 218 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Explicação da Ementa: Revogando dispositivos que tipificam os crimes de sedução e de corrupção de menores.

Indexação: revogação, dispositivos, Código Penal, crime contra a liberdade sexual, sedução, mulher, menor, criança, adolescente, corrupção de menores.

Proposição: PL 1195/1995

Autor: Marilu Guimarães – PFL /MS

Data de Apresentação: 11/08/1995

Situação: PLEN: Tramitando em conjunto.

Ementa: Dá nova redação aos artigos 218, 219 e 229 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal Brasileiro.

Explicação da Ementa: Tipificando criminalmente a permissão da continuidade da corrupção de menores e a admissão de menor de dezoito anos em casas de prostituição.

Indexação: alteração, dispositivos, Código Penal, acúmulo, penalidade, definição, crime, corrupção de menores, incentivo, indução, autorização, facilitação, continuação, observação, ato obsceno, ato libidinoso, rapto, seqüestro, mulher, menor, utilização, ameaça grave, fraude, manutenção, local, prostituição, presença, criança, adolescente.

Proposição: PL 1223/1995

Autor: João Coser – PT /ES

Data de Apresentação: 09/11/1995

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Acrescenta parágrafo ao artigo 3º (terceiro) da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para o fim de estender ao empregado doméstico o direito a férias proporcionais, na cessação do contrato de trabalho.

Indexação: alteração, Lei Federal, normas, trabalho, empregado doméstico, concessão, trabalhador, empregado doméstico, devolução, contrato de trabalho, ausência, demissão, justa causa, direitos, benefício, recebimento, proporcionalidade, remuneração, férias proporcionais.

Proposição: PL 946/1995 – (Proposição Inativa)

Data de Apresentação: 12/09/1995

Ementa: Projeto de lei que dispõe sobre modificações no salário-família.

Proposição: PL 1101/1995 – (Proposição Inativa)

Data de Apresentação: 18/10/1995

Ementa: Projeto de Lei que dispõe sobre modificações no salário-família.

Proposição: PL 644/1995 (Proposição Inativa)

Data de Apresentação: 20/06/1995

Ementa: Projeto de Lei que dispõe sobre o valor do salário-família a que se refere o art. 66 da Lei nº 8.213, de 21 de julho de 1991.

Proposição: PL 810/1995

Autor: Rita Camata – PMDB /ES

Data de Apresentação: 16/08/1995

Situação: CCJC: Aguardando parecer.

Ementa: Proíbe servir bebidas alcoólicas às pessoas que menciona e determina sua comercialização com um alerta às mulheres grávidas.

Indexação: proibição, facilitação, acesso, bebida alcoólica, menor, limite de idade, pessoa, embriaguez, doença mental, obrigatoriedade, fabricante, colocação, embalagem, advertência, mulher gestante, gravidez, perigo, utilização, álcool, hipótese, descumprimento, previsão, pena de prisão, prazo determinado.

Proposição: PL 885/1995

Autor: Maria Elvira – PMDB /MG

Data de Apresentação: 29/08/1995

Situação: Mesa: Aguardando retorno.

Ementa: Institui o Programa Nacional de Mutirões Habitacionais com Mulheres.

Indexação: criação, programa nacional, mutirão, mulher, construção, conclusão, melhoria, unidade habitacional, habitação popular, família carente, renda mensal, salário mínimo, prioridade, população carente, área, desmoração, inundação, erosão, poluição, riscos, saúde, risco de vida, mortalidade infantil, doença endêmica, exigência, participação, estados, municípios, garantia.

Proposição: PL 70/1995

Autor: José Coimbra – PTB /SP

Data de Apresentação: 22/02/1995

Situação: PLEN: Pronta para pauta.

Ementa: Dispõe sobre intervenções cirúrgicas que visem à alteração de sexo e dá outras providências.

Explicação da Ementa: admitindo a mudança do prenome mediante autorização judicial, nos casos em que o requerente tenha se submetido à intervenção cirúrgica destinada a alterar o sexo originário, ou seja, operação transexual.

Indexação: alteração, Código Penal, descaracterização, crime, cirurgia, alteração, sexo, exigência, paciente, maioridade, capacidade civil, consentimento, efetuação, exame médico, parecer, unanimidade, junta medica. alteração, Lei Federal, registro público, autorização, alteração, prenome, motivo, necessidade, ordem judicial, exigência, averbação, documento, identidade, registro de nascimento.

Proposição: PL 1026/1995

Autor: José Fortunati – PT /RS

Data de Apresentação: 15/05/1995

Situação: CCJC: Tramitando em conjunto.

Ementa: define como crime a prática de atos resultantes de preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer formas de discriminação, e dá outras providências.

Indexação: definição, crime, discriminação racial, sexo, idade, origem, cor, estabelecimento comercial, estabelecimento de ensino, recusa, atendimento, serviço, hospedagem, recebimento, cliente, adquirente, aluno, agente, diretor, gerente, responsável, estabelecimento, fixação, penalidade, pena de detenção, pena de reclusão, multa, hipótese, impedimento, acesso, cargo público, emprego, órgão público, condenação, perda, cargo, negativa, trabalho, empresa privada, constrangimento, pessoas, palavra, reincidência, suspensão, funcionamento.

Proposição: PL 1224/1995

Autor: João Coser – PT /ES

Data de Apresentação: 09/11/1995

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Inclui entre as contravenções penais a discriminação consistente na exigência de “boa aparência”, para fim de recrutamento e seleção de pessoal.

Indexação: inclusão, crime, contravenção penal, requisitos, sexo, idade, cor, estado civil, anúncio, recrutamento, admissão, contratação, pessoas, seleção, pessoal, contratante, órgão público, empresa privada, empresa pública, instituição beneficente, fundação, pessoa física, penalidade, prisão, período, dia, mês, pagamento, multa.

Proposição: PEC 215/1995

Ementa: Dá nova redação ao inciso VI do artigo 93 da Constituição Federal.

Explicação da Ementa: Estabelecendo que a aposentadoria será facultativa às mulheres, membros da magistratura, aos vinte e cinco anos de serviço, após cinco anos de exercício efetivo na judicatura, alterando a nova Constituição Federal.

Indexação: alteração, dispositivos, organização dos poderes, Judiciário, Constituição Federal, determinação, tempo de serviço, facultatividade, aposentadoria, mulher, funcionário público, juiz de Direito, membros, magistratura, magistrado.

Proposição: PLP 31/1995

Autor: Jose Fortunati – PT /RS

Data de Apresentação: 25/05/1995

Situação: MESA: Aguardando originais para envio ao Arquivo.

Ementa: Define como crime a prática de atos resultantes de preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou qualquer forma de discriminação, e dá outras providências.

Indexação: definição, crime, discriminação racial, sexo, idade, origem, cor, estabelecimento comercial, estabelecimento de ensino, recusa, atendimento, serviço, hospedagem, recebimento, cliente, adquirente, aluno, agente, diretor, gerente, responsável, estabelecimento, fixação, penalidade, pena de detenção, pena de reclusão, multa, hipótese, impedimento, acesso, cargo público, emprego, órgão público, condenação, perda, cargo, negativa, trabalho, em-

presa privada, constrangimento, pessoas, palavra, reincidência, suspensão, funcionamento.

Proposição: SF PLS 322/1995

Outros Números: CD PL 03099/1997

Autor: Senadora – Junia Marise PDT/MG

Data de Apresentação: 06/12/1995

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Acrescenta parágrafo ao art. 92 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral.

Indexação: alteração, Código Eleitoral, fixação, normas, eleição, sistema proporcional, garantia, percentagem, vaga, partido político, coligação, preenchimento, candidatura, mulher.

Proposição: SF PLC 130/1995

Outros Números: CD MSC 01196/1995 CD PL 01230/1995

Autor: Externo – Executivo Federal

Data de Apresentação: 09/11/1995

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 9.237/1995

Ementa: Fixa o efetivo da Polícia Militar do Distrito Federal e dá outras providências.

Indexação: alteração, fixação, efetivos militares, polícia militar, (DF), distribuição, quadro de oficiais, posto militar, coronel, tenente-coronel, major, capitão, primeiro-tenente, segundo-tenente, militar feminino, médico, dentista, veterinário, capelão, administração, especialista, músico, (QPPMC), (QPPME), subtenente, primeiro-sargento, segundo-sargento, terceiro-sargento, cabo, soldado, preenchimento, vaga, promoção, admissão, concurso público, necessidade, serviço, critérios, disponibilidade orçamentária, ocupação, percentagem, ano.

Proposição: CN MSG 420/1995

Outros Números: CN PLN 00041/1995

Autor: Externo – Executivo Federal

Data de Apresentação: 15/09/1995

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 9.133/1995

Ementa: Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de R\$158.108,00 (cento e cinquenta e oito mil e cento e oito reais), para os fins que especifica.

Indexação: autorização, Congresso Nacional, Executivo, abertura, crédito suplementar, orçamento fiscal, União Federal, destinação, (MJ), fundo especial, direitos, mulher.

Proposição: SF PEC 48/1995

Autor: Senador – José Ignacio PSDB/ES

Data de Apresentação: 17/08/1995

Situação: Retirado pelo autor.

Ementa: Altera dispositivos da Constituição Federal.

Indexação: alteração, Constituição Federal, fixação, normas, direitos, trabalhador, zona urbana, zona rural, remuneração, proteção, valor, salário, desvalorização, moeda, irredutibilidade, salário, trabalho noturno, trabalho diurno, (FGTS), duração, horário de trabalho, repouso semanal, repouso remunerado, férias anuais, férias remunerada, participação nos lucros, empresa, resultado, participação, gestão, proibição, discriminação, sexo, cor, estado civil, trabalho, menor, trabalho, insalubridade, perigo, penosidade, licença-gestante, licença-paternidade, segurança, medicina do trabalho, adicional, remuneração, integração, desenvolvimento, integração social, garantia, benefícios, Previdência Social, garantia, liberdade sindical, direitos, interesse, trabalhador, direitos, representação, defesa, promoção, vida, empresa, contratação, sindicato, reconhecimento, eficácia, contrato coletivo de trabalho. proibição, recebimento, vantagens, fazenda nacional, juiz classista, (TRT), (JCJ), exercício, função.

Proposição: SF PLS 235/1995

Autor: Senadora – Benedita da Silva PT/RJ

Data de Apresentação: 16/08/1995

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Dispõe sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências.

Indexação: fixação, normas, imputação, pena, assédio sexual, homem, mulher, assédio verbal, assédio físico, detenção, reclusão, multa, fixação, requisitos, circunstâncias, agravação penal, assédio sexual, hipótese, relação de emprego, exercício profissional, constrangimento ilegal, família, cônjuge, companheiro, prática, ato libidinoso, coação física, coação, ameaça grave, intimidação, suspensão, cassação, registro profissional, perda, pátrio poder, crime, lei, ação penal pública, competência, autoridade, conhecimento, autorização, entrada, local.

Proposição: SF PLS 174/1995

Autor: Senador – João França PP/RR

Data de Apresentação: 25/05/1995

Situação: Prejudicada

Ementa: Altera disposições do Código Civil relativamente à maioridade e dá outras providências.

Indexação: alteração, Código Civil, fixação, limite de idade, relatividade, incapacidade, ato, idade, término, menoridade, habilitação, pessoa física, ato, vida, normas, concessão, pai morto, mãe, sentença judicial, juiz, tutor, limite de idade, menor, nulidade, execução, ato, menor, hipótese, obrigação, proibição, ocultação, idade, declaração, maioridade, critérios, equiparação, maioridade, obrigações, casamento, mulher, autorização, emancipação, mandatário, hipótese, inimputabilidade, exceção, aplicação, normas, obrigações, normas, direitos, procurador, juízo, emancipação.

Proposição: SF PLS 147/1995

Autor: Senador – Teotonio Vilela Filho PSDB/AL

Data de Apresentação: 05/05/1995

Situação: Prejudicada.

Ementa: Estabelece medidas para a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, e dá outras providências.

Indexação: Projeto de Lei, Senado, regulamentação, Constituição Federal, fixação, normas, proteção, mercado de trabalho, mulher, proibição, empresa, discriminação, sexo, estado civil, contratação, remuneração, promoção, empregado, exigência, exame, gravidez,

esterilização, obrigatoriedade, empresa, garantia, mulher, ascensão funcional, critérios, qualificação, aptidão, experiência, antiguidade, igualdade, homem, empresa, fixação, número, empregado, concessão, bolsa de estudo, reembolso, percentagem, despesa, curso, requisitos, amparo, direitos, filho, filha, amamentação, mulher, empregada, empresa.

Proposição: SF PLS 119/1995

Autor: Senador – Ronaldo Cunha Lima PMDB/PB

Data de Apresentação: 11/04/1995

Situação: Prejudicada.

Ementa: Altera o artigo 1.744 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 – Código Civil, para excluir a desonestidade da filha que vive na casa paterna, dentre as causas que autorizam a deserdação dos descendentes por seus ascendentes.

Indexação: alteração, Código Civil, hipótese, autorização, deserdação, descendente, ascendente, exclusão, desonestidade, filha, habitante, residência, país.

Proposição: SF PLC 109/1995

Outros Números: CD PL 00180/1995 CN MSG 00486/1995

Autor: Deputado – Paulo Bernardo

Data de Apresentação: 15/03/1995

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 9.100/1995

Ementa: Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996 e dá outras providências.

Indexação: fixação, data, realização, eleições, prefeito, vereador, municípios, número, eleitor, maioria absoluta, vencedor, registro, voto em branco, voto nulo, hipótese, inexistência, repetição, posterioridade, ocorrência, morte, desistência, impedimento legal, ocupação, vice-prefeito, necessidade, partido político, coligação, escolha, complementação, chapa, marcação, dia, posse, critérios, registro, candidato, eleição, prefeito, vereador, proporcionalidade, cálculo, quociente eleitoral, contagem, voto, validade, prazo determinado, registro definitivo, registro provisório, (TST), exigência, número, representante, Câmara dos Deputados, divulgação, relação, partido político, possibilidade, coligação partidária, sistema majori-

tário, obrigatoriedade, sigla, prazo, filiação, deferimento, domicílio eleitoral, limitação, total, vaga, Câmara Municipal, documentação, justiça eleitoral, quitação, declaração de bens, direitos políticos, diligência, juiz, decisão, hipótese, homonímia, confecção, cédula eleitoral, modelo, aprovação, Justiça, impressão, exclusividade, distribuição, mesa eleitoral, facilitação, eleitor, identificação, nome, proibição, participação, parente, mesa apuradora, funcionário público, similaridade, órgão público, previsão, posterioridade, dia, dispensa, trabalho, ausência, prejuízo, remuneração, normas, escolha, fiscal, delegado, posição, Junta Eleitoral, fiscalização, realização, contagem, voto, candidato, recebimento, recursos financeiros, abertura, conta corrente, realização, campanha eleitoral, prazo, formação, comitê, presidente, tesoureiro, partido político, registro, justiça eleitoral, recursos, doação, comprovação, recibo, depósito, número, (CPF), fornecimento, bancos, relação, doador, exame final, juiz eleitoral, balanço, proibição, recebimento, dinheiro, entidade, país estrangeiro, governo estrangeiro, órgão público, administração direta, exceção, fundo partidário, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, concessionária, serviço público, sociedade civil, utilidade pública, (CNSS), pessoa jurídica, prestação de contas, possibilidade, requisição, servidor, (TCU), tribunal de contas, fiscalização, obrigatoriedade, empresa, pesquisa, matéria eleitoral, opinião pública, fornecimento, cópia, questionamento, justiça eleitoral, anterioridade, divulgação, nome, contratante, valor, origem, recursos, metodologia, período, realização, sexo, idade, escolaridade, situação, recursos financeiros, (TRT), fixação, informação, conhecimento, população, critérios, propaganda eleitoral, desnecessidade, autorização, utilização, faixa, placa, cartaz, prazo determinado, retirada, anterioridade, eleição, prazo, jornal, direito de resposta, restrição, horário gratuito, propaganda, rádio, televisão, previsão, penalidade, hipótese, desobediência, legislação, caracterização, crime eleitoral. Aprovação, emenda, senado, redução, prazo, propaganda eleitoral, gratuita, rádio, televisão.

Proposição: SF PLC 48/1995

Outros Números: CD MSC 00285/1995 CD PL 00199/1995

Autor: Externo – Executivo Federal

Data de Apresentação: 14/03/1995

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 9.032/1995

Ementa: Dispõe sobre o valor do salário mínimo, altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.

Indexação: fixação, valor, reajustamento, salário mínimo, mês, maio, inclusão, benefício previdenciário, Previdência Social, proibição, extensão, aumento, salário, rendimento, recebimento, país, alteração, Lei Orgânica da Seguridade Social, exclusão, garimpeiro, segurado, categoria especial, obrigatoriedade, aposentado, retorno, atividade, pagamento, contribuição social, unificação, alíquota, contribuição, segurado facultativo, trabalhador autônomo, empresário, prazo, apuração, créditos, comprovação, atividade profissional, aumento, contribuição previdenciária, empregado doméstico, trabalhador avulso, inclusão, trabalhador, microempresa, incidência, *pro labore*, responsabilidade solidária, recolhimento, contratante, pessoas, prestação de serviço, mão-de-obra, criação, certidão negativa, débito previdenciário, prazo determinado, validade, possibilidade, revisão, concessão, aposentadoria por invalidez, decisão judicial, benefício, ocorrência, fraude, erro, suspensão, pagamento indevido, cabimento, liminar, ação rescisória, critério, restituição, compensação, limitação, percentagem, atualização monetária, proibição, antecipação, alteração, plano de benefícios, Previdência Social, critérios, dependente, filho, irmão, menoridade, ausência, emancipação, exigência, prazo, carência, concessão, auxílio acidente, auxílio-reclusão, dispensa, salário-família, salário-maternidade, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, renda mensal, equiparação, valor, benefício previdenciário, acidente do trabalho, percentagem, salário-benefício, salário-de-contribuição, manutenção, diferença, limite de idade, aposentadoria por idade, trabalhador rural, exceção, empresário, atividade rural, aposentadoria por tempo de serviço, contagem, tempo, contribuição previdenciária, inclusão, exercício,

mandato eletivo, aposentadoria especial, atividade especial, comprovação, nocividade, riscos, saúde, prazo determinado, contribuições, extinção, jornalista, aeronauta, rateio, pensão previdenciária, quantidade, pensionista, cessação, pensões, motivo, emancipação, casamento, restrição, acumulação, cumulatividade, aposentadoria, seguro, desemprego, benefício de prestação continuada, Previdência Social, exigência, exame médico, pessoa inválida, isenção, custas, demanda, causa judicial, limitação, inclusão, legislação, ex-combatente, atleta profissional, alteração, Lei Federal, licitação, hipótese, inadimplência, contratado, encargo trabalhista, natureza fiscal, natureza, responsabilidade, pagamento, responsabilidade solidária, encargos previdenciários da União, execução, contrato, fixação, prazo, (INSS), programa, revisão, concessão, manutenção, benefício previdenciário, autorização, contratação, pessoas, prestação de serviço, prazo determinado, extinção, auxílio-natalidade. Extinção, aposentadoria integral, jornalista, critérios, Lei Federal, revogação, dispositivos, Lei Orgânica da Seguridade Social, plano de benefícios, Previdência Social, aposentadoria especial.

Proposição: SF PLS 4/1995

Autor: Senador – Joaquim Beato PSDB/ES

Data de Apresentação: 25/01/1995

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Dispõe sobre a regulamentação do disposto no inciso XLII do art. 5º (quinto) da Constituição Federal, que trata da prática do crime de racismo. E altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor, com a redação dada pela Lei nº 8.081, de 21 de setembro de 1990.

Indexação: Projeto de Lei, Senado, regulamentação, Constituição Federal, fixação, normas, regulamentação, prática, crime, discriminação, raça, cor, critérios, cominação, pena, crime, hipótese, pagamento, recompensa, imprescritibilidade, ação penal, racismo, tortura, tráfico, entorpecente, droga, terrorismo, crime hediondo, extorsão,

seqüestro, grupo, civil, militar, oposição, ordem constitucional, estado democrático, normas, crime, discriminação, origem, raça, cor, sexo, idade, estado civil, cominação, pena, reclusão, religião, etnia, estados, região, crime inafiançável, imprescritibilidade, impedimento, acesso, hospital, maternidade, pronto-socorro, agravação penal, hipótese, lesão corporal, morte, condenação, autor, violação.

Proposição: SF PDS 109/1995

Outros Números: CD MSC 00095/1995 CD PDC 00095/1995

Autor: CCD – Comissão de Relações Exteriores

Data de Apresentação: 19/01/1995

Situação: Norma jurídica gerada: DLG nº 107/1995

Ementa: Aprova o texto da convenção internacional para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, assinada em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994.

Indexação: aprovação, Congresso Nacional, texto, Ato Internacional, convenção, prevenção, punição, erradicação, violência, mulher.

Proposição: SF PLC 38/1995

Outros Números: CD PL. 04409/1994

Autor: Deputado Valdenor Guedes PP/AP

Data de Apresentação: 03/04/1994

Situação: Rejeitada

Ementa: Altera a redação do inciso I do art. 100 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.

Indexação: alteração, Código de Processo Civil, revogação, dispositivos, preferência, domicílio, cônjuge, mulher, localização, foro, motivo, separação judicial.

Proposição: SF PLC 87/1995

Outros Números: CD MSC 00085/1994 CD PL nº 4.419/1994

Autor: Externo – Executivo Federal

Data de Apresentação: 02/02/1994

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 9.114/1995

Ementa: Dispõe sobre a transferência de oficiais entre os diversos corpos e quadros de oficiais da Marinha e dá outras providências.

Indexação: autorização, Executivo, realização, transferência, oficiais, corpo de oficiais da ativa, quadro de oficiais da ativa, quadro complementar, Marinha, interesse, serviço, voluntário, atendimento, requisitos, fixação, ministro de estado, (MM), posição, escala, hierarquia, posto militar, manutenção, antigüidade, critérios, definição, lista de antigüidade, alteração, Lei Federal, ingresso, (CETN), autorização, membros, polícia militar, corpo de bombeiros, bombeiro militar, posto militar, primeiro-tenente, realização, exame, seleção, necessidade de serviço, critérios, administração, (MM), Marinha, oficiais, engenheiro, (QC-CETN), (GAFO), candidato, inclusão, sexo, militar feminino, exigência, requisitos, aptidão física, militar da reserva, civil, exame psicológico, exceção, oficial da ativa, aprovação, cursos, (EAOF), colocação, escala, hierarquia, concurso, admissão, critério seletivo.

Proposição: SF PLC 101/1995

Outros Números: CD PL 01920/1991

Autor: Deputado Eduardo Jorge PT/SP

Data de Apresentação: 13/11/1991

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Dispõe sobre a jornada de trabalho e outros aspectos referentes à organização do trabalho e das condições ambientais dos trabalhadores que realizam suas atividades continuamente em terminais de vídeo.

Indexação: fixação, jornada de trabalho, horário de trabalho, horário especial, atividade profissional, categoria profissional, programador, operador de computação, computador, equipamentos, terminal, telex, posterioridade, hora, trabalho contínuo, intervalo, exigência, empresa, realização, exame, oftalmologia, ortopedia, comprovação, gravidez, afastamento, mulher, gestante, prazo máximo, mês, manuseio, audiovisual.

Proposição: PL 1956/1996

Autor: Marta Suplicy – PT /SP

Data de Apresentação: 23/05/1996

Situação: CSSF: Tramitando em conjunto.

Ementa: Autoriza a interrupção da gravidez nos casos que menciona.

Explicação da Ementa: autorizando a interrupção de gravidez quando o produto da concepção não apresenta condições de sobrevivência em decorrência de malformação incompatível com a vida ou de doença degenerativa incurável, precedida de indicação médica (ou quando por meios científicos se constatar a impossibilidade de vida extra-uterina).

Indexação: autorização, gestante, interrupção, gravidez, aborto, hipótese, doença incurável, exigência, indicação, médico, consentimento, mãe, representante legal.

Proposição: PL 1858/1996

Autor: Leonel Pavan – PDT /SC

Data de Apresentação: 07/05/1996

Situação: Mesa: Arquivada.

Ementa: Altera os artigos 83, parágrafos 2º e 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que “institui a Lei de Execução Penal”.

Explicação da Ementa: estabelecendo que os presídios destinados à mulher serão dotados de berçário e creche onde as condenadas possam amamentar seus filhos.

Indexação: alteração, dispositivos, Lei de Execução Penal, normas, instalação, berçário, estabelecimento penal, penitenciária, destinação, mulher, objetivo, condenado, amamentação, filho, creche, inclusão, seção, gestante, parturiente, assistência, criança carente, responsável, mãe, preso.

Proposição: PL 2510/1996

Autor: Cunha Bueno – PPB /SP

Data de Apresentação: 30/10/1996

Situação: Mesa: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a aposentadoria especial aos trinta anos de serviço para o vendedor ambulante e aos vinte e cinco anos para a vendedora ambulante.

Indexação: concessão, aposentadoria especial, limite de idade, garantia, beneficiário, atividade profissional, comerciante ambulante, mulher, homem, inclusão, serviço, penosidade.

Proposição: PL 1609/1996

Outros Números: MSC nº 180/1996

Autor: Poder Executivo

Data de Apresentação: 11/03/1996

Situação: CCJC: Aguardando Parecer.

Ementa: Altera a Seção do I do Capítulo VI do título I da Parte Especial do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940).

Explicação da Ementa: Passando os artigos 213 a 216 a integrar a Seção I do Capítulo VI do Título I da Parte Especial do Código Penal que trata dos crimes contra a pessoa, que recebera a denominação: “Dos Crimes contra a Liberdade Pessoal e Sexual”.

Indexação: alteração, dispositivos, Código Penal, alteração, correção, classificação, crime contra os costumes, crime contra a liberdade sexual, mulher, integração, crime contra a pessoa, crime contra a liberdade individual, pessoal, aplicação, penalidade, pena de reclusão, agravamento penal, crime, estupro, atentado ao pudor.

Proposição: PL 1807/1996

Autor: Sergio Carneiro – PDT /BA

Data de Apresentação: 23/04/1996

Situação: CCJC: Aguardando Designação de Relator.

Ementa: Dispõe sobre os crimes contra os costumes, alterando os artigos 225, 227, 228, 229, 230, 231 e 232 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal Brasileiro.

Explicação da Ementa: estabelecendo normas para a agravamento penal para os crimes contra a liberdade sexual cometido contra menores de 14 (catorze) anos.

Indexação: alteração, dispositivos, Código Penal, alteração, penalidade, crime contra os costumes, crime contra a liberdade sexual, vítima, criança, adolescente, menoridade, ação penal pública incondicionada, mediação, lascívia, terceiros, favorecimento, prostituição, manutenção, local, frequência, presença, prostituta, menor, estabelecimento, rufianismo, tráfico, mulher, estupro, posse, exploração sexual, sedução, rapto, atentado ao pudor, agravamento penal, pena de reclusão, multa.

Proposição: PL 2412/1996

Autor: Jaques Wagner – PT /BA

Data de Apresentação: 09/10/1996

Situação: MESA: Aguardando Retorno.

Ementa: Dispõe sobre a existência de etiqueta de orientação para a prevenção do câncer de mama na fabricação e comercialização de sutiãs.

Indexação: obrigatoriedade, existência, etiqueta, colocação, vestuário, fabricação nacional, inclusão, advertência, divulgação, orientação, prevenção, câncer, mama, mulher, objetivo, exame medico, tratamento medico, antecipação, identificação, existência, doença grave.

Proposição: PL 2434/1996

Autor: João Pizzolatti – PPB /SC

Data de Apresentação: 15/10/1996

Situação: Mesa: Arquivada.

Ementa: Altera a redação do artigo 230 do Código Civil, referente ao regime dos bens entre os cônjuges.

Explicação da Ementa: Autorizando a alteração do regime dos bens, uma única vez, na constância do casamento, mediante sentença judicial (com exceção do regime obrigatório da separação de bens).

Indexação: alteração, dispositivos, Código Civil, autorização, alteração, regime de casamento, bens, cônjuge, vigência, data, casamento, exigência, sentença judicial, ressalva, direito de terceiros, juiz, realização, audiência, opinião, casal, motivo, obrigatoriedade, averbação, registro, restrição, separação de bens, caráter obrigatório, retirada, irrevogabilidade.

Proposição: PL 1661/1996

Autor: Padre Roque – PT /PR

Data de Apresentação: 20/03/1996

Situação: Mesa: Arquivada.

Ementa: Altera a redação dos artigos 7º, 8º, 9º e 10 da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, que “dispõe sobre as pensões militares”.

Explicação da Ementa: extinguindo o direito a pensão militar concedido às filhas de militares, incluindo como beneficiários as companheiras, companheiros, cônjuge sobrevivente e filhos menores de outro casamento.

Indexação: alteração, Lei Federal, pensão militar, prioridade, concessão, pensão militar, cônjuge, companheiro, filho, menor, filho inválido, enteado, tutela, pais, irmão, exigência, comprovação, dependência econômica, rateio, partes beneficiárias, extinção, direitos, hipótese, morte, maioridade, cessação, invalidez, pensionista.

Proposição: PL 2686/1996

Outros Números: MSC 1447/1996

Autor: Poder Executivo.

Data de Apresentação: 26/12/1996

Situação: CSSF: Aguardando Parecer.

Ementa: Regulamenta o § 3º do art. 226 da Constituição, dispõe sobre o Estatuto da União Estável, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: estabelecendo que para caracterizar a união estável o prazo de convivência sob o mesmo teto será de cinco anos, em geral, e de dois quando houver filhos comuns.

Indexação: regulamentação, Constituição Federal, família, reconhecimento, união estável, homem, mulher, definição, estabilidade, prazo determinado, inexistência, impedimento, conversão, casamento, dispensa, edital, separação, direito, separação de fato, cônjuge, redução, prazo, existência, filho, declaração, direitos, deveres, companheiro, respeito, assistência, material, moral, regime de casamento, aquisição, bens móveis, bens imóveis, comunhão parcial de bens, normas, Código Civil, ocorrência, doação, contagem, adiantamento, meação, realização, escritura pública, titularidade, bens, obrigações, registro de imóveis, domicílio, averbação, contrato, natureza patrimonial, terceiros, divisão, período, dissolução, entidade familiar, juiz, determinação, prestação de alimentos, usufruto, sucessor, de cujos, vocação, sucessão testamentária, herança, viúvo, viúva. alteração, Lei Federal, registro publico, inclusão, registro de imóveis, averbação, pacto, titularidade, direitos, obrigações, união

estável, prazo determinado, Tribunal de Justiça, remessa, Legislativo, projeto de lei, legislação, organização judiciária, aplicação, Lei Federal.

Proposição: PL 1674/1996

Outros Números: MSC 245/1996

Autor: Poder Executivo

Data de Apresentação: 26/03/1996

Situação: PLEN: Arquivada.

Ementa: Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Explicação da Ementa: Estabelecendo penalidade mais severa nos casos de condutas abusivas, (violentas ou de exploração sexual de criança e adolescente) urgente 155.

Indexação: Alteração, dispositivos, Código Penal, exigência, procedimento, ação pública, crime contra a liberdade sexual, sedução, corrupção de menores, rapto, hipótese, vítima, menor, limite de idade, aumento, pena, agravação penal, manutenção, casa noturna, prostituição, presença, adolescente, local, agente, parente, pais, ascendente, descendente, cônjuge, irmão, curador, tutor, utilização, violência, ameaça grave, fraude, definição, penalidade, exploração sexual, criança.

Proposição: PL 1954/1996

Autor: Marta Suplicy – PT/SP

Data de Apresentação: 22/05/1996

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Dispõe sobre a exploração sexual infanto-juvenil, acrescentando parágrafos aos artigos 228 e 229 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Explicação da Ementa: Estabelecendo normas para a agravação penal para os crimes de exploração infanto-juvenil (incluindo também o usuário dos serviços de prostituição que envolverem crianças e adolescentes).

Indexação: Alteração, dispositivos, Código Penal, alteração, penalidade, crime contra os costumes, crime contra a liberdade sexual,

aplicação, pena de reclusão, usuário, serviço, prostituição, vítima, criança, adolescente, agravação penal, aumento, pena, hipótese, presença, existência, menor, limite de idade, estabelecimento, exploração, prostituta.

Proposição: PL 2083/1996

Autor: Agnelo Queiroz – PCdoB/DF

Data de Apresentação: 20/06/1996

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização dos exames para diagnóstico precoce da fenilcetonúria e do hipotiróidismo congênito do recém-nascido.

Explicação da Ementa: teste do pezinho.

Indexação: obrigatoriedade, realização, exame, diagnóstico, doença congênita, nascimento, criança, hospital, maternidade, órgão público, particular, planejamento, (SUS), organização, fiscalização, orientação, pais.

Proposição: PL 2446/1996

Autor: Celso Russomanno – PSDB/SP

Data de Apresentação: 16/10/1996

Situação: CCJC: Pronta para Pauta.

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos de saúde manterem amostras do sangue das mães e das crianças, para fins de identificação.

Indexação: obrigatoriedade, estabelecimento, saúde, hospital, instituição hospitalar, realização, parto, exame, manutenção, amostra, sangue, mãe, criança, filho, nascituro, prazo determinado, data, nascimento, objetivo, maternidade, identificação, comprovação, prova judicial, descumprimento, perda, alvará, funcionamento.

Proposição: PL 2289/1996

Autor: Paulo Paim – PT/RS

Data de Apresentação: 20/08/1996

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre o recolhimento das contribuições sociais e dos encargos trabalhistas decorrentes da relação de trabalho do-

méstico, e sobre o abatimento, na Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda de pessoas físicas, dos gastos com trabalhadores domésticos, e dá outras providências.

Indexação: Garantia, empregador, dedução, Imposto de Renda, pessoa física, contribuinte, responsabilidade, empregador doméstico, valor, recolhimento, contribuição social, contribuição previdenciária, encargo trabalhista, encargo social, empregado doméstico.

Proposição: PL 2267/1996 (Proposição Inativa)

Data de Apresentação: 13/08/1996

Ementa: Projeto de lei que dispõe sobre a concessão do salário-família, de forma seletiva, alterando os arts. 65 e 66 da Lei nº 8.213, de 1991.

Proposição: PL 1542/1996

Autor: José Santana de Vasconcellos – PFL/MG

Data de Apresentação: 28/02/1996

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Garante gratuidade do exame DNA para as pessoas de baixa renda.

Indexação: Concessão, pessoa carente, gratuidade, exame de DNA, padrão genético, objetivo, investigação de paternidade, maternidade, reconhecimento, filho.

Proposição: PL 2502/1996

Autor: João Mendes – PPB /RJ

Data de Apresentação: 29/10/1996

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Altera dispositivo da Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, que “dispõe sobre o benefício do Seguro-Desemprego, altera dispositivo da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e dá outras providências”.

Explicação da Ementa: estabelecendo que o período máximo do benefício será concedido em dobro quando se tratar de beneficiária casada ou mãe de filho(s) menor(es) de 21 anos de idade.

Indexação: Alteração, legislação trabalhista, seguro desemprego, aumento, prazo, concessão, benefício, desempregado, hipótese, beneficiário, mulher casada, mãe, filho menor, limite de idade, contagem, prazo em dobro.

Proposição: PL 2038/1996

Autor: Jovair Arantes – PSDB /GO

Data de Apresentação: 12/06/1996

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Institui o Programa de Alimentação para Gestante–PAGest.

Indexação: criação, programa, alimentação, gestante, garantia, mulher, pessoa carente, exigência, confirmação, gravidez, atestado médico, limitação, renda mensal, família, direitos, recebimento, vale refeição, denominação, maternidade, responsabilidade, governo federal (MS), (INAM), (SUS), distribuição, realização, exame médico, planejamento familiar, exigência, identificação, beneficiário, competência, Banco do Brasil, (CEF), (ECT), reembolso, comerciante.

Proposição: PL 2530/1996

Autor: Serafim Venzon – PDT/SC

Data de Apresentação: 06/11/1996

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Determina que sejam destinados ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS os recursos de prêmios não procurados das loterias e de quaisquer concursos de prognósticos administrados pelo governo federal.

Indexação: normas, determinação, recursos, origem, prêmio, concurso de prognóstico, administração, Governo Federal, loteria federal, hipótese, ausência, ganhador, prazo determinado, contagem, realização, sorteio, obrigatoriedade, valor, dinheiro, destinação, órgão público, (INSS), seguridade social, possibilidade, repasse, entidade, obra filantrópica, instituição beneficente, exigência, cadastro, órgão federal, critérios, preferência, prioridade, atividade assistencial, asilo, velho, prisão albergue, instituição assistencial, auxílio, gestante, mãe, deficiente físico, excepcional, pessoa invalida.

Proposição: PL 2425/1996

Autor: Augusto Carvalho – PPS/DF

Data de Apresentação: 10/10/1996

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Acrescenta novo inciso ao art. 473 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho.

Explicação da Ementa: Autorizando o empregado a deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, até 5 (cinco) dias, prorrogáveis por mais 5 (cinco) para acompanhamento de filho menor de 7 (sete) anos, enfermo, com comprovação da enfermidade atestada por profissional credenciado.

Indexação: alteração, legislação trabalhista, (CLT), autorização, direitos, empregado, trabalhador, ausência, comparecimento, falta ao serviço, quantidade, dia, motivo, acompanhamento, filho, menor, limite de idade, hipótese, criança, doente, exigência, comprovação, doença, atestado médico, médico, credenciamento, inclusão, necessidade, assistência, mãe, pai.

Proposição: PL 2095/1996

Autor: Adelson Salvador – PMDB/ES

Data de Apresentação: 26/06/1996

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Garante às pessoas comprovadamente pobres o acesso gratuito ao exame DNA para fins de investigação de paternidade e maternidade.

Indexação: Concessão, pessoas, população carente, comprovação, pobreza, garantia, gratuidade, exame de DNA, padrão genético, objetivo, investigação de paternidade, maternidade, responsabilidade, exame médico, União federal.

Proposição: PL 1714/1996

Autor: Luciano Zica – PT /SP

Data de Apresentação: 28/03/1996

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exames de identificação de hemoglobinopatias nas maternidades e estabelecimentos congêneres, e dá outras providências.

Explicação da ementa: doença falciforme.

Indexação: Obrigatoriedade, maternidade, instituição hospitalar, realização, exame hematológico, nascituro, identificação, patologia clínica, sangue, objetivo, prevenção, controle, doença, acompanhamento, paciente.

Proposição: PL 1731/1996

Autor: Salvador Zimbaldi – PSDB/SP

Data de Apresentação: 09/04/1996

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exames de identificação de hemoglobinopatias nas maternidades e estabelecimentos congêneres, e dá outras providências.

Indexação: obrigatoriedade, maternidade, instituição hospitalar, realização, exame hematológico, nascituro, identificação, patologia clínica, sangue, objetivo, prevenção, controle, doença, acompanhamento, paciente, hipótese, infração, advertência, reincidência, multa.

Proposição: PL 1775/1996

Autor: Marquinho Chedid – PSD/SP

Data de Apresentação: 17/04/1996

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exames de identificação de hemoglobinopatias nas maternidades e estabelecimentos congêneres, e dá outras providências.

Explicação da ementa: Doença falciforme.

Indexação: Obrigatoriedade, maternidade, instituição hospitalar, realização, exame hematológico, nascituro, identificação, patologia clínica, sangue, objetivo, prevenção, controle, doença, acompanhamento, paciente.

Proposição: PL 2034/1996

Autor: José Coimbra – PTB/SP

Data de Apresentação: 12/06/1996

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Torna obrigatória a identificação de crianças recém-nascidas através das impressões digitais e da planta dos pés, cria banco de dados, e dá outras providências.

Indexação: Obrigatoriedade, identificação, impressão digital, criança, recém-nascido, nascimento, casa de saúde, hospital, território nacional, remessa, autoridade estadual, informações, nome, sexo, tipo sanguíneo, inclusão, pais, endereço, número, registro geral arquivo, banco de dados.

Proposição: PL 1504/1996

Autor: Edson Ezequiel – PDT/RJ

Data de Apresentação: 07/02/1996

Situação: CCJC: Pronta para Pauta.

Ementa: Possibilita, à população carente, a utilização do exame de pareamento cromossômico (DNA), em casos de investigação de paternidade e dá outras providências.

Explicação da Ementa: exame do dna.

Indexação: concessão, população carente, gratuidade, exame de DNA, padrão genético, objetivo, investigação de paternidade, convenio, judiciário, instituição hospitalar, saúde.

Proposição: PL 1780/1996

Autor: Socorro Gomes – PCdoB/PA

Data de Apresentação: 17/04/1996

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame DNA na rede hospitalar pública.

Indexação: Obrigatoriedade, hospital, instituição pública, convênio, (SUS), gratuidade, realização, exame de DNA, padrão genético, população carente, objetivo, investigação de paternidade, prioridade, pessoas, obtenção, autorização judicial, anterioridade, Lei Federal.

Proposição: PL 2496/1996

Autor: Serafim Venzon – PDT/SC

Data de Apresentação: 24/10/1996

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Dispõe sobre a realização de exames de DNA para instruir processos de reconhecimento de paternidade.

Indexação: Obrigatoriedade, realização, exame de DNA, padrão genético, competência, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Estado, responsabilidade, Polícia Civil, solicitação, determinação, juiz de direito, especialidade, vara de família, possibilidade, gratuidade, exigência, requisição, juiz, decisão judicial, comprovação, situação financeira, pessoa carente, objetivo, instrução processual, ação investigatória de paternidade, reconhecimento, paternidade.

Proposição: PL 2129/1996

Autor: Augusto Nardes – PPB/RS

Data de Apresentação: 03/07/1996

Situação: PLEN: Pronta para Pauta.

Ementa: Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências”.

Explicação da Ementa: Tipificando como crime, práticas que incentivam a criança e os adolescentes ao sexo, violência, pornografia e vícios.

Indexação: Alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, proibição, fornecimento, criança, adolescente, material, sexo, pornografia, violência, exigência, colocação, invólucro, informação, faixa etária, inclusão, periódico, publicação, obrigatoriedade, editora, proteção, embalagem, lacre, advertência, conteúdo, entrega, menor, fogos de artifício, riscos, danos, autorização, entrada, hospedagem, permanência, hotel, casa noturna, local, diversão pública, exceção, juiz, motel, jogos de azar, bebida alcoólica, derivados, fumo, cigarro, ausência, comerciante, responsável, anotação, aviso, restrição, orientação, público, fixação, penalidade, agravação penal, definição, crime.

Proposição: PL 2252/1996

Autor: Marta Suplicy – PT/SP

Data de Apresentação: 07/08/1996

Situação: PLEN: Pronta para Pauta.

Ementa: Tipifica como crime a discriminação em entradas de prédios e elevadores pelos motivos que especifica.

Indexação: Caracterização, crime, discriminação, pessoas, discriminação racial, motivo, raça, cor, sexo, origem, cultura, crença religiosa, classe social, deficiência, idade, proibição, utilização, entrada, prédio, elevador, definição, penalidade, multa, (UFIR), competência, fiscalização, fiscal do trabalho.

Proposição: PEC 423/1996

Autor: Serafim Venzon – PDT/SC

Data de Apresentação: 06/11/1996

Situação: CCJC: Pronta para Pauta.

Ementa: Acrescenta parágrafo ao inciso XVIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Explicação da Ementa: Estendendo o benefício da licença gestante a mãe de filho adotivo, menor de dez anos de idade, alterando a nova Constituição Federal.

Indexação: Alteração, dispositivos, direitos sociais, Constituição Federal, extensão, benefício, licença gestante, mãe, filho adotivo, filho menor, limite de idade.

Proposição: RCP 22/1996

Autor: Fátima Pelaes – PSDB/AP

Data de Apresentação: 23/05/1996

Ementa: Requer a criação de CPI com a finalidade de investigar a incidência de mortalidade materna no Brasil.

Indexação: criação, (CPI), investigação, incidência, mortalidade materna, mulher, gravidez, parto.

Proposição: SF PLS 250/1996

Autor: Senador – José Ignácio PSDB/ES

Data de Apresentação: 20/11/1996

Situação: Arquivada ao final da legislatura

Ementa: Revoga os arts. 217 e 240 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, os quais definem, respecti-

vamente, os crimes de sedução e de adultério.

Indexação: alteração, Código Penal, revogação, normas, crime, sedução, adultério.

Proposição: SF PLS 265/1996

Autor: Senador – Humberto Lucena PMDB/PB

Data de Apresentação: 05/12/1996

Situação: Arquivada ao final da legislatura

Ementa: Institui o Estatuto do Capital estrangeiro no país, regulamentando os arts. 172, o parágrafo único do art. 178, o art. 190 e parágrafo terceiro do art. 199 da Constituição Federal e consolidando a legislação básica sobre capitais estrangeiros, e dá outras providências.

Indexação: Criação, estatuto, capital estrangeiro, país, regulamentação, dispositivos, Constituição Federal, consolidação, legislação, capital estrangeiro, definição, investimento, capital estrangeiro, investidor estrangeiro, pessoa física, pessoa jurídica, presidência, domicílio, sede, exterior, investimento direto estrangeiro, controle efetivo da empresa, *joint-ventures*, fixação, critérios, criação, Banco Central do Brasil, serviço, registro, capital estrangeiro, operação financeira, exterior, moeda estrangeira, reinvestimento, lucro, simultaneidade, moeda, país, realização, conversão, taxa cambial, período, fixação, normas, proibição, limitação, restrição, (IDE), investimentos diretos estrangeiros, normas, administração, política, capital estrangeiro, exigência, controle, estoque, moeda estrangeira, financiamento, curto prazo, remessa, transferência, utilização, regulamentação, lei, requisitos, limitação, idade, criança, substituição, leite, mãe, comercialização, utilização, parte, total, leite em pó, leite pasteurizado, alimentação, complementação, bebida, obrigatoriedade, alimentos, amamentação, antecedência, qualidade, especificação, (FAO), (OMS), proibição, utilização, embalagem, promoção, comércio, produto, relacionamento, ilustração, foto, imagem, criança, alimentação, destaque, rótulo, exibição, embalagem, leite, leite em pó, criança, forma, destaque, mensagem, aleitamento materno, previsão,

doença, fortalecimento, vinculação, mãe, filho, filha, produto, utilização, exclusividade, critérios, elaboração, rótulo, leite em pó, leite pasteurizado, normas, rótulo, embalagem, mamadeira, chupeta, elaboração, dístico, propaganda, propaganda comercial. hipótese, concessão, apoio, incentivo fiscal, incentivo, material, entidade, ciências, associação médica, médico, nutricionista, proibição, concessão, pessoa física, doação, venda, redução, preço, produto, lei, maternidade, instituição assistencial, criança, utilização, distribuição, cliente, exceção, hipótese, necessidade, critérios, autoridade sanitária, permissão, impressão, nome, doador, propaganda, produto, atuação, pessoal, promoção, comercialização, produto, estabelecimento, serviço de saúde, comunicação, médico, nutricionista. Imputação, pena, advertência, apreensão, inutilização, produto, cancelamento, registro, multa, proibição, propaganda, suspensão, venda, hipótese, infração, normas, legislação sanitária.

Proposição: SF PLS 229/1996

Autor: Senadora – Benedita da Silva PT/RJ

Data de Apresentação: 10/10/1996

Situação: Arquivada ao final da legislatura

Ementa: Dispõe sobre os crimes de violência doméstica.

Indexação: Fixação, normas, crime, violência, família, critérios, qualificação, crime, família, autor, pessoa física, vinculação, parente, cônjuge, companheiro, companheira, hipótese, agravante, mulher, velho, criança, doente, deficiente físico, deficiente mental, requisitos, crime, violência, psicologia, intimidação, perseguição, membros, vinculação, família, imputação, pena, detenção, prazo, restrição, direitos, pessoa física, ofício, Ministério Público, requerimento, adoção, preservação, integridade, crime, violência, autoridade judiciária, emissão, ordem, proteção, restrição, acesso, agente, habitação, local, frequência, vítima, competência, entidade, municípios, promoção, saúde, órgãos, estados, desenvolvimento, programa, terapia, orientação, atendimento, agente, incentivo, conciliação, assistência judiciária.

Proposição: SF PLS 186/1996

Autor: Senadora – Benedita da Silva PT/RJ

Data de Apresentação: 22/08/1996

Situação: Arquivada ao final da legislatura

Ementa: Dispõe sobre a gratuidade da realização de exames de código genético (DNA), para instruir processos de reconhecimento de paternidade.

Indexação: Fixação, normas, gratuidade, exame, (DNA), realização, unidade, hospital, convênio, (SUS), credenciamento, laboratório. Competência, Ministério Público, *ex officio*, solicitação, exame, determinação, autoridade judiciária, destinação, prova, processo, investigação de paternidade, hipótese, liberdade sexual, despesa, aplicação, lei, competência, dotação orçamentária, orçamento, união federal.

Proposição: SF PLS 184/1996

Autor: Senador – Júlio Campos PFL/MT

Data de Apresentação: 21/08/1996

Situação: Arquivada ao final da legislatura

Ementa: Altera dispositivos do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), e dá outras providências.

Indexação: alteração, Código Penal. revogação, normas, extinção da punibilidade, hipótese, casamento, agente, vítima, Crime Contra os Costumes, terceiros, exclusão, violência, ameaça grave, requerimento, andamento, inquérito policial, ação penal, fixação, prazo, cominação, pena, hipótese, constrangimento ilegal, pessoa física, conjunção carnal, violência, ameaça grave, fraude, independência, inquérito policial, ação penal, exame, ofendido. revogação, normas, hipótese, conjunção carnal, mulher, utilização, fraude, prática, ato libidinoso, sedução, virgindade. imputação, pena, hipótese, corrupção de menores, prática, ato libidinoso, indução, presença, menor de idade, imputação, pena, hipótese, rapto, utilização, violência, fraude, ameaça grave, pessoa física, ato libidinoso, menoridade, maioridade, fixação, critérios, redução, pena, ausência, prática, ato libidinoso, ofendido, aplicação, cumulatividade, pena, concurso

de crimes, rapto, pessoa física, critérios, limitação, prazo, pena, aumento, percentagem, hipótese, especificação, crime, ofensor, agente, ofendido, ofendida. Revogação, normas, crime, adultério, hipótese, alegações, interesse, família, união, acolhimento, pedido, ofendido, ofendida, representante legal, arquivamento, inquérito policial, ação penal, cônjuge, companheiro, companheira, fixação, prazo, cominação, pena.

Proposição: SF PLS 179/1996

Outros Números: CD PL 03162/1997

Autor: Senadora – Marina Silva – PT/AC

Data de Apresentação: 13/08/1996

Situação: Incluído em ordem do dia da sessão deliberativa

Ementa: Dispõe sobre o registro geral de recém-nascidos e dá outras providências.

Indexação: fixação, normas, registro geral, nascimento, obrigatoriedade, hospital, maternidade, nascimento, criança, cópia, impressão, impressão digital, mãe, documento, pé, filho, filha, comunicação, hospital, expedição, registro de nascimento, hipótese, nascimento, exclusão, hospital, maternidade, registro de nascimento, testemunha, fixação, número, pessoa física, qualificação, habilitação, declaração, oficial de registro, conhecimento, mãe, gestante, data, nascimento.

Proposição: SF PEC 32/1996

Outros Números: CD PEC 00602/1998

Autor: Senador – Antonio Carlos Magalhães – PFL/BA

Data de Apresentação: 27/06/1996

Situação: Remetido à Câmara dos Deputados

Proposição: SF PLS 179/1996

Outros Números: CD PL 03162/1997

Autor: Senadora – Marina Silva – PT/AC

Data de Apresentação: 13/08/1996

Situação: Incluído em ordem do dia da sessão deliberativa

Ementa: Dispõe sobre o registro geral de recém-nascidos e dá outras providências.

Indexação: fixação, normas, registro geral, nascimento, obrigatoriedade, hospital, maternidade, nascimento, criança, cópia, impressão, impressão digital, mãe, documento, pé, filho, filha, comunicação, hospital, expedição, registro de nascimento, hipótese, nascimento, exclusão, hospital, maternidade, registro de nascimento, testemunha, fixação, número, pessoa física, qualificação, habilitação, declaração, oficial de registro, conhecimento, mãe, gestante, data, nascimento.

Proposição: SF PLS 67/1996

Outros Números: CD PL 03731/1997

Autor: Senador – Gilvam Borges – PMDB/AP

Data de Apresentação: 11/04/1996

Situação: Matéria com a relatoria.

Ementa: Define e regula os meios de prova e procedimentos investigatórios, destinados a prevenção e repressão dos crimes praticados por organizações criminosas.

Indexação: fixação, normas, definição, regulamentação, prova, procedimento, investigação, destinação, prevenção, repressão, crime, execução, organização, crime, definição, organização, crime, associação, fixação, número, pessoa física, hipótese, homicídio doloso, homicídio, dolo, tráfico, entorpecente, extorsão, seqüestro, contrabando, descaminho, tráfico, mulher, tráfico internacional, criança, crime do colarinho branco, crime contra o patrimônio, moeda falsa, peculato, direitos, Ministério Público, exercício, função, requisição, informação, exame, perícia, documento, autoridade federal, autoridade estadual, autoridade municipal, órgãos, entidade, administração pública, administração direta, administração indireta, fundação, poder público, união federal, estados, (DF), municípios, acesso, documento, informação, eleições, fisco, livro, bancos, escuta, telefone, dados, competência, ministério público, apuração, crime, organização, instauração, procedimento, investigação, inquirição, sigilo, informação, recolhimento, prova, testemunha, exclusão, judiciário, documento, eleições, fisco, bancos, pena, responsabilidade penal, responsabilidade administrativa,

obrigatoriedade, Banco Central do Brasil, instituição financeira, exceção, hipótese, sigilo, ministério público, entrega, autoridade policial, documento, informação, hipótese, sigilo, fase, inquérito policial, relevância, apuração, crime, organização, autoridade policial, responsabilidade, inquérito policial, destinação, apuração, crime, organização, representação, ministério público, obtenção, documento, informação, eleições, fisco, bancos, finanças, observância, sigilo, autoridade, fazenda nacional, fazenda pública, Banco Central do Brasil, comissão de valores mobiliários, apuração, indício, ocorrência, crime, execução, organização, recolhimento, réu, réu foragido, condenado, participante, organização, crime. Hipótese, culpabilidade, antecedentes, conduta, motivo, circunstância, redução, percentagem, pena, imputação, crime, hipótese, colaboração, voluntário, participante, associado, esclarecimento, infração penal, autoria, possibilidade, demolição, derrubada, organização, ministério público, Banco Central do Brasil, comissão de valores mobiliários, autoridade, fazenda pública, autoridade policial, estruturação, setor, grupo, especialização, combate, ação, organização, crime.

Proposição: SF PLC 72/1996

Outros Números: CD PL. 00925/1995

Autor: Deputado – Chicão Brígido – PMDB/AC

Data de Apresentação: 05/09/1995

Situação: Norma jurídica gerada: LEI 9460/1997

Ementa: Altera o art. 82 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal.

Indexação: alteração, Lei de Execução Penal. Encaminhamento, mulher, velho, estabelecimento penal, presídio, localidade especial.

Proposição: SF PLC 10/1996

Outros Números: CD MSC 00783/1995 CD PL 00724/1995

Autor: Externo – Executivo Federal

Data de Apresentação: 19/07/1995

Situação: Retirado pelo autor

Ementa: Define os crimes de especial gravidade e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Indexação: alteração, Código Penal. Critérios, cumprimento, pena, regime aberto, prisão albergue, necessidade, separação, estabelecimento penal, hipótese, crime, gravidade, determinação, juiz, percentagem, pena de reclusão, regime fechado, definição, crime, gravidade, homicídio, existência, contrato, pagamento, recompensa, motivo torpe, participação, quadrilha, grupo de extermínio, utilização, tortura, objetivo, garantia, execução, ocultação, impunidade, roubo, extorsão, seqüestro, estupro, atentado ao pudor, violência, genocídio, terrorismo, tráfico, drogas, entorpecente, contrabando, arma, munição, exigência, cumprimento, percentagem, pena, possibilidade, livramento condicional, aumento, prazo, motivo, reincidência, crime inafiançável, imprescritibilidade, regulamentação, direitos e garantias fundamentais, Constituição Federal, aumento, pena, hipótese, contrabando, utilização, aeronave, entrada, arma, munição, país, Brasil.

Proposição: SF PLC 29/1996

Outros Números: CD PL 00382/1991

Autor: Deputada – Rita Camata – PMDB/ES

Data de Apresentação: 20/03/1991

Situação: Norma jurídica gerada: LEI 9799/1999

Ementa: Dispõe sobre o acesso ao mercado de trabalho e determina outras providências.

Indexação: regulamentação, dispositivos, direitos sociais, Constituição Federal, proteção, mercado de trabalho, mulher, proibição, anúncio, recusa, promoção, dispensa, demissão, remuneração, restrição, formação profissional, curso de formação, discriminação, sexo, idade, cor, atestado, exame, comprovação, fertilidade, esterilização, gravidez, aconselhamento, planejamento familiar, controle de natalidade, autorização, consulta, exame médico, horário de trabalho, critérios, subjetividade, inscrição, aprovação, concurso, empresa pública, empresa privada, violação, privacidade, garantia, transferência, trabalhador, gestante, ausência, redução, salário, motivo, saúde, gravidez, retorno, função, concessão, incentivo fiscal, redução, imposto de renda, aumento, quadro de pessoal, salário,

treinamento, incentivo, mão-de-obra, trabalhador rural, trabalhador urbano, mulher, previsão, convênio, exigência, comprovação, natureza contábil, multa, infrator, nulidade, ação judicial, fundamentação, violação, direito à igualdade, exercício profissional, discriminação, homem, mulher, crime inafiançável, previsão, pena de reclusão, pena em dobro, ameaça grave, fraude, empregador, representante legal, dirigente, processo judicial, rito sumário.

Proposição: PL 2929/1997

Autor: Wigberto Tartuce – PPB/DF

Data de Apresentação: 02/04/1997

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Permite às mulheres estupradas por parentes a interrupção da gravidez.

Indexação: garantia, mulher, interrupção, gravidez, aborto, hipótese, estupro, conjunção carnal, crime contra a liberdade sexual, ato libidinoso, sexo, realização, parente, pais, avós.

Proposição: PL 3293/1997

Autor: Chico da Princesa – PTB/PR

Data de Apresentação: 19/06/1997

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Limita a prestação de serviços com cobrança efetuada através de fatura telefônica, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: incluindo a pornotelefonía.

Indexação: limitação, prestação de serviço, utilização, telefone, assunto, exploração sexual, cobrança, fatura, serviços públicos, competência, empresa de telecomunicações, (Telebrasília), exigência, assentimento prévio, autorização, assinante, proprietário, equipamentos, rede telefônica, dialogo, gravação, recebimento, serviço de fonia, uso privativo, acesso, senha, cartão de crédito, possibilidade, anúncio, meios de comunicação, emissora, radiodifusão, rádio, televisão, canal, cabo difusão, apresentação, restrição, horário, audiência, público, menor, adolescente, descumprimento, normas, caracterização, atentado ao pudor, infrator, sujeição, penalidade, responsabilidade, empresa pública, hipótese, prejuízo,

danos pessoais, terceiros, titular, aparelhamento, dispensa, juros, multa, taxas, pagamento indevido.

Proposição: PL 3769/1997 (Proposição Inativa)

Data de Apresentação: 23/10/1997

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS, nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer.

Proposição: PL 3311/1997

Autor: Jofran Frejat – PPB/DF

Data de Apresentação: 24/06/1997

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Regulamenta o § 3º do art. 226 da Constituição Federal, dispõe sobre o Estatuto da União Estável e dá outras providências.

Explicação da Ementa: estabelecendo que para caracterizar a união estável, o prazo de convivência sob o mesmo teto será de cinco anos, em geral, e de dois quando houver filhos comuns, incluindo dispositivos quando da dissolução da união estável.

Indexação: regulamentação, Constituição Federal, família, reconhecimento, união estável, homem, mulher, definição, estabilidade, prazo determinado, inexistência, impedimento, conversão, casamento, redução, prazo, existência, filho, declaração, direitos, deveres, companheiro, respeito, assistência, material, moral, regime de casamento, aquisição, bens móveis, bens imóveis, comunhão parcial de bens, normas, Código Civil, ocorrência, doação, contagem, adiantamento, meação, realização, escritura pública, titularidade, bens, obrigações, registro de imóveis, domicílio, averbação, contrato, natureza patrimonial, terceiros, divisão, período, dissolução, entidade familiar, guarda, responsabilidade, filho menor, direitos reais, habilitação, residência, presunção, paternidade, juiz, determinação, prestação de alimentos, regulamentação, visita, usufruto, sucessor, de cujos, vocação, sucessão testamentária, herança, viúvo, viúva, alteração, Lei Federal, registro público, inclusão, registro de imóveis, averbação, pacto, titularidade, direitos, obrigações, alteração, inclusão,

filiação, legitimação, filho, pais, ocorrência, procedimento judicial, negação, presunção, paternidade, maternidade, responsabilidade, cônjuge, companheiro, pai, mãe, curador, irmão, ascendente, fixação, prazo, tribunal de justiça, remessa, legislativo, Projeto de Lei, alteração, legislação, organização judiciária, competência, juízo, vara de família, matéria, união estável, garantia, segredo de justiça, revogação.

Proposição: PL 2938/1997

Autor: Teté Bezerra – PMDB/MT

Data de Apresentação: 02/04/1997

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Acrescenta parágrafo ao art. 106 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para disciplinar sobre meios de comprovação de tempo de exercício de atividade por parte de trabalhadoras rurais.

Explicação da Ementa: estabelecendo que os documentos comprobatórios de exercício de atividade rural, apresentados pelo segurado especial, também constituem meios de prova de exercício de atividade rural de sua esposa ou companheira.

Indexação: alteração, Lei Federal, plano de benefícios, Previdência Social, inclusão, documento, comprovação, exercício profissional, tempo de serviço, atividade rural, apresentação, segurado especial, produtor rural, trabalhador rural, parceiro, meeiro, arrendatário, marido, companheiro, cônjuge, companheira, economia familiar, objetivo, obtenção, benefício previdenciário, aposentadoria, pensões.

Proposição: PL 2855/1997

Autor: Confúcio Moura – PMDB/RO

Data de Apresentação: 13/03/1997

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Dispõe sobre a utilização de técnicas de reprodução humana assistida e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Incluindo a fecundação in vitro, transferência de pré-embriões, transferência intratubária de gametas, a crioconservação de embriões e a gestação de substituição, a conhecida barriga de aluguel.

Indexação: normas, técnica, conduta, ética, reprodução humana, assistência, inseminação artificial, fertilização in vitro, transferência, conservação, investigação, experimentação, pesquisa científica, doença, embrião, método, participação, assistência médica, esterilização, mulher, homem, liberdade, utilização, inclusão, solteiro, exigência, documento, consentimento, informação, paciente, casal, dados, natureza jurídica, procedimento, tratamento médico, riscos, resultado, estatística, possibilidade, pessoas, revogação, autorização, proibição, aplicação, objetivo, clone, cópia, ser humano, código, padrão genético, seleção, sexo, restrição, critério seletivo, hipótese, gravidez, parto múltiplo, exceção, risco de vida, gestante, critérios, penalidade, infração, pena de reclusão, multa, obrigatoriedade, realização, contrato, gratuidade, transferência, doação, embrião, manutenção, sigilo, doador, proibição, comercialização, apoio, auxílio financeiro, serviço médico, coleta, material genético, exigência, pessoas, capacidade civil, inexistência, doença transmissível, doença hereditária, autorização, substituição, gestante, aluguel, restrição, comércio, lucro, conselho nacional, autorização, ressalva, parente, normas, filiação, proibição, inscrição, certidão de nascimento, registro civil, informações, nascimento, técnica, reprodução humana, reconhecimento, paternidade, relação jurídica, morte, esposo, companheiro, ressalva, assentimento prévio.

Proposição: PL 3493/1997

Autor: Silas Brasileiro – PMDB/MG

Data de Apresentação: 13/08/1997

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, que dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.

Explicação da Ementa: Proibindo a penhora dos bens, em caso de existência de filhos menores no lar, preservando, desse modo, a residência familiar.

Indexação: alteração, dispositivos, Lei Federal, impenhorabilidade, bens de família. inclusão, proibição, oferecimento, imóvel, utiliza-

ção, garantia real, penhora, hipótese, inclusão, filho menor, limite de idade, residência, casal, entidade familiar.

Proposição: PL 3829/1997

Autor: Arlindo Chinaglia – PT/SP

Data de Apresentação: 20/11/1997

Situação: CCJC: Pronta para Pauta.

Ementa: Dispõe sobre a estabilidade provisória no emprego do trabalhador cuja companheira estiver grávida.

Explicação da Ementa: durante um período de doze meses contado a partir da concepção presumida.

Indexação: garantia, trabalhador, estabilidade provisória, emprego, exercício profissional, período, prazo determinado, gravidez, companheira, mulher, cônjuge, gestante, exigência, laudo medico, emissão, (SUS), empregador, descumprimento, normas, ocorrência, demissão, empregado, aplicação, penalidade, multa.

Proposição: PL 2864/1997

Autor: Paulo Paim – PT/RS

Data de Apresentação: 18/03/1997

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a assistência gratuita aos filhos e dependentes dos trabalhadores urbanos e rurais desde o nascimento até seis anos de idade, em creches e pré-escolas.

Indexação: garantia, gratuidade, assistência educacional, beneficiário, filho menor, dependente, trabalhador rural, trabalhador urbano, limite de idade, realização, creche, instituição assistencial, instituição beneficente, educação pré-escolar, restrição, filho, excepcional, pessoa deficiente, deficiente mental, atendimento, comprovação, doença mental, laudo médico, objetivo, oferecimento, proteção, educação, necessidade, idade, assistência à educação, utilização, convênio, assinatura, estabelecimento de ensino, equivalência, autorização, sistema de ensino, auxílio, criança, ressarcimento, despesa, origem, mensalidade, limitação, valor, contrato coletivo de trabalho, concessão, benefício, apresentação, requerimento, certidão, critérios, definição, Lei Federal.

Proposição: PL 3050/1997

Autor: Padre Roque – PT/PR

Data de Apresentação: 30/04/1997

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Acrescenta dois parágrafos ao art. 30 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Explicação da Ementa: obrigando as empresas a manterem creches e pré-escolas para os filhos e dependentes de seus empregados.

Indexação: alteração, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Darcy Ribeiro, obrigatoriedade, empresa, manutenção, creche, educação pré-escolar, jardim de infância, garantia, ensino, filho, dependente, empregado, possibilidade, realização, convênio, dispensa, recolhimento, contribuição social, salário educação, exceção, exigência, microempresa, pequena empresa, inferioridade, quantidade, trabalhador.

Proposição: PL 3722/1997

Autor: Marisa Serrano – PSDB/MS

Data de Apresentação: 15/10/1997

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Altera o inciso IV do art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”.

Explicação da Ementa: incluindo o programa suplementar de alimentação para as crianças de zero a seis anos de idade que estejam em creche ou pré-escola, inciso II

Indexação: alteração, dispositivos, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Darcy Ribeiro, inclusão, exigência, distribuição, alimentação escolar, merenda escolar, aluno, ensino maternal, escola pública, creche, educação pré-escolar, programa, auxílio suplementar, programa de alimentação infantil, limite de idade, direito à educação.

Proposição: PL 3994/1997

Autor: Enio Bacci – PDT/RS

Data de Apresentação: 10/12/1997

Situação: MESA: Aguardando Retorno.

Ementa: Dispõe sobre a reserva de vagas nas creches públicas para crianças portadoras de deficiência física e mental e dá outras providências. NOVA EMENTA DA REDAÇÃO FINAL: Dispõe sobre a reserva de vagas nas creches públicas para crianças portadoras de deficiências e dá outras providências.

Indexação: obrigatoriedade, reserva, percentagem, vaga, creche, instituição pública, escola pública, território nacional, atendimento, criança, deficiente físico, deficiente mental, exigência, mão-de-obra especializada, servidor público, professor, corpo docente, curso de especialização, treinamento, convênio, associação profissional, habilitação profissional, direito à convivência comunitária, direito à educação.

Proposição: PL 2773/1997

Autor: Silvio Pessoa – PMDB/PE

Data de Apresentação: 20/02/1997

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Altera a redação do art. 231 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Explicação da Ementa: alterando o termo tráfico de mulheres para tráfico de pessoa, com o objetivo de incluir os crimes praticados contra menino e menina. co-autor: Marilu Guimarães – PFL/MS.

Indexação: alteração, dispositivos, Código Penal, inclusão, Crime Contra os Costumes, realização, facilitação, entrada, saída, território nacional, pessoas, homem, mulher, exercício, prostituição, inclusão, país estrangeiro, penalidade, pena de reclusão, agravação penal, hipótese, violência, ameaça grave, obtenção, lucro, aplicação, multa, objetivo, redução, tráfico, menor, adolescente, criança.

Proposição: PL 2942/1997

Autor: Eduardo Jorge – PT/SP

Data de Apresentação: 03/04/1997

Situação: MESA: Aguardando Retorno.

Ementa: Institui, no Sistema Único de Saúde – SUS, o Programa de Prevenção e Assistência Integral às pessoas portadoras do traço falciforme e com anemia falciforme, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: teste do pezinho.

Indexação: criação, âmbito, (SUS), programa assistencial, prevenção, doença, anemia infecciosa, garantia, exame hematológico, realização, criança, recém-nascido, cidadão, participação, grupo, risco de vida, administração pública, secretaria, administração municipal, responsabilidade, fornecimento, vacina, medicamentos, exame de laboratório, prioridade, acesso, atividade assistencial, planejamento familiar, controle da natalidade, anticoncepcional, mulher gestante, realização, assistência, preparação, parto, hipótese, existência, doente, obrigatoriedade, notificação, centro de saúde, hospital, competência, órgãos, instituto de saúde, organização, seminário, cursos, treinamento, campanha, atividade educativa, objetivo, qualificação, capacidade profissional, área, saúde.

Proposição: PL 3012/1997

Autor: Padre Roque – PT/PR

Data de Apresentação: 23/04/1997

Situação: PLEN: Pronta para Pauta.

Ementa: Suprime o inciso II, do § 4º, do art. 1º, da Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, e acrescenta inciso ao art. 1º, da referida lei, que define os crimes de tortura.

Explicação da Ementa: aumentando a pena de reclusão de 15 (quinze) a 30 (trinta) anos para quem comete o crime de tortura contra criança, adolescente, deficiente e gestante, levando à morte.

Indexação: alteração, dispositivos, Lei Federal, definição, crime, tortura, inclusão, crime, tortura, criança, adolescente menor, pessoa deficiente, deficiente físico, deficiente mental, excepcional, gestante, fixação, penalidade, pena de reclusão, hipótese, lesão corporal grave, mente, agravação penal, aumento, pena.

Proposição: PL 3985/1997

Autor: Esther Grossi – PT/RS

Data de Apresentação: 10/12/1997

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Altera o art. 37 da Lei nº 9.394/96, visando ao atendimento de obrigações internacionais do Estado Brasileiro.

Explicação da Ementa: Dispondo que o Poder Público assegurará a elaboração e execução de programas de alfabetização de mulheres jovens e adultas por meio de professores titulares visando à eliminação da discriminação de gênero, ainda existente no âmbito educacional.

Indexação: alteração, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Darcy Ribeiro, inclusão, competência, poder público, elaboração, execução, programa, alfabetização, mulher, juventude, educação de adultos, utilização, corpo docente, professor, titular, atendimento, compromisso, Brasil, assinatura, convenção internacional, objetivo, eliminação, discriminação sexual, analfabetismo.

Proposição: PL 2903/1997

Autor: Fernando Ferro – PT/PE

Data de Apresentação: 25/03/1997

Situação: PLEN: Aguardando Apenção.

Ementa: Determina segredo de justiça nos crimes sexuais.

Explicação da Ementa: co-autor: Pedro Wilson – PT/GO.

Indexação: alteração, dispositivos, Código Penal, obrigatoriedade, aplicação, sigilo, segredo de justiça, processo, crime, exploração sexual, estupro, objetivo, preservação.

Proposição: PL 2780/1997 (Proposição Inativa)

Data de Apresentação: 20/02/1997

Ementa: Projeto de lei que dispõe sobre o valor da cota do salário-família para os trabalhadores urbanos e rurais.

Proposição: PL 3725/1997

Autor: Paulo Paim – PDT/RS

Data de Apresentação: 16/10/1997

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a atualização das pensões pagas pela Previdência Social aos dependentes de seus segurados, e dá outras providências.

Indexação: normas, pensão previdenciária, pagamento, responsabilidade, órgão público, Previdência Social, (INSS), motivo, falecimento, segurado, homem, mulher, obrigatoriedade, atualização, reajustamento, valor, percentagem, salário benefício, origem, aposentadoria, hipótese, aposentado, data, óbito, concessão, pensões, prazo determinado, exigência, documentação, benefício previdenciário, acesso, cônjuge, companheiro, dependente, filho, filha, inexistência, recebimento, atraso, dinheiro, exercício financeiro anterior.

Proposição: PL 3478/1997

Autor: Enio Bacci – PDT/RS

Data de Apresentação: 12/08/1997

Situação: CSSF: Aguardando Designação de Relator.

Ementa: Institui o Programa de Diagnóstico e Prevenção de Anomalias Fetais, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: realizando exame de prevenção pré-natal. Indexação: criação, programa nacional, obtenção, diagnóstico, prevenção, saúde, deficiência, nascituro, realização, exame médico, exame pré-natal, anterioridade, nascimento, criança, responsabilidade, unidade de saúde, repartição sanitária, instituição hospitalar, hospital, administração pública, inclusão, (SUS), obrigatoriedade, desenvolvimento, educação, objetivo, redução, parto prematuro, risco de vida, mãe, filho.

Proposição: PL 2771/1997

Autor: Lídia Quinan – PMDB/GO

Data de Apresentação: 20/02/1997

Situação: PLEN: Aguardando Definição Encaminhamento.

Ementa: Acrescenta parágrafo ao art. 138 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que "Institui o Código Eleitoral".

Explicação da Ementa: destinando urna especial localizada em andar térreo, de fácil acesso, para os eleitores de idade avançada, enfermos, mulheres grávidas e portadores de deficiências físicas. Indexação: alteração, Código Eleitoral, exigência, colocação, instalação, seção eleitoral, urna eleitoral, local, facilidade, acesso, votação, eleitor, idoso, doente, mulher, gravidez, gestante, pessoa deficiente, deficiente físico.

Proposição: PL 3402/1997

Autor: Marinha Raupp – PSDB/RO

Data de Apresentação: 16/07/1997

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Acrescenta o § 3º ao art. 14 e altera os arts. 80 e 81 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal.

Explicação da Ementa: garantindo à mulher presidiária permanente assistência médica, além do acompanhamento pré-natal e pós-parto, extensivo ao recém-nascido, e, assim também, na fase do climatério e pós-climatério; alterando a composição e a competência do conselho da comunidade.

Indexação: alteração, Lei de Execução Penal, inclusão, assistência médica, garantia, saúde, mulher presidiária, direitos, acompanhamento, exame pré-natal, exame médico, período, anterioridade, posterioridade, parto, gestante, exame pré-natal, extensão, recém-nascido, velhice, colocação, membros, composição, conselho, comunidade, médico, escolha, conselho regional, medicina, cidadão, cadastramento, juízo, execução penal, indicação, juiz, competência, apresentação, representação, informação, deficiência, execução, presídio, penitenciária, mulher, preso.

Proposição: PL 3104/1997

Autor: Álvaro Gaudêncio Neto – PFL/PB

Data de Apresentação: 13/05/1997

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, nas aquisições de ambulâncias por instituições de assistência social sem fins lucrativos e por prefeituras municipais.

Indexação: concessão, isenção, (IPI), aquisição, ambulância, instituição assistencial, obra filantrópica, entidade mantenedora, hospital, maternidade, prefeitura municipal, reconhecimento, apuração, requisitos pessoais, secretaria da receita federal, (MF), créditos, matéria-prima, produto intermediário, confirmação, ilegalidade, alienante, cobrança, tributos, pena, legislação tributária.

Proposição: PL 3175/1997

Autor: Eduardo Jorge – PT/SP

Data de Apresentação: 28/05/1997

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico em Obstetrícia.

Indexação: normas, realização, atividade profissional, técnico, área, saúde, obstetrícia, autorização, exercício profissional, exigência, atendimento, requisitos, definição, Lei Federal, conclusão, curso médio, ensino de segundo grau, duração, prazo determinado, responsabilidade, ensino, curso técnico, reconhecimento, (MEC), obtenção, diploma, origem, país estrangeiro, revalidação, Brasil, competência, atividade técnica, assistência, maternidade, assistência médico-hospitalar, beneficiário, mulher, gestante, parturiente, identificação, dificuldade, parto, função, profissão, hipótese, necessidade, prazo, limitação, chegada, profissional, parteira.

Proposição: PL 3842/1997

Autor: Inácio Arruda – PCdoB/CE

Data de Apresentação: 12/11/1997

Situação: CCJC: Aguardando Designação de Relator.

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame Emissões Evocadas Otoacústicas, e dá outras providências.

Indexação: obrigatoriedade, instituição hospitalar, hospital, maternidade, instituição pública, instituição particular, âmbito nacional, realização, utilização gratuita, exame médico, parte, corpo humano, criança, menor, hipótese, nascimento, instalações, local, unidade de saúde, aparelho auditivo, apuração, audição, definição, denominação, planejamento, organização, fiscalização, orientação, país, atendimento, normas, Lei Federal, competência, (SUS), objetivo, redução, surdo.

Proposição: PL 3126/1997

Autor: Agnelo Queiroz – PCdoB/DF

Data de Apresentação: 20/05/1997

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de confecção de carteiras de identidade para os nascidos na rede pública de saúde em todo o território nacional, e dá outras providências.

Indexação: obrigatoriedade, identificação, nascimento, criança, local, centro de saúde, unidade de saúde, hospital, rede oficial, âmbito, território nacional, posto de identificação, manutenção, posto de saúde, atendimento, confecção, carteira de identidade, exigência, colocação, fotografia, recém-nascido, impressão digital, apresentação, documento, objetivo, obtenção, alta médica, medida de segurança, medida preventiva, dificuldade, tráfico, redução, desaparecimento, seqüestro, menor.

Proposição: PL 3076/1997

Autor: Fátima Pelaes – PSDB/AP

Data de Apresentação: 07/05/1997

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a licença parental.

Indexação: garantia, concessão, licença, empregado, hipótese, pai, mãe, objetivo, tratamento médico, saúde, parente, doença, filho menor, duração, prazo determinado, possibilidade, prorrogação, igualdade, período, comprovação, doença, exigência, atestado médico, fixação, prazo, afastamento, responsabilidade.

Proposição: PL 3268/1997

Autor: Agnelo Queiroz – PCdoB/DF

Data de Apresentação: 17/06/1997

Situação: CCTCI: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Limita a veiculação de pornografia e violência através de mensagens eletrônicas e da Internet.

Indexação: proibição, comercialização, divulgação, mensagem, acesso, criança, adolescente, utilização, programa, processo eletrônico, sistema de computador, (Internet), destinação, assinante, público, inclusão, descrição, imagem visual, sexo, fotografia, pornografia, incentivo, violência, desvio, comportamento, exceção, restrição, critérios, conteúdo, limitação, usuário.

Proposição: PL 3383/1997

Autor: Wilson Braga – PSDB/PB

Data de Apresentação: 10/07/1997

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Acrescenta parágrafo único ao art. 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Explicação da Ementa: Incluindo dentre os crimes em espécie, com pena de reclusão e multa, quem colocar à disposição da criança e do adolescente, ou do público em geral, através de redes de computadores, incluindo a Internet, sem método de controle de acesso, material que contenha descrição ou ilustração de sexo explícito, pornografia, pedofilia ou violência.

Indexação: alteração, dispositivos, Estatuto da Criança e do Adolescente. inclusão, penalidade, pena de reclusão, multa, crime, pessoas, colocação, disposição, criança, adolescente, público, usuário, rede de transmissão, computador, (Internet), inexistência, controle, acesso, material, texto, assunto, sexo, pornografia, violência.

Proposição: PL 3727/1997

Autor: Wigberto Tartuce – PPB/DF

Data de Apresentação: 16/10/1997

Situação: PLEN: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Acrescenta parágrafo ao art. 57 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei de Registros Públicos, dispendo sobre mudança de nome no caso em que especifica.

Explicação da Ementa: Admitindo a mudança do nome mediante autorização judicial nos casos em que o requerente tenha-se submetido à intervenção cirúrgica destinada a alterar o sexo originário, ou seja, operação transexual.

Indexação: alteração, dispositivos, Lei Federal, registro público, autorização, alteração, nome, paciente, motivo, troca, sexo, posterioridade, realização, cirurgia, exigência, ordem judicial, sentença judicial.

Proposição: PL 3996/1997

Autor: Telma de Souza – PT/SP

Data de Apresentação: 10/12/1997

Situação: CCJC: Pronta para Pauta.

Ementa: Cria nas programações da Radiobrás espaço institucional para o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e ONGs.

Indexação: criação, programação, (Radiobrás), reserva, horário, emissora, rádio, divulgação, trabalho, (CNDM), (ONG), vinculação, proteção, mulher, responsabilidade, conselho nacional, escolha, matéria, elaboração, programa.

Proposição: PEC 545/1997

Ementa: Dá nova redação às alíneas “b” e “c” do inciso XLVII do art. 5º da Constituição Federal.

Explicação da Ementa: Estabelece pena de prisão perpétua pela prática de estupro e seqüestro seguido de morte; em casos de condenação a prisão perpétua o condenado será exposto a trabalhos forçados, alterando a nova Constituição Federal.

Indexação: alteração, dispositivos, direitos e garantias fundamentais, Constituição Federal. inclusão, dispositivos, autorização, prisão perpétua, hipótese, estupro, seqüestro, crime hediondo, morte, trabalhos forçados.

Proposição: PEC 557/1997

Autor: Marinha Raupp – PSDB/RO

Data de Apresentação: 20/11/1997

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Acrescenta inciso ao artigo 93, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Explicação da Ementa: Determina que, no mínimo, um quinto dos lugares dos tribunais será provido por mulheres que preencham os requisitos definidos em lei, alterando a nova Constituição Federal. **Indexação:** alteração, dispositivos, organização dos poderes, judiciário, Constituição Federal. inclusão, composição, membros, (STF), (STJ), (TRT), (TRE), (TRF), (STE), (TST), Tribunal Militar, tribunais superiores, Tribunal de Justiça, percentagem, mulher, participação, órgão colegiado, judiciário, exigência, preenchimento, requisitos, legislação, prazo determinado, quantidade, vaga, direito à igualdade.

Proposição: PEC 510/1997

Autor: Feu Rosa – PSDB/ES

Data de Apresentação: 26/08/1997

Situação: CCJC: Pronta para Pauta.

Ementa: Acrescenta parágrafo ao art. 92 da Constituição Federal.

Explicação da Ementa: Determina que, no mínimo, um quinto dos lugares dos tribunais será provido por mulheres que preencham os requisitos definidos em lei, alterando a nova Constituição Federal. Indexação: alteração, dispositivos, organização dos poderes, judiciário, Constituição Federal, inclusão, composição, membros, (STF), (STJ), (TRT), (TRE), (TRF), (TSE), (TST), Tribunal Militar, tribunais superiores, Tribunal de Justiça, porcentagem, mulher, participação, órgão colegiado, judiciário, exigência, preenchimento, requisitos, legislação, prazo determinado, quantidade, vaga, direito à igualdade.

Proposição: PRC 118/1997

Autor: Paulo Paim – PT/RS

Data de Apresentação: 23/01/1997

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Institui a Ouvidoria Permanente da Câmara dos Deputados para encaminhar denúncias de preconceitos e discriminações.

Indexação: criação, ouvidoria, cargo, ouvidor, caráter permanente, natureza, pluripartidarismo, âmbito, câmara dos deputados, vinculação, legislativo, normas, reunião, semana, objetivo, conhecimento, denúncia, critérios, observação, ordem, inscrição, discriminação racial, violação, direitos humanos, população, escolha, membros, suplente, limitação, deputado federal, responsabilidade, partido político, exigência, representação partidária, obrigatoriedade, mandato, prazo determinado, possibilidade, recondução, igualdade, período, relator, elaboração, relatório, encaminhamento, autoridade, homologação, presidência, deveres, comissão permanente, investigação, coleta, informações, discriminação, motivo, raça, cor, grupo étnico, pessoa deficiente, religião, sexo, idade, procedência, estado, avaliação, Lei Federal,

política, governo federal, utilização, emblema, distintivo, propaganda, realização, audiência, apuração, recebimento, queixa, garantia, infra-estrutura.

Proposição: SF PLS 225/1997

Autor: Senador José Ignácio – PSDB/ES

Data de Apresentação: 17/10/1997

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera dispositivos da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que trata da concessão de salário-maternidade, e dá outras providências.

Indexação: alteração, legislação, plano de benefício, Previdência Social, concessão, salário-maternidade, fixação, prazo, direitos, salário-maternidade, segurada, adotante, obtenção, guarda, juízo, criança, limitação, idade.

Proposição: SF PLS 157/1997

Autor: Senadora Benedita da Silva – PT/RJ

Data de Apresentação: 13/08/1997

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Dispõe sobre o assédio sexual no contrato individual de trabalho, e dá outras providências.

Indexação: fixação, normas, assédio sexual, contrato de trabalho, hipótese, justa causa, rescisão, contrato de trabalho, empregado, empregador, assédio sexual, falsidade, denúncia, âmbito, trabalho, obtenção, vantagens, favorecimento, sexo, relação de emprego, prática, preposto, superior hierárquico, serviço, tempo, disposição, denúncia, prática, contrário, pessoa física, direitos, estabilidade, prazo, vítima, formalização, denúncia, conversão, indenização, pagamento em dobro, garantia, estabilidade. Imputação, pena, multa, percentagem, valor, salário, (FAT).

Proposição: SF PLS 108/1997

Autor: Senador Júlio Campos – PFL/MT

Data de Apresentação: 11/06/1997

Situação: Rejeitada a matéria (decisão terminativa).

Ementa: Restaura a vigência do artigo 233 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências”.

Indexação: alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, definição, crime, tortura, fixação, normas, crime, tortura, aumento, pena, porcentagem, criança, gestante, deficiente físico, deficiente mental, revogação, artigo, lei.

Proposição: SF PLS 100/1997

Autor: Senadora Benedita da Silva – PT/RJ

Data de Apresentação: 05/06/1997

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Acrescenta parágrafo ao artigo 229 da Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), punindo a exploração sexual de menores.

Indexação: alteração, Código Penal, fixação, normas, punição, exploração sexual, menor, imputação, pena, reclusão, multa, manutenção, habitação, local, prostituição, destinação, encontro, ato libidinoso, existência, inexistência, lucro, mediação, proprietário, gerente, hipótese, comprovação, presença, menor, agravamento penal.

Proposição: SF PLS 92/1997

Autor: Senador Romero Jucá – PFL/RR

Data de Apresentação: 20/05/1997

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Acrescenta item ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, alterada pela Lei nº 8.930, de 6 de setembro de 1994, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do artigo 5, item XLIII (quarenta e três), da Constituição Federal.

Indexação: alteração, legislação, crime hediondo, fixação, normas, crime hediondo, hipótese, mediação, serviço, terceiros, favorecimento, prostituição, habitação, tráfico, mulher, execução, prejuízo, criança, adolescente, dispositivos, Estatuto da Criança e do Adolescente.

Proposição: SF PLS 82/1997

Autor: Senador Edison Lobão – PFL/MA

Data de Apresentação: 06/05/1997

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera o art. 46, da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, e dá outras providências.

Indexação: alteração, legislação, regime, patrimônio, bens, divórcio, dissolução, casamento, separação judicial, comunhão de bens, direitos, cônjuge, homem, mulher, restabelecimento, casamento, apresentação, requerimento, autos, ação judicial, separação, indicação, regime de casamento, bens.

Proposição: SF PLS 52/1997

Autor: Senador Abdias Nascimento – PDT/RJ

Data de Apresentação: 03/04/1997

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Define os crimes de prática de racismo e discriminação.

Indexação: fixação, normas, definição, crime, execução, discriminação racial, imputação, pena, multa, reclusão, crime, discriminação racial, pessoa física, grupo, fabricação, comercialização, distribuição, símbolo, emblema, distintivos, propaganda, utilização, cruz suástica, cruz gamada, disseminação, nazismo, adoção, aula, estabelecimento de ensino, livro, hipótese, discriminação, dispositivos, lei, tratamento, prejuízo, pessoa física, grupo, sexo, orientação, religião, idade, deficiência, procedência, imputação, pena, detenção, multa, alteração, Código Penal, imputação, pena, crime, pagamento, recompensa, discriminação, raça, cor, sexo, religião.

Proposição: SF PLS 41/1997

Autor: Senadora Emilia Fernandes – PTB/RS

Data de Apresentação: 19/03/1997

Situação: Arquivada ao final da legislatura

Ementa: Dispõe sobre a reserva de recursos para financiamentos habitacionais em benefício da mulher chefe de família, e dá outras providências.

Indexação: fixação normas, reserva, recursos financeiros, financiamento, habitação, benefício, mulher, chefe, família, fixação, critérios, (SFH), destinação, percentagem, recursos, financiamento, habitação, mulher, chefe, família, comprovação, manutenção, justificação judicial.

Proposição: SF PLS 35/1997

Autor: Senador Coutinho Jorge – PSDB/PA

Data de Apresentação: 11/03/1997

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera o art. 15, VI, da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Partidos Políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º (terceiro), inciso V, da Constituição Federal.

Indexação: alteração, legislação, partido político, fixação, normas, requisitos, forma, escolha, candidato, cargo eletivo, função, previsão, eleição, obediência, sistema proporcional, reserva, percentagem, limitação, vaga, preenchimento, candidatura, mulher, prazo, providência, adaptação, estatuto, dispositivos, lei.

Proposição: SF PLS 28/1997

Autor: Senador Carlos Patrocínio – PFL/TO

Data de Apresentação: 04/03/1997

Situação: Retirado pelo autor.

Ementa: Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Planejamento familiar.

Indexação: alteração, legislação, planejamento familiar, fixação, requisitos, autorização, esterilização, homem, mulher, capacidade civil, limitação, maioridade, observância, prazo, manifestação, vontade, cirurgia, regulamentação, fertilidade, perigo, vida, saúde, testemunha, relatório, médico, obrigatoriedade, notificação compulsória, direção, (SUS). imputação, pena, hipótese, esterilização, cirurgia, discordância, dispositivos, lei, pena, reclusão, multa, aumento, percentagem, período, duração, parto, aborto, discriminação, influência, álcool, droga, incapacidade mental, ausência, autorização judicial.

Proposição: SF RQS 120/1997

Autor: Senadora Emilia Fernandes – PTB/RS

Data de Apresentação: 04/02/1997

Situação: Aprovada

Ementa: Requerem, nos termos regimentais, que seja realizada, no próximo dia 5 de março de 1997, às 11 horas, sessão especial conjunta, no Plenário do Senado Federal, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

Indexação: requerimento, senado, sessão especial, conjunta, (CN), plenário, homenagem, dia, internacional, mulher.

Proposição: SF PLC 37/1997

Outros Números: CD PL 02695/1997 CN MSG 00703/1997

Autor: Deputado Edinho Araújo – PMDB/SP

Data de Apresentação: 08/01/1997

Situação: Norma jurídica gerada: LEI 9504/1997.

Ementa: Estabelece normas para as eleições.

Indexação: normas, simultaneidade, eleição, país, Presidente da República, vice-Presidente da República, governador, vice-governador, senador, deputado federal, deputado estadual, deputado distrital, realização, segundo turno, fixação, posse, registro, candidato, aumento, percentagem, mulher, possibilidade, coligação partidária, estatuto, partido político, (TSE), exigência, domicílio eleitoral, filiação partidária, substituição, candidatura, cancelamento, inscrição, campanha eleitoral, arrecadação, aplicação, recursos financeiros, contribuição, anotação, livro, recibo, organização, comitê movimento financeiro, prestação de contas, abertura, conta corrente, proibição, sociedade anônima de capital aberto, doação, limitação, gastos pessoais, utilização, máquina, matéria administrativa, confecção, gráfica, descumprimento, perda, direitos, fundo partidário, inclusão, restrição, transferência, recursos, propaganda, anterioridade, prazo, eleições, empresa, pesquisa, opinião pública, notificação, justiça eleitoral, informações, divulgação, resultado, acesso, dados, representação partidária, autorização, propaganda eleitoral, ampliação, horário gratuito, colocação, intervalo, programação,

emissora, rádio, televisão, imprensa, esclarecimentos, eleitorado, comício, cartaz, empresa de publicidade, indicação, local, hipótese, ofensa, direito de resposta, debate, diferença, cédula eleitoral, cor, sistema majoritário, sistema proporcional, falta, informática, processo eletrônico, votação, apuração, voto, dispensa, cédula oficial, fiscalização, serviço eleitoral, juiz eleitoral, nomeação, mesa eleitoral, exceção, menoridade, fiscal, delegado, obrigatoriedade, eleitor, documento, fotografia, redução, fraude, sistema eleitoral, boletim, urna eleitoral, divulgação, resultado, junta eleitoral, juiz, presidência, mesa apuradora, recontagem, motivo, impugnação, definição, crime eleitoral, penalidade, pena de detenção, pena de prisão, multa, (UFIR), pessoa jurídica, infrator, impedimento, participação, licitação, contrato, administração pública, limitação, prazo, inscrição eleitoral, alistamento eleitoral, (TRE), deferimento, pedido, correição, zona eleitoral, excesso, transferência, título de eleitor, ato nulo, servidor público civil, remoção, exoneração, cargo público, concurso público.

Proposição: SF PLC 49/1997

Outros Números: CD PL 02369/1996

Autor: Deputado José Aníbal – PSDB/SP

Data de Apresentação: 11/09/1996

Situação: Prejudicada.

Ementa: Altera a Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para incluir a temática direitos humanos no currículo do ensino fundamental e médio.

Indexação: obrigatoriedade, inclusão, disciplina escolar, direitos humanos, currículo, ensino de primeiro grau, ensino fundamental, atividade educacional, abrangência, capacidade, divulgação, informação, reconhecimento, definição, direitos, cidadania, indivisibilidade, interdependência, direito civil, direito econômico, ausência, discriminação racial, sexo, religião, opinião, política, objetivo, desenvolvimento educacional, democracia, comemoração, dia nacional.

Proposição: SF PLC 76/1997

Outros Números: CD PL 00929/1995

Autor: Deputado Paulo Rocha – PT/PA

Data de Apresentação: 06/09/1995

Situação: Norma jurídica gerada: LEI 9777/1998.

Ementa: Altera os artigos 132, 203 e 207 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Indexação: definição, crime, organização, trabalho, atentado, interesses difusos, direitos coletivos, trabalhador, ausência, prejuízo, dispositivos, Código Penal, lei especial, caracterização, infração, recrutamento, empregado, realização, desconto, salário, valor, transporte, hospedagem, antecipação, ausência, garantia, retorno, local, origem, descumprimento, normas, condições sanitárias, segurança do trabalho, duração, horário de trabalho, jornada de trabalho, contratação, menor, limite de idade, criança, exceção, aprendiz, proibição, trabalho noturno, atividade insalubre, coação física, permanência, localidade, agravação penal, utilização, arma, vítima, menor idade, mulher, gravidez, índio, deficiente físico, deficiente mental, pessoa deficiente, retenção, documentação, falta, registro, anotação, carteira de trabalho, Previdência Social, contrato de trabalho, crime culposo, inexistência, violência, aplicação, juiz, perda, imóvel, estabelecimento, exigência, aquisição, alimentos, gêneros de primeira necessidade, manutenção, trabalhos forçados, escravidão, privação, liberdade de locomoção, maus-tratos, fixação, penalidade, tomador de serviço, proprietário, arrendatário, preposto, administrador, gerente, empreiteiro, responsável, pena de detenção, pena de reclusão, multa, restrição, infrator, obtenção, financiamento, empréstimo público, incentivo fiscal, prazo determinado.

Proposição: SF PLC 10/1997

Outros Números: CD PL 00241/1995

Autor: Deputada Raquel Capiberibe – PSB/AP

Data de Apresentação: 28/03/1995

Situação: Norma jurídica gerada: LEI 9520/1997.

Ementa: Revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, referentes ao exercício do direito de queixa pela mulher.

Indexação: alteração, dispositivos, código de processo penal, revogação, proibição, mulher, necessidade, autorização, cônjuge, marido, exercício, representação, processo judicial, direito de queixa.

Proposição: PL 4703/1998

Autor: Francisco Silva – PPB/RJ

Data de Apresentação: 11/08/1998

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Acrescenta o inciso VIII e o § 1º ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos.

Explicação da Ementa: incluindo como crime hediondo o aborto provocado pela gestante, ou por terceiros, com o seu consentimento.

Indexação: alteração, Lei Federal, crime hediondo, inclusão, aborto, voluntário, interrupção, gravidez, mulher, gestante, consentimento, provocação, terceiros, motivo, direito à vida, nascituro, objetivo, punição, responsável, crime.

Proposição: PL 4412/1998

Autor: Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR

Data de Apresentação: 16/04/1998

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Acrescenta artigos à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre crimes de abuso sexual.

Explicação da Ementa: Inclui a pena de reclusão para quem pratica conjunção carnal, atentado violento ao pudor, ato libidinoso, incluindo na mesma pena quem persuade, induz, atrai ou coage criança ou adolescente a praticar o crime.

Indexação: alteração, dispositivos, Estatuto da Criança e do Adolescente, inclusão, penalidade, pena de reclusão, pessoas, abuso sexual, conjunção carnal, atentado ao pudor, coação, ato libidinoso, fotografia, publicação, publicidade, divulgação, pornografia, sexo, computador, (Internet), corrupção de menores, vítima, criança, adolescente, menor, ressalva, motivo, casamento.

Proposição: PL 4089/1998

Autor: Enio Bacci – PDT/RS

Data de Apresentação: 20/01/1998

Situação: MESA: Aguardando Retorno.

Ementa: Institui o exame ginecológico preventivo gratuito, inclusive exame de mamografia, custeados pelo SUS.

Indexação: autorização, mulher, limite de idade, nacionalidade brasileira, direitos, exame médico, prevenção, câncer, utilização gratuita, hospital, credenciamento, (SUS), custo, responsabilidade, governo, exigência, comprovação, pessoa carente, estado de pobreza.

Proposição: PL 4146/1998

Autor: Feu Rosa – PSDB/ES

Data de Apresentação: 10/02/1998

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Acrescenta parágrafo ao art. 35 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Destina recursos públicos para a melhoria da alimentação de crianças com até seis anos de idade, nutrizes e gestantes.

Indexação: alteração, dispositivos, Lei Federal, normas, promoção, proteção, recuperação, saúde, organização, funcionamento, serviço, inclusão, obrigatoriedade, destinação, percentagem, recursos públicos, estados, municípios, programa, oferecimento, atendimento, natureza alimentar, alimentos, beneficiário, criança, menor, limite de idade, mulher, gestante, nutriz, possibilidade, ocorrência, risco de vida, efeito, deficiência, nutrição, desnutrição.

Proposição: PL 4429/1998

Autor: Zulaiê Cobra – PSDB/SP

Data de Apresentação: 29/04/1998

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Altera o art. 219 do Decreto-Lei nº 2.848, de 8 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro).

Explicação da Ementa: Exclui o termo “honesta” de conceituação pessoal e subjetiva e dando ao sexo masculino os mesmos direitos oferecidos à mulher.

Indexação: alteração, dispositivos, Código Penal, inclusão, Crime Contra os Costumes, rapto, homem, direito à igualdade, exclusão, exigência, característica, mulher, motivo, aumento, homossexualismo, situação social, violação, liberdade sexual.

Proposição: PL 4756/1998

Autor: Flávio Arns – PSDB/PR

Data de Apresentação: 25/08/1998

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a redução da jornada de trabalho da mãe empregada que tenha filho portador de deficiência.

Indexação: redução, jornada de trabalho, mãe, trabalhador, empregado, mulher, responsabilidade, guarda, filho, filha, pessoa deficiente, excepcional, deficiente físico, surdo, cego, deficiente mental, empresa, empregador, dedução, contribuição previdenciária, Previdência Social.

Proposição: PL 4578/1998

Autor: De Velasco – Prona/SP

Data de Apresentação: 01/06/1998

Situação: MESA: Aguardando Recurso.

Ementa: Estabelece a gratuidade da realização de exames de DNA para fins de reconhecimento de paternidade e maternidade.

Indexação: garantia, gratuidade, exame de DNA, padrão genético, investigação de paternidade, maternidade, pessoa carente, padrão genético, determinação, juiz, vara de família, oficial intermediário, autoridade judiciária, competência, órgão público, (MS), convenio, (SUS), objetivo, reconhecimento, filho.

Proposição: PL 4716/1998

Autor: Rita Camata – PMDB/ES

Data de Apresentação: 12/08/1998

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Altera o parágrafo único do art. 39, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Suprime a necessidade de comprovação do exercício da atividade rural nos doze meses anteriores ao início do benefício do salário maternidade concedido à segurada especial.

Indexação: alteração, Lei Federal, plano de benefícios, Previdência Social, exclusão, exigência, comprovação, período, exercício profissional, atividade rural, categoria especial, trabalhador autônomo, mulher, gestante, segurado, direitos, recebimento, salário maternidade, benefício previdenciário.

Proposição: PL 4428/1998

Autor: Fernando Ferro – PT/PE

Data de Apresentação: 29/04/1998

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Altera dispositivos da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Estende o salário-maternidade a segurada especial e a trabalhadora autônoma e equiparada, devendo ser pago diretamente pela Previdência Social.

Indexação: alteração, Lei Federal, plano de benefícios, Previdência Social, concessão, direitos, segurado, categoria especial, trabalhador autônomo, mulher, recebimento, salário maternidade, pagamento, valor, salário mínimo.

Proposição: PL 4226/1998

Autor: Enio Bacci – PDT/RS

Data de Apresentação: 10/03/1998

Situação: CCJC: Pronta para Pauta.

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade das casas noturnas em distribuir camisinhas aos frequentadores e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Inclui boate, danceteria, bailões e similares que acham qualquer tipo de ingresso e reservam espaços para dança, que tenham capacidade mínima para 500 pessoas.

Indexação: determinação, casa noturna, hipótese, cobrança, ingresso, reserva, espaço, realização, diversão pública, inclusão, capacidade, limitação, quantidade, pessoas, obrigatoriedade, distribuição, preservativo, objetivo, divulgação, prevenção, doença transmissível, (AIDS), fiscalização, cumprimento, normas, competência, (MS).

Proposição: PL 4403/1998

Autor: Max Rosenmann – PSDB/PR

Data de Apresentação: 15/04/1998

Situação: MESA: Aguardando Retorno.

Ementa: Dispõe sobre mensagens de prevenção da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – AIDS, em preservativos e absorventes higiênicos.

Indexação: obrigatoriedade, publicidade, mensagem, embalagem, produto de higiene, absorção, preservativo, utilização, sexo, mulher, homem, advertência, prevenção, doença transmissível, sexualidade, (AIDS), educação sexual, conscientização, pessoas, hipótese, infração, aplicação, legislação sanitária.

Proposição: PDC 737/1998

Autor: Severino Cavalcanti – PPB/PE

Data de Apresentação: 19/11/1998

Situação: MESA: Aguardando Deliberação de Recurso.

Ementa: Susta a aplicação de Norma Técnica expedida pelo Ministério da Saúde.

Explicação da Ementa: Susta a norma técnica que permite a prática de aborto nos hospitais mediante a apresentação do boletim de ocorrência policial, acompanhado de declaração da gestante de que a gravidez foi resultado de violência sexual.

Indexação: sustação, aplicação, normas técnicas, expedição, (MS), prevenção, tratamento médico, mulher, adolescente, violência, exploração sexual, estupro, motivo, hospital, realização, aborto, interrupção, gravidez, gestante, apresentação, boletim, ocorrência, declaração, gestante.

Proposição: RIC 3991/1998

Autor: Roland Lavigne – PFL/BA

Data de Apresentação: 04/11/1998

Situação: MESA: Aguardando Remessa ao Executivo.

Ementa: Solicita informações ao ministério da saúde sobre esterilização de mulheres indígenas no sul da Bahia.

Indexação: solicitação, informação, (MS), esterilização, mulher, índio, reserva indígena, comunidade indígena, estado, (BA), cirurgia, (AIH), médico, apuração, denuncia.

Proposição: SF PLS 117/1998

Autor: Senadora Emília Fernandes – PDT/RS

Data de Apresentação: 21/05/1998

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Autoriza o poder executivo a disponibilizar, em nível nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher.

Indexação: fixação, normas, autorização, executivo, disponibilidade, país, número, telefone, destinação, atendimento, denúncia, violência, mulher.

Proposição: SF PRS 54/1998

Autor: Senadora Emília Fernandes – PDT/RS

Data de Apresentação: 21/05/1998

Situação: Arquivada ao final da legislatura

Ementa: Cria a Comissão de Direitos Humanos e Questões de Gênero e dá outras providências.

Indexação: alteração, regimento interno, senado, criação, Comissão de Direitos Humanos e Questões de gênero, competência, opção, garantia, promoção, direitos humanos, direitos, mulher, proteção, família, normas gerais, integração social, pessoa física, deficiente físico, infância, juventude, idoso, exclusão, termo, artigo, regimento interno, senado, fixação, prazo, realização, reunião, comissão permanente, sessão legislativa, sessão ordinária, semana, aplicação, normas, regimento interno, exclusão, conflito, dispositivos, resolução.

Proposição: SF PLS 103/1998

Autor: Senador José Ignácio – PSDB/ES

Data de Apresentação: 14/05/1998

Situação: Arquivada ao final da legislatura

Ementa: Altera os artigos 215, 216 e 231 do Decreto-Lei 2848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Indexação: alteração, Código Penal. Fixação, normas, imputação, pena, hipótese, conjunção carnal, mulher, utilização, fraude, indução, execução, permissão, ato libidinoso, reclusão. Promoção, facilitação, entrada, território nacional, pessoa física, exercício, prostituição, país estrangeiro.

Proposição: SF PRS 25/1998

Autor: Senadora Emília Fernandes – PDT/RS

Data de Apresentação: 18/03/1998

Situação: Norma jurídica gerada: RSF 2/2001.

Ementa: Institui o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz e dá outras providências. (Volume – XVII)

Indexação: criação, Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, destinação, concessão, agradecimento, mulher, país, oferecimento, contribuição, defesa, direitos, fixação, critérios, destinação, diploma, ano, sessão, senado, atividade, dia internacional, mulher, dia, mês, março, número, área, atuação, prazo, indicação, nome, encaminhamento, mesa diretora, senado, Curriculum Vitae, apreciação, indicação, escolha, conselho, representante, partido político.

Proposição: SF PLC 27/1998

Outros Números: CD PL 04157/1998

Autor: Deputado Hélio Bicudo – PT/SP

Data de Apresentação: 11/02/1998

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Institui o Programa Nacional de Apoio à Infância, dispõe sobre a ampliação dos benefícios da merenda escolar e dá outras providências.

Indexação: criação, programa nacional, assistência, infância, objetivo, garantia, alimentação, mulher, gestante, criança, limite de

idade, incentivo, regionalização, produção, produto alimentício, financiamento, recursos, redução, migração, oferecimento, emprego, trabalhador rural, formação, fundo nacional, captação de recursos, execução, projeto, estruturação, conselho, alimentação escolar, pequeno produtor rural, estados, recebimento, recursos financeiros, merenda escolar, distribuição gratuita, alimentos.

Proposição: SF PLS 43/1998

Autor: Senador Humberto Lucena – PMDB/PB

Data de Apresentação: 11/02/1998

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera a Lei 8213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social, e dá outras providências.

Indexação: alteração, legislação, plano de benefícios, Previdência Social, normas, fixação, direitos, salário maternidade, trabalhador autônomo, empregado doméstico, trabalhador avulso, segurado especial, observação, dispositivos, artigo, legislação previdenciária, prazo, solicitação, (INSS), trabalhador autônomo, valor, salário base, observação, carência, obtenção, período, amamentação.

Proposição: SF PLS 24/1998

Autor: Senadora Marina Silva – PT/AC

Data de Apresentação: 30/01/1998

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera a redação dos artigos 71 e 73 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social, e dá outras providências estendendo o salário-maternidade à trabalhadora autônoma.

Indexação: alteração, legislação, plano de benefícios, Previdência Social, atendimento, salário maternidade, trabalhador autônomo, débitos, segurado, observação, prazo, período, parto, situação, requisitos, previsão, proteção, maternidade. competência, pagamento, salário maternidade, valor, salário de contribuição,

respeito, carência, empregado doméstico, segurado especial, regulamentação, lei.

Proposição: SF PLS 3/1998

Autor: Senador José Ignácio PSDB/ES

Data de Apresentação: 07/01/1998

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera a Lei 8213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social.

Indexação: alteração, normas, plano de benefícios, Previdência Social, direitos, salário maternidade, débitos, segurada, empregado, trabalhador avulso, trabalhador autônomo, empregado doméstico, segurado especial, cumprimento, dispositivos, lei, prazo, data, observação, requisitos, legislação, proteção, maternidade, competência, Previdência Social, pagamento, valor, média, ano, respeito, carência, salário de contribuição, salário mínimo.

Proposição: SF PLC 56/1998

Outros Números: CD MSC 00907/1997 CD PL 03470/1997

Autor: Externo – Executivo Federal

Data de Apresentação: 08/08/1997

Situação: Retirado pelo autor.

Ementa: Cria o Quadro de Oficiais de Saúde do Exército – QOSAU, e dá outras providências.

Indexação: criação, quadro de oficiais, saúde, exército, atendimento, necessidade, (OM), pessoal, nível superior, graduação, medicina, farmácia, odontologia, veterinária, enfermagem, área, atividade profissional, composição, oficiais, médico, farmacêutico, dentista, veterinário, oficial, enfermeiro, posto militar, general de divisão, general de brigada, coronel, tenente coronel, major, capitão, primeiro tenente, competência, ministro de estado, distribuição, efetivos militares, requisitos, ingresso, militar da ativa, reserva militar, inexistência, remuneração, limitação, oficial de carreira, integração, (GAO), regulamento, normas, admissão, candidato, mulher, (ME), fixação, vaga, concurso, limite de idade, graduação imediata, tempo de serviço, curso de formação, estágio, habilitação, concurso pú-

blico, definição, precedência, hierarquia militar, aluno, matrícula, segundo tenente, critérios, desligamento, nomeação, classificação, promoção, utilização, uniforme, extinção, (QOSS), opção, (QCO), entrada, alteração, dispositivos, Lei Federal, pessoal, (ME), inclusão, oficiais, área, saúde.

Proposição: PL 343/1999

Autor: Chico da Princesa – PTB/PR

Data de Apresentação: 18/03/1999

Situação: CCJC: Aguardando Designação de Relator.

Ementa: Institui a Semana de Prevenção do Aborto, e dá outras providências, a ser desenvolvida, anualmente, na primeira semana do mês de maio.

Indexação: Competência, (MS), organização, campanha nacional, utilização, divulgação, meios de comunicação, rádio, televisão, jornal, campanha educacional, realização, convênio, municípios, estados, área, saúde, objetivo, conferência, debate, esclarecimentos, estudantes, ensino fundamental, ensino médio, educação sexual, prevenção, gravidez, redução, aborto, ato ilícito.

Proposição: PL 605/1999

Autor: Professor Luizinho – PT/SP

Data de Apresentação: 13/04/1999

Situação: MESA: Aguardando Retorno.

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade dos servidores das Delegacias de Polícia informarem às vítimas de estupro sobre o direito de aborto legal.

Indexação: Obrigatoriedade, servidor, delegacia de policia, informação, vitima, estupro, mulher, possibilidade, realização, aborto, relação, hospital, atendimento, medico, consentimento, gestante, representante legal, interrupção, gravidez.

Proposição: PL 456/1999

Autor: Enio Bacci – PDT/RS

Data de Apresentação: 30/03/1999

Situação: CCJC: Pronta para Pauta.

Ementa: Altera o § 2º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Permitindo que a adoção seja formalizada, bastando que um dos cônjuges tenha completado dezoito anos de idade.

Indexação: Alteração, dispositivos, Estatuto da Criança e Adolescente, redução, limite de idade, viabilidade, pessoas, cônjuge, concubinato, formalização, adoção judicial, criança, menor, exclusão, exigência, comprovação, estabilidade, família.

Proposição: PL 457/1999

Autor: Enio Bacci – PDT /RS

Data de Apresentação: 30/03/1999

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Facilita regras de adoção, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Permitindo que a adoção seja formalizada, desde que o adotante seja mais velho que o adotado.

Indexação: Alteração, dispositivos, Estatuto da Criança e do Adolescente, exclusão, limite de idade, adotante, pré-requisito, pessoas, idade, superioridade, adotando, objetivo, adoção judicial, criança, menor, adotado.

Proposição: PL 460/1999

Autor: Enio Bacci – PDT /RS

Data de Apresentação: 03/03/1999

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Altera o art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, permitindo adoção a partir de 18 (dezoito) anos, independente do estado civil, e dá outras providências.

Indexação: Alteração, dispositivos, Estatuto da Criança e do Adolescente, redução, limite de idade, viabilidade, pessoas, cônjuge, concubinato, formalização, adoção judicial, criança, menor.

Proposição: PL 529/1999

Autor: Enio Bacci – PDT/RIS

Data de Apresentação: 06/04/1999

Situação: CCJC: Aguardando Designação de Relator.

Ementa: Modifica o Código Civil, facilitando adoção independente de idade, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Estabelecendo que o adotante deverá, pelo menos, ser mais velho que o adotado.

Indexação: Alteração, dispositivos, Código Civil, exclusão limite de idade, exigência, adotante, adotado, objetivo, facilitação, adoção, criança, adolescente.

Proposição: PL 534/1999

Autor: Enio Bacci – PDT/RS

Data de Apresentação: 06/04/1999

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Facilita a adoção para qualquer casal, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Excluindo a exigência de 5 (cinco) anos de casamento, mas que o casal tenha convivência familiar.

Indexação: Alteração, dispositivos, Código Civil, exclusão, exigência, prazo, casamento, sociedade conjugal, casal, objetivo, facilitação, adoção, criança, adolescente.

Proposição: PL 536/1999

Autor: Enio Bacci – PDT/RS

Data de Apresentação: 06/04/1999

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Revoga a exigência de ter 30 (trinta) anos de idade para poder adotar, e dá outras providências.

Indexação: Alteração, dispositivos, Código Civil, redução, limite de idade, adotante, objetivo, facilitação, adoção, criança, adolescente.

Proposição: PL 1090/1999

Autor: Dr. Hélio – PDT/SP

Data de Apresentação: 02/06/1999

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Altera o art. 71 e inclui artigo na Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, para estender o direito ao salário-maternidade às

seguradas em geral, por ocasião do nascimento de filho ou por motivo de adoção de menor.

Indexação: Alteração, Lei Federal, plano de benefícios, Previdência Social, concessão, direitos, segurado, categoria especial, trabalhador, autônomo, mulher, recebimento, salário maternidade, filho, hipótese, adoção, criança, menor, pagamento, valor, salário mínimo.

Proposição: PL 1391/1999

Autor: Rita Camata – PMDB/ES

Data de Apresentação: 04/08/1999

Situação: PLEN: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre exigências para a adoção internacional.

Indexação: alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, obrigatoriedade, estudo, possibilidade, manutenção, criança, adolescente, família, residência, domicílio, anterioridade, concessão, adoção, âmbito internacional, necessidade, intermediação, órgão público, instituição particular, país estrangeiro, ordem, adotante, credenciamento, país, Brasil, exigência, criação, existência, comissão estadual, objetivo, controle, análise, fiscalização, situação social, avaliação psicológica, manutenção, cadastro, centralização, registro, interessado, brasileiros, estrangeiro, hipótese, remissão, infração, responsabilidade, instituição assistencial, transação, ajuste, penalidade, redução, tráfico, menor.

Proposição: PL 1546/1999

Autor: Ademir Lucas – PSDB/MG

Data de Apresentação: 24/08/1999

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Acrescenta dispositivo na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estender o direito à licença e ao salário-maternidade por motivo de adoção de menor.

Explicação da Ementa: Estabelecendo que se a adoção ou guarda judicial for de criança até um ano, será concedido três meses de licença a gestante e três meses de salário-maternidade e, se a criança for maior de um ano, será concedido trinta dias de cada benefício.

Indexação: alteração, legislação trabalhista, (CLT), Lei Federal, plano de benefícios, Previdência Social, concessão, direitos, licença a gestante, salário maternidade, mulher, trabalhador, empregado, adoção, guarda, criança, menor, diferença, prazo, limite de idade, recém-nascido.

Proposição: PL 1553/1999

Autor: Olavo Calheiros – PMDB/AL

Data de Apresentação: 24/08/1999

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Modifica o art. 50 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – para instituir Cadastro Nacional que viabilize consultas para adoção de crianças e adolescentes por pessoas que preencham as condições para tal.

Indexação: Alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, criação, cadastro, âmbito nacional, informação, dados, criança, adolescente, integração, família, pessoas, interessado, adoção, preenchimento, requisitos.

Proposição: PL 1611/1999

Autor: Marcos Rolim – PT/RS

Data de Apresentação: 1º/09/1999

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para conceder licença remunerada à empregada adotante ou com guarda judicial de menor.

Explicação da Ementa: Concedendo noventa dias no caso de criança até um ano e trinta dias para criança com idade entre um e seis anos.

Indexação: Alteração, legislação trabalhista, (CLT), concessão, licença a adotante, empregado, remuneração, mãe adotiva, adoção judicial, criança, limite de idade, limitação, prazo, objetivo, adaptação, filho adotivo, família.

Proposição: PL 60/1999

Autor: Iara Bernardi – PT/SP

Data de Apresentação: 24/02/1999

Situação: PLEN: Pronta para Pauta.

Ementa: Dispõe sobre o atendimento às vítimas de violência sexual.

Explicação da Ementa: O atendimento deverá ser imediato e multidisciplinar para o controle e tratamento do ponto de vista físico e emocional da vítima.

Indexação: Definição, violência, abuso sexual, exploração sexual, estupro, situação, emergência, assistência médica, obrigatoriedade, atendimento, hospital público, hospital particular, tratamento médico, vítima, garantia, assistência psicológica, diagnóstico, lesão corporal, cirurgia, reparação, parte, corpo humano, facilitação, identificação, agressão, medicamentos, prevenção, gravidez, doença sexualmente transmissível, (Aids), coleta, material genético, teste, identificação, criminoso.

Proposição: PL 905/1999

Autor: Freire Júnior – PMDB/TO

Data de Apresentação: 12/05/1999

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre os crimes de violência familiar, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Conceituando violência familiar, violência psicológica, lesão ou dano psicológico; tipificando maus tratos, estupro de cônjuge ou companheira, estupro incestuoso e abuso sexual incestuoso.

Indexação: Definição, crime, violência, família, parente, abuso de poder, exploração sexual, incesto, coação física, estupro, intimidação, perseguição, danos morais, ameaça, chantagem, vigilância, restrição, liberdade pessoal, lesão, agressão, cônjuge, companheira, filho, filha, penalidade, pena de detenção, pena de reclusão, ação penal, pública, situação, emergência, autoridade policial, medidas acautelatórias, afastamento, criminoso, comunicações, juízo, encaminhamento, cópia, ocorrência, assistência social.

Proposição: PL 809/1999

Autor: Maria do Carmo Lara – PT/MG

Data de Apresentação: 04/05/1999

Situação: MESA: Aguardando Retorno.

Ementa: Dispõe sobre a descentralização dos recursos destinados a programas de atendimento aos desnutridos e às gestantes em risco nutricional, e dá outras providências.

Indexação: Normas, descentralização, programa, aleitamento materno, (MS), repasse, recursos financeiros, orçamento, União federal, municípios, atendimento, criança, gestante, desnutrição.

Proposição: PL 928/1 – PDT/RJ

Data de Apresentação: 13/05/1999

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Regulamenta o disposto no § 7º do art. 201 da Emenda Constitucional nº 20.

Explicação da Ementa: Exigindo o cumprimento da carência regulamentar para a concessão da aposentadoria por idade ou por tempo de contribuição; regulamentando a nova Constituição Federal – reforma previdenciária.

Indexação: regulamentação, Constituição Federal, emenda constitucional, Previdência Social, exigência, trabalhador, homem, mulher, cumprimento, prazo, carência, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, contribuição previdenciária.

Proposição: PL 61/1999

Autor: Lara Bernardi – PT/SP

Data de Apresentação: 24/02/1999

Situação: MESA: Transformado em Norma Jurídica.

Ementa: Dispõe sobre o crime de assédio sexual, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Estabelecendo a pena de detenção de três meses a um ano e multa para crime de assédio sexual, podendo ser aumentada em até dois terços conforme o grau da relação entre o agente e a vítima.

Indexação: Definição, tipicidade, assédio sexual, palavra, coação

física, homem, mulher, violência, ameaça grave, constrangimento ilegal, tentativa, ato, exploração sexual, estupro, fixação, penalidade, pena de detenção, pena de reclusão, multa, circunstância agravante, agravação penal, hipótese, empregador, chefe, abuso de poder, relacionamento, trabalho, membros, família, pais, ascendente, descendente, padrasto, madrasta, irmão, tutor, curador, médico, área, saúde, exercício profissional, vítima, paciente.

Proposição: PL 62/1999

Autor: Iara Bernardi – PT/SP

Data de Apresentação: 24/02/1999

Situação: CCJC: Aguardando Parecer.

Ementa: Altera os arts. 482, 483 e 468 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Explicação da Ementa: Incluindo a prática de assédio sexual a empregado subordinado como justa causa para rescisão do contrato e permitindo a vítima pleitear a devida indenização e/ou mudança de local de serviço.

Indexação: alteração, legislação trabalhista, (CLT), inclusão, assédio sexual, motivo, justa causa, rescisão, contrato de trabalho, empregador, subordinação, direitos, hierarquias, transferência, função, setor, local, trabalho, competência, (MTB), definição, normas, programa, prevenção, esclarecimentos, procedimento, encaminhamento, denúncia, exploração sexual.

Proposição: PL 858/1999

Autor: Freire Júnior – PMDB/TO

Data de Apresentação: 06/05/1999

Situação: MESA: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Dispõe sobre o crime de assédio sexual.

Indexação: Definição, crime, assédio sexual, palavra, coação física, constrangimento ilegal, exploração sexual, exercício profissional, membros, família, autoridade, penalidade, pena de reclusão, multa, circunstância agravante, empregador, chefe, ameaça, cônjuge, ameaça grave, violência, médico, vítima, paciente, cassação, suspensão, registro profissional, autoridade, medidas acautelatórias,

afastamento, infrator, encaminhamento, boletim, ocorrência, autoridade municipal, assistência, social, saúde, omissão, autoridade policial, processo disciplinar.

Proposição: PL 1548/1999

Autor: Alberto Mourão – PMDB/SP

Data de Apresentação: 24/08/1999

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre o transporte ferroviário de passageiros.

Explicação da ementa: Obrigando a destinação de vagão no trem destinado ao transporte exclusivo de mulher.

Indexação: obrigatoriedade, empresa de transporte ferroviário, passageiro, trem, destinação, vagão, uso privativo, exclusividade, mulher, redução, assédio sexual.

Proposição: PL 235/1999

Outros Números: PL 253/1999 Autor: Dr. Hélio – PDT/TO

Data de Apresentação: 10/03/1999

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências, estabelecendo penalidades para a veiculação de pornografia infantil pelas redes de distribuição de informações, em especial a Internet.

Explicação da Ementa: A pena de reclusão será de dois a oito anos, incluindo na mesma pena quem persuade, induz, intermedeia, atrai ou coage criança ou adolescente a praticar o crime.

Indexação: alteração, dispositivos, Estatuto da Criança e do Adolescente. aumento, penalidade, pena de reclusão, pessoas, abuso sexual, conjunção carnal, atentado ao pudor, coação, ato libidinoso, fotografia, televisão, publicidade, divulgação, pornografia, sexo, computador, (Internet), corrupção de menores, vítima, criança, adolescente, menor.

Proposição: PL 436/1999

Autor: Luis Barbosa – PPB /RR

Data de Apresentação: 25/03/1999

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Altera o art. 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Explicação da Ementa: Aplicando a pena de reclusão para quem veicular por meio de computador (Internet), imagens de qualquer ato libidinoso envolvendo criança ou adolescente ou aliciar para a prática da prostituição.

Indexação: alteração, dispositivos, Estatuto da Criança e do Adolescente, inclusão, penalidade, pena de reclusão, pessoas, abuso sexual, conjunção carnal, atentado ao pudor, coação, ato libidinoso, fotografia, publicação, publicidade, divulgação, pornografia, sexo, computador, (Internet), corrupção de menores, vítima, criança, adolescente, menor, prostituição.

Proposição: PL 631/1999

Autor: Pedro Pedrossian – PFL/MS

Data de Apresentação: 14/04/1999

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Modifica o art. 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, caracterizando criminalmente a pornografia infantil nas redes de comunicação de dados, inclusive na Internet.

Indexação: alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, inclusão, pessoas, abuso sexual, conjunção carnal, atentado ao pudor, coação, ato libidinoso, fotografia, publicação, publicidade, divulgação, pornografia, sexo, computador, (Internet), corrupção de menores, vítima, criança, adolescente, menor, aplicação, pena de reclusão.

Proposição: PL 1173/1999

Autor: Marçal Filho – PMDB/MS

Data de Apresentação: 15/06/1999

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a aplicação de um terço das penas previstas nos artigos 213 e 214 do Código Penal aos membros da família que se omitirem quando o crime for praticado por parentes da vítima.

Explicação da ementa: Estabelecendo pena por omissão ao parente de vítima de estupro e atentado violento ao pudor que sabendo da existência do crime, não comunicar às autoridades.

Indexação: alteração, Código Penal, inclusão, pena de reclusão, pessoas, família, omissão, crime, parente, vítima, estupro, exploração sexual, abuso, violência, atentado ao pudor, criança, adolescente, menor.

Proposição: PL 1264/1999

Autor: Marçal Filho – PMDB /MS

Data de Apresentação: 23/06/1999

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Suprime a extinção da punibilidade prevista no inciso VII do art. 107 do Código Penal.

Explicação da Ementa: Acaba com a extinção da punibilidade de Crime Contra os Costumes quando o criminoso casa-se com a vítima.

Indexação: Alteração, Código Penal, revogação, extinção da punibilidade, hipótese, criminoso, casamento, vítima, estupro, exploração sexual, corrupção de menores, rapto, atentado ao pudor, Crime Contra os Costumes.

Proposição: PL 2054/1999

Autor: Wanderley Martins – PDT/RJ

Data de Apresentação: 16/11/1999

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Introduce parágrafo no art. 74 e no inciso VII do art. 81 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Explicação da Ementa: Exigindo que locais de jogos de *videogame* devem reservar espaço restrito aos maiores de 18 anos para explorar fitas de lutas marciais, armas, técnica de treinamento para matar e sexo explícito.

Indexação: Alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, inclusão, exigência, estabelecimento comercial, local, exploração, diversão pública, jogo, material eletrônico, adolescente, criança,

menor, restrição, atividade, violência, atentado ao pudor, sexo, maioridade.

Proposição: PL 2244/1999

Autor: Valdemar Costa Neto – PL/SP

Data de Apresentação: 14/12/1999

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Modifica art. 143 da Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, extinguindo proibição de identificação da criança ou adolescente acusado de infração.

Indexação: Alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, extinção, proibição, divulgação, autorização, identificação, menor, infrator, hipótese, crime, morte, homicídio, assalto, tráfico, droga, estupro, atentado ao pudor, seqüestro, terrorismo, quadrilha.

Proposição: PL 246/1999

Autor: Moreira Ferreira – PFL/SP

Data de Apresentação: 10/03/1999

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Exclui o salário-maternidade do teto de benefícios previdenciários.

Explicação da Ementa: Fixado no artigo 14 da emenda constitucional 20, de 1998 – reforma previdenciária.

Indexação: Exclusão, salário maternidade, limitação, pagamento, benefício previdenciário, regime geral de Previdência Social, igualdade, salário, recebimento, licença à gestante.

Proposição: PL 1463/1999

Autor: Dr. Evilásio – PSB/SP

Data de Apresentação: 11/08/1999

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Altera o art. 20, § 3º, da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, no tocante ao benefício assistencial aos portadores de deficiência e aos idosos carentes.

Explicação da Ementa: Aumentando para um salário mínimo a renda mensal *per capita* da família da pessoa deficiente ou do velho, objetivando o recebimento do benefício previdenciário.

Indexação: alteração, lei orgânica da assistência social, aumento, limitação, renda mensal, renda *per capita*, família, incapacidade, provisão, manutenção, idoso, pessoa deficiente, deficiente físico, pessoa carente, recebimento, benefício previdenciário, salário mínimo, benefício de prestação continuada.

Proposição: PL 261/1999

Autor: Barbosa Neto – PMDB/GO

Data de Apresentação: 11/03/1999

Situação: MESA: Aguardando Retorno.

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção em etiquetas, de orientações impressas que versem sobre exames preventivos do câncer de mama, colo do útero e de próstata e dá outras providências.

Indexação: obrigatoriedade, colocação, etiqueta, vestuário, homem, mulher, informações, esclarecimentos, consumidor, necessidade, exame médico, prevenção, câncer, colo do útero, mama, próstata, parte, corpo humano.

Proposição: PL 329/1999

Autor: Dr. Hélio – PDT /TO

Data de Apresentação: 17/03/1999

Situação: CSSF: Aguardando Parecer.

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de marcadores biológicos pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS, como procedimento auxiliar no atendimento integral da mulher portadora de câncer de mama.

Indexação: obrigatoriedade, instituição hospitalar, hospital, (SUS), realização, exame, marca, controle biológico, objetivo, procedimento, médico, prevenção, diagnóstico, prognóstico, tratamento médico, câncer, mama, mulher.

Proposição: PL 824/1999

Autor: Agnelo Queiroz – PCdoB /DF

Data de Apresentação: 05/05/1999

Situação: Mesa: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos para portadores de câncer e dá outras providências.

Indexação: normas, distribuição gratuita, medicamentos, portador, doença grave, câncer, exigência, comprovação, necessidade, inexistência, recursos financeiros, controle, fiscalização, (SUS).

Proposição: PL 471/1999

Autor: Pastor Oliveira Filho – PPB /PR

Data de Apresentação: 30/03/1999

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Acrescenta parágrafo único ao art. 12 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.

Explicação da Ementa: Dispõe que na competência dos oficiais de registro civil fica compreendida a realização de casamento gratuito de pessoas reconhecidamente pobres, sem limitação circunstancial geográfica.

Indexação: alteração, Lei Federal, cartório, serviço, notariado, inclusão, competência, oficial de registro civil, realização, casamento civil, gratuidade, pessoas, comprovação, estado de pobreza, pessoa carente, inexistência, limitação, circunscrição.

Proposição: PL 527/1999

Autor: Enio Bacci – PDT /RS

Data de Apresentação: 06/04/1999

Situação: CCJC: Pronta para Pauta.

Ementa: Altera a letra *a* do inciso II do art. 75 da Lei nº 6.815, de 1980.

Explicação da Ementa: Dispõe que não se procederá a expulsão quando o estrangeiro tiver cônjuge brasileiro ao qual não esteja separado; extinguindo a exigência de que o casamento tenha no mínimo cinco anos.

Indexação: alteração, lei dos estrangeiros, definição, situação jurídica, estrangeiro, impossibilidade, expulsão de estrangeiro, casamento, cônjuge brasileiro, ausência, divórcio, separação judicial.

Proposição: PL 530/1999

Autor: Enio Bacci – PDT /RS

Data de Apresentação: 06/04/1999

Situação: Mesa: Aguardando Retorno.

Ementa: Amplia, no caso de separação, o direito de visitas aos filhos para os avós paternos e maternos e dá outras providências.

Indexação: alteração, dispositivos, Lei Federal, dissolução, casamento, inclusão, direitos, avós, visita, fiscalização, educação, neto, neta, hipótese, separação, pais, dissolução, casamento, observação, fixação, horário, juiz.

Proposição: PL 625/1999

Autor: Enio Bacci – PDT /RS

Data de Apresentação: 14/04/1999

Situação: CCJC: Pronta para Pauta.

Ementa: Autoriza divórcio direto após separação de fato há mais de 1 (um) ano e dá outras providências.

Indexação: alteração, Lei Federal, regulamentação, dissolução, casamento, autorização, divórcio, comprovação, prazo, separação de fato.

Proposição: PL 1332/1999

Autor: Yeda Crusius – PSDB /RS

Data de Apresentação: 30/06/1999

Situação: CCJC: Pronta para Pauta.

Ementa: Altera o art. 25 da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977.

Explicação da Ementa: Permite a averbação do nome de solteira da mulher divorciada nos assentamentos dos filhos.

Indexação: alteração, Lei Federal, divórcio, autorização, averbação, nome, solteiro, mulher, desquitada, registro de nascimento, certidão, filho, dissolução, casamento.

Proposição: PL 1363/1999

Autor: Inaldo Leitão – PMDB /PB

Data de Apresentação: 30/06/1999

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, que regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Proíbe ao suposto pai recusar a realização do exame de material genético – DNA.

Indexação: alteração, Lei Federal, investigação de paternidade, proibição, recusa, exame de DNA, material genético, reconhecimento, filho, autor, ação investigatória de paternidade, pai.

Proposição: PL 163/1999

Autor: Paulo Rocha – PT /PA

Data de Apresentação: 03/03/1999

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a indenização à concubina, no caso de acidente do trabalho do companheiro.

Indexação: concessão, indenização, mulher, concubina, companheiro, hipótese, acidente de trabalho, morte, companheiro, segurado, Previdência Social, inexistência, impedimento, casamento.

Proposição: PL 2043/1999

Autor: Professor Luizinho – PT /SP

Data de Apresentação: 11/11/1999

Situação: MESA: Aguardando originais para envio ao Arquivo.

Ementa: Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, estabelecendo forma de pagamento das indenizações.

Explicação da Ementa: Dispõe que a indenização do seguro DPVAT deverá ser quitada em cheque nominal e não endossável à vítima, na sua falta e na constância do casamento ao cônjuge ou na falta de ambos, aos herdeiros legais.

Indexação: alteração, Lei Federal, seguro obrigatório, (DPVAT), danos pessoais, acidente de trânsito, veículo automotor, hipótese, pagamento, indenização, inclusão, procuração, utilização, cheque nominativo, proibição, endosso, vítima, cônjuge, herdeiro, objetivo, redução, fraude, lesão, procurador, beneficiário.

Proposição: PL 1831/1999

Autor: Maria Elvira – PMDB /MG

Data de Apresentação: 06/10/1999

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Altera os arts. 482, 483 e 468 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para dispor sobre o assédio sexual nas relações de trabalho.

Indexação: alteração, legislação trabalhista, (CLT), inclusão, assédio sexual, motivo, justa causa, rescisão, contrato de trabalho, empregador, subordinação, direitos, empregado, homem, mulher, requerimento, indenização, danos morais, superior hierárquico, preposto, transferência, função, local, setor, trabalho, exigência, empresa, programa, prevenção, relação de emprego, encaminhamento, denúncia, exploração sexual, trabalhador.

Proposição: PL 801/1999

Autor: Remi Trinta – PL /MA

Data de Apresentação: 04/05/1999

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Altera o parágrafo segundo do artigo 443 da Consolidação das Leis do Trabalho, criando nova hipótese de contratação por tempo determinado em caso de licença à gestante.

Indexação: alteração, legislação trabalhista, (CLT), possibilidade, empregador, contratação, trabalhador, contrato de trabalho, prazo determinado, hipótese, substituição, mulher, licença à gestante, inclusão, empregado doméstico.

Proposição: PL 58/1999

Autor: Paulo Paim – PT /RS

Data de Apresentação: 11/02/1999

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para aumentar o período de afastamento do empregado por motivo de falecimento de cônjuge, companheiro, ascendente, descendente, irmão ou dependente econômico.

Explicação da Ementa: Ampliando para oito dias consecutivos o prazo de afastamento remunerado do empregado, em caso de falecimento de parentes.

Indexação: alteração, legislação trabalhista, (CLT), aumento, prazo, falta, serviço, afastamento, empregado, inexistência, prejuízo, salário, motivo, luto, morte, cônjuge, companheiro, companheira, filho, descendente, ascendente, pais, irmão, pessoas, comprovação, dependente.

Proposição: PL 1026/1999

Autor: Glycon Terra Pinto – PL /MG

Data de Apresentação: 26/05/1999

Situação: Mesa: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a realização de vasectomia e ligadura de trompas pela rede pública hospitalar.

Indexação: obrigatoriedade, hospital, setor público, convênio, (SUS), realização, cirurgia, ligação, esterilização, mulher, homem, exigência, capacidade civil, limite de idade, quantidade, filho, consentimento, cônjuge, objetivo, planejamento familiar.

Proposição: PL 18/1999

Autor: Paulo Rocha – PT /PA

Data de Apresentação: 03/02/1999

Situação: Mesa: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exames de identificação de hemoglobinopatias nas maternidades e estabelecimentos congêneres e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Doença falciforme ou anemia falciforme.

Indexação: obrigatoriedade, maternidade, instituição hospitalar, hospital, realização, exame hematológico, nascituro, criança, recém-nascido, identificação, patologia clínica, sangue, objetivo, prevenção, controle, doença, acompanhamento, paciente.

Proposição: PL 56/1999

Autor: João Grandão – PT/MS e co-autores.

Data de Apresentação: 10/02/1999

Situação: Mesa: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exames de identificação de hemoglobinopatias nas maternidades e estabelecimentos congêneres e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Doença falciforme ou anemia falciforme.

Indexação: obrigatoriedade, maternidade, instituição hospitalar, hospital, realização, exame hematológico, nascituro, criança, recém-nascido, identificação, patologia clínica, sangue, objetivo, (SUS), programa, prevenção, controle, doença, acompanhamento, paciente, descumprimento, infrator, penalidade.

Proposição: PL 64/1999

Autor: Iara Bernardi – PT /SP

Data de Apresentação: 24/02/1999

Situação: CCJC: Pronta para Pauta.

Ementa: Estabelece admissão tácita de paternidade no caso que menciona.

Explicação da Ementa: Caso o suposto pai recuse a submeter-se a exame de material genético – DNA.

Indexação: alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, hipótese, recusa, investigação de paternidade, exame de DNA, material genético, reconhecimento, filho, autor, ação investigatória de paternidade, aceitação tácita, paternidade, pai.

Proposição: PL 68/1999

Autor: Iara Bernardi – PT /SP

Data de Apresentação: 24/02/1999

Situação: CCJC: Aguardando Parecer.

Ementa: Dispõe sobre a assistência à saúde da gestante e do nascituro portadores do vírus HIV.

Indexação: garantia, assistência materno-infantil, gestante, nascituro, doente, paciente, doença transmissível, mulher, direitos, acesso, realização, exame, ambulatório, teste, exame imunológico, (Aids), informações, importância, acompanhamento, gravidez, parto, assistência médica, fornecimento, gratuidade, medicamentos, leite, criança, hospital, saúde pública (SUS), objetivo, redução, doença hereditária, riscos, saúde, filho, recém-nascido.

Proposição: PL 96/1999

Autor: Bispo Rodrigues – PFL /RJ

Data de Apresentação: 24/02/1999

Situação: CSSF: Aguardando Parecer.

Ementa: Dispõe sobre publicação que especifica nos jornais de circulação nacional.

Explicação da Ementa: Torna obrigatória a publicação da seguinte advertência nos jornais que trazem anúncios de acompanhantes, saunas, massagistas e profissionais do sexo: “exploração sexual de crianças e adolescentes é crime – disque-denúncia”.

Indexação: obrigatoriedade, publicação, advertência, exploração sexual, abuso, maus tratos, criança, adolescente, menor, jornal, divulgação, massagista, prostituição, prostituta, exploração, sexo.

Proposição: PL 101/1999

Autor: Maria Elvira – PMDB /MG

Data de Apresentação: 25/02/1999

Situação: Mesa: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a exploração sexual infanto-juvenil, acrescentando parágrafos aos arts. 228 e 229 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Explicação da Ementa: Aplica pena de reclusão, de quatro a dez anos, ao estabelecimento e ao usuário que explorar sexualmente criança e adolescente.

Indexação: alteração, dispositivos, Código Penal, inclusão, aplicação, pena, crime, usuário, serviço, prostituição, hipótese, ameaça grave, violência, vítima, criança, menor, adolescente, abuso, sexo, exploração sexual, pena de reclusão, estabelecimento, motel.

Proposição: PL 429/1999

Autor: Jaques Wagner – PT /BA

Data de Apresentação: 25/03/1999

Situação: Mesa: Arquivada.

Ementa: Proíbe contratos entre entidades ou empresas brasileiras ou sediadas em território nacional e empresas que exploram trabalho degradante em outros países.

Explicação da Ementa: Inclui aqueles realizados em condições ilegais, ou que utilizem o trabalho de mulher em sobrejornadas, trabalho escravo, forçado ou infantil, ou ainda que implique risco de vida ou afete a saúde do trabalhador.

Indexação: proibição, contratação, serviço, aquisição, produto, empresa, utilização, trabalhos forçados, trabalho escravo, trabalho infantil, superioridade, jornada de trabalho, mulher, criança, menor, risco de vida, saúde, trabalhador, existência, denúncia, (OIT), processo judicial, tramitação, país estrangeiro, contratante, sede, exterior, publicidade, renúncia, contrato, restrição, participação, licitação, concorrência pública, recursos, poder público.

Proposição: PL 438/1999

Autor: Rubens Bueno – PTB /PR

Data de Apresentação: 25/03/1999

Situação: CCJC: Pronta para Pauta.

Ementa: Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre crimes hediondos.

Explicação da Ementa: Inclui como crime hediondo à mediação para servir a lascívia de outrem, o favorecimento da prostituição, o rufianismo e o tráfico de pessoas; alterando o termo “tráfico de mulheres” para “tráfico de pessoas”, com o objetivo de incluir os crimes praticados contra crianças (menino e menina).

Indexação: alteração, Código Penal, Lei Federal, crime hediondo, inclusão, crime contra os costumes, realização, tráfico, facilitação, entrada, saída, território nacional, pessoas, homem, mulher, prostituição, país estrangeiro, exterior, mediação, favorecimento, abuso sexual, exploração sexual, menor, vítima, criança, adolescente.

Proposição: PL 706/1999

Autor: Valdeci Paiva – PST /RJ

Data de Apresentação: 27/04/1999

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a destinação de percentual da produção de vitaminas e sais minerais às gestantes e crianças carentes.

Indexação: obrigatoriedade, empresa de produtos farmacêuticos, destinação, (SUS), percentagem, vitamina, gratuidade, produção, gestante, criança, pessoa carente, responsabilidade, distribuição, conselho municipal.

Proposição: PL 897/1999

Autor: Lédio Rosa – PMDB /RJ

Data de Apresentação: 12/05/1999

Situação: Mesa: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre assistência à criança gerada em decorrência de estupro.

Indexação: assistência financeira, prazo determinado, criança, gravidez, motivo, estupro, valor, salário mínimo, recursos financeiros, (Conanda), fundo nacional, assistência, menor, exigência, vítima, encaminhamento, (IML), exame de corpo de delito, laudo médico, psicólogo, acompanhamento, gestante, hipótese, fraude, penalidade, reclusão, multa, devolução, dinheiro.

Proposição: PL 1080/1999

Autor: José Chaves – PMDB /PE

Data de Apresentação: 02/06/1999

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos.

Explicação da Ementa: Inclui como crime hediondo à mediação para servir a lascívia de outrem, o favorecimento da prostituição, o rufianismo e o tráfico, quando praticados contra crianças, e a utilização de menores em obra artística com cena de sexo explícito ou pornografia.

Indexação: alteração, Lei Federal, crime hediondo, Estatuto da Criança e do Adolescente, inclusão, lenocínio, tráfico, mulher, prostituição, favorecimento, abuso sexual, exploração sexual, menor, fotografia, obra artística, televisão, teatro, pornografia, sexo, vítima, criança, adolescente.

Proposição: PL 1652/1999

Autor: Freire Júnior – PMDB /TO

Data de Apresentação: 14/09/1999

Situação: PLEN: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Altera o § 4º do art. 1º da Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, que define os crimes de tortura e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Aumenta a pena de um a dois terços para quem comete o crime de tortura contra criança, adolescente, deficiente e gestante, se o crime é praticado mediante seqüestro e por agente público.

Indexação: alteração, Lei Federal, crime, tortura, agravação penal, aumento, pena, lesão corporal, morte, hipótese, vítima, criança, adolescente, menor, pessoa deficiente, deficiente físico, deficiente mental, gestante, seqüestro, criminoso, agente, servidor, policial.

Proposição: PL 1104/1999

Autor: Aldo Rebelo – PCdoB /SP

Data de Apresentação: 08/06/1999

Situação: Mesa: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Cria o atestado de nascimento e determina a sua emissão pelos hospitais e maternidades e dá outras providências.

Indexação: criação, atestado, nascimento, criança, hospital, remessa, cartório, localidade, dados pessoais, pais, gratuidade, registro civil, recém-nascido, exigência, nome, instituição hospitalar, maternidade, médico, responsável.

Proposição: PL 2210/1999

Autor: Waldir Pires – PT /BA

Data de Apresentação: 09/12/1999

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Estabelece a dedução do Imposto de Renda da Contribuição do Empregador Doméstico à Seguridade Social.

Indexação: dedução, imposto de renda, empregador doméstico, base de cálculo, pagamento, contribuição previdenciária, seguridade social, empregado doméstico.

Proposição: PL 1105/1999 – (Proposição Inativa)

Data de Apresentação: 08/06/1999

Ementa: Projeto de lei que dispõe sobre dedução, no cálculo do Imposto de Renda da pessoa física, do valor pago a título de vale-transporte a empregado doméstico.

Proposição: PL 1278/1999

Autor: Freire Júnior – PMDB /TO

Data de Apresentação: 23/06/1999

Situação: PLEN: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Dispõe sobre o atendimento às vítimas de violência sexual.

Explicação da Ementa: O atendimento deverá ser imediato e multidisciplinar para o controle e tratamento do ponto de vista físico e emocional da vítima.

Indexação: definição, violência, abuso sexual, exploração sexual, estupro, atendimento, vítima, serviço médico, hospital, pronto socorro, diagnóstico, assistência médica, assistência psicológica, registro, ocorrência, medicamentos, coleta, material, identificação, ofensor.

Proposição: PL 953/1999

Autor: Paulo José Gouvêa – PST /RS

Data de Apresentação: 18/05/1999

Situação: Mesa: Arquivada.

Ementa: Modifica a redação dos arts. 240, 241 e 250 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente.

Explicação da Ementa: Aumenta a pena para quem incentivar criança ou adolescente a prática de ato libidinoso.

Indexação: alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, aumento, penalidade, pena de detenção, multa, exposição, criança, adolescente, menor, pornografia, sexo, televisão, cinema, teatro, fotografia, proibição, hospedagem, ausência, responsável, prazo determinado, fechamento, estabelecimento, motel, hotel, (internet), exploração sexual.

Proposição: PL 267/1999 (Proposição Inativa)

Data de Apresentação: 16/03/1999

Ementa: Dispõe sobre a instituição do dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Proposição: PL 2148/1999

Autor: Bispo Rodrigues – PFL /RJ

Data de Apresentação: 30/11/1999

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Dispõe sobre a não-incidência da CPMF nas contas de aposentados, pensionistas, viúvas e arrimos de família que recebam até cinco salários mínimos.

Indexação: alteração, Lei Federal, criação, (CPMF), proibição, incidência, conta bancária, aposentado, pensionista, viúva, arrimo, família, limitação, valor, salário, benefício previdenciário.

Proposição: PL 2133/1999

Autor: Alcione Athayde – PPB /RJ

Data de Apresentação: 25/11/1999

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Torna obrigatória a vacinação contra a rubéola de mulheres em idade fértil.

Indexação: obrigatoriedade, vacinação, imunização, doença transmissível, mulher, idade, fertilidade, (SUS), redução, riscos, gravidez.

Proposição: PL 866/1999

Autor: Cunha Bueno – PPB /SP

Data de Apresentação: 06/05/1999

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Inclui a filha solteira de segurado da Previdência Social como dependente para efeito da pensão por morte.

Indexação: inclusão, filha solteira, segurado, Previdência Social, dependente, efeito, recebimento, pensão previdenciária, exigência, dependência econômica.

Proposição: PL 109/1999

Autor: Maria Elvira – PMDB /MG

Data de Apresentação: 25/02/1999

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Torna obrigatória a realização de exames para diagnóstico da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS), ou detecção

do vírus HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) em mulheres grávidas no Sistema Único de Saúde.

Indexação: obrigatoriedade, realização, teste, exame imunológico, (AIDS), mulher, gestante, hospital, (SUS), objetivo, diagnóstico, doença transmissível, redução, doença hereditária, acompanhamento, gravidez, parto, assistência materno-infantil, saúde, filho.

Proposição: PL 143/1999

Autor: Iara Bernardi – PT /SP

Data de Apresentação: 02/03/1999

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Dispõe sobre a realização do exame DNA na rede hospitalar vinculada ao SUS.

Indexação: garantia, gratuidade, exame de DNA, investigação de paternidade, pessoa carente, padrão genético, determinação, juiz de Direito, Ministério Público, convênio, (SUS), instituição hospitalar, objetivo, reconhecimento, filho.

Proposição: PL 260/1999

Autor: Vanessa Grazziotin – PCdoB/AM e co-autores.

Data de Apresentação: 11/03/1999

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame DNA na rede hospitalar pública.

Indexação: garantia, gratuidade, exame de DNA, padrão genético, investigação de paternidade, maternidade, pessoa carente, determinação, juiz de Direito, Ministério Público, convênio, (SUS), instituição hospitalar, objetivo, reconhecimento, filho.

Proposição: PL 1439/1999

Autor: Freire Júnior – PMDB /TO

Data de Apresentação: 10/08/1999

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a violência familiar.

Explicação da Ementa: Cria um pacto de paz familiar assinado pelas partes e homologado.

Indexação: normas, processo judicial, infração, violência, família, segredo de justiça, apresentação, juiz, conciliador de Justiça, proposta, benefício, conduta, pacificação, assinatura, pacto, partes processuais, encaminhamento, ofensor, avaliação psicológica, assistência psiquiátrica, decretação, prisão preventiva, produção, prova judicial, intimação, Ministério Público, possibilidade, afastamento, cônjuge, proteção, vítima, acompanhamento, filho menor, desrespeito, direitos, idoso, prestação de serviço, asilo, utilização, droga, bebida alcoólica, fixação, tratamento médico, internamento, viciado em drogas, alcoólatra.

Proposição: PL 2112/1999

Autor: Eduardo Jorge – PT /SP

Data de Apresentação: 24/11/1999

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Amplia a licença-maternidade para mães de recém-nascidos prematuros e permite que elas acompanhem seus filhos na maternidade, completando a gestação extra-uterina.

Indexação: ampliação, licença à gestante, mãe, recém-nascido, prematuro, direitos, acompanhamento, filho, internamento, hospital.

Proposição: PL 506/1999

Autor: Enio Bacci – PDT /RS

Data de Apresentação: 30/03/1999

Situação: CCJC: Pronta para Pauta.

Ementa: Torna obrigatório aos supermercados a destinação de caixas registradoras para atendimento exclusivo aos deficientes físicos, pessoas com mais de 65 (sessenta e cinco) anos de idade e gestantes e dá outras providências.

Indexação: obrigatoriedade, supermercado, destinação, máquina registradora, atendimento, deficiente físico, pessoa deficiente, idoso, limite de idade, gestante, exigência, fixação, placa, sinalização, aviso.

Proposição: PL 685/1999

Autor: Freire Júnior – PMDB /TO

Data de Apresentação: 20/04/1999

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre o tratamento preferencial aos idosos, portadores de deficiência e gestantes em eventos culturais, artísticos, desportivos e similares.

Indexação: concessão, tratamento, preferência, pessoa deficiente, deficiência física, gestante, idoso, atividade cultural, atividade artística, esporte, aquisição, ingresso.

Proposição: PL 757/1999

Autor: Luiz Bittencourt – PMDB /GO

Data de Apresentação: 28/04/1999

Situação: MESA: Aguardando Designação de Relator.

Ementa: Estabelece prioridade para atendimento a idosos, gestantes e pessoas deficientes em locais destinados ao atendimento ao público em geral.

Indexação: garantia, prioridade, atendimento, idoso, gestante, deficiente físico, deficiente mental, crime, pena de detenção.

Proposição: PL 1352/1999

Autor: Marcos Rolim – PT /RS

Data de Apresentação: 30/06/1999

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Modifica a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), fixando parâmetros sobre o direito dos internos e condenados à visitação e estabelece regras mínimas para a revista das pessoas no âmbito do sistema penitenciário nacional.

Indexação: Alteração, Lei de Execução Penal, garantia, preso, exercício, manutenção, sexualidade, normas, visita íntima, direito à privacidade, companhia, parceiro, dispensa, exigência, documento, comprovação, responsabilidade, penitenciária, informações, prevenção, doença transmissível, sexo, cadastro, pessoas, visita, revista pessoal, prioridade, gestante, idoso, pessoa deficiente, fiscalização, detector de metal.

Proposição: PL 1552/1999

Autor: Marcos de Jesus – PTB /PE

Data de Apresentação: 24/08/1999

Situação: CSSF: Aguardando Parecer.

Ementa: Institui a Casa da Mãe Solteira em todas as capitais brasileiras e dá outras providências.

Explicação da Ementa: destinado aos profissionais de nível superior recém-graduados.

Indexação: criação, estabelecimento, atendimento, mulher, mãe solteira, menor, acompanhamento, gravidez, assistência psicológica, gestante, alojamento, oferecimento, emprego, obrigatoriedade, municípios, quantidade, habitante, índice, prostituição, infância.

Proposição: PL 1839/1999

Autor: Marcos de Jesus – PTB /PE

Data de Apresentação: 07/10/1999

Situação: CCJC: Aguardando Parecer.

Ementa: Dispõe sobre a utilização da infra-estrutura da merenda escolar das escolas públicas para atendimento de programas de alimentação da mãe gestante desnutrida.

Indexação: normas, utilização, infra-estrutura, equipamentos, mão-de-obra, merenda, escolar, atendimento, programa, alimentação, mãe, gestante, desnutrição.

Proposição: PL 63/1999

Autor: Iara Bernardi – PT /SP

Data de Apresentação: 24/02/1999

Situação: CCJC: Pronta para Pauta.

Ementa: Dispõe sobre o pagamento de alimentos provisórios nas ações de investigação de paternidade e dá outras providências.

Indexação: hipótese, ação investigatória de paternidade, juiz, audiência de conciliação, justificção, mulher, existência, relacionamento, época, gravidez, fixação, ação de alimentos, pensão provisória, ausência, comprovação, paternidade, determinação, ressarcimento, valor, pagamento, requerente, observação, Código Civil, alimentos.

Proposição: PL 2147/1999

Autor: Sebastião Madeira – PSDB /MA

Data de Apresentação: 30/11/1999

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre isenção de preservativos.

Indexação: isenção, (IPI), imposto federal, imposto de importação, imposto de exportação, preservativo, prevenção, gravidez, doença transmissível, sexo.

Proposição: PL 66/1999

Autor: Iara Bernardi – PT /SP

Data de Apresentação: 24/02/1999

Situação: MESA: Vetado totalmente.

Ementa: Dispõe sobre a criação de Programa de Orientação Sexual, de Prevenção das DST/AIDS e do Uso Abusivo de Drogas e dá outras providências.

Indexação: obrigatoriedade, estabelecimento de ensino, escola pública, escola particular, ensino fundamental, ensino médio, programa, orientação, doença transmissível, sexualidade, (AIDS), abuso, utilização, droga, tóxico, método, anticoncepcional, educação sexual, prevenção.

Proposição: PL 1904/1999

Autor: Nilmário Miranda – PT /MG

Data de Apresentação: 20/10/1999

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Ordinária

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Altera o art. 1º da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que “define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor” e dá outras providências.

Explicação da Ementa: definindo também como crime a discriminação ou preconceito de etnia, religião, procedência nacional ou orientação sexual.

Indexação: alteração, Lei Federal, definição, crime, discriminação racial, inclusão, discriminação sexual, grupo étnico, religião, origem, estados, nascimento, nacionalidade, conduta, comportamento, sexo, homossexual.

Proposição: PL 2163/1999

Autor: Roberto Pessoa – PFL /CE

Data de Apresentação: 01/12/1999

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Assegura a distribuição de leite aos nascituros de mães portadoras do vírus HIV.

Indexação: garantia, (SUS), distribuição gratuita, leite, nascituro, recém-nascido, mãe, doença transmissível, (AIDS).

Proposição: PL 1316/1999

Autor: Regis Cavalcante – PPS /AL

Data de Apresentação: 30/06/1999

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Autoriza o acompanhamento de enfermos internados em hospitais públicos e conveniados ao SUS e dá outras providências.

Indexação: autorização, presença, acompanhamento, doente, hospitalização, casa de saúde, maternidade, setor público, setor privado, convênio, (SUS).

Proposição: PL 1318/1999

Autor: Heráclito Fortes – PFL /PI

Data de Apresentação: 30/06/1999

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Cria o Programa Complementar de Apoio à Saúde, permitindo deduzir, na declaração do imposto de renda, as doações feitas a hospitais, maternidades, casas de saúde e postos de saúde da rede pública.

Indexação: criação, programa nacional, apoio, saúde, objetivo, captação de recursos, incentivo fiscal, dedução, pagamento, imposto de renda, pessoa física, pessoa jurídica, valor, doação, equipamentos, material de construção, dinheiro, hospital, maternidade, casa de saúde, posto de saúde, empresa pública, destinação, recursos, construção, ampliação, modernização, instituição hospitalar, responsabilidade, controle, fiscalização, (MS), possibilidade, celebração, convênio, estados, municípios, agilização, programa, infração, pena de reclusão, multa.

Proposição: PL 1456/1999

Autor: Ademir Lucas – PSDB /MG

Data de Apresentação: 11/08/1999

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Altera o art. 71 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir a concessão do salário-maternidade ao responsável legal pelo menor em caso de falecimento da mãe durante o parto ou pelo período em que o benefício foi concedido.

Indexação: alteração, Lei Federal, plano de benefícios, Previdência Social, autorização, concessão, transferência, salário maternidade, pai, responsável, responsabilidade legal, menor, recém-nascido, hipótese, morte, mãe, período, parto, utilização, benefício previdenciário.

Proposição: PL 1713/1999

Autor: Wilson Santos – PMDB /MT

Data de Apresentação: 21/09/1999

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a realização do Exame de Pareamento Cromossômico – DNA, na rede hospitalar vinculada ao SUS.

Explicação da Ementa: para efeito de ação judicial de investigação de paternidade ou maternidade.

Indexação: obrigatoriedade, hospital, setor público, convênio, (SUS), realização, exame de DNA, padrão genético, ação investigatória de paternidade, maternidade, exigência, solicitação, ministério público, juiz, pai, mãe, garantia, gratuidade, pessoa carente, comprovação, insuficiência, recursos, pagamento, laboratório, particular.

Proposição: PL 2156/1999

Autor: Dr. Hélio – PDT /SP

Data de Apresentação: 01/12/1999

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Acrescenta dispositivos ao art. 95 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: aplicando pena de reclusão e multa ao empregador que não pagar ao empregado o salário-família, salário-maternidade ou auxílio-natalidade, quando os valores já tiverem sido reembolsados.

Indexação: alteração, lei orgânica, seguridade social, aplicação, pena de reclusão, multa, crime, empregador, ausência, pagamento, trabalhador, salário-família, salário-maternidade, auxílio-maternidade, benefício previdenciário, ocorrência, repasse, recursos, Previdência Social, empresa, falta, inclusão, folha de pagamento, profissional autônomo, profissional liberal, prestação de serviço, inexistência, lançamento contabilidade, total, desconto, recolhimento, segurado, contribuição social, cota patronal, fraude, registro, empregado.

Proposição: PL 933/1999

Outros números: MSC-624/1999

Autor: Poder Executivo

Data de Apresentação: 13/05/1999

Situação: MESA: Transformado em Norma Jurídica.

Ementa: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, mediante a tipificação de condutas que constituem crimes contra a Previdência Social, e dá outras providências.

Indexação: alteração, Código Penal, tipicidade, caracterização, crime, Previdência Social, apropriação indébita, dirigente, empregado, instituição financeira, rede bancária, agente, servidor, empresa de prestação de serviço, estabelecimento arrecadador, recebedor, falta, repasse, recolhimento, contribuição previdenciária, desconto, segurado, pagamento, salário-família, salário-maternidade, benefício previdenciário, reembolso, empresa, extinção da punibilidade, servidor, confissões espontâneas, informações, facultatividade, juiz, inaplicação, pena, réu primário, hipótese, quitação, valor, inserção, dados, falsificação, alteração, exclusão, sistema, acesso, banco de dados, informática, violação, *software*, sonegação, contribuição social, omissão, folha de pagamento, receita, lançamento, contabilidade, abuso, função, serviço postal, violação, divulgação, segredo profissional, informação sigilosa, utilização, símbolo, sigla (INSS), ato ilícito, uso de documento falso, Carteira de Trabalho e

Previdência Social, aplicação, penalidade, pena de reclusão, pena de detenção, multa, critérios, procedimento judicial, recebimento, denúncia, audiência de instrução e julgamento, partes processuais, Ministério Público, inquirição, testemunha, exclusão, normas, lei orgânica, seguridade social.

Proposição: PL 784/1999

Autor: Dr. Hélio – PDT /SP

Data de Apresentação: 29/04/1999

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Institui declaração neonatal e dá outras providências.

Indexação: criação, declaração, identificação, recém-nascido, emissão, hospital, obstetrícia, prazo determinado, troca, registro de nascimento, gratuidade.

Proposição: PL 220/1999

Autor: Pedro Valadares – PSB /SE

Data de Apresentação: 09/03/1999

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Acrescenta incisos ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre faltas justificadas em casos de enfermidade de filho.

Explicação da Ementa: Poderá o empregado faltar ate três dias úteis, em caso de enfermidade de filho de até cinco anos, ou no período de tempo atestado em laudo médico, em caso de doença infecto-contagiosa da criança.

Indexação: alteração, dispositivos, legislação trabalhista, (CLT), inclusão, direitos, empregado, falta ao serviço, ausência, prejuízo, salário, motivo, doença, filho, limite de idade, criança, necessidade, assistência, pai, mãe, hipótese, doença transmissível, exigência, laudo medico, abono de falta.

Proposição: PL 1890/1999

Autor: Freire Júnior – PMDB /TO

Data de Apresentação: 20/10/1999

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Regulamenta o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal, dispondo sobre a licença-paternidade.

Explicação da Ementa: A ser concedida por cinco dias consecutivos; regulamentando a nova Constituição Federal.

Indexação: regulamentação, Constituição Federal, direitos sociais, alteração, legislação, trabalhista, (CLT), autorização, trabalhador, falta ao serviço, motivo, licença-paternidade, nascimento, filho, adoção, aumento, quantidade, dia.

Proposição: PL 2198/1999

Autor: Dr. Hélio – PDT /SP

Data de Apresentação: 08/12/1999

Situação: CCJC: Aguardando Designação de Relator.

Ementa: Regulamenta a licença-paternidade, prevista no inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal.

Explicação da Ementa: Regulamentando a nova Constituição Federal.

Indexação: regulamentação, Constituição Federal, direitos sociais, garantia, licença-paternidade, trabalhador.

Proposição: PL 4900/1999

Autor: Eduardo Jorge – PT/SP e co-autores.

Data de Apresentação: 19/01/1999

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Dispõe sobre a proteção contra a discriminação da pessoa em razão da informação genética e dá outras providências.

Indexação: normas, proteção, informação, genética, material genético, pessoas, garantia, direitos, inviolabilidade, ausência, discriminação, motivo, característica, padrão genético, matéria trabalhista, contrato de trabalho, demissão, contratação, cancelamento, rejeição, recusa, cobertura, seguro-doença, seguro de vida, plano de saúde, invalidez, convênio, paciente, empresa de seguros, ressalva, necessidade, diagnóstico, prevenção, tratamento médico, doença congênita, doença hereditária, aconselhamento, membros, família, desenvolvimento, pesquisa científica, inexistência, identificação, portador, exame de DNA, investigação de paternidade, exigência,

autorização, hipótese, morte, cônjuge, filhos, pais, autorização escrita, identificação, receptor, informação confidencial, sigilo, proibição, agência de emprego, exclusão, empregado, sindicato, categoria profissional, critérios, armazenagem, banco de dados, computador, arquivo, material biológico, encaminhamento, laboratório, utilização, senha, responsabilidade, médico, registro, caracterização, crime, pena de detenção, infração, pessoa jurídica, diretor, gerente, impedimento, contrato, administração pública, representação, reversão, valor, multa, fundos, biotecnologia.

Proposição: PL 611/1999 – (Proposição Inativa)

Data de Apresentação: 13/04/1999

Ementa: Projeto de lei que regulamenta o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal, dispondo sobre a licença-paternidade, e dá outras providências.

Proposição: PL 106/1999

Autor: Maria Elvira – PMDB /MG

Data de Apresentação: 25/02/1999

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre o acesso de pacientes portadores de HIV-AIDS ao Sistema Único de Saúde – SUS, e dá outras providências.

Indexação: critérios, atendimento, paciente, (AIDS), hospital, saúde pública, convênio, (SUS), garantia, acesso, doente, realização, exame, ambulatório, assistência médico- hospitalar, assistência médico-odontológica, internamento, elaboração, plano, secretaria de saúde, estados, (DF), (ONG), vinculação, combate, doença transmissível, sexo, apreciação, conselho estadual, saúde, promoção, campanha educacional, prevenção, estabelecimento de ensino, iniciativa privada, associações, comunidade, população, programa, treinamento, criação, alojamento, apoio, orientação, distribuição, preservativo.

Proposição: PL 848/1999

Autor: Pompeo de Mattos – PDT /RS

Data de Apresentação: 05/05/1999

Situação: MESA: Arquivada; PLEN: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a gratuidade dos exames de mamografia, senografia ou mastografia nas unidades públicas do Sistema Único de Saúde ou conveniadas, e dá outras providências.

Indexação: direitos, utilização gratuita, mulher, prevenção, câncer, exame de laboratório, hospital, credenciamento, (SUS).

Proposição: PL 134/1999

Autor: Bispo Rodrigues – PFL /RJ

Data de Apresentação: 02/03/1999

Situação: CCJC: Aguardando Designação de Relator.

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de motéis e similares determinarem o preenchimento de ficha de controle de hospedagem, visando impedir a freqüência de menores de 18 (dezoito) anos de idade.

Indexação: obrigatoriedade, motel, preenchimento, ficha de identificação, controle, hospedagem, cliente, nome, pessoas, número, carteira de identidade, registro de nascimento, entrega, informações, delegacia de polícia, objetivo, proibição, hóspede, menor, criança, adolescente, limite de idade, redução, exploração sexual, prostituição, hipótese, descumprimento, normas, cassação, alvará, funcionamento, multa, crime, corrupção de menores, destinação, recursos, programa assistencial, (AIDS), exigência, fixação, local, facilidade, visão, publicidade, permanência.

Proposição: PL 545/1999

Autor: Paulo José Gouvêa – PST /RS

Data de Apresentação: 06/04/1999

Situação: PLEN: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Modifica a redação do art. 250 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Explicação da Ementa: Dispondo sobre fixação de aviso de proibição de permanência de criança e adolescente desacompanhado dos pais ou responsável em motel e similares.

Indexação: alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, proibição, entrada, hospedagem, permanência, menor, adolescente, criança, hotel, motel, casa noturna, fixação, aviso, local, restrição,

orientação, público, ausência, responsável, definição, crime, objetivo, redução, abuso, sexo, prostituição, exploração sexual.

Proposição: PL 789/1999

Autor: Marcos de Jesus – PTB /PE

Data de Apresentação: 29/04/1999

Situação: CCJC: Aguardando Parecer.

Ementa: Dispõe sobre medidas emergenciais de combate à prostituição infanto-juvenil.

Indexação: medida de emergência, conselho tutelar, combate, prostituição, menor, encaminhamento, acompanhamento, saúde, psicologia, educação, garantia, prioridade, vaga, escola pública, auxílio, prazo determinado, assistência financeira, cesta de alimentos básicos, competência, programa comunidade solidária, exigência, frequência escolar

Proposição: PL 1983/1999

Autor: Paulo Marinho – PSC /MA

Data de Apresentação: 04/11/1999

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 228 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1º de dezembro de 1940, Código Penal.

Explicação da Ementa: Tornando crime a divulgação de matéria que incentive a prática de prostituição; determinando pena de reclusão, multa, apreensão da publicação e interdição da página na Internet.

Indexação: alteração, Código Penal, inclusão, crime, favorecimento, prostituição, divulgação, matéria, incentivo, prática, propagação, (Internet), meios de comunicação, emissora, rádio, televisão, imprensa, aplicação, pena de reclusão, multa, apreensão, material, publicação, interdição, página, rede de teleinformática.

Proposição: PL 32/1999

Autor: Paulo Rocha – PT /PA

Data de Apresentação: 03/02/1999

Situação: CDEIC: Aguardando Parecer.

Ementa: Cria o balanço social para as empresas que menciona e dá outras providências.

Indexação: obrigatoriedade, empresa privada, quantidade, emprego, empresa pública, sociedade de economia mista, concessionária, permissionária, serviço público, elaboração, balanço, natureza social, documento, apresentação, dados, identificação, atuação, cumprimento, cláusula, participação nos lucros, possibilidade, desenvolvimento, pessoal, vinculação, comunidade, meio ambiente, exigência, informação, faturamento, lucro operacional, folha de pagamento, total, remuneração, valor, pagamento, empresa de prestação de serviço, número, trabalhador urbano, servidor, demissão, dependente, percentagem, mulher, chefia, hora extra, segurança do trabalho, seguros, previdência privada, fixação, entrada, estabelecimento, garantia, acesso, publicidade, hipótese, descumprimento, proibição, licitação, poder público, recebimento, benefício fiscal, multa, admissão.

Proposição: PL 441/1999

Autor: Pompeo de Mattos – PDT /RS

Data de Apresentação: 25/03/1999

Situação: MESA: Arquivada; PLEN: Arquivada.

Ementa: Disciplina a obrigatoriedade da realização do exame de mamografia por parte do Sistema Único de Saúde (SUS).

Indexação: obrigatoriedade, (SUS), prestação de serviço, exame médico, hospital, convênio, empresa privada, direitos, mulher, diagnóstico, necessidade, exame, parte, corpo humano, objetivo, identificação, doença, câncer.

Proposição: PL 107/1999

Autor: Maria Elvira – PMDB /MG

Data de Apresentação: 25/02/1999

Situação: CCJC: Aguardando Designação de Relator.

Ementa: Altera o art. 41 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que “institui a Lei de Execução Penal”.

Explicação da Ementa: Permitindo que o presidiário tenha o direito a visita íntima.

Indexação: alteração, dispositivos, lei de execução penal, garantia, direito à privacidade, preso, condenado, pena de reclusão, visita, cônjuge, companheiro, sexo, liberação, presídio.

Proposição: PL 418/1999

Autor: Iara Bernardi – PT /SP

Data de Apresentação: 24/03/1999

Situação: CCJC: Pronta para Pauta.

Ementa: Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições de outubro de 1998 e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Dispondo que o TSE requisitará, das emissoras de rádio e televisão, horário gratuito para divulgação da existência da política de cotas para candidaturas femininas, no período que anteceder a escolha de candidatos.

Indexação: alteração, legislação eleitoral, TSE, requisição, emissora, rádio, televisão, horário gratuito, tempo, divulgação, política, cota, vaga, candidatura, mulher, prazo, antecedência, convenção, partido político, obrigatoriedade, propaganda, horário gratuito, esclarecimento, sistema, votação, informação, paridade, sexo.

Proposição: PL 546/1999

Autor: Paulo José Gouvêa – PST /RS

Data de Apresentação: 06/04/1999

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Acrescenta parágrafo único ao art. 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, "Estatuto da Criança e do Adolescente".

Explicação da Ementa: Incluindo penalidade ao responsável pela publicação na Internet e outros meios eletrônicos de conteúdo pornográfico, envolvendo criança e adolescente.

Indexação: alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, inclusão, infração, penalidade, pena de reclusão, publicação, fotografia, divulgação, pornografia, sexo, computador, (Internet), vítima, criança, adolescente, menor.

Proposição: PDC 769/1999

Autor: Pedro Valadares – PSB /SE

Data de Apresentação: 14/01/1999

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Susta a aplicação do disposto no art. 6º da Portaria nº 4.883, de 16 de dezembro de 1998.

Explicação da Ementa: Estabelece o limite máximo do valor dos benefícios da Previdência Social passa a ser de R\$1.200,00, abrangendo a licença-maternidade.

Indexação: sustação, aplicação, dispositivos, portaria, normas, limitação, valor, benefício previdenciário, Previdência Social, inclusão, abrangência, licença-gestante, salário-maternidade, segurado.

Proposição: PDC 362/1999

Autor: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Data de Apresentação: 25/11/1999

Situação: CN: Aguardando Recurso.

Ementa: Aprova os textos da Convenção nº 182 e da Recomendação nº 190, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para sua Eliminação.

Indexação: aprovação, texto, ato internacional, convenção internacional, recomendação, (OIT), proibição, trabalho, infância, criança, menor, erradicação, trabalhos forçados, escravatura, prostituição, participação, pornografia, tráfico, entorpecente, droga, atividade, insalubre, riscos, saúde, segurança, moral.

Proposição: PDC 7/1999

Autor: Inácio Arruda – PCdoB/CE

Data de Apresentação: 03/03/1999

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Susta os efeitos da Portaria nº 4.883, de 1998, do Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social relativa ao Regime Geral de Previdência Social.

Indexação: sustação, efeito, dispositivos, portaria, (MPAS), normas, regime geral de Previdência Social, carência, aposentadoria, tempo,

contribuição previdenciária, limitação, valor, benefício previdenciário, inclusão, licença à gestante, salário-maternidade, segurado.

Proposição: PEC 22/1999

Autor: Enio Bacci – PDT /RS

Data de Apresentação: 15/04/1999

Situação: MESA: Aguardando constituição de Comissão Temporária.

Ementa: Autoriza o divórcio após 1 (um) ano de separação de fato ou de direito e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Altera o disposto no artigo 226, parágrafo sexto, da nova Constituição Federal.

Indexação: alteração, Constituição Federal, família, autorização, realização, divórcio, dissolução, casamento civil, comprovação, separação de fato.

Proposição: PEC 67/1999

Autor: Marcos Rolim – PT /RS

Data de Apresentação: 30/06/1999

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Altera os artigos 3º e 7º da Constituição Federal.

Explicação da Ementa: Incluindo a liberdade sexual e a liberdade de crença religiosa dentre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil de promover o bem de todos sem preconceito; alterando a nova Constituição Federal.

Indexação: alteração, Constituição Federal, inclusão, objetivo, república federativa, Brasil, direitos sociais, trabalhador, ausência, discriminação, orientação, sexo, homossexualismo, homossexual, religião, proibição, diferença, salário, exercício profissional, critérios, admissão, emprego, liberdade, crença.

Proposição: PEC 166/1999

Autor: Eduardo Jorge – PT /SP

Data de Apresentação: 24/11/1999

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Reformula o sistema previdenciário, instituindo regime básico unificado e dispendo sobre regime complementar.

Explicação da Ementa: Alterando a nova Constituição Federal.

Indexação: Alteração, Constituição Federal, direitos sociais, trabalhador, aumento, prazo, licença-gestante, maternidade, amamentação, filho, direitos, funcionário público, administração pública, cumulatividade, remuneração, vantagens, limitação, subsídios, presidente da república, facultatividade, estados, (DF), municípios, fixação, salário, servidor, exclusão, competência privativa, presidente da república, iniciativa, projeto de lei, aposentadoria, funcionário público, servidor público civil, reserva militar, alteração, ordem social, criação, ministério, seguridade social, secretaria, saúde, Previdência Social, assistência social, órgão colegiado, gestão, administração, secretaria nacional da Previdência Social, representante, trabalhador, empregador, aposentado, recursos financeiros, movimentação, transmissão, valor, créditos, natureza financeira, contribuição previdenciária, segurado, pensionista, alíquota progressiva, isenção, entidade, instituição beneficente, exigência, leis, proposta, orçamento, (MPAS), normas, unificação, Previdência Social, regime, plano básico, plano complementar, Previdência Social, obrigatoriedade, contribuição previdenciária, trabalhador, servidor público civil, militar, presidente da república, mandato eletivo, ministro de estado, governador, prefeito, ministro, (TCU), juiz, Judiciário, proibição, criação, similaridade, acumulação, aposentadoria, exclusão, pensão por morte, segurado, limitação, valor, base de cálculo, benefício previdenciário, garantia, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, exigência, contribuição previdenciária, aposentadoria especial, trabalhador rural, mulher, economia familiar, autorização, criação, regime, plano complementar, Previdência Social, bolsa de estudo, escola pública, criança, adolescente, menor, ensino fundamental, família, baixa renda, pessoa carente, direitos adquiridos, aposentadoria, revogação, dispositivos, aposentadoria, funcionário público, militar, magistrado.

Proposição: PEC 176/1999

Autor: Gilberto Kassab – PFL /SP

Data de Apresentação: 08/12/1999

Situação: MESA: Aguardando Recebimento.

Ementa: Dá nova redação ao inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal.

Explicação da Ementa: Tornando crime inafiançável e definindo crime hediondo o seqüestro que não resulte de processo legal e a utilização de menores para a prática de crimes e prostituição; alterando a nova Constituição Federal.

Indexação: alteração, Constituição Federal, direitos e garantias fundamentais, inclusão, crime inafiançável, seqüestro, pessoas, cárcere privado, utilização, menor, crime, prostituição, caracterização, crime hediondo.

Proposição: PEC 126/1999

Autor: Zenaldo Coutinho – PSDB /PA

Data de Apresentação: 05/10/1999

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre investigação de paternidade.

Explicação da Ementa: Dispondo que em ações investigatórias de paternidade, havendo indício ou começo de prova, o juiz pode ordenar que o investigado seja conduzido para colheita de sangue, alterando o artigo quinto da nova Constituição Federal.

Indexação: alteração, Constituição Federal, ação investigatória de paternidade, possibilidade, juiz, determinação, colheita, sangue, réu, investigação, paternidade.

Proposição: PLP 59/1999

Autor: Nair Xavier Lobo – PMDB /GO

Data de Apresentação: 04/08/1999

Situação: PLEN: Pronta para Pauta.

Ementa: Estende os direitos assegurados à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho.

Indexação: extensão, direitos, licença à gestante, salário-maternidade, estabilidade provisória, hipótese, morte, mãe, garantia, transferência, pessoas, guarda, criança, menor, recém-nascido.

Proposição: PLP 17/1999

Autor: Paulo José Gouvêa – PST /RS

Data de Apresentação: 06/04/1999

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Cria o Fundo de Apoio ao Combate à Prostituição Infanto-Juvenil – FACPI, e dá outras providências.

Indexação: criação, fundos, apoio, combate, prostituição, exploração sexual, violência, menor, criança, adolescente, origem, recursos, dotação orçamentária.

Proposição: RDF-1 CCJR => PL 2279/1999

Autor: Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh – PT /SP

Data de Apresentação: 21/05/2003

Ementa: Autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher.

Proposição: REQ 456/2003 => PLP 59/1999

Autor: Deputado Maurício Rabelo – PL /TO

Data de Apresentação: 18/03/2003

Situação: PLEN: Aguardando Providências Internas; SECAP (SGM): Aguardando Recebimento.

Ementa: Requer urgência para a apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 59-A/99, apresentado pela Deputada Nair Xavier Lobo, que estende os direitos assegurados à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho.

Proposição: RIC 4096/1999

Autor: Deputada Marta Suplicy – PT /SP

Data de Apresentação: 20/01/1999

Situação: MESA: Aguardando Remessa ao Executivo.

Ementa: Solicita informações ao Ministério da Previdência e Assistência Social sobre o salário-maternidade.

Explicação da Ementa: Ministro Waldeck Ornelas.

Indexação: solicitação, informação, (MPAS), quantidade, mulher, beneficiário, salário à gestante, auxílio-maternidade, gastos públicos,

pagamento, cópia, parecer, ministério, vantagens, prejuízo, fixação, limitação, salário-benefício, benefício previdenciário.

Proposição: RIC 86/1999 – (Proposição Inativa)

Data de Apresentação: 02/03/1999

Ementa: Requerimento de informações ao Ministério da Previdência e Assistência Social sobre o salário-maternidade.

Proposição: RIC 1360/1999

Autor: Deputado Cunha Bueno – PPB /SP

Data de Apresentação: 14/10/1999

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Solicita informações ao Ministério da Saúde sobre a situação do Programa de Saúde da Mulher.

Explicação da Ementa: Ministro José Serra.

Indexação: (MS), execução, programa, saúde, mulher, total, previsão, dotação orçamentária, planejamento familiar, distribuição, anticoncepcional, população carente.

Proposição: RIC 993/1999 – (Proposição Inativa)

Data de Apresentação: 08/06/1999

Ementa: Requerimento de informações ao Ministro da Saúde sobre a mortalidade materna nos últimos 10 anos no Brasil.

Proposição: SF PLS 662/1999

Autor: Senadora Luzia Toledo – PSDB/ES

Data de Apresentação: 07/12/1999

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera o art. 244 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – que trata do crime de abandono material.

Indexação: alteração, Código Penal, fixação, normas, penalidade, falta, assistência, cônjuge, filho menor, idade, inaptidão, desempregado, inválido, idoso, trabalho, desemprego, pagamento, pensão alimentícia.

Proposição: SF PLS 600/1999

Outros Números: CD PL 03982/2000

Autor: Senador Luiz Pontes – PSDB/CE

Data de Apresentação: 03/11/1999

Situação: Remetido à Câmara dos Deputados

Ementa: Acrescenta parágrafo único ao art. 393 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1ª de maio de 1943, para assegurar o pagamento dos salários à empregada gestante, demitida sem justa causa, até cinco meses após o parto, e dá outras providências.

Indexação: alteração, legislação trabalhista, (CLT), salário-maternidade, pagamento, salário, vantagens, gestante, justa causa, dispensa, data, mês, parto.

Proposição: SF PLS 530/1999

Outros Números: CD PL 03991/2000

Autor: Senador Tião Viana – PT/AC

Data de Apresentação: 01/09/1999

Situação: Aguardando leitura

Ementa: Dispõe sobre a assistência pré-natal às gestantes e a realização obrigatória de exames complementares e dá outras providências.

Indexação: garantia, assistência materno-infantil, gestante, nascituro, doente, paciente, doença transmissível, mulher, direitos, acesso, realização, exame, ambulatório, teste, exame imunológico, (AIDS), informações, importância, acompanhamento, gravidez, parto, assistência médica, fornecimento, gratuidade, leite, criança, medicamentos, hospital, saúde pública, (SUS), objetivo, redução, doença hereditária, riscos, saúde, filho.

Proposição: SF PLS 531/1999

Autor: Senadora Luzia Toledo – PSDB/ES

Data de Apresentação: 01/09/1999

Situação: Arquivada ao final da legislatura

Ementa: Acrescenta parágrafos ao art. 143 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que “institui o Código Eleitoral”, dispondo sobre seções eleitorais especiais para idosos e outros.

Indexação: alteração, normas, legislação eleitoral, código eleitoral. Fixação, normas, inclusão, local, votação, facilitação, acesso, seção eleitoral, eleitor, idoso, deficiente físico, gestante, obrigatoriedade, (TRE), época, eleições, expedição, instrução normativa, juiz eleitoral, objetivo, orientação, escolha, local, votação, facilidade, acesso, eleitor, deficiente físico, idoso, gestante.

Proposição: SF PEC 63/1999

Autor: Senador Ramez Tebet – PMDB/MS

Data de Apresentação: 30/06/1999

Situação: Prejudicada

Ementa: Dá nova redação ao inciso II e à alínea *b* do inciso III do § 1º do artigo 40 da Constituição Federal (dispõe sobre legislação previdenciária).

Indexação: alteração, Constituição Federal, requisitos, aumento, idade, aposentadoria compulsória, proventos proporcionais, tempo de serviço, homem, mulher.

Proposição: CD PLC 33/1999

Outros Números: SF PLC 00033/1999 CD PL 00590/1999

Autor: Deputada Luiza Erundina – PSB/SP

Data de Apresentação: 24/06/1999

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 9.975/2000

Ementa: Acrescenta artigo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Indexação: alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, aplicação, penalidade, pena de reclusão, manutenção, local, exploração, prostituição, encontro, sexo, criança, adolescente, menor, exploração sexual.

Proposição: SF PEC 54/1999

Autor: Senadora Luzia Toledo – PSDB/ES

Data de Apresentação: 10/06/1999

Situação: Incluído em ordem do dia da sessão deliberativa

Ementa: Acrescenta inciso ao artigo 93 da Constituição Federal para estabelecer princípio relativo à composição dos Tribunais Superiores.

Indexação: Alteração, Constituição Federal, fixação, normas, composição, tribunais superiores, limitação, percentagem, número, magistrado, identificação, igualdade, sexo, composição.

Proposição: SF PLS 390/1999

Autor: Senadora Luzia Toledo – PSDB/ES

Data de Apresentação: 1º/06/1999

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera os artigos 215, 216 e 231 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Indexação: alteração, Código Penal. Imputação, pena, reclusão, fixação, prazo, hipótese, conjunção carnal, mulher, utilização, fraude, indução, ação, permissão, ato libidinoso, promoção, facilitação, entrada, território nacional, pessoa física, exercício, prostituição, profissionalização, saída, exterior.

Proposição: CN MS G 740/1999

Outros Números: CN MS G 00673/1999

Autor: Externo – Presidência da República

Data de Apresentação: 26/05/1999

Situação: Incluído em ordem do dia da sessão deliberativa.

Ementa: Veto parcial aposto ao PLC nº 00029, de 1996 (nº 382/91, na Casa de origem), que “insere na Consolidação das Leis do Trabalho regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho, e dá outras providências”.

Proposição: SF PLS 347/1999

Outros Números: CD PL 02670/2000

Autor: Senador Carlos Bezerra – PMDB/MT

Data de Apresentação: 18/05/1999

Situação: Remetido à câmara dos Deputados

Ementa: Exclui do salário-de-contribuição para a Previdência Social os valores recebidos a título de salário-maternidade e salário-educação.

Indexação: exclusão, salário, contribuição, Previdência Social, valor, recebimento, título, salário, maternidade, salário educação, exclusão, integração, salário, contribuição, importância, recebimento, título, salário maternidade, salário educação.

Proposição: SF PLS 342/1999

Autor: Senador Lúcio Alcântara – PSDB/CE

Data de Apresentação: 17/05/1999

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera os artigos 215, 216 e 231 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, suprimindo e substituindo termos cujo sentido restrito e vago dificulta a interpretação dos referidos dispositivos.

Indexação: Alteração, Código Penal, supressão, substituição, termo, dificuldade, interposição, dispositivos, lei, hipótese, alcance, conjunção carnal, mulher, mediação, fraude, atentado ao pudor, indução, prática, permissão, ato libidinoso, tráfico, sexo, promoção, facilitação, entrada, território nacional, pessoa física, exercício, prostituição, saída, exercício, estrangeiro.

Proposição: SF PLS 283/1999

Autor: Senador Tião Viana – PT/AC

Data de Apresentação: 30/04/1999

Situação: Arquivada ao final da legislatura

Ementa: Torna obrigatória a pesquisa da hepatite B durante a assistência pré-natal e a vacinação, no prazo que menciona, dos nascituros de mães portadoras do vírus da doença.

Indexação: Normas, obrigatoriedade, pesquisa, hepatite, tipo B, período, duração, assistência, antecipação, anterioridade, nascimento, vacinação, prazo, nascituro, mãe, posterioridade, parto, fixação, prazo, aplicação, obrigatoriedade, orientação, gestante, situação, portador, filho, filha, necessidade, recebimento, vacina, direitos, nascituro, independência, parto, atenção, saúde, responsabilidade, momento, informação, condução, assistência, prestação, atendimento, domicílio, preenchimento, ficha, vacinação, anotação, data, hipótese, possibilidade, adição, dosagem, programa nacional, imunização, responsabilidade, critérios, órgãos, gestor, (SUS), direitos, opção, área, jurisdição, determinação, profilaxia.

Proposição: SF PLS 243/1999

Autor: Senador Romero Jucá – PSDB/RR

Data de Apresentação: 16/04/1999

Situação: Rejeitada a matéria (decisão terminativa).

Ementa: Acrescenta item ao artigo 1º (primeiro), da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, alterada pela Lei nº 8.930, de 6 de setembro de 1994, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do artigo 5º (quinto), item XLIII, da Constituição Federal.

Indexação: Alteração, dispositivos, lei, crime hediondo, Constituição Federal, tipificação, decreto Lei Federal, Código Penal, consumação, tentativa, mediação, sensualidade, terceiros, favorecimento, prostituição, habitação, briga, tráfico, mulher, prejuízo, criança, adolescente, obediência, dispositivos, Estatuto da Criança e do Adolescente.

Proposição: SF PLS 232/1999

Outros Números: CD PL 02666/2000

Autor: Senador Edison Lobão – PFL/MA

Data de Apresentação: 14/04/1999

Situação: Remetido à Câmara dos Deputados.

Ementa: Altera o artigo 46, da Lei 6515, de 26 de dezembro de 1977, e dá outras providências.

Indexação: Alteração, legislação, regime, patrimônio, bens, divórcio, dissolução, casamento, separação judicial, comunhão de bens, direitos, cônjuge, homem, mulher, restabelecimento, casamento, apresentação, requerimento, autos, ação judicial, separação, indicação, regime de casamento, bens.

Proposição: SF PLS 212/1999

Outros Números: CD PL 06915/2002

Autor: Senador Geraldo Cândido – PT/RJ

Data de Apresentação: 07/04/1999

Situação: Remetido à Câmara dos Deputados.

Ementa: Dispõe sobre a comercialização de substitutos do leite materno e artigos de puericultura correlacionados e dá outras providências.

Indexação: Fixação, normas, comercialização, substituto, leite, mãe, artigo, puericultura, alimentação, criança, fabricação, país, importação, qualidade, produto, informação, utilização, regulamentação, lei, fixação, requisitos, limitação, idade, criança, substituição, leite, comercialização, utilização, parte, total, leite pasteurizado, alimentação, complementação, bebida, obrigatoriedade, alimentos, amamentação, antecedência, qualidade, especificação, (FAO), (OMS), utilização, embalagem, promoção, comércio, produto, relacionamento, ilustração, foto, imagem, destaque, obrigatoriedade, rótulo, exibição, embalagem, criança, forma, destaque, mensagem, aleitamento materno, previsão, doença, fortalecimento, vinculação, filho, filha, produto, utilização, exclusividade, fixação, critérios, elaboração, rótulo, leite em pó, leite pasteurizado, normas, rótulo, embalagem, mamadeira, chupeta, elaboração, dístico, propaganda, propaganda comercial, hipótese, concessão, apoio, incentivo fiscal, incentivo, material, entidade, ciências, associação médica, médico, nutricionista, proibição, concessão, pessoa física, doação, venda, redução, preço, produto, maternidade, instituição assistencial, utilização, distribuição, cliente, exceção, hipótese, necessidade, critérios, autoridade, sanitaria, permissão, impressão, nome, doador, produto, atuação, pessoal, promoção, comercialização, estabelecimento, serviço de saúde, comunicação, médico, imputação, pena, advertência, apreensão, inutilização, cancelamento, registro, multa, suspensão, venda, hipótese, infração, normas, legislação sanitária.

Proposição: SF PLS 206/1999

Autor: Senador Luiz Estevão – PMDB/DF

Data de Apresentação: 06/04/1999

Situação: Remetido à Câmara dos Deputados.

Ementa: Institui o programa de complementação alimentar a famílias carentes – PROALIMENTAR.

Indexação: Criação, programa, complementação, alimentação, família, carência, pobreza. Fixação, normas, distribuição, dia, pão, leite, família, carência, pobreza, criança, limitação, idade, mulher, gestante, nutriente, distribuição, mês, cesta de alimentos básicos,

valor, renda, percentagem, salário mínimo. Autorização, governo federal, convênio, estados, municípios, instituição assistencial, exclusão, objetivo, lucro, destinação, fornecimento, produto, gerente, programa, família, carência, pobreza, cadastramento.

Proposição: SF PLS 195/1999

Outros números: CD PL 1.641/1999

Autor: Senador Lúcio Alcântara – PSDB/CE

Data de Apresentação: 31/03/1999

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 10.651 de 2003.

Ementa: Dispõe sobre o uso da talidomida.

Indexação: Fixação, normas, utilização, talidomida, medicamentos, nome, marca de fantasia, especificação, controle, fiscalização, emissão, órgãos, (MS), inclusão, obrigatoriedade, prescrição, formulário, retenção, receita, farmácia, remessa, vigilância sanitária, embalagem, rótulo, exibição, proibição, utilização, mulher, gravidez, riscos, acompanhamento, texto, linguagem, probabilidade, ocorrência, efeito, comprovação, termo, responsabilidade, assinatura, médico, paciente, ato, entrega, medicamento, pais, exclusividade, programa, dermatologia, fornecimento, amostra grátis, exclusão, embalagem, bula, programa, dermatologia, orientação, usuário, utilização, droga, método, mulher, idade, fertilidade, tratamento, hanseníase, doença, competência, executivo, responsabilidade, promoção, campanha.

Proposição: SF PLS 170/1999

Autor: Senador Antero Paes de Barros – PSDB/MT

Data de Apresentação: 24/03/1999

Situação: Pronto para a pauta na comissão.

Ementa: Acrescenta inciso ao artigo 2º (segundo), dá nova redação aos artigos 3º (terceiro) e 7º (sétimo) e introduz o artigo 8º-a na Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977 (Lei do Divórcio), para permitir a separação extrajudicial, por mutuo consentimento.

Indexação: Alteração, legislação, divórcio, hipótese, conclusão, sociedade conjugal, separação, ato extrajudicial, consentimento, sociedade mútua, separação judicial, termo, deveres, coabitação,

reciprocidade, regime de casamento, bens, dissolução, obrigatoriedade, separação de corpos, fixação, normas, separação, ato extrajudicial, solicitação, cônjuge, homem, mulher, prazo, casamento, solicitação, tabelião, ofícios judiciais, registro de casamento, comparecimento, casal, requerente, presença, número, testemunha, nome, requerente, dispositivos, lei, alteração, indeferimento, pendência, decisão judicial, proteção, pessoa física, filho, filha, valor, prestação de alimentos, partilha de bens, fundamentação, requerimento, divórcio, averbação.

Proposição: SF PRS 28/1999

Autor: Senadora Emília Fernandes – PDT/RS

Data de Apresentação: 23/03/1999

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Cria a Comissão de Direitos Humanos e Questões de Gênero, e dá outras providências.

Indexação: Alteração, regimento interno, Senado, criação, comissão de direitos humanos e questões de gênero, competência, opção, garantia, promoção, direitos humanos, direitos, mulher, proteção, família, normas gerais, integração social, pessoa física, deficiente físico, infância, juventude, idoso, exclusão, termo, artigo, regimento interno, fixação, prazo, realização, reunião, comissão permanente, sessão legislativa, sessão ordinária, aplicação, normas, regimento interno, exclusão, conflito, dispositivos, resolução.

Proposição: SF PLS 133/1999

Autor: Senadora Emília Fernandes – PDT/RS

Data de Apresentação: 16/03/1999

Situação: Arquivada ao final da legislatura

Ementa: Altera os artigos 4º e 11 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, visando reservar recursos para financiamentos habitacionais em benefício da mulher chefe de família.

Indexação: alteração, legislação, correção monetária, contrato imobiliário, interesse social, (SFH), criação, (BNH), sociedade de crédito imobiliário, letra imobiliária, (SERFHAU), objetivo, reserva, recursos, financiamento, habitação, benefício, mulher, chefe, família,

prioridade, aplicação, percentagem, destinação, efeito, comprovação, responsabilidade, alimentos, manutenção, justificação judicial, distribuição, (SFH), proporção, faixa, renda, cumprimento.

Proposição: SF PLS 112/1999

Autor: Senadora Marina Silva – PT/AC

Data de Apresentação: 11/03/1999

Situação: Prejudicada

Ementa: Altera a redação dos artigos 71 e 73 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social, e dá outras providências” estendendo o salário-maternidade à trabalhadora autônoma.

Indexação: Alteração, legislação, plano de benefícios, Previdência Social, atendimento, salário maternidade, débitos, segurado, observação, prazo, período, parto, situação, requisitos, previsão, legislação, proteção, maternidade, competência, Previdência Social, pagamento, trabalhador autônomo, valor, salário de contribuição, respeito, carência, prazo, empregado doméstico, segurado especial, regulamentação, lei.

Proposição: SF PLS 90/1999

Outros Números: CD PL 01184/2003

Autor: Senador Lúcio Alcântara – PSDB/CE

Data de Apresentação: 09/03/1999

Situação: Remetido à câmara dos Deputados.

Ementa: Dispõe sobre a reprodução assistida.

Indexação: Fixação, normas, reprodução, assistência, fixação, normas, forma, técnica, reprodução, implantação, embrião, aparelhamento, reprodução, mulher, receptor, objetivo, facilitação, origem, existência, normas, denominação, embrião, pessoa física, idade, desenvolvimento, utilização, mulher, casal, solicitação, emprego, reprodução, assistência, objetivo, criação, existência, criança, gestante, maternidade, hipótese, doação, período, prazo, tempo, útero, autorização, inseminação, artificial, introdução, competência, poder público, normas, consentimento, informação, obrigatoriedade, ampliação, cônjuge, companheiro, estabilidade, união, assinatura,

usuário, esclarecimento, normas, competência, clínica, serviço, estabelecimento, obtenção, licença, funcionamento, requisitos, cumprimento, permissão, doação, célula, sexo, responsabilidade, reprodução, intermediário, produção, embrião, pessoa física, doação, armazenagem, método, permissão, regulamento, garantia, criança, direitos, filho, filha, forma, dispositivos, lei, imputação, pena, crime, detenção, multa, prazo, cumprimento, prática, método, consentimento, usuário, doador, forma, dispositivos, lei, hipótese, discordância, termo, documento, pacto, aluguel, útero, fornecimento, produto, armazenamento, terceiros, depositante, inexistência, autorização, intervenção, objetivo, diferença, permissão, exclusão, manutenção, informação, morto, limitação, número, realização, antecipação, seleção, ressalva, conservação, competência, poder público, edição, regulamento, efetivação, execução, técnica, concessão, licença, prática, fiscalização, atuação.

Proposição: SF PLS 102/1999

Outros Números: SF PLS 00102/1999; CD PL 02279/1999

Autor: Senadora Emília Fernandes – PDT/RS

Data de Apresentação: 09/03/1999

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 10.714/2003.

Ementa: Autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em nível nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher.

Indexação: Fixação normas, autorização, executivo, disponibilidade, país, número, telefone, destinação, atendimento, denúncia, violência, mulher.

Proposição: SF PLS 27/1999

Outros Números: CD PL 04211/2001

Autor: Senador Bernardo Cabral – PFL/AM

Data de Apresentação: 23/02/1999

Situação: Aguardando leitura.

Ementa: Altera os artigos 338, 340, 342 e 344 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 (Código Civil), referentes a investigações de paternidade.

Indexação: Alteração, Código Civil, normas, presunção, concepção, duração, casamento, período, estabilidade, união, filhos, filho, filha, fixação, prazo, vida, casal, nascimento, dissolução, inseminação artificial, condicionamento, autorização, marido, companheiro, critérios, hipótese, contestação, paternidade, concepção, duração, sociedade conjugal, estabilidade, impossibilidade, marido, coabitação, mulher, prazo, precedência, período, separação, cônjuge, impossibilidade, impossibilidade jurídica, filiação, exame, perícia, prova, comprovação, impotência, geração, época, contestação, paternidade, direitos, marido, mulher, questionamento, admissibilidade, ciências, vencimento, ação investigatória de paternidade, produção, transferência, herdeiro, ação.

Proposição: SF PLC 16/1999

Outros Números: CD PL 03769/1997

Autor: Deputada Maria Elvira – PMDB/MG

Data de Apresentação: 23/10/1997

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 9.797/1999.

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS, nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer.

Indexação: Obrigatoriedade, instituição hospitalar, hospital, Poder Público, convênio, (SUS), prestação de serviço, cirurgia, correção, estética, reparação, reconstrução, parte, corpo humano, mutilação, mulher, vítima, carne.

Proposição: PL 2360/2000

Autor: Deputado Paulo Paim – PT/RS

Data de Apresentação: 26/01/2000

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Acrescenta dispositivo na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estender o direito à licença e ao salário-maternidade por motivo de adoção de menor.

Indexação: Alteração, legislação trabalhista, (CLT), ampliação, direitos, licença a gestante, salário maternidade, mãe adotiva, adoção judicial, guarda, menor.

Proposição: PL 2394/2000

Autor: Deputado José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 02/02/2000

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre os direitos de proteção à licença maternidade para a mãe adotiva.

Indexação: Direitos, licença a gestante, salário maternidade, mãe, filho adotivo, mãe adotiva, exigência, apresentação, certidão, adoção, averbação, cartório, inclusão, beneficiário, empregado doméstico, trabalhador avulso.

Proposição: PL 2466/2000

Autor: Deputado José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 16/02/2000

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Concede licença de 30 (trinta) dias para empregada adotante de menor de 2 (dois) anos, das empresas públicas e privadas.

Indexação: concessão, licença a adotante, adoção, filho, menor, empregado, mãe adotiva, empresa pública, empresa privada, exigência, certidão, escritura pública, averbação, cartório de registro civil, obrigatoriedade, empresa, pagamento, salário, período, licença.

Proposição: PL 3216/2000

Autor: Deputado Pompeo de Mattos – PDT/RS

Data de Apresentação: 13/06/2000

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Dispõe sobre a concessão da licença-maternidade para mães adotivas, e dá outras providências.

Indexação: direitos, concessão, licença a adotante, maternidade, mãe adotiva, adoção, criança, fixação, prazo.

Proposição: PL 3266/2000

Autor: Deputado Alberto Fraga – PMDB/DF

Data de Apresentação: 21/06/2000

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Estabelece as normas para a licença maternidade, e dá outras providências.

Indexação: normas, concessão, licença a gestante, maternidade, contagem, prazo, gozo, anterioridade, parto, direitos, período, aleitamento materno, amamentação, filho, recém nascido, aplicação, licença a adotante, adoção, criança, adolescente, licença, paternidade, pai.

Proposição: PL 3392/2000

Outros Números: MSC 1064/2000

Autor: Poder Executivo

Data de Apresentação: 31/07/2000

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Estende à mãe adotiva o direito à licença-maternidade e ao salário-maternidade, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Indexação: alteração, legislação trabalhista, (CLT), extensão, licença a gestante, maternidade, licença à adotante, empregado, trabalhador, mãe, adoção, guarda, adoção judicial, criança, recém-nascido, proibição, dispensa, emprego, garantia, salário mínimo, limitação, período, licença, alteração, Lei Federal, plano de benefícios, Previdência Social, extensão, direitos, trabalhador, mulher, concessão, salário maternidade, benefício previdenciário, hipótese, guarda, adoção.

Proposição: PL 3406/2000

Autor: Deputado Padre Roque – PT/PR

Data de Apresentação: 1º/08/2000

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Regulamenta o inciso XVIII, do art. 7º, da Constituição Federal, estendendo à mãe adotiva o direito à licença maternidade.

Indexação: Aplicação, Constituição Federal, extensão, direitos, licença a gestante, maternidade, concessão, licença a adotante, mãe adotiva, adoção, criança, limite de idade.

Proposição: PL 3479/2000

Autor: Deputado Paulo Paim – PT/RS

Data de Apresentação: 22/08/2000

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Acrescenta parágrafo único ao art. 34 e acrescenta o art. 52-A ao Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Explicação da Ementa: Concedendo licença de 120 (cento e vinte) dias, remunerada por igual período, à mulher trabalhadora que obtiver a guarda de criança, adolescente ou menor abandonado.

Indexação: Alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, concessão, licença a adotante, auxílio maternidade, salário maternidade, mulher, trabalhador, segurado, Previdência Social, adoção, guarda, criança, adolescente, menor abandonado.

Proposição: PL 3525/2000

Autor: Deputado Márcio Bittar – PPS/AC

Data de Apresentação: 28/08/2000

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Altera o art. 210 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que “Dispõe sobre o Regime Jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais”.

Explicação da Ementa: Concedendo tanto a servidora quanto ao servidor que adotar ou obtiver guarda judicial de criança, 90 dias de licença remunerada, independente da idade do adotado.

Indexação: Alteração, Regime Jurídico Único, concessão, licença a adotante, adoção, guarda, criança, igualdade, período, extinção, critérios, diferença, limite de idade, servidor publico civil, beneficiário, homem, mulher, adotante.

Proposição: PL 3822/2000

Autor: Deputado José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 28/11/2000

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre concessão de licença no caso de adoção.

Indexação: Concessão, licença a adotante, trabalhador, mulher, adoção, criança, morte, mãe adotiva, direitos, pai, licença paternidade.

Proposição: PL 3904/2000

Autor: Deputado José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 07/12/2000

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Altera dispositivo da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que trata da concessão de salário-maternidade, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Estendendo o benefício do salário-maternidade a segurada que adotar ou obtiver guarda judicial de criança até um ano de idade.

Indexação: Alteração, Lei Federal, plano de benefícios, Previdência Social, extensão, benefício previdenciário, concessão, salário maternidade, mãe, adotante, adoção, criança, limite de idade.

Proposição: PL 3917/2000

Autor: Deputado Lincoln Portela – PSL/MG

Data de Apresentação: 12/12/2000

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Altera a Lei nº 8.930, de 6 de setembro de 1994.

Explicação da Ementa: Incluindo como crime hediondo: tráfico de mulheres, envio irregular de crianças ou adolescentes para o exterior e o tráfico de órgãos humanos.

Indexação: Alteração, Lei Federal, crime hediondo, inclusão, crime, tráfico, mulher, exploração sexual, prostituição, órgão humano, retirada, comercialização, remessa, exterior, ilegalidade, processo, adoção, menor, criança, adolescente.

Proposição: PL 2372/2000

Autor: Deputado Jandira Feghali – PCdoB/RJ

Data de Apresentação: 27/01/2000

Situação: MESA: Vetado totalmente.

Ementa: Dispõe sobre o afastamento cautelar do agressor da habitação familiar. NOVA EMENTA DA REDAÇÃO FINAL: Acrescenta dispositivos ao Código de Processo Civil, no capítulo relativo aos procedimentos cautelares específicos, e dá outras providências.

Indexação: Normas, juiz de Direito, determinação, afastamento, habitação, imóvel, família, pessoas, agressão, riscos, vítima, violência, exceção, partilha de bens, limitação, proximidade, local, hipótese, descumprimento, inclusão, crime de desobediência, encaminhamento, infrator, delegacia de polícia.

Proposição: PL 2600/2000

Autor: Deputada Rita Camata – PMDB/ES

Data de Apresentação: 16/03/2000

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Altera dispositivos da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e dá outras providências”.

Explicação da Ementa: alterando os períodos de carência de contribuição previdenciária para aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e salário maternidade.

Indexação: Alteração, Lei Federal, plano de benefícios, Previdência Social, redução, isenção, carência, contribuição previdenciária, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por tempo de serviço, auxílio doença, exigência, segurado especial, mulher, comprovação, atividade rural, obrigatoriedade, empresa, pagamento, salário maternidade, trabalhador avulso, contribuinte autônomo, compensação, recolhimento, contribuição social, folha de pagamento, revogação, dispositivos, prazo, direitos, benefício previdenciário.

Proposição: PL 2748/2000

Autor: Deputado Alberto Fraga – PMDB/DF

Data de Apresentação: 04/04/2000

Situação: CCJC: Aguardando Designação de Relator.

Ementa: Altera a Lei nº 7.289 de 18 de dezembro de 1984, modificada pela Lei nº 7.475, de 13 de maio de 1986 (Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Distrito Federal), modificando o tempo de serviço prestado pelos Policiais Militares Femininos.

Explicação da Ementa: Reduzindo para 25 anos o tempo de serviço para transferência para a inatividade.

Indexação: Alteração, estatuto dos policiais militares, Polícia Militar, (DF), redução, tempo de serviço, oficial da polícia militar, sub tenente, praça, mulher, requerimento, direitos, aposentadoria, transferência, reserva militar, inatividade.

Proposição: PL 2749/2000

Autor: Deputado Alberto Fraga – PMDB /DF

Data de Apresentação: 04/04/2000

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Altera a Lei nº 7.479 de 2 de junho de 1986 (Estatuto dos Bombeiros Militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal), modificando o tempo de serviço prestado pelos Bombeiros Femininos.

Explicação da Ementa: reduzindo para 25 anos, o tempo de serviço feminino, para transferência para inatividade.

Indexação: alteração, estatuto, bombeiro militar, corpo bombeiros, (DF), redução, tempo de serviço, oficiais, sub tenente, praça, mulher, requerimento, direitos, aposentadoria, transferência, reserva militar, inatividade.

Proposição: PL 2818/2000

Autor: Deputado Albérico Filho – PMDB/MA

Data de Apresentação: 11/04/2000

Situação: CCP: Aguardando Encaminhamento.

Ementa: Modifica a pena do art. 214 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Explicação da Ementa: estabelecendo pena de reclusão de 01 (um) a 10 (dez) anos para o crime de atentado ao pudor.

Indexação: alteração, Código Penal, redução, penalidade, crime, atentado ao pudor.

Proposição: PL 2821/2000

Autor: Deputado Nelo Rodolfo – PMDB/SP

Data de Apresentação: 11/04/2000

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Institui a Carteira de Prevenção do Câncer Ginecológico e Mamário, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Obrigando as mulheres a partir dos 25 anos a fazerem exame anual de prevenção de câncer ginecológico e de mama.

Indexação: Criação, documento oficial, obrigatoriedade, mulher, limite de idade, exame médico, prevenção, câncer, emissão, hospital, setor público, hipótese, trabalhador, exigência, apresentação, documento, comparação, exame, departamento de finanças, recursos humanos, penalidade, bloqueio, salário.

Proposição: PL 3516/2000

Autor: Deputado Rubens Furlan – PPS/SP

Data de Apresentação: 23/08/2000

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Institui o Dia Nacional de Combate ao Câncer de Mama.

Indexação: Criação, dia nacional, combate ao câncer de mama, mês, março, divulgação, prevenção, vítima, mulher.

Proposição: PL 2996/2000

Autor: Deputado Alceste Almeida – PMDB/RR

Data de Apresentação: 11/05/2000

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Suprime os incisos III e IV do artigo 219 do Código Civil Brasileiro – Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916.

Explicação da Ementa: revogando dispositivo que concede ao cônjuge homem o direito de anular o casamento, quando constatar a ignorância, anterior ao casamento, de deficiência física ou doença grave e transmissível e o defloramento da mulher.

Indexação: Revogação, dispositivos, Código Civil, opção, homem, anulação, casamento, hipótese, ocorrência, erro essencial, ausência, perda, virgindade, mulher, deficiência física, doença grave, (AIDS),

doença congênita, desconhecimento, anterioridade, sociedade conjugal, caracterização, má fé, cônjuge, preconceito, discriminação, aplicação, legislação.

Proposição: PL 3205/2000

Autor: Deputado Alex Canziani – PSDB/PR

Data de Apresentação: 13/06/2000

Situação: CCJC: Pronta para Pauta.

Ementa: Limita a pensão alimentícia devida ao ex-cônjuge em 5 (cinco) anos.

Indexação: Alteração, código de processo civil, Lei Federal, divórcio, limitação, prazo, cônjuge, pagamento, pensão alimentícia, contagem, trânsito em julgado, sentença judicial, dissolução, casamento.

Proposição: PL 3314/2000

Autor: Deputado José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 27/06/2000

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Acrescenta parágrafo único ao art. 393 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para assegurar o pagamento dos salários à empregada gestante, demitida sem justa causa, até cinco meses após o parto, e dá outras providências.

Indexação: alteração, legislação trabalhista, (CLT), proteção, maternidade, garantia, pagamento, salário, inclusão, salário maternidade, vantagens, empregado, mulher, gestante, despedida injusta, contagem, data, dispensa, ponto.

Proposição: PL 3366/2000

Autor: Deputado Jair Meneguelli – PT/SP

Data de Apresentação: 29/06/2000

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, tornando obrigatória a instauração de inquérito para apuração de falta grave de empregada estável nos termos do art. 10, inciso II, alínea *a* do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Explicação da Ementa: Dispondo que as empregadas estáveis em virtude de gravidez, somente terão seus contratos de trabalho rescindidos por justa causa se houver confirmação judicial.

Indexação: Alteração, legislação trabalhista, (CLT), obrigatoriedade, instauração, inquérito, apuração, falta grave, empregado, trabalhador, mulher, gestante, gravidez, gozo, estabilidade, rescisão, contrato de trabalho, justa causa, confirmação, juiz, garantia, emprego, aplicação, disposições, constitucionais transitórias, Constituição Federal.

Proposição: PL 3913/2000

Autor: Deputado Alberto Fraga – PMDB/DF

Data de Apresentação: 11/12/2000

Situação: CCJC: Aguardando Designação de Relator.

Ementa: Altera o art. 792 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, retirando as expressões “mulheres casadas” e “maridos”.

Indexação: alteração, legislação trabalhista, (CLT), supressão, texto, palavra, mulher casada, assistência, marido, ação judicial, Justiça do Trabalho

Proposição: PL 2801/2000

Autor: Deputado José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 06/04/2000

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre o estupro qualificado e determina outras providências.

Explicação da Ementa: quando o estupro é cometido pelo cônjuge ou companheiro.

Indexação: alteração, Código Penal, caracterização, crime qualificado, estupro, cônjuge, companheiro, pena de reclusão.

Proposição: PL 3681/2000

Autor: Deputado Alberto Fraga – PMDB/DF

Data de Apresentação: 25/10/2000

Situação: CSPCCO: Aguardando Parecer.

Ementa: Dá nova redação ao § 2º e revoga o § 3º do art. 50 da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, alterada pela Lei nº 7.475, de 13 de maio de 1986 – Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Distrito Federal.

Explicação da Ementa: Concedendo igualdade à policial militar feminino a fim de que possa ter como dependente legal o seu esposo.

Indexação: Alteração, estatuto, Polícia Militar, (DF), inclusão, direitos, cônjuge, marido, dependente, mulher, militar feminino, revogação, dispositivos, exigência, ausência, remuneração, companheiro, desempregado.

Proposição: PL 3845/2000

Autor: Deputado Pompeo de Mattos – PDT/RS

Data de Apresentação: 29/11/2000

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a realização de laqueadura de trompas nas unidades públicas do Sistema Único de Saúde ou conveniadas, e dá outras providências.

Indexação: obrigatoriedade, (SUS), gratuidade, realização, cirurgia, esterilização, mulher, avaliação, laudo médico, exigência, quantidade, filho, controle de natalidade.

Proposição: PL 2529/2000

Autor: Deputado Augusto – PPB/RS

Data de Apresentação: 29/02/2000

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Permite a inclusão das creches no SIMPLES, previsto na Lei nº 9.317, 5 de dezembro de 1996.

Indexação: inclusão, autorização, opção, pagamento, (SIMPLES), pessoa jurídica, atividade comercial, creche.

Proposição: PL 2777/2000

Autor: Deputado José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 05/04/2000

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a construção de creches em conjuntos habitacionais financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação.

Indexação: Obrigatoriedade, construção, creche, conjunto habitacional, superioridade, total, população, habitação, ausência, aprovação, financiamento, (SFH), descumprimento, exigência.

Proposição: PL 2338/2000

Autor: Deputado Freire Júnior – PMDB/TO

Data de Apresentação: 20/01/2000

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre crimes hediondos.

Explicação da Ementa: Incluindo como crime hediondo a mediação para servir a lascívia de outrem, o favorecimento da prostituição, rufianismo e o tráfico de pessoas; alterando o termo “tráfico de mulheres” para tráfico de pessoas, com o objetivo de incluir os crimes praticados contra menino e menina.

Indexação: Alteração, Código Penal, Lei Federal, crime hediondo, inclusão, Crime Contra os Costumes, realização, facilitação, entrada, saída, território nacional, pessoas, homem, mulher, exercício, prostituição, país estrangeiro, exterior, caracterização, tráfico, redução, exploração sexual, criança, adolescente, mediação, favorecimento, abuso, menor, sexo.

Proposição: PL 2381/2000

Autor: Deputado Dr. Hélio – PDT/SP

Data de Apresentação: 1º/02/2000

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de exames de emissões otoacústicas.

Indexação: Obrigatoriedade, realização, hospital, convênio, (SUS), exame, audição, recém-nascido, hipótese, existência, deficiência, aparelho auditivo, orientação, país, programa, assistência, criança, surdo, encaminhamento, estatística, (MS).

Proposição: PL 2653/2000

Autor: Deputado José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 23/03/2000

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Estabelece admissão tácita de paternidade no caso que menciona.

Explicação da Ementa: Caso o suposto pai recuse a submeter-se a exame de material genético – DNA.

Indexação: Alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, código de processo civil, hipótese, recusa, investigação de paternidade, exame de DNA, material genético, reconhecimento, filho, autor, ação investigatória de paternidade, aceitação tácita, paternidade, pai.

Proposição: PL 2937/2000

Autor: Deputado Lincoln Portela – PST/MG

Data de Apresentação: 03/05/2000

Situação: PLEN: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Altera o parágrafo 1º do art. 1º e art. 7º da Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, Lei de Imprensa.

Explicação da Ementa: Proibindo as propagandas que incentivem ou divulguem a prostituição de menores, adolescentes e adultos, nos meios de comunicação de massa, Internet, telefone, assim como a divulgação de informações sobre religião, opção sexual, parentesco e outras que caracterizem discriminação.

Indexação: Alteração, Lei de Imprensa, proibição, propaganda, sexo, incentivo, divulgação, prostituição, criança, menor, adolescente, adulto, utilização, telefone, (Internet), meios de comunicação, televisão, rádio, jornal, informações, religião, opção, sexo, parente, infrator, acusado, desrespeito, Código Penal, discriminação.

Proposição: PL 3217/2000

Autor: Deputado Pompeo de Mattos – PDT/RS

Data de Apresentação: 13/06/2000

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade do Rastreamento Neonatal, conhecido como “Teste do Pezinho”, nas unidades públicas e privadas do Sistema Único de Saúde ou conveniadas, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Exame com vistas a identificar a presença da fenilcetonúria e do hipotireoidismo.

Indexação: Obrigatoriedade, instituição hospitalar, hospital, maternidade, iniciativa privada, convênio, (SUS), gratuidade, realização, exame, criança, recém nascido, identificação, doença congênita, período, parto.

Proposição: PL 2367/2000

Autor: Deputado Vicente Caropreso – PSDB/SC

Data de Apresentação: 27/01/2000

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Altera o art. 1º da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que “define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor”, para incluir os de gênero e de opção sexual.

Indexação: Alteração, Lei Federal, definição, crime, discriminação racial, cor, inclusão, discriminação sexual, opção, sexo, pessoas, homossexual.

Proposição: PL 2330/2000

Autor: Deputado José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 20/01/2000

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Regime de tramitação: Prioridade

Apensado (a) ao (a): PL 4864/1998

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Altera o § 1º do art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que estende o benefício do auxílio-acidente ao empregado doméstico.

Indexação: Alteração, Lei Federal, plano de benefícios, Previdência Social, extensão, auxílio acidente, empregado doméstico, trabalhador avulso, supressão, segurado especial, acidente do trabalho.

Proposição: PL 2598/2000

Autor: Deputada Marinha Raupp – PSDB/RO

Data de Apresentação: 16/03/2000

Situação: CFT: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Altera a redação do art. 4º da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que “Dispõe sobre a Profissão de Empregado Doméstico, e dá outras providências”, facultando o acesso ao salário-família, e dá outras providências.

Indexação: Alteração, legislação previdenciária, plano de benefícios, Previdência Social, garantia, pagamento, salário família, empregado doméstico.

Proposição: PL 3020/2000

Autor: Deputado José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 16/05/2000

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Modifica o § 1º do art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que prolonga o benefício do auxílio-acidente ao empregado doméstico.

Indexação: Alteração, Lei Federal, plano de benefícios, Previdência Social, inclusão, direitos, segurado, empregado doméstico, beneficiário, auxílio acidente, acidente do trabalho, benefício previdenciário, (INSS).

Proposição: PL 3221/2000

Autor: Deputado Aírton Dipp – PDT/RS

Data de Apresentação: 14/06/2000

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Permite a dedutibilidade dos desembolsos relativos ao emprego doméstico, nas condições que estabelece.

Indexação: Concessão, incentivo fiscal, dedução, imposto de renda, empregador doméstico, pessoa física, percentagem, pagamento, salário, encargo social, encargos previdenciários da união, contribuição previdenciária, empregado doméstico, limitação, abatimento, desembolso, ano, calendário.

Proposição: PL 3397/2000

Autor: Arlindo Chinaglia – PT/SP

Data de Apresentação: 1º/08/2000

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Permite ao empregador doméstico deduzir da base de cálculo do imposto de renda devido os valores pagos a seu empregado doméstico a título de remuneração, contribuição à seguridade social e de depósito para o fundo de garantia.

Indexação: Alteração, Lei Federal, Imposto de Renda, pessoa física, autorização, empregador doméstico, dedução, base de cálculo, pagamento, depósito, (FGTS), contribuição previdenciária, seguridade social, incidência, remuneração, empregado doméstico.

Proposição: PL 2333/2000

Autor: Gerson Peres – PPB/PA

Data de Apresentação: 20/01/2000

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Altera a redação de dispositivos constantes dos arts. 75, 83, 157, 159 e 223 do Decreto-Lei nº 2.848, de 17 de dezembro de 1940, que dispõe sobre o Código Penal Brasileiro.

Explicação da Ementa: Aumentando a pena privativa de liberdade em caso de seqüestro, roubo ou estupro em que ocorrer a morte da vítima e restringindo a liberdade condicional.

Indexação: Alteração, Código Penal, agravação penal, pena privativa de liberdade, aumento, penalidade, hipótese, seqüestro, roubo, estupro, resultado, morte, vítima, integralidade, regime fechado, inexistência, concessão, livramento condicional.

Proposição: PL 3542/2000

Autor: Alberto Fraga – PMDB/DF

Data de Apresentação: 12/09/2000

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Regulamenta o oferecimento de tratamento preventivo à síndrome da imunodeficiência adquirida (SIDA), e dá outras providências.

Indexação: Regulamentação, oferta, tratamento médico, prevenção, (Aids), saúde pública, beneficiário, mulher, vítima, estupro, recém-nascido, filho, portador, pessoal, riscos, contaminação, atividade profissional, garantia, sigilo, identidade, direitos, paciente, recebimento, medicamentos, serviço de saúde.

Proposição: PL 2733/2000

Autor: Marcos Afonso – PT /AC

Data de Apresentação: 30/03/2000

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Altera os arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Explicação da Ementa: agravando a pena para quem divulga imagens eróticas, com cenas de sexo explícito ou simulado, envolvendo criança e adolescente através dos meios de comunicação, principalmente na internet.

Indexação: alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, crime, infração, aumento, penalidade, agravação penal, utilização, menor, criança, adolescente, imagem visual, fotografia, sexo, exploração sexual, espetáculo, teatro, televisão, cinema, meios de comunicação, (internet), apresentação, divulgação, produção, direção.

Proposição: PL 2863/2000

Autor: Enio Bacci – PDT /RS

Data de Apresentação: 11/04/2000

Situação: PLEN: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Determina o custeio, pelo Sistema Único de Saúde – SUS, do tratamento psicológico a pessoas vítimas de violência sexual e dá outras providências.

Indexação: obrigatoriedade, (SUS), custeio, tratamento médico, assistência psicológica, pessoas, vítima, violência, exploração sexual, apresentação, cópia, boletim, ocorrência, exigência, comprovação, baixa renda, atestado de pobreza.

Proposição: PL 3607/2000

Autor: Lamartine Posella – PMDB /SP

Data de Apresentação: 04/10/2000

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Acrescenta o parágrafo único ao art. 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Explicação da Ementa: estabelecendo a pena de reclusão de um a quatro anos para quem divulgar, via internet, material pornográfico envolvendo criança e adolescente.

Indexação: alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, penalidade, pena de reclusão, divulgação, (internet), fotografia, publicação, pornografia, sexo, exploração sexual, criança, menor, adolescente.

Proposição: PL 2488/2000

Autor: Pompeo de Mattos – PDT /RS

Data de Apresentação: 22/02/2000

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Dispõe sobre a reserva de recursos públicos, destinados à habitação, em benefício da mulher responsável pelo sustento da família, e dá outras providências.

Indexação: destinação, percentagem, recursos financeiros, recursos orçamentários, mulher, arrimo, família, responsável, alimentação, aquisição, casa própria.

Proposição: PL 2803/2000

Autor: Osmânio Pereira – PMDB /MG

Data de Apresentação: 06/04/2000

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre o uso da talidomida.

Indexação: utilização, medicamentos, tratamento médico, hanseníase, controle, fiscalização, obrigatoriedade, prescrição, formulário, retenção, receituário, farmácia, remessa, vigilância sanitária, mensagem, proibição, consumo, gestante, distribuição, exclusividade, programa nacional de dermatologia sanitária, distribuição gratuita, anticoncepcional, mulher, fertilidade, comissão, médico, esterilização, cirurgia.

Proposição: PL 2849/2000

Autor: José Carlos Coutinho – PFL /RJ

Data de Apresentação: 13/04/2000

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Garante gratuidade do exame de DNA para as pessoas de baixa renda.

Indexação: obrigatoriedade, gratuidade, exame de DNA, padrão genético, ação investigatória de paternidade, reconhecimento, filho, filha, paternidade, maternidade, comprovação, pessoa carente, baixa renda, solicitação, juiz, Ministério Público, mãe, pai.

Proposição: PL 2423/2000

Autor: Lamartine Posella – PMDB /SP

Data de Apresentação: 09/02/2000

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre o direito de precedência de atendimento aos idosos, aos portadores de deficiência e às gestantes.

Indexação: normas, precedência, atendimento, prioridade, idoso, pessoa deficiente, deficiente físico, gestante, órgão público, instituição pública, instituição particular, instituição financeira, bancos, programa cultural, esporte, limite de idade, aplicação, Lei Federal.

Proposição: PL 2520/2000

Autor: Paulo Paim – PT /RS

Data de Apresentação: 29/02/2000

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Altera a redação do art. 72 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para determinar que o salário-maternidade da empregada e da trabalhadora avulsa seja pago diretamente pela empresa.

Indexação: alteração, Lei Federal, plano de benefícios, Previdência Social, determinação, empresa, pagamento, salário-maternidade, empregado, trabalhador avulso, mulher, gestante, compensação, recolhimento, contribuição previdenciária, folha de pagamento.

Proposição: PL 2593/2000

Autor: Ricardo Berzoini – PT /SP

Data de Apresentação: 16/03/2000

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Altera a redação dos arts. 71 e 72 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estabelecer que o salário-maternidade da empregada e da trabalhadora avulsa será pago diretamente pela empresa.

Indexação: alteração, Lei Federal, plano de benefícios, Previdência Social, obrigatoriedade, empresa, pagamento, salário-maternidade, trabalhador, empregado, mulher, gestante, trabalhador avulso, compensação, despesa, (INSS), folha de pagamento, recolhimento, contribuição social.

Proposição: PL 2852/2000

Autor: Professor Luizinho – PT/SP e co-autores.

Data de Apresentação: 13/04/2000

Situação: CCJC: Aguardando Designação de Relator.

Ementa: Dispõe sobre a concessão de licença especial para gestante em situação de risco e dá outras providências.

Explicação da Ementa: concedendo licença especial à empregada grávida, cuja gravidez ofereça risco, para si ou para o nascituro, mediante solicitação de ginecologista/obstetra, credenciado do SUS, e laudo comprobatório, obrigando o empregado a pagar a diferença entre o salário e o benefício.

Indexação: concessão, licença especial, licença à gestante, trabalhador, mulher, nascituro, prevenção, riscos, solicitação, médico, (SUS), laudo médico, necessidade, afastamento, obrigatoriedade, pagamento, diferença, benefício previdenciário, salário, empregador.

Proposição: PL 3784/2000

Autor: : Gessivaldo Isaias – PMDB /PI

Data de Apresentação: 22/11/2000

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24, II

Regime de tramitação: Ordinária

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre o pagamento da gratificação natalina à trabalhadora gestante, dentro de trinta dias do início de sua licença-maternidade.

Indexação: alteração, legislação trabalhista, décimo terceiro salário, adiantamento, pagamento, trabalhador, mulher, gestante, mês, prazo, início, licença à gestante, maternidade.

Proposição: PL 2501/2000

Autor: Celcita Pinheiro – PFL /MT

Data de Apresentação: 23/02/2000

Situação: CCJC: Pronta para Pauta.

Ementa: Dá nova redação ao inciso II do art. 20 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”.

Explicação da Ementa: garantindo aos pais de alunos a participação nas cooperativas educacionais.

Indexação: alteração, lei de diretrizes e bases da educação nacional, Lei Darcy Ribeiro, inclusão, pais, pai, mãe, responsável, aluno, representante, comunidade, participante, cooperativa, instituição particular, escola comunitária, cooperativa educacional.

Proposição: PL 2612/2000

Autor: Freire Júnior – PMDB /TO

Data de Apresentação: 21/03/2000

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dá nova redação aos arts. 407 e 409 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 – Código Civil.

Explicação da Ementa: dispondo que o direito de nomear tutor compete aos pais e, na sua ausência, compete aos avós, aos irmãos e tios, excluindo a preferência de homem ou mulher.

Indexação: alteração, Código Civil, determinação, exclusividade, competência, pais, nomeação, tutor, tutela, criança, adolescente, menor, hipótese, ausência, pai, mãe, responsabilidade, avós, irmão, irmã, exclusão, preferência, homem, mulher, discriminação sexual.

Proposição: PL 3710/2000

Autor: Ricardo Izar – PMDB /SP

Data de Apresentação: 07/11/2000

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Acrescenta inciso VIII e parágrafo único ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre falta justificada de pais de crianças portadoras de deficiência física para acompanhamento de terapias e tratamentos médicos.

Indexação: alteração, legislação trabalhista, (CLT), autorização, trabalhador, falta justificada, trabalho, motivo, pais, acompanhamento, filho, criança, pessoa deficiente, portador, deficiência física, obrigatoriedade, apresentação, laudo médico, médico, hospital, poder público, (SUS), comprovação, necessidade, acompanhamento, tratamento médico, assistência, continuação, exclusividade, concessão, benefício, pai, mãe, possibilidade, dias alternados.

Proposição: PL 2726/2000

Autor: Gustavo Fruet – PMDB /PR

Data de Apresentação: 30/03/2000

Situação: CSSF: Pronta para Pauta.

Ementa: Dispõe sobre a adequação do pessoal de enfermagem nos hospitais privados.

Indexação: obrigatoriedade, hospital, casa de saúde, maternidade, instituição particular, registro, conselho regional, enfermagem, apresentação, quantitativo, leito hospitalar, pessoal, nível médio, nível superior, análise, prazo, adaptação, penalidade, multa, cancelamento, autorização, funcionamento.

Proposição: PL 2735/2000

Autor: Marcos Afonso – PT /AC

Data de Apresentação: 30/03/2000

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Altera a redação dos arts. 71 e 73 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e dá outras providências”, estendendo o salário-maternidade à trabalhadora autônoma.

Indexação: alteração, Lei Federal, plano de benefícios, Previdência Social, garantia, extensão, salário-maternidade, trabalhador autônomo, mulher, prazo, requerimento, benefício previdenciário.

Proposição: PL 2928/2000

Autor: José Carlos Coutinho – PFL /RJ

Data de Apresentação: 02/05/2000

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Altera a redação dos arts. 71 e 73 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e dá outras providências”, estendendo o salário-maternidade à trabalhadora autônoma.

Explicação da Ementa: concedendo salário-maternidade à trabalhadora autônoma no valor correspondente à média dos últimos 12 meses de salário-de-contribuição, respeitada a carência de doze meses, e

à segurada especial no valor de um salário mínimo, ambos pagos diretamente pela Previdência Social, podendo o requerimento ser feito até 90 dias após o parto.

Indexação: alteração, Lei Federal, plano de benefícios, Previdência Social, extensão, concessão, salário-maternidade, trabalhador autônomo, segurado especial, mulher, requerimento, benefício previdenciário, parto, pagamento, valor, média, salário-de-contribuição, prazo, carência, salário mínimo.

Proposição: PL 3045/2000

Autor: José Carlos Coutinho – PFL /RJ

Data de Apresentação: 17/05/2000

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, nas aquisições de ambulâncias por instituições de assistência social, sem fins lucrativos.

Indexação: concessão, isenção, (IPI), aquisição, ambulância, instituição assistencial, obra filantrópica, entidade mantenedora, hospital, maternidade, asilo, exigência, reconhecimento, requisitos, (MF), secretaria da receita federal.

Proposição: PL 3404/2000

Autor: Eunício Oliveira – PMDB /CE

Data de Apresentação: 01/08/2000

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Altera os arts. 39, 71, 72 e 73 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para facilitar o acesso das seguradas do Regime Geral de Previdência Social ao benefício do salário-maternidade.

Indexação: alteração, Lei Federal, plano de benefícios, Previdência Social, normas, facilidade, acesso, concessão, salário-maternidade, segurado, regime geral de Previdência Social, dispensa, segurado especial, trabalhador rural, comprovação, atividade profissional, prazo determinado, obtenção, benefício previdenciário, prorrogação, prazo, requerimento, empregado doméstico, autorização, empresa, empregador, pagamento, benefício, mulher, empregado, trabalhador avulso, realização, compensação, recolhimento, contribuição previdenciária, cota patronal, empresa, manutenção, comprovante, atestado.

Proposição: PL 3013/2000

Autor: Alberto Fraga – PMDB /DF

Data de Apresentação: 16/05/2000

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Altera a Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, modificada pela Lei nº 7.475, de 13 de maio de 1986 (Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Distrito Federal), e a Lei nº 7.479, de 2 de junho de 1986 (Estatuto do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal), modificando o tempo de serviço prestado pelos militares femininos do Distrito Federal.

Explicação da Ementa: concedendo transferência a pedido, para reserva remunerada para a mulher militar da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal desde que conte, no mínimo, 25 (vinte e cinco) anos de serviço.

Indexação: alteração, estatuto dos policiais militares, estatuto, corpo de bombeiros, (DF), concessão, transferência, reserva remunerada, militar feminino, praça, oficiais, mulher, tempo de serviço, polícia militar, bombeiro militar.

Proposição: PL 3667/2000

Autor: Vanessa Grazziotin – PCDOB /AM

Data de Apresentação: 18/10/2000

Situação: CREDN: Aguardando Parecer.

Ementa: Dá nova redação ao § 2º do art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, “Lei do Serviço Militar”, garantindo às mulheres o direito de opção ao serviço militar.

Indexação: alteração, (LSM), garantia, mulher, direitos, opção, serviço militar, prestação de serviço, voluntário, tempo de paz.

Proposição: PL 2642/2000

Autor: Zenaldo Coutinho – PSDB /PA

Data de Apresentação: 22/03/2000

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre as condições para a realização e análise de exames genéticos em seres humanos.

Indexação: critérios, análise, material, padrão genético, corpo humano, determinação, investigação de paternidade, vinculação, pa-

rente, doença, obrigatoriedade, laboratório, equipamentos, genética, participação, programa, controle, qualidade, (INMETRO), emissão, licença, funcionamento, assinatura, laudo médico, atestado, exame, exigência, médico, graduação, curso superior, área, saúde, vida, aconselhamento, formação profissional, pós-graduação, mestrado, descumprimento, normas, interdição, atividade.

Proposição: PL 3078/2000

Autor: Jorge Costa – PMDB /PA

Data de Apresentação: 23/05/2000

Situação: CSPCCO: Aguardando Parecer.

Ementa: Dispõe sobre a coleta de amostras de materiais orgânicos para identificação individual pelo isolamento do DNA, sem ofender ou violar dispositivos insertos no artigo 5º da Constituição Federal, disciplina procedimentos para a realização de testes de DNA e dá outras providências.

Indexação: normas, coleta, amostragem, material, parte, corpo humano, isolamento, padrão genético, objetivo, identificação, dados pessoais, inexistência, violação, direitos e garantias individuais, Constituição Federal, exigência, laboratório, autorização, realização, exame de DNA, controle de qualidade, proibição, emissão, carteira de identidade, falta, exame, competência, fiscalização, secretaria de saúde, estados, hipótese, processo judicial, entrega, resultado, autoridade judicial, utilização, perícia médica, laudo pericial, serviço forense, esclarecimentos, crime, concessão, direitos, contraprova, suspeição, fraude, investigação de paternidade, metodologia, impressão digital, criação, banco de dados, centro de pesquisa, biologia, genética, interessado, acesso, informações.

Proposição: PL 3035/2000

Autor: Alexandre Santos – PSDB /RJ

Data de Apresentação: 17/05/2000

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre atividades de hemoterapia e define a responsabilidade dos órgãos e agentes que as executam, e interesse da segurança nacional.

Indexação: normas, responsabilidade civil, órgão público, funcionários, reparação, danos, indenização, vítima, utilização, sangue, atividade hemoterapia, contaminação, observação, rito sumaríssimo, causa judicial, autorização, aborto, gravidez, mulher, portador, vírus, (AIDS), inclusão, segurança nacional, deveres, estado, família, disciplina escolar, educação sexual, doença transmissível, sexo, ensino médio, ensino fundamental, escola pública, obrigatoriedade, realização, exame de laboratório, preso, hipótese, confirmação, resultado, sala especial, destinação, penitenciária, inutilização, material, exame, obrigação, médico, categoria profissional, saúde, denúncia, doença de Chagas, sífilis, notificação compulsória.

Proposição: PL 3330/2000

Autor: Márcio Matos – PT /PR

Data de Apresentação: 28/06/2000

Situação: CCJC: Pronta para Pauta.

Ementa: Proíbe a propaganda de serviços de sexo nos meios de comunicação social.

Explicação da Ementa: proibindo a propaganda e o anúncio de serviços de sexo (tele-sexo e acompanhante), em cartazes, *outdoors*, jornais, revistas e emissoras de rádio e televisão.

Indexação: alteração, Código Brasileiro de Telecomunicações, inclusão, proibição, propaganda, anúncio, serviço, atendimento, oferta, sexo, prostituição, pornografia, oferecimento, acompanhamento, mulher, divulgação, meios de comunicação, telefone, cartaz, imprensa, jornal, periódico, emissora, rádio, televisão, descumprimento, infrator, penalidade, multa.

Proposição: PL 3357/2000

Autor: Nilton Capixaba – PTB /RO

Data de Apresentação: 28/06/2000

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Proíbe a divulgação de anúncios para atividades sexuais.

Explicação da Ementa: incluindo na proibição a disponibilidade do tele-sexo e a publicação em classificados de jornais e revistas.

Indexação: proibição, divulgação, anúncio, jornal, periódico, publicidade, propaganda, serviço, convite, atendimento, acompanhamento, mulher, ato libidinoso, prostituição, pornografia, inclusão, disponibilidade, sexo, telefone, caracterização, crime, pena de detenção, infrator.

Proposição: PL 3605/2000

Autor: Ronaldo Vasconcellos – PFL /MG

Data de Apresentação: 04/10/2000

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Proíbe a propaganda de serviços de sexo no rádio e na televisão.

Explicação da Ementa: tele-sexo.

Indexação: alteração, Código Brasileiro de Telecomunicações, proibição, publicidade, propaganda, anúncio, serviço, sexo, prostituição, acompanhamento, emissora, rádio, televisão, televisão via cabo, penalidade, infração, multa, suspensão, atividade.

Proposição: PL 3872/2000

Autor: Bispo Rodrigues – PL /RJ

Data de Apresentação: 05/12/2000

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Proíbe a propaganda de acompanhantes, prostituição e outros serviços de sexo nos meios de comunicação social.

Explicação da Ementa: proibindo a propaganda de tele-sexo.

Indexação: proibição, publicidade, propaganda comercial, exploração, sexo, prostituição, meios de comunicação, jornal, periódico, emissora, rádio, televisão, alteração, Código Brasileiro de Telecomunicações, infração, multa, infrator.

Proposição: PL 2355/2000

Autor: Rita Camata – PMDB /ES

Data de Apresentação: 26/01/2000

Situação: CCJC: Aguardando Parecer.

Ementa: Dá nova redação ao § 3º do art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

Explicação da Ementa: destinando metade das vagas para cada sexo, nas eleições para a Câmara dos Deputados, assembleias legislativas e câmaras municipais.

Indexação: alteração, Lei Federal, normas, eleições, determinação, partido político, aumento, porcentagem, metade, vaga, destinação, candidatura, mulher, representação, Câmara dos Deputados, assembleia legislativa, câmara municipal.

Proposição: PL 3601/2000

Autor: De Velasco – PSL /SP

Data de Apresentação: 03/10/2000

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a aparição da figura humana e dá outras providências.

Explicação da Ementa: proibindo qualquer forma de transmissão de imagem de criança ou adolescente que simulem o ato sexual ou possam ser consideradas eróticas, sensuais ou afins.

Indexação: proibição, apresentação, exibição, transmissão, imagem visual, emissora, televisão, (internet), criança, menor, adolescente, movimentação, dança, programação, simulação, ato obsceno, sexo, sexualidade, crime inafiançável, crime de detenção, diretor, pais, responsável, multa, produtor, programa, adulto, respeito, Estatuto da Criança e do Adolescente.

Proposição: PL 3602/2000

Autor: Oliveira Filho – PSDB /PR

Data de Apresentação: 03/10/2000

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Proíbe os jornais de todo o País a publicarem em suas colunas de classificados ou em qualquer outra coluna anúncios de acompanhantes ou algo similar.

Indexação: proibição, publicação, jornal, anúncio, acompanhamento, sexo, prostituta.

Proposição: PL 2901/2000

Autor: José Carlos Coutinho – PFL /RJ

Data de Apresentação: 25/04/2000

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Autoriza ao Poder Executivo a criar, em nível nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher.

Indexação: autorização, Executivo, criação, número, telefone, objetivo, atendimento, denúncia, violência, mulher, garantia, gratuidade, ligação, usuário, divulgação, serviço, emissora, rádio, televisão.

Proposição: EMR 1 CCJR => PDC-463/2000

Autor: Zulaiê Cobra

Data de Apresentação: 25/06/2001

Ementa: dê-se ao art. 1º do projeto a seguinte redação: Art. 1º submeter-se-á à consulta plebiscitária a permissão legal do aborto e da união civil entre pessoas do mesmo sexo.

Proposição: INC 1039/2000

Autor: Francisco Garcia – PFL /AM

Data de Apresentação: 27/06/2000

Situação: MESA: Aguardando originais para envio ao Arquivo.

Ementa: Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Saúde, a adoção de critérios para realização de procedimentos de reprodução assistida no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

Indexação: (MS), normas, critérios, (SUS), realização, reprodução humana, inseminação artificial, gravidez, risco de vida, gestante, recém-nascido, aumento, custo, internamento, (UTI), exigência, casal, pais, comprovação, situação, financeira, renda, possibilidade, manutenção, criança, filho, hipótese, parto múltiplo.

Proposição: INC 1067/2000

Autor: Odelmo Leão – PPB /MG

Data de Apresentação: 08/08/2000

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Saúde, o disciplinamento da reprodução assistida no Sistema Único de Saúde.

Indexação: (MS), normas, incorporação, assistência médico hospitalar, (SUS), serviço, fertilidade, reprodução humana, laboratório, inseminação artificial, credenciamento.

Proposição: INC 1048/2000

Autor: Vanessa Grazziotin – PCdoB /AM

Data de Apresentação: 29/06/2000

Situação: MESA: Aguardando originais para envio ao Arquivo.

Ementa: Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Saúde, a adoção de medidas urgentes para a contratação de Assistente Social e Enfermeiro para os trabalhos desenvolvidos pelo PAISM – Programa de Assistência Integral à Saúde da Criança, em Manaus, Estado do Amazonas.

Indexação: (MS), contratação, assistente social, enfermeiro, trabalho, unidade de saúde, posto de saúde, saúde pública, atendimento, médico, criança carente, mulher, município, Manaus, (AM).

Proposição: INC 1141/2000

Autor: Rubens Furlan – PPS /SP

Data de Apresentação: 04/10/2000

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Saúde, a criação de centros especializados em mamografia nos hospitais públicos.

Indexação: (MS), criação, centro de saúde, especialização, radiologia, exame, médico, raios x, mulher, prevenção, câncer, (SUS).

Proposição: MSC 1064/2000

Ementa: Submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do projeto de lei que “Estende à mãe adotiva o direito à licença-maternidade e ao salário-maternidade, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991”.

Proposição: PDC 467/2000

Autor: Inocência Oliveira – PFL /PE

Data de Apresentação: 16/05/2000

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Estabelece consulta plebiscitária sobre o aborto, união civil e prisão perpétua por ocasião de eleições gerais.

Indexação: realização, consulta, plebiscito, opinião, população, votação, apreciação, matéria, autorização, aborto, união, civil, homossexual, prisão perpétua, competência, justiça eleitoral, execução, vinculação, eleições.

Proposição: PEC 214/2000

Autor: Aldir Cabral – PFL /RJ

Data de Apresentação: 23/03/2000

Situação: MESA: Aguardando criação de Comissão Temporária.

Ementa: Altera a redação do § 7º do art. 226 da Constituição Federal, no Capítulo da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso.

Explicação da Ementa: obrigando os hospitais públicos ou conveniados ao SUS realizarem vasectomia ou laqueadura em casais que tenham dois ou mais filhos, que pretendam a limitação definitiva de filhos; alterando a nova Constituição Federal.

Indexação: alteração, Constituição Federal, família, obrigatoriedade, hospital, poder público, convênio, (SUS), atendimento, casal, limitação, quantidade, filho, realização, gratuidade, cirurgia, esterilização, homem, mulher, planejamento familiar.

Proposição: PEC 251/2000

Autor: Wellington Dias – PT /PI

Data de Apresentação: 30/05/2000

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Altera a redação do item II e § 1º do art. 56 da Constituição Federal.

Explicação da Ementa: Garantindo à mulher parlamentar o direito à licença-maternidade e convocação do respectivo suplente; alterando a nova Constituição Federal.

Indexação: alteração, Constituição Federal, Legislativo, garantia, direitos, licença à gestante, mulher, congressista, deputado federal, senador, convocação, suplente, prazo determinado, afastamento.

Proposição: PEC 243/2000

Autor: Pedro Canedo – PSDB /GO

Data de Apresentação: 16/05/2000

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Acrescenta o art. 243-A ao Título IX – Das Disposições Constitucionais Gerais, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Explicação da Ementa: Dispondo que todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência da prática ou exploração de prostituição de criança ou adolescente será imediatamente confiscado e os recursos obtidos reverterão ao Fundo de Combate à Prostituição Infanto-Juvenil; alterando a nova Constituição Federal.

Indexação: Alteração, Constituição Federal, disposições gerais, destinação, bens, valor econômico, apreensão, mercadoria apreendida, motivo, exploração sexual, criança, adolescente, menor, reversão, recursos financeiros, fundos, combate, prostituição, infância, juventude.

Proposição: PLP 162/2000

Autor: Gessivaldo Isaias – PMDB /PI

Data de Apresentação: 21/11/2000

Situação: PLEN: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Regulamenta o inciso I do art. 7^º da Constituição Federal, fixando em 12 (doze) meses a estabilidade da empregada gestante.

Explicação da Ementa: Regulamentando a nova Constituição Federal.

Indexação: regulamentação, Constituição Federal, direitos sociais, fixação, estabilidade, emprego, empregado, trabalhador, mulher, gestante, proibição, despedida, demissão, prazo determinado, confirmação, gravidez.

Proposição: PRC 76/2000

Autor: Alcione Athayde – PPB /RJ

Data de Apresentação: 29/03/2000

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Acrescenta o inciso XVII ao art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 1989, instituindo a Comissão da Juventude.

Indexação: alteração, regimento interno, Câmara dos Deputados, criação, comissão permanente, juventude, debate, estudo, investigação, problema, exclusão, discriminação, alcoolismo, droga, saúde, profissionalismo, trabalho, educação, violência, prostituição, limite de idade, adolescente.

Proposição: PRL 1 CTASP => PL 3784/2000

Autor: Herculano Anghinetti – PPB /MG

Data de Apresentação: 10/10/2002

Ementa: Dispõe sobre o pagamento da gratificação natalina à trabalhadora gestante dentro de trinta dias do início de sua licença-maternidade.

Proposição: RIC 2663/2000

Autor: Teté Bezerra – PMDB /MT

Data de Apresentação: 28/11/2000

Situação: MESA: Aguardando Remessa ao Executivo.

Ementa: Solicita informações ao Ministério da Saúde acerca da regulamentação da Lei nº 9.797, de 6-5-1999.

Explicação da Ementa: Solicitando informações sobre a lei que autoriza a cirurgia plástica reparadora da mama, pelas unidades integrantes do SUS. (Ministro José Serra).

Indexação: (MS), regulamentação, Lei Federal, autorização, cirurgia, reparação, mutilação, câncer, mulher, (SUS), início, aplicação, número, atendimento, paralisação.

Proposição: RIC 1907/2000 – (Proposição Inativa)

Data de Apresentação: 04/04/2000

Ementa: Requerimento de informações ao Ministro da Saúde sobre as atividades e os resultados do Programa Nacional de Controle de Câncer do Colo do Útero e Mama.

Proposição: RIC 2124/2000 – (Proposição Inativa)

Data de Apresentação: 03/05/2000

Ementa: Requerimento de informações ao Ministro da Saúde sobre exames para diagnóstico do câncer uterino.

Proposição: RIC 2756/2000

Autor: Vanessa Grazziotin – PCdoB/AM

Data de Apresentação: 13/12/2000

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Solicita informações ao Ministério da Saúde referente ao programa de redução da mortalidade infantil.

Explicação da Ementa: Ministro José Serra.

Indexação: (MS), liberação, recursos, programa, redução, mortalidade infantil, saúde, família, população carente, número, beneficiário, suplementação, alimentação.

Proposição: RIC 2757/2000

Autor: Vanessa Grazziotin – PCdoB /AM

Data de Apresentação: 13/12/2000

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Solicita informações ao Ministério da Saúde referente ao programa de redução da mortalidade infantil.

Explicação da Ementa: Ministro José Serra.

Indexação: (MS), liberação, recursos, programa, saúde, família, agente, desenvolvimento comunitário, suplementação alimentar, redução, mortalidade infantil, população carente, numero, beneficiário, estado, (AM).

Proposição: CD PLC 113/2000

Outros Números: SF PLC 00113/2000 CD PL 00405/1995

Autor: Deputado – Fernando Zuppo PDT/SP

Data de Apresentação: 07/12/2000

Situação: Aguardando designação do relator.

Ementa: Estabelece precedência aos usuários que especifica, no atendimento em órgãos da administração direta da União e de suas entidades da administração indireta.

Indexação: obrigatoriedade, órgão público, órgãos, setor privado, concessão, precedência, prioridade, atendimento, velho, limitação, idade, pessoa deficiente, deficiente físico, gestante, mulher, acompanhamento, criança, limite de idade.

Proposição: SF RQS 608/2000

Autor: Senador – Tião Viana PT/AC

Data de Apresentação: 05/12/2000

Situação: Aprovada

Ementa: Requer, nos termos do disposto nos artigos 222 e 223 do Regimento Interno do Senado Federal, após manifestação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que o Senado Federal formule voto de censura junto ao governo fundamentalista do Afeganistão, que se autodenomina Emirado Islâmico do Afeganistão, apontando a indignação dos brasileiros com relação aos acontecimentos que vêm tendo lugar naquele país, onde é flagrante o desrespeito às mulheres, submetidas a toda espécie de maus-tratos e humilhações pelo regime talibã.

Indexação: requerimento, senado, inserção, voto, censura, (CRE), representação, diplomacia, indignação, desrespeito, maus-tratos, humilhação, mulher, país estrangeiro, governo fundamentalista do Afeganistão.

Proposição: CD PLC 101/2000

Outros Números: SF PLC 101/2000 CD PL 2534/1996

Autor: Deputado – Serafim Venzon PDT/SC

Data de Apresentação: 23/11/2000

Situação: Remetido à Câmara dos Deputados

Ementa: Facultam às gestantes o acesso a ônibus, cinemas e outros locais sem a utilização da catraca ou roleta, quando assim o exigir.

Indexação: direitos, autorização, mulher, gestante, acesso, local, entrada, saída, transporte coletivo, transporte urbano, ônibus, região metropolitana, cinema, utilização, manipulação, equipamentos, ausência, prejuízo, pagamento, tarifas.

Proposição: SF RQS 552/2000

Autor: Senador – Pedro Simon PMDB/RS

Data de Apresentação: 07/11/2000

Situação: Aprovada

Ementa: Requer um Voto de Louvor pela indicação do nome da Juíza Ellen Gracie Northfleet, primeira mulher designada ao cargo de Ministra do Supremo Tribunal Federal.

Indexação: requerimento, senado, inclusão, ata, voto, louvor, oportunidade, indicação, designação, mulher, juíza, primeira, exercício, cargo público, ministro, (STF).

Proposição: CD PLC 81/2000

Outros Números: SF PLC 81/2000 CD PL 1455/1999

Autor: Deputado Ademir Lucas – PSDB/MG

Data de Apresentação: 26/10/2000

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 10.244/2001

Ementa: Revoga o artigo 376 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para permitir a realização de horas extras por mulheres.

Indexação: revogação, dispositivos, legislação trabalhista, (CLT), objetivo, autorização, trabalho extraordinário, trabalho noturno, hora extra, mulher, direito à igualdade, isonomia constitucional.

Proposição: CD PLC 88/2000

Outros Números: SF PLC 00088/2000 CD PL 00261/1999

Autor: Deputado Barbosa Neto – PMDB/GO

Data de Apresentação: 26/10/2000

Situação: Aguardando inclusão ordem do dia.

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção, nas embalagens de roupas íntimas, de orientações impressas sobre a importância de exames preventivos de câncer de mama, colo de útero e de próstata, e dá outras providências.

Indexação: obrigatoriedade, colocação, etiqueta, vestuário, homem, mulher, informações, esclarecimentos, consumidor, necessidade, exame médico, prevenção, câncer, parte, corpo humano.

Proposição: CD PLC 84/2000

Outros Números: SF PLC 00084/2000 CD PL 01542/1991

Autor: Deputado Ricardo Izar – PMDB/SP

Data de Apresentação: 26/10/2000

Situação: Remetido à Câmara dos Deputados.

Ementa: Dispõe sobre a propiciação de consultas às trabalhadoras e servidoras públicas para atenção integral à saúde da mulher, nas situações que especifica.

Indexação: exigência, exame médico, prevenção, câncer, mulher, ingresso, serviço público, proteção, saúde, dispensa de ponto, funcionário público, servidor.

Proposição: CD PLC 96/2000

Outros Números: SF PLC 96/2000 CD PL 00588/1995

Autor: Deputada Rita Camata – PMDB/ES

Data de Apresentação: 26/10/2000

Situação: Pronto para a pauta na comissão.

Ementa: Altera dispositivos da Lei nº 7644, de 18 de dezembro de 1987, que dispõe sobre a regulamentação da atividade de mãe social e dá outras providências, adequando-a a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Indexação: alteração, Lei Federal, normas, atividade, mãe social, adaptação, Estatuto da Criança e do Adolescente, autorização, entidade, instituição beneficente, registro, conselho, direitos, criança, adolescente, municípios, funcionamento, modelo, residência, substituto, direção, mãe social, asilo, menor, limite de idade, admissão, menor, exclusão, programa, adoção, normas, definição, mãe social, mulher, função, responsável, residência, substituto, guarda, criança, adolescente, concessão, autoridade judiciária, responsabilidade solidária, entidade mantenedora, encargo, deveres, caracterização, família, colocação familiar, efeito, benefício previdenciário, dependente, mãe, responsabilidade, instituição assistencial, unidade, aprendizagem, ensino profissional, encaminhamento, mercado de trabalho, empregado, estagiário, aprendiz, contrato coletivo de trabalho, empresa.

Proposição: SF PLC 57 / 2000

Outros números: CD MSG 836 / 2000 CD PL 3273 / 2000

Autor: Externo – Presidência da República

Data de Apresentação: 06/10/2000

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 10.054/2000

Ementa: Dispõe sobre a identificação criminal e dá outras providências.

Indexação: regulamentação, Constituição Federal, direitos e garantias fundamentais, normas, identificação criminal, indiciado, inquérito

policial, infração penal, expedição, mandado de prisão, decisão judicial, falta, identificação civil, inclusão, processo, identificação datiloscópica, fotografia, autoridade policial, juntada, documentação, exigência, identificação, hipótese, acusação, homicídio, crime doloso, crime contra o patrimônio, violência, ameaça grave, receptação, crime contra a liberdade sexual, crime de falsificação, documento público, adulteração, carteira de identidade, duplicidade de nome, registro, policial, extravio, documento, acusado, exigência, manutenção, cópia, autos, prisão em flagrante.

Proposição: SF PLS 196/2000

Autor: Senadora Marluce Pinto – PMDB/RR

Data de Apresentação: 09/08/2000

Situação: Prejudicada

Ementa: Acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a licença-maternidade e salário-maternidade das mães adotantes ou com guarda judicial de crianças e dá outras providências.

Indexação: alteração, normas, dispositivos, fixação, inclusão, direitos, concessão, licença à adotante, salário-maternidade, adotante, mãe adotiva, adoção judicial, criança.

Proposição: SF PEC 31/2000

Autor: Senadora Maria do Carmo Alves – PFL/SE

Data de Apresentação: 04/08/2000

Situação: Aguardando inclusão ordem do dia.

Ementa: Acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.

Indexação: alteração, Constituição Federal, requisitos, direitos, benefício, licença, maternidade, adoção, criança, licença à adotante, emprego, salário, duração, prazo, fixação, limitação, número, dia, mãe adotiva.

Proposição: SF PLS 182/2000

Autor: Senador Casildo Maldaner – PMDB/SC

Data de Apresentação: 29/06/2000

Situação: Prejudicada

Ementa: Acrescenta artigo 392-A à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e artigo 71-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a licença-maternidade das mães adotantes ou que tenham obtido guarda judicial de crianças e dá outras providências.

Indexação: direitos, concessão, licença à adotante, maternidade, mãe adotiva, adoção, adoção judicial, criança, fixação, prazo.

Proposição: SF PLS 82/2000

Autor: Senador José Roberto Arruda – PSDB/DF

Data de Apresentação: 30/03/2000

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Suprime o inciso IV do art. 219 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, que institui o Código Civil Brasileiro.

Indexação: alteração, revogação, dispositivos, Código Civil, possibilidade, extinção, anulação, casamento, motivo, erro essencial, cônjuge, mulher, defloramento, ausência, hímen, virgindade.

Proposição: SF RQS 79/2000

Autor: Senadora Emilia Fernandes – PDT/RS

Data de Apresentação: 23/02/2000

Situação:

Ementa: Requerem a realização de Sessão Especial do Congresso Nacional no dia 15 de março de 2000, às 10 horas, para comemoração do Dia Internacional da Mulher, que transcorre anualmente no dia 8 de março.

Indexação: requerimento, Senado, realização, sessão especial, Congresso Nacional, horário, destinação, homenagem, comemoração, dia, mês, ano, dia internacional, mulher.

Proposição: SF PLS 280/2001

Autor: Senador Carlos Wilson – PTB/PE

Data de Apresentação: 12/12/2001

Situação: Arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Dispõe sobre crimes de violência doméstica, altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e determina outras providências.

Indexação: fixação, normas, definição, critérios, qualificação, crime, violência, autor, pessoa física, parente, cônjuge, companheiro, companheira, hipótese, agravante, violência, intimidação, psicologia, perseguição, membros, vinculação, família, mulher, velho, criança, doente, deficiente físico, deficiente mental, imputação, pena, detenção, prazo, restrição, direitos, ofício, Ministério Público, autoridade judiciária, emissão, ordem, proteção, restrição, acesso, agente, habitação, local, frequência, vítima, competência, entidade, municípios, promoção, órgãos, saúde, estados, desenvolvimento, programa, terapia, orientação, atendimento, agente, vítima, incentivo, conciliação, assistência judiciária.

Proposição: CD PLC 101/2001

Outros Números: SF PLC 101/2001 CD PL 1733/1996

Autor: Deputada Fátima Pelaes – PSDB/AP

Data de Apresentação: 18/10/2001

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 10.421/2002

Ementa: Estende à mãe adotiva o direito à licença-maternidade e ao salário-maternidade, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.472, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991

Explicação da Ementa: Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.

Indexação: Alteração, dispositivos, (CLT), legislação trabalhista, fixação, período, licença maternidade, licença a adotante, exigência, aviso, anterioridade, apresentação, atestado médico, autorização, transferência, trabalhador, mulher, função, tempo, amamentação, hipótese, desrespeito, empregador, pagamento, multa.

Proposição: SF PLS 190/2001

Outros Números: CD PL 6.388/2002

Autor: Senador Luiz Pontes – PSDB/CE

Data de Apresentação: 28/09/2001

Situação: Remetido à Câmara dos Deputados.

Ementa: Acrescenta dispositivos ao artigo 71 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e dá outras providências.

Indexação: Alteração, Lei Federal, plano de benefícios, Previdência Social, legislação trabalhista, (CLT), aumento, período, prazo, concessão, salário maternidade, licença à gestante, mãe, antecipação, parto prematuro, comprovação, exame médico, recém-nascido.

Proposição: CN MPV 2206/2001-1

Autor: Externo – Presidência da República

Data de Apresentação: 11/09/2001

Situação: Aguardando recebimento de emendas.

Ementa: Cria o Programa Nacional de Renda-Mínima vinculado à saúde: “Bolsa-Alimentação”, e dá outras providências.

Indexação: Criação, programa nacional, renda mínima, vinculação, saúde, atendimento, gestante, criança, coordenação, (MS).

Proposição: CD PDS 298/2001

Outros Números: SF PDS 298/2001 CD PDC 164/1995 CD MSG 344/1991

Autor: Comissão – Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Data de Apresentação: 10/09/2001

Situação: Norma jurídica gerada: DLG 270/2002

Ementa: Aprova o texto da Convenção nº 171, da Organização Internacional do Trabalho, relativa ao Trabalho Noturno.

Indexação: Aprovação, texto, ato internacional, convenção, (OIT), normas, proteção, saúde, acompanhamento, médico, medicina do trabalho, trabalhador, trabalho noturno, mulher, compensação financeira, adicional de serviço noturno, consulta, representante legal, sindicato, categoria profissional, criação, turno, horário noturno, redução, desemprego.

Proposição: CD PLC 067/2001

Outros Números: SF PLC 67 /2001 CD PL 3901 /2000

Autor: Deputada – Nair Xavier Lobo PMDB/GO

Data de Apresentação: 03/09/2001

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 10.455/2002

Ementa: Modifica o parágrafo único do artigo 69 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (medidas cautelares em caso de violência doméstica).

Indexação: Alteração, Lei Federal, juizado especial cível, juizado especial criminal, exigência, fiança, prisão em flagrante, autor, agressão, violência, família.

Proposição: CD PLC 60/2001

Outros Números: SF PLC 60/2001 CD PL 340/1995

Autor: Deputado – Aloysio Nunes Ferreira PSDB/SP

Data de Apresentação: 23/08/2001

Situação: Norma jurídica gerada: LEI 10516/2002

Ementa: Institui a carteira nacional de saúde da mulher.

Indexação: Criação, documento, prevenção, câncer, mulher, responsabilidade, (SUS), emissão, hospital, ambulatório, centro de saúde, posto de saúde, setor público, exigência, registro, exame médico, apresentação, documentação, consulta.

Proposição: SF PLS 149/2001

Outros Números: CD PLP 275/2001

Autor: Senador Romeu Tuma – PFL/SP

Data de Apresentação: 23/08/2001

Situação: Remetido à Câmara dos Deputados

Ementa: Atualiza a ementa e altera o artigo 1º da Lei complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985, que dispõe sobre a aposentadoria do funcionário policial, nos termos do artigo 103, da Constituição Federal, para regulamentar a aposentadoria da mulher servidora policial.

Indexação: Alteração, lei complementar, regulamentação, Constituição Federal, concessão, aposentadoria compulsória, aposentadoria voluntária, aposentadoria especial, mulher, servidor, policial, tempo de serviço, atividade policial.

Proposição: SF PLS 141/2001

Autor: Senador Moreira Mendes – PFL/RO

Data de Apresentação: 16/08/2001

Situação: arquivada ao final da legislatura.

Ementa: Altera dispositivo do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre a discriminação, no fornecimento de produtos e serviços, baseada na raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, sexo, estado civil ou idade do consumidor.

Indexação: Alteração, código de defesa do consumidor, dispositivos, fixação, proibição, recusa, descumprimento, direito, consumidor, compra, venda, fornecimento, produto, bens, prestação de serviço, discriminação, raça, cor, etnia, credo, religião, idade, sexo, procedência, estado civil, pena, multa, prazo, detenção, ressalva, casos, situação, previsão legal.

Proposição: CN MPV 2206/2001

Outros Números: CN MCN 846/2001

Autor: Externo – Presidência da República

Data de Apresentação: 13/08/2001

Situação: Aguardando recebimento de emendas

Ementa: Cria o Programa Nacional de Renda-mínima vinculado à saúde: “Bolsa-Alimentação”, e dá outras providências.

Indexação: Criação, programa nacional, renda mínima, vinculação, saúde, atendimento, gestante, criança, coordenação, (MS).

Proposição: SF PLS 125/2001

Autor: Senador – Mozarildo Cavalcanti PFL/RR

Data de Apresentação: 29/06/2001

Situação: Prejudicada.

Ementa: Altera a redação do artigo 392 da Consolidação das Leis do Trabalho que “Estabelece o tempo da Licença Maternidade”.

Indexação: Alteração, legislação trabalhista, (CLT), dispositivos, fixação, prazo, proibição, trabalho, mulher, gravidez, aumento, período, licença a gestante.

Proposição: SF PLS 116/2001

Autor: Senador Valmir Amaral – PMDB/DF

Data de Apresentação: 22/06/2001

Situação: Pronto para a pauta na comissão

Ementa: Altera a Lei nº 8.560, 29 de dezembro de 1992, que “regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento”, e dá outras providências.

Proposição: CD PLC 39/2001

Outros Números: SF PLC 39/2001 CD PL 467/1999

Autor: Deputado Coriolano Sales – PMDB/BA

Data de Apresentação: 18/04/2001

Situação: Norma jurídica gerada: LEI 10317/2001

Ementa: Altera a Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, para conceder a gratuidade do exame de DNA, nos casos que especifica.

Indexação: Alteração, Lei Federal, assistência judiciária gratuita, pessoa carente, concessão, gratuidade, exame médico, padrão genético, investigação de paternidade, maternidade, requisição, autoridade judiciária.

Proposição: CD PLC 31/2001

Outros Números: SF PLC 31/2001 CD PL 1016/1995

Autor: Deputada Laura Carneiro – PFL/RJ

Data de Apresentação: 17/04/2001

Situação: Remetido à Câmara dos Deputados.

Ementa: Dispõe sobre o atendimento preferencial a idosos, gestantes, portadores de deficiência e crianças de primeira idade para marcação de consultas e exames complementares no Sistema Único de Saúde.

Indexação: Obrigatoriedade, destinação, localidade especial, (SUS), marcação, consulta, realização, exame médico, exclusividade, atendimento, preferência, velho, pessoa deficiente, gestante.

Proposição: CD PLC 14/2001

Outros Números: SF PLC 14/2001 CD PL 61/1999

Autor: Deputada Iara Bernardi – PT/SP

Data de Apresentação: 22/03/2001

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 10224/2001

Ementa: Dispõe sobre o crime de assédio sexual, e dá outras providências.

Indexação: Definição, tipicidade, assédio sexual, palavra, coação física, homem, mulher, violência, ameaça grave, constrangimento ilegal, tentativa, ato, exploração sexual, estupro, fixação, penalidade, pena de detenção, pena de reclusão, multa, circunstância agravante, agravação penal, hipótese, empregador, chefe, abuso de poder, relacionamento, trabalho, membros, família, pais, ascendente, descendente, padrasto, madrasta, irmão, tutor, curador, médico, área, saúde, exercício profissional, vítima, paciente.

Proposição: CD PLC 17/2001

Outros Números: SF PLC 17/2001 CD PL 3107/2000

Autor: Deputada Jandira Feghali – PCdoB/RJ

Data de Apresentação: 22/03/2001

Situação: Norma jurídica gerada: Lei nº 10223/2001

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama por planos e seguros privados de assistência à saúde nos casos de mutilação decorrente de tratamento de câncer.

Indexação: Obrigatoriedade, plano, saúde, seguro doença, empresa particular, realização, cirurgia, reconstrução, órgão humano, mulher, vítima, câncer.

Proposição: CD PLC 18/2001

Outros Números: SF PLC 18/2001 CD PL 605/1999

Autor: Deputado Professor Luizinho – PT/SP

Data de Apresentação: 22/03/2001

Situação: Matéria com a Relatoria

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de os servidores das Delegacias de Polícia informarem as vítimas de estupro sobre o direito de aborto legal.

Indexação: Obrigatoriedade, servidor, delegacia de polícia, informação, vítima, estupro, mulher, possibilidade, realização, aborto, relação, hospital, atendimento, médico, consentimento, gestante, representante legal, interrupção, gravidez.

Proposição: SF PLS 16/2001

Outros Números: CD PL 7072/2002

Autor: Senador Mauro Miranda – PMDB/GO

Data de Apresentação: 07/03/2001

Situação: Remetido à Câmara dos Deputados

Ementa: Dispõe sobre a concessão de título de transferência de posse e de domínio das moradias financiadas com recursos do Orçamento Geral da União, preferencialmente à mulher.

Indexação: Criação, programa nacional, concessão, título, transferência, domínio, posse, habitação popular, unidade habitacional, construção, financiamento, utilização, recursos públicos, prioridade, mulher, população carente, responsabilidade, sustento, família, lar.

Proposição: SF PLS 7/2001

Outros Números: CD PL 5463/2001

Autor: Senadora Maria do Carmo Alves – PFL/SE

Data de Apresentação: 21/02/2001

Situação: Remetido à Câmara dos Deputados

Ementa: Altera o artigo 69 da Lei nº 9.099, de 1995, que “Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais”, e dá outras providências.

Indexação: Alteração, legislação, normas, dispositivos, inclusão, ressalva, indício, cometimento, crime, envolvimento, cônjuge, companheiro, ex-companheiro, namorado, ex-namorado, competência, juizado especial cível, juizado especial criminal, penalidade, prisão, flagrante, exigência, liberação, cobrança, fiança.

Proposição: SF RQS 00045/2001

Autor: Senadora Emília Fernandes – PDT/RS

Data de Apresentação: 20/02/2001

Situação: Aprovada

Ementa: Requerem a realização de Sessão Especial Conjunta, no dia 7 de março de 2001, às 10 horas, para comemoração do Dia Internacional da Mulher.

Indexação: Requerimento, Senado, realização, sessão especial, Congresso Nacional, horário, destinação, homenagem, comemoração, dia, mês, ano, dia internacional, mulher.

Proposição: CD PLC 6/2001

Outros Números: SF PLC 6/2001 CD PL 2412/1996

Autor: Deputado Jaques Wagner – PT/BA

Data de Apresentação: 03/01/2001

Situação: Aguardando inclusão ordem do dia

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da existência de etiqueta de orientação para a prevenção do câncer de mama na fabricação e comercialização de sutiãs.

Indexação: Obrigatoriedade, existência, etiqueta, colocação, vestuário, fabricação nacional, inclusão, advertência, divulgação, orientação, prevenção, câncer, mulher, objetivo, exame médico, tratamento médico, antecipação, identificação, existência, doença grave.

Proposição: PL 5172/2001

Autor: Nair Xavier Lobo – PMDB/GO

Data de Apresentação: 21/08/2001

Situação: MESA: Aguardando Retorno.

Ementa: Dispõe sobre os efeitos do abandono justificado do lar conjugal, acrescentando artigo à Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, que regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, e seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.

Nova ementa da redação final: Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

Explicação da Ementa: Excluindo a perda de direitos do cônjuge que abandonar urgente o lar, em virtude de iminente risco à sua integralidade física ou moral, ou à de seus filhos.

Indexação: Alteração, Lei Federal, divórcio, exclusão, perda, direitos, cônjuge, abandono, domicílio, justificação, urgência, riscos, integridade corporal, danos morais, filho, separação judicial, pedido, separação de corpos, exigência, comprovação, boletim, ocorrência, atividade policial.

Proposição: PL 4917/2001

Autor: Givaldo Carimbão – PSB/AL

Data de Apresentação: 26/06/2001

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Inclui inciso no artigo 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, tipificando como hediondo o crime de aborto, e altera os arts. 124, 125 e 126 do Código Penal Brasileiro, e dá outras providências.

Indexação: Alteração, Lei Federal, crime hediondo, Código Penal, inclusão, tipicidade, aborto, aumento, pena de reclusão, agravação penal.

Proposição: PL 4736/2001

Autor: José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 23/05/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a licença-maternidade e salário-maternidade das mães adotantes ou com guarda judicial de crianças, e dá outras providências.

Indexação: Alteração, legislação trabalhista, (CLT), Lei Federal, plano de benefícios, Previdência Social, inclusão, direitos, mulher, empregado doméstico, licença a adotante, licença maternidade, salário maternidade, guarda, adoção judicial, criança, limite de idade, prazo determinado, concessão, ato judicial.

Proposição: PL 5252/2001

Autor: Deputado Roberto Jefferson – PTB/RJ

Data de Apresentação: 29/08/2001

Situação: CCJC: Aguardando Parecer.

Ementa: Cria a disciplina o Pacto de Solidariedade entre as pessoas, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Proposta elaborada a partir das discussões promovidas sobre o PL 1151, de 1995, que trata da união civil e da partilha de bens entre os homossexuais, estendendo-o às pessoas em geral.

Indexação: Criação, disciplinamento, pacto, solidariedade, pessoas, objetivo, proteção, direito de propriedade, sucessão, registro, livro, cartório de registro civil, interessado, comparecimento, oficial de registro, comprovação, solteiro, viúvo, divorciado, capacidade civil, proibição, alteração, estado civil, autorização, retroatividade, formação, patrimônio, bens impenhoráveis, imóvel, critérios, extinção, ocorrência, morte, nulidade, ato, decisão, separação consensual, decretação, ato judicial, direitos, sucessor, natureza previdenciária, natureza patrimonial, usufruto, sucessivo, partilha de bens, herança, inventário, possibilidade, ato nulo, pleno direito, interesse público, arguição de nulidade, ação declaratória, definição, infrator, autor, crime, falsidade ideológica, sujeição, penalidade, Código Penal, autorização, requerimento, parte, homologação, petição, recebimento, juiz, prazo, contestação, manifestação, Ministério Público, hipótese, litígio, restrição, adoção, tutela, guarda, criança, adolescente, sentença declaratória. Alteração, Lei Federal, registro público, inclusão, cartório de registro civil, competência, anotação, pacto, solidariedade, pessoas, sentença judicial, declaração, extinção. Direitos, pessoas, realização, pacto, solidariedade, beneficiário, Regime Geral de Previdência Social, dependente, segurado, extinção, cancelamento, benefício previdenciário, pensão previdenciária, garantia, benefício, composição, renda, aquisição, casa própria, plano de saúde, seguro doença, grupo. Garantia, direito hereditário, herança, perioridade, companheiro, curatela, hipótese, incapacidade civil. Alteração, Estatuto dos estrangeiros, Lei dos estrangeiros, dispensa, residência, país, Brasil, objetivo, naturalização, pessoas, realização, pacto, solidariedade, brasileiros.

Proposição: PL 4493/2001

Autor: Socorro Gomes – PCdoB/PA

Data de Apresentação: 17/04/2001

Ementa: Estabelece a Notificação Compulsória da Violência Contra a Mulher atendida em Serviços de Urgência e Emergência e a criação da Comissão de Monitoramento da Violência Contra a Mulher no Ministério da Saúde e nas Secretarias Estaduais de Saúde. Nova Ementa: Estabelece a Notificação Compulsória da Violência Contra a Mulher, em todo o território nacional, atendida em serviços de saúde públicos ou privados.

Indexação: Obrigatoriedade, posto de saúde, hospital, atendimento, emergência, urgência, notificação compulsória, diagnóstico, violência, mulher, exploração sexual, estupro, agressão, parente, família, preenchimento, identificação, nome, idade, cor, profissão, endereço, detalhamento, lesão, remessa, dados, documento sigiloso, (MS), relação, vítima, criação, comissão, representante, fiscalização, secretaria de saúde, estados, objetivo, monitor, implantação, normas, estatística.

Proposição: PL 5378/2001

Autor: José Carlos Coutinho – PFL /RJ

Data de Apresentação: 19/09/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Torna obrigatório o uso de tarja com expressão que ressalte a importância do aleitamento materno, nas embalagens dos produtos utilizados no aleitamento artificial.

Indexação: Obrigatoriedade, aviso, embalagem, produto industrializado, leite, amamentação, criança, importância, aleitamento materno.

Proposição: PL 4723/2001

Autor: Jovair Arantes – PSDB/GO

Data de Apresentação: 22/05/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Inclui crianças de zero a seis anos e mulheres gestantes e lactentes no Programa Nacional de Renda Mínima de que trata a Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001.

Explicação da Ementa: Incluindo como beneficiárias as famílias com crianças de até quinze anos de idade, mulheres gestantes ou lactentes, exigindo cartão de acompanhamento de exame pré-natal e comprovante de vacinação do recém-nascido, respectivamente.

Indexação: Alteração, Lei Federal, Programa Nacional, Renda Mínima, inclusão, beneficiário, bolsa escola, família, mulher, gestante, amamentação, criança, dispensa, limite de idade, exigência, apresentação, ficha médica, comparecimento, (SUS), realização, exame médico, gravidez, vacinação, recém nascido.

Proposição: PL 5435/2001

Autor: José Carlos Coutinho – PFL /RJ

Data de Apresentação: 26/09/2001

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Regime de tramitação: Ordinária

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Adiciona o inciso V ao artigo 389 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Explicação da Ementa: Obrigando as empresas a destinarem local apropriado para os filhos das trabalhadoras, em período de amamentação e da pré-escola.

Indexação: Alteração, legislação trabalhista, obrigatoriedade, destinação, local, empresa, assistência, filho, trabalhador, mulher, período, amamentação, educação, pré-escolar.

Proposição: PL 4305/2001

Autor: Nair Xavier Lobo – PMDB/GO

Data de Apresentação: 15/03/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a assistência integral à mulher grávida vítima de estupro.

Indexação: garantia, assistência médica, assistência psicológica, hospital, (SUS), mulher, vítima, estupro, gestante, gravidez, gratuidade, medicamentos, concessão, benefício previdenciário, salário mínimo, comprovação, ausência, rendimento.

Proposição: PL 5090/2001

Autor: José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 14/08/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Regulamenta a realização de exames para o diagnóstico de hemoglobinopatias e assistências aos portadores, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Obrigando a realização de exames laboratoriais em recém-nascidos, para detecção de hemoglobinopatias, em especial o traço falciforme e a anemia falciforme.

Indexação: Obrigatoriedade, realização, exame de laboratório, recém nascido, diagnóstico, doença grave, anemia infecciosa, responsabilidade, hospital, parto, pagamento, (SUS), organização, serviço, acompanhamento, criança, portador, doença, aconselhamento, comunidade, casal, assistência médica, gestante, prevenção, vacinação, atendimento, ambulatório, levantamento, epidemiologia, avaliação, problema, cadastramento, doente, incentivo, pesquisa, sistematização, cooperação técnica, Estados Municipais, intercâmbio, universidade, centro de saúde, associações, atividade educativa, sistema nacional de saúde.

Proposição: PL 4419/2001

Autor: Socorro Gomes – PCdoB/PA

Data de Apresentação: 03/04/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Obriga a realização de exame de corpo de delito em vítimas de violência sexual em hospitais do Sistema Único de Saúde – SUS.

Indexação: Obrigatoriedade, hospital, (SUS), realização, exame médico, vítima, corpo humano, delito, coleta, prova, violência, sexo, estupro, atentado ao pudor, raptos, acompanhamento, psicólogo, assistente social.

Proposição: PL 5040/2001

Autor: Severino Cavalcanti – PPB/PE

Data de Apresentação: 08/08/2001

Situação: CCTCI: Aguardando Designação de Relator.

Ementa: Tipifica como crime a exibição, por emissora de televisão, de cena de nudismo ou de relações sexuais.

Indexação: Alteração, Código Penal, inclusão, tipicidade, crime, exibição, programa, anúncio, televisão, imagem visual, sexualidade, sexo, atentado ao pudor.

Proposição: PL 4464/2001

Autor: Lincoln Portela – PSL /MG

Data de Apresentação: 05/04/2001

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Altera dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Elevando para meio salário mínimo a renda mensal *per capita* da família da pessoa deficiente ou do velho, objetivando o recebimento do benefício de prestação continuada, auxílio-natalidade e funeral.

Indexação: Alteração, Lei Orgânica da Assistência Social, aumento, limitação, renda mensal, renda *per capita*, família, incapacidade, suprimimento, manutenção, pessoa deficiente, idoso, pessoa carente, recebimento, salário mínimo, benefício previdenciário, benefício de prestação continuada, auxílio natalidade, auxílio-funeral.

Proposição: PL 5650/2001

Autor: Eduardo Campos – PSB /PE

Data de Apresentação: 31/10/2001

Situação: Mesa: Arquivada.

Ementa: Altera o art. 12 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para instituir o apoio financeiro da União no pagamento do auxílio-natalidade e do auxílio-funeral.

Indexação: Alteração, Lei Orgânica da Assistência Social, fixação, responsabilidade, União Federal, auxílio financeiro, estados, municípios, custeio, pagamento, auxílio-natalidade, auxílio-funeral.

Proposição: PL 5837/2001

Autor: Eni Voltolini – PPB /SC

Data de Apresentação: 05/12/2001

Situação: Mesa: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a criação e pensão especial a ser concedida aos dependentes de pessoas falecidas que alcançaram grande expressão nacional ou que foram vítimas de atentados políticos ou de acidentes de responsabilidade civil da União.

Indexação: Criação, pensão especial, dependente, morto, pessoa ilustre, vítima, atentado, acidentes, negligência, omissão, Poder Público, apuração, responsabilidade civil, União Federal, equiparação, valor, remuneração, atualização, reajustamento, benefício previdenciário, Regime Geral de Previdência Social.

Proposição: PL 4571/2001

Autor: Oliveira Filho – PL /PR

Data de Apresentação: 26/04/2001

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Obriga as fábricas de peças íntimas femininas e masculinas a colocarem etiquetas alertando para os perigos das doenças mais comuns nos homens e mulheres como o câncer de próstata, colo e de mama.

Indexação: Obrigatoriedade, fábrica, indústria, vestuário, homem, mulher, colocação, etiqueta, peça, advertência, riscos, doença, câncer, próstata, mama, colo do útero.

Proposição: PL 4665/2001

Autor: Lamartine Posella – PMDB /SP

Data de Apresentação: 16/05/2001

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Dispõe sobre a autorização da fertilização humana *in vitro* para os casais comprovadamente incapazes de gerar filhos pelo processo natural de fertilização e dá outras providências.

Indexação: Autorização, concepção, fertilidade, inseminação artificial, direitos, casal, comprovação, incapacidade, gravidez, filho, exigência, realização, hospital, especialidade, reprodução humana.

Proposição: PL 4979/2001

Autor: Silvio Torres – PSDB /SP

Data de Apresentação: 01/08/2001

Situação: Mesa: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre normas aplicáveis à formalização da separação, do divórcio, da partilha dos bens e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Autorização a realização de separação consensual e de divórcio, alteração, reversão, conversão, e também divisão de patrimônio deixado pelo falecimento de seu titular, através de atuação notarial com lavratura de escritura pública.

Indexação: Autorização, notariado, cartório de registro civil, realização, escritura pública, separação consensual, divórcio, consentimento, cônjuge, partilha de bens, guarda, filho, visita, pensão alimentícia, opção, conservação, nome, casamento, lavratura, escritura, certidão, hipótese, filho menor, intervenção, Ministério Público, tabelião, tentativa, reconciliação, casal, cobrança, emolumento, ocorrência, morte, partilha, patrimônio, espólio, herdeiro, viúvo, ausência, débitos, Fazenda Pública, prestação jurisdicional, controvérsia, aplicação, Lei Federal, decreto federal.

Proposição: PL 4425/2001

Autor: Bispo Rodrigues – PL /RJ

Data de Apresentação: 03/04/2001

Situação: CCJC: Aguardando Vistas.

Ementa: Institui a indenização por danos morais entre cônjuges.

Explicação da Ementa: Na separação judicial pedida por um dos cônjuges quando imputar ao outro conduta desonrosa ou ato que importe em grave violação dos deveres do casamento.

Indexação: Alteração, Lei Federal, divórcio, possibilidade, cônjuge, solicitação, indenização, reparação, danos morais, autos, separação, judicial, motivo, conduta, falta, honra, violação, deveres, dissolução, sociedade conjugal, casamento.

Proposição: PL 4553/2001

Autor: José Carlos Coutinho – PFL /RJ

Data de Apresentação: 25/04/2001

Situação: Mesa: Arquivada.

Ementa: Suprime o inciso IV, do art. 219, da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, que institui o Código Civil Brasileiro.

Explicação da Ementa: Suprimindo dispositivo do Código Civil que permite anulação do casamento por motivo de defloramento anterior da mulher, ignorado pelo marido.

Indexação: Alteração, Código Civil, proibição, anulação, casamento civil, motivo, perda, virgindade, mulher, desconhecimento, marido.

Proposição: PL 4765/2001

Autor: Yeda Crusius – PSDB /RS

Data de Apresentação: 29/05/2001

Situação: CCJC: Pronta para Pauta.

Ementa: Altera os arts.11 e 103 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, de modo a tornar obrigatória a referência ao sexo de candidatos e filiados nos dados fornecidos à justiça eleitoral.

Indexação: Alteração, legislação eleitoral, normas, eleições, obrigatoriedade, partido político, identificação, candidato, informações, sexo, registro, candidato, filiação partidária, remessa, certidão, registro de nascimento, registro de casamento, dados, Justiça Eleitoral, aumento, participação, mulher, candidatura, campanha eleitoral.

Proposição: PL 4547/2001

Autor: Ana Corso – PT /RS

Data de Apresentação: 25/04/2001

Situação: Mesa: Arquivada.

Ementa: Acrescenta incisos IX e X ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre faltas justificadas de pais para acompanhamento de consultas médicas.

Explicação da Ementa: Autorizando o trabalhador a faltar até seis vezes no turno da jornada diária para acompanhar a mulher a exames pré-natais, ou um dia a cada mês, para conduzir o filho de até um ano de idade às consultas pediátricas.

Indexação: Alteração, legislação trabalhista, (CLT), autorização,

trabalhador, empregado, pai, falta justificada, acompanhamento, mulher, gestante, exame pré-natal, exame médico, filho, consulta, médico, comprovação, atestado médico.

Proposição: PL 4325/2001

Autor: Ângela Guadagnin – PT /SP

Data de Apresentação: 20/03/2001

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para estender ao cônjuge, ou ao companheiro ou à companheira, o direito ao benefício recebido pelo idoso ou portador de deficiência que vier a falecer.

Indexação: alteração, lei orgânica da assistência social, garantia, transferência, benefício de prestação continuada, salário mínimo, cônjuge, companheiro, companheira, morte, idoso, pessoa deficiente.

Proposição: PL 4146/2001

Autor: Luiz Bittencourt – PMDB /GO

Data de Apresentação: 21/02/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a garantia de obtenção de vagas em creches e escolas públicas para filhos de pessoas portadoras de deficiências, próximas de suas residências.

Indexação: garantia, vaga, creche, educação pré-escolar, escola pública, filho, menor, responsabilidade, pessoa deficiente, proximidade, residência, exigência, comprovação.

Proposição: PL 4154/2001

Autor: Luiz Bittencourt – PMDB /GO

Data de Apresentação: 21/02/2001

Situação: Mesa: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a concessão de um auxílio financeiro para a manutenção de crianças órfãs ou sem família e portadoras do vírus HIV, que se encontrem abrigadas em creches, orfanatos ou similares.

Indexação: concessão, auxílio financeiro, percentagem, salário mínimo, manutenção, criança carente, menor, órfão, portador, vírus, (Aids), responsabilidade, creche, instituição beneficente, comprovação, obra filantrópica, (CNAS), tratamento médico, criança, custeio, seguridade social, (SUS).

Proposição: PL 4283/2001

Autor: Paulo Lima – PMDB /SP

Data de Apresentação: 14/03/2001

Situação: CSSF: Pronta para Pauta.

Ementa: Dispõe sobre o atendimento a crianças de zero a três anos em regime de colaboração entre a União, Estados e Municípios e dá outras providências.

Explicação da Ementa: criando centros públicos de educação infantil.

Indexação: colaboração, união federal, estados, (DF), municípios, atendimento, criança, menor, desenvolvimento educacional, criação, centro pedagógico, educação infantil, creche, construção, prédio, treinamento, pessoal, participação, pais, contribuição, renda.

Proposição: PL 5405/2001

Autor: Alberto Fraga – PMDB /DF

Data de Apresentação: 25/09/2001

Situação: CCJC: Aguardando Parecer.

Ementa: Determina a obrigatoriedade de existência nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios de unidades especializadas de polícia para atendimento da mulher, do idoso, da criança e do adolescente, das minorias e das vítimas de crimes de preconceito de raça, cor ou religião e investigação de crimes ambientais, e dá outras providências.

Indexação: Obrigatoriedade, Estados, (DF), Territórios Federais, organização, delegacia de polícia, polícia especial, atendimento, mulher, idoso, criança, adolescente, minoria, vítima, crime, discriminação racial, cor, religião, investigação, crime contra o meio ambiente, crime contra a relação de consumo, instalação, cidade, quantidade, população.

Proposição: PL 5541/2001

Autor: Lamartine Posella – PMDB /SP

Data de Apresentação: 17/10/2001

Situação: Mesa: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre o atendimento especial às mulheres em situação de

violência, em toda a rede de prestação de serviços de saúde pública e/ou privada e dá outras providências.

Indexação: Garantia, assistência médico hospitalar, atendimento, tratamento especial, mulher, vítima, violência, maus tratos, serviços, saúde, hospital, casa de saúde, instituição pública, iniciativa privada, remessa, laudo médico, Ministério Público, Conselho Municipal, acompanhamento, programa assistencial, família, filho, menor, criança.

Proposição: PL 5538/2001

Autor: Lamartine Posella – PMDB /SP

Data de Apresentação: 17/10/2001

Situação: Mesa: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização do teste anti-HIV em mulheres grávidas nas redes de saúde pública e/ou privada, como prevenção contra a disseminação da Aids.

Indexação: Obrigatoriedade, realização, exame laboratorial, (AIDS), gestante, competência, exclusividade, casa de saúde, informação, mulher, tratamento médico, proteção, nascituro, criança, doença transmissível.

Proposição: PL 5831/2001

Autor: Wagner Rossi – PMDB /SP

Data de Apresentação: 05/12/2001

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Ordinária

Situação: Mesa: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a suspensão dos benefícios legais do condenado a pena restritiva de liberdade em determinados delitos.

Explicação da Ementa: Suspendendo os benefícios legais de progressão de penas, dos condenados por crimes contra menores de 14 (quatorze) anos, adultos com 60 (sessenta) anos ou mais, mulheres, deficientes físicos ou mentais.

Indexação: Suspensão, benefício, condenado, preso, redução, tempo, cumprimento, progressão, pena privativa de liberdade, crime, delito, vítima, menor, criança, adolescente, idoso, mulher, pessoa deficiente, deficiente físico, deficiente mental.

Proposição: PL 5829/2001

Autor: Wagner Rossi – PMDB /SP

Data de Apresentação: 05/12/2001

Situação: Mesa: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre o acréscimo das penas restritivas de liberdade para determinados delitos.

Explicação da Ementa: Aumentando em 50% (cinquenta por cento) as penas privativas de liberdade para os delitos cometidos contra menores até 14 (quatorze) anos, adultos com 60 (sessenta) anos ou mais, mulheres, deficientes físicos ou mentais.

Indexação: Agravação penal, pena privativa de liberdade, delito, crime, vítima, menor, criança, adolescente, idoso, mulher, pessoa deficiente, deficiente físico, deficiente mental.

Proposição: PL 5900/2001

Autor: Nair Xavier Lobo – PMDB /GO

Data de Apresentação: 11/12/2001

Situação: Mesa: Arquivada.

Ementa: Estende o direito à licença-gestante a quem detiver a guarda de criança, no caso de morte da genitora.

Indexação: garantia, direitos, licença à gestante, pessoas, recebimento, guarda, criança, morte, mãe.

Proposição: PL 4314/2001

Autor: Luci Choinacki – PT /SC

Data de Apresentação: 15/03/2001

Situação: CCJC: Aguardando Designação de Relator.

Ementa: Cria o Dia da Mulher e dá outras providências.

Indexação: criação, dia nacional, mulher, comemoração, mês, março, feriado nacional

Proposição: PL 5233/2001

Autor: José Carlos Coutinho – PFL /RJ

Data de Apresentação: 28/08/2001

Situação: Mesa: Devolvida ao Autor.

Ementa: Disciplina o trabalho doméstico, e dá outras providências.

Indexação: Extensão, trabalhador, empregado doméstico, direitos, (FGTS), seguro-desemprego, vale transporte.

Proposição: PL 5686/2001

Autor: Norberto Teixeira – PMDB /GO

Data de Apresentação: 07/11/2001

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II

Regime de tramitação: Prioridade

Situação: Mesa: Arquivada.

Ementa: Acrescenta alínea “h” ao inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, permitindo deduzir da base de cálculo do Imposto de Renda o salário pago a empregado doméstico.

Indexação: Alteração, Lei Federal, Imposto de Renda, pessoa física, dedução, base de cálculo, abatimento, valor, pagamento, salário, empregado doméstico, comprovação, recolhimento, contribuição previdenciária.

Proposição: PL 4324/2001

Autor: Alberto Fraga – PMDB /DF

Data de Apresentação: 20/03/2001

Situação: Mesa: Arquivada.

Ementa: Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, estabelecendo programa de incentivos para o planejamento familiar e dá outras providências.

Explicação da Ementa: criando o programa de incentivos para o planejamento familiar, garantindo a realização pelo SUS de laqueadura e vasectomia.

Indexação: aplicação, Constituição Federal, criação, programa, incentivo, planejamento familiar, responsabilidade, governo, união federal, estados, municípios, orientação educacional, prevenção, gravidez, acompanhamento, assistência psicológica, assistente social, psicólogo, orientação, administração financeira, família, atendimento, (SUS), realização, esterilização, homem, mulher.

Proposição: PL 5033/2001

Autor: Enio Bacci – PDT /RS

Data de Apresentação: 08/08/2001

Situação: Mesa: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a concessão gratuita de ligadura de trompas, para gestantes portadoras de Deficiência Imunológica Adquirida – SIDA/HIV.

Indexação: Autorização, Executivo, realização, convênio, (SUS), mulher, gestante, portador, vírus, (Aids), comprovação, exame médico, gravidez, gratuidade, cirurgia, ligação, esterilização, exigência, consentimento, assinatura, termo de compromisso, combate, continuação, doença.

Proposição: PL 5962/2001

Autor: Roberto Jefferson – PTB /RJ

Data de Apresentação: 13/12/2001

Situação: CCJC: Aguardando Parecer.

Ementa: Dispõe sobre a realização de perícia nos casos de crime contra costumes.

Indexação: Autorização realização, perícia médica, ocorrência, crime, contra os costumes, estupro, liberdade, vítima, escolha, médico, convocação, posterioridade, assinatura, laudo médico, termo, ratificação, determinação, juiz, acompanhamento, perito oficial.

Proposição: PL 4394/2001

Autor: Luiz Bittencourt – PMDB /GO

Data de Apresentação: 28/03/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Institui o Dia Nacional da Luta Contra a Violência e Exploração Sexual de Criança e Adolescente.

Explicação da Ementa: A ser comemorado no dia 17 de maio.

Indexação: Criação, dias nacional, luta, combate, violência, exploração sexual, criança, adolescente, comemoração, mês maio.

Proposição: PL 4483/2001

Autor: José Carlos Coutinho – PFL /RJ

Data de Apresentação: 10/04/2001

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Modifica o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para inserir na lista dos crimes hediondos os crimes sexuais contra crianças e adolescentes.

Explicação da Ementa: Incluindo como crime hediondo à corrupção de menores, tipificado no artigo 218 do Código Penal e os crimes sexuais contra crianças e adolescentes, listados nos artigos 240 e 241 do Estatuto da Criança e da Adolescente.

Indexação: Alteração, Lei Federal, crime hediondo, inclusão, corrupção de menores, produção, direção, teatro, filme, cinema, ortografia, utilização, criança, menor, adolescente, cenografia, exploração sexual, sexualidade, explicitação, sexo, pornografia, tipificação, crime, Código Penal, Estatuto da Criança e do adolescente.

Proposição: PL 4719/2001

Autor: Alberto Fraga – PMDB /DF

Data de Apresentação: 21/05/2001

Situação: CCJC: Aguardando Parecer.

Ementa: Acrescenta os §§ 6º e 7º ao art. 2º da Lei nº 8560, de 29 de dezembro de 1992, estabelecendo presunção de paternidade no caso de recusa de submissão ao exame de identificação genética, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Presumindo a paternidade em caso de recusa de realização do exame de DNA .

Indexação: Alteração, Lei Federal, investigação de paternidade, filho ilegítimo, admissão, prova, exame de DNA , identificação, padrão genético, registro de nascimento, menor, pai, aceitação tácita, paternidade, hipótese, recusa, reconhecimento, filho, revogação, Lei Federal.

Proposição: PL 4527/2001

Autor: Paulo Marinho – PFL /MA

Data de Apresentação: 19/04/2001

Situação: Mesa: Arquivada.

Ementa: Altera dispositivos da Lei nº 8.059, de 4 de julho de 1990, considerando as filhas solteiras dos ex-combatentes como dependentes, para fins de percepção de cota-parte de pensão especial.

Indexação: Alteração, Lei Federal, pensão especial, ex-combatente, concessão, filha solteira, dependente, direitos, cota parte, pensões, exclusão, limite de idade.

Proposição: PL 4151/2001

Autor: Luiz Bittencourt – PMDB /GO

Data de Apresentação: 21/02/2001

Situação: Mesa: Arquivada.

Ementa: Institui o Salário-gestação para as mães portadoras do vírus HIV.

Indexação: criação, salário, gestante, mãe, portador, vírus, (Aids), prazo determinado, comprovação, rendimento, salário mínimo, recursos, seguridade social.

Proposição: PL 4256/2001

Autor: José Índio – PMDB /SP

Data de Apresentação: 13/03/2001

Situação: Mesa: Arquivada.

Ementa: Assegura às mulheres grávidas a realização de teste para Aids e sífilis.

Indexação: garantia, mulher, gestante, realização, exame de laboratório, gravidez, identificação, (Aids), sífilis, responsabilidade, (SUS), estados.

Proposição: PL 5539/2001

Autor: Lamartine Posella – PMDB /SP

Data de Apresentação: 17/10/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Acrescenta os parágrafos 1º, 2º e 3º ao inciso VI, do artigo 10, da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

Explicação da Ementa: Considerando infração à legislação sanitária, o preenchimento incorreto da declaração de óbito, com os dados e a causa da morte, devendo nos casos de morte materna constar todas as informações clínicas da gestante e a idade aproximada do nascituro.

Indexação: Alteração, legislação sanitária, infração, inexistência, notificação, doença transmissível, zoonoses urbanas, ausência, preenchimento, dados, mortalidade materna, atestado de óbito, morte, mãe, gestante, inclusão, idade, nascituro, responsabilidade, autoridade sanitária, auto de infração, providência, Conselho Federal, Medicina.

Proposição: PL 5728/2001

Autor: Ana Corso – PT /RS

Data de Apresentação: 20/11/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Obriga os hospitais privados ou conveniados com o Sistema Único de Saúde, a atenderem as mulheres em trabalho de parto, independentemente de se tratar ou não de caso de alto risco.

Explicação da Ementa: Obrigando o atendimento obstétrico às mulheres em trabalho de parto.

Indexação: Obrigatoriedade, hospital, casa de saúde, instituição particular, convênio, (SUS), atendimento, obstetrícia, gestante, parto, parturiente, ausência, risco de vida, penalidade. recusa, dirigente, pena de detenção.

Proposição: PL 5144/2001

Autor: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a incidência de mortalidade materna no Brasil.

Data de Apresentação: 17/08/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Insere dispositivos no Código Penal para tipificar a conduta do não preenchimento correto de prontuários médicos e declarações de óbito.

Indexação: Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, médico, inexistência, preenchimento, prontuário, paciente, doente, hospital, declaração, atestado de óbito, conhecimento, motivo, mortalidade materna, morte, mulher, gravidez, parto.

Proposição: PL 5145/2001

Autor: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a incidência de mortalidade materna no Brasil.

Data de Apresentação: 17/08/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Altera dispositivos da Lei nº 6015, de 31 de dezembro de 1973.

Indexação: Alteração, Lei Federal, registro público, obrigatoriedade, oficial de registro, cartório de registro civil, remessa, Secretaria de Saúde, Municípios, informação, nascimento, exigência, atestado de óbito, anotação, causa mortis, antecedentes, conhecimento, motivo, mortalidade materna, morte, mulher, gravidez, parto.

Proposição: PL 5696/2001

Autor: Pedro Fernandes – PFL /MA

Data de Apresentação: 08/11/2001

Situação: PLEN: Pronta para Pauta.

Ementa: Altera o § 2º, do art. 3º, da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, faculta a aplicação do rito sumaríssimo da referida Lei às causas que especifica e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Incluindo as causas de natureza alimentar na competência do Juizado Especial, facultando a aplicação do rito sumaríssimo nas ações judiciais atinentes ao Direito de Família.

Indexação: Alteração, Lei Federal, juizado especial cível, juizado especial criminal, inclusão, causa judicial, natureza alimentar, competência, juizado especial, opção, autor, rito sumaríssimo, investigação de paternidade, separação judicial, separação de corpos, divórcio, fixação, revisão, exoneração, alimentos, regulamentação, visita, guarda, filho, perda, pátrio poder, busca e apreensão, criança, menor, ação judicial, Direito, família, conciliação, processo judicial, julgamento, patrimônio, limitação, número, imóvel, efetivação, tutela, concessão, liminar, execução de sentença, processo de conhecimento, obrigatoriedade, acompanhamento, advogado, cabimento, recurso judicial. Autorização, Estados, criação, juizado especial, família.

Proposição: PL 5003/2001

Autor: Iara Bernardi – PT /SP

Data de Apresentação: 07/08/2001

Situação: CCJC: Aguardando Parecer.

Ementa: Determina sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual das pessoas.

Indexação: Aplicação, sanção, pessoa jurídica, realização, auto-
rização, discriminação sexual, pessoas, hostilização, preterição,
aluguel, locação, aquisição, imóvel, seleção, emprego, ingresso,
local, coação física, violência, penalidade, infrator, inabilitação,
contrato, poder público, empréstimo, isenção fiscal, anistia, garantia,
orientação, liberdade sexual, direitos humanos.

Proposição: PL 5452/2001

Autor: Iara Bernardi – PT /SP

Data de Apresentação: 27/09/2001

Situação: CTASP: Aguardando Parecer.

Ementa: Altera a Lei nº 5473, de 10 de julho de 1968, que “regula
o provimento de cargos sujeitos a seleção”.

Explicação da Ementa: Proibindo a discriminação ou preconceito
decorrentes de raça, cor, etnia, religião, sexo ou orientação sexual,
para o provimento de cargos sujeitos a seleção para os quadros do
funcionalismo público e das empresas privadas.

Indexação: Alteração, Lei Federal, normas, provimento, cargo, se-
leção, pessoal, proibição, discriminação racial, cor, grupo étnico,
sexo, religião, orientação, discriminação sexual, concurso público,
preenchimento, vaga, servidor, funcionário público, administração
pública, empresa estatal, concessionária, serviços públicos, empresa
privada, penalidade, infrator.

Proposição: PL 4664/2001

Autor: Lamartine Posella – PMDB /SP

Data de Apresentação: 16/05/2001

Situação: CCP: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Dispõe sobre a proibição ao descarte de embriões huma-
nos fertilizados “in vitro”, determina a responsabilidade sobre os
mesmos e dá outras providências.

Indexação: Proibição, inutilização, embrião, homem, inseminação artificial, responsabilidade, destino, doador, período, hospital, reprodução humana, manutenção, autorização, remessa, adoção.

Proposição: PL 4565/2001

Autor: Luiz Bittencourt – PMDB /GO

Data de Apresentação: 25/04/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a autorização à doação ou venda a preços reduzidos de leite em pó para as mães portadoras de HIV.

Indexação: Autorização, doação, venda, redução, preço, leite em pó, mãe, doente, portador, (AIDS), autorização, impressão, nome, logotipo, doador, proibição, propaganda, publicidade.

Proposição: PL 4786/2001

Autor: Ana Corso – PT /RS

Data de Apresentação: 31/05/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de creche em escola pública.

Indexação: Obrigatoriedade, instalação, creche, escola pública, atendimento, adolescente, estudante, mãe.

Proposição: PL 5537/2001

Autor: Lamartine Posella – PMDB /SP

Data de Apresentação: 17/10/2001

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II

Regime de tramitação: Ordinária

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a realização do teste anti-HIV em todas as doadoras de leite materno aos bancos de leite humano.

Indexação: Obrigatoriedade, responsabilidade, bancos, leite, realização, exame de laboratório, (Aids), mãe, doador, anexação, resultado, cadastro.

Proposição: PL 5656/2001

Autor: Pinheiro Landim – PMDB /CE

Data de Apresentação: 31/10/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a redução da carga horária da funcionária do Governo Federal, Estadual e Municipal que for mãe de crianças portadoras de deficiências.

Indexação: Obrigatoriedade, redução, jornada de trabalho, mãe, servidor, administração federal, administração estadual, administração municipal, responsável, dependente, filho, pessoa deficiente, deficiente físico, deficiente mental, comprovação, atestado médico.

Proposição: PL 4051/2001

Autor: José Carlos Coutinho – PFL /RJ

Data de Apresentação: 06/02/2001

Situação: CFT: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Isenta do Imposto sobre a Renda os valores recebidos a título de salário-educação e salário-maternidade.

Indexação: alteração, Lei Federal, imposto de renda, isenção, pessoa física, rendimento, salário educação, salário maternidade.

Proposição: PL 5540/2001

Autor: Lamartine Posella – PMDB /SP

Data de Apresentação: 17/10/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a criação do Serviço de Atendimento à Mulher – SAM, no âmbito das Delegacias Circunscricionais, para o atendimento imediato, às mulheres vítimas de violência e maus-tratos e dá outras providências.

Indexação: Criação, serviço, atendimento, mulher, vítima, violência, maus-tratos, inexistência, delegacia, realização, programa, prevenção, parceria, autoridade policial, grupo religioso, comunidade, instituição assistencial, acompanhamento, integridade corporal, assistência psicológica, encaminhamento, hospital, instituição pública, garantia, prioridade, assistência, exigência, período de experiência, interessado, opção, desempenho, função.

Proposição: PL 4053/2001

Autor: José Carlos Coutinho – PFL /RJ

Data de Apresentação: 06/02/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a gratuidade da realização de exames de Código Genético (DNA) para instituir processo de reconhecimento de paternidade.

Indexação: concessão, gratuidade, exame de DNA , padrão genético, processo judicial, reconhecimento, ação investigatória de paternidade, beneficiário, pessoa carente, assistência judiciária gratuita, realização, hospital, setor público, convênio, (SUS), laboratório.

Proposição: PL 5157/2001

Autor: Nilson Mourão – PT /AC

Data de Apresentação: 21/08/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre o custeio dos exames de determinação de paternidade.

Indexação: Responsabilidade, (SUS), convênio, realização, exame de laboratório, investigação de paternidade, determinação, autoridade judicial, despesa, dotação orçamentária, Judiciário, fixação, tabela, valor, remessa, fatura.

Proposição: PL 5648/2001

Autor: Luis Barbosa – PFL /RR

Data de Apresentação: 31/10/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Altera o inciso III do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a licença paternidade.

Explicação da Ementa: Fixando em 5 (cinco) dias a licença-paternidade; regulamentando a nova Constituição Federal.

Indexação: Alteração, legislação trabalhista, (CLT), fixação, prazo, licença-paternidade, trabalhador, regulamentação, direitos sociais, Disposições Constitucionais Transitórias, Constituição Federal.

Proposição: PL 5741/2001

Autor: Ana Corso – PT/RS e co-autores.

Data de Apresentação: 21/11/2001

Regime de tramitação: Ordinária

Situação: CSSF: Pronta para Pauta.

Ementa: Dispõe sobre a criação dos Comitês de Estudos e Prevenção à Mortalidade Materna nos Estados e Municípios e dá outras providências.

Indexação: Obrigatoriedade, União Federal, Estados, (DF), Municípios, criação, comitê, estudo, prevenção, mortalidade materna, levantamento, dados, parturiente, remessa redução, notificação, morte, sugestão, solução, (MS), Secretaria de Saúde.

Proposição: PL 4639/2001

Autor: Manoel Vitorio – PT /MS

Data de Apresentação: 15/05/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Altera a Subseção III, da Seção V, do Capítulo II, do título III da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para disciplinar a aposentadoria por tempo de contribuição.

Explicação da Ementa: Fixando o número de contribuições para que o segurado tenha direito à aposentadoria por tempo de contribuição, sendo 360 (trezentos e sessenta) para as mulheres e 420 (quatrocentos e vinte) para os homens; no caso de professor será 300 (trezentos) para as mulheres e 360 (trezentos e sessenta) para os homens.

Indexação: Alteração, Lei Federal, plano de benefícios, Previdência Social, fixação, número, contribuição previdenciária, garantia, aposentadoria por tempo de contribuição, trabalhador, empregado, homem, mulher, professor, comprovação, exclusividade, exercício profissional, magistério, educação, criança, ensino fundamental, ensino médio, redução, prazo.

Proposição: PL 5165/2001

Autor: José Carlos Coutinho – PFL /RJ

Data de Apresentação: 21/08/2001

Situação: PLEN: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Modifica a Lei 8069, de 13 de julho de 1990, que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Criando mecanismos para proteger as crianças e adolescentes do abuso do sexo, pornografia, bebida alcoólica, fumo, jogos de azar, prostituição e outros; agravando a pena para quem forçar, induzir, constranger ou instigar menor à prática de crime.

Indexação: Alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, inclusão, crime, vítima, criança, adolescente, fornecimento, fita magnética, reprodução, publicação, periódico, computador, (internet), material, violência, sexo, pornografia, editora, banca de jornal, proteção, embalagem, autorização, hospedagem, hotel, casa noturna, diversão pública, ausência, pais, responsável, exceção, autorização, juiz, entrada, motel, jogo, bingo, bilhar, jogos de azar, venda, bebida alcoólica, cigarro, fumo, proprietário, fixação, aviso, público, advertência, penalidade, infrator, pena de detenção, pena de reclusão, pessoas, constrangimento ilegal, menor, participação, fato criminoso, revogação, dispositivos.

Proposição: PL 5348/2001

Autor: Marçal Filho – PMDB /MS

Data de Apresentação: 18/09/2001

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Dispõe sobre a vedação de publicação nos jornais de propaganda e anúncios que especifica.

Indexação: Proibição, propaganda comercial, anúncio, serviço, atendimento, sexo, prostituição, pornografia, oferecimento, acompanhamento, mulher, divulgação, jornal, infrator, penalidade.

Proposição: PL 4873/2001

Autor: Enio Bacci – PDT /RS

Data de Apresentação: 19/06/2001

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de realizar exames gratuitos de audição em recém nascidos e dá outras providências.

Indexação: Obrigatoriedade, gratuidade, realização, recém-nascido, exame médico, audição, surdo, hospital, (SUS), entrega, cópia, resultado, pais.

Proposição: PL 5451/2001

Autor: Iara Bernardi – PT /SP

Data de Apresentação: 27/09/2001

Situação: CSSF: Aguardando Parecer.

Ementa: Dispõe sobre a igualdade de acesso, tratamento e promoção no trabalho e aos postos de comando no serviço público.

Indexação: Igualdade, acesso, tratamento, remuneração, promoção, cargo de confiança, função gratificada, chefia, requalificação, formação profissional, servidor, administração pública, direito à igualdade, sexo, homem, mulher.

Proposição: PL 4591/2001

Autor: Rita Camata – PMDB /ES

Data de Apresentação: 03/05/2001

Situação: CTASP: Aguardando Parecer.

Ementa: Dispõe sobre a aplicação de penalidades à prática de “assédio moral” por parte de servidores públicos da União, das autarquias e das fundações públicas federais a seus subordinados, alterando a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Indexação: Alteração, Regime Jurídico Único, proibição, servidor público civil, chefe, cargo de direção, assédio moral, hostilização, danos morais, pessoal subalterno, subordinação, aplicação, penalidade, pena de advertência, suspensão, destituição, cargo público, função em comissão, demissão, garantia, denunciado, direito de defesa, processo administrativo, prazo, infrator, incompatibilidade, serviço público, redução, hostilidade, relação de emprego.

Proposição: PL 4742/2001

Autor: Marcos de Jesus – PL /PE

Data de Apresentação: 23/05/2001

Situação: PLEN: Pronta para Pauta.

Ementa: Introduce art. 146-A no Código Penal Brasileiro – Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 –, dispondo sobre o crime de assédio moral no trabalho.

Explicação da Ementa: Incluindo como Assédio Moral no Trabalho a desqualificação por meio de palavras, gestos ou atitudes, a auto-estima, a segurança ou a imagem do servidor público ou empregado em razão de vínculo hierárquico funcional ou laboral.

Indexação: Alteração, Código Penal, inclusão, crime, assédio moral, danos morais, empregador, chefe, abuso de poder, hostilização, pessoal subalterno, servidor, empregado, vinculação, hierarquia, situação funcional, penalidade, infrator, pena de detenção, multa.

Proposição: PL 4649/2001

Autor: Paulo Baltazar – PSB /RJ

Data de Apresentação: 15/05/2001

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Altera o § 3º do art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições.

Explicação da Ementa: Aumentando para cinquenta por cento o número de vagas que cada partido ou coligação deverá reservar para candidaturas de cada sexo (homem e mulher).

Indexação: Alteração, legislação eleitoral, normas, eleições, aumento, reserva, metade, número, vaga, mulher, candidato, partido político, coligação partidária, candidatura, eleição, igualdade, homem.

Proposição: PL 5750/2001

Autor: Paulo Baltazar – PSB /RJ

Data de Apresentação: 21/11/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) –, para dispor sobre o crime de reprodução fotográfica de pornografia ou sexo explícito e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Incluindo como crime de pedofilia a reprodução e envio por meio eletrônico, via Internet, de fotos de cenas de sexo explícito ou pornográfico envolvendo crianças ou adolescentes; aumentando para dois anos a pena de reclusão e agravando-se no caso da prática do delito ser praticada por funcionário público que utilize material do ambiente de trabalho.

Indexação: Alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, proibição, reprodução, difusão, remessa, meio eletrônico, (internet), fotografia, sexo, pornografia, imagem visual, criança, menor, adolescente, aumento, penalidade, pena de reclusão, agravação penal, crime, pedofilia, hipótese, agente, delito, funcionário público, utilização, equipamentos, computador, local, trabalho.

Proposição: PL 5105/2001

Autor: Nair Xavier Lobo – PMDB /GO

Data de Apresentação: 14/08/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Autoriza o Poder Executivo a emitir selo postal comemorativo ao Dia da Eliminação da Violência contra a Mulher.

Indexação: Autorização, Executivo, (ECT), emissão, selo postal comemorativo, dia, eliminação, violência, mulher, comemoração, mês, novembro, remessa, recursos, (CNDM).

Proposição: EMO 4/2001 CDH

Autor: Padre Roque – PT/PR e co-autores

Data de Apresentação: 10/10/2001

Situação: CDHM: Arquivada.

Ementa: Programa: Combate à violência contra a mulher. Ação: Capacitação de Quadros das Delegacias da Mulher e Juizados Especiais e de Profissionais de Instituições Públicas que atuem no Combate à Violência Contra a Mulher (seq. 002458 – MJ) – Valor previsto no PL nº 32, de 2001 R\$ 490.000,00 – Valor sugerido pela CDH para a emenda R\$ 1.000.000,00.

Proposição: INC 1669/2001

Autor: João Caldas – PTB /AL

Data de Apresentação: 22/05/2001

Situação: MESA: Enviada ao Arquivo.

Ementa: Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Chefe da Casa Civil, a instituição do Auxílio-adoção para os servidores públicos da União.

Indexação: Casa Civil, Presidência da República, concessão, auxílio financeiro, servidor, união federal, incentivo, adoção, criança, menor abandonado, modelo, programa, Estado, (RS).

Proposição: INC 1516/2001

Autor: Iara Bernardi – PT /SP

Data de Apresentação: 14/03/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Justiça, a realização de campanha de mídia que tenha como mensagem o respeito à integridade física das mulheres e contra a violência doméstica.

Indexação: (MJ), realização, campanha nacional, meios de comunicação, rádio, televisão, mensagem, respeito, integridade, mulher, combate, violência, agressão, conscientização, população.

Proposição: INC 1797/2001

Autor: Lédio Rosa – sem partido/RJ

Data de Apresentação: 07/08/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Defesa, alterações a serem introduzidas na Lei 6880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares.

Explicação da Ementa: Sugerindo alterações no Estatuto dos Militares adaptando as necessidades criadas com admissão de mulheres nas Forças Armadas.

Indexação: Ministério, defesa, proposta, alteração, Estatuto dos Militares, adaptação, normas, regulamentação, situação, militar, mulher, movimentação, cônjuge, prestação de serviço, trabalho noturno, participação, solenidade, gestante, horário especial, amamentação, existência, creche.

Proposição: INC 1778/2001

Autor: Gustavo Fruet – PMDB /PR

Data de Apresentação: 01/08/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Sugere ao Poder Executivo a adoção de medidas para possibilitar a filiação das donas de casa ao Regime de Previdência Social.

Indexação: (MPAS), adoção, contribuição previdenciária, redução, valor, alíquota, contribuinte autônomo, dona de casa, trabalhador autônomo, baixa renda, facilidade, filiação, Previdência Social.

Proposição: INC 1959/2001

Autor: Nair Xavier Lobo – PMDB /GO

Data de Apresentação: 28/08/2001

Situação: MESA: Enviada ao Arquivo.

Ementa: Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a alteração na atual sistemática de titulação das parcelas em programas de reforma agrária.

Explicação da Ementa: Concedendo títulos de domínio ou de concessão de uso, em programas de reforma agrária, ao homem e à mulher independentemente de estado civil.

Indexação: Ministério do Desenvolvimento Agrário, obrigatoriedade, concessão, título de domínio, concessão de uso, propriedade rural, homem, mulher, inexistência, casamento, programa.

Proposição: INC 1834/2001

Autor: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a incidência de mortalidade materna no Brasil.

Data de Apresentação: 17/08/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Saúde, a adoção de recomendações da CPI da Mortalidade Materna.

Indexação: (MS), sugestão, (CPI), mortalidade materna, morte, mãe, gestante, parto, garantia, recursos financeiros, saúde pública, reajuste, tabela, (SUS), valor, destinação, Municípios, campanha nacional, publicidade, campanha educacional, planejamento familiar, esterilização, homem, divulgação, resultado, pesquisa, incentivo, aperfeiçoamento, informação, exame pré-natal.

Proposição: INC 1543/2001

Autor: Aírton Roveda – PSDB /PR

Data de Apresentação: 27/03/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Saúde, a inclusão de exame pré-nupcial como atividade obrigatória do Sistema Único de Saúde para os que comprovarem a intenção de estabelecer vida conjugal em comum.

Indexação: (MS), (SUS), obrigatoriedade, atividade, exame médico, preparação, casamento, prevenção, transmissão, doença, cônjuge, filho.

Proposição: INC 1833/2001

Autor: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a incidência de mortalidade materna no Brasil.

Data de Apresentação: 17/08/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Sugere ao Poder Executivo a adoção de recomendações da CPI da Mortalidade Materna.

Indexação: Casa Civil, Presidência da República, sugestão, (CPI), mortalidade materna, morte, mãe, gestante, parto, prioridade, saúde pública, garantia, recursos financeiros, definição, política sócio econômica, combate, violência, divulgação, ato internacional, direitos humanos, programa, nutrição, alimentação, amamentação, publicidade, campanha nacional, esclarecimentos, reprodução humana.

Proposição: INC 1506/2001

Autor: Dr. Hélio – PDT /SP

Data de Apresentação: 13/03/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Saúde, a adoção de programa de prevenção à gravidez indesejada.

Indexação: (MS), criação, programa nacional, prevenção, gravidez, adolescente, menor, redução, concepção, aborto.

Proposição: INC 1492/2001

Autor: Adão Pretto – PT /RS

Data de Apresentação: 07/03/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a inclusão da mulher no cadastro de beneficiários dos assentamentos de reforma agrária.

Indexação: ministério, desenvolvimento agrário, (INCRA), inclusão, nome, mulher, companheira, cônjuge, concubina, cadastro, beneficiário, programa, reforma agrária, lote, assentamento rural.

Proposição: INC 1671/2001

Autor: Jovair Arantes – PSDB /GO

Data de Apresentação: 22/05/2001

Situação: MESA: Enviada ao Arquivo.

Ementa: Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a criação de um banco de dados organizado por gênero.

Indexação: (MP), (IBGE), (IPEA), criação, banco de dados, atualização, informações, trabalhador, mulher, viabilidade, prefeitura, estabelecimento, cota, oferta, trabalho, frente de trabalho.

Proposição: INC 1448/2001

Autor: Ana Corso – PT /RS

Data de Apresentação: 07/02/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Saúde, a intensificação das atividades preventivas contra doenças sexualmente transmissíveis.

Explicação da Ementa: Fazendo referência especialmente ao “papilomavirus humano” – HPV.

Indexação: (MS), aumento, campanha nacional, prevenção, doença transmissível, sexo, câncer, mulher.

Proposição: INC 2792/2001

Autor: Rubens Furlan – PPS /SP

Data de Apresentação: 12/12/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Saúde, a realização de campanha visando à prevenção do câncer de mama.

Indexação: (MS), realização, campanha, publicidade, prevenção, câncer, mama.

Proposição: INC 1837/2001

Autor: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a incidência de mortalidade materna no Brasil.

Data de Apresentação: 17/08/2001

Situação: MESA: Enviada ao Arquivo.

Ementa: Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Justiça, a adoção de recomendações da CPI destinada a Investigar a Incidência de Mortalidade Materna no Brasil.

Indexação: (MJ), sugestão, (CPI), mortalidade materna, morte, mãe, gestante, atuação, Conselho Nacional de Direitos Humanos, mulher, reforço estrutura, quadro de pessoal.

Proposição: INC 1835/2001

Autor: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a incidência de mortalidade materna no Brasil.

Data de Apresentação: 17/08/2001

Situação: MESA: Enviada ao Arquivo.

Ementa: Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Educação, a adoção de recomendações da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a incidência de Mortalidade Materna no Brasil.

Indexação: (MEC), sugestão, (CPI), mortalidade materna, morte, mãe, parto, incentivo, educação, erradicação, analfabetismo, melhoria, curso superior, medicina, especialização, reprodução humana, critérios, autorização, cursos, formação profissional, enfermagem e obstetrícia.

Proposição: INC 1836/2001

Autor: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a incidência de mortalidade materna no Brasil.

Data de Apresentação: 17/08/2001

Situação: MESA: Enviada ao Arquivo.

Ementa: Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Previdência e Assistência Social, a adoção de recomendações da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a incidência de mortalidade materna no Brasil.

Indexação: (MPAS), sugestão, (CPI), mortalidade materna, morte, mãe, parto, incentivo, grupo, riscos, pessoa carente, baixa renda, periferia urbana, programa, renda mínima, vinculação, exame pré-natal, proteção, assistência, órfão, família.

Proposição: INC 2314/2001

Autor: João Grandão – PT /MS

Data de Apresentação: 03/10/2001

Situação: MESA: Enviada ao Arquivo.

Ementa: Sugere ao Poder Executivo, providências para combater a mortalidade infantil entre as comunidades indígenas do Mato Grosso do Sul.

Indexação: Casa Civil, Previdência da República, providência, combate, mortalidade infantil, recursos, (FUNAI), demarcação, terras indígenas, índio, Estado, (MTS).

Proposição: INC 1838/2001

Autor: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a incidência de mortalidade materna no Brasil.

Data de Apresentação: 17/08/2001

Situação: MESA: Enviada ao Arquivo.

Ementa: Sugere ao Poder Executivo a criação, nos Ministérios Públicos Estaduais, de instância destinada a receber denúncias referentes aos serviços de saúde, especialmente da saúde da mulher.

Indexação: Procuradoria-Geral da República, criação, instância, Ministério Público Estadual, recebimento, denúncia, serviço de saúde, atendimento, saúde, mulher.

Proposição: MSC 1035/2001

Autor: Poder Executivo

Data de Apresentação: 27/09/2001

Situação: PLEN: Outros.

Ementa: Mensagem relativa aos textos dos Protocolos Facultativos à Convenção sobre os Direitos da Criança, relativos ao envolvimento de crianças em conflitos armados e à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil, assinados em Nova York, em 6 de setembro de 2000.

Indexação: solicitação, apreciação, ato internacional, protocolo, convenção internacional, direitos, criança, impedimento, participação, conflito, arma, guerra, recrutamento, voluntário, Forças Armadas, proibição, venda, exploração sexual, prostituição, pornografia, sexo, menor, penalidade, infrator, crime, assinatura, país, Brasil.

Proposição: MSC 374/2001

Autor: Poder Executivo

Data de Apresentação: 26/04/2001

Situação: MESA: Transformado em Norma Jurídica.

Ementa: Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a mulher, assinado pelo governo brasileiro no dia 13 de março de 2001, na sede das Nações Unidas, em Nova York.

Indexação: solicitação, apreciação, ato internacional, protocolo, convenção internacional, eliminação, discriminação, mulher, assinatura, sede, (ONU).

Proposição: PEC 320/2001

Autor: Rita Camata – PMDB /ES

Data de Apresentação: 08/02/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dá nova redação ao inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal.

Explicação da Ementa: Concedendo licença maternidade para mãe adotante quando o adotando tiver de zero a um ano de idade; alterando a nova Constituição Federal.

Indexação: alteração, Constituição Federal, inclusão, extensão, direitos, licença a gestante, mãe, maternidade, concessão, licença a adotante, mãe adotiva, adoção, criança, limite de idade.

Proposição: PEC 385/2001

Autor: Luci Choinacki – PT /SC

Data de Apresentação: 26/06/2001

Situação: CCJC: Pronta para Pauta.

Ementa: Institui benefício assistencial para as donas de casa, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Alterando os artigos 195 e 203 da nova Constituição Federal.

Indexação: alteração, Constituição Federal, ordem social, criação, benefício previdenciário, renda mínima, salário mínimo, beneficiário, dona de casa, exclusividade, serviço, residência, família, limite de idade, início, recebimento, dispensa, exigência, contribuição previdenciária, pagamento, custo, benefício, aumento, contribuição social, empresa, incidência, folha de pagamento.

Proposição: PEC 455/2001

Autor: Coriolano Sales – PMDB /BA

Data de Apresentação: 05/12/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Acrescenta §§ 1º e 2º ao art. 203 da Constituição Federal dispendo sobre a criação de benefícios de renda mínima para pessoas com idade superior a 65 anos, homem e 60 anos, mulher, sem condições de aposentadoria por idade, pela Previdência Social, reduzindo em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.

Explicação da Ementa: Alterando a nova Constituição Federal.

Indexação: alteração, Constituição Federal, Assistência Social, garantia, benefício previdenciário, trabalhador, homem, mulher, inexistência, requisitos, aposentadoria por idade, redução, limite de idade, trabalhador, rural, garimpeiro, pescador artesanal.

Proposição: PEC 381/2001

Autor: Feu Rosa – PSDB /ES

Data de Apresentação: 25/06/2001

Situação: CCJC: Pronta para Pauta.

Ementa: Dá nova redação ao inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal.

Explicação da Ementa: Estendendo a licença de 120 dias à mãe adotante, equiparando-a a mãe biológica; alterando a Nova Constituição Federal.

Indexação: alteração, Constituição Federal, Direitos Sociais, equiparação, tempo, licença gestante, licença, mãe, licença adotante, mãe adotiva.

Proposição: PLP 212/2001

Autor: Vivaldo Barbosa – PDT /RJ

Data de Apresentação: 07/06/2001

Situação: PLEN: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Dispõe sobre a proteção de relação do emprego contra a despedida arbitrária ou sem justa causa e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Regulamentando o disposto no art. 7º, inciso I da nova Constituição Federal.

Indexação: regulamentação, Constituição Federal, normas, relação de emprego, proteção, trabalhador, arbitrariedade, despedida injusta, definição, justa causa, improbidade, condenação criminal, desídia, desempenho funcional, embriaguez, serviço, indisciplina, abandono de cargo, ato ilícito, ofensa, superior hierárquico, violação, segredo profissional, empresa, facultatividade, demissão, contrato, empreitada, obra civil, prazo determinado, pagamento, indenização, infração, empregador, reintegração, emprego, conclusão, processo, reclamação trabalhista, descumprimento, decisão judicial, multa, beneficiário, empregado, quitação, direitos sociais, autorização, despedida, força maior, situação econômica, proibição, dispensa, gravidez, empregado sindicalizado, candidatura, (CIPA), sindicato.

Proposição: PLP 252/2001

Autor: José Carlos Coutinho – PFL /RJ

Data de Apresentação: 16/10/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Garante a mulher do trabalhador rural o direito à aposentadoria e dá outras providências.

Indexação: alteração, Lei Complementar, (PRORURAL), garantia, pagamento, aposentadoria, mulher, trabalhador rural.

Proposição: PLP 275/2001

Outros Números: PLS 149/2001

Autor: Senado Federal – Romeu Tuma – PFL /SP

Data de Apresentação: 14/12/2001

Situação: PLEN: Pronta para Pauta.

Ementa: Atualiza a ementa e altera o art. 1º da Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985, que dispõe sobre a aposentadoria do funcionário policial, nos termos do art. 103, da Constituição Federal, para regulamentar a aposentadoria da mulher servidora policial.

Explicação da Ementa: Regulamentando a nova Constituição Federal.

Indexação: alteração, Lei Complementar, regulamentação, Constituição Federal, concessão, aposentadoria compulsória, aposentadoria voluntária, aposentadoria especial, mulher, servidor, policial, tempo de serviço, atividade policial.

Proposição: PRC 130/2001

Autor: Ana Corso – PT /RS

Data de Apresentação: 21/02/2001

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Altera os arts. 8º e 39 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 1989.

Explicação da Ementa: Dispondo que deverão ser reservados para parlamentares de cada sexo, no mínimo 30% (trinta por cento), e no máximo 70% (setenta por cento) do número de cargos da mesa (exceto os de primeiro e terceiro secretários e o de terceiro suplente) e dos cargos para presidência das comissões permanentes.

Indexação: alteração, Regimento Interno, Câmara dos Deputados, reserva, percentagem, vaga, candidato, mulher, homem, composição, eleição, mesa diretora, presidência, comissão permanente, ressalva, cargo eletivo, primeiro secretário, terceiro secretário, suplente.

Proposição: PRC 182/2001

Autor: Luiz Alberto – PT /BA

Data de Apresentação: 22/08/2001

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Acrescenta o inciso XVII ao art. 32 da Resolução nº 17, de 1989 – Regimento Interno da Câmara dos Deputados, criando, no âmbito da Câmara dos Deputados, a Comissão Permanente de Relações Étnicas, de Gênero e de Orientação Sexual.

Indexação: alteração, Regimento Interno, Câmara dos Deputados, criação, Comissão Permanente, relacionamento, grupo étnico, orientação, liberdade sexual, apreciação, matéria, interesse, descendente, negro, cultura Afro-Brasileira, índio, mulher, recebimento, denúncia, política educacional, combate, discriminação racial, hostilização, pessoas.

Proposição: PRC 124/2001

Autor: Wellington Dias – PT /PI

Data de Apresentação: 13/02/2001

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Acrescenta incisos aos arts 235 e 241 e modifica o parágrafo 2º do art. 241 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Explicação da Ementa: Concedendo a deputada federal licença gestante, possibilitando a convocação do suplente.

Indexação: alteração, Regimento Interno, Câmara dos Deputados, concessão, deputado federal, mulher, licença a gestante, direitos, convocação, suplente, prazo, afastamento.

Proposição: PRC 178/2001

Autor: Iara Bernardi – PT /SP

Data de Apresentação: 15/08/2001

Situação: MESA: Aguardando Parecer.

Ementa: Cria o “Prêmio Bertha Lutz de iniciativa parlamentar”.

Explicação da Ementa: Prêmio a ser outorgado a legislação que se destaque por sua atuação em defesa dos direitos da mulher e da igualdade entre os sexos.

Indexação: criação, prêmio, iniciativa, atuação parlamentar, homenagem, Congressista, Deputados, Senador, Vereador, legislação, defesa, direitos, mulher, igualdade, sexo, competência, Mesa Diretora, Câmara dos Deputados, escolha, beneficiário, bancada, Congresso Nacional, (CNDM), entrega, homenagem, sessão solene, Dia Internacional.

Proposição: PRC 196/2001

Autor: Nair Xavier Lobo – PMDB /GO

Data de Apresentação: 11/10/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Institui o Diploma Mulher-Cidadã Deputada Federal e dá outras providências.

Indexação: Criação, diploma, mulher, cidadão, Deputado Federal, contribuição, melhoria, cidadania, defesa, direitos, indicação, candidato, Mesa Diretora, Câmara dos Deputados, escolha, Conselho, representante, partido político, realização, homenagem, Sessão Solene.

Proposição: PRC 129/2001

Autor: Jandira Feghali – PCdoB /RJ

Data de Apresentação: 20/02/2001

Situação: CCJC: Aguardando Designação de Relator.

Ementa: Determina a disponibilização de elevadores preferenciais para gestantes, idosos e portadores de deficiência nas dependências da Câmara dos Deputados.

Indexação: instalação, elevador, direito de preferência, pessoa deficiente, deficiente físico, gestante, idoso, prédio, Câmara dos Deputados.

Proposição: REQ 7/2001 CTASP

Autor: Vanessa Grazziotin – PCdoB /AM

Data de Apresentação: 13/03/2001

Situação: CTASP: Arquivada.

Ementa: Requer a criação de subcomissão especial para analisar a situação da mulher no mercado de trabalho. Obs. da CTASP: Aprovado unanimemente em 6-6.

Proposição: REQ 75/2001 CTASP

Autor: Vanessa Grazziotin – PCdoB /AM

Data de Apresentação: 04/10/2001

Apreciação: Requerimento

Situação: CTASP: Arquivada.

Ementa: Solicita a realização do Seminário: “Trabalho: Direito da Mulher”, a se concretizar no corrente ano, para debater a situação da mulher no mercado de trabalho, levando-se em conta as mudanças atuais no mundo do trabalho, as lutas e conquistas em busca da igualdade entre homens e mulheres e as discriminações de que é vítima a metade feminina da população.

Proposição: REQ 5/2001 CLP

Autor: Almerinda de Carvalho – PPB /RJ

Data de Apresentação: 16/08/2001

Situação: CLP: Arquivada.

Ementa: Solicita seja convidada a Dra. Solange Bentes Jurema, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher a comparecer a esta comissão a fim de subsidiá-la em seus trabalhos

Proposição: REQ 90/2001 CSSF

Autor: Jandira Feghali – PCdoB /RJ

Data de Apresentação: 19/10/2001

Situação: CSSF: Arquivada.

Ementa: Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para o dia 27/11, para debater a Violência contra a Mulher.

Explicação da Ementa: Realização de Audiência Pública

Proposição: REQ 30/2001

Autor: Líderes

Data de Apresentação: 10/12/2001

Apreciação: Requerimento

Ementa: solicita urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 2.279, de 1999, do Senado Federal, que autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em nível nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher.

Proposição: REQ 67/2001 CECD

Autor: Gilmar Machado – PT /MG

Data de Apresentação: 23/10/2001

Situação: CEC: Arquivada.

Ementa: solicita a realização de audiência pública para esclarecer os critérios de avaliação adotados pela Federação Paulista de futebol para o Campeonato Paulista de Futebol Feminino.

Proposição: REQ 56/2001 CEIC

Autor: Aloizio Mercadante – PT /SP

Data de Apresentação: 19/09/2001

Situação: CDEIC: Arquivada.

Ementa: propõe a realização, no dia 8 de novembro próximo, de um seminário sobre o tema “Custos do Trabalho – uma perspectiva de gênero” com a participação de especialistas da área, técnicos da Organização Internacional do Trabalho e do Ministério do Trabalho, e representantes do Conselho Nacional de Mulheres, da Central Única de Trabalhadores – CUT, da Força Sindical e da Federação de Indústrias do Estado de S.Paulo – FIESP.

Indexação: custos do trabalho, Organização Internacional do Trabalho, Ministério do Trabalho, Conselho Nacional de Mulheres

Proposição: RIC 3680/2001

Autor: Vanessa Grazziotin – PCdoB /AM

Data de Apresentação: 05/09/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Solicita informações ao Ministro da Saúde, sobre os convênios destinados ao Atendimento à gestante e ao recém-nascido em unidades do Sistema Único de Saúde – SUS.

Explicação da Ementa: Ministro José Serra.

Indexação: (MS), (SUS), convênio, atendimento, mulher, gestante, criança, recém-nascido.

Proposição: RIC 3727/2001

Autor: Luiz Ribeiro – PSDB /RJ

Data de Apresentação: 18/09/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Solicita informações ao Ministro da Saúde, no âmbito do seu Ministério, à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), sobre o medicamento Ginko Biloba que, quando usado na gravidez, pode causar malformação fetal.

Explicação da Ementa: Ministro José Serra.

Indexação: (MS), (ANVISA), medicamentos, marca, registro, laboratório, bula, efeito, riscos, saúde, mulher, gestante, gravidez, embrião.

Proposição: RIC 3540/2001

Autor: Vanessa Grazziotin – PCdoB /AM

Data de Apresentação: 14/08/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Solicita informações ao Ministério da Saúde sobre a Mortalidade Perinatal no Brasil.

Explicação da Ementa: Ministro José Serra.

Indexação: (MS), mortalidade infantil, criança, quantidade, leito hospitalar, (SUS), maternidade, Estado, (AM).

Proposição: RIC 3550/2001

Autor: Vanessa Grazziotin – PCdoB /AM

Data de Apresentação: 14/08/2001

Apreciação: .

Regime de tramitação: .

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no âmbito da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica – IPEA, relatório sobre estudos acerca do papel da mulher no mercado de trabalho.

Explicação da Ementa: Ministro Martus Tavares.

Indexação: (MP), relatório, (IPEA), estudo, mulher, mercado de trabalho, fotocópia, seminário, dados, documento oficial.

Proposição: RIC 3273/2001

Autor: Cunha Bueno – PPB /SP

Data de Apresentação: 15/05/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Solicita informações ao Ministério da Previdência e Assistência Social sobre a liberação da verba para Assistência Financeira para Atendimento à Criança e ao Adolescente no Combate a Exploração Sexual Infanto-Juvenil em Araçatuba/SP, no valor de cinqüenta mil reais, consignada no Orçamento da União para o exercício de 2001, emenda nº 14140012.

Explicação da Ementa: Ministro Roberto Brant.

Indexação: (MPAS), liberação, verba, recursos orçamentários, Orçamento, União Federal, atendimento, combate, exploração sexual, criança, adolescente, Município, Araçatuba, (SP).

Proposição: RIC 3191/2001

Autor: Wellington Dias – PT /PI

Data de Apresentação: 24/04/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Solicita informações ao Ministério da Saúde sobre licitações nacionais e internacionais para aquisição de preservativos nos anos de 1995 e 1999.

Indexação: (MS), quantidade, licitação internacional, âmbito nacional, aquisição, preservativo, prazo determinado, valor, pagamento, produto nacional, produto importado, teste, controle de qualidade, laudo técnico, Ministro José Serra.

Proposição: RIC 3534/2001

Autor: Vanessa Grazziotin – PCdoB /AM

Data de Apresentação: 14/08/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Solicita informações ao Ministério da Saúde informações acerca dos Comitês de Mortalidade Materna, no Estado do Amazonas.

Explicação da Ementa: Ministro José Serra.

Indexação: (MS), comitê, mortalidade materna, gestante, existência, Estado, (AM), ano, instalação, direção, relatório, cópia.

Proposição: RIC 3537/2001

Autor: Vanessa Grazziotin – PCdoB /AM

Data de Apresentação: 14/08/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Solicita informações ao Ministério da Saúde acerca dos investimentos desse Ministério para Programas de Saúde.

Explicação da Ementa: Ministro José Serra.

Indexação: (MS), investimento, sistema, referência, gestante, risco de vida, exame pré-natal, aplicação de recursos, equipamentos, hospital, assistência médico hospitalar.

Proposição: RIC 3546/2001

Autor: Vanessa Grazziotin – PCdoB /AM

Data de Apresentação: 14/08/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Solicita informações ao Ministério da Defesa, no âmbito do Exército, sobre a participação de mulheres no Projeto-Piloto que permite a prestação do Serviço Militar como “atiradoras” nos tiros de guerra, localizados em áreas carentes, na Amazônia.

Explicação da Ementa: Ministro Geraldo Quintão.

Indexação: Ministério, Defesa, Exército, participação, mulher, projeto piloto, serviço militar, tiro de guerra, população carente, Municípios, Estado, (AM).

Proposição: RIC 3397/2001

Autor: Marcos Afonso – PT /AC

Data de Apresentação: 07/06/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Solicita informações ao Ministério da Saúde referente ao alto índice de mortalidade infantil no Nordeste do país.

Explicação da Ementa: Ministro José Serra.

Indexação: (MS), existência, trabalho, redução, mortalidade infantil, Região Nordeste.

Proposição: RIC 3539/2001

Autor: Vanessa Grazziotin – PCdoB /AM

Data de Apresentação: 14/08/2001

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Solicita informações ao Ministério da Saúde acerca dos Comitês de Mortalidade Neonatal, no Estado do Amazonas.

Explicação da Ementa: Ministro José Serra.

Indexação: (MS), cópia, relatório, comitê, mortalidade infantil, Estado, (AM), existência, ano, instalação, direção.

Proposição: RIC 2979/2001

Autor: Ângela Guadagnin – PT /SP

Data de Apresentação: 13/03/2001

Ementa: Solicita informações ao ministério da justiça sobre recursos para a implantação de casas-abrigo para mulheres de vítimas de violência.

Explicação da Ementa: Ministro José Gregori.

Indexação: (MJ), recursos financeiros, projeto, instituição assistencial, habilitação, mulher, vítima, violência.

Proposição: PL 6577/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL /RJ

Data de Apresentação: 17/04/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: “Modifica dispositivo do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940”.

Explicação da Ementa: Caracterizando como crime a permissão, por omissão ou abandono, por parte dos pais ou responsáveis pelo pátrio poder do menor de 18 (dezoito) anos que comete ato infracional.

Indexação: alteração, Código Penal, tipicidade, crime, penalidade, pais, responsável, pátrio poder, menor, criança, adolescente, infrator,

execução, ato, infração penal, motivo, omissão, abandono, redução, delinquência juvenil.

Proposição: PL 6738/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL /RJ

Data de Apresentação: 08/05/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Estabelece sanções para os pais ou responsáveis de menores abandonados nas ruas, e dá outras providências.

Indexação: normas, penalidade, pais, criança, adolescente, menor abandono, rua, incentivo, mendigo, internamento, centro social, educação, casal, realização, cursos, paternidade, responsável, planejamento familiar, prevenção, gravidez, riscos, prestação de serviço, comunidade, caracterização, crime, abandono, infrator, reincidência.

Proposição: PL 7235/2002

Autor: Severino Cavalcanti – PPB /PE

Data de Apresentação: 17/10/2002

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Revoga o art. 128 do Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal.

Explicação da Ementa: Revogando dispositivo que autoriza a realização do aborto necessário no caso de não haver outro meio de salvar a vida da gestante e no caso de gravidez resultante de estupro.

Indexação: Alteração, Código Penal, revogação, dispositivos, autorização, médico, realização, aborto, interrupção, gravidez, necessidade, preservação, vida, mãe, gestante, vítima, estupro.

Proposição: PL 6376/2002

Autor: Paulo Rocha – PT/PA

Data de Apresentação: 21/03/2002

Situação: CSSF: Aguardando Parecer.

Ementa: Altera o art. 46 do Estatuto da Criança e do Adolescente

Explicação da Ementa: Autorizando o estágio de convivência do menor adotado no país de origem do adotante estrangeiro.

Indexação: alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, autorização, estágio, menor, criança, adoção, adotado, país estrangeiro, adotante, estrangeiro.

Proposição: PL 6621/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL /RJ

Data de Apresentação: 23/04/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Adiciona dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Explicação da Ementa: Dispondo que o juizado que deferir a adoção ficará obrigado a zelar pela vida e pelo bem-estar do adotado; exigindo que o adotante apresente, anualmente, o menor ao juiz de direito de sua localidade.

Indexação: alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, obrigatoriedade, juiz, Vara da Infância e da Juventude, acompanhamento, bem estar social, menor, adotado, notificação, (MJ), Corregedoria da Justiça, relatório, situação, exigência, adotante, apresentação, criança, atestado médico, frequência escolar, mudança de domicílio, irregularidade, instauração, processo judicial, penalidade, infrator.

Proposição: PL 6966/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL /RJ

Data de Apresentação: 12/06/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Adiciona-se dispositivo ao Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e dispositivo à Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Aumentando o prazo da licença à adotante concedida à servidora pública e fixando em 7 dias úteis o prazo da licença-paternidade concedida ao trabalhador que adotar ou obtiver a guarda judicial de criança de até 5 (cinco) anos.

Indexação: Alteração, legislação trabalhista, (CLT), fixação, prazo, concessão, licença-paternidade, trabalhador, inclusão, empregado doméstico, obtenção, guarda, adoção judicial, criança, limite de

idade. Alteração, Regime Jurídico Único, aumento, prazo, concessão, licença à adotante, servidor público civil, obtenção, guarda, adoção judicial, criança, limite de idade.

Proposição: PL 7318/2002

Autor: Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Violência e Narcotráfico

Data de Apresentação: 08/11/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Explicação da Ementa: Alterando dispositivos sobre adoção internacional e medidas sócioeducativas de internação do menor infrator em estabelecimentos de recuperação e ressocialização; aumentando para 16 anos a idade de início da atividade laboral do menor; agravando a pena para o crime de pedofilia pela Internet e para as pessoas que usam menores como escudo humano em movimento de manifestação coletiva.

Indexação: alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, proibição, deferimento, adoção, menor, âmbito internacional, anterioridade, comprovação, manutenção, criança, adolescente, país, família, brasileiros, impedimento, saída, Território Nacional, exterior, adotando, falta, trânsito em julgado, sentença judicial, estudo prévio, capacidade, adotante, estrangeiro, autorização, ex-companheiro, adoção judicial, aumento, limite de idade, proteção ao trabalho, menor, ressalva, aprendiz, direitos, bolsa de aprendizagem. Proibição, venda, produto, derivados, fumo, cigarro, criança, adolescente, aplicação, medida sócioeducativas, menor, infrator, obrigatoriedade, internação coletiva, participação, crime organizado, tráfico, droga, discriminação racial, cumulatividade, penalidade, fixação, prazo determinado, internação, liberação, estabelecimento, recuperação, socialização, agravação penal, crime, pedofilia, divulgação, (Internet), fotografia, sexo, pornografia, entrega, fornecimento, material, jogos, exploração sexual, criança, adolescente, autorização, participação, manifestação coletiva, violência, divulgação, meios de comunicação, imagem, menor, infrator, ressalva, criminoso, seqüestro, tráfico, terrorismo, crime hediondo.

Proposição: PL 6233/2002

Autor: Paulo Rocha – PT/PA

Data de Apresentação: 06/03/2002

Situação: CCJC: Pronta para Pauta.

Ementa: Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Explicação da Ementa: Obrigando àquele que for afastado da moradia comum por maus tratos, agressão ou abuso sexual, contra criança ou adolescente, a prestar os alimentos de que eles necessitem.

Indexação: Alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, obrigatoriedade, prestação de alimentos, pai, responsável, afastamento, domicílio, agressão, abuso sexual, maus tratos, criança, adolescente, dependente.

Proposição: PL 6944/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL /RJ

Data de Apresentação: 11/06/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Modifica dispositivos do Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Revogando dispositivos que extinguem a punibilidade caso o agente da agressão se retrate ou case com a ofendida; ampliando a definição de estupro à agressão contra qualquer pessoa; tipificando o constrangimento do atentado violento ao pudor à relação sexual sem consentimento e não mais à conjunção carnal.

Indexação: alteração, Código Penal, revogação, dispositivos, extinção da punibilidade, retratação, agente, casamento, ofensor, ofendida, Crime contra os Costumes, ampliação, abrangência, vítima, Crime contra a Liberdade Sexual, estupro, homem, mulher, atentado ao pudor, exploração, sexual, sedução, corrupção de menores, inexistência, consentimento, sexo.

Proposição: PL 6451/2002

Autor: Kátia Abreu – PFL /TO

Data de Apresentação: 03/04/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dá nova redação às Leis nº 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 2001 e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Facultando ao empregador rural o parcelamento de débito previdenciário, e enquadrando como segurado da Previdência Social o empregador que exerce exploração agropecuária em área superior a da isenção para fins de pagamento do ITR, incluindo-se o cônjuge ou companheiro do produtor na possibilidade de parcelamento das contribuições.

Indexação: alteração, Lei Orgânica da Seguridade Social, plano de benefícios, Previdência Social, equiparação, trabalhador autônomo, mulher, cônjuge, companheiro, produtor rural, participação, atividade rural, segurado obrigatório, aposentadoria, facultatividade, empregador rural, prazo, parcelamento, contribuição previdenciária, débito previdenciário, créditos, (INSS), valor, prestações, juros, redução, multa, pagamento a vista.

Proposição: PL 7012/2002

Autor: Orlando Fantazzini – PT /SP

Data de Apresentação: 19/06/2002

Situação: PLEN: Tramitando em Conjunto; CCJC: Tramitando em Conjunto; CFT: Tramitando em Conjunto; CSPCCO: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Dispõe sobre medidas de assistência e atendimento às vítimas de violência e dá outras providências.

Indexação: normas, atendimento, vítima, violência, assistência médica, assistência psicológica, orientação pedagógica, família, concessão, benefício, assistência social, acompanhamento, investigação policial, julgamento, crime, garantia, asilo, proteção, acesso, educação, saúde, divulgação, direitos, extensão, dependente, criação, serviço de informações, responsabilidade civil, União Federal, danos morais, danos materiais, prioridade, processo judicial, indenização, normas, concessão, auxílio financeiro.

Proposição: PL 6260/2002

Autor: Aloizio Mercadante – PT/SP

Data de Apresentação: 12/03/2002

Situação: PLEN: Aguardando Recebimento.

Ementa: Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Aumentando a pena para quem utilizar, instigar, induzir ou auxiliar criança ou adolescente a praticar ato criminoso, incluindo tráfico de drogas e seqüestro.

Indexação: alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, aumento, pena de reclusão, pessoas, criminoso, utilização, indução, incitamento, auxílio, criança, adolescente, participação, crime organizado, tráfico, droga, entorpecente, homicídio, lesão corporal grave, furto, roubo, extorsão, seqüestro, estupro, atentado ao pudor, agravação penal, menor, lesão corporal, morte.

Proposição: PL 6270/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 12/03/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Modifica os artigos 216 e 231 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – que institui o Código Penal.

Explicação da Ementa: Excluindo a expressão “mulher honesta” do artigo que tipifica o crime de atentado ao pudor mediante fraude; modificando a expressão “tráfico de mulheres” para “tráfico de pessoas”, com vistas a incluir a prática do delito contra criança e adolescentes de ambos os sexos.

Indexação: alteração, Código Penal, tipicidade, crime, vítima, mulher, atentado ao pudor, fraude, posse, exploração sexual, tráfico, pessoas, prostituição, criança, adolescente, menor, pedofilia, país estrangeiro.

Proposição: PL 6383/2002

Autor: Laura Carneiro – PFL/RJ

Data de Apresentação: 21/03/2002

Situação: CSPCCO: Aguardando Parecer.

Ementa: Dispõe sobre os crimes contra a pessoa, contra o patrimônio, contra os costumes, e dá outras providências.

Indexação: alteração, Código Penal, aumento, pena de reclusão, crime, homicídio, estelionato, qualificação, crime contra os costumes, pena de detenção, homicídio culposo, lesão corporal, lesão culposa, critérios, homicídio qualificado, vítima, agente, militar, policial, bombeiro militar, agente penitenciário, membros, Ministério Público, Judiciário, profissão, segurança, proteção, vigia, agente de vigilância, atividade, grupo de extermínio, estrangeiro, irregularidade, país, menor, adolescente, idoso, pessoa deficiente, deficiente físico, exclusão, requisitos, honestidade, virgindade, mulher, tipicidade, crime contra a liberdade sexual, atentado ao pudor, fraude, conjunção carnal, rapto, redução, limite de idade, agravação penal, reincidência, homicídio culposo, lesão culposa, agente, médico, farmacêutico, dentista, enfermeiro, vítima, menor, idoso, pessoa deficiente, deficiente físico, roubo, utilização, arma de brinquedo, carga, transporte de carga, transporte passageiro, ônibus, resultado, lesão corporal grave, morte, estelionato, concessionária, serviços públicos, Previdência Social, tipicidade, homicídio qualificado, concurso de agentes, furto qualificado, carga, falsificação, fabricação, alteração, habilitação, cartão magnético, telefone, televisão via cabo, indução, pessoas, realização, ato libidinoso, Lei Federal, crime hediondo, homicídio qualificado, revogação, dispositivos, Código de Processo Penal, recurso judicial, protesto por novo júri.

Proposição: PL 6695/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL /RJ

Data de Apresentação: 07/05/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a apelação em crimes contra o patrimônio ou contra os costumes.

Explicação da Ementa: Impossibilitando o réu condenado por roubo, extorsão, estupro, seqüestro e atentado violento ao pudor a apelar da sentença em liberdade, mesmo sendo réu primário e de bons antecedentes.

Indexação: alteração, Código de Processo Penal, impossibilidade, apelação, réu, condenado, infração, roubo, estupro, seqüestro, extorsão, atentado ao pudor, anterioridade, cumprimento, penalidade,

prisão, Crime Contra os Costumes, crime contra o patrimônio.

Proposição: PL 6721/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL /RJ

Data de Apresentação: 08/05/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Modifica dispositivo do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Explicação da Ementa: Acrescentando os termos: presunção de violência absoluta e relativa para a prática de crime contra a liberdade sexual contra menor de 14 (quatorze) anos e pessoa alienada ou débil mental (portador de necessidade especial).

Indexação: alteração, Código Penal, normas, presunção, violência, vítima, menoridade, limite de idade, deficiente mental, pessoa deficiente, ausência, oferecimento, resistência, Crime contra a Liberdade Sexual, estupro, atentado ao pudor, sedução, menor, criança, adolescente.

Proposição: PL 6909/2002

Outros Números: MSC-439/2002

Autor: Executivo Federal

Data de Apresentação: 05/06/2002

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Altera o art. 225 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Explicação da Ementa: Estabelecendo o início da ação penal pelo Ministério Público mediante representação do ofendido, nos crimes de estupro, atentado violento ao pudor e corrupção de menores.

Indexação: alteração, Código Penal, utilização, representação judicial, Ministério Público, vítima, pais, inexistência, recursos, pagamento, despesas processuais, crime, estupro, atentado ao pudor, corrupção de menores, ação penal pública incondicionada, proteção, ofendido, divergência, interesse, representante legal.

Proposição: PL 7021/2002

Autor: Wigberto Tartuce – PPB /DF

Data de Apresentação: 20/06/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Modifica os arts. 213 e 214 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal Brasileiro.

Explicação da Ementa: Fixando a pena de castração com recursos químicos, para os crimes de estupro e atentado violento ao pudor.

Indexação: alteração, Código Penal, fixação, pena, Crime contra a Liberdade Sexual, estupro, atentado ao pudor, castração, criminoso, produto químico.

Proposição: PL 7224/2002

Autor: Luiz Carlos Hauly – PSDB /PR

Data de Apresentação: 15/10/2002

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Revoga o art. 225 do Código Penal.

Explicação da Ementa: Revogando a necessidade de queixa para os crimes contra os costumes, passando a iniciativa para o Ministério Público.

Indexação: alteração, Código Penal, revogação, necessidade, vítima, ofendido, queixa crime, Crime Contra os Costumes, estupro, atentado ao pudor, sedução, rapto, corrupção de menores, iniciativa, representação judicial, Ministério Público, ação penal pública incondicionada.

Proposição: PL 7226/2002

Autor: Crescêncio Pereira Jr. – PFL /CE

Data de Apresentação: 15/10/2002

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Dá nova redação ao parágrafo 3º do art. 20 e ao art. 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Explicação da Ementa: Aumentando para 1/2 (meio) salário mínimo a renda *per capita* da família da pessoa deficiente ou idosa, objetivando o recebimento do benefício previdenciário, auxílio-natalidade e auxílio-funeral.

Indexação: alteração, Lei Orgânica da Assistência Social, aumento, valor, renda mensal, renda *per capita*, beneficiário, idoso, pessoa deficiente, auxílio-natalidade, auxílio-funeral.

Proposição: PL 6432/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL /RJ

Data de Apresentação: 02/04/2002

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Modifica a redação dos arts. 71 e 73 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Explicação da Ementa: Fixando salário maternidade para trabalhadora autônoma no valor da média dos últimos doze meses de salário-contribuição e para a segurada especial no valor de um salário mínimo.

Indexação: alteração, Lei Federal, plano de benefícios, Previdência Social, extensão, pagamento, salário maternidade, trabalhador autônomo, segurado especial, mulher, fixação, valor, benefício previdenciário.

Proposição: PL 6881/2002

Autor: Hermes Parcianello – PMDB /PR

Data de Apresentação: 29/05/2002

Situação: CSSF: Tramitando em conjunto.

Ementa: Altera o § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que “dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências”.

Explicação da Ementa: Fixando em 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo a renda mensal *per capita* da família do idoso ou pessoa portadora de deficiência que faz jus ao benefício previdenciário.

Indexação: alteração, Lei Orgânica da Assistência Social, aumento, valor, renda *per capita*, família, responsável, idoso, pessoa deficiente, recebimento, benefício previdenciário, salário mínimo.

Proposição: PL 6947/2002

Autor: Marcelo Barbieri – PMDB/SP

Data de Apresentação: 11/06/2002

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Altera o § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 que “dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências”.

Explicação da Ementa: Aumentando para um salário mínimo o valor da renda *per capita* da família do idoso ou portador de deficiência que faça jus a benefício previdenciário.

Indexação: alteração, Lei Orgânica da Assistência Social, aumento, valor, renda *per capita*, família, idoso, pessoa deficiente, recebimento, benefício previdenciário, salário mínimo.

Proposição: PL 7234/2002

Autor: Crescêncio Pereira Jr. – PFL /CE

Data de Apresentação: 16/10/2002

Situação: CSSF: Tramitando em conjunto.

Ementa: Altera a Lei nº 9.720, de 30 de novembro de 1998, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.

Explicação da Ementa: Reduzindo para 60 (sessenta) anos a idade do idoso que terá direito ao benefício previdenciário de um salário mínimo.

Indexação: alteração, Lei Orgânica da Assistência Social, redução, limite de idade, idoso, beneficiário, benefício de prestação continuada, salário mínimo.

Proposição: PL 7344/2002

Autor: Chico Sardelli – PFL /SP

Data de Apresentação: 14/11/2002

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Altera a Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que “Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências”.

Explicação da Ementa: Aumentando para 4 (quatro) salários mínimos o valor da renda *per capita* da família do idoso ou portador de deficiência que faça jus a benefício previdenciário.

Indexação: alteração, Lei Orgânica da Assistência Social, aumento, valor, renda *per capita*, família, idoso, pessoa deficiente, recebimento, benefício previdenciário, salário mínimo.

Proposição: PL 6061/2002

Autor: Lamartine Posella/SP

Data de Apresentação: 20/02/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a criação de Bancos de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário, para fins terapêuticos e experimentais.

Explicação da Ementa: Retirando as células-tronco do sangue de cordão umbilical e da placenta para doação no tratamento de leucemia e distrofia muscular.

Indexação: criação, banco de sangue, recém nascido, órgão humano, mulher, coleta, armazenagem, serviço de saúde, saúde pública, setor privado, valor terapêutico, experimentação, transplante de órgão, doença grave, câncer, sangue, proibição, utilização, embrião.

Proposição: PL 6531/2002

Autor: Inácio Arruda – PCdoB /CE

Data de Apresentação: 10/04/2002

Situação: CCJC: Aguardando Parecer.

Ementa: Dispõe sobre a inclusão do exame de mamografia nos Hospitais Públicos de Referência dos Municípios-Pólo.

Indexação: inclusão, exame médico, mama, mulher, prevenção, câncer, hospital, instituição pública, Municípios, centralização, atendimento, Estados, fiscalização, (MS).

Proposição: PL 7463/2002

Autor: Eni Voltolini – PPB/SC e co-autores.

Data de Apresentação: 11/12/2002

Situação: CSSF: Aguardando Parecer.

Ementa: “Dispõe sobre a assistência à saúde das presidiárias, acrescentando parágrafo ao artigo 43 da Lei nº. 7.210/84”

Explicação da Ementa: Assegurando à presidiária o direito a exame ginecológico semestral e o fornecimento gratuito de produtos de higiene.

Indexação: alteração, Lei de Execução Penal, garantia, direitos, preso, sexo feminino, exame ginecológico, mulher, prevenção, câncer, semestre, gratuidade, fornecimento, produto de higiene.

Proposição: PL 7357/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL /RJ

Data de Apresentação: 20/11/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Acrescenta dispositivos à Lei n.º 6.515, de 26 de dezembro de 1977, e da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973.

Explicação da Ementa: Obrigando o guardião de filho menor, a autorizar visita pelo ex-cônjuge, aplicando essa norma ao direito de visita a filhos fora do casamento civil.

Indexação: alteração, Código de Processo Civil, Lei Federal, divórcio, obrigatoriedade, cônjuge, custódia, menor, autorização, visita, filho.

Proposição: PL 6053/2002

Autor: Magno Malta/ES

Data de Apresentação: 19/02/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Concede estabilidade provisória ao trabalhador arrimo de família desde a confirmação de gravidez de seu cônjuge ou companheira até cinco meses após o parto.

Indexação: concessão, estabilidade provisória, trabalhador, hipótese, gravidez, cônjuge, companheira, prazo determinado, exigência, responsabilidade, manutenção, família, pai, companheiro, arrimo.

Proposição: PL 6475/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL /RJ

Data de Apresentação: 04/04/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Adiciona dispositivos à Lei nº 8.025, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Estendendo aos servidores aposentados, ascendentes, descendentes, viúvas, viúvos e companheiras o direito de aquisição do imóvel funcional.

Indexação: alteração, Lei Federal, extensão, legitimidade, direitos, aquisição, ocupante, residência funcional, servidor, aposentado, ascendente, descendente, viúva, viúvo, companheira, ocupação, imóvel.

Proposição: PL 6799/2002

Autor: Jair Bolsonaro – PPB /RJ

Data de Apresentação: 15/05/2002

Situação: CREDN: Pronta para Pauta.

Ementa: Altera dispositivos da Lei nº 8.059, de 4 de julho de 1990, que dispõe sobre a pensão especial devida aos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial e a seus dependentes.

Explicação da Ementa: Estabelecendo a pensão especial integral para a viúva do ex-combatente; reconhecendo a união estável; garantindo que no caso de haver a extinção do benefício será feita a redistribuição da pensão tronco aos demais dependentes.

Indexação: alteração, Lei Federal, pensão especial, ex-combatente, Segunda Guerra Mundial, beneficiário, dependente, cônjuge, companheira, comprovação, união estável, mulher desquitada, divorciado, separação judicial, filho, filha, enteado, menor, tutela, limite de idade, universitário, pessoa deficiente, exclusão, irmão, irmã solteira, mãe, pai, pessoa inválida, extinção, benefício, redistribuição, cota parte.

Proposição: PL 6096/2002

Autor: Feu Rosa – PSDB/ES

Data de Apresentação: 21/02/2002

Situação: CSSF: Aguardando Parecer.

Ementa: Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências”.

Explicação da Ementa: Exigindo que seja mantido no prontuário do recém-nascido amostra de sangue para exame de DNA.

Indexação: Alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, exigência, identificação, recém-nascido, manutenção, prontuário, exame de DNA, padrão genético, sangue.

Proposição: PL 6315/2002

Autor: Feu Rosa – PSDB/ES

Data de Apresentação: 18/03/2002

Situação: CSSF: Tramitando em conjunto.

Ementa: Altera dispositivo do novo Código Civil.

Explicação da Ementa: Instituinto a guarda compartilhada dos filhos menores nos termos do acordo celebrado pelos pais.

Indexação: alteração, Código Civil, critérios, guarda, criança, filho menor, acordo, pais, separação judicial, divórcio, separação consensual.

Proposição: PL 6553/2002

Autor: Pompeo de Mattos – PDT /RS

Data de Apresentação: 16/04/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Assegura ao recém-nascido o direito de realização de exames de identificação de catarata congênita e dá outras providências.

Indexação: garantia, recém-nascido, direitos, realização, exame, identificação, doença, visão, instituição, doença, visão, instituição hospitalar, maternidade, encaminhamento, cirurgia, criança.

Proposição: PL 6610/2002

Autor: Ricardo Izar – PTB /SP

Data de Apresentação: 23/04/2002

Situação: CSSF: Tramitando em conjunto.

Ementa: Dispõe sobre a criação do Banco Estadual do DNA, com a finalidade exclusiva de realizar o registro inicial de identificação do recém-nascido.

Indexação: obrigatoriedade, hospital, atendimento, gestante, coleta, armazenagem, conservação, material, padrão genético, exame de DNA, mãe, recém-nascido, registro, realização, exame de laboratório, identificação, genética, exclusividade, solução, suspeita, troca, criança, filho, identidade, possibilidade, utilização, estabelecimento, autorização, Secretaria de Saúde, infração, crime de responsabilidade, diretor, hospital.

Proposição: PL 6613/2002

Autor: Virgílio Guimarães – PT /MG

Data de Apresentação: 23/04/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Altera o art. 1.601 do novo Código Civil brasileiro, Lei nº 10.406 de 11 de janeiro de 2002.

Explicação da Ementa: Fixando em 4 (quatro) anos, o direito de o marido ajuizar ação contestando a paternidade dos filhos; alterando o novo Código Civil.

Indexação: alteração, Código Civil, fixação, prazo, prescrição, direitos, marido, contestação, paternidade, ação judicial, período, data, nascimento, criança.

Proposição: PL 6627/2002

Autor: Maria Lúcia – PMDB /MG

Data de Apresentação: 23/04/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Garantindo o atendimento psicológico e psiquiátrico à menor gestante.

Indexação: alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, garantia, menor, gestante, assistência psicológica, assistência psiquiátrica, (SUS), vítima, violência.

Proposição: PL 6555/2002

Autor: Geddel Vieira Lima – PMDB /BA

Data de Apresentação: 16/04/2002

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Altera o art. 225 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Tornando a ação penal pública condicionada em relação aos Crimes contra a Liberdade Sexual, de sedução e de corrupção de menores, e de rapto, exceto nos casos de abuso do pátrio poder, ou da qualidade de padrasto, tutor ou curador ou se o crime for praticado com violência, quando a ação será pública incondicionada.

Indexação: alteração, Código Penal, inclusão, ação penal pública condicionada, Crime contra os Costumes, Crime contra a Liberdade

Sexual, sedução, corrupção de menores, rapto, exigência, representação, ofendido, representante, aumento, prazo, representação judicial, caracterização, ação penal pública incondicionada, crime, abuso, pátrio poder, padrasto, tutor, curador, criança, violência, crime qualificado, morte, vítima, combate, pedofilia.

Proposição: PL 6697/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL /RJ

Data de Apresentação: 07/05/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Modifica dispositivos do Código Penal, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Abrangendo nos Crimes contra Liberdade Sexual pessoas do sexo feminino e masculino; aumentado o tempo de reclusão e agravando a pena em caso de estupro em que a vítima seja parente ou cônjuge do agente.

Indexação: alteração, Código Penal, Crime contra a Liberdade Sexual, estupro, pessoas, sexo feminino, sexo masculino, aumento, pena de reclusão, agravação penal, vítima, parente, cônjuge.

Proposição: PL 6761/2002

Autor: Iara Bernardi – PT /SP

Data de Apresentação: 08/05/2002

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Revoga o art. 225 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tornar a ação pública incondicionada nos crimes que especifica.

Explicação da Ementa: Estabelecendo a ação penal pública incondicionada nos casos de crime contra a liberdade sexual, sedução, corrupção de menores e rapto.

Indexação: alteração, Código Penal, fixação, ação penal pública incondicionada, crime contra a liberdade sexual, sedução, corrupção de menores, rapto.

Proposição: PL 6931/2002

Autor: Eni Voltolini – PPB /SC

Data de Apresentação: 11/06/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Altera a redação dos arts. 822 e 852 do Código de Processo Civil.

Explicação da Ementa: Substituindo a expressão “desquite” por “separação judicial”, no Capítulo relativo ao procedimento especial de jurisdição voluntária.

Indexação: alteração, Código de Processo Civil, atualização, termo, separação judicial, substituição, desquite, procedimento judicial, seqüestro, bens, prestação de alimentos, jurisdição voluntária.

Proposição: PL 6350/2002

Autor: Tilden Santiago/MG

Data de Apresentação: 20/03/2002

Situação: CSSF: Aguardando Parecer.

Ementa: Define a Guarda Compartilhada.

Explicação da Ementa: Alterando o novo Código Civil.

Indexação: alteração, Código Civil, critérios, juiz, informação, vantagens, conciliação, guarda, criança, filho menor, acordo, pais, separação judicial, divórcio, separação consensual.

Proposição: PL 6352/2002

Autor: José Carlos Coutinho/RJ

Data de Apresentação: 20/03/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Revoga o art.4º da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977.

Explicação da Ementa: Revogando a norma que dispõe que se dará a separação judicial por mútuo consentimento dos cônjuges, se forem casados a mais de 2 (dois) anos.

Indexação: revogação, dispositivos, Lei Federal, divórcio, exigência, procedimento, separação consensual, litígio, separação judicial, cônjuge.

Proposição: PL 6370/2002

Autor: Aldir Cabral/RJ

Data de Apresentação: 20/03/2002

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – art. 24 II

Regime de tramitação: Ordinária

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Acrescenta artigo à Lê nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei de Registros Públicos, criando a certidão de divórcio.

Indexação: alteração, Lei Federal, registro público, averbação, sentença judicial, expedição, certidão, divórcio, pedido, interessado, dados, registro de nascimento, ausência, nome, cônjuge.

Proposição: PL 6522/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL /RJ

Data de Apresentação: 10/04/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a integração das donas-de-casa à Previdência Social.

Indexação: extensão, dona-de-casa, direitos, filiação, segurado facultativo, Previdência Social.

Proposição: PL 6801/2002

Autor: Luiz Alberto – PT /BA

Data de Apresentação: 15/05/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Proíbe ao empregador efetuar descontos nos salários dos empregados domésticos.

Indexação: alteração, Lei Federal, empregado doméstico, proibição, empregador doméstico, desconto, salário, empregado, alimentação, aluguel, produto de higiene.

Proposição: PL 7020/2002

Autor: Wigberto Tartuce – PPB/DF

Data de Apresentação: 20/06/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Permite a esterilização voluntária em homens e mulheres com capacidade civil plena, e dá outras providências.

Indexação: autorização, esterilização, homem, mulher, autorização escrita, critérios, segurança, SUS, obrigatoriedade, ato judicial, pessoa incapaz, incapacidade absoluta.

Proposição: PL 6221/2002

Autor: Wagner Salustiano/SP

Data de Apresentação: 06/03/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Altera o art. 1º, inciso V, da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos.

Explicação da Ementa: Considerando como crime hediondo o estupro, independente de vir acompanhado de lesão grave ou morte.

Indexação: alteração, Lei Federal, crime hediondo, tipicidade, estupro, exclusão, necessidade, agravante, lesão corporal grave, morte.

Proposição: PL 6573/2002

Autor: Gerson Peres – PPB/PA

Data de Apresentação: 17/04/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Altera a redação de dispositivos constantes dos arts. 75, 83, 157, 159 e 223, do Decreto-Lei nº 2.848, de 17 de dezembro de 1940, que dispõe sobre o Código Penal Brasileiro.

Explicação da Ementa: Aumentando a pena máxima para 35 (trinta e cinco) anos, nos casos de roubo, seqüestro e estupro seguidos de morte.

Indexação: Alteração, Código Penal, agravação penal, aumento, pena máxima, pena privativa de liberdade, seqüestro, roubo, estupro, crime contra os costumes, morte, vítima, crime inafiançável, ausência, anistia, graça, indulto, substituição, pena, concessão, benefício, livramento condicional, cumprimento, total, período, pena de reclusão, regime fechado.

Proposição: PL 6586/2002

Autor: Pedro Celso – PT/DF

Data de Apresentação: 17/04/2002

Situação: CCJC: Tramitando em conjunto.

Ementa: Dispõe sobre a ação penal pública condicionada nos crimes contra os costumes.

Indexação: alteração, Código Penal, definição, ação penal pública condicionada, representação, crime contra os costumes, crime contra a liberdade sexual, sedução, corrupção de menores, rapto, abuso sexual, exploração sexual.

Proposição: PL 6135/2002

Autor: Socorro Gomes/PA

Data de Apresentação: 26/02/2002

Situação: CFT: Tramitando em conjunto.

Ementa: Dispõe sobre a destinação de 30% (trinta por cento) das habitações produzidas para famílias de baixa renda, às mulheres chefes de família.

Indexação: destinação, percentagem, residência, habitação popular, construção, casa própria, população, baixa renda, beneficiário, mulher, chefe, família.

Proposição: PL 6296/2002

Autor: Magno Malta/ES

Data de Apresentação: 13/03/2002

Situação: CCP: Tramitando em conjunto.

Ementa: Proíbe a fertilização de óvulos humanos com material genético proveniente de células de doador do gênero feminino.

Indexação: proibição, inseminação artificial, técnica, reprodução humana, utilização, material genético, doador, mulher, sexo feminino, infração, pena de detenção, Lei Federal, biossegurança.

Proposição: PL 6836/2002

Autor: Pompeo de Mattos – PDT/RS

Data de Apresentação: 21/05/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Cria o serviço de atendimento e tratamento da endometriose e da fertilização *in vitro*, na forma que menciona.

Indexação: competência, SUS, criação, serviço, atendimento, tratamento médico, mulher, inseminação artificial, reprodução humana.

Proposição: PL 6505/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 09/04/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Modifica dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Explicação da Ementa: Fixando a pena mínima do crime de falsidade ideológica, 1 (um) ano, para quem falsificar ou alterar registro civil de filho de relação extraconjugal.

Indexação: alteração, Código Penal, fixação, penalidade, crime, falsidade ideológica, falsificação, adulteração, registro de nascimento, filho ilegítimo.

Proposição: PL 6576/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 17/04/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Modifica dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de junho de 1973, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Incluindo o regime de visita dos filhos menores na petição da separação consensual.

Indexação: alteração, Código de Processo Civil, inclusão, petição, separação consensual, acordo, cônjuge, regime, visita, filho, assistência.

Proposição: PL 6754/2002

Autor: Nair Xavier Lobo – PMDB/GO

Data de Apresentação: 08/05/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Altera a redação do art. 1.121 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.

Explicação da Ementa: Estabelecendo que a petição da separação consensual deverá conter a regulamentação do direito da visita aos filhos menores.

Indexação: alteração, Código de Processo Civil, conteúdo, petição, separação consensual, regulamentação, direitos, visita, cônjuge, filho, menor.

Proposição: PL 7236/2002

Autor: Severino Cavalcanti – PPB/PE

Data de Apresentação: 21/10/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Institui o “Salário Mãe-Crecheira”, destinado às mães carentes, com filhos menores de seis anos.

Indexação: criação, salário, mãe, pessoa carente, valor, salário mínimo, limite de idade, filho.

Proposição: PL 6076/2002

Autor: Ana Corso PT/RS

Data de Apresentação: 20/02/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984, que trata da execução penal.

Explicação da Ementa: Possibilitando a transferência da gestante presa a unidade hospitalar para atendimento médico 4 (quatro) semanas antes do parto.

Indexação: alteração, Lei de Execução Penal, transferência, preso, mulher, gestante, prazo determinado, anterioridade, parto, assistência médico hospitalar, hospital, maternidade.

Proposição: PL 6559/2002

Autor: Luiz Ribeiro – PSDB/RJ

Data de Apresentação: 16/04/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Institui, junto aos hospitais da rede pública e privada, o direito à gestante de acompanhante nas enfermarias após o parto e dá outras providências.

Indexação: direitos, mulher, gestante, acompanhamento, pessoas, sexo feminino, prazo, posterioridade, parto, permanência, enferma-

ria, hospital, hipótese, instituição hospitalar, instituição particular, ausência, ônus, paciente.

Proposição: PL 6696/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 07/05/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Modifica dispositivo do Código Penal, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Considerando como circunstância agravante os crimes contra a mulher gestante. NOTA: O art. 44 do Código Penal passou a ser numerado como art. 61.

Indexação: alteração, Código Penal, agravação penal, circunstância agravante, aumento, pena, crime, vítima, mulher, gestante, gravidez.

Proposição: PL 6807/2002

Autor: Ivan Paixão – PPS/SE

Data de Apresentação: 15/05/2002

Situação: CSSF: Tramitando em conjunto.

Ementa: Dispõe sobre a notificação compulsória das mortes maternas ocorridas durante a gravidez, o parto ou o puerpério, por complicações desses estados ou devidos a doenças preexistentes e agravadas por eles, em toda a rede de serviços de saúde do Brasil.

Indexação: obrigatoriedade, serviço de saúde, notificação, morte, gestante, mãe, gravidez, parto, estado puerperal, prevenção, mortalidade materna.

Proposição: PL 7184/2002

Autor: Eni Voltolini – PPB/SC

Data de Apresentação: 28/08/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Acrescenta à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, o art. 391-A para dispor sobre a estabilidade provisória da gestante.

Indexação: alteração, legislação trabalhista, CLT, estabilidade provisória, trabalhador, gestante, confirmação, gravidez, empregador, ciente.

Proposição: PL 6186/2002

Autor: Nair Xavier Lobo PMDB/GO

Data de Apresentação: 28/02/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Modifica a redação do art. 1º da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989.

Explicação da Ementa: Incluindo como crime a discriminação ou preconceito contra a orientação sexual.

Indexação: alteração, Lei Federal, definição, crime, discriminação, inclusão, penalidade, infrator, vítima, orientação sexual, homossexual, homem, mulher.

Proposição: PL 6840/2002

Autor: CEVIOLEN

Data de Apresentação: 22/05/2002

Situação: CTASP: Tramitando em conjunto.

Ementa: Proíbe a inclusão de cláusulas discriminatórias quanto à orientação sexual do candidato, em editais para a prestação de concursos públicos.

Indexação: proibição, edital, concurso público, inclusão, cláusula, discriminação, candidato, orientação sexual, impedimento, investidura, emprego público, cargo público, participação, licitação, prestação de serviço.

Proposição: PL 6567/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL /RJ

Data de Apresentação: 16/04/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Revoga o art. 35 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941.

Explicação da Ementa: Revogando o dispositivo que limita o direito de queixa da mulher casada.

Indexação: alteração, revogação, dispositivos, Código de Processo Penal, proibição, mulher casada, representação, processo judicial, direito de queixa, inexistência, autorização, consentimento, marido, cônjuge.

Proposição: PL 6043/2002

Autor: Pompeo de Mattos – PDT/RS

Data de Apresentação: 19/02/2002

Situação: CCJC: Aguardando parecer.

Ementa: Assegura ao recém-nascido o direito de realização de exames de identificação de catarata congênita e dá outras providências.

Indexação: garantia, recém-nascido, realização, exame médico, diagnóstico, problema, visão, córnea, doença congênita, hospital, maternidade, responsabilidade, médico, especialista, prazo determinado, cirurgia, encaminhamento, instituição hospitalar, particular, convênio, SUS, criação, banco de dados, informações, relatório, esclarecimentos, responsável, menor, conduta.

Proposição: PL 6548/2002

Outros números: SUG 12/2001 CLP

Autor: Comissão de Legislação Participativa

Data de Apresentação: 12/04/2002

Situação: CSSF: Tramitando em conjunto.

Ementa: Altera as Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para dispor sobre as regras de contribuição e de benefícios de trabalhador rural.

Indexação: alteração, Lei Federal, Plano de Benefícios, Previdência Social, Lei Orgânica, Seguridade Social, definição, segurado obrigatório, segurado especial, produtor rural, parceiro, meeiro, comodatário, usufrutuário, posseiro, atividade extrativista, arrendatário, garimpeiro, pescador artesanal, atividade agropecuária, economia familiar, inscrição, empregado rural, atividade sazonal, cooperativa, fixação, alíquota, contribuição previdenciária, salário-de-contribuição, percentagem, receita bruta, comercialização, produção, base de cálculo, renda mensal, benefício previdenciário, acidente do trabalho, salário benefício, isenção, contribuição, falta,

produção rural, calamidade pública, força maior, prazo, carência, aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez, auxílio doença, pensão previdenciária, salário maternidade, documento, comprovação, declaração, empregador, recibo, salário, contrato coletivo de trabalho, cartão magnético, identificação, manutenção, segurado, Regime Geral de Previdência Social, mandato eletivo, cargo em comissão, revogação, dispositivos, legislação.

Proposição: PL 6951/2002

Autor: Pompeo de Mattos – PDT/RS

Data de Apresentação: 11/06/2002

Situação: CSSF: Aguardando parecer.

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade do exame de Emissões Oto-acústicas Evocadas (código 51. 01. 039 – AMB), conhecido como “Teste da Orelhinha”, nas unidades públicas e privadas do Sistema Único de Saúde ou conveniadas e dá outras providências.

Indexação: obrigatoriedade, maternidade, hospital, convênio, SUS, gratuidade, realização, exame médico, avaliação, teste, audição, recém nascido, prevenção, reabilitação, surdo.

Proposição: PL 7078/2002

Outros números: MSC 653/2002

Autor: Executivo Federal

Data de Apresentação: 29/07/2002

Situação: GTCL: Aguardando recebimento.

Ementa: Consolida a legislação que dispõe sobre os Planos de Benefícios e Custeio da Previdência Social e sobre a organização da Seguridade Social.

Indexação: consolidação legislativa, legislação previdenciária, plano de benefícios, custeio, Previdência Social, organização, Seguridade Social, definição, Regime Geral de Previdência Social, segurado obrigatório, empregado, trabalhador avulso, contribuinte, empresa individual, segurado especial, segurado facultativo, dependente, beneficiário, inscrição, Carteira de Identificação e Contribuição, benefício de prestação continuada, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial,

pensão previdenciária, abono anual, auxílio doença, salário-família, salário-maternidade, auxílio acidente, auxílio reclusão, serviço social, reabilitação profissional, período, carência, valor, benefício previdenciário, salário benefício, renda mensal, reajustamento, salário-de-contribuição, compensação financeira, INSS, regime, origem, retificação, dados, CNIS, benefício, legislação especial, ex-combatente, seringueiro, soldado, borracha, pensão especial, portador, deficiência física, Síndrome da Talidomida, complementação, aposentadoria, ferroviário, RFFSA, DCT. – Normas, plano, custeio, financiamento, Orçamento da Seguridade Social, receita, encargos previdenciários da União, contribuição social, empregador, trabalhador, empregado doméstico, trabalhador avulso, concurso de prognóstico, isenção, contribuição previdenciária, instituição beneficente, entidade de fins filantrópicos, substituição, SIMPLES, microempresa, pequena empresa, instituição empresarial, instituição esportiva, jogos, atleta profissional, futebol, empregador rural, pessoa jurídica, agroindústria, consórcio, produtor rural, pessoa física, empresa de prestação de serviço, terceirização, salário-de-contribuição, arrecadação, recolhimento, contribuição, responsabilidade solidária, empresa, matéria previdenciária, competência, Secretaria da Receita Federal, fiscalização, contabilidade, cobrança, débito previdenciário, parcelamento, dívida, crédito previdenciário, restituição, pagamento indevido, matrícula, empresa, CNPJ, certidão negativa, indisponibilidade, recursos orçamentários, órgão público, devedor, sindicato, denúncia, infração, penalidade, multa.—Organização, Sistema Nacional, Seguridade Social, competência, composição, Conselho Nacional de Previdência Social, Conselho Nacional de Seguridade Social, Conselho Estadual, Conselho Municipal, Conselho Gestor, contribuinte, Previdência Social, Ouvidoria, convênio, contrato, credenciamento, ato internacional, prazo, prescrição, crédito previdenciário, benefício previdenciário, execução judicial, MPAS, revogação, legislação previdenciária.

Proposição: PL 7408/2002

Autor: Euler Moraes – PMDB GO

Data de Apresentação: 03/12/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Altera as Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para assegurar o direito aos benefícios previdenciários para os aposentados pelo Regime Geral de Previdência Social que permanecem em atividade ou a ela retornam.

Indexação: alteração, Lei Orgânica da Seguridade Social, Lei Federal, plano de benefícios, Previdência Social, garantia, aposentado, retorno, permanência, atividade, emprego, direitos, cumulatividade, benefício previdenciário, segurado obrigatório, recebimento, aposentadoria, auxílio doença, abono de permanência em serviço, salário maternidade.

Proposição: PL 6806/2002

Autor: Ivan Paixão – PPS/SE

Data de Apresentação: 15/05/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a notificação compulsória dos casos de desnutrição por toda a rede de serviços de saúde existente no Brasil.

Indexação: obrigatoriedade, serviço de saúde, notificação, desnutrição, criança, código, classificação, doença, prevenção, mortalidade infantil.

Proposição: PL 6504/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 09/04/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Modifica dispositivo da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Explicação da Ementa: Dispondo que o registro de todo nascimento que ocorrer no território nacional, seja feito no local do parto ou domicílio da mãe, no prazo de 15 dias, ampliando para 3 meses para lugares distantes 30Km da sede do cartório.

Indexação: alteração, Lei Federal, registro público, obrigatoriedade, registro de nascimento, território nacional, local, parto, domicílio, mãe, aumento, prazo, limitação, distância, cartório.

Proposição: PL 6048/2002

Autor: Alberto Fraga – PMDB/DF

Data de Apresentação: 19/02/2002

Situação: CCJC: Pronta para Pauta.

Ementa: Acrescenta o § 3º ao art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, determinando que os estabelecimentos penais destinados às mulheres tenham por efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino.

Indexação: alteração, Lei de Execução Penal, exigência, estabelecimento penal, presídio, mulher, segurança interna, agente, sexo feminino, caráter excepcional, utilização, guarda, sexo masculino.

Proposição: PL 6673/2002

Outros números: MSC 255/2002

Autor: Poder Executivo

Data de Apresentação: 06/05/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Cria a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, e dá outras providências.

Indexação: criação, Secretaria de Estado, direitos, mulher, vinculação, (MJ), cargo de natureza especial, Secretário de Estado, remuneração, cargo em comissão, (DAS), preenchimento, pessoal, Executivo.

Proposição: PL 6894/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 04/06/2002

Situação: CCJC: Tramitando em conjunto.

Ementa: Modifica dispositivos da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Considerando crime hediondo os crimes de corrupção de menores, genocídio e pedofilia, ou seja, a utilização de crianças e adolescentes em produções artísticas que contenham pornografia e sexo explícito; prevendo a agravação penal se a vítima for menor de 14 anos.

Indexação: alteração, Lei Federal, crime hediondo, inclusão, corrupção de menores, genocídio, utilização, menor, adolescente,

pornografia, sexo, teatro, filme, televisão, publicação, fotografia, pedofilia, agravação penal, vítima, criança, adolescente, limite de idade.

Proposição: PL 6252/2002

Autor: Carlos Nader – PFL/RJ

Data de Apresentação: 12/03/2002

Situação: CSSF: Aguardando parecer.

Ementa: Autoriza o Poder Executivo a criar, em nível nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher.

Indexação: autorização, Executivo, criação, número, telefone, denúncia, violência, mulher, gratuidade, acesso, ligação, divulgação, emissora, rádio, televisão.

Proposição: PL 7024/2002

Autor: Comissão Mista Temporária destinada a, no prazo de 60 dias, levantar e diagnosticar as causas e efeitos da violência que assola o País, ouvindo-se, para tanto, governadores de estados, secretários de segurança pública, comandantes das polícias civis e militares, diretores de presídios e outros especialistas e autoridades ligados à área e requisitando-se cópia de todas as proposições em tramitação em ambas as Casas, para consolidá-las em uma única proposta de emenda à Constituição ou em um único projeto de lei, conforme o caso, com vista a uma tramitação em ritmo acelerado tanto na Câmara como no Senado.

Data de Apresentação: 21/06/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Acrescenta o art. 232-A e o parágrafo único ao art. 239; modifica os arts. 236, 241, 242 e 243 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Fixando a pena de reclusão para a pessoa, pais ou responsáveis que utilizarem menores para mendigar (pedir esmola) nas ruas; aumentando as penas para os casos de: embaraço da ação da autoridade judiciária; emprego de violência no tráfico de crianças; utilização de menores para divulgação, em qualquer

meio, de pornografia e sexo explícito; venda de produtos nocivos à saúde e venda de armas e munições.

Indexação: alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, fixação, pena de reclusão, pais, responsável, tutor, curador, exploração, criança, adolescente, mendigo, auxílio suplementar, renda familiar, agravação penal, riscos, saúde, concurso de agentes, habitualidade, aumento, pena, crime, impedimento, exercício, autoridade judicial, utilização, violência, fraude, tráfico, menor, fotografia, publicação, divulgação, sexo, pornografia, fornecimento, arma de fogo, munição, venda, produto químico, nocividade, dependência física, dependência psíquica.

Proposição: EMR 1 CSSF => PL 6531/2002

Autor: Maria Helena – PPS/RR

Data de Apresentação: 20/11/2003

Ementa: Art. 1º Fica estabelecido que o Ministério da Saúde deverá incluir o exame de mamografia na assistência oferecida pelos Centros de Referência para Tratamento da Saúde da Mulher, e na falta deste em unidades de saúde de pequena e média complexidade, dos municípios-pólo.

Proposição: EMR 2 CSSF => PL 6531/2002

Autor: Maria Helena – PPS/RR

Data de Apresentação: 20/11/2003

Ementa: Dispõe sobre a inclusão do exame de mamografia nos Centros de Referência para Tratamento da Saúde da Mulher, e na falta destes em unidades de saúde de pequena e média complexidade, dos municípios-pólo.

Proposição: INC 3422/2002

Autor: Vanessa Grazziotin – PCdoB/AM

Data de Apresentação: 11/06/2002

Situação: MESA: Enviada ao Arquivo; CCP: Aguardando originais para envio ao Arquivo.

Ementa: Sugere medidas urgentes de investigação, acerca das denúncias de tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para prosti-

tuição, na fronteira da Amazônia, conforme pesquisa realizada pela Organização dos Estados Americanos – OEA, noticiada na revista *IstoÉ*, edição nº 1705, de 5/6/2002.

Indexação: MJ, investigação, denúncia, tráfico, mulher, criança, adolescente, prostituição, faixa de fronteira, Estado, AM, pesquisa, OEA.

Proposição: INC 3303/2002

Autor: Marcos Afonso – PT/AC

Data de Apresentação: 19/04/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Sugere a adoção de procedimentos para identificação de recém-nascidos em hospitais.

Indexação: MS, procedimento, identificação, recém-nascido, maternidade, hospital, prevenção, troca, criança.

Proposição: INC 3603/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 27/08/2002

Situação: MESA: Arquivada; CCP: Aguardando originais para envio ao Arquivo.

Ementa: Sugere ao Ministério da Saúde a inclusão do Município de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro, no Programa Humanização no Pré-Natal e Nascimento.

Indexação: MS, inclusão, Município, Angra dos Reis, RJ, programa, acompanhamento, exame pré-natal, nascimento, parto.

Proposição: INC 3604/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 27/08/2002

Situação: MESA: Enviada ao Arquivo; CCP: Aguardando originais para envio ao Arquivo.

Ementa: Sugere ao Ministério da Saúde a inclusão do Município de Arraial do Cabo, no Estado do Rio de Janeiro, no Programa Humanização no Pré-Natal e Nascimento.

Indexação: MS, inclusão, Município, Arraial do Cabo, RJ, programa, acompanhamento, exame pré-natal, nascimento, parto.

Proposição: INC 3605/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 27/08/2002

Situação: MESA: Enviada ao Arquivo; CCP: Aguardando originais para envio ao Arquivo.

Ementa: Sugere ao Ministério da Saúde a inclusão do Município de Barra Mansa no Estado do Rio de Janeiro, no Programa Humanização no Pré-Natal e Nascimento.

Indexação: MS, inclusão, Município, Barra Mansa, RJ, programa, acompanhamento, exame pré-natal, nascimento, parto.

Proposição: INC 3606/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 27/08/2002

Situação: MESA: Enviada ao Arquivo; CCP: Aguardando originais para envio ao Arquivo.

Ementa: Sugere ao Ministério da Saúde a inclusão do Município de Cabo Frio no Estado do Rio de Janeiro, no Programa Humanização no Pré-Natal e Nascimento.

Indexação: MS, inclusão, Município, Cabo Frio, RJ, programa, acompanhamento, exame pré-natal, nascimento, parto.

Proposição: INC 3607/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 27/08/2002

Situação: MESA: Enviada ao Arquivo; CCP: Aguardando originais para envio ao Arquivo.

Ementa: Sugere ao Ministério da Saúde a inclusão do Município de Cantagalo, no Estado do Rio de Janeiro, no Programa Humanização no Pré-Natal e Nascimento.

Indexação: MS, inclusão, Município, Cantagalo, RJ, programa, acompanhamento, exame pré-natal, nascimento, parto.

Proposição: INC 3608/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 27/08/2002

Situação: MESA: Enviada ao Arquivo; CCP: Aguardando originais para envio ao Arquivo.

Ementa: Sugere ao Ministério da Saúde a inclusão do Município de Cardoso Moreira, no Estado do Rio de Janeiro, no Programa Humanização no Pré-Natal e Nascimento.

Indexação: MS, inclusão, Município, Cardoso Moreira, RJ, programa, acompanhamento, exame pré-natal, nascimento, parto.

Proposição: INC 3609/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 27/08/2002

Situação: MESA: Enviada ao Arquivo; CCP: Aguardando originais para envio ao Arquivo.

Ementa: Sugere ao Ministério da Saúde a inclusão do Município de Carmo, no Estado do Rio de Janeiro, no Programa Humanização no Pré-Natal e Nascimento.

Indexação: MS, inclusão, Município, Carmo, RJ, programa, acompanhamento, exame pré-natal, nascimento, parto.

Proposição: INC 3610/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 27/08/2002

Situação: MESA: Enviada ao Arquivo; CCP: Aguardando originais para envio ao Arquivo.

Ementa: Sugere ao Ministério da Saúde a inclusão do Município de Casimiro de Abreu, no Estado do Rio de Janeiro, no Programa Humanização no Pré-Natal e Nascimento.

Indexação: MS, inclusão, Município, Casimiro de Abreu, RJ, programa, acompanhamento, exame pré-natal, nascimento, parto.

Proposição: INC 3611/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 27/08/2002

Situação: MESA: Enviada ao Arquivo; CCP: Aguardando originais para envio ao Arquivo.

Ementa: Sugere ao Ministério da Saúde a inclusão do Município de Cordeiro, no Estado do Rio de Janeiro, no Programa Humanização no Pré-Natal e Nascimento.

Indexação: MS, inclusão, Município, Cordeiro, RJ, programa, acompanhamento, exame pré-natal, nascimento, parto.

Proposição: INC 3612/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 27/08/2002

Situação: MESA: Enviada ao Arquivo; CCP: Aguardando originais para envio ao Arquivo.

Ementa: Sugere ao Ministério da Saúde a inclusão do Município de Iguaba Grande, no Estado do Rio de Janeiro, no Programa Humanização no Pré-Natal e Nascimento.

Indexação: MS, inclusão, Município, Iguaba Grande, RJ, programa, acompanhamento, exame pré-natal, nascimento, parto.

Proposição: INC 3613/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 27/08/2002

Situação: MESA: Enviada ao Arquivo; CCP: Aguardando originais para envio ao Arquivo.

Ementa: Sugere ao Ministério da Saúde a inclusão do Município de Itaboraí no Estado do Rio de Janeiro, no Programa Humanização no Pré-Natal e Nascimento.

Indexação: MS, inclusão, Município, Itaboraí, RJ, programa, acompanhamento, exame pré-natal, nascimento, parto.

Proposição: INC 3614/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 27/08/2002

Situação: MESA: Enviada ao Arquivo; CCP: Aguardando originais para envio ao Arquivo.

Ementa: Sugere ao Ministério da Saúde a inclusão do Município de Italva, no Estado do Rio de Janeiro, no Programa Humanização no Pré-Natal e Nascimento.

Indexação: MS, inclusão, Município, Italva, RJ, programa, acompanhamento, exame pré-natal, nascimento, parto.

Proposição: INC 3615/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 27/08/2002

Situação: MESA: Enviada ao Arquivo; CCP: Aguardando originais para envio ao Arquivo.

Ementa: Sugere ao Ministério da Saúde a inclusão do Município de Itaperuna, no Estado do Rio de Janeiro, no Programa Humanização no Pré-Natal e Nascimento.

Indexação: MS, inclusão, Município, Itaperuna, RJ, programa, acompanhamento, exame pré-natal, nascimento, parto.

Proposição: INC 3616/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 27/08/2002

Situação: MESA: Arquivada; CCP: Aguardando originais para envio ao Arquivo.

Ementa: Sugere ao Ministério da Saúde a inclusão do Município de Sumidouro no Estado do Rio de Janeiro, no Programa Humanização no Pré-Natal e Nascimento.

Indexação: MS, inclusão, Município, Sumidouro, RJ, programa, acompanhamento, exame pré-natal, nascimento, parto.

Proposição: INC 3633/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 05/11/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Sugere ao Ministério da Saúde a inclusão do Município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, no Programa Humanização no Pré-Natal e Nascimento.

Indexação: MS, inclusão, Município, São Gonçalo, RJ, programa, acompanhamento, exame pré-natal, nascimento, parto, gestante.

Proposição: INC 3634/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 05/11/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Sugere ao Ministério da Saúde a inclusão do Município de São Pedro da Aldeia, no Estado do Rio de Janeiro, no Programa Humanização no Pré-Natal e Nascimento.

Indexação: MS, inclusão, Município, São Pedro da Aldeia, RJ, programa, acompanhamento, exame pré-natal, nascimento, parto, gestante.

Proposição: INC 3635/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 05/11/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Sugere ao Ministério da Saúde a inclusão do Município de Silva Jardim, no Estado do Rio de Janeiro, no Programa Humanização no Pré-Natal e Nascimento.

Indexação: MS, inclusão, Município, Silva Jardim, RJ, programa, acompanhamento, exame pré-natal, nascimento, parto, gestante.

Proposição: INC 3636/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 05/11/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Sugere ao Ministério da Saúde a inclusão do Município de Trajano de Moraes, no Estado do Rio de Janeiro, no Programa Humanização no Pré-Natal e Nascimento.

Indexação: MS, inclusão, Município, Trajano de Moraes, RJ, programa, acompanhamento, exame pré-natal, nascimento, parto, gestante.

Proposição: INC 3637/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 05/11/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Sugere ao Ministério da Saúde a inclusão do Município de Natividade, no Estado do Rio de Janeiro, no Programa Humanização no Pré-Natal e Nascimento.

Indexação: MS, inclusão, Município, Natividade, RJ, programa, acompanhamento, exame pré-natal, nascimento, parto, gestante.

Proposição: INC 3638/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 05/11/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Sugere ao Ministério da Saúde a inclusão do Município de Miracema, no Estado do Rio de Janeiro, no Programa Humanização no Pré-Natal e Nascimento.

Indexação: MS, inclusão, Município, Miracema, RJ, programa, acompanhamento, exame pré-natal, nascimento, parto, gestante.

Proposição: INC 3639/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 05/11/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Sugere ao Ministério da Saúde a inclusão do Município de Marica, no Estado do Rio de Janeiro, no Programa Humanização no Pré-Natal e Nascimento.

Indexação: MS, inclusão, Município, Maricá, RJ, programa, acompanhamento, exame pré-natal, nascimento, parto, gestante.

Proposição: INC 3640/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 05/11/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Sugere ao Ministério da Saúde a inclusão do Município de Macuco, no Estado do Rio de Janeiro, no Programa Humanização no Pré-Natal e Nascimento.

Indexação: MS, inclusão, Município, Macuco, RJ, programa, acompanhamento, exame pré-natal, nascimento, parto, gestante.

Proposição: INC 3641/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 06/11/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Sugere ao Ministério da Saúde a inclusão do Município de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, no Programa Humanização no Pré-Natal e Nascimento.

Indexação: MS, inclusão, Município, Niterói, RJ, programa, acompanhamento, exame pré-natal, nascimento, parto.

Proposição: INC 3642/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 06/11/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Sugere ao Ministério da Saúde a inclusão do Município de Porciúncula, no Estado do Rio de Janeiro, no Programa Humanização no Pré-Natal e Nascimento.

Indexação: MS, inclusão, Município, Porciúncula, RJ, programa, acompanhamento, exame pré-natal, nascimento, parto.

Proposição: INC 3643/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 06/11/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Sugere ao Ministério da Saúde a inclusão do Município de Rio Bonito, no Estado do Rio de Janeiro, no Programa Humanização no Pré-Natal e Nascimento.

Indexação: MS, inclusão, Município, Rio Bonito, RJ, programa, acompanhamento, exame pré-natal, nascimento, parto.

Proposição: INC 3644/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 06/11/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Sugere ao Ministério da Saúde a inclusão do Município de Rio das Flores, no Estado do Rio de Janeiro, no Programa Humanização no Pré-Natal e Nascimento.

Indexação: MS, inclusão, Município, Rio das Flores, RJ, programa, acompanhamento, exame pré-natal, nascimento, parto.

Proposição: INC-3645/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 06/11/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Sugere ao Ministério da Saúde a inclusão do Município de São Francisco de Itabapoana, no Estado do Rio de Janeiro, no Programa Humanização no Pré-natal e Nascimento.

Indexação: MS, inclusão, Município, São Francisco de Itabapoana, RJ, programa, acompanhamento, exame pré-natal, nascimento, parto.

Proposição: INC 3646/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 06/11/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Sugere ao Ministério da Saúde a inclusão do Município de Saquarema, no Estado do Rio de Janeiro, no Programa Humanização no Pré-Natal e Nascimento.

Indexação: MS, inclusão, Município, Saquarema, RJ, programa, acompanhamento, exame pré-natal, nascimento, parto.

Proposição: INC 3647/2002

Autor: José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 06/11/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Sugere ao Ministério da Saúde a inclusão do Município de Tanguá, no Estado do Rio de Janeiro, no Programa Humanização no Pré-Natal e Nascimento.

Indexação: MS, inclusão, Município, Tanguá, RJ, programa, acompanhamento, exame pré-natal, nascimento, parto.

Proposição: INC 3075/2002

Autor: Paulo Lima PFL/SP

Data de Apresentação: 06/03/2002

Situação: MESA: Arquivada.

EMENTA: Sugere ao Poder Executivo, (TEXTO TRUNCADO) relativa à criação de Secretaria Especial destinada ao combate contra tráfico de mulheres.

INDEXAÇÃO: Casa Civil, Presidência da República, criação, secretaria especial, combate, tráfico internacional, mulher.

Proposição: MSC 48/2002

Autor: Poder Executivo

Data de Apresentação: 31/01/2002

Situação: PLEN: Outros.

EMENTA: Submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional e seus dois Protocolos, relativos ao Combate ao Tráfico de Migrantes por via Terrestre, Marítima e Aérea e à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, celebrados em Palermo, em 15 de dezembro de 2000.

INDEXAÇÃO: solicitação, apreciação, ato internacional, Convenção Internacional, ONU, combate, crime organizado, lavagem de dinheiro, corrupção, confisco de bens, tráfico internacional, migrante, transporte, via terrestre, via marítima, via aérea, prevenção, repressão, punição, tráfico, pessoas, mulher, criança, país, Brasil, país estrangeiro, exterior.

Proposição: MSC 447/2002

Autor: Poder Executivo

Data de Apresentação: 11/06/2002

EMENTA: Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo que modifica o Acordo de Seguridade Social de 1993 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, celebrado em Arica, República do Chile, em 20 de março de 2002.

INDEXAÇÃO: solicitação, apreciação, alteração, ato internacional, acordo internacional, seguridade social, país, Brasil, país estrangeiro, Chile, assistência médica, cálculo, benefício previdenciário, seguro

social, segurado, auxílio-doença, auxílio-natalidade, aposentadoria por invalidez, pensão previdenciária.

Proposição: PEC 571/2002

Autor: Deputado Paulo Lima – PMDB/SP

Data de Apresentação: 29/10/2002

Situação: CCJC: Aguardando designação de Relator.

Ementa: Acrescenta o inciso LXXVIII ao art. 5º da Constituição Federal.

Explicação da Ementa: Dispondo que a vida do nascituro se inicia com a concepção e serão punidas, severamente, as práticas que resultem em sua morte, sofrimento ou mutilação, na forma da lei; alterando a nova Constituição Federal.

Indexação: alteração, Constituição Federal, direitos e garantias fundamentais, direito à vida, nascituro, embrião, concepção, penalidade, morte, aborto, mutilação, definição, Lei Federal, realização, pesquisa, desenvolvimento científico

Proposição: PEC 584/2002

Autor: Deputado Jair Bolsonaro – PPB/RJ

Data de Apresentação: 05/12/2002

Situação: CCJC: Pronta para pauta.

Ementa: Dá nova redação ao § 7º do art. 226 da Constituição Federal.

Explicação da Ementa: Estabelecendo a responsabilidade do Estado para prover recursos educacionais, materiais e científicos necessários ao planejamento familiar, inclusive com a realização de vasectomia e laqueadura de trompas para maiores de 21 anos. Alterando a Nova Constituição Federal.

Indexação: alteração, Constituição Federal, Ordem Social, responsabilidade, Poder Público, facilitação, acesso, informações, educação, método científico, planejamento familiar, realização, cirurgia, vasectomia, laqueadura de trompas, homem, mulher, limite de idade, maioridade.

Proposição: PEC 510/2002

Autor: Deputado Dr. Rosinha – PT/PR

Data de Apresentação: 03/04/2002

Situação: CCJC: Pronta para pauta.

Ementa: Inclui § 11 no art. 37 e § 5º no art. 41 da Constituição Federal.

Explicação da Ementa: Proibindo a exoneração da servidora gestante, admitida para o exercício de cargo em comissão de livre nomeação e da servidora de cargo efetivo durante o transcurso do interstício, desde a confirmação, da gravidez até cinco meses após o parto; alterando a nova Constituição Federal.

Indexação: alteração, Constituição Federal, Administração Pública, proibição, exoneração, servidor, cargo em comissão, cargo efetivo, interstício, mulher, gestante, prazo, confirmação, gravidez, parto, garantia, estabilidade provisória.

Proposição: PEC 553/2002

Autor: Deputado Paulo Lima – PMDB/SP

Data de Apresentação: 19/06/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Acrescenta o inciso LXXVIII ao art. 5º da Constituição Federal.

Explicação da Ementa: Dispondo sobre o direito do embrião ou feto ao dom precioso da vida; alterando a nova Constituição Federal.

Indexação: alteração, Constituição Federal, Direitos e Garantias Fundamentais, direitos, embrião, vida, início, concepção, fertilidade, Lei Federal, fixação, penalidade, interrupção, gravidez, morte, mutilação, nasciturno, pesquisa, desenvolvimento científico.

Proposição: PEC 497/2002

Autor: Deputado Dr. Gomes

Data de Apresentação: 11/03/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dá nova redação ao § 7º do art. 201 da Constituição Federal, para reduzir os limites de idade e de contribuição para aposentadoria no Regime Geral de Previdência Social.

Explicação da Ementa: Reduzindo para 31 (trinta e um) anos de contribuição e 61 (sessenta e um) de idade, se homem, e 26 (vinte

e seis) de contribuição e 56 (cinquenta e seis) de idade, se mulher; alterando a nova Constituição Federal.

Indexação: alteração, Constituição Federal, Previdência Social, redução, limite de idade, prazo, contribuição previdenciária, aposentadoria, homem, mulher, segurado, Regime Geral de Previdência Social.

Proposição: PLP 337/2002

Autor: Deputado José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 06/11/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Estabelece a aposentadoria da servidora policial.

Indexação: concessão, aposentadoria especial, servidor, policial, mulher, tempo de serviço, atividade policial.

Proposição: PLP 339/2002

Autor: Deputado José Carlos Coutinho – PFL/RJ

Data de Apresentação: 06/11/2002

Situação: MESA: Devolvida ao autor.

Ementa: Institui o Fundo de Apoio ao Combate à Prostituição Infante-Juvenil – FACPI, e dá outras providências.

Indexação: criação, fundos, apoio, combate, prostituição, infância, juventude, aplicação de recursos, socialização, integração, família, criança, adolescente, vítima, violência, exploração sexual.

Proposição: REQ 9/2002 CDH

Autor: Deputado Dr. Rosinha – PT/PR

Data de Apresentação: 19/03/2002

Ementa: Requer o encaminhamento, pela Comissão de Direitos Humanos, de apelo em favor da vida da cidadã nigeriana Safiya Huseini, condenada à morte por apedrejamento pela Sharia – a lei fundamentalista islâmica, na província de Sokoto, no norte da Nigéria. Seu delito: ter uma filha fora do casamento, fruto de um estupro.

Proposição: REQ 15/2002 CDH

Autor: Deputado Orlando Fantazzini – PT/SP

Data de Apresentação: 11/04/2002

Situação: CDHM: Arquivada.

Ementa: Requer a realização de audiência pública, pela Comissão de Direitos Humanos, para o lançamento da segunda edição em português do livro *Protocolo Facultativo – Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher* – Memórias do Seminário e da Audiência Pública sobre o Protocolo Facultativo.

Proposição: REQ 19/2002 CDH

Autor: Deputado Orlando Fantazzini – PT/SP

Data de Apresentação: 12/06/2002

Situação: CDHM: Arquivada.

Ementa: Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, pela Comissão de Direitos Humanos, para tratar sobre o empedramento das mulheres e dos afrodescendentes na administração pública federal. Essa ação busca estabelecer estratégias político-jurídicas para implementar a CEDAW – Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher – e a Plataforma de Ação da Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatas, garantindo assim, o desenvolvimento e promoção das mulheres e dos afrodescendentes, como fim de estabelecer uma base de igualdade.

Proposição: REQ 13/2002 CDH

Autor: Deputado Orlando Fantazzini – PT/SP

Data de Apresentação: 11/04/2002

Situação: CDHM: Arquivada.

Ementa: Requer, nos termos regimentais, a realização da VII Caravana Nacional de Direitos Humanos, com o tema “Exploração sexual de crianças e adolescente e o trabalho infantil”.

Proposição: REQ 103/2002 CDCMAM

Autor: Deputado Luiz Ribeiro – PSDB/RJ

Data de Apresentação: 22/05/2002

Situação: CDC: Arquivada.

Ementa: Solicita sejam convidados representantes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Fundo das Nações Unidas para a

Infância (UNICEF) e do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA), para prestarem informações sobre o trabalho doméstico infantil e a exploração sexual comercial de crianças no Brasil.

Proposição: REQ 23/2002 CDH

Autor: Deputado Orlando Fantazzini – PT/SP

Data de Apresentação: 11/06/2002

Situação: CDHM: Arquivada.

Ementa: Requer a realização de gestões nos Estados de Roraima, Amazonas e Rondônia, no sentido de investigar e propor ações do Poder Público para coibir o tráfico e a exploração sexual de adolescentes brasileiras.

Proposição: RIC 4263/2002

Autor: Deputado Roland Lavigne/BA

Data de Apresentação: 21/03/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Solicita informações ao Ministério da Justiça sobre estatística criminal.

Explicação da Ementa: Ministro Aloysio Nunes.

Indexação: MJ, esclarecimentos, estatística, dados, crime, seqüestro, cárcere privado, extorsão, estupro, Estados.

Proposição: RIC 4188/2002

Autor: Deputado Fernando Coruja/SC

Data de Apresentação: 06/03/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Solicita informações ao Ministério da Saúde sobre a mortalidade infantil no Brasil e nos estados.

Explicação da Ementa: Ministro Barjas Negri.

Indexação: MS, índice, evolução, mortalidade infantil, estados.

Proposição: RIC 4349/2002

Autor: Deputado Marcos Afonso – PT/AC

Data de Apresentação: 19/04/2002

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Solicita informações sobre a atuação do Ministério da Saúde no acompanhamento da morte de recém-nascidos na maternidade de Mogi das Cruzes – São Paulo.

Explicação da Ementa: Ministro Barjas Negri.

Indexação: MS, denúncia, morte, recém-nascido, maternidade, Município, Mogi das Cruzes, SP.

Proposição: SUG 51/2002 CLP

Autor: Conselho Administrativo Municipal de Grupiara

Data de Apresentação: 06/05/2002

Situação: CLP: Arquivada.

Ementa: Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.

Proposição: SUG 61/2002 CLP

Autor: Movimento Popular Pró-Moralização no Poder Legislativo

Data de Apresentação: 28/06/2002

Situação: CLP: Arquivada.

Ementa: Inclui como beneficiária de pensão temporária a filha solteira de servidor público, maior de 21 anos e que vive sob a dependência de seu pai.

Proposição: CD PLC 102/2002

Outros Números: SF PLC 102/2002; CD PL 4610/2001

Autor: Deputada Iara Bernardi – PT/SP

Data de Apresentação: 02/12/2002

Situação: Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa.

Ementa: Dispõe sobre a linguagem inclusiva na legislação e documentos oficiais.

Indexação: normas, redação, elaboração, documento oficial, obrigatoriedade, leis, ato normativo, União Federal, estados, DF, municípios, utilização, palavra, designação, homem, proibição, extensão, mulher.

Proposição: CD PLC 103/2002

Outros Números: SF PLC 103/2002; CD PL 5172/2001

Autor: Deputada Nair Xavier Lobo – PMDB/GO

Data de Apresentação: 02/12/2002

Situação: Aguardando inclusão Ordem do Dia.

Ementa: Acrescenta dispositivo à Lei nº 10406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

Indexação: alteração, Lei Federal, divórcio, exclusão, perda, direitos, cônjuge, abandono, domicílio, justificação, urgência, riscos, integridade corporal, danos morais, filho, separação judicial, pedido, separação de corpos, exigência, comprovação, boletim, ocorrência, atividade policial.

Proposição: SF PLS 210/2002

Autor: Senador Mauro Miranda – PMDB/GO

Data de Apresentação: 21/08/2002

Situação: Matéria com a relatoria.

Ementa: Altera a Lei nº 9.313, de 13 de novembro de 1996, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de Aids, para incluir o benefício do fornecimento de leite maternizado para os filhos de mães portadoras do HIV e doentes de Aids.

Indexação: alteração, normas, Lei Federal, inclusão, dispositivos, fixação, obrigatoriedade, gratuidade, fornecimento, orientação, distribuição, leite maternizado, crianças, filhos, mães, portador, doença, HIV, AIDS, período, prazo determinado, responsabilidade, benefício, Poder Executivo, MS, gestor, SUS.

Proposição: CD PLC 75/2002

Outros Números: SF PLC 75/2002; CD PL 6035/2002

Autor: Externo – Presidência da República

Data de Apresentação: 24/06/2002

Situação: Norma jurídica gerada: LEI 10507/2002.

Ementa: Cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde e dá outras providências.

Indexação: normas, liberdade, exercício profissional, atividade profissional, agente, ação comunitária, área, saúde, exigência, critérios, profissão, execução, serviços auxiliares, atendimento, assistência

médica, atividade assistencial, âmbito, comunidade, vinculação, unidade de saúde, centro de saúde, supervisão, capacitação profissional, conclusão, ensino fundamental, ensino de primeiro grau, cursos, atividade específica, enfermagem, residência, local, atuação, habilitação profissional, prestação de serviço, atividade educativa, assistência, mulher, criança, idoso, paciente, doença transmissível, promoção, programa de saneamento, saneamento ambiental, educação alimentar, higiene, incentivo, integração social, cadastramento, controle, registro de nascimento, atestado de óbito, doença endêmica, notificação, acompanhamento, cumprimento, calendário, vacinação, fixação, jornada de trabalho, entidade, organização, disponibilidade, autorização, contratação, classe profissional, hipótese, ausência, negociação coletiva de trabalho, direitos, hora extra, adicional de serviço noturno.

Proposição: CD PLC 54/2002

Outros Números: SF PLC 54/2002; CD PL 3638/1993

Autor: Deputado Luiz Moreira – PFL/BA

Data de Apresentação: 07/06/2002

Situação: Matéria com a relatoria.

Ementa: Institui normas para a utilização de técnicas de reprodução assistida.

Indexação: fixação, normas, utilização, técnica, reprodução, vida humana, auxílio, falta, fertilidade, corpo humano, garantia, probabilidade, realização, cirurgia, prevenção, riscos, saúde, obrigatoriedade, consentimento, autorização, escrita, aprovação, cônjuge, companheiro, proibição, coleção, sexo, filho, característica, ressalva, possibilidade, doença, genética, doença hereditária, padrão genético, critérios, transferência, quantidade, ovo, embrião, prevenção, parto múltiplo, proibição, redução, requisitos, funcionamento, hospital, utilização, técnica, reprodução, critérios, preservação, diagnóstico, tratamento, embrião, doação, embrião, proibição, lucro, atividade comercial, garantia, sigilo, identidade, doador, receptor, fixação, prazo, desenvolvimento, embrião, vidro, laboratório. critérios, empréstimo, órgãos, corpo humano, gravidez, exigência, parente, ressalva, autorização, conselho regional, medicina.

Proposição: SF PLS 143/2002

Autor: Senador João Alberto Souza – PMDB/MA

Data de Apresentação: 29/05/2002

Situação: Pronto para a pauta na comissão.

Ementa: Altera o § 1º do art. 1.565 da Lei nº 10406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

Explicação da Ementa: Qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescentar, ao seu, sobrenome do outro, de forma que o sobrenome da família, adotado pelos nubentes, resulte da composição dos sobrenomes de ambos.

Indexação: alteração, legislação, acréscimo, dispositivos, inclusão, nubente, facultatividade, composição, sobrenome, cônjuge, família.

Proposição: CN MPV 37/2002

Outros Números: CN MCN 68/2002; CN PLV 20/2002

Autor: Externo – Presidência da República

Data de Apresentação: 09/05/2002

Situação: Norma jurídica gerada: LEI 10539/2002.

Ementa: Dispõe sobre a estruturação de órgãos, cria cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

Indexação: criação, secretaria de estado, direitos, mulher, âmbito, MJ. Transformação, corregedoria-geral, União Federal, âmbito, Presidência da República, criação, cargo em comissão, DAS, âmbito, Executivo, acréscimo, dispositivos, normas, autorização, servidor público civil, participação, composição, diretoria, conselho, sociedade civil, interesse público, ONG.

Proposição: CD PLC 39/2002

Outros Números: SF PLC 39/2002; CD PL 4089/1998

Autor: Deputado Enio Bacci – PDT/RS

Data de Apresentação: 26/04/2002

Situação: Aguardando inclusão Ordem do Dia.

Ementa: Dispõe sobre a prevenção dos cânceres de mama e ginecológico.

Indexação: autorização, mulher, limite de idade, nacionalidade brasileira, direitos, exame médico, prevenção, câncer, utilização gratuita, hospital, credenciamento, SUS, custo, responsabilidade, governo, exigência, comprovação, pessoa carente, atestado de pobreza.

Proposição: SF PLS 106/2002

Outros Números: CD PL 7132/2002

Autor: CN – Comissão Mista de Segurança Pública

Data de Apresentação: 24/04/2002

Situação: Remetido à Câmara dos Deputados.

Ementa: Dispõe sobre os crimes contra a pessoa, contra o patrimônio, contra os costumes, e dá outras providências.

Indexação: alteração, Código Penal, aumento, pena, crime, homicídio, homicídio qualificado, vítima, militar, policial, bombeiro militar, agente penitenciário, membros, Ministério Público, Judiciário, menor, idoso, portador de necessidade especial, agente, grupo de extermínio, organização criminosa, estrangeiro, homicídio culposo, reincidência, lesão corporal, lesão corporal grave, lesão culposa, agravação penal, exercício, profissão, médico, dentista, farmacêutico, enfermeiro, furto, roubo, transporte de carga, transporte, passageiro, ônibus, estelionato, fraude, concessionária, serviços públicos, entidade, Previdência Social, falsificação, habilitação, bilhete, cartão magnético, telefonia, televisão via cabo, crime contra a liberdade sexual, posse, atentado ao pudor, rapto, qualificação, reincidência genérica, circunstância agravante, crime culposo, adaptação, Lei Federal, crime hediondo, revogação, dispositivos, código de processo penal, protesto por novo júri.

Proposição: CD PLC 33/2002

Outros Números: SF PLC 33/2002; CD PL 809/1999

Autor: Deputada Maria Do Carmo Lara – PT/MG

Data de Apresentação: 16/04/2002

Situação: Pronto para a pauta na comissão.

Ementa: Dispõe sobre a descentralização dos recursos destinados a programas de atendimento aos desnutridos e às gestantes em risco nutricional e dá outras providências.

Indexação: normas, descentralização, programa, aleitamento materno, MS, repasse, recursos financeiros, orçamento, União Federal, municípios, atendimento, criança, gestante, desnutrição.

Proposição: SF PLS 88/2002

Autor: Senador Lúcio Alcântara – PSDB/CE

Data de Apresentação: 16/04/2002

Situação: Aguardando designação do relator.

Ementa: Altera o art. 225 do Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para adotar a ação pública e segredo de justiça nos crimes contra os costumes.

Indexação: alteração, dispositivos, Código Penal, inclusão, fixação, sigilo, segredo de justiça, identidade, penalidade, crime contra os costumes, crime contra a liberdade sexual, vítima, criança, adolescente, menoridade, ação penal pública incondicionada, mediação, lascívia, terceiros, agravação penal, pena de reclusão, multa.

Proposição: SF PLS 80/2002

Autor: Senador Carlos Bezerra – PMDB/MT

Data de Apresentação: 10/04/2002

Situação: Aguardando designação do relator.

Ementa: Altera o art. 61 da Lei nº 9099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

Indexação: alteração, normas, legislação, juizado especial cível, juizado especial criminal, inclusão, pena, punição, objetivo, redução, exclusão, prática, agressão, violência doméstica, caracterização, contravenção penal, cominação, crime, vítima, mulher, idoso, menor, matéria, competência, atuação, Justiça Federal.

Proposição: SF PLC 8/2002

Outros Números: CD PL 4493/2001

Autor: Deputada Socorro Gomes – PCdoB/PA

Data de Apresentação: 04/04/2002

Situação: Norma jurídica gerada: LEI 10778/2003.

Ementa: Estabelece a notificação compulsória da violência contra a mulher, em todo o território nacional, atendidas em serviços de saúde públicos ou privados.

Indexação: obrigatoriedade, posto de saúde, hospital, atendimento, emergência, urgência, notificação compulsória, diagnóstico, violência, mulher, exploração sexual, estupro, agressão, parente, família, preenchimento, identificação, nome, idade, cor, profissão, endereço, detalhamento, lesão, remessa, dados, documento sigiloso, MS, relação, vítima, criação, comissão, representante, fiscalização, secretaria de saúde, estados, objetivo, monitor, implantação, normas, estatística.

Proposição: CD PDS 1/2002

Outros Números: SF PDS 1/2002; CD PDC 1357/2001; CD MSG 374/2001

Autor: Comissão – Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Data de Apresentação: 05/02/2002

Situação: Norma jurídica gerada: DLG 107/2002.

Ementa: Aprova o texto do Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, assinado pelo Governo brasileiro no dia 13 de março de 2001, na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque.

Indexação: aprovação, texto, ato internacional, protocolo, convenção internacional, eliminação, discriminação, mulher, assinatura, Governo brasileiro, local, cidade, Nova Iorque, sede, ONU, país estrangeiro, EUA.

Proposição: PL 1308/2003

Autor: Comissão de Legislação Participativa

Data de Apresentação: 18/06/2003

Situação: CCJC: Aguardando deliberação.

Ementa: Altera e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Explicação da Ementa: Revogando dispositivos elencados nos crimes contra os costumes e alterando a denominação do Capítulo que trata do “Lenocínio e do Tráfico de Mulheres” para “Da Exploração e do Tráfico Sexual”, com o fim de incluir as pessoas em geral.

Indexação: alteração, Código Penal, revogação, dispositivos, extinção da punibilidade, crime, exposição, abandono, criança, re-

cém-nascido, posse, atentado ao pudor, sedução, rapto, adultério, transformação, denominação, Capítulo, exploração sexual, tráfico, pessoas, prostituição, exterior, país estrangeiro.

Proposição: PL 1754/2003

Autor: Deputado Carlos Nader – PFL/RJ

Data de Apresentação: 20/08/2003

Situação: CSSF: Aguardando parecer.

Ementa: Estabelece sanções para os pais ou responsáveis de menores abandonados nas ruas, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Caracterizando como crime a permissão, por omissão ou abandono, por parte dos pais ou responsáveis pelo pátrio poder do menor de 18 (dezoito) anos que comete ato infracional.

Indexação: alteração, Código Penal, tipicidade, crime, penalidade, pais, responsável, pátrio poder, menor, criança, adolescente, infrator, execução, ato, infração penal, motivo, omissão, abandono, redução, delinquência juvenil.

Proposição: PL 21/2003

Autor: Roberto Gouveia – PT/SP

Data de Apresentação: 18/02/2003

Situação: CSSF: Pronta para pauta.

Ementa: Suprime o art. 124 do Código Penal Brasileiro.

Explicação da Ementa: Suprimindo o artigo que caracteriza como crime o aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento; alterando o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.

Indexação: alteração, Código Penal, supressão, dispositivos, caracterização, crime, aborto, interrupção, gravidez, mulher, gestante.

Proposição: PL 849/2003

Autor: Elimar Máximo Damasceno – PRONA/SP

Data de Apresentação: 29/04/2003

Situação: CSSF: Pronta para pauta.

Ementa: Autoriza o Poder Executivo a criar central de atendimento telefônico destinada a atender denúncias de abortos clandestinos.

Indexação: autorização, Executivo, criação, serviço, central telefônica, telefone, denúncia, aborto, clandestino.

Proposição: PL 1091/2003

Autor: Deputado Durval Orlato – PT/SP

Data de Apresentação: 27/05/2003

Situação: CSSF: Pronta para pauta.

Ementa: Dispõe sobre a exigência para que hospitais municipais, estaduais e federais implantem um programa de orientação à gestante sobre os efeitos e métodos utilizados no aborto, quando este for autorizado legalmente.

Indexação: normas, exigência, hospital, autorização, realização, aborto, interrupção, gravidez, apresentação, gestante, representante legal, programa, orientação, efeito, método, retirada, embrião, utilização, equipamentos, audiovisual, opção, adoção, criança.

Proposição: PL 1459/2003

Autor: Deputado Severino Cavalcanti – PP/PE

Data de Apresentação: 09/07/2003

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação do Plenário

Situação: CSSF: Tramitando em conjunto.

Ementa: Acrescenta um parágrafo ao art. 126 do Código Penal.

Explicação da Ementa: Aplicando pena de prisão aos casos de abortos provocados em razão de anomalia na formação do feto ou "aborto eugênico".

Indexação: alteração, Código Penal, aplicação, pena de prisão, infrator, provocação, aborto, hipótese, doença incurável, deficiência, feto.

Proposição: PL 2059/2003

Autor: Deputada Maninha – PT/DF

Data de Apresentação: 24/09/2003

Situação: CSSF: Pronta para pauta.

Ementa: Disciplina o uso de laqueadura e da vasectomia, como um dos componentes do planejamento familiar no Sistema Único de Saúde, estabelece penalidade e dá outras providências.

Indexação: realização, SUS, cirurgia, laqueadura de trompas, va-sectomia, inclusão, planejamento familiar, exigência, solicitação, homem, mulher, capacidade civil, limite de idade, quantidade, filho, risco de vida, saúde, proibição, esterilização, período, parto, aborto, pessoa incapaz, autorização, procedimento, hospital público, hospital particular, convênio.

Proposição: PL 2069/2003

Autor: Deputada Kátia Abreu – PFL/TO

Data de Apresentação: 24/09/2003

Situação: CCJC: Tramitando em conjunto.

Ementa: Acrescenta parágrafo aos arts. 61 e 89 da Lei nº 9.099, 26 de setembro de 1995, nos termos que determina.

Explicação da Ementa: Excluindo da competência do Juizado Especial Criminal o julgamento dos crimes contra a vida e dos crimes contra a liberdade pessoal, tipificados no Código Penal, e os que causam lesão corporal à vítima, deixando de ser considerado como crime de menor potencial ofensivo.

Indexação: alteração, Lei Federal, Juizado Especial Cível, Juizado Especial Criminal, exclusão, competência, Juizado Especial, julgamento, crime contra a pessoa, vida humana, homicídio, incitamento, auxílio, suicídio, aborto, infanticídio, constrangimento ilegal, ameaça grave, seqüestro, cárcere privado, lesão corporal, vítima, tipicidade, Código Penal, inclusão, violência, mulher, menor, extinção, benefício, ofensor, suspensão, condicional da pena, suspensão condicional do processo.

Proposição: PL 168/2003

Autor: Deputado Carlos Nader – PFL/RJ

Data de Apresentação: 25/02/2003

Situação: PLEN: Tramitando em conjunto.

Ementa: Acrescenta os § 5º e § 6º ao art. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Explicação da Ementa: Concedendo à empregada adotante o direito à licença-maternidade de 30 (trinta) dias.

Indexação: alteração, legislação trabalhista, CLT, garantia, direitos, licença à adotante, mulher, adoção, criança, limite de idade, exigência, apresentação, certidão, adoção judicial.

Proposição: PL 354/2003

Autor: Poder Executivo

Data de Apresentação: 17/03/2003

Ementa: Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para restabelecer o pagamento, pela empresa, do salário-maternidade devido às seguradas empregada e trabalhadora avulsa gestantes.

Explicação da Ementa: Dispondo que a concessão e o pagamento do salário-maternidade devido à segurada adotante será feito diretamente pela Previdência Social.

Indexação: alteração, Lei Federal, Plano de Benefícios, Previdência Social, restabelecimento, competência, empresa, pagamento, salário-maternidade, empregado, trabalhador avulso, segurado, mulher, gestante, autorização, empregador, compensação, ressarcimento, recolhimento, contribuição previdenciária, cota patronal, competência, Previdência Social, INSS, pagamento, salário-maternidade, segurado, empregado, mulher, adotante, guarda, adoção judicial.

Proposição: PL 809/2003

Autor: Deputado Elimar Máximo Damasceno – PRONA/SP

Data de Apresentação: 23/04/2003

Situação: CSSF: Aguardando parecer.

Ementa: Dispõe sobre a assistência à mãe e ao filho gerado em decorrência de estupro.

Indexação: obrigatoriedade, prioridade, investigação policial, ação penal, crime, estupro, responsabilidade, Poder Público, gratuidade, assistência social, assistência médica, assistência psicológica, exame pré-natal, gestante, vítima, violência, orientação, encaminhamento, Defensoria Pública, procedimento, entrega, criança, adoção judicial, concessão, benefício, salário mínimo, adotante, manutenção, menor, recursos, pagamento, Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, punição, fraude, pena de reclusão, multa, devolução, valor.

Proposição: PL 890/2003

Autor: Deputado Carlos Nader – PFL/RJ

Data de Apresentação: 06/05/2003

Situação: CSSF: Aguardando parecer.

Ementa: Acrescenta os §§ 5º e 6º ao art. 51 da Lei nº 8.069, de 15 de julho de 1990.

Explicação da Ementa: Estabelecendo que o adotado por estrangeiro será submetido a exame para avaliar sua capacidade física e psíquica, antes de sua saída do Brasil; obrigando o adotante a enviar à autoridade judicial brasileira o resultado dos exames periódicos até que o adotado complete 16 (dezesseis) anos.

Indexação: alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, obrigatoriedade, realização, exame médico, adotado, adoção judicial, estrangeiro, transferência, exterior, avaliação, aptidão física, avaliação psicológica, obrigatoriedade, adotante, remessa, autoridade judiciária, juiz, periodicidade, resultado, exame.

Proposição: PL 1645/2003

Autor: Deputado José Roberto Arruda – PFL/DF

Data de Apresentação: 07/08/2003

Situação: CSSF: Aguardando parecer.

Ementa: Acrescenta incisos aos arts. 136 e 148, suprime parte do § 1º do art. 42 e altera a redação do art. 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Explicação da Ementa: Atribuindo ao Conselho Tutelar e à Justiça da Infância e da Juventude a elaboração de cadastro de crianças e adolescentes a serem adotados e de pessoas interessadas e em condições de adoção.

Indexação: alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, inclusão, competência, Conselho Tutelar, Justiça da Infância e da Juventude, elaboração, cadastro, criança, adolescente, interessado, adoção, adotante, proibição, adoção judicial, irmão, adotado, autorização, contribuinte, dedução, Imposto de Renda, duplicidade, valor, quantidade, dependente, filho adotivo.

Proposição: PL 1756/2003

Autor: Deputado João Matos – PMDB/SC

Data de Apresentação: 20/08/2003

Situação: MESA: Aguardando encaminhamento; CCP: Aguardando encaminhamento.

Ementa: Dispõe sobre a Lei Nacional da Adoção e dá outras providências.

Indexação: normas, adoção judicial, criança, adolescente, exigência, estágio, convivência, maioridade, limite de idade, adotante, adulto, união estável, acordo, divorciado, proibição, adotado, ascendente, irmão, tutor, curador, utilização, procuração, adoção, nascituro, cadastramento, interessado, banco de dados, adotando, âmbito internacional, estrangeiro, autoridade administrativa, Secretaria Especial, Direitos Humanos, competência, autoridade estadual, petição, perda, suspensão, pátrio poder, família, procedimento, facultatividade, participação, advogado, sentença judicial, recurso judicial, parecer, Procuradoria de Justiça, requisitos, encaminhamento, menor, abrigo, alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, obrigatoriedade, abrigo, preservação, informações, menor abandonado, família, equiparação, diretor, guardião, execução, programa, reintegração, retorno, menor, comemoração, dia nacional, divulgação, adoção, concessão, subsídio, adoção, servidor público civil, militar, adotante, benefício fiscal, dedução, imposto de renda, adoção judicial, criança, adolescente, menor abandonado, grupo, irmão, portador de necessidade especial, deficiente físico, portador, Aids, alteração, legislação trabalhista, CLT, Lei Federal, Plano de Benefícios, Previdência Social, garantia, licença à adotante, salário-maternidade, implantação, salário, licença-paternidade, beneficiário, sexo masculino, solteiro, filho adotivo. Revogação, dispositivos, adoção, Código Civil.

Proposição: PL 2104/2003

Autor: Deputado Tarcisio Zimmermann – PT/RS

Data de Apresentação: 30/09/2003

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Acrescenta alíneas e dá nova redação ao art. 210 da Lei nº 8.112, de 1990, alterando a licença maternidade da servidora

adotante ou que obtiver guarda judicial de criança até 8 anos de idade.

Explicação da Ementa: Aumentando para 120 (cento e vinte) dias se a criança tem até um ano, 60 (sessenta) se tiver entre um e quatro anos e 30 (trinta) dias quando a criança tiver entre quatro e oito anos.

Indexação: alteração, Regime Jurídico Único, aumento, prazo, mulher, licença à adotante, guarda, adoção, menor, variação, idade, criança.

Proposição: PL 2481/2003

Autor: Deputada Selma Schons – PT/PR

Data de Apresentação: 12/11/2003

Situação: CSSF: Pronta para pauta.

Ementa: Dispõe sobre o estímulo à guarda e adoção de criança ou adolescente órfão ou abandonado.

Indexação: critérios, Poder Público, incentivo, guarda, adoção, criança, adolescente, órfão, menor abandonado, gratuidade, assistência jurídica, documentação, formalização, processo, contribuinte, adotante, dedução, imposto de renda, subsídio.

Proposição: PL 2575/2003

Autor: Deputado Ronaldo Vasconcellos – PTB/MG

Data de Apresentação: 25/11/2003

Situação: CSSF: Aguardando parecer.

Ementa: Altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Explicação da Ementa: Alterando dispositivos sobre adoção internacional e medidas socioeducativas de internação do menor infrator em estabelecimentos de recuperação e ressocialização; aumentando para 16 anos a idade de início da atividade laboral do menor; agravando a pena para o crime de pedofilia pela internet e para as pessoas que usam menores como “escudo humano” em movimento de manifestação coletiva.

Indexação: alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, proibição, deferimento, adoção, menor, âmbito internacional, ante-

rioridade, comprovação, manutenção, criança, adolescente, país, família, brasileiros, impedimento, saída, Território Nacional, exterior, adotando, falta, trânsito em julgado, sentença judicial, estudo prévio, capacidade, adotante, estrangeiro, autorização, ex-companheiro, companheira, adoção judicial, aumento, limite de idade, proteção ao trabalho, menor, ressalva, aprendiz, direitos, bolsa de aprendizagem, proibição, venda, produto, derivados, fumo, cigarro, criança, adolescente, aplicação, medida socioeducativa, menor, infrator, obrigatoriedade, internação coletiva, participação, crime organizado, tráfico, droga, discriminação racial, cumulatividade, penalidade, fixação, prazo determinado, internação, liberação, estabelecimento, recuperação, socialização, agravação penal, crime, pedofilia, divulgação, internet, fotografia, sexo, pornografia, entrega, fornecimento, material, jogos, exploração sexual, criança, adolescente, autorização, participação, manifestação coletiva, violência, divulgação, meios de comunicação, imagem, menor, infrator, ressalva, criminoso, seqüestro, tráfico, terrorismo, crime hediondo.

Proposição: PL 2579/2003

Autor: Deputado Carlos Nader – PFL/RJ

Data de Apresentação: 25/11/2003

Situação: CSSF: Aguardando parecer.

Ementa: Adiciona-se dispositivo ao Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dispositivo à Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Aumentando o prazo da licença à adotante concedida à servidora pública e fixando em 7 (sete) dias úteis o prazo da licença-paternidade concedida ao trabalhador que adotar ou obtiver a guarda judicial de criança de até 5 (cinco) anos.

Indexação: alteração, legislação trabalhista, CLT, fixação, prazo, concessão, licença-paternidade, trabalhador, inclusão, empregado doméstico, obtenção, guarda, adoção judicial, criança, limite de idade, Regime Jurídico Único, aumento, prazo, concessão, licença à adotante, servidor público civil, obtenção, guarda, adoção judicial, criança, limite de idade.

Proposição: PL 1873/2003

Autor: Deputado Marcos de Jesus – PL/PE

Data de Apresentação: 03/09/2003

Situação: CSSF: Aguardando parecer.

Ementa: Modifica a redação do art. 232 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Explicação da Ementa: Aumentando a pena de detenção para quem submete o menor a situações vexaminosas e constrangedoras que possam atingir sua auto-estima, aumentando a pena se o autor tiver autoridade, guarda ou vigilância do menor.

Indexação: alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, aumento, pena de detenção, agressão, colocação, criança, adolescente, situação, constrangimento, apelido, autor, agravação penal, responsável, guarda, menor.

Proposição: PL 605/2003

Autor: Deputado Carlos Nader – PFL/RJ

Data de Apresentação: 02/04/2003

Situação: CSSF: Aguardando parecer.

Ementa: Torna obrigatório o uso de tarja como expressão que ressalta importância do aleitamento materno nas embalagens dos produtos utilizados no aleitamento artificial.

Indexação: obrigatoriedade, colocação, mensagem, necessidade, aleitamento materno, embalagem, produto industrializado, leite, leite em pó.

Proposição: PL 2132/2003

Autor: Pastor Reinaldo – PTB/RS

Data de Apresentação: 01/10/2003

Situação: CEC: Pronta para pauta.

Ementa: Institui Campanha Educacional sobre Aleitamento Materno, nas escolas de ensino fundamental e médio; hospitais, clínicas e maternidades, públicas ou privadas, bem como todo e qualquer estabelecimento ou espaço comunitário, que estimulem o aleitamento e a doação do leite materno e dá outras providências.

Indexação: implantação, campanha educativa, incentivo, promoção, aleitamento materno, doação, leite, mãe, escola pública, hospital, clínica, maternidade, esclarecimentos, informações, benefício.

Proposição: PL 2328/2003

Autor: Deputado Pastor Reinaldo – PTB/RS

Data de Apresentação: 21/10/2003

Situação: CSSF: Aguardando designação de relator.

Ementa: Institui o alojamento conjunto para aleitamento materno nos hospitais, maternidades, clínicas, bancos de leite e dá outras providências.

Indexação: criação, instituição particular, instituição pública, saúde, atendimento, mulher, nutriz, hospital, maternidade, local, aleitamento materno, período, internação, criança, exigência, presença, mãe, proibição, utilização, utensílios, alimentação, recém-nascido, indução, perda, amamentação, penalidade, infrator.

Proposição: PL 2329/2003

Autor: Deputado Pastor Reinaldo – PTB/RS

Data de Apresentação: 21/10/2003

Situação: CSSF: Aguardando parecer.

Ementa: Institui o cartão amamentação.

Indexação: criação, cartão magnético, amamentação, dados, mãe, filho, documento, controle, incentivo, aleitamento materno, autorização, médico, suspensão, acompanhamento, vida, recém-nascido, criança, apresentação, consulta, assistência médica, responsabilidade, MS, confecção, distribuição.

Proposição: PL 414/2003

Autor: Deputada Thelma de Oliveira – PSDB/MT

Data de Apresentação: 19/03/2003

Situação: CEC: Aguardando encaminhamento.

Ementa: Institui nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios o Programa de Atendimento Integrado à Adolescente Gestante e dá outras providências.

Indexação: criação, programa, saúde, rede escolar, atendimento, adolescente, menor, gestante, limite de idade, educação sexual, planejamento familiar, orientação, formação profissional, liderança, informações, sexualidade, integração, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria do Trabalho, SAS, Governo, Estados, DF, Municípios, garantia, prioridade, assistência, bolsa alimentação, prazo, gravidez, amamentação, atendimento, filho, creche, Conselho Tutelar, fiscalização.

Proposição: PL 1399/2003

Autor: Deputado Renato Cozzolino – PSC/RJ

Data de Apresentação: 03/07/2003

Situação: PL139903: Aguardando parecer.

Ementa: Dispõe sobre o Estatuto da Mulher e dá outras providências.

Indexação: normas, Estatuto, mulher, pessoa carente, regulamentação, direitos, vida, saúde, proteção, prioridade, atendimento, política social, distribuição, casa própria, assistência médica, casa de saúde, hospital, gestante, acompanhante, criança, destinação, recursos públicos, qualificação profissional, criação, moradia, caráter provisório, Estados, Municípios, DF, serviço, assistência, vinculação, delegacia da mulher, reserva, cota, vaga, concurso público, proibição, tortura, discriminação, exploração, violência, obrigatoriedade, SUS, combate, mortalidade, sexo feminino, exame médico, prevenção, Aids, hipertensão arterial, câncer, mama, colo do útero, exame ginecológico, exame pré-natal, orientação, planejamento familiar, esterilização, anticoncepcional, programa, saúde bucal, acompanhamento, parente, período, internação, parto, concessão, salário maternidade. Proteção, trabalho, proibição, diferença, salário, garantia, promoção, impedimento, realização, atividade, homem, criação, ensino profissionalizante, gratuidade, assistência, creche, filho, criança, manutenção, proventos, reajuste, aposentadoria, pensões, concessão, salário mínimo, mulher, pessoa carente, divulgação, informações, meios de comunicação, orientação, saúde, violência doméstica, planejamento familiar, assistência judiciária, criação, Conselho Nacional.

Proposição: PL 19/2003

Autor: Deputada Iara Bernardi – PT/SP

Data de Apresentação: 18/02/2003

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Acrescenta § 3º ao art. 14 e dá nova redação ao *caput* do art. 80, ao inciso III do art. 81 e ao art. 89, da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para dotar as penitenciárias femininas de seção para gestantes e parturientes.

Explicação da Ementa: Garantindo à mulher presidiária assistência médica, principalmente no pré-natal, no pós-parto, extensivo ao recém-nascido e no pós-climatério (menopausa). Altera a composição e a competência do Conselho da Comunidade.

Indexação: alteração, Lei de Execução Penal, assistência médica, saúde, mulher presidiária, direitos, acompanhamento, tratamento médico, exame pré-natal, posterioridade, parto, gestante, extensão, recém-nascido, mulher, idoso, inclusão, membros, Conselho, Comunidade, médico, escolha, Conselho Regional, competência, representação, juiz, deficiência, descumprimento, legislação, estabelecimento penal, obrigatoriedade, penitenciária, presídio, sexo feminino, instalação, creche, atendimento, filho, criança, mulher presidiária, preso.

Proposição: PL 151/2003

Autor: Deputado Maurício Rabelo – PL/TO

Data de Apresentação: 24/02/2003

Situação: CSSF: Pronta para pauta.

Ementa: Dispõe sobre a assistência integral à mulher grávida vítima de estupro.

Indexação: garantia, assistência médica, saúde, medicamentos, assistência social, assistência psicológica, SUS, mulher, gravidez, vítima, estupro, prazo determinado, comprovação, baixa renda.

Proposição: PL 2177/2003

Autor: Deputado Neucimar Fraga – PL/ES

Data de Apresentação: 08/10/2003

Situação: CSSF: Aguardando parecer.

Ementa: Cria programa de auxílio e assistência à reorientação sexual das pessoas que voluntariamente optarem pela mudança de sua orientação sexual da homossexualidade para heterossexualidade e dá outras providências.

Indexação: criação, Programa Nacional, reorientação, sexo, pessoas, opção, orientação sexual, homossexualismo, heterossexualismo, assistência médica, assistência psicológica.

Proposição: PL 2383/2003

Autor: Deputada Maninha – PT/DF

Data de Apresentação: 29/10/2003

Situação: CSSF: Aguardando designação de relator.

Ementa: Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que “Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde”, na forma que especifica e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Estabelecendo que as operadoras de planos de saúde não poderão criar restrições à inscrição de pessoas como dependentes de outras em função de pertencerem ao mesmo sexo.

Indexação: alteração, Lei Federal, Plano de Saúde, Seguro Privado, proibição, impedimento, restrição, participação, plano, seguro doença, assistência médica, pessoas, dependente, companheiro, companheira, igualdade, sexo, combate, discriminação, orientação sexual.

Proposição: PL 117/2003

Autor: Deputada Iara Bernardi – PT/SP

Data de Apresentação: 19/02/2003

Situação: MESA: Aguardando retorno.

Ementa: Altera os arts. 215, 216, 219, 220 e 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Explicação da Ementa: Excluindo o termo “honesta” nos crimes de rapto e posse sexual mediante fraude; tipificando os crimes de atentado ao pudor, tráfico internacional de pessoas e tráfico interno de pessoas; alterando o título do Código Penal para “Do Lenocínio e do Tráfico de Pessoas”.

Indexação: alteração, Código Penal, supressão, termo, dispositivos, posse, fraude, rapto, redução, maioridade, vítima, tipicidade, crime, atentado ao pudor, indução, pessoas, ato libidinoso, tipicidade, crime, tráfico internacional, país estrangeiro, pessoas, exercício, prostituição, agravação penal, multa, violência, fraude, ameaça, vítima, menor, autor, parente, marido, companheiro, responsável, alteração, título, Código Penal.

Proposição: PL 304/2003

Autor: Deputada Iara Bernardi – PT/SP

Data de Apresentação: 12/03/2003

Situação: CCJC: Pronta para pauta.

Ementa: Revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para extinguir a punibilidade do agente pelo casamento da vítima com terceiro, nos crimes contra os costumes.

Indexação: alteração, Código Penal, revogação, dispositivos, extinção da punibilidade, agente, casamento, vítima, terceiros, estupro, atentado ao pudor, sedução, corrupção de menores, rapto, crime contra os costumes, ausência, violência.

Proposição: PL 1000/2003

Autor: Deputada Telma de Souza – PT/SP

Data de Apresentação: 15/05/2003

Situação: CCJC: Aguardando parecer.

Ementa: Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para retirar anacronismos relativos ao tratamento jurídico da mulher.

Explicação da Ementa: Excluindo a expressão “mulher honesta” e “mulher virgem” dos artigos que tipificam os crimes contra os costumes; modificando a expressão “tráfico de mulheres” para “tráfico de pessoas”.

Indexação: alteração, Código Penal, exclusão, termo, mulher, honra, dispositivos, tipicidade, crime contra os costumes, exploração sexual, rapto, sedução, atentado ao pudor, facilitação, prostituição, inclusão, palavra, designação, tráfico, pessoas, vítima, criança, adolescente, menor, agravação penal.

Proposição: PL 1800/2003

Autor: Deputado Pastor Frankembergen – PTB/RR

Data de Apresentação: 26/08/2003

Situação: CCJC: Tramitando em conjunto.

Ementa: Altera o art. 225 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, dispondo sobre a ação penal nos crimes contra os costumes.

Explicação da Ementa: Transformando a ação penal nos crimes contra os costumes em ação penal pública incondicionada.

Indexação: alteração, Código Penal, revogação, dispositivos, transformação, ação penal, ação penal pública incondicionada, crime contra os costumes, estupro, sedução, atentado ao pudor, rapto, corrupção de menores, segredo de Justiça, preservação, identidade, vítima.

Proposição: PL 2027/2003

Autor: Deputado Zé Geraldo – PT/PA

Data de Apresentação: 23/09/2003

Situação: CCJC: Tramitando em conjunto.

Ementa: Suprime o inciso VIII do art. 107 do Código Penal.

Explicação da Ementa: Revogando a extinção da punibilidade nos crimes contra a liberdade sexual, estupro, sedução ou rapto, caso a vítima não requeira o prosseguimento do inquérito policial.

Indexação: alteração, Código Penal, revogação, extinção da punibilidade, crime contra os costumes, estupro, atentado ao pudor, crime contra a liberdade sexual, sedução, corrupção de menores, rapto, ausência, requerimento, vítima, andamento, inquérito policial.

Proposição: PL 2099/2003

Autor: Deputado Edson Ezequiel – PMDB/RJ

Data de Apresentação: 30/09/2003

Situação: CCJC: Tramitando em conjunto.

Ementa: Modifica dispositivos do Código Penal, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Substituindo o termo “mulher” por “alguém”, nos casos de crime de estupro e de atentado violento ao

pudor; agravando a pena se a vítima é ascendente, descendente ou cônjuge do agente.

Indexação: alteração, Código Penal, crime contra os costumes, agravamento penal, estupro, atentado ao pudor, ofensor, parente, pai, filho, cônjuge, substituição, palavra, mulher, inclusão, vítima, pessoas, sexo feminino, sexo masculino.

Proposição: PL 823/2003

Autor: Deputado José Divino – PMDB/RJ

Data de Apresentação: 23/04/2003

Situação: CCJC: Tramitando em conjunto.

Ementa: Altera dispositivo da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre crimes hediondos, bem como inclui parágrafo único no art. 39 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Explicação da Ementa: Estabelecendo que o trabalho do preso que cometeu crime hediondo será realizado no presídio, sendo garantida sua remuneração, descontadas as verbas para indenização por danos causados pelo crime, assistência à família e ressarcimento de despesas ao Estado.

Indexação: alteração, Lei Federal, crime hediondo, Código Penal, normas, trabalho, preso, penitenciária, regime fechado, garantia, remuneração, benefício previdenciário, desconto, valor, indenização, danos, crime, assistência, família, vítima, ressarcimento, Estado, despesa, manutenção, condenado, prisão, proibição, trabalho externo.

Proposição: PL 762/2003

Autor: Deputado João Batista – PFL/SP

Data de Apresentação: 15/04/2003

Situação: CCJC: Aguardando designação de relator.

Ementa: Institui, anualmente, a Semana Nacional de Prevenção e Combate ao Câncer de Colo do Útero, e dá outras providências.

Indexação: criação, Semana, prevenção, combate, câncer, colo do útero, realização, mês, março, campanha educacional, MS, disponibilidade, hospital, convênio, SUS, atendimento, mulher, informações, exame médico.

Proposição: PL 874/2003

Autor: Gilmar Machado – PT/MG

Data de Apresentação: 30/04/2003

Situação: CSSF: Aguardando parecer.

Ementa: Torna obrigatório o exame do fundo de olho de recém-nascidos.

Explicação da Ementa: Para diagnóstico de retinoblastoma e outras doenças graves ou congênitas.

Indexação: obrigatoriedade, exame médico, visão, criança, recém-nascido, diagnóstico, doença retinoblastoma, câncer, doença congênita.

Proposição: PL 2087/2003

Autor: Deputada Yeda Crusius – PSDB/RS

Data de Apresentação: 25/09/2003

Situação: CCJC: Aguardando parecer.

Ementa: Altera a Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, que define os crimes de tortura.

Explicação da Ementa: Incluindo a discriminação de gênero como crime de tortura, agravando-se em caso de crime cometido em decorrência de parentesco.

Indexação: alteração, Lei Federal, crime, tortura, inclusão, discriminação, sexo feminino, violência, vítima, mulher, agravamento penal, ofensor, parente, cônjuge, casamento, união estável.

Proposição: PL 2269/2003

Autor: Deputado Rogério Silva – PPS/MT

Data de Apresentação: 09/10/2003

Situação: CTASP: Aguardando parecer.

Ementa: Acrescenta § 3º ao art. 389 da Consolidação das Leis do Trabalho para prever o pagamento de indenização por descumprimento de dispositivo legal.

Explicação da Ementa: Criando o sistema de reembolso – creche.

Indexação: alteração, legislação trabalhista, CLT, exigência, empregador, empresa, pagamento, indenização, trabalhador, mulher,

inexistência, local, guarda, filho, convênio, sistema, reembolso, creche, cheque.

Proposição: PL 2452/2003

Autor: Deputado Rogério Silva – PPS/MT

Data de Apresentação: 11/11/2003

Situação: CSSF: Tramitando em conjunto.

Ementa: Acrescenta incisos IX e X ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre faltas justificadas de pais para acompanhamento de consultas médicas.

Explicação da Ementa: Autorizando o trabalhador a faltar até seis vezes no turno da jornada diária para acompanhar a mulher a exames pré-natais, ou um dia a cada mês para conduzir o filho de até um ano de idade às consultas pediátricas.

Indexação: alteração, legislação trabalhista, (CLT), autorização, trabalhador, empregado, pai, falta justificada, acompanhamento, mulher, gestante, exame pré-natal, exame médico, filho, consulta, médico, comprovação, atestado médico.

Proposição: PL 282/2003

Autor: Deputada Laura Carneiro – PFL/RJ

Data de Apresentação: 11/03/2003

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Tipifica o crime de violência doméstica.

Indexação: alteração, Lei Federal, tipicidade, crime, violência doméstica, vítima, cônjuge, companheiro, companheira, parente, pena de reclusão, infrator.

Proposição: PL 1410/2003

Autor: Poder Executivo

Data de Apresentação: 07/07/2003

Situação: CREDN: Pronta para pauta.

Ementa: Altera os arts. 67, 82, 98 e 137 do Estatuto dos Militares, de que trata a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, sobre a licença para acompanhar cônjuge, e acrescenta o art. 70-A.

Indexação: alteração, Estatuto dos Militares, inclusão, licença, acompanhamento, cônjuge, prazo determinado, agregação, agregado, militar, transferência, reserva remunerada, ausência, contagem, tempo de serviço, remuneração, extensão, benefício, companheiro, companheira, união estável, justificação judicial.

Proposição: PL 1779/2003

Autor: Deputado Giacobbo – PL/PR

Data de Apresentação: 21/08/2003

Situação: CCJC: Aguardando parecer.

Ementa: Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 – Código Civil, dispondo sobre o estado civil dos companheiros na união estável.

Explicação da Ementa: Adotando o estado civil de convivente; alterando o novo Código Civil.

Indexação: alteração, Código Civil, denominação, estado civil, companheiro, companheira, união estável.

Proposição: PL 1902/2003

Autor: Deputado Alberto Fraga – PMDB/DF

Data de Apresentação: 04/09/2003

Situação: CTASP: Aguardando parecer.

Ementa: Altera os arts. 67, 70, 78 e 123 do Estatuto dos Bombeiros Militares do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, de que trata a Lei nº 7.479, de 2 de junho de 1986; acrescenta o art. 69-A a este Estatuto e altera o art. 29 da Lei de Promoção dos Oficiais da CBMDF, de que trata a Lei nº 6.302, de 15 de dezembro de 1975.

Explicação da Ementa: Concedendo ao bombeiro militar licença para acompanhar cônjuge.

Indexação: alteração, Estatuto, Bombeiro Militar, concessão, licença, acompanhamento, cônjuge, companheiro, companheira, critérios, agregação, contagem, tempo de serviço, remuneração, promoção, exclusão, quadro de acesso.

Proposição: PL 1903/2003

Autor: Deputado Alberto Fraga – PMDB/DF

Data de Apresentação: 04/09/2003

Situação: CSPCCO: Aguardando deliberação.

Ementa: Altera os arts. 24, 66, 69, 77 e 122 do Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do DF, de que trata a Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, sobre a licença para acompanhar cônjuge; acrescenta o art. 68-A e altera os arts. 32 e 33 da Lei de Promoção dos Oficiais da PMDF, de que trata a Lei nº 6.645, de 14 de maio de 1979.

Explicação da Ementa: Estabelecendo que o policial comprovadamente incapacitado para as funções policiais deverá ser readaptado em outras atividades; concedendo licença para acompanhar cônjuge.

Indexação: alteração, Estatuto, Polícia Militar, readaptação, policial, comprovação, inaptidão, incapacidade física, incapacidade mental, exercício, atividade policial, concessão, licença, acompanhamento, cônjuge, companheiro, companheira, critérios, agregação, prejuízo, contagem, tempo de serviço, remuneração, promoção, exclusão, quadro de acesso.

Proposição: PL 2340/2003

Autor: Deputado André Luiz – PMDB/RJ

Data de Apresentação: 22/10/2003

Situação: CCJC: Tramitando em conjunto.

Ementa: Acrescenta parágrafos ao art. 129 do Código Penal.

Explicação da Ementa: Fixando a pena de reclusão para o crime de lesão corporal contra idoso, cônjuge, companheira e criança, menor de 14 (quatorze) anos de idade.

Indexação: alteração, Código Penal, fixação, pena de reclusão, crime, lesão corporal, vítima, idoso, cônjuge, companheira, menor, criança, agravação penal, reincidência, inexistência, benefício, substituição, pena, alternativa, multa, suspensão condicional da pena, prestação de serviço, comunidade.

Proposição: PL 1696/2003

Autor: Deputado Geraldo Resende – PPS/MS

Data de Apresentação: 14/08/2003

Situação: CSSF: Pronta para pauta.

Ementa: Altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, a qual dispõe sobre os Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde.

Explicação da Ementa: Obrigando os planos de saúde a cobrirem o atendimento nos casos de planejamento familiar, incluindo métodos e técnicas de concepção e contracepção.

Indexação: alteração, Lei Federal, plano de saúde, seguro privado, obrigatoriedade, atendimento, cobertura, planejamento familiar, método, concepção, reprodução humana, anticoncepcional.

Proposição: PL 1697/2003

Autor: Deputado Geraldo Resende – PPS/MS

Data de Apresentação: 14/08/2003

Situação: CSSF: Aguardando parecer.

Ementa: Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que “regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências”.

Explicação da Ementa: Garantindo o atendimento aos usuários do SUS utilizando métodos e técnicas de concepção e contracepção, prescritos por médico.

Indexação: alteração, Lei Federal, SUS, garantia, gratuidade, tratamento, método, concepção, reprodução humana, anticoncepcional, preservativo, DIU, instituição hospitalar, clínica, fornecimento, material, insumo, prescrição médica, planejamento familiar.

Proposição: PL 2771/2003

Autor: Deputado Milton Monti – PL/SP

Data de Apresentação: 11/12/2003

Situação: CDEIC: Aguardando parecer.

Ementa: Obriga empregadores a manterem berçário ou creche e dá outras providências.

Indexação: Obrigatoriedade, empregador, empresa, manutenção, berçário, creche, benefício, filho, empregado, limite de idade.

Proposição: PL 138/2003

Autor: Deputado Dimas Ramalho – PPS/SP

Data de Apresentação: 20/02/2003

Situação: CCJC: Pronta para pauta.

Ementa: Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para que o art. 244-A e § 1º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, com a redação dada pela Lei nº 9.975, de 23 de junho de 2000, seja considerado hediondo.

Explicação da Ementa: Caracterizando como crime hediondo a submissão de criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual.

Indexação: alteração, Lei Federal, crime hediondo, caracterização, crime, inclusão, criança, adolescente, prostituição, exploração sexual.

Proposição: PL 187/2003

Autor: Deputado Maurício Rabelo – PL/TO

Data de Apresentação: 25/02/2003

Situação: CSSF: Tramitando em conjunto.

Ementa: Estende o direito à licença-gestante a quem detiver a guarda de criança, no caso de morte da genitora.

Indexação: extensão, direitos, licença à gestante, licença à adotante, pessoas, guarda, criança, morte, mãe.

Proposição: PL 205/2003

Autor: Deputado Enio Bacci – PDT/RS

Data de Apresentação: 26/02/2003

Situação: CSSF: Pronta para pauta.

Ementa: Determina o custeio pelo Sistema Único de Saúde – SUS, do tratamento psicológico a vítimas de violência, com atendimento preferencial a crianças e mulheres, e dá outras providências.

Indexação: garantia, custeio, SUS, assistência psicológica, vítima, violência, tratamento médico, criança, mulher, estupro, exigência, apresentação, cópia, boletim, ocorrência, policial.

Proposição: PL 1135/2003

Autor: Deputado Dr. Pinotti – PMDB/SP

Data de Apresentação: 28/05/2003

Situação: CCJC: Tramitando em conjunto.

Ementa: Dispõe sobre a reprodução humana assistida.

Explicação da Ementa: Definindo normas para realização de inseminação artificial, fertilização *in vitro*, barriga de aluguel (gestação de substituição ou doação temporária do útero), e criopreservação de gametas e pré-embriões.

Indexação: normas, realização, inseminação artificial, reprodução humana, fertilização *in vitro*, obrigatoriedade, beneficiário, cônjuge, companheiro, doador, autorização escrita, documento, consentimento, proibição, seleção, escolha, sexo, criança, limitação, quantidade, embrião, definição, usuário, mulher, responsabilidade, clínica, serviço de saúde, controle, doença transmissível, coleta, utilização, conservação, distribuição, transferência, material biológico, prevenção, parto múltiplo, exigência, médico, registro, informações, gravidez, nascimento, problema, saúde, recém-nascido, licença, funcionamento, diagnóstico, tratamento médico, doença hereditária, manutenção, sigilo, identidade, identificação civil, participante, garantia, paternidade, filiação, infração, penalidade.

Proposição: PL 1309/2003

Autor: Deputado Carlos Nader – PFL/RJ

Data de Apresentação: 25/06/2003

Situação: CCJC: Pronta para pauta.

Ementa: Dispõe sobre a exploração sexual infanto-juvenil, acrescentando parágrafos aos arts. 228 e 229 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Explicação da Ementa: Aplicando a pena de reclusão ao usuário de serviço ou estabelecimento de prostituição que explore menores.

Indexação: alteração, Código Penal, aplicação, pena de reclusão, usuário, serviço, prostituição, estabelecimento, exploração sexual, vítima, criança, adolescente.

Proposição: PL 2061/2003

Autor: Deputada Maninha – PT/DF

Data de Apresentação: 24/09/2003

Situação: CCJC: Tramitando em conjunto.

Ementa: Disciplina o uso de técnicas de Reprodução Humana Assistida como um dos componentes auxiliares no processo de procriação, em serviços de saúde, estabelece penalidades e dá outras providências.

Indexação: Autorização, hospital público, hospital particular, utilização, reprodução humana, inseminação artificial, solução, problema, fertilidade, inexistência, risco de vida, mulher, nascituro, competência, Conselho Municipal, Conselho Estadual, saúde, criação, comissão de ética, acompanhamento, aplicação, legislação, exigência, consentimento, autorização escrita, receptor, doador, proibição, seleção, sexo, característica, criança, desrespeito, destinação, procedimento, existência, unidade de saúde, médico, responsável, registro, informações, controle, doença transmissível, proibição, cobrança, pagamento, doação, óvulo, útero, competência, SUS, fiscalização, controle biológico, embrião, penalidade, infrator.

Proposição: PL 2420/2003

Autor: Deputado Dr. Heleno – PP/RJ

Data de Apresentação: 05/11/2003

Situação: CSSF: Tramitando em conjunto.

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade do exame de fundo de olho em bebês quando de sua estada nos berçários, objetivando detectar o retinoblastoma e outros problemas oculares.

Indexação: obrigatoriedade, exame médico, visão, criança, recém-nascido, diagnóstico, doença retinoblastoma, doença congênita.

Proposição: PL 1041/2003

Autor: Deputada Zelinda Novaes – PFL/BA

Data de Apresentação: 21/05/2003

Situação: CCJC: Aguardando parecer.

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de coleta de material para elaboração de exame pericial de DNA nos crimes contra a liberdade sexual que deixem vestígios.

Indexação: obrigatoriedade, coleta, material, exame de DNA, prova pericial, crime contra a liberdade sexual, vítima, estupro, atentado ao poder, fraude, esclarecimentos, autoria, crime.

Proposição: PL 375/2003

Autor: Deputada Laura Carneiro – PFL/RJ

Data de Apresentação: 18/03/2003

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Autoriza o Poder Executivo a emitir selo postal comemorativo ao Dia da Eliminação da Violência contra a Mulher.

Explicação da Ementa: A ser comemorado no dia 25 de novembro de cada ano.

Indexação: autorização, Executivo, emissão, selo postal comemorativo, Dia Nacional, eliminação, violência, vítima, mulher.

Proposição: PL 5/2003

Autor: Deputada Iara Bernardi – PT/SP

Data de Apresentação: 18/02/2003

Situação: CCJC: Pronta para pauta.

Ementa: Altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e o § 3º do art. 140 do Código Penal, para incluir a punição por discriminação ou preconceito de gênero e orientação sexual.

Explicação da Ementa: Alterando o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.

Indexação: alteração, Lei Federal, definição, crime, discriminação, inclusão, penalidade, infrator, vítima, orientação sexual, homossexual, homem, mulher, Código Penal, inclusão, crime, injúria, infrator, discriminação, pessoas, homossexual.

Proposição: PL 719/2003

Autor: Deputada Mariângela Duarte – PT/SP

Data de Apresentação: 09/04/2003

Situação: CCJC: Tramitando em conjunto.

Ementa: Altera o art. 44 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre a aplicação dos recursos oriundos do Fundo Partidário, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Destinando, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos recursos oriundos do Fundo Partidário para a criação de instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política, e no mínimo, 30% (trinta por cento) para a capacitação política da mulher.

Indexação: alteração, Lei Orgânica dos Partidos Políticos, aplicação de recursos, Fundo Partidário, aumento, percentagem, recursos, partido político, utilização, criação, manutenção, fundação, instituição de pesquisa, doutrina, educação, política, discriminação, despesa, prestação de contas, destinação, estudo, participação, mulher, atividade política.

Proposição: PL 2466/2003

Autor: Deputada Lúcia Braga – PT/PB

Data de Apresentação: 12/11/2003

Situação: CSSF: Aguardando parecer.

Ementa: Estabelece penalidades aos estabelecimentos que discriminem mulheres e dá outras providências.

Indexação: fixação, penalidade, infrator, estabelecimento comercial, indústria, empresa, discriminação, mulher, mulher casada, mãe, exigência, comprovante, esterilização, teste, gravidez, realização, exame ginecológico, seleção, admissão, permanência, emprego, assédio sexual, revista pessoal.

Proposição: PL 599/2003

Autor: Deputado Feu Rosa – PSDB/ES

Data de Apresentação: 02/04/2003

Situação: CCJC: Tramitando em conjunto.

Ementa: Altera a Lei nº 9.099/95, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis.

Explicação da Ementa: Estabelecendo a competência do Tribunal Especial Cível para julgar as ações de família cujo patrimônio não exceda a um imóvel; obrigando a presença de advogado.

Indexação: alteração, Lei Federal, Juizado Especial Cível, Juizado Especial Criminal, competência, Tribunais, julgamento, ação judicial, família, ação de alimentos, divórcio, separação judicial, guarda,

filho, menor, regulamentação, visita, investigação de paternidade, limitação, patrimônio, imóvel, autorização, participação, pessoa incapaz, partes processuais, responsabilidade, Vara de Família, mediação, obrigatoriedade, acompanhamento, advogado.

Proposição: PL 731/2003

Autor: Deputado Léo Alcântara – PSDB /CE

Data de Apresentação: 10/04/2003

Situação: CCJC: Aguardando Parecer.

Ementa: Dispõe sobre o uso da escritura pública e da execução de serviços notariais em separações, divórcios, promessas de compra e venda de imóveis e partilha amigável de bens.

Indexação: utilização, escritura pública, partilha de bens, espólio, registro de imóveis, separação judicial, divórcio, guarda, visita, filho, pagamento, pensão alimentícia, serviço, notariado, cartório, exigência, acompanhamento, advogado, partes processuais, dispensa, homologação, ato judicial.

Proposição: PL 1415/2003

Autor: Deputado Rogério Silva – PPS/MT

Data de Apresentação: 08/07/2003

Situação: MESA: Tramitando em conjunto.

Ementa: Institui o Juizado Especial de Família.

Indexação: criação, Juizado Especial, Família, competência, conciliação, julgamento, processo judicial, causa judicial, valor, imóvel, patrimônio, execução judicial, processo de conhecimento, concessão, liminar, recurso judicial, alteração, Lei Federal, Juizado Especial Cível, Juizado Especial Criminal, exclusão, competência, causa judicial, natureza alimentar, transferência, Juizado Especial, Família, utilização, processo sumaríssimo, separação judicial, divórcio, separação de corpos, investigação de paternidade, guarda, filho, regulamentação, visita, fixação, revisão, exoneração, alimentos, efetivação, tutela, requerimento, medida cautelar, concessão, liminar, mediação, conciliação, competência, juiz togado, juiz leigo, obrigatoriedade, presença, advogado, partes processuais.

Proposição: PL 1340/2003

Autor: Deputado Durval Orlato – PT/SP

Data de Apresentação: 26/06/2003

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre incentivo de dedução na declaração do Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF, de empregada(o) doméstica(o).

Indexação: Dedução, base de cálculo, imposto de renda, pessoa física, despesa, pagamento, salário, encargo social, empregado doméstico, limitação, valor, registro, Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Proposição: PL 2393/2003

Autor: Deputado Bernardo Ariston – PMDB/RJ

Data de Apresentação: 30/10/2003

Situação: CSSF: Tramitando em conjunto.

Ementa: Institui a licença-maternidade especial para a empregada grávida, mãe de recém-nascido prematuro, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Dando à empregada doméstica o direito a 120 (cento e vinte dias) de licença-maternidade caso ocorra parto prematuro.

Indexação: concessão, licença maternidade, licença especial, empregado doméstico, parto prematuro, exigência, solicitação, médico, SUS, laudo médico, comprovação, idade, recém-nascido, segurado, Previdência Social, garantia, direitos, salário integral.

Proposição: PL 2601/2003

Autor: Deputado Medeiros – PL/SP

Data de Apresentação: 26/11/2003

Situação: CCJC: Aguardando recebimento; SEAUT (SGM): Aguardando abertura de prazo para recurso.

Ementa: Acrescenta alínea *h* ao inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

Explicação da Ementa: Autorizando a dedução do Imposto de Renda da pessoa física das despesas com empregada doméstica.

Indexação: alteração, Legislação Tributária, Imposto de Renda, Pessoa Física, autorização, dedução, impostos, base de cálculo, despesa, pagamento, salário, encargo trabalhista, empregado doméstico.

Proposição: PL 2686/2003

Autor: Deputado Durval Orlato – PT/SP

Data de Apresentação: 04/12/2003

Situação: CCJC: Tramitando em conjunto.

Ementa: Dispõe sobre incentivo de dedução na declaração do Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF, de empregada(o) doméstica(o).

Indexação: concessão, dedução, imposto de renda, pessoa física, contribuinte, despesa, empregado doméstico, registro, Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Proposição: PL 352/2003

Autor: Deputado Rogério Silva – PPS/MT

Data de Apresentação: 17/03/2003

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Acrescenta artigo à Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que “dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências”, a fim de conceder estabilidade provisória para a empregada gestante.

Indexação: alteração, Lei Federal, regulamentação, exercício profissional, empregado doméstico, garantia, estabilidade provisória, empregado, mulher, gestante, prazo, confirmação, gravidez, parto, proibição, empregador, dispensa, ato arbitrário, despedida injusta.

Proposição: PL 1486/2003

Autor: Deputado Orlando Desconsi – PT/RS

Data de Apresentação: 15/07/2003

Situação: CSSF: Aguardando parecer.

Ementa: Dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 8.212/91 e 8.213/91, ambas de 24 de julho de 1991, para reduzir a contribuição previdenciária do(a) empregador(a) doméstico(a) e do(a) empregado(a) doméstico(a).

Explicação da Ementa: Reduzindo para 2% (dois por cento) a contribuição do empregado doméstico e para 8% (oito por cento) a contribuição do empregador doméstico.

Indexação: alteração, Lei Orgânica, Seguridade Social, Lei Federal, Plano de Benefícios, Previdência Social, redução, alíquota, contribuição previdenciária, empregado doméstico, diarista, cota patronal, empregador doméstico, período, carência, aposentadoria por idade, valor, salário mínimo.

Proposição: PL 1615/2003

Autor: Deputada Angela Guadagnin – PT/SP

Data de Apresentação: 05/08/2003

Situação: CSSF: Aguardando parecer.

Ementa: Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para incluir o empregado doméstico em benefícios da Previdência Social.

Explicação da Ementa: Incluindo o empregado doméstico como beneficiário do salário-família, auxílio-acidente e remuneração integral do salário-maternidade.

Indexação: alteração, Lei Federal, Plano de Benefícios, Previdência Social, inclusão, direitos, empregado doméstico, auxílio acidente, salário família, salário maternidade, integralidade, remuneração, exigência, segurado, período, carência, revogação, dispositivos, legislação.

Proposição: PL 207/2003

Autor: Deputada Almerinda de Carvalho – PSB/RJ

Data de Apresentação: 26/02/2003

Situação: CCP: Aguardando Encaminhamento; CSSF: Aguardando parecer.

Ementa: Dá nova redação ao inciso I do art. 10 da Lei nº 9.263, que “regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências”.

Explicação da Ementa: Reduzindo para 21 (vinte e um) anos o limite de idade para autorização de esterilização voluntária de homens e mulheres.

Indexação: alteração, Lei Federal, planejamento familiar, redução, limite de idade, mulher, homem, autorização, cirurgia, esterilização, vasectomia, laqueadura de trompa.

Proposição: PL 2726/2003

Autor: Deputada Dra. Clair – PT/PR

Data de Apresentação: 10/12/2003

Situação: CCJC: Tramitando em conjunto.

Ementa: Altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, que proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Proibindo a discriminação por orientação sexual, doença, propositura de ação trabalhista, atividade sindical, política ou partidária, que limite o acesso ou a manutenção do emprego.

Indexação: alteração, Lei Federal, proibição, discriminação, orientação sexual, doença, propositura, reclamação trabalhista, atividade, administração sindical, sindicato, atividade política, limitação, candidato, acesso, relação de emprego, impedimento, trabalho, empregado, garantia, trabalhador, estabilidade, reintegração, emprego, pagamento, indenização, período, encerramento, contrato de trabalho, trânsito em julgado, ação judicial, juiz, condenação, empresa, implementação, ações afirmativas, correção, conduta, exigência, Ministério Público do Trabalho.

Proposição: PL 1569/2003

Autor: Deputado Carlos Nader – PFL/RJ

Data de Apresentação: 30/07/2003

Situação: CCJC: Pronta para pauta.

Ementa: Dispõe sobre o estupro qualificado e determina outras providências.

Explicação da Ementa: Aumentando em 1/5 (um quinto) a pena se o crime é cometido pelo cônjuge ou companheiro.

Indexação: alteração, Código Penal, caracterização, crime qualificado, agravação penal, estupro, cônjuge, companheiro, pena de reclusão.

Proposição: PL 1818/2003

Autor: Deputado Paulo Gouvêa – PL/RS

Data de Apresentação: 27/08/2003

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – art. 24, II.

Regime de tramitação: Ordinária

Situação: CSSF: Aguardando parecer.

Ementa: Introduce art. 89-A na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e Adolescente – introduce inciso XII, no art. 136, da mencionada lei.

Explicação da Ementa: Criando o Sistema Integrado de Cadastro, com informações sobre exploração sexual de menores.

Indexação: alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, criação, sistema integrado, cadastro, registro, crime, exploração sexual, maus-tratos, violência, vítima, criança, adolescente, incesto, prostituição, menor, abuso, cárcere privado, homicídio, mutilação, pornografia, venda, tráfico, estupro, competência, Conselho Tutelar, implantação, manutenção, sistema.

Proposição: PL 2115/2003

Autor: Deputado Luiz Bittencourt – PMDB/GO

Data de Apresentação: 01/10/2003

Situação: CCJC: Tramitando em conjunto.

Ementa: Dispõe sobre o estupro cometido pelo marido ou pelo companheiro.

Indexação: alteração, Código Penal, aplicação, pena de reclusão, marido, companheiro, autor, estupro.

Proposição: PL 11/2003

Autor: Deputada Iara Bernardi – PT/SP

Data de Apresentação: 18/02/2003

Situação: CCTCI: Pronta para pauta.

Ementa: Proíbe a veiculação de peças publicitárias, em qualquer meio de comunicação, que utilizem imagens sexuais como atrativo.

Indexação: proibição, utilização, imagem visual, pornografia, exploração sexual, exposição, sexualidade, publicidade, propaganda

comercial, televisão, cartaz, periódico, rótulo, embalagem, transporte, divulgação, produto, marca, infrator, pena, multa, participação, criança, adolescente, caracterização, crime, penalidade, Estatuto da Criança e do Adolescente, pena de prisão.

Proposição: PL 114/2003

Autor: Deputada Iara Bernardi – PT/SP

Data de Apresentação: 19/02/2003

Situação: CSSF: Aguardando parecer.

Ementa: Dispõe sobre informação dos crimes contra os costumes a turistas estrangeiros.

Indexação: obrigatoriedade, informação, turista, país estrangeiro, exterior, esclarecimentos, crime contra os costumes, prostituição, pedofilia, exploração sexual, criança, adolescente, proibição, propaganda, publicidade, serviços turísticos, divulgação, imagem visual, sexualidade, penalidade, multa, apreensão, material de propaganda, caracterização, contravenção penal, infrator.

Proposição: PL 1597/2003

Autor: Deputado Gastão Vieira – PMDB/MA

Data de Apresentação: 31/07/2003

Situação: CCJC: Tramitando em conjunto.

Ementa: Torna pública e incondicionada a ação penal quando a vítima de crime sexual for criança ou adolescente, modificando o art. 225 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; e torna hediondo o delito de exploração sexual contra menor de quatorze anos, acrescentando artigo à Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990.

Indexação: alteração, Código Penal, Lei Federal, ação penal pública incondicionada, crime, sexo, vítima, criança, adolescente, tipicidade, crime hediondo, exploração sexual, menor.

Proposição: PL 1962/2003

Autor: Deputado Marinho Raupp – PMDB/RO

Data de Apresentação: 10/09/2003

Situação: CCJC: Tramitando em conjunto.

Ementa: Acrescenta o inciso VIII ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990.

Explicação da Ementa: Incluindo o tráfico de mulheres como crime hediondo.

Indexação: alteração, Lei Federal, crime hediondo, inclusão, crime, tráfico, mulher, exploração sexual, prostituição.

Proposição: PL 2169/2003

Autor: Deputado Elimar Máximo Damasceno – PRONA/SP

Data de Apresentação: 02/10/2003

Situação: CCJC: Tramitando em conjunto.

Ementa: Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal -, para dispor sobre o crime de contratação de serviços sexuais, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Tipificando o crime de contratação de serviço sexual, incluindo na mesma pena quem aceita a oferta de prestação de serviço de natureza sexual, sabendo que o serviço está sujeito à remuneração.

Indexação: alteração, Código Penal, tipicidade, crime contra os costumes, contratação, pagamento, remuneração, prestação de serviço, sexo, exploração sexual, prostituição, pena de detenção, infrator.

Proposição: PL 2689/2003

Autor: Deputado Ann Pontes – PMDB/PA

Data de Apresentação: 05/12/2003

Situação: CSSF: Tramitando em conjunto.

Ementa: Tipifica o crime de tráfico de criança e adolescente para fins de exploração sexual.

Indexação: alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, tipicidade, crime, tráfico internacional, exterior, criança, adolescente, prostituição, exploração sexual, pena de reclusão, infrator.

Proposição: PL 910/2003

Autor: Deputada Francisca Trindade – PT/PI e co-autores.

Data de Apresentação: 07/05/2003

Situação: CFT: Aguardando parecer.

Ementa: Estabelece incentivo fiscal às empresas que contratarem empregadas mulheres chefes de família e dá outras providências.

Indexação: concessão, incentivo fiscal, empresa, percentagem, emprego, contratação, mulher, chefe, família, inscrição, empresa beneficiária, MTE, recebimento, certificado, dedução, imposto de renda, pagamento, tributos.

Proposição: PL 1329/2003

Autor: Deputado André Luiz – PMDB/RJ

Data de Apresentação: 25/06/2003

Situação: CSSF: Aguardando parecer.

Ementa: Assegura preferência à mulher, em igualdade de condições, para nomeação em concursos públicos a que se submeterem.

Indexação: preferência, mulher, chefe, família, critério seletivo, desempate, concurso de provas, concurso de títulos, concurso público, cargo público, União Federal, Estados, Municípios, exceção, magistério, técnico.

Proposição: PL 1963/2003

Autor: Marinha Raupp – PMDB/RO

Data de Apresentação: 10/09/2003

Situação: CSSF: Aguardando parecer.

Ementa: Torna obrigatória a vacinação contra a rubéola de mulheres em idade fértil.

Indexação: obrigatoriedade, SUS, vacinação, mulher, idade, fertilidade, imunização, doença, rubéola.

Proposição: PL 1490/2003

Autor: Deputado Carlos Nader – PFL/RJ

Data de Apresentação: 16/07/2003

Situação: CCJC: Pronta para pauta.

Ementa: Modifica dispositivo do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Explicação da Ementa: Fixando a pena mínima do crime de falsidade ideológica para quem falsificar ou alterar registro civil de filho de relação extraconjugal.

Indexação: alteração, Código Penal, fixação, penalidade, crime, falsidade ideológica, falsificação, adulteração, registro de nascimento, filho ilegítimo.

Proposição: PL 92/2003

Autor: Deputado Roberto Gouveia – PT/SP

Data de Apresentação: 19/02/2003

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Amplia a licença maternidade para mães de recém-nascidos prematuros e permite que elas acompanhem seus filhos na maternidade, completando a gestação “extra-uterina”.

Indexação: ampliação, licença à gestante, maternidade, mãe, recém-nascido, prematuro, direitos, acompanhamento, filho, internamento, hospital.

Proposição: PL 223/2003

Autor: Deputado Pompeo de Mattos – PDT/RS

Data de Apresentação: 26/02/2003

Situação: CSSF: Tramitando em conjunto.

Ementa: Amplia a licença maternidade para mães de recém-nascidos prematuros visando permitir a gestação “extra-uterina”.

Indexação: ampliação, aumento, prazo, licença à gestante, maternidade, mãe, recém-nascido, prematuro, direitos, acompanhamento, filho, internação, hospital.

Proposição: PL 268/2003

Autor: Deputado Carlos Nader – PFL/RJ

Data de Apresentação: 11/03/2003

Situação: CCJC: Aguardando parecer.

Ementa: Estabelece admissão tácita de paternidade no caso que menciona.

Indexação: alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, Código de Processo Civil, aceitação tácita, paternidade, reconhecimento, filho,

recusa, investigação de paternidade, maternidade, exame de DNA, apelação, efeito devolutivo, ação investigatória de paternidade.

Proposição: PL 511/2003

Autor: Deputado Custódio Mattos – PSDB/MG

Data de Apresentação: 26/03/2003

Situação: CCJC: Tramitando em conjunto.

Ementa: Acrescenta incisos ao artigo 121, § 2º, e acrescenta parágrafo ao art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Explicação da Ementa: Tipificando como homicídio qualificado o crime cometido contra parentes, irmão, cônjuge, criança, gestante, idoso, companheiro ou ainda testemunhas ou pessoas sob proteção de autoridade; aumentando a pena de lesão corporal nos mesmos casos.

Indexação: alteração, Código Penal, tipicidade, homicídio qualificado, vítima, ascendente, pais, avós, descendente, filho, irmão, cônjuge, companheiro, companheira, menor, criança, idoso, doente, mulher, gestante, testemunha, ofendido, proteção, autoridade policial, aumento, penalidade, lesão corporal, agravação penal.

Proposição: PL 1262/2003

Autor: Deputado José Divino – PMDB/RJ

Data de Apresentação: 16/06/2003

Situação: CCJC: Aguardando parecer.

Ementa: Revoga o artigo 123 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal Brasileiro.

Explicação da Ementa: Descaracterizando como infanticídio e definindo como homicídio matar, sob influência do estado puerperal, o próprio filho, durante ou logo após o parto.

Indexação: revogação, dispositivos, Código Penal, caracterização, crime, infanticídio, morte, filho, nascituro, período, posterioridade, parto, transformação, crime qualificado, homicídio.

Proposição: PL 1841/2003

Autor: Deputado Carlos Nader – PFL/RJ

Data de Apresentação: 02/09/2003

Situação: CEC: Aguardando parecer.

Ementa: Dispõe sobre a assistência gratuita pelas empresas aos filhos e dependentes dos trabalhadores desde o nascimento até seis anos de idade, em creches e pré-escolas.

Indexação: obrigatoriedade, empresa, gratuidade, assistência educacional, creche, educação pré-escolar, filho, dependente, empregado, trabalhador, exceção, microempresa .

Proposição: PL 95/2003

Autor: Deputado Paulo Rocha – PT/PA

Data de Apresentação: 19/02/2003

Situação: CCJC: Aguardando parecer.

Ementa: Acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho, a fim de determinar que a dispensa por justa causa da empregada gestante ocorra após a respectiva apuração em inquérito.

Explicação da Ementa: Alterando o Decreto Lei nº 5.452, de 1943.

Indexação: alteração, legislação trabalhista, CLT, exigência, apuração, inquérito, motivo, demissão, dispensa, justa causa, empregado estável, estabilidade provisória, gestante, direitos, recebimento, remuneração, prazo, tramitação, inquérito judicial.

Proposição: PL 265/2003

Autor: Deputado Carlos Nader – PFL/RJ

Data de Apresentação: 11/03/2003

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Acrescenta parágrafo único ao art. 393 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Explicação da Ementa: Garantindo o pagamento de salários e vantagem à empregada gestante despedida sem justa causa, a partir da data da dispensa até a data do parto.

Indexação: alteração, legislação trabalhista, CLT, garantia, pagamento, salário, vantagens pecuniárias, indenização, salário maternidade, pagamento em dobro, gestante, despedida injusta.

Proposição: PL 290/2003

Autor: Maria do Rosário – PT/RS

Data de Apresentação: 11/03/2003

Ementa: Dispõe sobre a presença de acompanhante no processo de parto nos hospitais, clínicas, maternidades da rede pública e estabelecimentos conveniados ao Sistema Único de Saúde – SUS – e dá outras providências.

Indexação: garantia, gestante, presença, acompanhante, parto, hospital público, maternidade, convênio, SUS, responsabilidade, MS, Secretaria de Saúde, promoção, curso de aperfeiçoamento, seminário, capacitação profissional, médico, enfermeiro, participação, associação de classe, ONG, atividade educativa, elaboração, obra didática, informações, população.

Proposição: PL 600/2003

Autor: Deputado Geraldo Resende – PPS/MS

Data de Apresentação: 02/04/2003

Situação: CSSF: Tramitando em conjunto.

Ementa: Dispõe sobre a notificação compulsória das mortes maternas ocorridas durante a gravidez, o parto ou o puerpério, por complicações desses estados ou devidos a doenças preexistentes e agravadas por eles, em toda a rede de serviços de saúde do Brasil.

Indexação: obrigatoriedade, serviço de saúde, hospital, maternidade, notificação, mortalidade materna, morte, gestante, período, gravidez, parto, estado puerperal.

Proposição: PL 644/2003

Autor: Deputada Sandra Rosado – PMDB/RN e co-autores.

Data de Apresentação: 03/04/2003

Situação: MESA: Aguardando retorno.

Ementa: Assegura o gozo de licença-maternidade às mulheres parlamentares e dá outras providências.

Indexação: garantia, licença à gestante, maternidade, deputado federal, extensão, benefício, deputado distrital, vereador, deputado estadual.

Proposição: PL 1874/2003

Autor: Deputado Marcos de Jesus – PL/PE

Data de Apresentação: 03/09/2003

Situação: CSSF: Aguardando parecer.

Ementa: Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que “dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências”.

Explicação da Ementa: Obrigando as empresas privadas a priorizarem o atendimento de idosos, pessoas deficientes e gestantes.

Indexação: alteração, Lei Federal, prioridade, atendimento, pessoa deficiente, portador de necessidade especial, idoso, gestante, inclusão, empresa privada, multa, infrator.

Proposição: PL 9/2003

Autor: Deputada Iara Bernardi – PT/SP

Data de Apresentação: 18/02/2003

Situação: CCJC: Pronta para pauta.

Ementa: Altera o art. 41 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execuções Penais, para permitir visita íntima para presos, independente de sua orientação sexual.

Indexação: alteração, Lei de Execução Penal, concessão, preso, direitos, visita íntima.

Proposição: PL 287/2003

Autor: Deputada Laura Carneiro – PFL/RJ

Data de Apresentação: 11/03/2003

Situação: PLEN: Pronta para pauta.

Ementa: Dispõe sobre o crime de rejeição de doadores de sangue resultante de preconceito por orientação sexual.

Indexação: alteração, Lei Federal, crime, discriminação, tipicidade, rejeição, doador, sangue humano, discriminação sexual, orientação sexual.

Proposição: PL 2158/2003

Autor: Deputado Coronel Alves – PL/AP

Data de Apresentação: 02/10/2003

Situação: CSSF: Pronta para pauta.

Ementa: institui normas para o atendimento pelo Sistema Único de Saúde – SUS – para mulheres vítimas de violência e dá outras providências.

Indexação: normas, SUS, serviço, atendimento especial, mulher, vítima, violência, lesão, existência, necessidade, cirurgia plástica, garantia, gratuidade, assistência médico hospitalar, exigência, apresentação, ocorrência.

Proposição: PL 16/2003

Autor: Deputada Iara Bernardi – PT/SP

Data de Apresentação: 18/02/2003

Situação: CSSF: Aguardando parecer.

Ementa: Dispõe sobre a licença parental.

Indexação: garantia, concessão, licença, empregado, acompanhamento, tratamento médico, doença, cônjuge, companheiro, pais, filho, padrasto, madrasta, enteado, parente, dependente, prazo determinado, prorrogação, igualdade, período, exigência, laudo médico, SUS.

Proposição: PL 2835/2003

Autor: Deputado Eduardo Paes – PSDB/RJ

Data de Apresentação: 18/12/2003

Situação: CSSF: Aguardando parecer.

Ementa: Dispõe sobre incentivo fiscal à contratação de mães solteiras.

Indexação: concessão, incentivo fiscal, dedução, imposto de renda, pessoa jurídica, empresa, valor, despesa, contratação, mãe solteira.

Proposição: PL 120/2003

Autor: Deputado Roberto Pessoa – PFL/CE

Data de Apresentação: 19/02/2003

Situação: CCJC: Tramitando em conjunto.

Ementa: Dispõe sobre a investigação de paternidade de pessoas nascidas de técnicas de reprodução assistida.

Explicação da Ementa: Permitindo à pessoa nascida de técnica de reprodução assistida saber a identidade de seu pai ou mãe biológicos; alterando a Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992.

Indexação: alteração, Lei Federal, investigação de paternidade, maternidade, garantia, direitos, pessoas, nascimento, técnica, reprodução humana, informações, identidade, identificação, nome, doador, sêmen, óvulo, médico, laboratório, arquivo, inexistência, direito hereditário.

Proposição: PL 1401/2003

Autor: Deputado Dr. Ribamar Alves – PSB/MA

Data de Apresentação: 03/07/2003

Situação: CSSF: Tramitando em conjunto.

Ementa: Altera dispositivos das Leis de nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, que dispõem sobre a organização da Seguridade Social, a instituição do Plano de Custeio e os Planos de Benefícios da Previdência Social.

Explicação da Ementa: Incluindo como segurado obrigatório o empregado em caráter eventual, e como segurados especiais o garimpeiro, o assentado, o extrativista, o posseiro, o usufrutuário e o comodatário; ampliando para 2014 o prazo para o trabalhador rural, eventual, requerer a aposentadoria por idade; reduzindo o período de carência, para o segurado especial.

Indexação: alteração, Lei Orgânica da Seguridade Social, Lei Federal, Plano de Benefícios, Previdência Social, inclusão, segurado obrigatório, empregado, prestação de serviço, ausência, vínculo empregatício, segurado especial, comodatário, usufrutuário, posseiro, atividade extrativa, beneficiário, assentamento rural, garimpeiro, direitos, aposentadoria por idade, salário maternidade, aumento, prazo, requerimento, aposentadoria, trabalhador rural, revogação, legislação, manutenção, qualidade, segurado especial, cessação, pagamento, contribuição previdenciária, perda, produção, sinistro, utilização, subsistência, família, autorização, utilização, mão de obra, terceiros, contratação, associação rural, agroindústria, empregado, vínculo empregatício, proporcionalidade, membros, redução, período, carência, requerimento, benefício previdenciário.

Proposição: PL 1418/2003

Autor: Deputado Rogério Silva – PPS/MT

Data de Apresentação: 08/07/2003

Situação: MESA: Tramitando em conjunto.

Ementa: Altera o art. 10 da Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, que “Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências”.

Explicação da Ementa: Incluindo como serviço ou atividade essencial o atendimento ao segurado da Previdência Social e da Assistência Social.

Indexação: alteração, Lei de Greve, inclusão, atividade essencial, atendimento, assistência social, segurado, Previdência Social, concessão, aposentadoria, benefício previdenciário, auxílio doença, salário maternidade.

Proposição: PL 1559/2003

Autor: Deputado Dr. Ribamar Alves – PSB/MA

Data de Apresentação: 29/07/2003

Situação: SECAD (SGM): Aguardando recebimento.

Ementa: Altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, que dispõem sobre a organização da Seguridade Social, a instituição do Plano de Custeio e os Planos de Benefícios da Previdência Social.

Explicação da Ementa: Incluindo como segurado obrigatório o empregado em caráter eventual e como segurados especiais o garimpeiro, o assentado, o extrativista, o posseiro, o usufrutuário e o comodatário; ampliando para 2014 o prazo para o trabalhador rural, eventual, requerer a aposentadoria por idade; reduzindo o período de carência, para o segurado especial.

Indexação: alteração, Lei Orgânica da Seguridade Social, Lei Federal, Plano de Benefícios, Previdência Social, inclusão, segurado obrigatório, empregado, prestação de serviço, ausência, vínculo empregatício, segurado especial, comodatário, usufrutuário, posseiro, atividade extrativista, beneficiário, assentamento rural, garimpeiro, direitos, aposentadoria por idade, salário maternidade, aumento,

prazo, requerimento, aposentadoria, trabalhador rural, revogação, legislação. Manutenção, qualidade, segurado especial, cessação, pagamento, contribuição previdenciária, perda, produção, sinistro, utilização, subsistência, família, autorização, mão-de-obra, terceiros, contratação, associação rural, agroindústria, empregado, vínculo empregatício, proporcionalidade, membros, redução, período, carência, requerimento, benefício previdenciário.

Proposição: PL 1606/2003

Autor: Deputado Rogério Silva – PPS/MT

Data de Apresentação: 04/08/2003

Situação: CSSF: Aguardando parecer.

Ementa: Altera as Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para assegurar o direito aos benefícios previdenciários para os aposentados pelo Regime Geral de Previdência Social que permanecem em atividade ou a ela retornam.

Indexação: alteração, Lei Orgânica da Seguridade Social, Lei Federal, Plano de Benefícios, Previdência Social, garantia, aposentado, retorno, permanência, atividade, emprego, direitos, cumulatividade, benefício previdenciário, segurado obrigatório, recebimento, aposentadoria, auxílio doença, abono de permanência em serviço, salário maternidade.

Proposição: PL 1872/2003

Autor: Deputado Durval Orlato – PT/SP

Data de Apresentação: 03/09/2003

Situação: CSSF: Tramitando em conjunto.

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade do exame “Emissões Otoacústicas Evocadas – EOA”, conhecido como “teste da orelhinha” para todos os recém-nascidos no País.

Indexação: obrigatoriedade, hospital particular, hospital público, maternidade, realização, gratuidade, exame médico, recém-nascido, identificação, tratamento médico, surdo.

Proposição: PL 2058/2003

Autor: Deputada Maninha – PT/DF

Data de Apresentação: 24/09/2003

Situação: CSSF: Aguardando parecer.

Ementa: Institui o Sistema de “Parto Solidário” no âmbito do Sistema Único de Saúde, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Autorizando às parturientes o direito de dispor de acompanhante durante os exames pré-natais, parto e puerpério.

Indexação: criação, sistema, parto, solidariedade, unidade de saúde, SUS, autorização, parturiente, acompanhamento, assistência, exame pré-natal, estado puerperal, exigência, solicitação, hospital, maternidade, identificação, acompanhante.

Proposição: PL 2814/2003

Autor: Deputado Lobbe Neto – PSDB/SP

Data de Apresentação: 17/12/2003

Situação: CCJC: Aguardando parecer.

Ementa: Permite o registro de nascimento no local onde foi realizado o pré-natal.

Indexação: alteração, Lei Federal, registro público, autorização, realização, registro de nascimento, local, realização, exame pré-natal.

Proposição: PL 1366/2003

Autor: Deputado Antônio Cambraia – PSDB/CE

Data de Apresentação: 01/07/2003

Situação: CCJC: Aguardando deliberação.

Ementa: Acrescenta § 4º ao art. 733 do Código de Processo Civil – Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – e ao art. 19 da Lei nº 5.478, de 25 de julho de 1968, com o objetivo de restringir a prisão por dívida de alimentos ao parente que os deve em primeiro lugar.

Indexação: alteração, Código de Processo Civil, Lei Federal, ação de alimentos, restrição, prisão, devedor, pensão alimentícia, pai, criança, proibição, penalidade, ascendente, avós.

Proposição: PL 2831/2003

Autor: Deputado Hamilton Casara – PSB/RO

Data de Apresentação: 18/12/2003

Situação: CSSF: Aguardando parecer.

Ementa: Dispõe sobre o recadastramento dos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Previdência Social – INSS, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Proibindo a convocação para recadastramento no INSS de aposentados e pensionistas com idade superior a 70 (setenta) anos, se mulher, e 75 (setenta e cinco) anos, se homem.

Indexação: proibição, INSS, convocação, idoso, recadastramento, aposentado, pensionista, limite de idade, autorização, utilização, meio eletrônico, ECT, visita, servidor, credenciamento.

Proposição: PL 543/2003

Autor: Deputado João Mendes de Jesus – PDT/RJ

Data de Apresentação: 27/03/2003

Situação: CSSF: Aguardando parecer.

Ementa: Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Obrigando a realização de campanhas de esclarecimento sobre planejamento familiar.

Indexação: alteração, Lei Federal, obrigatoriedade, realização, campanha nacional, esclarecimentos, informações, população, planejamento familiar, cronograma, responsabilidade, SUS, autorização, participação, empresa, capital estrangeiro.

Proposição: PL 2845/2003

Autor: Deputado Nelson Pellegrino – PT/BA e co-autores.

Data de Apresentação: 18/12/2003

Situação: CTASP: Aguardando parecer.

Ementa: Estabelece normas para a organização e a manutenção de políticas públicas específicas de prevenção e enfrentamento ao tráfico de seres humanos, especialmente mulheres e crianças, institui o Sistema Nacional de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos e dispõe sobre a regulamentação de seus aspectos civis e penais.

Explicação da Ementa: Considerando como parte integrante deste projeto o texto da “Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional” e seus Protocolos.

Indexação: normas, prevenção, combate, tráfico, ser humano, pessoas, inclusão, mulher, criança, trabalhos forçados, trabalho escravo, remoção, órgão humano, realização, organização criminosa, proteção, vítima, assistência jurídica, assistência psicológica, sigilo, identidade, criação, número, telefone, página, internet, recebimento, denúncia, realização, campanha educativa. Criação, Sistema Nacional, prevenção, tráfico, ser humano, composição, competência, comitê, Centro de Referência, alteração, Código Penal, aumento, pena de reclusão, tráfico, pessoas, Estatuto da Criança e do Adolescente, rapto, criança, adolescente, retirada, órgão humano, transplante de órgão, Estatuto dos Estrangeiros, proibição, concessão, visto permanente, estrangeiro, condenado, Código de Processo Penal, inclusão, dados, cadastro, elaboração, estatística, Lei Federal, lavagem de dinheiro.

Proposição: PL 2354/2003

Autor: Deputada Janete Capiberibe – PSB/AP

Data de Apresentação: 22/10/2003

Situação: CSSF: Aguardando parecer.

Ementa: Dispõe sobre o exercício da profissão de parteira tradicional e dá outras providências.

Indexação: regulamentação, profissão, parteira, exercício profissional, âmbito, SUS, supervisão, médico, enfermeiro, requisitos, conclusão, curso de formação, MS, Secretaria de Saúde, fixação, salário profissional.

Proposição: PL 98/2003

Autor: Deputado Fernando Gabeira – PT/RJ

Data de Apresentação: 19/02/2003

Situação: CCJC: Aguardando Designação de Relator.

Ementa: Dispõe sobre a exigibilidade de pagamento por serviço de natureza sexual e suprime os arts. 228, 229 e 231 do Código Penal.

Explicação da Ementa: Alterando o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.

Indexação: exigência, pagamento, prestação de serviço, sexo, revogação, dispositivos, Código Penal, penalidade, crime, favorecimento, prostituição, exploração sexual, tráfico, mulher.

Proposição: PL 2375/2003

Autor: Deputado Antônio Carlos Pannunzio – PSDB/SP

Data de Apresentação: 29/10/2003

Situação: CCJC: Aguardando Parecer.

Ementa: Modifica o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980; e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer a tipificação criminal do tráfico de pessoas, suas penalidades e outras disposições correlatas.

Explicação da Ementa: Incluindo na tipificação o tráfico de pessoas e crianças para fins de prostituição, trabalhos forçados, trabalho escravo, remoção e comercialização de órgão humano.

Indexação: alteração, Código Penal, Estatuto dos estrangeiros, lei dos estrangeiros, Estatuto da Criança e do Adolescente, tipicidade, crime, tráfico internacional, pessoas, exercício, prostituição, trabalho escravo, trabalhos forçados, remoção, órgão humano, agravação penal, vítima, menor, agente, parente, cônjuge, tutor, curador, utilização, violência, ameaça, fraude, objetivo, lucro, cobrança, multa, rapto, criança, adolescente, realização, transplante, tratamento médico, pena de reclusão, proibição, concessão, visto permanente, estrangeiro, condenado, tráfico, possibilidade, juiz, decretação, perda, bens.

Proposição: PL 1857/2003

Autor: Deputado André de Paula – PFL /PE

Data de Apresentação: 02/09/2003

Situação: CCJC: Aguardando Parecer.

Ementa: Altera o artigo 249 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal Brasileiro.

Explicação da Ementa: Aumentando a pena de detenção para 3(três) a 5 (cinco) anos para o crime de subtração de menores, podendo

ser reduzida se o autor for o pai, tutor ou curador ou aumentada se a vítima for recém-nascido.

Indexação: alteração, Código Penal, aumento, pena de detenção, crime, subtração, furto, menor, criança, pessoa incapaz, redução, pena, autor, pai, tutor, curador, agravação penal, vítima, recém-nascido.

Proposição: PL 2445/2003

Autor: Deputado Rogério Silva – PPS /MT

Data de Apresentação: 11/11/2003

Situação: CDEIC: Aguardando Parecer.

Ementa: Obriga a que os alimentos industrializados destinados a crianças recém-nascidas ou com até dois anos de idade sejam exclusivamente produzidos com matéria-prima orgânica.

Indexação: obrigatoriedade, utilização, matéria-prima, agricultura orgânica, produção, alimentação, produto industrializado, destinação, recém-nascido, criança, informações, embalagem, produto alimentício, descumprimento, penalidade, infrator.

Proposição: PL 2599/2003

Autor: Deputado Maurício Rabelo – PL /TO

Data de Apresentação: 26/11/2003

Situação: CDEIC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Obriga a que os alimentos industrializados destinados a crianças recém-nascidas ou com até dois anos de idade sejam exclusivamente produzidos com matéria-prima orgânica.

Indexação: obrigatoriedade, utilização, matéria-prima, agricultura orgânica, produção, alimentação, produto industrializado, destinação, recém-nascido, criança, informações, embalagem, produto alimentício, descumprimento, penalidade, infrator.

Proposição: PL 17/2003

Autor: Deputada Iara Bernardi – PT /SP

Data de Apresentação: 18/02/2003

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Assegura atendimento especializado às mulheres acometidas de tensão pré-menstrual (TPM).

Indexação: garantia, programa, atendimento, saúde, mulher, tratamento médico, consulta, ambulatório, orientação, doença, sexo feminino.

Proposição: PL 1610/2003

Autor: Deputado Rogério Silva – PPS /MT

Data de Apresentação: 04/08/2003

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre a aplicação de penalidades à prática de “assédio moral” por parte de servidores públicos da União, das autarquias e das fundações públicas federais a seus subordinados, alterando a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Indexação: alteração, Regime Jurídico Único, proibição, servidor público civil, chefe, cargo de direção, assédio moral, hostilização, danos morais, pessoal subalterno, subordinação, aplicação, penalidade, pena de advertência, suspensão, destituição, cargo público, função em comissão, demissão, garantia, denunciado, direito de defesa, processo administrativo, prazo, infrator, incompatibilidade, serviço público, redução, hostilidade, relação de emprego.

Proposição: PL 286/2003

Autor: Deputada Laura Carneiro – PFL /RJ

Data de Apresentação: 11/03/2003

Situação: CCJC: Tramitando em conjunto.

Ementa: Altera a redação do art. 44, da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), acrescentando-lhe o inciso V.

Explicação da Ementa: Destinando pelo menos 30% (trinta por cento) dos recursos do Fundo Partidário à formação e capacitação política feminina.

Indexação: alteração, Lei Orgânica dos Partidos Políticos, aplicação, percentagem, cota, recursos, Fundo Partidário, formação, capacidade profissional, sexo feminino, mulher, atividade política.

Proposição: PL 289/2003

Autor: Deputada Laura Carneiro – PFL /RJ

Data de Apresentação: 11/03/2003

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre cotas para mulheres nos cargos das executivas dos partidos políticos.

Indexação: alteração, Lei Orgânica dos Partidos Políticos, inclusão, Estatuto, partido político, cota, percentagem, cargo de direção, comissão executiva, membros, sexo feminino, mulher.

Proposição: PL 541/2003

Autor: Deputado André Luiz – PMDB /RJ

Data de Apresentação: 27/03/2003

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Proíbe a veiculação de anúncios de Tele-Sexo nos meios de comunicação, em todo o Território Nacional.

Indexação: proibição, divulgação, anúncio, meios de comunicação, jornal, periódico, emissora, rádio, televisão, mala postal, panfleto, cartaz, serviço, sexo, telefone.

Proposição: PL 798/2003

Autor: Deputado Roberto Magalhães – PSDB /PE

Data de Apresentação: 22/04/2003

Ementa: Altera a redação do § 5º, do art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

Explicação da Ementa: Reduzindo para 40 (quarenta) dias o prazo para indicação de candidatos para preencher as vagas remanescentes nas eleições proporcionais, independentemente dos percentuais previstos para ambos os sexos.

Indexação: alteração, legislação eleitoral, normas, eleições, redução, prazo, indicação, partido político, candidato, cargo eletivo, preenchimento, vaga, coligação partidária, eleição proporcional, Deputado Federal, Deputado Estadual, Deputado Distrital, ausência, exigência, percentagem, mulher, sexo, posterioridade, realização, convenção.

Proposição: PL 985/2003

Autor: Deputada Maria do Rosário – PT /RS

Data de Apresentação: 14/05/2003

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Acrescenta o parágrafo único ao art. 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Explicação da Ementa: Incluindo na aplicação de pena de reclusão quem efetuar ou favorecer a produção, transmissão ou divulgação via Internet de imagem criada por computação gráfica, contendo cena erótica ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.

Indexação: alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, inclusão, penalidade, pena de reclusão, caracterização, crime, pessoas, realização, favorecimento, produção, distribuição, transmissão, filme, fotografia, imagem visual, criação, utilização, computador, pornografia, sexo, vítima, criança, adolescente, divulgação, (Internet), meio eletrônico.

Proposição: PL 1105/2003

Autor: Givaldo Carimbão – PSB /AL

Data de Apresentação: 27/05/2003

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Proíbe a disponibilização de serviços de Tele-Sexo no sistema de telefonia brasileiro.

Explicação da Ementa: Proibindo a prestação de serviço de Tele-Sexo.

Indexação: proibição, empresa, concessionária, telefonia, disponibilidade, serviço, valor adicionado, oferta, sexo, telefone, penalidade, infrator, Lei Geral das Telecomunicações.

Proposição: PL 1736/2003

Autor: Severino Cavalcanti – PP/PE

Data de Apresentação: 19/08/2003

Situação: CSSF: Pronta para Pauta.

Ementa: Proíbe a realização de cirurgia plástica de transformação plástico-reconstrutiva da genitália nos casos de transexualidade, na rede de unidades integrantes do SUS.

Indexação: proibição, (SUS), realização, cirurgia, alteração, sexo.

Proposição: PL 2279/2003

Autor: Elimar Máximo Damasceno – PRONA /SP

Data de Apresentação: 09/10/2003

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Torna contravenção penal o beijo lascivo entre pessoas do mesmo sexo em público.

Indexação: alteração, Lei das Contravenções Penais, caracterização, contravenção penal, via pública, local, público, pessoas, igualdade, sexo, homossexual.

Proposição: PL 2593/2003

Autor: Maria do Rosário – PT /RS

Data de Apresentação: 25/11/2003

Situação: CTASP: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para dispor sobre a proibição da prática do assédio moral nas relações de trabalho.

Indexação: alteração, legislação trabalhista, (CLT), proibição, empregador, assédio moral, relação de emprego, trabalho, garantia, empregado, trabalhador, rescisão, contrato de trabalho, recebimento, indenização, pagamento em dobro, ocorrência, discriminação, sexo, raça, idade.

Proposição: PL 1622/2003

Autor: Almeida de Jesus – PL /CE

Data de Apresentação: 05/08/2003

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Dispõe sobre a regulamentação das propagandas de televisão, proibindo a exibição de cenas que estimulem o abuso e a liberdade da sexualidade no horário das cinco horas e vinte e quatro horas.

Indexação: limitação, horário, exibição, transmissão, propaganda, sexo, incentivo, liberdade sexual, emissora, televisão, radiodifusão, proibição, Poder Público, publicidade, utilização, imagem, incentivo, sexualidade, campanha, turismo, combate, droga, discriminação, distribuição, preservativo, penalidade, autoridade, servidor, infrator, Crime contra a Administração Pública, aplicação, legislação.

Proposição: PL 1839/2003

Autor: Luciano Castro – PL/RR

Data de Apresentação: 01/09/2003

Situação: CCJC: Aguardando Parecer.

Ementa: Altera dispositivo da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, dispondo sobre as relações patrimoniais na união estável.

Explicação da Ementa: Substituindo o regime de comunhão parcial de bens pela separação de bens na união estável; alterando o novo Código Civil.

Indexação: alteração, Código Civil, substituição, regime, comunhão parcial de bens, união estável, utilização, separação de bens, registro, propriedade, bens imóveis.

Proposição: PL 2632/2003

Autor: Senado Federal – Paulo Paim – PT /RS

Data de Apresentação: 28/11/2003

Situação: CCJC: Aguardando Parecer.

Ementa: Altera os arts. 121 e 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Explicação da Ementa: Tipificando como homicídio qualificado o crime quando cometido contra parente, irmão, cônjuge, companheiro, e lesão corporal grave quando causada por abuso das relações domésticas.

Indexação: alteração, Código Penal, tipicidade, crime, homicídio qualificado, vítima, parente, ascendente, descendente, irmão, cônjuge, companheiro, companheira, lesão corporal grave, violência doméstica, agravação penal, pena de prisão.

Proposição: DVT 1 CTASP => PL 352/2003

Autor: Dra. Clair – PT /PR

Data de Apresentação: 14/05/2003

Ementa: Acrescenta artigo à Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que “dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências”, a fim de conceder estabilidade provisória para a empregada gestante.

Proposição: EMC 1/2003 CSSF => PL 1091/2003

Autor: Elimar Máximo Damasceno – PRONA /SP

Data de Apresentação: 12/08/2003

Ementa: Dispõe sobre a exigência para que hospitais municipais, estaduais e federais, implantem um programa de orientação à gestante sobre os efeitos e métodos utilizados no aborto, quando este for autorizado legalmente.

Proposição: EMC 2/2003 CSSF => PL 1091/2003

Autor: Elimar Máximo Damasceno – PRONA /SP

Data de Apresentação: 12/08/2003

Ementa: Dispõe sobre a exigência para que hospitais municipais, estaduais e federais, implantem um programa de orientação à gestante sobre os efeitos e métodos utilizados no aborto, quando este for autorizado legalmente.

Proposição: EMC 3/2003 CSSF => PL 1091/2003

Autor: Elimar Máximo Damasceno – PRONA /SP

Data de Apresentação: 12/08/2003

Ementa: Dispõe sobre a exigência para que hospitais municipais, estaduais e federais, implantem um programa de orientação à gestante sobre os efeitos e métodos utilizados no aborto, quando este for autorizado legalmente.

Proposição: EMR 1 CSSF => PL 2481/2003

Autor: Maria Helena – PPS /RR

Data de Apresentação: 25/03/2004

Ementa: Dispõe sobre o estímulo à guarda e adoção de criança ou adolescente órfão ou abandonado.

Proposição: EMS 3/2003 => PL 3/2003

Autor: Senado Federal

Data de Apresentação: 12/05/2004

Ementa: Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2003 (PL nº 3, de 2003, na Casa de origem), que “acrescenta parágrafos ao art. 129, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de

1940 – Código Penal, criando o tipo especial denominado “Violência Doméstica”. Substitua-se o Projeto pelo seguinte: Acrescenta parágrafos ao art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, criando o tipo especial denominado “lesão corporal com abuso de situação doméstica”.

Proposição: EMP 1/2003 => PL 644/2003

Autor: Deputada Laura Carneiro – PFL /RJ

Data de Apresentação: 27/11/2003

Ementa: Assegura o gozo de licença-maternidade às mulheres parlamentares e dá outras providências.

Proposição: EMC 428/2003 PEC04003 => PEC 40/2003

Autor: Arnaldo Faria de Sá – PTB /SP

Data de Apresentação: 04/07/2003

Ementa: Inclua-se onde couber, renumerando os demais artigos: art. – O servidor público policial será aposentado: I – compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos sessenta e cinco anos de idade, qualquer que seja a natureza dos serviços prestados; II – voluntariamente, com proventos integrais, independentemente da idade: a) após trinta anos de contribuição, se homem, desde que conte, pelo menos vinte anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial; b) após vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, desde que conte, pelo menos vinte anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial; o) após vinte e cinco anos de contribuição, homem ou mulher, desde que em cargo de natureza estritamente policial.

Proposição: EMC 425/2003 PEC04003 => PEC 40/2003

Autor: Arnaldo Faria de Sá – PTB/SP

Data de Apresentação: 04/07/2003

Ementa: Inclua-se onde couber a seguinte redação: “Os policiais federais, rodoviários federal, ferroviários federais, civis dos Estados e do Distrito Federal, terão direito á aposentadoria integral aos 30 (trinta) anos de contribuição: a) se homem aos 20 (vinte) anos na atividade policial; Se mulher aos 15 (quinze) anos na atividade policial”.

Proposição: EMO 2/2003 CDH

Autor: Comissão de Direitos Humanos

Data de Apresentação: 17/11/2003

Situação: CDHM: Arquivada.

Ementa: Rede Nacional de Informações para Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – R\$ 3.000.000,00

Proposição: EPP 5/2003 CDH

Autor: Comissão de Direitos Humanos

Data de Apresentação: 17/11/2003

Situação: CDHM: Arquivada.

Ementa: Combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes – Serviço de proteção sócio-assistencial às crianças e aos adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual em áreas de fronteira. R\$8.000.000,00

Proposição: EMC 1/2003 CSSF => PL 7/2003

Autor: Elimar Máximo Damasceno – PRONA /SP

Data de Apresentação: 27/03/2003

Ementa: Suprima-se a expressão “gênero ou orientação” dos artigos 1º e 2º do Projeto de Lei nº 007, de 2003.

Proposição: EPP 3/2003 CDH

Autor: Comissão de Direitos Humanos

Data de Apresentação: 17/11/2003

Situação: CDHM: Arquivada.

Ementa: Gestão da política de gênero – Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação. R\$2.142.500,00

Proposição: EMC 420/2003 PEC04003 => PEC 40/2003

Autor: Arnaldo Faria de Sá – PTB /SP

Data de Apresentação: 04/07/2003

Ementa: Dê-se, ao art. 8º da PEC nº 40, a seguinte redação: “Art. 8º Para os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos

Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que ingressaram no serviço público até a data de publicação desta Emenda, os proventos de aposentadorias e pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

§ 1º O cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e, na forma da lei, corresponderão à totalidade da remuneração, se inferior ao valor máximo dos benefícios do regime geral de Previdência Social de que trata o art. 201 da Constituição, ou a esse valor acrescido de um trinta e cinco avos ou um trinta avos, se homem ou mulher, respectivamente, da parcela de remuneração que o exceder para cada ano de efetivo exercício no serviço público, se superior”.

Proposição: EMP 2/2003 => PRC 15/2003

Autor: Deputada Laura Carneiro – PFL /RJ

Data de Apresentação: 28/11/2003

Ementa: Acrescenta parágrafo ao art. 235 do Regimento Interno, garantindo às parlamentares o direito à licença-gestante.

Proposição: INC 1365/2003

Autor: Luis Carlos Heinze – PP /RS

Data de Apresentação: 10/12/2003

Situação: 1SECM: Enviada ao Arquivo.

Ementa: Sugere ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a revisão de Resolução da ANVISA que aprova o Regulamento Técnico para Promoção Comercial de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância.

Indexação: (MAPA), (ANVISA), revisão, Resolução, Regulamento, propaganda comercial, exigência, colocação, advertência, transgênico, rótulo, alimentos, leite, criança, inclusão, incentivo, aleitamento materno.

Proposição: INC 1366/2003

Autor: Luis Carlos Heinze – PP /RS

Data de Apresentação: 10/12/2003

Situação: 1SECM: Enviada ao Arquivo.

Ementa: Sugere ao Ministério da Saúde a revisão de Resolução da ANVISA que aprova o Regulamento Técnico para Promoção Comercial de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância.

Indexação: (MS), (ANVISA), revisão, Resolução, Regulamento, propaganda comercial, exigência, colocação, advertência, transgênico, rótulo, alimentos, leite, criança, inclusão, incentivo, aleitamento materno.

Proposição: INC 696/2003

Autor: Severino Cavalcanti – PP /PE

Data de Apresentação: 09/07/2003

Situação: MESA: Enviada ao Arquivo.

Ementa: Sugere ao Procurador-Geral da República que adote as providências necessárias para apurar a atuação da Promotoria de Justiça Criminal de Defesa dos Usuários dos Serviços de Saúde – Pró-Vida, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Explicação da Ementa: Apuração da atuação do Promotor de Justiça, Diaulas Costa Ribeiro, quanto à autorização de “aborto eugênico”.

Indexação: procuradoria-Geral da República, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, apuração, atuação, Promotor de Justiça, defesa, usuário, serviço de saúde, autorização, realização, aborto, ilegalidade.

Proposição: INC 533/2003

Autor: Luiz Sérgio – PT /RJ

Data de Apresentação: 27/05/2003

Situação: MESA: Enviada ao Arquivo.

Ementa: Sugere ao Poder Executivo o envio do Projeto de Lei que amplie a licença no caso de adoção de criança por servidora pública federal, modificando para tanto a Lei nº 8.112/90 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União e das Autarquias e Fundações Públicas Federais).

Indexação: Casa Civil, Presidência da República, encaminhamento, Projeto de Lei, alteração, Regime Jurídico Único, ampliação, con-

cessão, licença à adotante, servidor público civil, adoção, criança, menor.

Proposição: INC 534/2003

Autor: Almeida de Jesus – PL /CE

Data de Apresentação: 27/05/2003

Situação: MESA: Enviada ao Arquivo.

Ementa: Sugere ao Poder Executivo o envio de Projeto de Lei que amplie a licença no caso de adoção de criança por servidora pública federal, assegurando-lhe, também, a concessão de auxílio – natalidade, modificando para tanto a Lei nº 8.112/90 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União e das Autarquias e Fundações Públicas Federais).

Indexação: Casa Civil, Presidência da República, encaminhamento, projeto de lei, alteração, Regime Jurídico Único, ampliação, licença à adotante, servidor público civil, adoção, criança, menor, concessão, auxílio-natalidade.

Proposição: INC 864/2003

Autor: Perpétua Almeida – PCdoB /AC

Data de Apresentação: 10/09/2003

Situação: MESA: Enviada ao Arquivo.

Ementa: Sugere à Casa Civil da Presidência da República o encaminhamento de Projeto de Lei com o objetivo de ampliar a licença no caso de adoção de criança por servidora pública federal, assegurando-lhe também a concessão de auxílio-natalidade.

Indexação: Casa Civil, Presidência da República, encaminhamento, Projeto de Lei, alteração, Regime Jurídico Único, ampliação, licença à adotante, servidor público civil, concessão, auxílio natalidade.

Proposição: INC 951/2003

Autor: Yeda Crusius – PSDB /RS

Data de Apresentação: 25/09/2003

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: Sugere ao Ministério da Educação a inclusão nos ensinos fundamental e médio do estudo da promoção da igualdade de gê-

nero e combate à discriminação contra a mulher nos parâmetros curriculares nacionais.

Indexação: (MEC), inclusão, conteúdo, currículo, ensino fundamental, ensino médio, estudo, promoção, igualdade, sexo feminino, sexo masculino, combate, discriminação, violência, vítima, mulher.

Proposição: INC 1269/2003

Autor: Professor Irapuan Teixeira – S. PART./SP

Data de Apresentação: 04/12/2003

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: Sugere ao Ministro da Saúde a inclusão nos exames pré-nupciais do teste de HIV, garantidos pelo SUS, a exemplo do que já acontece com os exames de pré-natal.

Indexação: (MS), inclusão, exame médico, prevenção, contaminação, vírus, (HIV), (AIDS), anterioridade, casamento, garantia, gratuidade, (SUS).

Proposição: INC 1354/2003

Autor: Luiz Carlos Santos – PFL/SP

Data de Apresentação: 10/12/2003

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: Sugere ao Senhor Ministro da Saúde a intensificação de campanhas de esclarecimento sobre prevenção do câncer de mama.

Indexação: (MS), aumento, campanha nacional, esclarecimentos, prevenção, doença, câncer de mama, orientação, exame médico.

Proposição: INC 1361/2003

Autor: Luiz Carlos Santos – PFL /SP

Data de Apresentação: 10/12/2003

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: Sugere ao Senhor Ministro da Saúde a ampliação do acesso ao exame de mamografia no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Indexação: (MS), ampliação, acesso, exame médico, identificação, doença, câncer de mama, (SUS).

Proposição: INC 1368/2003

Autor: Coriolano Sales – PFL /BA

Data de Apresentação: 11/12/2003

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: Sugere ao Presidente da República, Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, através dos Ministérios da Justiça e da Educação, a adoção de programa para realização do exame do código genético – DNA nas ações de investigação de paternidade ou de maternidade, nos termos da Lei nº 10.317, de 06.12.2001 – (Art. 3º, VI).

Indexação: (MJ), (MEC), destinação, recursos públicos, universidade federal, estruturação, laboratório, realização, exame de DNA, convênio, Judiciário, ação investigatória de paternidade, maternidade.

Proposição: INC 75/2003

Autor: Jorge Boeira – PT/SC

Data de Apresentação: 12/03/2003

Situação: MESA: Enviada ao Arquivo.

Ementa: Sugere ao Ministério da Justiça, por meio do Chefe do Poder Executivo, sobre adoção de medidas de combate à violência física e moral contra crianças.

Indexação: (MJ), providência, combate, maus tratos, violência, criança, adolescente.

Proposição: INC 282/2003

Autor: Maria do Rosário – PT /RS

Data de Apresentação: 09/04/2003

Situação: MESA: Enviada ao Arquivo.

Ementa: Sugere à Secretaria Nacional de Direitos Humanos a criação de atendimento telefônico gratuito acessível às crianças vítimas de abuso ou exploração sexual.

Explicação da Ementa: Sugerindo a criação de um disque-denúncia.

Indexação: Secretaria Nacional, Direitos Humanos, criação, número, telefone, serviço público, gratuidade, atendimento, criança, adolescente, menor, denúncia, vítima, violência, abuso, exploração sexual.

Proposição: INC 596/2003

Autor: Fernando de Fabinho – PFL /BA

Data de Apresentação: 11/06/2003

Situação: MESA: Enviada ao Arquivo.

Ementa: Sugere aos Ministérios da Assistência e Promoção Social, Planejamento, Orçamento e Gestão e Fazenda a adoção de providências do Poder Executivo no sentido de providenciar com a urgência que requer o assunto, a liberação dos recursos, alocados no Orçamento Geral da União, para execução do Programa Sentinela – Programa de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Indexação: (MF), (MP), Ministério, Assistência, Promoção Social, liberação, recursos financeiros, orçamento, execução, Programa, Sentinela, combate, abuso, exploração sexual, criança, adolescente.

Proposição: INC 762/2003

Autor: Lúcia Braga – PMN /PB

Data de Apresentação: 16/07/2003

Situação: MESA: Enviada ao Arquivo.

Ementa: Sugere, através desta Casa Legislativa, seja encaminhada à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, a implantação do Programa Vida Mulher – Conscientização em Casa, a nível nacional.

Indexação: Secretaria Especial, Política, Mulher, implantação, Programa, Vida, Mulher, Conscientização, combate, violência doméstica, abuso, exploração, sexual, Território Nacional.

Proposição: INC 1250/2003

Autor: Zelinda Novaes – PFL /BA

Data de Apresentação: 28/11/2003

Situação: 1SECM: Enviada ao Arquivo.

Ementa: Sugere, no âmbito do Ministério da Justiça, a implementação de uma política permanente visando coibir a exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias.

Indexação: (MJ), implementação, política, objetivo, combate, prostituição, exploração sexual, criança, adolescente, rodovia, fiscali-

zação, repressão, tráfico, menor, mobilização, Polícia Rodoviária Federal.

Proposição: INC 897/2003

Autor: Zelinda Novaes – PFL /BA

Data de Apresentação: 17/09/2003

Ementa: Sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde a implementação de campanhas educativas contra os males do fumo voltadas para os adolescentes, notadamente do sexo feminino.

Indexação: (MS), criação, campanha educativa, redução, vício, fumo, cigarro, adolescente, sexo feminino.

Proposição: INC 274/2003

Autor: Pastor Reinaldo – PTB /RS

Data de Apresentação: 09/04/2003

Situação: MESA: Enviada ao Arquivo.

Ementa: Sugere ao Ministro da Saúde a realização de exames de HPV (papilomavírus) como rotina na rede do Sistema Único de Saúde – SUS.

Indexação: (MS), (SUS), realização, exame ginecológico, prevenção, câncer, colo do útero.

Proposição: INC 471/2003

Autor: Mariângela Duarte – PT /SP

Data de Apresentação: 08/05/2003

Situação: MESA: Enviada ao Arquivo.

Ementa: Sugere ao Presidente da República que seja regulamentada a Lei n.º 10.048, de 8 de novembro de 2000.

Explicação da Ementa: Lei Federal que estabelece atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência, idosos, gestantes, lactantes e às pessoas acompanhadas de crianças de colo.

Indexação: Casa Civil, Presidência da República, regulamentação, Lei Federal, prioridade, atendimento, pessoa deficiente, portador de necessidade especial, deficiente físico, idoso, gestante, pessoas, acompanhamento, criança, menor, repartição pública, instituição financeira, bancos.

Proposição: INC 1074/2003

Autor: Dra. Rosinha – PT /PR

Data de Apresentação: 29/10/2003

Situação: 1SECM: Enviada ao Arquivo.

Ementa: Sugere ao Ministro da Saúde enfatizar a prevenção da Síndrome Alcoólica Fetal no âmbito da atenção à gestante do SUS.

Indexação: (MS), inclusão, identificação, alcoolismo, gestante, programa, assistência, exame pré – natal, (SUS), prevenção, doença, recém- nascido, Síndrome Alcoólica Fetal.

Proposição: INC 763/2003

Autor: Lúcia Braga – PMN/PB e co-autores.

Data de Apresentação: 23/07/2003

Situação: MESA: Enviada ao Arquivo.

Ementa: Sugere, através desta Casa Legislativa, seja encaminhado requerimento para a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, no sentido da criação do Programa Casa – Abrigo, em nível nacional, para a proteção de mulheres vítimas de violência.

Indexação: Secretaria Especial, Política, Mulher, criação, programa, proteção, vítima, violência doméstica.

Proposição: INC 436/2003

Autor: Fernando de Fabinho – PFL /BA

Data de Apresentação: 06/05/2003

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Sugere ao Ministro da Educação a inclusão de projetos anuais contextualizados nos currículos do Ensino Fundamental e Médio, dos temas sexo, Drogas e DST.

Indexação: (MEC), inclusão, projeto, currículo, ensino médio, ensino fundamental, assunto, educação sexual, droga, doença transmissível, sexo, (AIDS), providência, proteção, saúde, juventude.

Proposição: MSC 84/2003 => PL 354/2003

Autor: Poder Executivo

Data de Apresentação: 17/03/2003

Ementa: Submete Projeto de Lei que “Altera a Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, para restabelecer o pagamento, pela empresa, do salário-maternidade devido às seguradas empregada e trabalhadora avulsa gestantes”.

Proposição: MSC 377/2003

Autor: Poder Executivo

Data de Apresentação: 13/08/2003

Ementa: Encaminha autógrafos da Lei nº 10.714, de 13/08/2003, que “Autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher”.

Proposição: MSC 305/2003 => PL 1410/2003

Autor: Poder Executivo

Data de Apresentação: 07/07/2003

Ementa: Submete o Projeto de Lei que “Altera os arts. 67, 82, 98 e 137 do Estatuto dos Militares, de que trata a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, sobre a licença para acompanhar cônjuge, e acrescenta o art. 70-A”.

Proposição: PAR 1 MESA => PRC 22/2003

Autor: Mesa diretora da Câmara dos Deputados.

Data de Apresentação: 05/06/2003

Ementa “institui o Diploma Mulher – Cidadã Carlota Pereira de Queirós, e dá outras providências”.

Proposição: PDC 3001/2003

Outros números: MSC-447/2002

Autor: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Data de Apresentação: 08/01/2003

Situação: CCJC: Pronta para Pauta.

Ementa: Aprova o texto do Acordo que modifica o Acordo de Seguridade Social de 1993 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, celebrado em Arica, República do Chile, em 20 de março de 2002.

Indexação: Aprovação, alteração, ato internacional, acordo internacional, Seguridade Social, assistência médica, cálculo, benefício previdenciário, seguro social, segurado, auxílio-doença, auxílio natalidade, aposentadoria por invalidez, pensão previdenciária, país, Brasil, país estrangeiro, Chile.

Proposição: PEC 173/2003

Autor: Aloysio Nunes Ferreira – PSDB/SP e co-autores.

Data de Apresentação: 25/09/2003

Situação: MESA: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Altera os arts. 208 e 212 da Constituição Federal e o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Explicação da Ementa: Garantindo o ensino obrigatório e gratuito, em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade, visando desenvolver a educação infantil; alterando a nova Constituição Federal.

Indexação: alteração, Constituição Federal, Educação, Disposições Constitucionais Transitórias, garantia, Poder Público, atendimento, ensino obrigatório gratuito, educação infantil, creche, educação pré-escolar, financiamento, receita, contribuição social, salário educação, aumento, prazo, Estados, (DF), Municípios, destinação, aplicação de recursos, percentagem, (FUNDEF).

Proposição: PEC 60/2003

Autor: André Luiz – PMDB /RJ

Data de Apresentação: 15/05/2003

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Acrescenta parágrafo segundo ao artigo 183, da Constituição da República Federativa do Brasil, que dispõe sobre a concessão de uso e título de domínio de área urbana.

Explicação da Ementa: Estabelecendo que a concessão de uso e o título de domínio de propriedade urbana será dado à mulher em regime de usufruto quando da vinculação conjugal houver filhos; alterando a nova Constituição Federal.

Indexação: alteração, Constituição Federal, direitos, mulher, usufruto, concessão de uso, título de domínio, propriedade, imóvel urbano, ocorrência, sociedade conjugal, existência, filho.

Proposição: PEC 73/2003

Autor: André Luiz – PMDB /RJ

Data de Apresentação: 29/05/2003

Situação: CCJC: Pronta para Pauta.

Ementa: Acrescenta parágrafo segundo ao artigo 183, da Constituição da República Federativa do Brasil, que dispõe sobre a concessão de uso e título de domínio de área urbana.

Explicação da Ementa: Estabelecendo que a concessão de uso e o título de domínio de propriedade urbana será dado à mulher em regime de usufruto quando da vinculação conjugal houver filhos; alterando a nova Constituição Federal.

Indexação: Alteração, Constituição Federal, direitos, mulher, usufruto, concessão de uso, título de domínio, propriedade, imóvel urbano, ocorrência, sociedade conjugal, existência, filho.

Proposição: PEC 62/2003

Autor: Severino Cavalcanti – PPB /PE

Data de Apresentação: 19/05/2003

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Dá nova redação ao caput do artigo 5º da Constituição Federal.

Explicação da Ementa: Garantindo ao nascituro o direito à vida desde a sua concepção; alterando a nova Constituição Federal.

Indexação: alteração, Constituição Federal, Direitos e Garantias Fundamentais, garantia constitucional, direito à vida, nascituro, período, concepção.

Proposição: PEC 159/2003

Autor: Inaldo Leitão – PL/PB e co-autores

Data de Apresentação: 10/09/2003

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dá nova redação ao § 3º do art. 226 da Constituição Federal.

Explicação da Ementa: Reconhecendo a união estável entre pessoas; alterando a nova Constituição Federal.

Indexação: alteração, Constituição Federal, reconhecimento, união estável, pessoas.

Proposição: PRC 15/2003

Autor: Marinha Raupp – PMDB /RO

Data de Apresentação: 11/03/2003

Situação: PLEN: Transformado em Norma Jurídica.

Ementa: Acrescenta incisos aos arts. 235 e 241 e modifica o § 2º do art. 241 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Explicação da Ementa: Garantindo licença à gestante para Deputada Federal.

Indexação: Alteração, Regimento Interno, Câmara dos Deputados, garantia, licença à gestante, maternidade, Deputado Federal, convocação, suplente.

Proposição: PRC 16/2003

Autor: Francisca Trindade – PT /PI

Data de Apresentação: 12/03/2003

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Acrescenta inciso ao art. 8º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Indexação: alteração, Regimento Interno, Câmara dos Deputados, reserva, percentagem, vaga, composição, membros, Mesa Diretora, Deputado Federal, equiparação, sexo, homem, mulher.

Proposição: PRC 21/2003

Autor: Perpétua Almeida – PCdoB /AC

Data de Apresentação: 13/03/2003

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Dispõe sobre a participação feminina nos cargos efetivos da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e dá outras providências.

Indexação: normas, participação, Deputado Federal, sexo feminino, mulher, cargo eletivo, membros, Mesa Diretora, Câmara dos Deputados, representação proporcional, bancada, partido político, bloco parlamentar, indicação, candidato.

Proposição: PRC 22/2003

Autor: Laura Carneiro – PFL /RJ

Data de Apresentação: 18/03/2003

Situação: Norma Jurídica Gerada: Resolução 03/2003

Ementa: Institui o Diploma Mulher – Cidadã Carlota Pereira de Queirós, e dá outras providências.

Indexação: criação, diploma, homenagem, mulher, defesa, direitos, cidadania, critérios, indicação, candidato, escolha, Conselho.

Proposição: RCP 4/2003

Autor: Agnaldo Muniz – PPS /RO

Data de Apresentação: 18/02/2003

Situação: MESA: Devolvida ao Autor.

Ementa: Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar o tráfico de mulheres e crianças do Brasil para o exterior.

Indexação: criação, (CPI), investigação, tráfico internacional, mulher, criança, país, Brasil, exterior, prostituição, exploração sexual.

Proposição: RCP 17/2003

Autor: Maurício Rabelo – PL /TO

Data de Apresentação: 09/04/2003

Situação: MESA: Devolvida ao Autor.

Ementa: Requer a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a violência contra a mulher e a violência doméstica.

Indexação: criação, (CPI), investigação, violência doméstica, vítima, mulher, criança, adolescente, exploração sexual.

Proposição: REQ 4/2003 CDH

Autor: Maria do Rosário – PT/RS e co-autores

Data de Apresentação: 26/02/2003

Situação: CDHM: Arquivada.

Ementa: Requer, nos termos regimentais (art.29), a criação da Subcomissão Permanente dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, que ficará responsável por receber e avaliar denúncias de violação dos direitos daqueles grupos, principalmente aquelas relacionadas a tráfico e exploração sexual de seres humanos.

Proposição: REQ 74/2003 CDH

Autor: Maria do Rosário – PT/RS

Data de Apresentação: 24/06/2003

Situação: CDHM: Arquivada.

Ementa: Requer, ouvido o Plenário, que seja organizado pela Subcomissão dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente e patrocinado pela Comissão de Direitos Humanos, seminário nacional no dia 7 de agosto do presente ano com o tema: “A mídia na proteção dos direitos das crianças e adolescentes”.

Proposição: REQ 98/2003 CDH

Autor: Maria do Rosário – PT/RS e co-autores.

Data de Apresentação: 28/08/2003

Situação: CDHM: Arquivada.

Ementa: Requer a realização de Seminário, pela Comissão de Direitos Humanos, em parceria com a Subcomissão Permanente dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente e a Bancada Feminina do Congresso Nacional, para apresentação do relatório do comitê CEDAW – Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher.

Proposição: REQ 105/2003 CDH

Autor: Maria do Rosário – PT/RS

Data de Apresentação: 04/09/2003

Situação: CDHM: Arquivada.

Ementa: Solicita a realização de Audiência Pública organizada pela Subcomissão dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente para debater as formas de trabalho infantil no Brasil.

Proposição: REQ 116/2003 CDH

Autor: Maria do Rosário – PT/RS

Data de Apresentação: 21/10/2003

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Requer a realização de videoconferência, sob a organização da Subcomissão dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, para apresentação de relatório parcial da Comissão

Parlamentar Mista de Inquérito que investiga as situações de violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes no Brasil.

Proposição: REQ 456/2003 => PLP 59/1999

Autor: Maurício Rabelo – PL/TO

Data de Apresentação: 18/03/2003

Situação: PLEN: Aguardando Providências Internas; SECAP (SGM): Aguardando Recebimento.

Ementa: Requer urgência para a apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 59-A/99, apresentado pela Deputada Nair Xavier Lobo, que estende os direitos assegurados à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho.

Proposição: REQ 1022/2003 => PRC 15/2003

Autor: Rogério Silva – PPS/MT

Data de Apresentação: 30/07/2003

Situação: CCP: Aguardando Recebimento; SGM: Aguardando Recebimento.

Ementa: Requer dispensação do Projeto de Resolução nº 15/03, apresentado pela Deputada Marinha Raupp, "Garantindo licença a gestante para a Deputada Federal".

Proposição: REQ 1380/2003 => PRC 15/2003

Autor: Marinha Raupp – PMDB/RO

Data de Apresentação: 12/11/2003

Situação: PLEN: Aguardando Providências Internas.

Ementa: "Requer urgência para a apreciação do Projeto de Resolução nº 15/03, apresentado pela Deputada Marinha Raupp", "Garantindo licença à gestante para a Deputada Federal".

Proposição: REQ 38/2003 CTASP

Autor: Laura Carneiro – PFL/RJ

Data de Apresentação: 27/08/2003

Situação: CTASP: Arquivada.

Ementa: Solicita a realização do Seminário: "Trabalho: Direito da Mulher", a se concretizar no corrente ano, para debater a situação

da mulher no mercado de trabalho, levando-se em conta as mudanças atuais no mundo do trabalho, as lutas e conquistas em busca da igualdade entre homens e mulheres e as discriminações de que é vítima a metade feminina da população.

Proposição: REQ 982/2003

Autor: Lúcia Braga – PMN/PB

Data de Apresentação: 16/07/2003

Ementa: Solicita, através desta Casa Legislativa, seja encaminhada à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, a implantação do Programa Vida Mulher – Conscientização em Casa, em nível nacional.

Proposição: REQ 996/2003

Autor: Lúcia Braga – PMN/PB

Data de Apresentação: 23/07/2003

Ementa: Solicita, através desta Casa Legislativa, seja encaminhado requerimento para a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, no sentido da criação do Programa Casa-Abrigo, em nível nacional para a proteção de mulheres vítimas de violência.

Proposição: REQ 42/2003 CSSF

Autor: Dr. Pinotti – PMDB/SP

Data de Apresentação: 08/05/2003

Situação: CSSF: Arquivada.

Ementa: “Solicita seja realizada Audiência Pública para discutir a incidência do câncer mamário no país”.

Proposição: REQ 1000/2003

Autor: Perpétua Almeida – PCdoB/AC

Data de Apresentação: 23/07/2003

Situação: SECAP(SGM): Aguardando Recebimento.

Ementa: Requer que a Sessão Plenária da Câmara dos Deputados seja transformada em Comissão Geral e convidadas a Ministra Emilia Fernandes, Secretária Especial de Políticas para as Mulheres e a Ministra Matilde Ribeiro, Secretária Especial de Políticas de Pro-

moção da Igualdade Racial, para debaterem o relatório apresentado na ONU sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher.

Proposição: REQ 64/2003 CDH

Autor: Pompeo de Mattos – PDT/RS

Data de Apresentação: 03/06/2003

Situação: CDHM: Arquivada.

Ementa: “Requer convite a Sr^a Marlise Weiss, a fim de prestar esclarecimentos, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos, sobre o drama envolvendo os processos judiciais, em andamento no Brasil e na Argentina, com o objetivo de repatriar sua filha, a menor Bárbara, seqüestrada pelo pai argentino.”

Proposição: REQ 457/2003 => PL 335/1995

Autor: Maurício Rabelo – PL/TO

Data de Apresentação: 18/03/2003

Situação: PLEN: Aguardando Providências Internas; SECAP (SGM): Aguardando Recebimento.

Ementa: Requer urgência para a apreciação do Projeto de Lei nº 335/95, apresentado pela Deputada Fátima Pelaes, determinando que as penitenciárias de mulheres sejam dotadas de seção para gestantes e parturientes e de creches para os menores cuja responsável esteja presa.

Proposição: REQ 441/2003

Autor: Laura Carneiro – PFL/RJ

Data de Apresentação: 18/03/2003

Ementa: Requer a realização de Sessão Solene para comemorar o Dia Internacional para Eliminação da Violência Contra a Mulher, em 25 de novembro.

Proposição: REQ 974/2003

Autor: Jandira Feghali – PCdoB/RJ

Data de Apresentação: 10/07/2003

Situação: SECAP (SGM): Aguardando Recebimento.

Ementa: Requer a convocação de Sessão Solene conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal em homenagem ao Dia Internacional da Não-Violência Contra a Mulher.

Proposição: REQ 362/2003

Autor: Maria do Rosário – PT/RS

Data de Apresentação: 11/03/2003

Ementa: Requer convocação de Sessão Solene da Câmara dos Deputados para o dia 20 de maio de 2003, às 10 horas, a fim de homenagearmos, em Plenário, o Dia Nacional de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Proposição: REQ 37/2003 CTASP

Autor: Laura Carneiro – PFL/RJ

Data de Apresentação: 27/08/2003

Situação: CTASP: Arquivada.

Ementa: Solicito sejam convidados representantes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA), para prestarem informações sobre o trabalho doméstico infantil e a exploração sexual comercial de crianças no Brasil.

Proposição: REQ 122/2003 CDH

Autor: Fátima Bezerra – PT/RN

Data de Apresentação: 29/10/2003

Situação: CDHM: Arquivada.

Ementa: Solicita à Comissão de Direitos Humanos a realização de Audiência Pública para discutir a adoção do Código de Conduta do Turismo Contra a Exploração Sexual Infanto-Juvenil no Brasil.

Proposição: REQ 44/2003 CTD

Autor: Fátima Bezerra – PT/RN

Data de Apresentação: 19/11/2003

Situação: CTD: Aguardando Providências Internas.

Ementa: Solicita a realização de Audiência Pública para discutir a adoção do Código de Conduta do Turismo Contra a Exploração Sexual Infanto-Juvenil no Brasil.

Proposição: REQ 158/2003 CDCMAM

Autor: Francisca Trindade – PT/PI e co-autores.

Data de Apresentação: 04/06/2003

Situação: CDC: Aguardando Providências Internas.

Ementa: Solicita a realização de Audiência Pública para apresentação das propostas do Governo Federal no que respeita às políticas de igualdade racial e de gênero.

Proposição: REQ 24/2003 CDH

Autor: Orlando Fantazzini – PT/SP

Data de Apresentação: 25/03/2003

Situação: CDHM: Arquivada.

Ementa: Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, pela Comissão de Direitos Humanos, para discutir a legalização da prostituição e exibição do filme “Amante da Rua” de Eunice Gutman.

Proposição: REQ 794/2003

Autor: Francisca Trindade – PT/PI

Data de Apresentação: 22/05/2003

Ementa: Requer a presença, no Estado do Piauí, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional que investiga a Prostituição Infanto-Juvenil.

Proposição: RIC 255/2003

Autor: Elimar Máximo Damasceno – PRONA/SP

Data de Apresentação: 03/04/2003

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: Solicita informações ao Ministro da Saúde sobre a realização de abortos legais.

Explicação da Ementa: Ministro Humberto Costa.

Indexação: (MS), custo, valor, quantidade, aborto, vítima, estupro, doença transmissível, sexo, relação, hospital.

Proposição: RIC 720/2003

Autor: Elimar Máximo Damasceno – Prona/SP

Data de Apresentação: 20/08/2003

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: Solicita informações à Ex.^{ma}. Sr.^a Secretária Especial de Política para Mulheres, acerca do relatório brasileiro apresentado às Nações Unidas em cumprimento ao Protocolo Facultativo à Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

Explicação da Ementa: Ministra Emilia Fernandes.

Indexação: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, relatório, (ONU), cumprimento, Protocolo, Convenção Internacional, Eliminação, Discriminação, pronunciamento, posição, país, Brasil, aumento, aborto, orientação, educação sexual.

Proposição: RIC 1182/2003

Autor: Elimar Máximo Damasceno – Prona/SP

Data de Apresentação: 01/12/2003

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: Solicita informações ao Ministro da Defesa em relação às medidas tomadas para regular a entrada no Brasil de navios-hospital ou de pesquisa médica de bandeira estrangeira que estariam prestando assistência médica gratuita em áreas carentes, bem como à presença de navios-cassino em portos brasileiros e ao longo da costa brasileira.

Explicação da Ementa: Ministro José Viegas Filho.

Indexação: Ministério da Defesa, Comando da Marinha, critérios, controle, entrada, permanência, navio, bandeira estrangeira, porto, realização, pesquisa científica, assistência médico-odontológica, população carente, denúncia, embarque, mulher, aborto, turista, jogo de azar, cassino, navio estrangeiro, águas territoriais, ausência, jurisdição, país, Brasil.

Proposição: RIC 1183/2003

Autor: Elimar Máximo Damasceno – Prona/SP

Data de Apresentação: 01/12/2003

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: Solicita informações ao Ministro da Justiça em relação às medidas tomadas para regular a entrada no Brasil de navios-hospital ou de pesquisa médica de bandeira estrangeira que estariam prestando assistência médica gratuita em áreas carentes, bem como à presença de navios-cassino em portos brasileiros e ao longo da costa brasileira.

Explicação da Ementa: Ministro Márcio Thomaz Bastos.

Indexação: (MJ), denúncia, entrada, permanência, porto, navio, bandeira estrangeira, realização, pesquisa científica, assistência médico hospitalar, população carente, denúncia, embarque, mulher, aborto, turista, jogo de azar, cassino, navio estrangeiro, águas territoriais, ausência, jurisdição, país, Brasil, providência, Comando da Marinha.

Proposição: RIC 313/2003

Autor: Perpétua Almeida – PCdoB/AC

Data de Apresentação: 22/04/2003

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: Solicita informações a Sr.^a Secretária Especial de Políticas para as mulheres, Emilia Fernandes, relativas à Questão da Mulher no Brasil.

Explicação da Ementa: Ministra Emilia Fernandes.

Indexação: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, quantidade, delegacia, construção, creche, instituição assistencial, atendimento, vítima, agressão, risco de vida, dados, estatística, violência.

Proposição: RIC 962/2003

Autor: Jandira Feghali – PCdoB/RJ

Data de Apresentação: 14/10/2003

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: Solicita ao Ex.^{mo} Sr. Ministro de Estado da Saúde, Humberto Costa, informações sobre a aplicação de recursos do Programa Saúde da Mulher.

Explicação da Ementa: Ministro Humberto Costa.

Indexação: (MS), aplicação, recursos públicos, Programa Saúde Mulher, atendimento.

Proposição: RIC 1181/2003

Autor: Elimar Máximo Damasceno – PRONA/SP

Data de Apresentação: 01/12/2003

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: Solicita informações ao Ministério da Justiça sobre a concessão, pelo Conselho Nacional de Imigração, de visto de permanência a estrangeiro que comprove união estável com parceiro do mesmo sexo.

Explicação da Ementa: Ministro Márcio Thomaz Bastos.

Indexação: (MJ), Conselho Nacional de Imigração, concessão, estrangeiro, visto permanente, união estável, parceiro, homossexual, critérios, fundamentação jurídica.

Proposição: RIC 435/2003

Autor: Perpétua Almeida – PCdoB/AC

Data de Apresentação: 28/05/2003

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: Solicita informações ao Sr. Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, relativas a abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado do Acre.

Explicação da Ementa: Ministro Márcio Thomaz Bastos.

Indexação: (MJ), estatística, abuso, exploração sexual, criança, adolescente, menor, dados, sexo, Municípios, renda familiar, Estado, (AC).

Proposição: RIC 1180/2003

Autor: Zelinda Novaes – PFL/BA

Data de Apresentação: 28/11/2003

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: Solicita ao Sr. Ministro da Justiça informações sobre a atuação da Polícia Rodoviária Federal contra a exploração sexual de crianças e adolescentes nas estradas.

Explicação da Ementa: Ministro Márcio Thomaz Bastos.

Indexação: (MJ), atuação, Polícia Rodoviária Federal, combate, exploração sexual, prostituição, criança, adolescente, rodovia estadual.

Proposição: RIC 166/2003

Autor: Takayama – PSB/PR

Data de Apresentação: 25/03/2003

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: Solicita informações ao Sr. Ministro da Saúde no sentido de informar esta Casa quanto o Governo Federal destinou à propaganda veiculada nos meios de comunicação sobre o uso de preservativos para o carnaval de 2003.

Explicação da Ementa: Ministro Humberto Costa.

Indexação: (MS), Governo Federal, destinação, recursos públicos, propaganda, meios de comunicação, campanha, utilização, preservativo, carnaval.

Proposição: RIC 735/2003

Autor: Pastor Reinaldo – PTB/RS

Data de Apresentação: 28/08/2003

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: Solicita informações ao Ex.^{mo} Sr. Ministro da Educação a respeito do Programa Saúde e Prevenção nas Escolas, que objetiva a distribuição de preservativos para adolescentes em escolas públicas de todo o País.

Explicação da Ementa: Ministro Cristovam Buarque.

Indexação: (MEC), Programa Saúde e Prevenção nas Escolas Públicas, distribuição, preservativo, adolescente, ensino médio, ensino fundamental.

Proposição: RIC 579/2003

Autor: Bismarck Maia – PSDB/CE

Data de Apresentação: 10/07/2003

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: Solicita informações ao Sr. Ministro da Previdência Social sobre providências para garantir às marisqueiras direitos trabalhistas.

Explicação da Ementa: Ministro Ricardo Berzoini.

Indexação: (MPS), (INSS), esclarecimentos, providência, reconhecimento, garantia, direitos e garantias trabalhistas, mulher, trabalhador, Estado, (CE).

Proposição: RIC 234/2003

Autor: Vanessa Grazziotin – PCdoB/AM

Data de Apresentação: 02/04/2003

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: Solicita à Senhora Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, informações referente à aplicação de projetos de combate à prostituição de menores para a Região Amazônica.

Explicação da Ementa: Ministra Emília Fernandes.

Indexação: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, projeto, combate, prostituição, menor, Região Amazônica, relação, Municípios, beneficiário.

Proposição: RIC 707/2003

Autor: Elimar Máximo Damasceno – PRONA/SP

Data de Apresentação: 18/08/2003

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, sobre os critérios de elaboração do CBO – Código Brasileiro de Ocupações.

Explicação da Ementa: Ministro Jaques Wagner.

Indexação: (MTE), critérios, elaboração, (CBO), inclusão, exercício profissional, sexo, prostituição, mulher, prostituta, valor, recebimento, especialista, empresa privada, legalidade.

Proposição: SPA 1/2003 CSSF

Autor: Comissão de Seguridade Social e Família

Data de Apresentação: 12/11/2003

Situação: CSSF: Arquivada.

Ementa: Inclui a ação “Atenção à Saúde da Mulher” no novo Programa de Atendimento Integral à Saúde da Mulher.

Proposição: SPA 5/2003 CSSF

Autor: Comissão de Seguridade Social e Família

Data de Apresentação: 12/11/2003

Situação: CSSF: Arquivada.

Ementa: solicita a inclusão no texto do Programa: “Atenção Integral à Saúde da Mulher”.

Proposição: SPA 14/2003 CSSF

Autor: Comissão de Seguridade Social e Família

Data de Apresentação: 12/11/2003

Situação: CSSF: Arquivada.

Ementa: solicita o cancelamento da ação: “Atenção à Saúde da Mulher” no Programa 1312 – Atenção a Saúde de Populações estratégicas e em Situações Especiais de Agravos.

Proposição: SF PLS 529/2003

Autor: Senadora – Serys Slhessarenko PT/MT

Data de Apresentação: 17/12/2003

Situação: Matéria com a relatoria.

Ementa: Altera o parágrafo único do art. 39 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, no que concerne ao salário-maternidade devido à segurada especial.

Indexação: alteração, lei federal, plano de benefícios, Previdência Social, inclusão, dispositivos, fixação, concessão, segurado, mulher, gestante, empregada, categoria especial, direito, recebimento, salário-maternidade, benefício previdenciário.

Proposição: CD PLC 102/2003

Outros Números: SF PLC 102/2003 CD PL 3/2003

Autor: Deputada Iara Bernardi – PT/SP

Data de Apresentação: 05/12/2003

Situação: Norma jurídica gerada: Lei 10886/2004

Ementa: Acrescenta parágrafo ao art. 129, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, criando o tipo especial denominado “Violência Doméstica”.

Indexação: alteração, Código Penal, caracterização, crime, violência doméstica, ofensa, lesão, vítima, ascendente, pais, descendente, filho, irmão, cônjuge, mulher, companheira, companheiro, restrição, direitos, fiança, crime inafiançável, infrator, agressão, lesão corporal leve, lesão corporal grave.

Proposição: CD PLC 103/2003

Outros Números: SF PLC 103/2003 CD PL 117/2003

Autor: Deputada – Iara Bernardi PT/SP

Data de Apresentação: 05/12/2003

Situação: Pronto para a pauta na comissão

Ementa: Altera os arts. 215, 216, 219, 220 e 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Explicação da Ementa: Dispõe sobre crime contra a liberdade sexual, da sedução e da corrupção de menores, e do rapto.

Indexação: alteração, Código Penal, exclusão, termo, palavra, mulher, tipicidade, crime, tráfico, exploração sexual, pessoas.

Proposição: CD PLC 104/2003

Outros Números: SF PLC 104/2003 CD PL 644/2003

Autor: Deputada – Sandra Rosado PMDB/RN

Data de Apresentação: 05/12/2003

Situação: Pronto para a pauta na comissão

Ementa: Assegura o gozo de licença-maternidade e licença-paternidade aos parlamentares e dá outras providências.

Indexação: garantia, licença à gestante, maternidade, deputado federal, extensão, benefício, deputado distrital, vereador, deputado estadual.

Proposição: CD PLC 105/2003

Outros Números: SF PLC 105/2003 CD PL 335/1995

Autor: Deputada – Fátima Pelaes

Data de Apresentação: 05/12/2003

Situação: Aguardando designação do relator

Ementa: Dá nova redação ao art. 89 da Lei nº 7.10, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, que trata das penitenciárias de mulheres.

Indexação: alteração, Lei de Execução Penal, inclusão dispositivos, fixação, obrigatoriedade, penitenciária, mulher, manutenção, seção, gestante, parturiente, creche, assistência, menor, criança, filho, preso.

Proposição: SF PEC 92/2003

Autor: Senador – Edison Lobão PFL/MA

Data de Apresentação: 02/12/2003

Situação: Matéria com a relatoria

Ementa: Altera os artigos 37, 40, 144, 149, 194, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências.

Indexação: alteração, Constituição Federal, administração pública, fixação, teto salarial, remuneração, servidor público civil, limitação, subsídios, ministro, aplicação, servidor público estadual, governador, servidor público municipal, prefeito. alteração, Constituição Federal, reforma previdenciária, Previdência Social, limitação, valor, proventos, aposentadoria, pensões, servidor público civil, cargo efetivo, base de cálculo, remuneração, recolhimento, média, contribuição previdenciária, salário de contribuição, redução, percentagem, pensão civil, critérios, Lei Federal, reajustamento, benefício previdenciário, competência, União Federal, estados, (DF), municípios, criação, regime, fundo de previdência, previdência complementar. aplicação, militar, forças armadas, territórios federais, contagem, tempo, contribuição previdenciária, limitação, proventos, subsídios, ministro, (STF), critérios, concessão, benefício, aposentadoria, pensões, militar inativo. normas, competência, fixação, subsídios, ministro, teto salarial. aumento, valor, teto salarial, benefício previdenciário, cálculo, aposentadoria, pensão previdenciária, incidência, cobrança, pagamento, contribuição previdenciária, proventos, aposentadoria, pensões, servidor, inatividade, superioridade, teto salarial, valor, benefício previdenciário, Regime Geral de Previdência Social, concessão, imunidade, servidor público civil, aposentado, pensionista, recebimento, limitação, valor, isenção, imposto de renda, manutenção, direito adquirido, atividade profissional. alteração, Emenda Constitucional, reforma

previdenciária, extinção, normas, transição, aumento, limite de idade, aposentadoria voluntária, servidor público civil, homem, mulher, inclusão, professor, autorização, opção, antecipação, aposentadoria, desconto, redução, percentagem, valor, proventos, permanência, atividade, direitos, abono de permanência, imunidade, equiparação, contribuição previdenciária.

Proposição: CD PLC 99/2003

Outros Números: SF PLC 99/2003 CD PL 2942/1997

Autor: Deputado – Eduardo Jorge

Data de Apresentação: 01/12/2003

Situação: Matéria com a relatoria

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exames para identificação de hemoglobinopatias, hipotireoidismo e fenilcetonúria em recém-nascidos.

Indexação: criação, âmbito, (SUS), programa assistencial, prevenção, doença, anemia infecciosa, garantia, exame hematológico, realização, criança, recém-nascido, cidadão, participação, grupo, risco de vida, administração pública, secretaria, administração municipal, responsabilidade, fornecimento, vacina, medicamentos, exame de laboratório, prioridade, acesso, atividade assistencial, planejamento familiar, controle da natalidade, anticoncepcional, mulher gestante, realização, assistência, preparação, parto, hipótese, existência, doente, obrigatoriedade, notificação, centro de saúde, hospital, competência, órgãos, instituto de saúde, organização, seminário, cursos, treinamento, campanha, atividade educativa, objetivo, qualificação, capacidade profissional, área, saúde.

Proposição: SF PLS 468/2003

Autor: Senador – Valmir Amaral PMDB/DF

Data de Apresentação: 18/11/2003

Situação: Pronto para a pauta na comissão

Ementa: Acrescenta artigo à Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para determinar aumento do período de internação, nos casos de ato infracional de estupro ou crimes contra a vida.

Indexação: alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, inclusão, dispositivos, fixação, autorização, aumento, período, internação, limite de idade, liberação, menor, infrator, crime, estupro, homicídio, latrocínio.

Proposição: SF RQS 1166/2003

Autor: Senador – Arthur Virgílio PSDB/AM

Data de Apresentação: 18/11/2003

Ementa: Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Ordem dos Advogados do Brasil, pela realização de eleições democráticas, em todo o país, para a escolha de seus dirigentes. Em particular à eleita para a Seção do Distrito Federal, Doutora Estefânia Viveiros.

Indexação: requerimento, senado, inserção, ata, voto, aplauso, realização, escolha, presidente, (OAB), destaque, eleição, mulher, seção, (DF).

Proposição: SF RQS 1142/2003

Autor: Senador – Arthur Virgílio PSDB/AM

Data de Apresentação: 14/11/2003

Ementa: Requer, nos termos do § 2º do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro da Saúde acerca dos resultados de pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde e pelo CNPq, sobre as causas da mortalidade de mulheres jovens no país, bem como quais as providências já em curso no Governo a esse respeito.

Indexação: requerimento, informações, executivo, ministro, (MS), (CNPq), causa, morte, mulher, jovem, adoção, providências, Governo Federal, prevenção.

Proposição: SF PLS 449/2003

Autor: Senador – Valmir Amaral PMDB/DF

Data de Apresentação: 03/11/2003

Situação: Pronto para a pauta na comissão

Ementa: Acrescenta inciso ao arti. 1º da Lei nº 9613, de 3 de março de 1998, para indicar como crime precedente o tráfico de criança, adolescente e mulher.

Indexação: alteração, normas, Lei Federal, dispositivos, inclusão, fixação, definição, caracterização, precedência, crime, tráfico, pessoas, criança, mulher, adolescente.

Proposição: SF PEC 77/2003

Autor: Senadora Ideli Salvatti – PT/SC

Data de Apresentação: 08/10/2003

Situação: Aprovada

Ementa: Altera os arts. 40, 144, 149, 194, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências.

Indexação: alteração, Constituição Federal, administração pública, fixação, teto salarial, remuneração, servidor público civil, limitação, subsídios, ministro, (STF), aplicação, servidor público estadual, governador, servidor público municipal, prefeito, reforma previdenciária, Previdência Social, limitação, valor, proventos, aposentadoria, pensões, servidor público civil, cargo efetivo, base de cálculo, remuneração, recolhimento, média, contribuição previdenciária, salário de contribuição, redução, percentagem, pensão civil, critérios, Lei Federal, reajustamento, benefício previdenciário, competência, União Federal, estados, (DF), municípios, criação, regime, fundo de previdência, previdência complementar, aplicação, militar, forças armadas, territórios federais, contagem, tempo, contribuição previdenciária, limitação proventos, subsídios, ministro, critérios, concessão, benefício, aposentadoria, pensões, militar inativo, normas, competência, fixação, subsídios, ministro, teto salarial. aumento, valor, teto salarial, benefício previdenciário, cálculo, aposentadoria, pensão previdenciária, regime geral de Previdência Social. incidência, cobrança, pagamento, contribuição previdenciária, proventos, aposentadoria, pensões, servidor, inatividade, superioridade, teto salarial, valor, benefício previdenciário, Regime Geral de Previdência Social, imunidade, servidor público civil, aposentado, pensionista, recebimento, limitação, valor, isenção, imposto de renda, manutenção, direito adquirido, atividade profissional, Emenda Constitucional, extinção, normas, transição, aumento, limite de idade, aposentadoria voluntária, servidor públi-

co civil, homem, mulher, inclusão, professor, autorização, opção, antecipação, aposentadoria, desconto, redução, percentagem, valor, proventos, permanência, atividade, direitos, abono de permanência, imunidade, equiparação, contribuição previdenciária.

Proposição: SF RQS 869/2003

Autor: Senador Arthur Virgílio – SDB/AM

Data de Apresentação: 26/09/2003

Situação: Aprovada

Ementa: Requer voto de aplauso ao Tribunal de Recursos Islâmicos de Katsina e ao Governo da Nigéria, por intermédio da Embaixada em Brasília, pela sentença que anulou a condenação de Amina Lawal à morte por apedrejamento.

Indexação: requerimento, senado, inserção, ata, voto, aplauso, tribunal de recursos, governo, país estrangeiro, Nigéria, anulação, sentença, condenação, mulher, pena de morte.

Proposição: SF PLS 399/2003

Autor: Senador Valmir Amaral – MDB/DF

Data de Apresentação: 23/09/2003

Situação: Pronto para a pauta na comissão

Ementa: Acrescenta dispositivo ao Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar a pena no caso de lesão dolosa contra mulher.

Indexação: alteração, normas, Código Penal, fixação, dispositivos, inclusão, definição, circunstância, agravação penal, aumento, pena, infrator, crime, lesão corporal, crime doloso, hipótese, vítima, mulher.

Proposição: SF PEC 70/2003

Autor: Senador Sérgio Cabral – MDB/RJ

Data de Apresentação: 02/09/2003

Situação: Aguardando designação do relator

Ementa: Altera o parágrafo 3º do art. 226 da Constituição Federal, para permitir a união estável entre casais homossexuais.

Indexação: alteração, Constituição Federal, reconhecimento, união estável, pessoa, cidadão, liberdade de associação, liberdade sexual,

sexualidade, homossexualismo, homem, mulher, facilitação, conversão, casamento, direito consuetudinário, direito patrimonial.

Proposição: CD PEC 67/2003

Outros Números: SF PEC 67/2003 CD PEC 40/2003

Autor: Externo – Presidência da República

Data de Apresentação: 28/08/2003

Situação: Norma jurídica gerada: EMC–000041 de 2003

Ementa: Modifica os artigos 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3º do art.142 e o § 10 do art. 201 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências. (Volume – XXVI)

Indexação: alteração, Constituição Federal, administração pública, fixação, teto salarial, remuneração, servidor público civil, limitação, subsídios, ministro, (STF), aplicação, servidor público estadual, governador, servidor público municipal, prefeito, Reforma Previdenciária, Previdência Social, limitação, valor, proventos, aposentadoria, pensões, servidor público civil, cargo efetivo, base de cálculo, remuneração, recolhimento, média, contribuição previdenciária, salário de contribuição, redução, percentagem, pensão civil, critérios, Lei Federal, reajustamento, benefício previdenciário, competência, União Federal, estados, municípios, criação, regime, Fundo de Previdência, previdência complementar. aplicação, militar, forças armadas, (DF), territórios federais, contagem, tempo, limitação, proventos, subsídios, ministro, critérios, concessão, benefício, aposentadoria, pensões, militar inativo, normas, competência, fixação, subsídios, ministro, teto salarial. aumento, valor, teto salarial, benefício previdenciário, cálculo, aposentadoria, pensão previdenciária, Regime Geral de Previdência Social, incidência, cobrança, pagamento, proventos, pensões, servidor, inatividade, superioridade, teto salarial, valor, Regime Geral de imunidade, servidor público civil, aposentado, pensionista, recebimento, valor, isenção, imposto de renda, manutenção, direito adquirido, atividade profissional, Emenda Constitucional, extinção, normas, transição, aumento, limite de idade, aposentadoria voluntária, servidor público civil, homem, mulher,

inclusão, professor, autorização, opção, antecipação, desconto, redução, percentagem, valor, proventos, permanência, atividade, direitos, abono de permanência, imunidade, equiparação.

Proposição: SF RQS 743/2003

Autor: Senador Paulo Paim – PT/RS

Data de Apresentação: 26/08/2003

Ementa: Requer, com subsídio no disposto no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à ginasta Daiane dos Santos pela medalha de ouro conquistada no Mundial dos Estados Unidos.

Indexação: requerimento, senado, inserção, ata, voto, aplauso, atleta, ginasta gaúcha, conquista, medalha, extensivo, família, confederação brasileira de atletismo, país estrangeiro, (EUA).

Proposição: SF PLS 280/2003

Autor: Senadora – Lúcia Vânia PSDB/GO

Data de Apresentação: 15/07/2003

Situação: Pronto para a pauta na comissão

Ementa: Altera a Lei nº 9613, de 3 de março de 1998, “Lei de Lavagem de Dinheiro”, (no que trata do tráfico internacional de mulheres e crianças).

Indexação: alteração, Lei Federal, dispositivos, inclusão, definição, caracterização, crime, lavagem de dinheiro, tráfico, comércio, pessoas, órgão humano, mulher, criança.

Proposição: SF PLS 269/2003

Outros números: CD PL 3503/2004

Autor: Senador – José Sarney PMDB/AP

Data de Apresentação: 08/07/2003

Situação: Remetido à Câmara dos Deputados

Ementa: Define os direitos das vítimas de ações criminosas e regulamentada o artigo 245 da Constituição Federal, para criar o Fundo Nacional de Assistência às Vítimas de Crimes Violentos (FUNAV), além de outras providências.

Indexação: regulamentação, dispositivos, Constituição Federal, obrigatoriedade, poder público, concessão, pensão alimentícia,

herdeiro, pessoa carente, cônjuge, pais, ascendente, descendente, menor, idade, filha solteira, filho inválido, deficiente físico, deficiente mental, excepcional, vítima, crime doloso, caráter provisório, limitação, benefício previdenciário, salário mínimo, prazo, reparação, indenização, maioridade, morte, ressarcimento, indenização, danos, responsabilidade civil, autor, crime.

Proposição: CD PLC 43/2003

Outros Números: SF PLC 43/2003 CD PL 192/2003

Autor: Deputado – Maurício Rabelo PSD/TO

Data de Apresentação: 12/06/2003

Situação: Norma jurídica gerada: LEI 10745/2003

Ementa: Institui o ano de 2004 como o “Ano da Mulher”.

Indexação: criação, ano, mulher, divulgação, comemoração, programa, atividade.

Proposição: SF PRS 20/2003

Autor: Senadora Serys Slhessarenko – PT/MT

Data de Apresentação: 30/05/2003

Situação: Pronto para a pauta na comissão

Ementa: Altera a Resolução nº 2, de 2001, que institui o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz e dá outras providências.

Indexação: alteração, resolução, concessão, diploma, inclusão, competência, promoção, encontro, reunião, seminário, estados, (DF), municípios, destinação, agradecimento, mulher, oferecimento, contribuição, defesa, direitos.

Proposição: CD PLC 41/2003

Outros Números: SF PLC 41/2003 CD MSG 354/2003 CD PL 354/2003

Autor: Externo – Presidência da República

Data de Apresentação: 29/05/2003

Situação: Norma jurídica gerada: Lei 10710/2003

Ementa: Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para restabelecer o pagamento, pela empresa, do salário maternidade devido às seguradas empregadas e trabalhadoras avulsas gestantes.

Indexação: alteração, Lei Federal, plano de benefícios, restabelecimento, competência, empresa, pagamento, salário maternidade, empregado, trabalhador avulso, segurado, mulher, gestante, autorização, empregador, compensação, ressarcimento, recolhimento, contribuição previdenciária, cota patronal, competência, Previdência Social, (INSS), pagamento, salário maternidade, segurado, empregado, adotante, guarda, adoção judicial.

Proposição: SF PLS 195/2003

Outros Números: CD PL 2915

Autor: Senadora Ideli Salvatti – PT/SC 2004

Data de Apresentação: 20/05/2003

Situação: Remetido à Câmara dos Deputados

Ementa: Concede às parturientes o direito à presença de um acompanhante durante o trabalho de parto e o pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Indexação: obrigatoriedade, (SUS), regulamentação, (MS), concessão, direito, indicação, parturiente, presença, acompanhante, facultatividade, proibição, critério, médico assistente.

Proposição: SF PLS 192/2003

Autor: Senador – Edison Lobão PFL/MA

Data de Apresentação: 19/05/2003

Situação: Remetido à Câmara dos Deputados

Ementa: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para combater a prostituição e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Indexação: alteração, dispositivos, Código Penal, fixação, penalidade, Crime Contra os Costumes, crime contra a liberdade sexual, aplicação, pena de reclusão, usuário, serviço, combate, prostituição, exploração sexual, vítima, criança, adolescente, agravação penal, aumento, pena, hipótese, presença, existência, menor.

Proposição: SF PRS 11/2003

Autor: Senadora Serys Slhessarenko – PT/MT

Data de Apresentação: 22/04/2003

Situação: Retirado pelo autor

Ementa: Altera a Resolução nº 2, de 2001, que institui o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz e dá outras providências.

Indexação: alteração, resolução, concessão, diploma, inclusão, competência, promoção, encontro, reunião, seminário, estados, (DF), municípios, destinação, agradecimento, mulher, oferecimento, contribuição, defesa, direitos.

Proposição: SF PLS 134/2003

Data de Apresentação: 15/04/2003

Autor: Senador Delcídio Amaral – PT/MS

Situação: Aguardando designação do relator

Ementa: Dispõe sobre crimes de violência doméstica, altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e determina outras providências.

Indexação: fixação, normas, definição, critérios, qualificação, crime, violência, autor, pessoa física, parente, cônjuge, companheiro, companheira, hipótese, agravante, violência, intimidação, psicologia, perseguição, membros, vinculação, família, mulher, velho, criança, doente, deficiente físico, deficiente mental, imputação, pena, detenção, prazo, restrição, direitos, ofício, Ministério Público, autoridade judiciária, emissão, ordem, proteção, restrição, acesso, agente, habitação, local, frequência, vítima, competência, entidade, municípios, promoção, órgãos, saúde, estados, desenvolvimento, programa, terapia, orientação, atendimento, agente, vítima, incentivo, conciliação, assistência judiciária.

Proposição: SF PLS 102/2003

Autor: Senadora Íris de Araújo – PMDB/GO

Data de Apresentação: 02/04/2003

Situação: Pronto para a pauta na comissão

Ementa: Acrescenta § 3º ao art. 389 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a realização de serviços voluntários, pelas mães empregadas, nas creches ou locais apropriados para guarda

dos filhos, no período de amamentação, mantidos pelas empresas, e dá outras providências.

Proposição: CD PDS 13/2003

Outros Números: SF PDS 13/2003 CD MSG 48/2002 CD PDC 6/2003

Autor: Comissão – Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Data de Apresentação: 13/03/2003

Situação: Norma jurídica gerada: DLG 231/2003

Ementa: Submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional e seus dois protocolos, relativos ao combate ao tráfico de migrantes por via terrestre, marítima e aérea e à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças, celebrados em Palermo, em 15 de dezembro de 2000.

Indexação: aprovação, ato internacional, convenção internacional, (ONU), combate, crime organizado, lavagem de dinheiro, corrupção, confisco de bens, tráfico internacional, migrante, transporte, via terrestre, via marítima, via aérea, prevenção, repressão, punição, tráfico, pessoas, mulher, criança, país, Brasil, cidade, Palermo, país estrangeiro, Itália.

Proposição: SF RAS 9/2003

Autor: Comissão – Comissão de Assuntos Sociais

Data de Apresentação: 13/03/2003

Situação: Audiência pública

Ementa: Requer nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a transformação da Subcomissão Permanente da Exploração do Trabalho e Prostituição Infantil, criada em 28 de abril de 1999 pelo Requerimento nº 3, de 1999; em Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude, constituída por 7 (sete) membros titulares, e com duração de 6 (seis) meses que poderá ser prorrogada por igual período.

Indexação: requerimento, comissão de assuntos sociais, Senado, transformação, subcomissão permanente, exploração, trabalho,

prostituição, menor, infância, subcomissão temporária, criança, adolescente, juventude, número, membros, período, duração, prazo determinado.

Proposição: SF PRS 7/2003

Autor: Senadora Serys Slhessarenko – PT/MT

Data de Apresentação: 12/03/2003

Situação: Pronto para a pauta na comissão

Ementa: Altera a redação do artigo 60 do Regimento Interno do Senado Federal.

Explicação da Ementa: Dispõe sobre a participação proporcional da representação feminina na eleição dos membros da Mesa do Senado Federal.

Indexação: alteração, normas, regimento interno, Senado, fixação, dispositivos, eleição, escolha, membros, mesa, percentagem, representação, sexo feminino.

Proposição: SF PLS 54/2003

Outros Números: CD PL 2632/2003

Autor: Senador Demóstenes Torres – PFL/GO

Data de Apresentação: 11/03/2003

Situação: Norma jurídica gerada: LEI-10886 de 2004

Ementa: Dá nova redação aos artigos 121 e 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Explicação da Ementa: Dispõe sobre a pena causada por agente contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro nas relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade.

Indexação: alteração, Código Penal, acréscimo, dispositivos, agravamento, pena, reclusão, hipótese, crime, ato doloso, lesão corporal, vítima, ascendente, descendente, irmão, cônjuge, companheiro, hóspede, convivente, coabitante, hóspede, parentesco.

Proposição: SF PDS 7/2003

Outros números: CD PDC 4/2003 CD MSG 1035/2001

Autor: Comissão – Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Data de Apresentação: 11/03/2003

Situação: Norma jurídica gerada: DLG 230 de 2003

Ementa: Aprova os textos dos Protocolos Facultativos à Convenção sobre os Direitos da Criança, relativos ao envolvimento de crianças em conflitos armados e à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil, assinados em Nova York, em 6 de setembro de 2000.

Indexação: aprovação, texto, ato internacional, protocolo facultativo, convenção internacional, referência, proteção, vítima, envolvimento, conflito armado, venda, prostituição infantil, pornografia infantil, direito da criança, localidade, assinatura, cidade, nova Iorque, país estrangeiro, (EUA).

Proposição: SF RQS 49/2003

Autor: Senadora Serys Slhessarenko – /MT

Data de Apresentação: 26/02/2003

Situação: Aprovada

Ementa: Requerem a convocação de Sessão Especial Conjunta, no dia 12 de março de 2003, às 10 horas, para comemoração do Dia Internacional da Mulher, que transcorre anualmente, no dia 8 de março.

Indexação: requerimento, Senado, realização, sessão especial, congresso nacional, horário, destinação, homenagem, comemoração Dia Internacional Mulher.

Proposição: SF RQS 5/2003

Autor: Senador Arthur Virgílio – PSDB/AM

Data de Apresentação: 18/02/2003

Situação: Conhecido e arquivado

Ementa: Requer seja solicitado à Secretária Especial de Políticas para as Mulheres informações sobre os projetos da Secretaria, a curto e médio prazo, para aplicação na região amazônica, com ênfase para o combate à prostituição de menores e os detalhes dos dados projetados para o biênio 2003/2004.

Indexação: requerimento, informações, executivo, secretária especial, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas

para as Mulheres, projeto, aplicação, região amazônica, combate, prostituição, menor, delinquência juvenil, biênio.

Proposição: PL 3597/2004

Autor: Carlos Mota – PL /MG

Data de Apresentação: 19/05/2004

Situação: CSSF: Aguardando Parecer.

Ementa: Acrescenta §§ 1º a 4º ao art. 32 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Explicação da Ementa: Exigindo o comparecimento periódico do adotante e do adotado perante autoridade pública sendo que, no caso de adoção por estrangeiros, este comparecimento será no consulado mais próximo à residência do adotante.

Indexação: alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, fiscalização, cumprimento, compromisso, responsabilidade, guarda, tutela, criança, comparecimento, responsável, autoridade pública, prazo, conclusão, estágio, convivência, adotante, adotado, regulamentação, critérios, avaliação, hipótese, adoção, estrangeiro, cumprimento, legislação, encaminhamento, consulado, comunicação, mudança de domicílio, descumprimento, penalidade, perda, pátrio poder, repatriação, menor.

Proposição: PL 2946/2004

Autor: José Divino – PMDB /RJ

Data de Apresentação: 10/02/2004

Situação: CSSF: Tramitando em conjunto.

Ementa: Torna obrigatória a veiculação de mensagens de estímulo ao aleitamento materno nos rótulos dos produtos que menciona.

Indexação: obrigatoriedade, divulgação, mensagem, incentivo, aleitamento materno, rótulo, embalagem, alimentos, leite, lactente, criança, penalidade, infração, legislação sanitária.

Proposição: PL 2959/2004

Autor: José Divino – PMDB /RJ

Data de Apresentação: 10/02/2004

Situação: SECAD(SGM): Aguardando Recebimento.

Ementa: Torna obrigatória a veiculação de mensagens de estímulo ao aleitamento materno nos rótulos dos produtos que menciona.

Indexação: obrigatoriedade, divulgação, mensagem, incentivo, aleitamento materno, rótulo, embalagem, alimentos, leite, lactente, criança, penalidade, infração, legislação sanitária.

Proposição: PL 3069/2004

Autor: Geraldo Resende – PPS /MS

Data de Apresentação: 09/03/2004

Situação: CDU: Aguardando Parecer.

Ementa: Dispõe sobre atendimento diferenciado à mulher chefe de família nos programas habitacionais populares, e dá outras providências.

Indexação: garantia, preferência, atendimento, mulher, chefe, família, idoso, portador de necessidade especial, programa habitacional, união federal, financiamento, casa própria, habitação popular, população carente, baixa renda, assistência, filho menor, período, mãe, participação, mutirão, construção, tratamento especial, aleitamento materno, pessoa deficiente.

Proposição: PL 3310/2004

Autor: Eduardo Paes – PSDB /RJ

Data de Apresentação: 06/04/2004

Situação: CSSF: Aguardando Designação de Relator.

Ementa: Estabelece princípios e diretrizes para as ações voltadas para a educação nutricional e segurança alimentar e nutricional da população e dá outras providências.

Indexação: normas, educação, nutrição, segurança alimentar, população, qualidade, produto alimentício, prestação de serviço, alimentação, prioridade, informação, campanha educativa, lactante, idoso, portador, doença crônica, prevenção, doença, obesidade, carência, alimentos, aleitamento materno, Poder Público, realização, diagnóstico, (MS), controle, merenda escolar, combate, desnutrição.

Proposição: PL 3100/2004

Autor: Deputado José Divino – PMDB /RJ

Data de Apresentação: 10/03/2004

Situação: CTASP: Aguardando Parecer.

Ementa: Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT para estender ao prazo do seguro desemprego o direito de a trabalhadora guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período de amamentação.

Indexação: alteração, legislação trabalhista, (CLT), extensão, benefício, direitos, mulher, mãe, desempregado, período, recebimento, seguro – desemprego, despedida injusta, utilização, local, vigilância, assistência, filho, creche, escola maternal, jardim de infância, inclusão, (SESC), (SESI).

Proposição: PL 3502/2004

Autor: Deputado Carlos Nader – PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: CCJC: Aguardando Parecer.

Ementa: “Acrescenta dispositivo ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, de forma a tornar absoluta a presunção de violência nos crimes contra os costumes nos casos que especifica.”

Explicação da Ementa: Acrescentando os termos presunção de violência absoluta para a prática de crime contra a liberdade sexual contra menor de 14 (quatorze) anos e pessoa alienada.

Indexação: alteração, Código Penal, normas, presunção, violência, vítima, menor, deficiente mental, pessoa deficiente, portador de necessidade especial, ausência, oferecimento, resistência, crime contra a liberdade sexual, estupro, atentado ao pudor, sedução, criança, adolescente.

Proposição: PL 3005/2004

Autor: Deputado Sandes Júnior – PP/GO

Data de Apresentação: 19/02/2004

Situação: CSSF: Aguardando Parecer.

Ementa: Altera o art. nº 1.726 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para dispor sobre a conversão da união estável em casamento.

Explicação da Ementa: Autorizando a conversão da união estável em casamento mediante requerimento conjunto dos companheiros junto ao Cartório de Registro Civil, sendo gratuito no caso de pessoas pobres.

Indexação: alteração, Código Civil, conversão, união estável, casamento civil, exigência, casal, solicitação, Oficial de Registro, registro civil, circunscrição, domicílio, inclusão, pedido, registro de casamento, casamento religioso, gratuidade, despesa, Cartório, pessoa carente.

Proposição: PL 2960/2004

Autor: Deputado Max Rosenmann – PMDB/PR

Data de Apresentação: 11/02/2004

Situação: CSSF: Aguardando Parecer.

Ementa: Dispõe sobre o procedimento simplificado de assistência judiciária gratuita nas causas de Direito de Família, institui o Núcleo de Conciliação e a Justiça Volante, e dá outras providências.

Indexação: Criação, Núcleo, Conciliação, Família, Justiça, jurisdição, equipe volante, atendimento, pessoa carente, beneficiário, assistência judiciária gratuita, simplificação, procedimento, causa judicial, Vara da Família, prestação de serviço, comunidade, penitenciária, estabelecimento penal, utilização, escritório, Faculdade, Direito, unidade, realização, mediação, audiência de conciliação, partes processuais, equipe interdisciplinar, realização, casamento, grupo, presença, juiz, entrega, registro de casamento, colaboração, Cartório de Registro Civil.

Proposição: PL 3159/2004

Autor: Deputado Pastor Francisco Olímpio – PSB /PE

Data de Apresentação: 17/03/2004

Situação: CCJC: Aguardando Parecer

Ementa: Dá nova redação ao art. 977 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Explicação da Ementa:** Assegurando aos cônjuges o direito de contratar sociedade independentemente do regime de casamento.

Indexação: alteração, Código Civil, direitos, cônjuge, contratação, sociedade conjugal, sociedade, terceiros, aplicação, totalidade, regime de casamento.

Proposição: PL 3465/2004

Autor: Deputado Zé Geraldo – PT /PA

Data de Apresentação: 05/05/2004

Situação: CCJC: Tramitando em conjunto.

Ementa: Suprime o inciso VII do art. 107 do Código Penal.

Explicação da Ementa: Revogando a extinção da punibilidade nos crimes de estupro, pelo casamento do agente com a vítima; alterando o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.

Indexação: alteração, Código Penal, revogação, extinção da punibilidade, crime, estupro, casamento, agente, ofensor, vítima.

Proposição: PL 2984/2004

Autor: Deputado José Divino – PMDB /RJ

Data de Apresentação: 17/02/2004

Situação: CSSF: Aguardando Parecer.

Ementa: Acrescenta inciso ao art. 373 – A da Consolidação das Leis do Trabalho.

Explicação da Ementa: Proibindo a exigência de roupas que coloquem em risco a saúde e a segurança da mulher ou exponha seu corpo. Alterando o Decreto – Lei nº 5.452, de 1943

Indexação: alteração, legislação trabalhista, (CLT), proibição, exigência, vestuário, riscos, saúde, segurança, exposição, corpo humano, mulher.

Proposição: PL 3592/2004

Autor: Deputado Francisco Dornelles – PP /RJ

Data de Apresentação: 19/05/2004

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Autoriza o pagamento, imediatamente após a morte do servidor público civil, ativo e inativo, de valores equivalentes ao valor da pensão por morte, aos beneficiários desta.

Indexação: Autorização, pagamento, antecipação, pensão previdenciária, morte, servidor público civil, servidor público federal,

União Federal, autarquia, fundação, beneficiário, cadastro, órgão de pessoal, cônjuge, companheiro, companheira.

Proposição: PL 3509/2004

Autor: Deputado Carlos Nader – PFL/RJ

Data de Apresentação: 11/05/2004

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade do diagnóstico da audição dos bebês, imediatamente após o nascimento, nas maternidades e hospitais da rede pública e particular de saúde e dá outras providências.

Indexação: obrigatoriedade, hospital público, hospital particular, maternidade, realização, exame médico, criança, recém-nascido, diagnóstico, prevenção, doença, audição, surdo.

Proposição: PL 3646/2004

Autor: Deputado Carlos Nader – PFL /RJ

Data de Apresentação: 26/05/2004

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: “Dispõe sobre a obrigatoriedade do exame de fundo de olho em recém-nascidos e dá outras providências.”

Indexação: obrigatoriedade, exame médico, visão, recém-nascido, diagnóstico, doença congênita, doença retinoblastoma, orientação, família, encaminhamento, criança, oftalmologista.

Proposição: PL 3122/2004

Autor: Deputada Zelinda Novaes – PFL /BA

Data de Apresentação: 11/03/2004

Situação: CSSF: Tramitando em conjunto.

Ementa: Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão a atos discriminatórios ou atentatórios contra a mulher praticados por empregador.

Indexação: proibição, discriminação, mulher, processo, seleção, admissão, demissão, sexo feminino, relação de emprego, critério seletivo, duração, jornada de trabalho, exigência, revista pessoal, realização, homem, abertura, local, sanitário, comprovação, inexistência,

gravidez, esterilização, restrição, estado civil, filho, inobservância, isonomia salarial, sexo masculino, penalidade, empregador, infrator, interdição, estabelecimento comercial, legitimidade, denúncia, autoridade pública, fiscalização, inspeção do trabalho, vítima, representante, associações, defesa, direitos humanos, sindicato, categoria profissional.

Proposição: PL 3309/2004

Autor: Deputado Eduardo Paes – PSDB /RJ

Data de Apresentação: 06/04/2004

Situação: CCJC: Aguardando Parecer.

Ementa: Altera dispositivos da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Incluindo na competência dos Juizados Especiais as causas relativas ao Direito de Família e aumentando os valores das causas para o limite de até 60 (sessenta) vezes o salário mínimo.

Indexação: alteração, Lei Federal, Juizado Especial Cível, Juizado Especial Criminal, competência, Tribunais, inclusão, execução, título executivo extrajudicial, aumento, valor, quantidade, salário mínimo, julgamento, ação judicial, direito, família, ação de alimentos, separação judicial, divórcio, visita, guarda, filho menor, autorização, pessoa incapaz, partes processuais, responsabilidade, representação, advogado, pessoa jurídica, direito público, Fazenda Pública.

Proposição: PL 3525/2004

Autor: Deputado Ronaldo Vasconcellos – PTB /MG

Data de Apresentação: 12/05/2004

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Institui normas para o atendimento pelo Sistema Único de Saúde – SUS – nos casos que menciona e dá outras providências

Explicação da Ementa: Autorizando o SUS a realizar cirurgia plástica em mulheres vítimas de violência.

Indexação: normas, (SUS), autorização, atendimento, gratuidade, realização, cirurgia plástica, correção, mulher, vítima, estupro, lesão, violência, garantia, assistência médico – hospitalar, distri-

buição gratuita, medicamentos, exigência, apresentação, boletim, ocorrência.

Proposição: PL 3447/2004

Autor: Deputado Carlos Nader – PFL /RJ

Data de Apresentação: 04/05/2004

Ementa: “Dispensa, do pagamento de passagens de transportes interestadual, para mulheres grávidas, nas condições em que estabelece.”

Indexação: concessão, transporte gratuito, passagem, ônibus, transporte interestadual, mulher, gestante, deslocamento, realização, tratamento médico, exame médico, exame pré-natal, hospitalização, limitação, vaga, veículos, exigência, apresentação, declaração, (SUS), gravidez.

Proposição: PL 3008/2004

Autor: Deputada Lúcia Braga – PT/PB

Data de Apresentação: 19/02/2004

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Dispõe sobre obrigatoriedade do setor hoteleiro em afixar cartazes nos seus estabelecimentos contra o turismo sexual.

Indexação: obrigatoriedade, hotel, fixação, cartaz, proibição, turismo, sexo, exploração sexual, penalidade, infrator, advertência, cassação, licença, funcionamento, estabelecimento comercial, hospedagem de turismo.

Proposição: PL 3014/2004

Autor: Deputado Pastor Reinaldo – PTB /RS

Data de Apresentação: 02/03/2004

Situação: CSSF: Tramitando em conjunto.

Ementa: Dispõe sobre a realização do exame denominado Emissões Evocadas Otoacústicas – código 51.01.039-9 AMB – nas clínicas e hospitais da rede pública e privada conveniados ou que compõem o Sistema Único de Saúde e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Obrigando a realização gratuita do exame popularmente conhecido como “teste da orelhinha” em todos os recém-nascidos.

Indexação: obrigatoriedade, maternidade, hospital público, hospital particular, convênio, (SUS), gratuidade, realização, exame médico, avaliação, teste, audição, recém-nascido, encaminhamento, tratamento médico, surdo, inclusão, assistência psicológica, família, (MS), aquisição, aparelho auditivo, equipamentos, realização, campanha educativa, omissão, médico, penalidade, infrator.

Proposição: PL 3142/2004

Autor: Deputada Laura Carneiro – PFL /RJ

Data de Apresentação: 16/03/2004

Situação: CSSF: Aguardando Parecer.

Ementa: Assegura à mulher, na condição de chefe de família, o direito de aquisição de terras públicas.

Indexação: garantia, mulher, chefe, família, aquisição, terra pública, origem, desapropriação, ação discriminatória, participação, igualdade, composição, Comissão Agrária, processo, seleção, beneficiário, acompanhamento, avaliação, plano regional, reforma agrária.

Proposição: PL 3505/2004

Autor: Deputado Ivan Ranzolin – PP /SC

Data de Apresentação: 11/05/2004

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Altera a Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, para dispor sobre a paternidade presumida.

Explicação da Ementa: Declarando a paternidade presumida caso o suposto pai não atenda à notificação judicial ou negue a alegada paternidade; invertendo o ônus da prova.

Indexação: alteração, Lei Federal, investigação de paternidade, presunção, paternidade, recusa, pai, atendimento, notificação, ato judicial, reconhecimento, filho, realização, exame de DNA, inversão, ônus, prova judicial, legitimidade, Ministério Público, ação investigatória de paternidade, ação de impugnação, averbação, juiz, sustação, efeitos legais, gratuidade, emissão, certidão, registro de nascimento, segunda via, crime, falsidade ideológica, declaração falsa, autor, partes processuais.

Proposição: PL 3103/2004

Autor: Deputado Edson Ezequiel – PMDB /RJ

Data de Apresentação: 10/03/2004

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: “Altera o parágrafo único do art.2º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e dá outras providências.”

Explicação da Ementa: Incluindo nos hospitais da rede pública e privada a prioridade no atendimento a pessoas deficientes, idosos, gestantes, lactantes e acompanhadas por crianças no colo.

Indexação: alteração, Lei Federal, prioridade, atendimento, portador de necessidade especial, pessoa deficiente, idoso, gestante, lactante, inclusão, assistência médico-hospitalar, hospital público, hospital particular.

Proposição: PL 3133/2004

Autor: Deputada Luiza Erundina – PSB/SP

Data de Apresentação: 11/03/2004

Situação: CSSF: Aguardando Parecer.

Ementa: Dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Explicação da Ementa: Incluindo a maternidade onde será realizado o parto e onde poderá ser atendida nos casos de intercorrência pré-natal.

Indexação: garantia, direitos, gestante, utilização, assistência médico – hospitalar, (SUS), conhecimento, vinculação, maternidade, anterioridade, realização, parto, emergência, riscos, gravidez, estado puerperal, mulher, beneficiário, inscrição, programa, exame pré-natal, possibilidade, transferência, recursos orçamentários, inclusão, Orçamento da Seguridade Social.

Proposição: PL 3596/2004

Autor: Deputado Dr. Heleno – PP/RJ

Data de Apresentação: 19/05/2004

Situação: CSSF: Aguardando Parecer.

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade dos hospitais públicos, bem como de todos os demais estabelecimentos de atenção à saúde,

exigirem a apresentação de Certidão de Nascimento dos recém-nascidos quando da alta das gestantes, e dá outras providências.

Indexação: obrigatoriedade, hospital particular, hospital público, casa de saúde, maternidade, exigência, registro de nascimento, recém-nascido, alta médica, mãe, gestante, arquivamento, prontuário, realização, parto, residência, parteira, pais, aviso, remessa, cópia, Conselho Tutelar, ausência, apresentação, certidão, penalidade, multa, infrator, instituição hospitalar.

Proposição: PL 3755/2004

Autor: Deputado Carlos Nader – PFL/RJ

Data de Apresentação: 09/06/2004

Situação: CDC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Determina aos estabelecimentos bancários a instalação de assentos nas filas especiais para aposentados, pensionistas, gestantes e deficientes físicos.

Indexação: obrigatoriedade, instituição financeira, bancos, instalação, assento, atendimento, aposentado, pensionista, gestante, portador de necessidade especial, deficiente físico, fixação, limitação, quantidade, multa, infrator.

Proposição: PL 3143/2004

Autor: Deputada Laura Carneiro – PFL/RJ

Data de Apresentação: 16/03/2004

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor.

Explicação da Ementa: Incluindo os crimes resultantes de preconceito de sexo ou orientação sexual.

Indexação: alteração, Lei Federal, definição, crime, discriminação, inclusão, ementa, grupo étnico, religião, orientação sexual, origem, país estrangeiro, penalidade, infrator, vítima, homossexual.

Proposição: PL 3224/2004

Autor: Deputado Max Rosenmann – PMDB/PR

Data de Apresentação: 24/03/2004

Situação: CDEIC: Aguardando Deliberação.

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de registro exclusivo dos hospitais, maternidades, casas de saúde e clínicas médicas nos Conselhos Regionais de Medicina.

Indexação: obrigatoriedade, hospital, maternidade, casa de saúde, clínica, atividade profissional, Medicina, inscrição, registro, Conselho Regional, responsabilidade, diretor, médico.

Proposição: PL 3489/2004

Autor: Deputado Carlos Nader – PFL/RJ

Data de Apresentação: 06/05/2004

Situação: CSSF: Aguardando Parecer.

Ementa: Estabelece, no âmbito do SUS, a obrigatoriedade da realização de exames de diagnóstico de catarata congênita em recém-nascidos e dá outras providências.

Indexação: obrigatoriedade, maternidade, hospital público, realização, exame médico, diagnóstico, doença catarata congênita, recém-nascido, prazo, encaminhamento, cirurgia, criação, banco de dados, centro de referência, (SUS), despesa, dotação orçamentária, (MS).

Proposição: PL 2936/2004

Autor: Deputado Nilton Baiano – PP/ES

Data de Apresentação: 04/02/2004

Situação: CSSF: Aguardando Parecer.

Ementa: Acrescenta parágrafo ao artigo 2º da Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, para permitir a inversão do ônus da prova em ação de investigação de paternidade.

Indexação: alteração, Lei Federal, investigação de paternidade, inclusão, opção, juiz, requerimento, partes processuais, inversão, ônus, prova judicial, hipótese, insuficiência, alegações, vítima.

Proposição: PL 2971/2004

Autor: Deputado Nelson Pellegrino – PT/BA

Data de Apresentação: 11/02/2004

Situação: CTASP: Pronta para Pauta.

Ementa: Altera a Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, para dispor sobre a atividade de Pai Social.

Explicação da Ementa: Definindo “pai social” como aquele que se dedica à assistência ao menor abandonado, dentro do sistema de casa-lar, juntamente com a “mãe social”.

Indexação: alteração, Lei Federal, inclusão, regulamentação, atividade, pai, natureza social, assistência, menor abandonado, competência, direitos, requisitos, candidato, penalidade, infrator.

Proposição: PL 3650/2004

Autor: Deputado Durval Orlato – PT/SP

Data de Apresentação: 26/05/2004

Situação: CSSF: Aguardando Parecer.

Ementa: Dispõe sobre a oferta de outras opções no combate as Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST e AIDS além do uso dos preservativos, como forma de aumentar a eficiência dos métodos preventivos e resultados esperados.

Explicação da Ementa: Incluindo as informações acerca da fidelidade conjugal, redução do número de parceiros e o uso de preservativo (camisinha), além das conseqüências do contágio.

Indexação: obrigatoriedade, campanha educativa, políticas públicas, prevenção, Doença Sexualmente Transmissível, (AIDS), informações, cônjuge, redução, quantidade, parceiro, sexo, utilização, preservativo, efeito, evolução, doença transmissível.

Proposição: PL 3160/2004

Autor: Deputado Zarattini – PT/SP

Data de Apresentação: 17/03/2004

Situação: CCJC: Aguardando Parecer.

Ementa: Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei, cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Incluindo dentre os crimes de lavagem de dinheiro os Crimes contra a ordem econômica e tributária, os crimes contra

a Previdência Social e os crimes de tráfico internacional de mulheres e crianças, sendo que a pena será aumentada de um a dois terços se o crime for cometido de forma habitual ou por organização criminosa.

Indexação: alteração, Lei Federal, crime, lavagem de dinheiro, inclusão, Crime contra a Ordem Tributária, Previdência Social, tráfico internacional, mulher, criança, menor, agravação penal, agente, reincidência, participação, organização criminosa.

Proposição: PL 2889/2004

Autor: Deputado Eduardo Valverde – PT/RO

Data de Apresentação: 27/01/2004

Situação: CTASP: Aguardando Parecer.

Ementa: Acrescenta os artigos 6º E e 6º F na Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que trata da profissão de emprego doméstico e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Permitindo a contratação a tempo parcial de empregado doméstico com jornada de trabalho de até 25 (vinte e cinco) horas semanais.

Indexação: alteração, Lei Federal, empregado doméstico, autorização, contratação, diarista, jornada especial de trabalho, limitação, hora semanal, existência, vínculo empregatício, empregador doméstico, assinatura, Carteira de Trabalho e Previdência Social, proporcionalidade, salário mínimo, diárias, irregularidade, responsabilidade, fiscalização, (DRT).

Proposição: PL 2890/2004

Autor: Deputado Eduardo Valverde – PT/RO

Data de Apresentação: 27/01/2004

Situação: CTASP: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Altera o artigo 3º da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que trata da profissão de emprego doméstico e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Garantindo ao empregado doméstico férias remuneradas de 30 (trinta) dias.

Indexação: alteração, Lei Federal, empregado doméstico, garantia, férias remuneradas, férias proporcionais, mês, opção, parcelamen-

to, conversão, dinheiro, metade, férias, abono de férias, proibição, empregador, contagem, falta justificada.

Proposição: PL 2891/2004

Autor: Deputado Eduardo Valverde – PT/RO

Data de Apresentação: 27/01/2004

Situação: CTASP: Aguardando Parecer.

Ementa: Altera o artigo 5º da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que trata da profissão de emprego doméstico e dá outras providências .

Explicação da Ementa: Cabendo ao empregador doméstico reter a contribuição previdenciária, devendo entregar ao empregado doméstico a cópia da guia do recolhimento.

Indexação: alteração, Lei Federal, empregado doméstico, inclusão, deveres, empregador doméstico, recolhimento, Previdência Social, contribuição previdenciária, (INSS), fornecimento, cópia, guia de recolhimento, empregado.

Proposição: PL 2892/2004

Autor: Deputado Eduardo Valverde – PT/RO

Data de Apresentação: 27/01/2004

Situação: CTASP: Aguardando Parecer.

Ementa: Altera o artigo 1º da lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que trata da profissão de emprego doméstico e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Autorizando a formação de consórcio de empregadores familiares ou vizinhos para a contratação de empregado doméstico, compartilhando a prestação de serviço e as obrigações trabalhistas e previdenciárias.

Indexação: alteração, Lei Federal, empregado doméstico, autorização, formação, consórcio, empregador doméstico, vizinho, família, contratação, empregado, divisão, prestação de serviço, responsabilidade solidária, obrigações, encargo trabalhista, contribuição previdenciária, contrato de trabalho.

Proposição: PL 2976/2004

Autor: Deputado Eduardo Cunha – PMDB/RJ

Data de Apresentação: 12/02/2004

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Estabelece a proibição de propaganda de serviços sexuais, de prostituição, de acompanhante e de tele-sexo nos meios de comunicação social não especializados.

Indexação: proibição, propaganda, anúncio, serviço, atendimento, sexo, prostituição, pornografia, oferecimento, acompanhamento, mulher, divulgação, meios de comunicação, telefone, cartaz, imprensa, jornal, periódico, emissora, rádio, televisão, descumprimento, infrator, penalidade, multa.

Proposição: PL 3408/2004

Autor: Deputado João Campos – PSDB/GO

Data de Apresentação: 27/04/2004

Situação: CSSF: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Proíbe a adoção de cenas de nudez e apelo ao erotismo na propaganda veiculada pelas emissoras de radiodifusão sonora e de sons e imagens e canais de televisão por assinatura.

Indexação: proibição, divulgação, propaganda, publicidade, exploração, sexo, nudez, serviço, acompanhante, prostituição, material erótico, tele-sexo, telefone, emissora, rádio, televisão, televisão por assinatura.

Proposição: PL 3055/2004

Autor: Deputado Neucimar Fraga – PL/ES

Data de Apresentação: 04/03/2004

Situação: CCTCI: Aguardando Designação de Relator.

Ementa: Cria o Programa Nacional de Coleta, Armazenamento, Exame e Transplante de células originárias de sangue de cordão umbilical e dá outras providências.

Indexação: Criação, Programa Nacional, coleta, armazenagem, exame, transplante, célula, recém-nascido, valor terapêutico, normas, Lei Federal, transplante de órgão.

Proposição: INC 1953/2004

Autor: Deputado Tarcisio Zimmermann – PT/RS

Data de Apresentação: 11/03/2004

Situação: 1SECM: Enviada ao Arquivo.

Ementa: Sugere ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão a apresentação de Projeto de Lei dispondo sobre a licença à servidora pública adotante de criança.

Indexação: (MP), remessa, Projeto de Lei, aumento, prazo, licença à adotante, servidor público civil, mulher, guarda, adoção judicial, criança.

Proposição: INC 2922/2004

Autor: Deputada Maria Helena – PPS/RR

Data de Apresentação: 18/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Resposta.

Ementa: Sugere ao Ministério das Relações Exteriores a celebração de Acordo Internacional com os países que detêm fronteiras com o Brasil, com o objetivo de estabelecer ações conjuntas, capazes de coibir o tráfico de mulheres e de crianças e adolescentes entre essas nações e este país.

Indexação: (MRE), celebração, Acordo Internacional, país estrangeiro, fronteira, país, Brasil, combate, tráfico, mulher, criança, adolescente, menor.

Proposição: INC 3644/2004

Autor: Deputado Celso Russomanno – PP/SP

Data de Apresentação: 25/08/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Executivo.

Ementa: Sugere ao Ministério da Educação a inclusão de conteúdos sobre direitos da criança e do adolescente e sobre violência sexual nos currículos do ensino fundamental e médio.

Indexação: (MEC), inclusão, conteúdo, currículo, ensino médio, ensino fundamental, direitos, criança, adolescente, violência, crime contra a liberdade sexual.

Proposição: INC 3066/2004

Autor: Deputado Júlio Delgado – PPS/MG

Data de Apresentação: 08/06/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Resposta.

EMENTA: Sugere ao Ministério da Saúde a regulamentação de realização do exame de ultra-som durante o 2º trimestre da gestação por meio do SUS.

INDEXAÇÃO: (MS), regulamentação, autorização, (SUS), realização, gratuidade, exame médico, mulher, gravidez.

Proposição: INC 3398/2004

Autor: Deputado Joaquim Francisco – PTB/PE

Data de Apresentação: 07/07/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Resposta.

EMENTA: Sugere que o Ministério da Saúde adote providências para a melhoria da distribuição e da qualidade dos exames de mamografia.

INDEXAÇÃO: (MS), melhoria, qualidade, exame médico, mamografia, vistoria, fiscalização, criação, selo, qualidade, distribuição, equipamento hospitalar, hospital, (SUS), ampliação, valor, cota, serviço, exame.

Proposição: INC 2575/2004

Autor: Deputado Edson Duarte – PV/BA

Data de Apresentação: 20/04/2004

Situação: 1SECM: Enviada ao Arquivo.

EMENTA: Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a adoção das medidas cabíveis para que os órgãos públicos, com pelo menos 250 servidoras, disponibilizem um berçário destinado à amamentação de seus filhos até 18 meses de idade.

INDEXAÇÃO: (MP), obrigatoriedade, órgão público, instalação, berçário, atendimento, servidor, mãe, amamentação, filho.

Proposição: INC 3188/2004

Autor: Deputado Geraldo Resende – PPS/MS

Data de Apresentação: 23/06/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Resposta.

EMENTA: Sugere ao Ministro da Saúde providências no sentido de realizar auditoria contábil-financeira e investigar o aumento do

número de óbitos maternos ocorrido no município de Dourados – Mato Grosso do Sul.

Indexação: (MS), realização, auditoria financeira, natureza contábil, investigação, aplicação de recursos, saúde, motivo, aumento, quantidade, mortalidade materna, repasse, recursos financeiros, assistência médica, exame pré-natal, mulher, gestante, redução, morte, parturiente, Município, Dourados, (MTS).

Proposição: INC 3544/2004

Autor: Deputada Maria Helena – PPS/RR

Data de Apresentação: 24/08/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Resposta.

Ementa: Sugere ao Ministro-Chefe da Casa Civil a elaboração e o encaminhamento de projeto de lei ao Congresso Nacional, com o teor que especifica.

Indexação: Casa Civil, Presidência da República, encaminhamento, Projeto de Lei, alteração, Regime Jurídico Único, concessão, horário especial, servidor público civil, acompanhamento, cônjuge, filho, dependente, deficiente físico, portador de necessidade especial.

Proposição: INC 2380/2004

Autor: Deputado Carlos Nader – PFL/RJ

Data de Apresentação: 05/04/2004

Situação: 1SECM: Enviada ao Arquivo.

Ementa: Sugere ao Ministério da Saúde a introdução no Serviço de Saúde de Unidade Móvel Ginecológica, para o procedimento de exame preventivo de câncer do colo de útero e DST, em adolescentes e mulheres de rua, além da distribuição de preservativos.

Indexação: (MS), inclusão, Serviço de Saúde, utilização, unidade móvel, atendimento, mulher, adolescente, exame ginecológico, combate, prevenção, câncer, colo do útero, doença sexualmente transmissível, (AIDS), distribuição gratuita, preservativo.

Proposição: INC 2706/2004

Autor: Deputado Carlos Nader – PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: “Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Angra dos Reis – RJ.”

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Angra dos Reis, (RJ).

Proposição: INC 2707/2004

Autor: Deputado Carlos Nader – PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Resposta.

Ementa: “Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Aperibé – RJ.”

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Angra dos Reis, Aperibé, RJ.

Proposição: INC 2708/2004

Autor: Deputado Carlos Nader – PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Resposta.

Ementa: “Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Araruama – RJ .”

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Angra dos Reis, Araruama, (RJ).

Proposição: INC 2709/2004

Autor: Deputado Carlos Nader – PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: “Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Areal – RJ.”

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Areal, (RJ).

Proposição: INC 2710/2004

Autor: Deputado Carlos Nader – PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: “Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Arraial do Cabo – RJ.”

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Arraial do Cabo, (RJ).

Proposição: INC 2711/2004

Autor: Deputado Carlos Nader – PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: “Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Armação de Búzios – RJ.”

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Armação de Búzios, (RJ).

Proposição: INC 2712/2004

Autor: Deputado Carlos Nader – PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: “Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Barra do Piraí – RJ.”

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Barra do Piraí, (RJ).

Proposição: INC 2713/2004

Autor: Deputado Carlos Nader – PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: “Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Barra Mansa – RJ.”

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Barra Mansa, (RJ).

Proposição: INC 2714/2004

Autor: Deputado Carlos Nader – PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: “Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Belford Roxo – RJ.”

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Belford Roxo, (RJ).

Proposição: INC 2715/2004

Autor: Deputado Carlos Nader – PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: “Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Bom Jardim - RJ.”

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Bom Jardim, (RJ).

Proposição: INC 2716/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: “Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Bom Jesus de Itabapoana - RJ.”

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Bom Jesus de Itabapoana, (RJ).

Proposição: INC 2717/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Cabo Frio - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Cabo Frio, (RJ).

Proposição: INC 2718/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Cachoeiras de Macacu - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Cachoeiras de Macacu, (RJ).

Proposição: INC 2719/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Cambuci - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Cambuci, (RJ).

Proposição: INC 2720/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Campos dos Goytacazes - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Campos dos Goytacazes, (RJ).

Proposição: INC 2721/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Cantagalo - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Cantagalo, (RJ).

Proposição: INC 2722/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Carapebús - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Carapebús, (RJ).

Proposição: INC 2723/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Cardoso Moreira - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Cardoso Moreira, (RJ).

Proposição: INC 2724/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Carmo - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Carmo, (RJ).

Proposição: INC 2725/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Casimiro de Abreu - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Casimiro de Abreu, (RJ).

Proposição: INC 2726/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Comendador Levy Gasparian - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Comendador Levy Gasparian, (RJ).

Proposição: INC 2727/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Conceição de Macabu - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Conceição de Macabu, (RJ).

Proposição: INC 2728/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Cordeiro - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Cordeiro, (RJ).

Proposição: INC 2729/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Duas Barras - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Duas Barras, (RJ).

Proposição: INC 2730/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Duque de Caxias - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Duque de Caxias, (RJ).

Proposição: INC 2731/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Engenheiro Paulo de Frontin - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Engenheiro Paulo de Frontin, (RJ).

Proposição: INC 2732/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Guapimirim - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Guapimirim, (RJ).

Proposição: INC 2733/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Iguaba Grande - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Iguaba Grande, (RJ).

Proposição: INC 2734/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Itaboraí - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Itaboraí, (RJ).

Proposição: INC 2735/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Itaguaí - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Itaguaí, (RJ).

Proposição: INC 2736/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Italva - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Italva, (RJ).

Proposição: INC 2737/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Itaocara - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Itaocara, (RJ).

Proposição: INC 2738/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Itaperuna - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Itaperuna, (RJ).

Proposição: INC 2739/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Itatiaia - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Itatiaia, (RJ).

Proposição: INC 2740/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Japeri - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Japeri, (RJ).

Proposição: INC 2741/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Laje do Muriaé - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Laje do Muriaé, (RJ).

Proposição: INC 2742/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Macaé - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Macaé, (RJ).

Proposição: INC 2743/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Macuco - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Macuco, (RJ).

Proposição: INC 2744/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Magé - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Magé, (RJ).

Proposição: INC 2745/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Mangaratiba - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Mangaratiba, (RJ).

Proposição: INC 2746/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Maricá - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Maricá, (RJ).

Proposição: INC 2747/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Mendes - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Mendes, (RJ).

Proposição: INC 2748/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Mesquita - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Mesquita, (RJ).

Proposição: INC 2749/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Miguel Pereira - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Miguel Pereira, (RJ).

Proposição: INC 2750/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: “Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Miracema - RJ.”

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Miracema, (RJ).

Proposição: INC 2751/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: “Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Natividade - RJ.”

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Natividade, (RJ).

Proposição: INC 2752/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: “Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Nilópolis - RJ.”

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Nilópolis, (RJ).

Proposição: INC 2753/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: “Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Niterói - RJ.”

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Niterói, (RJ).

Proposição: INC 2754/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Nova Friburgo - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Nova Friburgo, (RJ).

Proposição: INC 2755/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Nova Iguaçu - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Nova Iguaçu, (RJ).

Proposição: INC 2756/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Paracambi - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Paracambi, (RJ).

Proposição: INC 2757/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Paraíba do Sul - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Paraíba do Sul, (RJ).

Proposição: INC 2758/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Paraty - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Paraty, (RJ).

Proposição: INC 2759/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Paty do Alferes - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Paty do Alferes, (RJ).

Proposição: INC 2760/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Petrópolis - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Petrópolis, (RJ).

Proposição: INC 2761/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Pinheiral - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Pinheiral, (RJ).

Proposição: INC 2762/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Piraí - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Piraí, (RJ).

Proposição: INC 2763/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Porciúncula - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Porciúncula, (RJ).

Proposição: INC 2764/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Porto Real - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Porto Real, (RJ).

Proposição: INC 2765/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Quatis - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Quatis, (RJ).

Proposição: INC 2766/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Queimados - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Queimados, (RJ).

Proposição: INC 2767/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Quissamã - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Quissamã, (RJ).

Proposição: INC 2768/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Resende - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Resende, (RJ).

Proposição: INC 2769/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Rio Bonito - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Rio Bonito, (RJ).

Proposição: INC 2770/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Rio Claro - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Rio Claro, (RJ).

Proposição: INC 2771/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Rio das Flores - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Rio das Flores, (RJ).

Proposição: INC 2772/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Rio das Ostras - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Rio das Ostras, (RJ).

Proposição: INC 2773/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Rio de Janeiro - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Rio de Janeiro, (RJ).

Proposição: INC 2774/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Santa Maria Madalena - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Santa Maria Madalena, (RJ).

Proposição: INC 2775/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Santo Antônio de Pádua - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Santo Antônio de Pádua, (RJ).

Proposição: INC 2776/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de São Fidélis - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, São Fidélis, (RJ).

Proposição: INC 2777/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de São Francisco de Itabapoana - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, São Francisco de Itabapoana, (RJ).

Proposição: INC 2778/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de São Gonçalo - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, São Gonçalo, (RJ).

Proposição: INC 2779/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de São João da Barra - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, São João da Barra, (RJ).

Proposição: INC 2780/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de São João de Meriti - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, São João de Meriti, (RJ).

Proposição: INC 2781/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de São José de Ubá - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, São José de Ubá, (RJ).

Proposição: INC 2782/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de São José do Rio Preto - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, São José do Rio Preto, (RJ).

Proposição: INC 2783/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de São Pedro da Aldeia - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, São Pedro da Aldeia, (RJ).

Proposição: INC 2784/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de São Sebastião do Alto - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, São Sebastião do Alto, (RJ).

Proposição: INC 2785/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Sapucaia - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Sapucaia, (RJ).

Proposição: INC 2786/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Saquarema - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Saquarema, (RJ).

Proposição: INC 2787/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: “Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Seropédica - RJ.”

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Seropédica, (RJ).

Proposição: INC 2788/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: “Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Silva Jardim - RJ.”

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Silva Jardim, (RJ).

Proposição: INC 2789/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: “Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Sumidouro - RJ.”

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Sumidouro, (RJ).

Proposição: INC 2790/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: “Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Tanguá - RJ.”

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Tanguá, (RJ).

Proposição: INC 2791/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Teresópolis - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Teresópolis, (RJ).

Proposição: INC 2792/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Trajano de Moraes - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Trajano de Moraes, (RJ).

Proposição: INC 2793/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Três Rios - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Três Rios, (RJ).

Proposição: INC 2794/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Valença - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Valença, (RJ).

Proposição: INC 2795/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Varre-Sai - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Varre-Sai, (RJ).

Proposição: INC 2796/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Vassouras - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Vassouras, (RJ).

Proposição: INC 2797/2004

Autor: Deputado Carlos Nader - PFL/RJ

Data de Apresentação: 10/05/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: "Sugere a intensificação da distribuição de preservativos femininos no Município de Volta Redonda - RJ."

Indexação: (MS), (SUS), aumento, distribuição gratuita, preservativo, utilização, mulher, prevenção, doença sexualmente transmissível, Município, Volta Redonda, (RJ).

Proposição: INC 3529/2004

Autor: Deputado José Divino - PMDB/RJ

Data de Apresentação: 09/08/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Resposta.

Ementa: Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Justiça, a adoção de providências no sentido de investigar redes de prostituição que se utilizam a Internet.

Indexação: (MJ), providência, investigação, rede, prostituição, pornografia, pedofilia, utilização, (Internet).

Proposição: INC 1950/2004

Autor: Jefferson Campos - PMDB/SP

Data de Apresentação: 10/03/2004

Situação: 1SECM: Enviada ao Arquivo.

Ementa: Sugere à Presidência da República o envio de Projeto de Lei com o objetivo de conceder horário especial à servidora com filhos naturais ou adotivos de até cinco anos de idade.

Indexação: Casa Civil, Presidência da República, concessão, horário especial, servidor público federal, mãe, filho, filho adotivo, limite de idade.

Proposição: INC 1713/2004

Autor: Deputado Pastor Reinaldo - PTB/RS

Data de Apresentação: 10/02/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: Sugere que os Ministérios da Educação e da Saúde promovam a realização de programas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis que incorporem a abstinência sexual como um meio de prevenção.

Indexação: (MS), campanha educativa, prevenção, doença sexualmente transmissível, (AIDS), adolescente, incentivo, atividade, adiamento, início, sexo.

Proposição: INC 2478/2004

Autor: Deputado Milton Cardias - PTB/RS

Data de Apresentação: 06/04/2004

Situação: 1SECM: Enviada ao Arquivo.

Ementa: Sugere que o Ministério das Relações Exteriores parabeneze e apóie o Presidente dos Estados Unidos da América, George W. Bush, quanto à sua manifestação contrária ao casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Indexação: (MRE), apoio, Presidente, país estrangeiro, (EUA), manifestação, casamento, união, homossexual.

Proposição: MSC 496/2004

Autor: Poder Executivo

Data de Apresentação: 24/08/2004

Ementa: Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Convenção nº 102 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), relativa à fixação de normas mínimas de seguridade social, adotada em Genebra em 28 de junho de 1952.

Indexação: Solicitação, apreciação, ato internacional, Convenção Internacional, (OIT), fixação, normas, Seguridade Social, Plano de Benefícios, Previdência Social, benefício previdenciário, seguro desemprego, abono salarial, (FAT), serviço de saúde, auxílio doença, acidente de trabalho, auxílio maternidade, auxílio invalidez, assinatura, país, Brasil

Proposição: PEC 241/2004

Autor: Deputado Valdemar Costa Neto - PL/SP e co-autores

Data de Apresentação: 18/02/2004

Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: "Dá nova redação ao § 7º do art. 226 da Constituição Federal."

Explicação da Ementa: Suprimindo a proibição constitucional de qualquer forma coercitiva de implementação de políticas de controle de natalidade por parte de instituições oficiais ou privadas; alterando a nova Constituição Federal.

Indexação: alteração, Constituição Federal, Família, autorização, implementação, política, facilitação, pessoa carente, acesso, controle de natalidade, supressão, proibição constitucional, coerção, planejamento familiar.

Proposição: PEC 276/2004

Autor: Deputado Nilson Pinto - PSDB/PA e co-autores

Data de Apresentação: 18/05/2004

Situação: CCJC: Aguardando Designação de Relator.

Ementa: Dá nova redação ao inciso XLII, art. 5º, da Constituição Federal de 1988.

Explicação da Ementa: Tornando inafiançável e imprescritível o crime de exploração e abuso sexual de criança e adolescente; alterando a nova Constituição Federal.

Indexação: alteração, Constituição Federal, Direitos e Garantias Fundamentais, inclusão, agravação penal, criminoso, crime inafiançável, imprescritibilidade, exploração sexual, abuso sexual, menor, criança, adolescente.

Proposição: PLP 172/2004

Autor: Deputado Mendes Ribeiro Filho - PMDB/RS

Data de Apresentação: 28/04/2004

Situação: CCJC: Aguardando Parecer.

Ementa: Acrescenta parágrafo ao artigo 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências.

Explicação da Ementa: Considerando cessada a causa de inelegibilidade quando desfeita a sociedade conjugal (divórcio) ou morte de um dos cônjuges.

Indexação: alteração, lei complementar, cessação, inelegibilidade, ocorrência, dissolução, sociedade conjugal, divórcio, morte, cônjuge, preservação, elegibilidade, eleição, direito eleitoral, candidato, divorciado, viúvo, viúva.

Proposição: PLP 179/2004

Autor: Deputado João Campos - PSDB/GO

Data de Apresentação: 13/05/2004

Situação: PLEN: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Dispõe sobre a regulamentação do inciso I do art. 7º da Constituição Federal, que trata da proteção à relação de emprego contra despedida arbitrária ou sem justa causa.

Explicação da Ementa: Proibindo a despedida do trabalhador sem que haja motivo relacionado ao seu comportamento, que constitua justa causa; regulamentando a nova Constituição Federal.

Indexação: Regulamentação, Constituição Federal, Direitos Sociais, proteção, relação de emprego, proibição, arbitrariedade, despedida injusta, trabalhador, inexistência, motivo, comportamento, despedida, filiação, participação, representação classista, administração sindical, petição, reclamação trabalhista, defesa, direitos trabalhistas, ilegalidade, abuso de poder, raça, cor, sexo, estado civil, gravidez, maternidade, religião, opinião, atividade política, ascendente, origem, classe social, falta ao serviço, atestado médico, doença, acidente do trabalho, greve, inaplicabilidade, trabalhador temporário, servidor público civil, empregado doméstico, responsabilidade, empregador, ônus, prova judicial, descumprimento, reintegração, trabalhador urbano, direitos, indenização, aumento, percentagem, depósito, conta vinculada, (FGTS), redução, valor, Justiça do Trabalho, reconhecimento, culpa recíproca.

Proposição: PRC 133/2004

Autor: Deputada Rose de Freitas - PMDB/ES

Data de Apresentação: 03/03/2004

Ementa: Institui a “Medalha de Honra ao Mérito Legislativo” a ser concedida a personalidades do sexo feminino que se destacarem no âmbito dos direitos humanos, sociais e políticos na defesa dos interesses da mulher brasileira.

Indexação: Criação, Medalha de Honra ao Mérito, Legislativo, concessão, mulher, personagem ilustre, defesa, direitos humanos, direitos sociais, direitos políticos, interesse, sexo feminino, indicação, nome, escolha, Comissão Permanente, Câmara dos Deputados, proibição, participação, parlamentar, exercício, mandato parlamentar.

Proposição: PRC 136/2004

Autor: Deputada Laura Carneiro - PFL/RJ

Data de Apresentação: 16/03/2004

Situação: PLEN: Arquivada.

Ementa: Altera o disposto nos arts. 26 e 32 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 17, de 1989, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Alterando a denominação da Comissão de Direitos Humanos para Comissão de Direitos Humanos e Questão de Gênero.

Indexação: alteração, Regimento Interno, Câmara dos Deputados, denominação, Comissão Permanente, Direitos Humanos, inclusão, competência, apreciação, matéria, questão de gênero.

Proposição: RCP 51/2004

Autor: Deputado Carlos Rodrigues - PL/RJ

Data de Apresentação: 11/08/2004

Ementa: Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar o tráfico internacional de seres humanos para fins de prostituição e venda de órgãos, nos Estados do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Distrito Federal, de Goiás, do Ceará e do Maranhão.

Indexação: Criação, (CPI), investigação, tráfico internacional, pessoas, ser humano, prostituição, exterior, destinação, país estrangeiro, venda, órgão humano, Estado, (RJ), (SP), (GO), (CE), (MA), (DF).

Proposição: REQ 18/2004 CEMULHER

Autor: Deputada Rose de Freitas - PMDB/ES

Data de Apresentação: 01/04/2004

Situação: CEMULHER: Arquivada.

Ementa: Solicita seja convidado o Sr. Coordenador do Programa de Educação Fundamental do Ministério da Educação, para prestar esclarecimentos sobre o índice de alfabetização da mulher e suas perspectivas ante iniciativas do Governo Federal.

Proposição: REQ 1608/2004

Autor: Deputado Ricardo Izar - PTB/SP

Data de Apresentação: 09/03/2004

Ementa: Requer a inclusão automática na Ordem do Dia, para discussão e votação imediata do Projeto de Lei nº 1.542, de 1991, que "propicia consultas às trabalhadoras e servidoras públicas para atenção integral à saúde da mulher".

Proposição: REQ 7/2004

Outros Números: PL 1399/03; PL 1399/2003

Autor: Deputada Marinha Raupp - PMDB/RO

Data de Apresentação: 17/03/2004

Situação: Arquivada.

Ementa: Requer seja convidada para palestrar na realização de Audiência Pública, para expor assuntos relacionados à Saúde da Mulher a Dra. Maria José O. Araújo, para debater sobre o PL 1399/2003.

Proposição: REQ 15/2004 CEMULHER

Autor: Deputada Perpétua Almeida - PCdoB/AC

Data de Apresentação: 23/03/2004

Situação: CEMULHER: Aguardando Deliberação.

Ementa: Requer que seja convidada a Coordenação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, para Audiência Pública.

Proposição: REQ 12/2004 GTCRIANÇ

Autor: Deputada Maria do Rosário - PT/RS

Data de Apresentação: 23/03/2004

Situação: GTCRIANÇ: Pronta para Pauta.

Ementa: Solicita que seja realizada reunião de audiência pública para discutir o significativo aumento da participação de jovens do sexo feminino em atos infracionais e conseqüente ampliação de medidas de internação no Brasil.

Proposição: REQ 12/2004 CEMULHER

Autor: Deputada Jandira Feghali - PCdoB/RJ

Data de Apresentação: 23/03/2004

Situação: CEMULHER: Aguardando Deliberação.

Ementa: Solicita que seja convocada Audiência Pública a fim de debater o programa "Pacto para redução da mortalidade materna".

Proposição: REQ 11/2004 CEMULHER

Autor: Deputada Jandira Feghali - PCdoB/RJ

Data de Apresentação: 23/03/2004

Situação: CEMULHER: Aguardando Deliberação.

Ementa: Solicita que seja convocada Audiência Pública a fim de debater o tema "Casas de Parto".

Proposição: REQ 1503/2004

Autor: Deputada Jandira Feghali - PCdoB/RJ

Data de Apresentação: 22/01/2004

Ementa: Requer a convocação de Sessão Solene conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal em homenagem ao Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher.

Proposição: REQ 1947/2004

Autor: Deputada Laura Carneiro - PFL/RJ

Data de Apresentação: 15/06/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Resposta.

Ementa: Requer a realização de Sessão Solene para comemorar o Dia Internacional para Eliminação da Violência Contra a Mulher, em 25 de novembro.

Proposição: REQ 2003/2004

Autor: Deputada Laura Carneiro - PFL/RJ e co-autores

Data de Apresentação: 06/07/2004

Ementa: Requer a realização de Sessão Solene para comemorar o Dia Internacional para Eliminação da Violência Contra a Mulher, em 25 de novembro.

Proposição: REQ 1594/2004

Autor: Deputado Luiz Couto - PT/PB

Data de Apresentação: 03/03/2004

Ementa: Requer registro nos Anais da Casa de matéria publicada no *Jornal do Brasil*, datada de 22 de fevereiro de 2004, Caderno A 7, intitulada Exploração Sexual - Planalto Central na Rota do Tráfico.

Proposição: REQ 9/2004 CEMULHER

Autor: Deputada Jandira Feghali - PCdoB/RJ

Data de Apresentação: 23/03/2004

Situação: CEMULHER: Aguardando Deliberação.

Ementa: Solicita seja convocada Audiência Pública a fim de debater o tema "Álcool e drogas com corte de gênero".

Proposição: REQ 23/2004 CEMULHER

Autor: Deputada Jandira Feghali - PCdoB/RJ

Data de Apresentação: 07/04/2004

Situação: CEMULHER: Arquivada.

Ementa: Solicita a participação desta comissão no II Fórum de Discussão Governo Local e Desigualdades de Gênero.

Proposição: REQ 84/2004 CDU

Autor: Deputada Fátima Bezerra - PT/RN e co-autores.

Data de Apresentação: 13/04/2004

Situação: CDU: Aguardando Providências Internas.

Ementa: Solicita a Comissão de Desenvolvimento Urbano a realização do II Fórum de Discussão: Governo Local e Desigualdades de Gênero.

Proposição: REQ 57/2004 CEJUVENT

Autor: Deputado Reginaldo Lopes - PT/MG

Data de Apresentação: 19/05/2004

Situação: CEJUVENT: Arquivada.

Ementa: Solicita que sejam convidados: a Ministra Nilcéa Freire, Secretária Especial de Políticas para Mulheres; o Cefemea e o Grupo Estruturação de Homossexuais de Brasília, a fim de debaterem sobre o tema gênero.

Proposição: RIC 1763/2004

Autor: Deputada Zelinda Novaes - PFL/BA

Data de Apresentação: 14/04/2004

Situação: 1SECM: Aguardando Remessa ao Arquivo.

Ementa: Solicita ao Sr. Ministro da Defesa informações sobre possibilidade de casos de abuso sexual nas Forças Armadas brasileiras.

Explicação da Ementa: Ministro José Viegas Filho.

Indexação: Ministério, Defesa, existência, registro, abuso sexual, Forças Armadas, quantidade, especificação, infração, providência, punição, assistência psicológica, vítima, militar feminino, mulher.

Proposição: SDL-5/2004 CSSF

Autor: Comissão de Seguridade Social e Família

Data de Apresentação: 26/05/2004

Situação: CSSF: Arquivada.

Ementa: Serviço de Proteção Socioassistencial às crianças e aos adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual.

Proposição: SF PLS 254/2004

Autor: COMISSÃO - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - "Exploração Sexual"

Data de Apresentação: 13/09/2004

Situação: Aguardando recebimento de emendas perante a Mesa.

Ementa: Altera o art. 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Explicação da Ementa: Dispõe sobre os crimes relativos a cenas de sexo explícito ou pornográficas envolvendo criança ou adolescente.

Indexação: alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, Dispositivos, Fixação, Imputação, Pena, Reclusão, Multa, Produção, Apresentação, Divulgação, Foto, Filme, Meios de Comunicação, Internet, Sexo Explícito, Pornografia, Hipótese, Venda, Fornecimento, Divulgação, Aumento, Pena, Punição, Utilização, Criança, Adolescente.

Proposição: SF PLS 227/2004

Autor : Senador Mozarildo Cavalcanti – PPS/RR

Data de Apresentação: 11/08/2004

Situação: Aguardando designação do relator

Ementa: Altera o art. 128 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para não punir a prática do aborto realizado por médico em caso de anencefalia fetal.

Indexação: alteração, Código Penal, inclusão, dispositivos, fixação, circunstâncias, permissão, gestante, autorização, interrupção, gestação, gravidez, aborto, hipótese, comprovação, presença, patologia, anencefalia, comprometimento, saúde, sobrevivência, feto, circunstâncias, incapacidade, impossibilidade, permissão, definição, representante legal.

Proposição: SF PLS 225/2004

Autor: Senador Paulo Paim – PT/RS

Data de Apresentação: 11/08/2004

Situação: Aguardando designação do relator

Ementa: Altera o parágrafo único do art. 145 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para declarar que no crime de injúria qualificada pela utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem, condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência (art. 140, § 3º, do Código Penal), procede-se mediante ação penal pública condicionada à representação do ofendido.

Indexação: alteração, dispositivos, Lei Federal, definição, crime, incentivo, pratica, discriminação racial, grupo étnico, raça, cor, religião, nacionalidade, portador de deficiência, deficiente físico, deficiente mental, idoso, velho, motivo, natureza social, natureza política, natureza econômica, local, trabalho, publico, injuria, difamação, punição, infrator, multa, detenção.

Proposição: SF RQS 1112/2004

Autor: Senador Arthur Virgílio – PSDB/AM

Data de Apresentação: 03/08/2004

Ementa: Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Seleção Brasileira de Vôlei Feminino pela conquista do tetracampeonato da Liga Mundial, na cidade italiana de Reggio Calabria.

Indexação: requerimento, Senado, inserção, ata, voto, aplauso, seleção brasileira, modalidade desportiva, vôlei, conquista, campeonato, liga mundial, cidade, Reggio Calabria, país estrangeiro, Itália.

Proposição: SF PLS 191/2004

Autor: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS/CE

Data de Apresentação: 23/06/2004

Situação: Pronto para a pauta na comissão

Ementa: Acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992.

Explicação da Ementa: Dispõe sobre a competência do juízo da Vara da Família, assegurado o segredo de família, relativas à investigação de paternidade de filhos havidos fora do casamento.

Indexação: alteração, Lei Federal, investigação de paternidade, proibição, recusa, exame de DNA, material genético, reconhecimento, filho, autor, ação investigatória de paternidade, pai.

Proposição: CN PLV 39/2004

Autor: Senador César Borges – PFL/BA

Data de Apresentação: 17/06/2004

Situação: Norma jurídica gerada: Lei 010888, de 2004.

Ementa: Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2004 e sobre o salário-família.

Indexação: reajuste, aumento, salário mínimo, salário família, benefício previdenciário.

Proposição: SF ROS 745/2004

Autor: Senadora Serys Slhessarenko – PT/MT

Data de Apresentação: 15/06/2004

Ementa: Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de aplauso à diretora executiva da Agende Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento, Marlene Libardoni, e ao representante da Organização dos Estados Americanos (OEA), Nelson da Franca Ribeiro dos Anjos, pelos 10 anos da adoção da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher - Convenção de Belém do Pará.

Indexação: requerimento, Senado, inserção, ata, voto, aplauso, membros, diretora executiva, representante, (OEA), transcurso, data, adoção, convenção interamericana, erradicação, violência contra a mulher.

Proposição: SF PLS 183/2004

Autor: Senador Duciomar Costa – PTB/PA

Data de Apresentação: 15/06/2004

Situação: Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa

Ementa: Altera a redação do art. 128 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para nele incluir o caso de aborto de feto anencéfalo.

Indexação: alteração, Código Penal, inclusão, dispositivos, fixação, circunstâncias, permissão, autorização, gestante, comprovação, incapacidade, representante legal, interrupção, gravidez, aborto, hipótese, comprovação, presença, patologia, anencefalia, comprometimento, saúde, sobrevivência, feto.

Proposição: SF ROS 734/2004

Autor: Senador Ana Júlia Carepa – PT/PA

Data de Apresentação: 09/06/2004

Ementa: Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam apresentadas congratulações, pela passagem de 10 anos da adoção pela Organização dos Estados Americanos – OEA, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher - Convenção de Belém do Pará, à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, à UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, e à AGENDE – Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento.

Indexação: requerimento, Senado, inserção, ata, voto, congratulações, aniversário, década, adoção, (OEA), adoção, (UNIFEM), (Agende).

Proposição: SF PLC 34/2004

Outros Números: CD PL 2155 1999

Autor: Deputada Luiza Erundina – PSB/SP

Data de Apresentação: 31/05/2004

Situação: Aguardando designação do relator

Ementa: Cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher.

Indexação: obrigatoriedade, poder público, publicação, demonstrativo, ano, atividade social, mulher, vítima, violência, família, morte, doença, riscos, condições de trabalho, forma, ocupação, emprego, jornada de trabalho, salário, índice, desemprego, representação, população economicamente ativa, idade, etnologia, expectativa de vida, quantidade, filho, incidência, gravidez, adolescência, divulgação, informação, tratado, acordo internacional.

Proposição: SF OFS 7/2004

Autor: Externo - Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão

Data de Apresentação: 26/05/2004

Situação: Aguardando leitura

Ementa: Encaminha ao Senado Federal cópia do Relatório Circunstanciado dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito daquele Legislativo Estadual, que apura denúncias de violência praticada contra crianças e adolescentes, quer na exploração do trabalho infantil, como na exploração sexual, envolvendo, inclusive, assassinato e emasculação de meninos.

Indexação: encaminhamento, Senado, cópia, relatório, (CPI), Assembléia Legislativa, estado, (MA), apuração, denúncias, prática, violência, exploração sexual, exploração do trabalho, assassinato, emasculação, envolvimento, crianças, adolescentes.

Proposição: SF RQS 626/2004

Autor: Senador Arthur Virgílio – PSDB/AM

Data de Apresentação: 20/05/2004

Situação: Informações recebidas

Ementa: Requer, de acordo com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que sejam solicitadas ao Ministro da Justiça informações acerca do tráfico de mulheres para a prostituição constante de relatório da ONU, entregue ao Governo brasileiro, esclarecendo as providências já adotadas a respeito.

Indexação: requerimento, Senado, informações, Executivo, ministro, (MJ), tráfico de mulheres, prostituição, relatório, (ONU).

Proposição: SF PLS 113/2004

Autor: Senador Demostenes Torres – PFL/GO

Data de Apresentação: 05/05/2004

Situação: Pronto para a pauta na comissão

Ementa: Acrescenta parágrafo único ao artigo 123 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal, para definir que se aplicam as penas previstas no artigo 121 do mesmo Código ao co-autor ou partícipe do crime de infanticídio.

Indexação: alteração, Código Penal, acréscimo, dispositivos, fixação, definição, crime de infanticídio, caracterização, crime qualificado, homicídio qualificado, vítima, recém-nascido, aplicação, infrator, co-autor, pena, reclusão, multa, circunstâncias, parturiente, puerpério.

Proposição: SF PLC 25/2004

Outros Números: CD PL 4891 1999

Autor: Deputada Zulaiê Cobra – PSDB/SP

Data de Apresentação: 03/05/2004

Situação: Aguardando designação do relator

Ementa: Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização de Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências”, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”. (Dispõe sobre segurado de sociedade conjugal ou união estável).

Indexação: alteração, lei orgânica, seguridade social, Lei Federal, plano de benefícios, Previdência Social, inclusão, segurado obrigatório, pessoa física, segurado, sociedade conjugal, união, prestação de serviço, residência, casa própria, atividade, inexistência, lucro, fixação, alíquota, contribuição previdenciária, critérios, arrecadação, recolhimento, prazo, competência.

Proposição: SF PLS 109/2004

Autor: Senador Marcelo Crivella – PL/RJ

Data de Apresentação: 29/04/2004

Situação: Matéria com a relatoria

Ementa: Acrescenta um inciso IV ao § 1º e um § 3º ao artigo 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para criminalizar a aquisição de material pornográfico ou que contenha cenas de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente.

Proposição: SF RQS 511/2004

Autor: Senadora Serys Slhessarenko – PT/MT

Data de Apresentação: 29/04/2004

Situação: Deferido

Ementa: Requer, nos termos do art. 74, I, e demais disposições pertinentes do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de uma Comissão Especial Temporária, composta por um representante de cada um dos partidos políticos com representação no Senado Federal, destinada a planejar e coordenar a execução da programação referente às comemorações pelo Ano da Mulher - 2004, instituído pela Lei nº 10.745, de 2003.

Indexação: requerimento, Senado, criação, comissão especial temporária, finalidade, planejamento, coordenação, comemoração, ano da mulher, ano, 2004.

Proposição: SF PLC 23/2004

Outros números: CD PL 05246/2001

Autor: Deputado Carlos Rodrigues – PL/RJ

Data de Apresentação: de 14/04/2004

Situação: Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa

Ementa: Dispõe sobre a inclusão da questão da violência contra a mulher como parte dos Temas Transversais integrantes dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Indexação: inclusão, currículo, ensino médio, análise, violência, vítima, mulher, conteúdo, educação, cidadania.

Proposição: SF ROS 419/2004

Autor: Senador Arthur Virgílio – PSDB/AM

Data de Apresentação: 12/04/2004

Situação: Aguardando informações

Ementa: Requer, de acordo com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o que dispõe o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, sejam solicitadas ao Ministro da Saúde informações acerca da política de prevenção ao câncer de mama, incluindo o Programa do Instituto do Câncer no tocante a equipamentos.

Indexação: requerimento, informações, Executivo, ministro, (MS), inclusão, política de prevenção, câncer de mama, programa nacional, instituto do câncer.

Proposição: SF PLS 80/2004

Autor: Senador Edison Lobão – PFL/MA

Data de Apresentação: 06/04/2004

Situação: Aguardando inclusão Ordem do Dia de requerimento

Ementa: Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) para tornar obrigatório o oferecimento de exame e tratamento audiológicos na rede de serviços do Sistema Único de Saúde.

Indexação: alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, inclusão, dispositivos, fixação, obrigatoriedade, gratuidade, (SUS), realização, exame, tratamento, neonatal, pós-parto, triagem auditiva.

Proposição: SF RQS 250/2004

Autor: Senadora Ideli Salvatti – PT/SC

Data de Apresentação: 08/03/2004

Situação: Aguardando inclusão Ordem do Dia

Ementa: Requer, nos termos do art. 210, inciso II, do Regimento Interno, a transcrição, no *Diário do Senado Federal*, para que conste dos Anais desta Casa, da edição nº 22.984, do jornal *A Notícia*, do Estado de Santa Catarina, de 8 de março de 2004, e traz diversos artigos acerca do Dia Internacional da Mulher.

Indexação: requerimento, Senado, transcrição, Diário do Senado, matéria, homenagem, dia internacional da mulher, jornal, A Notícia, estado, (SC).

Proposição: SF PLS 27/2004

Autor: Senador Sérgio Cabral – PMDB/RJ

Data de Apresentação: 04/03/2004

Situação: Matéria com a relatoria

Ementa: Altera o *caput* do artigo 50 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para criar o Cadastro Nacional de Adoções, contendo as listagens de crianças e adolescentes em condições de serem adotadas e pessoas interessadas na adoção.

Indexação: alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, inclusão, competência, (MJ), criação, cadastro, âmbito nacional, elaboração, atualização, registro, criança, adolescente, interessado, adoção, adotante, obrigatoriedade, magistrado, comarca, foro regional, conselho tutelar, justiça da infância e da juventude, remessa, manutenção, dados, informações, descumprimento, determinação, aplicação, penalidade.

Proposição: SF RQS 184/2004

Autor: Senadora Serys Slhessarenko – PT/MT

Data de Apresentação: 01/03/2004

Ementa: Requer a convocação de Sessão Especial conjunta do Congresso Nacional, no dia 09 de março de 2004, às 10 horas, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher e agraciamento das vencedoras do Diploma da Mulher Cidadã Bertha Lutz.

Indexação: requerimento, Senado, convocação, sessão especial, Congresso Nacional, homenagem, dia internacional da mulher, concessão, entrega, diploma, cidadã Bertha Lutz.

Proposição: SF RQS 54/2004

Autor: Senador Eduardo Azeredo – PSDB/MG

Data de Apresentação: 05/02/2004

Ementa: Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, Voto de Congratulações à Senhora Luziana Lanna por sua condução à Presidência do Conselho Estadual da Mulher do Estado de Minas Gerais.

Indexação: requerimento, Senado, inserção, ata, voto, aplauso, homenagem, congratulações, cidadã, escolha, condução, função, presidente, conselho estadual da mulher, estado, (MG).

Proposição: SF PLC 24/2004

Outros números: CD PL 818/2003

Autor: Deputado Sandes Júnior – PP/GO

Data de Apresentação: 25/12/2003

Situação: Pronto para a pauta na comissão

Ementa: Altera o artigo 1.121 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, para incluir, como requisito indispensável à petição da separação consensual, o acordo entre os cônjuges relativo ao regime de visitas dos filhos menores.

Indexação: alteração, código de processo civil, inclusão, exigência, requisitos, petição, separação consensual, acordo, cônjuge, guarda, filho, menor, regime, visita.

ÍNDICE

ABANDONO

SF PLS 00049/1990; PL 4429/1994; SF PLS 00662/1999; PL 5172/2001; PL 6577/2002; PL 6738/2002; CD PLC 00103/2002; PL 1308/2003; PL 1754/2003; PL 2481/2003; PL 2971/2004;

ABORTO

SF PLS 00096/1971; SF PLS 00287/1979; SF PLS 00028/1987; PL 20/1991; PL 1135/1991; PL 1174/1991; SF PLS 00078/1993; SF PLC 00226/1993; PL 1956/1996; PL 2929/1997; SF PLS 00028/1997; PL 4703/1998; PDC 737/1998; PL 343/1999; PL 605/1999; PL 3035/2000; EMR 1 CCJR => PDC 463/2000; PDC 467/2000; CD PLC 00018/2001; PL 4917/2001; INC 1506/2001; PL 7235/2002; PEC 571/2002; PEC 553/2002; PL 21/2002; PL 849/2003; PL 1091/2003; PL 1459/2003; PL 2059/2003; PL 2069/2003; SF PLS 00227/2004; SF PLS 00183/2004;

ADOÇÃO/ADOTANTE

SF PLS 00094/1974; SF PLS 00064/1974; SF PLS 00114/1982; SF PLS 00258/1984; SF PLS 00211/1984; SF PLS 00203/1984; SF PLC 00069/1990; PL 306/1991; PL 1037/1991; PL 1134/1991; SF PLS 00151/1991; PL 4016/1993; PL 362/1995; PL 588/1995; PL 592/1995; PL 872/1995; SF PLS 00229/1996; SF PLS 00225/1997; PL 457/1999; PL 460/1999; PL 529/1999; PL 534/1999; PL 536/1999; PL 1090/1999; PL 1391/1999; PL 1546/1999; PL 1553/1999; PL 1890/1999; PL 2466/2000; PL 3216/2000; PL 3266/200; PL 3392/2000;

PL 3406/2000; PL 3525/2000; PL 3822/2000; PL 3904/2000; PL 3917/2000; CD PLC 00096/2000; SF PLS 00196/2000; SF PEC 00031/2000; SF PLS 00182/2000; PL 4736/2001; INC 1669/2001; PEC 320/2001; PL 6376/2002; PL 6621/2002; PL 6966/2002; PL 7318/2002; PL 1091/2003; PL 168/2002; PL 354/2002; PL 809/2003; PL 890/2003; PL 1645/2003; PL 1756/2003; PL 2104/2003; PL 2481/2003; PL 2575/2003; PL 2579/2003; SF RQS 01142/2003; CD PLC 00041/2003; PL 3597/2004; INC 1953/2004; SF RQS 00734/2004; SF PLS 00027/2004;

ADULTÉRIO

SF PLS 00015/1972; SF PLS 00299/1979; PL 4429/1994; SF PLS 00250/1996; SF PLS 00184/1996; PL 1308/2003;

AGRESSÃO

SF PLC 00067/2001; PL 4493/2001; INC 1516/2001; SF PLS 00080/2002; SF PLC 00008/2002; PL 1873/2003; RIC 313/2003;

ALEITAMENTO MATERNO

EMS 3059/1992 => PL 3059/1992; SF PLC 00161/1993; PL 809/1999; SF PLS 00530/1999; SF PLS 00212/1999; PL 3266/2000; PL 5378/2001; PL 5537/2001; CD PLC 00033/2002; PL 605/2003; PL 2132/2002; PL 2328/2003; PL 2329/2003; PL 2946/2004; PL 2959/2004; PL 3069/2004; PL 3310/2004; INC 3188/2004;

AMAMENTAÇÃO

SF PLS 00312/1979; SF PLS 00219/1982; SF PLS 00134/1982; SF PLS 00258/1984; SF PLS 00211/1984; SF PLS 00200/1984; SF PLS 00190/1984; SF PLS 00233/1986; SF PLC 00112/1992; SF PLC 00046/1993; SF PLS 00147/1995; PL 1858/1996; SF PLS 00043/1998; PEC 166/1999; SF PLS 00212/1999; CD PLC 00101/2001; PL 5378/2001; PL 4723/2001; PL 5435/2001; INC 1797/2001; INC 1833/2001; PL 2328/2003; PL 2329/2003; PL 414/2003; SF PLS 00102/2003; INC 3188/2004;

ANTICONCEPCIONAL

PLC 114/1994; PL 66/1999; RIC 1360/1999; PL 2803/2000; PL 1399/2003;

APOSENTADORIA

SF PLS 00006/1949; SF PLS 00052/1963; PLS 4/1968; PLS 57/1968; SF PLS 00036/1971; PLS 63/1972; SF PLS 00252/1975; SF PLS 000211/1975; SF PLS 00146/197; SF PLS 00068/1976; SF PLC 00118/1977; SF PLS 00130/1977; CN PEC 00010/1978; SF PLS 00286/1979; SF PLS 00006/1979; SF PLS 00008/1979; SF PLS 00164/1980; CN PEC 00050/1980; SF PLS 00301/1981; SF PLS 00159/1981; CN PEC 00011/1982; SF PLC 00183/1983; SF PLS 00193/1983; SF PLS 00135/1984; SF PLC 00176/1984; SF PLC 00115/1984; SF PLC 00015/1984; SF PLS 00101/1985; SF PLS 00072/1986; CN PEC 00091/1987; CN PEC 00015/1987; SF PLC 00069/1990; SF PLC 00035/1991; SF PLC 00035/1991; SF PLS 00113/1993; PL 338/1995; PEC 215/1995; SF PLC 00048/1995; PL 2510/1996; PL 2938/1997; PL 3725/1997; PL 928/1999; PL 2148/1999; PDC 7/1999; PEC 166/1999; SF PEC 00063/1999; PL 2600/2000; PL 2748/2000; SF PLS 00149/2001; PL 4639/2001; PLP 252/2001; PLP 275/2001; PL 7408/2002; PEC 497/2002; PLP 337/2002; PL 1399/2003; SF PEC 00092/2003; SF PEC 00077/2003;

ASSÉDIO SEXUAL

SF PLS 00235/1995; SF PLS 00157/1997; PL 62/1999; PL 858/1999; PL 1548/1999; PL 1831/1999; CD PLC 00014/2001; PL 4591/2001; PL 4742/2001; RIC 1763/2004;

ASSISTÊNCIA A MATERNIDADE

SF PLS 00017/1972; CN PEC 00025/1981; CN PEC 00021/1982; PL 592/1995; PL 68/1999; PL 109/1999; INC 3066/2004; SF PLS 00080/2004;

ASSISTÊNCIA MÉDICA

SF PLS 00064/1974; SF PLS 00130/1981; SF PLC 00048/1990; SF PLS 00205/1991; SF PLC 00045/1991; SF PLC 00041/1991; PL 2855/1997; PL 2942/1997; PL 3402/1997; PL 3104/1997; PL 3175/1997; PL 60/1999; PL 68/1999; SF PLS 00530/1999; PL 2381/2000; PL 4324/2001; RIC 3537/2001; PL 7012/2002; CD PLC 00075/2002; PL 809/2003; PL 1399/2003; PL 19/2003; PL 151/2003;

PL 2177/2003; PL 2383/2003; PL 3525/2004; PL 3103/2004; PL 3133/2004; INC 3398/2004; INC 2380/2004; REQ 1608/2004;

ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

SF PLC 291/1966; SF PLC 88/1966; PL 005/1968; SF PLS 00130/1981; PL 2530/1996;

ASSOCIAÇÕES FEMININAS

Projeto 39 1918; SF PLC 338/1948; SF PDL 36/1949; SF PDL 51/1951; SF PDL 95/1951; SF PLC 232/1951; SF PDL 30/1952; SF PDL 55/1952; SF PDL 2/1953; SF PLS 5/1953; SF PLS 119/1959; PLS 19/1962; PLS 50/1962; PLSF 25/1963; PLSF 150/1963; PLSF 42/1964; PL 1552/1999; REQ 67/2001 CECD; REQ 56/2001 CEIC; REQ 11/2004;

ATENTADO AO PUDOR

SF PLS 00099/1981; SF PLS 00130/1990; SF PLS 00150/1991; SF PLS 00151/1992; PL 4429/1994; PL 1609/1996; PL 1807/1996; SF PLC 00010/1996; PL 3293/1997; PL 4412/1998; PL 235/1999; PL 436/1999; PL 631/1999; PL 1173/1999; PL 1264/1999; PL 2054/1999; PL 2244/1999; SF PLS 00342/1999; PL 2818/2000; PL 4419/2001; PL 5040/2001; PL 6944/2002; PL 6260/2002; PL 6270/2002; PL 6383/2002; PL 6695/2002; PL 6721/2002; PL 6909/2002; PL 7021/2002; PL 7224/2002; SF PLS 00106/2002; PL 1308/2003; PL 304/2003; PL 1000/2003; PL 1800/2003; PL 2027/2003; PL 2099/2003; PL 3502/2004;

AUXÍLIO MATERNIDADE

SF PLC 00069/1990; PL 2156/1999; RIC 4096/1999; PL 3479/2000; PL 4151/2001; MSC 496/2004; MSC 496/2004;

AUXÍLIO NATALIDADE

SF PLC 00133/1984; SF PLC 00148/1993; SF PLC 00048/1995; PL 4464/2001; PL 5650/2001; PL 7226/2002; MSC 447/2002;

BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO

PL 04/07/1834; CD PLC 00282/1949; PLS 25/1949; PLS 41/1949; PLS 48/1963; SF PLC 09/1964; PLCD 139/1964; SF VET 34/1965; SF PLC 00176/1984; SF PLC 00103/1990; SF PLC 00069/1990; SF PLC 00048/1990; SF PLC 00035/1991; SF PLC 00112/1991; SF PLC 00041/1991; PL 3127/1992; PL 588/1995; SF PEC 00048/1995; SF PLC 00048/1995; PL 2502/1996; PL 2938/1997; PL 4716/1998; SF PLS 00043/1998; SF PLS 00024/1998; SF PLS 00003/1998; SF PLS 00003/1998; PL 246/1999; PL 1463/1999; PL 2148/1999; PDC 769/1999; PDC 7/1999; RIC 4096/1999; PL 2600/2000; PL 3020/2000; PL 2928/2000; PL 3404/2000; CD PLC 00096/2000; SF PLS 00190/2001; PL 5252/2001; PL 4305/2001; PL 4464/2001; PL 5837/2001; PL 4325/2001; PL 4154/2001; PEC 385/2001; PEC 455/2001; PL 7226/2002; PL 6432/2002; PL 6881/2002; PL 6947/2002; PL 7344/2002; PL 7236/2002; PL 7408/2002; MSC 447/2002; SUG 61/2002 CLP; PL 823/2003; CD PEC 00067/2003; SF PLS 00269/2003; CN PLV 00039/2004;

CÂNCER

SF PDS 00012/1988; PL 2412/1996; PL 3769/1997; PL 4089/1998; PL 261/1999; PL 329/1999; PL 824/1999; SF PLC 00016/1999; INC 1141/2000; RIC 2663/2000; RIC 1907/2000; RIC 2124/2000; CD PLC 00088/2000; CD PLC 00084/2000; CD PLC 00060/2001; CD PLC 00017/2001; CD PLC 00006/2001; PL 4571/2001; INC 1448/2001; INC 2792/2001; PL 6061/2002; PL 6531/2002; PL 7463/2002; CD PLC 00039/2002; PL 762/2003; PL 874/2003; INC 2380/2004; SF RQS 00419/2004;

CASAL

Decreto c/ anexo 03/07/1829; PL 03/07/1829; Projeto 33/1928; PLS 53/1972; Decreto Lei 1301/1973; SF PLS 00181/1992; SF PLC 00222/1993; PLC 114/1994; PL 2855/1997; PL 3493/1997; PL 534/1999; SF PLS 00170/1999; SF PLS 00090/1999; SF PLS 00027/1999; INC 1039/2000; PEC 214/2000; PL 5090/2001; PL 4665/2001; PL 4979/2001; PL 6738/2002;

CASAMENTO

Parecer c/ anexo 18/07/1828; Decreto c/ anexo 03/07/1829; PL 03/07/1829; Resolução 02/08/1830; Decreto 05/08/1851; Proposta 19/07/1858; Representação 24/08/1858; Parecer c/ anexo 03/08/1874; Parecer 03/08/1874; Representação 14/03/1885; Representação 14/03/1885; Resolução 13/08/1885; Parecer 03/09/1886; Projeto de Lei 09/05/1887; PL 09/05/1887; Projeto 32 13/10/1894; Projeto 32 29/08/1895; Projeto 08; Projeto 05 1919; Projeto 34 1919; Projeto 47 1919; SF PLC 412/1948; PLC 342/1950; SF PLC 69/1951; PLCD 333/1956; PLCD 132/1959; SF PLC 09/1964; SF PLC 152/1964; PLS 2/1966; SF PDL 39/1967; CD PDS 00027/1967; PLS 6/1971; PLS 39/1971; SF PLS 00081/1973; SF PLS 00076/1973; SF PLS 00068/1974; SF PLS 00060/1974; CN PEC 00042/1975; CN PEC 00046/1975; CN PEC 00004/1975; CN PEC 00004/1975; SF PLS 00134/1976; SF PLS 00088/1976; Emenda 9/1977; SF PLS 00167/1977; SF PLS 00156/1977; CN PEC 00010/1977; CN PEC 00011/1977; CN PEC 00012/1977; SF PLS 00201/1979; SF PLS 00143/1981; SF PLS 00047/1981; SF PLS 00042/1981; SF PLC 00014/1981; SF PLS 00226/1982; SF PLS 00180/1982; SF PLS 00170/1982; SF PLS 00085/1982; SF PLS 00011/1982; SF PLS 00074/1984; SF PLS 00060/1984; SF PLC 00149/1984; SF PLS 00274/1986; CN PEC 00028/1987; CN PEC 00093/1987; SF PLC 00052/1988; SF PLS 00218/1989; SF PLS 00186/1990; SF PLC 00069/1990; PL 1134/1991; SF PLC 00222/1993; PLC 84/1994; PL 352/1995; PL 1151/1995; SF PLS 00174/1995; SF PLC 00048/1995; PL 2434/1996; PL 2686/1996; SF PLS 00184/1996; PL 3311/1997; SF PLS 00082/1997; PL 4412/1998; PL 534/1999; PL 1264/1999; PL 471/1999; PL 527/1999; PL 530/1999; PL 625/1999; PL 163/1999; PL 2043/1999; PEC 22/1999; SF PLS 00232/1999; SF PLS 00170/1999; SF PLS 00027/1999; PL 2996/2000; PL 3205/2000; SF PLS 00082/2000; SF PLS 00116/2001; PL 5172/2001; PL 4979/2001; PL 4425/2001; PL 4553/2001; INC 1959/2001; INC 1543/2001; PL 6944/2002; PL 7357/2002; REQ 9/2002; SUG 51/2002 CLP; SF PLS 00143/2002; PL 304/2003; PL 1257; PL 2087/2003; SF PEC 00070/2003; PL 3005/2004; PL 2960/2004; PL 3465/2004; INC 2478/2004; PRC 136/2004;

CLT (CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO)

PLS 50/1963; PLS 181/1963; SF 231/1965; SF PLS 00017/1972; SF PLS 00081/1973; SF PLS 00005/1973; SF PLS 00125/1975; SF PLS 00125/1975; SF PLS 00294/1977; SF PLS 00099/1977; SF PLS 00086/1977; SF PLS 00276/1978; SF PLS 00277/1978; SF PLC 00092/1978; SF PLS 00312/1979; SF PLS 00256/1979; SF PLC 00043/1979; SF PLS 00169/1980; SF PLS 00160/1980; SF PLS 00327/1981; SF PLS 00076/1981; SF PLC 00028/1981; SF PLS 00050/1981; SF PLS 00013/1981; SF PLC 00259/1983; SF PLS 00245/1983; SF PLC 00125/1983; SF PLS 00258/1984; SF PLS 00234/1984; SF PLS 00211/1984; SF PLS 00203/1984; SF PLS 00200/1984; SF PLS 00190/1984; SF PLS 00108/1984; SF PLC 00249/1984; SF PLC 00014/1984; SF PLC 00015/1984; SF PLS 00287/1985; SF PLC 00082/1985; SF PLC 00092/1985; SF PLS 00233/1986; SF PLS 00058/1986; SF PLS 00054/1986; SF PLS 00007/1986; PL 1231/1988; SF PLS 00418/1989; SF PLS 00213/1989; SF PLC 00041/1991; PL 2802/1992; SF PLC 00112/1992; SF PLC 00226/1993; SF PLC 00173/1993; SF PLC 00211/1993; PL 4016/1993; PL 592/1995; PL 2425/1996; PL 1546/1999; PL 1611/1999; PL 62/1999; PL 1831/1999; PL 801/1999; PL 58/1999; PL 220/1999; PL 1890/1999; SF PLS 00600/1999; CN MSG 00740/1999; PL 2360/2000; PL 3392/2000; PL 3314/2000; PL 3366/2000; PL 3913/2000; PL 3710/2000; MSC 1064/2000; CD PLC 00081/2000; CD PLC 00101/2001; PL 4547/2001; PL 5648/2001; PL 6966/2002; PL 7184/2002; PL 168/2002; PL 1756/2003; PL 2579/2003; PL 2269/2003; PL 2452/2003; PL 2458/2003; SF PLS 00102/2003; PL 3100/2004; PL 2984/2004;

COMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS E QUESTÕES DE GÊNERO

SF PRS 00054/1998; SF PRS 00028/1999; PLP 172/2004;

COMPANHEIRA

PLS 11/1971; SF PLS 00041/1973; SF PLS 00121/1974; SF PLS 00094/1974; SF PLS 00142/1976; SF PLS 00130/1977; SF PLS 00177/1982; SF PLS 00252/1986; SF PLS 00226/1986; SF PLS 00234/1986; SF PLS 00059/1986; SF PLC 00069/1990; SF PLC 00035/1991; SF PLS 00037/1992; PL 338/1995; PL 352/1995; PL 1147/1995; SF PLS 00235/1995; SF PLS 00229/1996; SF PLS

00184/1996; PL 2938/1997; PL 3829/1997; PL 3725/1997; PL 905/1999; PL 163/1999; PL 58/1999; PL 1352/1999; PL 107/1999; SF PLS 00090/1999; PL 2801/2000; SF PLS 00280/2001; SF PLS 00007/2001; PL 4325/2001; INC 1492/2001; PL 6053/2002; PL 6475/2002; PL 6799/2002; PL 2575/2003; PL 2383/2003; CD PLC 00102/2003; SF PLS 00134/2003; SF PLS 00054/2003; PL 3592/2004;

CONCEPÇÃO

Ofício – 01/09/1871; PL 4665/2001; PEC 571/2002; PEC 553/2002

CONCUBINATO

SF PLS 00094/1974; SF PLS 00105/1979; PL 456/1999; PL 460/1999; PL 163/1999; INC 1492/2001;

CÔNJUGE

Projeto 115/1897; PLS 99/1968; PLS 6/1971; PLS 11/1971; SF PLS 00076/1973; SF PLS 00041/1973; SF PLS 00076/1973; PLC 36/1976; SF PLS 00088/1976; SF PLS 00156/1977; SF PLS 00130/1977; CN PEC 00001/1978; SF PLS 00193/1978; SF PLS 00165/1978; SF PLS 00237/1980; SF PLS 00048/1981; SF PLS 00177/1982; SF PLC 00195/1983; SF PLC 00023/1985; SF PLS 00274/1986; SF PLS 00146/1989; SF PLC 00069/1990; PL 1134/1991; SF PLC 00035/1991; PL 3417/1992; PL 3638/1993; SF PLC 00222/1993; PL 1147/1995; SF PLS 00235/1995; SF PLC 00038/1995; PL 2434/1996; PL 1661/1996; PL 2686/1996; PL 1674/1996; SF PLS 00229/1996; SF PLS 00184/1996; PL 3311/1997; PL 2938/1997; PL 3829/1997; PL 3725/1997; SF PLS 00082/1997; SF PLC 00010/1997; PL 456/1999; PL 460/1999; PL 905/1999; PL 858/1999; PL 527/1999; PL 2043/1999; PL 1026/1999; PL 1439/1999; PL 4900/1999; PL 107/1999; SF PLS 00662/1999; SF PLS 00232/1999; SF PLS 00170/1999; SF PLS 00090/1999; SF PLS 00027/1999; PL 2996/2000; PL 3205/2000; PL 2801/2000; PL 3681/2000; SF PLS 00082/2000; SF PLS 00007/2001; PL 5172/2001; PL 4979/2001; PL 4425/2001; PL 4325/2001; INC 1543/2001; INC 1492/2001; PL 6451/2002; PL 7357/2002; PL

6053/2002; PL 6799/2002; PL 6697/2002; PL 6352/2002; PL 6370/2002; PL 6576/2002; PL 6754/2002; PL 6567/2002; CD PLC 00103/2002; SF PLS 00143/2002; PL 2099/2003; PL 2087/2003; CD PLC 00102/2003; SF PLS 00269/2003; SF PLS 00134/2003; SF PLS 00054/2003; PL 3159/2004; PL 3592/2004; PL 3650/2004; INC 3544/2004; PLP 172/2004; SF PLC 00024/2004;

CONJUNÇÃO CARNAL

SF PLS 00234/1986; SF PLC 00029/1990; PL 1374/1991; SF PLS 00151/1992; SF PLS 00184/1996; PL 2929/1997; PL 4412/1998; SF PLS 00103/1998; PL 235/1999; PL 436/1999; PL 631/1999; SF PLS 00390/1999; SF PLS 00342/1999; PL 6383/2002;

(CNDM) CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

SF PLC 00092/1985; SF PLC 00044/1986; CN MSG 00158/1989; CN MSG 00148/1989; CN MSG 00119/1989; PL 3996/1997; PL 5105/2001; REQ 5/2001 CLP;

CONTROLE DE NATALIDADE

PL 382/1991; PLC 114/1994; SF PLC 00029/1996; PL 3845/2000; PEC 241/2004; PEC 241/2004;

(CAFRM) CORPO AUXILIAR FEMININO DA RESERVA DA MARINHA

CN MSG 00073/1980;

CRECHE

Projeto 39 – 1918; SF PLS 00017/1972; SF PLS 00312/1979; SF PLS 00256/1979; SF PLS 00288/1980; SF PLS 00013/1981; SF PLC 00050/1982; SF PLS 00108/1984; PL 1231/1988; SF PLS 00213/1989; SF PLS 00290/1991; SF PLS 00205/1991; SF PLC 00044/1991; PL 2802/1992; SF PLC 00112/1992; SF PLC 00211/1993; PL 335/1995; PL 337/1995; PL 1858/1996; PL 2864/1997; PL 3050/1997; PL 3722/1997; PL 3994/1997; PL 3722/1997; PL 3994/1997; PL 2529/2000; PL 2777/2000; CD PLC 00096/2000; PL 5656/2001; PL 6233/2002; PL 4146/2001; PL 4154/2001; PL 4283/2001; PL 4786/2001; INC 1797/2001; PL 414/2003; PL 1399/2003; PL

19/2003; PL 2269/2003; PL 2458/2003; RIC 313/2003; CD PLC 00105/2003; SF PLS 00102/2003; PL 3100/2004;

CRIANÇA

Projeto 39 – 1918; PEC 001/1963; CN PDL 00006/1979; SF PLC 00119/1982; SF PLS 00114/1982; SF PLS 00211/1984; SF PLS 00203/1984; SF PLC 00069/1990; SF PLC 00048/1990; PL 306/1991; SF PLS 00297/1991; SF PLC 00044/1991; PL 2802/1992; SF PLC 00112/1992; SF PLC 00035/1993; CD PLC 00101/1993; INC 522/1994; PLC 00113/1994; PL 362/1995; PL 588/1995; PL 592/1995; PL 872/1995; PL 335/1995; PL 405/1995; PL 1069/1995; PL 1195/1995; PL 1858/1996; PL 1807/1996; PL 1674/1996; PL 1954/1996; PL 2083/1996; PL 2446/1996; PL 2425/1996; PL 2034/1996; PL 2129/1996; SF PLS 00229/1996; SF PLS 00179/1996; PL 2864/1997; PL 3994/1997; PL 3994/1997; PL 2773/1997; PL 2942/1997; PL 3012/1997; PL 3478/1997; PL 3842/1997; PL 3126/1997; PL 3268/1997; PL 3383/1997; SF PLS 00225/1997; SF PLS 00108/1997; SF PLS 00092/1997; SF PLC 00076/1997; PL 4412/1998; PL 4146/1998; SF PLC 00027/1998; PL 456/1999; PL 457/1999; PL 460/1999; PL 529/1999; PL 534/1999; PL 536/1999; PL 1090/1999; PL 1391/1999; PL 1553/1999; PL 1611/1999; PL 809/1999; PL 235/1999; PL 436/1999; PL 631/1999; PL 1173/1999; PL 2054/1999; PL 18/1999; PL 56/1999; PL 96/1999; PL 101/1999; PL 429/1999; PL 438/1999; PL 706/1999; PL 897/1999; PL 1080/1999; PL 1652/1999; PL 1104/1999; PL 953/1999; PL 134/1999; PL 545/1999; PL 789/1999; PL 546/1999; PDC 362/1999; PEC 166/1999; PLP 59/1999; PL 17/1999; SF PLS 00530/1999; CD PLC 00033/1999; SF PLS 00243/1999; SF PLS 00212/1999; SF PLS 00206/1999; SF PLS 00090/1999; PL 3216/2000; PL 3266/2000; PL 3392/2000; PL 3406/2000; PL 3479/2000; PL 3525/2000; PL 3822/2000; PL 3904/2000; PL 3917/2000; PL 2338/2000; PL 2937/2000; PL 3217/2000; PL 2733/2000; PL 2612/2000; PL 3601/2000; INC 1039/2000; INC 1048/2000; PEC 243/2000; CD PLC 00113/2000; CD PLC 00096/2000; SF PLS 00196/2000; SF PEC 00031/2000; SF PLS 00182/2000; SF PLS 00280/2001; CN MPV 02206/2001 1; CN MPV 02206/2001; CD PLC 00031/2001; PL 4736/2001; PL 5252/2001;

PL 5378/2001; PL 4723/2001; PL 5090/2001; PL 4154/2001;
PL 4283/2001; PL 5405/2001; PL 5541/2001; PL 5831/2001;
PL 5829/2001; PL 5900/2001; PL 4394/2001; PL 4483/2001;
PL 5696/2001; PL 5165/2001; PL 5750/2001; INC 1669/2001;
MSC 1035/2001; PEC 320/2001; RIC 3680/2001; RIC 3540/2001;
RIC 3273/2001; PL 6577/2002; PL 6738/2002; PL 6376/2002;
PL 6621/2002; PL 6966/2002; PL 7318/2002; PL 6233/2002; PL
6260/2002; PL 6270/2002; PL 6721/2002; PL 6315/2002; PL
6553/2002; PL 6610/2002; PL 6613/2002; PL 6555/2002; PL
6350/2002; PL 6806/2002; PL 6894/2002; PL 7024/2002; INC
3303/2002; MSC 48/2002; PLP 339/2002; REQ 13/2002; REQ
103/2002; SF PLS 00210/2002; CD PLC 00075/2002; CD PLC
00033/2002; SF PLS 00088/2002; PL 1308/2003; PL 1754/2003; PL
1091/2003; PL 168/2002; PL 809/2003; PL 1645/2003; PL 1756/2003;
PL 2104/2003; PL 2481/2003; PL 2575/2003; PL 2579/2003; PL
1873/2003; PL 2328/2003; PL 2329/2003; PL 1399/2003; PL 19/2003;
PL 1000/2003; PL 874/2003; RIC 435/2003; RIC 1180/2003; CD
PLC 00105/2003; CD PLC 00099/2003; SF PLS 00468/2003; SF
PLS 00449/2003; SF PLS 00280/2003; SF PLS 00192/2003; SF
PLS 00134/2003; CD PDS 00013/2003; SF RAS 00009/2003; SF
PDS 00007/2003; PL 3597/2004; PL 2946/2004; PL 2959/2004;
PL 3502/2004; PL 3509/2004; PL 3646/2004; PL 3103/2004; PL
3160/2004; INC 1953/2004; INC 3644/2004; PEC 276/2004; PEC
276 2004; SDL 5/2004; SF PLS 00109/2004; SF PLS 00080/2004;
SF PLS 00027/2004;

CRIME

SF PLS 00096/1971; SF PLS 00017/1972; CN MSG 00037/1977;
SF PLS 00299/1979;

SF PLC 00076/1984; SF PLS 00028/1987; CN PEC 00012/1987;
SF PLC 00052/1988; SF PLS 00317/1989; SF PLS 00132/1990; SF PLS
00130/1990; SF PLS 00049/1990; SF PLC 00069/1990; PL 1135/1991;
PL 1374/1991; SF PLS 00386/1991; SF PLS 00150/1991; SF PLS
00128/1992; SF PLS 00127/1992; PL 4429/1994; PLC 00113/1994;
PLC 114/1994; PL 1069/1995; PL 1195/1995; PL 70/1995; PL
1026/1995; PL 1224/1995; PLP 31/1995; SF PLS 00235/1995; PL

1609/1996; PL 1807/1996; SF PLS 00250/1996; SF PLS 00229/1996; SF PLS 00184/1996; SF PLS 00067/1996; SF PLC 00010/1996; SF PLC 00029/1996; PL 3012/1997; PL 2903/1997; PL 3383/1997; PEC 545/1997; SF PLS 00108/1997; SF PLS 00092/1997; SF PLS 00052/1997; SF PLC 00076/1997; PL 4703/1998; PL 905/1999; PL 858/1999; PL 1173/1999; PL 1264/1999; PL 2244/1999; PL 101/1999; PL 438/1999; PL 1652/1999; PL 1904/1999; PL 933/1999; PL 4900/1999; PL 1983/1999; PEC 176/1999; SF PLS 00243/1999; SF PLS 00090/1999; PL 3917/2000; PL 2372/2000; PL 2818/2000; PL 2801/2000; PL 2338/2000; PL 2367/2000; PL 3357/2000; PL 3601/2000; SF PLC 00057/2000; SF PLS 00280/2001; SF PLS 00007/2001; PL 4917/2001; PL 5040/2001; PL 5405/2001; PL 5831/2001; PL 5829/2001; PL 5962/2001; PL 4483/2001; PL 5144/2001; PL 5165/2001; PL 5750/2001; MSC 1035/2001; PL 6577/2002; PL 6738/2002; PL 7318/2002; PL 7012/2002; PL 6270/2002; PL 6383/2002; PL 7224/2002; PL 6555/2002; PL 6221/2002; PL 6573/2002; PL 6586/2002; PL 6696/2002; PL 6186/2002; PL 6894/2002; PL 7024/2002; RIC 23/2002; SF PLS 00106/2002; SF PLS 00080/2002; PL 1308/2003; PL 1754/2003; PL 21/2002; PL 1459/2003; PL 809/2003; PL 2575/2003; PL 117/2003; PL 823/2003; PL 2087/2003; CD PLC 00102/2003; SF PLC 00103/2003; SF PLS 00468/2003; SF PLS 00449/2003; SF PLS 00399/2003; SF PLS 00280/2003; SF PLS 00269/2003; SF PLS 00134/2003; CD PDS 00013/2003; PL 3465/2004; PL 3143/2004; PL 3160/2004; INC 3644/2004; INC 3592/2004; PEC 276/2004; PEC 276 2004; REQ 12/2004; SF PLS 00254/2004; SF PLS 00225/2004; SF PLS 00113/2004; SF PLS 00109/2004;

CRIME CONTRA A LIBERDADE SEXUAL

PL 1674/1996; PL 1954/1996; PL 2929/1997; SF PLC 00057/2000; PL 5003/2001; PL 5750/2001; PL 6944/2002; PL 6383/2002; PL 6721/2002; PL 6909/2002; PL 7021/2002; PL 6555/2002; PL 6697/2002; PL 6761/2002; PL 6586/2002; PL 6505/2002; SF PLS 00106/2002; SF PLS 00088/2002; SF PLS 00192/2003; PL 3502/2004; SF RQS 00626/2004;

DEPENDENTE

Parecer 23/06/1827; Resolução 21/08/1835; Resolução 16/05/1836; Parecer 27/05/1836; Parecer c/ anexo 08/06/1858; Resolução 08/07/1871; PL 48/1891; SF 123/1892; SF 20/1901; Projeto 04; 199/1912; Projeto 28; Projeto 01 1918; Projeto 87 1920; Projeto 63 1921; Projeto 101 1922; Projeto 60 1923; Projeto 68 1923; Projeto 127 1923; Projeto 263 1923; SF 40/1928; Projeto 80 1929; Projeto 94 1929; Projeto 128 1929; PLC 196/1949; PLC 107/1950; SF PLC 330/1952; PLSF 21/1953; PLS 12/1958; SF PLC 56/1960; PLCD 106/1962; PLS 50/1963; SF VET 34/1965; PLS 99/1968; PL 005/1968; PLS 98/1968; SF PLS 00100/1968; SF PLS 00041/1973; SF PLS 00189/1975; SF PLS 00142/1976; SF PLC 00059/1980; SF PLS 00347/1981; SF PLC 00054/1981; SF PLS 00177/1982; SF PLC 00264/1983; SF PLC 00117/1983; SF PLS 00058/1985; SF PLS 00252/1986; SF PLC 00048/1990; SF PLC 00035/1991; SF PLC 00041/1991; PL 3417/1992; SF PLC 00148/1993; PL 588/1995; PL 337/1995; SF PLC 00048/1995; PEC 423/1996; SF PLS 00265/1996; PL 866/1999; PL 3681/2000; CD PLC 00096/2000; PL 5656/2001; PL 6233/2002; PL 7078/2002; PL 1645/2003; INC 3544/2004;

DESQUITE

Projeto 85 – 1924; SF PLC 345/1948; PLCD 158/1964; PLS 6/1966; SF PLS 00121/1974; SF PLS 00156/1977; PLC 84/1994; PL 6931/2002;

DIPLOMA MULHER CIDADÃ BERTHA LUTZ

SF PRS 00025/1998; SF PRS 00020/2003; SF PRS 00011/2003

DIREITOS

Requerimento c/ anexo 01/10/1838; Ofício 21/12/1841; Carta c/ anexo 29/05/1870; Ofício 01/09/1871; Ofício 25/05/1871; Parecer c/ anexo 06/08/1879; Representação 14/03/1885; Projeto 21/1899; Projeto 25; Projeto 28; Projeto 102 1919; Projeto 85 1924; Ofício 137/27; SF 32/1927; SF 35/1927; Representação 47/1927; Parecer 8A/1928; SF PDL 33/1949; SF PDL 110/1951; SF PLC 374/1952; F PLS

00045/1952; SF PLS 00029/1952; SF PDL 49/1955; SF PLC 00084/1974; SF PLS 00164/1980; SF PLS 00159/1981; SF PLS 00245/1983; SF PLS 00101/1985; SF PLC 00044/1986; PL 1231/1988; PL 2857/1989; PL 2417/1989; PLP 112/1989; SF PLS 00418/1989; PL 1932/1991; PL 350/1991; CD PLC 00101/1993; PL 4016/1993; PLC 84/1994; PL 588/1995; PL 592/1995; PL 1151/1995; PL 1147/1995; PL 1223/1995; CN MSG 00420/1995; PEC 423/1996; PL 2771/1997; PL 3402/1997; PEC 557/1997; PEC 510/1997; PRC 118/1997; PL 4089/1998; PL 4429/1998; PL 4716/1998; SF PLS 00117/1998; PL 1546/1999; PL 62/1999; PL 1548/1999; PL 471/1999; PL 527/1999; PL 1332/1999; PL 441/1999; PL 418/1999; PEC 67/1999; PEC 176/1999; RDF 1 CCJR => PL 2279/1999; PL 2360/2000; PL 3266/2000; PL 3822/2000; PL 3020/2000; PL 3542/2000; PL 3667/2000; PL 2355/2000; PL 2901/2000; EMR 1 CCJR => PDC 463/2000; PEC 251/2000; PLP 162/2000; SF PLC 00057/2000; PL 5172/2001; PL 4736/2001; PL 5252/2001; PL 4665/2001; PL 4765/2001; PL 5405/2001; MSC 1035/2001; PRC 130/2001; PRC 124/2001; PRC 178/2001; PRC 129/2001; REQ 75/2001 CTASP; PL 7012/2002; PL 7463/2002; PL 6475/2002; PL 6553/2002; PL 6613/2002; PL 6627/2002; PL 6522/2002; PL 6135/2002; PL 6754/2002; PL 6559/2002; PL 6048/2002; PL 6673/2002; PL 6252/2002; PEC 571/2002; PEC 553/2002; REQ 9/2002; REQ 19/2002; REQ 13/2002; CD PLC 00102/2002; CD PLC 00103/2002; PL 168/2002; PL 2575/2003; PL 1399/2003; PL 19/2003; RIC 579/2003; SF PLS 00529/2003; CD PLC 00102/2003; PL 3069/2004; PL 3100/2004; PL 2960/2004; PL 3159/2004; PL 3309/2004; PL 3447/2004; PL 3103/2004; PL 3133/2004; PL 3755/2004; PL 2971/2004; INC 3644/2004; INC 3066/2004; INC 3398/2004; INC 1950/2004; PRC 133/2004; SF PLS 00183/2004;

DISCRIMINAÇÃO

SF PLS 00020/1971; SF PLS 00371/1981; SF PLS 00316/1981; SF PLC 00150/1982; SF PLS 00011/1982; SF PLS 00209/1985; SF PLC 00092/1985; SF PLC 00052/1988; SF PLS 00213/1989; SF PLS 00072/1990; SF PLC 00029/1990; PL 382/1991; SF PLS 00052/1991; SF PDS 00059/1992; PL 3638/1993; SF PDS 00044/1994; SF PLC

00083/1994; PL 1026/1995; PLP 31/1995; SF PEC 00048/1995; SF PLS 00147/1995; SF PLS 00004/1995; PL 2252/1996; SF PLC 00029/1996; PL 3985/1997; PEC 510/1997; PRC 118/1997; SF PLS 00052/1997; SF PLS 00028/1997; SF PLC 00049/1997; PL 1904/1999; PL 4900/1999; PEC 67/1999; PL 2996/2000; PL 2937/2000; PL 2367/2000; PL 2612/2000; SF PLS 00141/2001; PL 5405/2001; PL 5003/2001; PL 5452/2001; MSC 374/2001; PRC 182/2001; PL 7318/2002; PL 6186/2002; PL 6840/2002; REQ 19/2002; CD PDS 00001/2002; PL 1399/2003; PL 2383/2003; PL 2087/2003; PL 3122/2004; PL 3142/2004; PL 3143/2004;

DIVÓRCIO

Representação 24/08/1858; Projeto 03; SF PLS 00068/1974; CN PEC 00042/1975; SF PLS 00167/1977; SF PLS 00156/1977; SF PLS 00156/1977; CN PEC 00010/1977; CN PEC 00011/1977; CN PEC 00012/1977; CN PEC 00001/1977; SF PLS 00193/1978; SF PLS 00201/1979; SF PLS 00274/1986; PL 1231/1988; SF PLS 00146/1989; PL 1134/1991; SF PLS 00037/1992; SF PLC 00211/1993; PL 1151/1995; SF PLS 00082/1997; PL 625/1999; PEC 22/1999; SF PLS 00232/1999; SF PLS 00170/1999; PL 5172/2001; PL 4979/2001; PL 4425/2001; PL 5696/2001; PL 7357/2002; PL 6315/2002; PL 6350/2002; PL 6352/2002; PL 6370/2002; CD PLC 00103/2002; PL 1756/2003; PL 3309/2004; PLP 172/2004; SF PLC 00024/2004;

DONA-DE-CASA

SF PLC 00115/1984; SF PLC 00129/1985; INC 1778/2001; PEC 385/2001; PL 6522/2002;

NOTE

Decreto 05/08/1851; SF PLC 00222/1993;

EDUCAÇÃO

Resolução 02/01/1833; Ofício c/ anexo 28/08/1834; Parecer c/ anexo 06/08/1879; Requerimento c/ anexo 19/02/1879; Projeto 21/1899; Mensagem 998/1903; Projeto 187/1925; SF Mensagem 46/1927; Projeto 33 1928; Mensagem 30/1928; Requerimento 30/1937; SF 128/1947; PLC 59 1948; PLS 40/1949; SF PLC 119/1959;

SF PLC 175/1959; PLCD 139/1964; RQS 663/1965; PLS 58/1965; DEL 196/1967; REQ 1151/1967; CN PEC 00013/1977; SF PLC 00092/1978; SF PLS 00323/1979; CN PEC 00021/1982; SF PLC 00069/1990; SF PLC 00045/1991; PL 2802/1992; SF PLS 00181/1992; CD PLC 00101/1993; PL 2864/1997; PL 3050/1997; PL 3722/1997; PL 3994/1997; PL 3722/1997; PL 3994/1997; PL 2942/1997; PL 3985/1997; PL 3478/1997; PL 3175/1997; SF PLC 00049/1997; PL 4403/1998; PL 343/1999; PL 530/1999; PL 1839/1999; PL 66/1999; PL 106/1999; PL 789/1999; PL 2501/2000; PL 2726/2000; PL 3035/2000; PRC 76/2000; PL 5435/2001; PL 4283/2001; PL 4786/2001; PL 4639/2001; INC 1835/2001; PL 7012/2002; PEC 584/2002; PL 414/2003; RIC 166/2003; RIC 735/2003; PL 2946/2004; PL 2959/2004; PL 3310/2004; PL 3650/2004; REQ 18/2004; SF PLC 00023/2004;

ELEIÇÃO

Projeto 102/1919; Ofício 137/27; Representação 47/1927; Parecer 8A/1928; SF MSG 241/1967; SF PLS 00322/1995; SF PLC 00109/1995; SF PLS 00067/1996; SF PLS 00035/1997; SF PLC 00037/1997; PL 2355/2000; PDC 467/2000; PL 4765/2001; PL 4649/2001; SF PRS 00007/2003;

EMPREGADA

RQS 663/1965; SF PLS 00020/1971; SF PLS 00081/1973; SF PLS 00189/1975; SF PLS 00125/1975; SF PLS 00099/1977; SF PLS 00312/1979; SF PLS 00256/1979; SF PLC 00028/1981; SF PLS 00050/1981; SF PLS 00134/1982; SF PLS 00114/1982; SF PLC 00050/1982; SF PLC 00125/1983; SF PLS 00203/1984; SF PLS 00190/1984; SF PLC 00249/1984; SF PLS 00028/1987; CN PEC 00048/1987; PL 2417/1989; PLP 112/1989; SF PLS 00213/1989; EMS 1542/1991 => PL 1542/1991; SF PLS 00157/1997; SF PLC 00076/1997; PL 4756/1998; SF PLS 00003/1998; PL 1546/1999; PL 1611/1999; PL 220/1999; PL 4900/1999; PL 32/1999; REQ 456/2003 => PLP 59/1999; PL 2466/2000; PL 3392/2000; PL 3479/2000; PL 2821/2000; PL 3314/2000; PL 3366/2000; PL 2520/2000; PL 2593/2000; PL 2852/2000; PL 3784/2000; PL 2735/2000; PL

2928/2000; PL 3404/2000; PLP 162/2000; PL 3784/2000; CD PLC 00084/2000; CD PLC 00096/2000; PL 5435/2001; PLP 212/2001; PL 6432/2002; PL 168/2002; PL 354/2002; SF PLS 00529/2003; CD PLC 00041/2003; SF PLS 00102/2003; INC 3188/2004;

EMPREGADA DOMÉSTICA

PLS 181/1963; SF PLS 00060/1974; SF PLS 00266/1979; SF PLS 00213/1989; PL 1037/1991; PL 350/1991; SF PLS 00043/1998; SF PLS 00024/1998; SF PLS 00003/1998; PL 801/1999; SF PLS 00112/1999; PL 2394/2000; PL 2330/2000; PL 2598/2000; PL 3020/2000; PL 3221/2000; PL 3397/2000; PL 5233/2001; PL 5686/2001; PL 6801/2002; PL 7078/2002; PL 2579/2003; PL 2889/2004; PL 2890/2004; PL 2891/2004; PL 2892/2004;

ESCRavidÃO

Requerimento 09/06/1826; Decreto c/ anexo 19/05/1866; PL 27/09/1871; Proposta 12/05/1871; PL 08/10/1877; PL 429/1999; PDC 362/1999;

ESTADO CIVIL

Decreto c/ anexo 03/07/1829; PL 03/07/1829; Lei c/ anexo 25/05/1858; SF PLS 00279/1979; SF PLS 00213/1989; SF PLS 00141/2001; INC 1959/2001; PL 3122/2004;

ESTERILIZAÇÃO

PL 382/1991; SF PLC 00029/1996; PL 2855/1997; SF PLS 00028/1997; RIC 3991/1998; PL 58/1999; PL 1026/1999; PL 3845/2000; PL 2803/2000; PEC 214/2000; PL 4324/2001; PL 5033/2001; INC 1834/2001; PL 7020/2002; PEC 584/2002; PL 2059/2003; PL 1399/2003; PL 3122/2004;

ESTUPRO

CN PEC 00012/1987; SF PLS 00317/1989; SF PLS 00130/1990; PL 20/1991; PL 1374/1991; SF PLC 00010/1996; PL 2929/1997; PL 2903/1997; PEC 545/1997; PDC 737/1998; PL 605/1999; PL 60/1999; PL 905/1999; PL 61/1999; PL 1173/1999; PL 1264/1999; PL 2244/1999; PL 4089/1998; PL 897/1999; PL 1278/1999; PL

2801/2000; PL 2333/2000; PL 3542/2000; CD PLC 00014/2001; CD PLC 00018/2001; PL 4493/2001; PL 4305/2001; PL 4419/2001; PL 5962/2001; PL 7235/2002; PL 6944/2002; PL 6260/2002; PL 6695/2002; PL 6721/2002; PL 6909/2002; PL 7021/2002; PL 7224/2002; PL 6697/2002; PL 6221/2002; PL 6573/2002; REQ 9/2002; RIC 23/2002; SF PLC 00008/2002; PL 809/2003; PL 151/2003; PL 304/2003; PL 1800/2003; PL 2027/2003; PL 2099/2003; PL 3502/2004; PL 3465/2004; PL 3525/2004;

EXAME MÉDICO

PLS 2/1966; SF PLC 00082/1985; SF PLS 00186/1996; SF PLC 00029/1996; PL 3478/1997; PL 3842/1997; PL 261/1999; PL 329/1999; PL 109/1999; PL 106/1999; PL 848/1999; PL 441/1999; SF PLS 00530/1999; SF PLS 00027/1999; PL 3845/2000; PL 2381/2000; PL 2653/2000; PL 3217/2000; PL 3542/2000; PL 2803/2000; PL 2849/2000; PL 3710/2000; PL 2642/2000; PL 3078/2000; PL 3035/2000; CD PLC 00088/2000; CD PLC 00084/2000; SF PLS 00190/2001; CD PLC 00060/2001; CD PLC 00039/2001; CD PLC 00031/2001; CD PLC 00006/2001; PL 5090/2001; PL 4419/2001; PL 4547/2001; PL 5033/2001; PL 4256/2001; PL 5537/2001; PL 4873/2001; INC 1834/2001; INC 1543/2001; PL 6531/2002; PL 6096/2002; PL 6553/2002; PL 6610/2002; PL 6043/2002; PL 6951/2002; EMR 1 CSSF PL 6531/2002; EMR 2 CSSF PL 6531/2002; INC 3603/2002; INC 3604/2002; INC 3605/2002; INC 3606/2002; INC 3607/2002; INC 3608/2002; INC 3609/2002; INC 3610/2002; INC 3611/2002; INC 3612/2002; INC 3613/2002; INC 3614/2002; INC 3615/2002; INC 3616/2002; INC 3633/2002; INC 3634/2002; INC 3635/2002; INC 3636/2002; INC 3637/2002; INC 3638/2002; INC 3639/2002; INC 3640/2002; INC 3641/2002; INC 3642/2002; INC 3643/2002; INC 3644/2002; INC 3645/2002; INC 3646/2002; INC 3647/2002; CD PLC 00039/2002; PL 1399/2003; PL 762/2003; PL 874/2003; PL 3509/2004; PL 3646/2004; PL 3447/2004; PL 3014/2004; PL 3505/2004; PL 3489/2004; PL 3055/2004;

EXPLORAÇÃO

CD PLC 00033/1999; PL 3872/2000; PL 5348/2001; PL

1399/2003; SF RAS 00009/2003; PL 3408/2004;

EXPLORAÇÃO SEXUAL

PL 3293/1997; PL 2903/1997; PL 3268/1997; PL 3383/1997; SF PLS 00100/1997; PL 4412/1998; PDC 737/1998; PL 905/1999; PL 61/1999; PL 62/1999; PL 858/1999; PL 235/1999; PL 436/1999; PL 631/1999; PL 1173/1999; PL 1264/1999; PL 2054/1999; PL 1831/1999; PL 96/1999; PL 101/1999; PL 438/1999; PL 1080/1999; PL 1278/1999; PL 953/1999; PL 267/1999; PL 134/1999; PL 545/1999; PL 17/1999; CD PLC 00033/1999; PL 3917/2000; PL 2338/2000; PL 2733/2000; PL 2863/2000; PEC 243/2000; CD PLC 00014/2001; PL 4493/2001; PL 4394/2001; PL 4483/2001; MSC 1035/2001; RIC 3273/2001; PL 7318/2002; PL 6944/2002; PL 6270/2002; PL 6586/2002; PL 6894/2002; PL 7024/2002; PLP 339/2002; REQ 13/2002; REQ 103/2002; REQ 23/2002; SF PLC 00008/2002; PL 1308/2003; PL 2575/2003; PL 117/2003; PL 1000/2003; RIC 435/2003; RIC 1180/2003; SF PLC 00103/2003; SF PLS 00192/2003; PL 3008/2004; INC 3592/2004; PEC 276/2004; PEC 276 2004; REQ 1594/2004; SDL 5/2004; SF OFS 00007/2004;

FAMÍLIA

PL 04/07/1834; Projeto 04; Projeto 05 – 1919; Projeto 34 – 1919; Projeto 47 – 1919; Projeto 60 – 1923; CD PLC 00282/1949; PLS 25/1949; PLS 40/1949; PLS 41/1949; SF PLC 227/1951; PLS 48/1963; SF PLC 291/1966; não identificada/1966; SF MSG 459/1967; SF PLC 00022/1969; SF PLC 24/1970; PLS 64/1972; CN PEC 00001/1978; CN PEC 00093/1987; SF PDS 00012/1988; SF PLC 00069/1990; SF PLC 00048/1990; PL 1037/1991; SF PLS 00229/1996; SF PLS 00184/1996; PL 3311/1997; SF PLS 00041/1997; SF PRS 00054/1998; PL 456/1999; PL 1391/1999; PL 1553/1999; PL 1611/1999; PL 905/1999; PL 61/1999; PL 858/1999; PL 1463/1999; PL 2148/1999; PL 1439/1999; PL 4900/1999; PEC 22/1999; PEC 166/1999; RIC 1360/1999; SF PLS 00206/1999; SF PRS 00028/1999; SF PLS 00133/1999; PL 2372/2000; PL 2488/2000; PEC 214/2000; RIC 2756/2000; RIC 2757/2000; CD PLC 00096/2000; SF PLS 00280/2001; SF PLC 00067/2001; CD PLC 00014/2001; CD PLC 00016/2001; PL 4493/2001; PL 4723/2001;

PL 5541/2001; PL 5696/2001; INC 1836/2001; PEC 385/2001; PL 7012/2002; PL 7226/2002; PL 6881/2002; PL 6947/2002; PL 7344/2002; PL 6053/2002; PL 6135/2002; PLP 339/2002; SF PLS 00143/2002; SF PLC 00008/2002; PL 1756/2003; PL 2575/2003; PL 823/2003; SF PLS 00134/2003; PL 3069/2004; PL 2960/2004; PL 3646/2004; PL 3309/2004; PL 3014/2004; PL 3142/2004; PL 2892/2004; PEC 241/2004; PEC 241/2004; SF PLC 00034/2004;

FERTILIDADE

PL 382/1991; SF PLC 00029/1996; SF PLS 00028/1997; SF PLS 00195/1999; PL 2803/2000; INC 1067/2000; PL 4665/2001; PEC 553/2002; CD PLC 00054/2002

FILHO (A) ADOTIVO (A)

PL 1611/1999; PL 1645/2003; PL 1756/2003; INC 1950/2004;

FILHO (A) ILEGÍTIMO (A)

PL 01/06/1839; Parecer c/ anexo 03/08/1874; Resolução 13/08/1885; Projeto 05 – 1919; CD PLC 00001/1949; PLS 54/1962; PLS 14/1970; SF PLS 00076/1973; SF PLS 00276/1980; SF PLC 00023/1985; PL 4719/2001; PL 6505/2002; PL 2059/2003;

FILHO/FILHA

PL 21/06/1827; Parecer 23/06/1827; Ofício 09/05/1832; Parecer c/ anexo 08/05/1833; Resolução 21/08/1835; Resolução 16/05/1836; Parecer 27/05/1836; Ofício c/ anexo 27/05/1836; Mensagem 06/07/1847; Ofício 01/09/1871; PL 27/09/1871; Proposta 12/05/1871; Resolução 08/07/1871; Projeto de Resolução 14/10/1872; Parecer 03/08/1874; Resolução 14/05/1875; Parecer c/ anexo 28/05/1875; PL 08/10/1877; PL 14/10/1879; PL 48/1891; SF 123/1892; Projeto 82/1895; SF 20/1901; 82A/1904; Parecer 51/1905; Projeto 3/1906; SF 92/1910; 199/1912; 12/1913; Projeto 28; Projeto 39 1918; Projeto 05 1919; Projeto 87 1920; Projeto 100 1920; Projeto 63 1921; Projeto 68 1923; 26/1926; Projeto 33 1928; Projeto 80 1929; Projeto 94 1929; Projeto 128 1929; PLC 59 1948; PLS 40/1949;

PLC 107/1950; SF PLC 330/1952; PLSF 21/1953; SF PLC 37/1962; PLCD 130/1963; PLCD 296/1964; RQS 663/1965; PLS 2/1967; PLS 98/1968; SF PLS 00100/1968; SF PLS 00096/1971; PLS 53/1972; SF PLS 00068/1974; SF PLC 00105/1975; SF PLS 00156/1977; SF PLS 00087/1977; SF PLS 00312/1979; SF PLS 00101/1981; SF PLS 00227/1982; SF PLS 00219/1982; SF PLS 00177/1982; SF PLS 00134/1982; SF PLC 00050/1982; SF PLC 00264/1983; SF PLS 00265/1984; SF PLS 00258/1984; SF PLS 00234/1984; SF PLS 00211/1984; SF PLS 00200/1984; SF PLS 00190/1984; SF PLC 00076/1984; SF PLS 00058/1985; SF PLS 00274/1986; SF PLS 00252/1986; SF PLS 00233/1986; PL 1231/1988; SF PLS 00418/1989; SF PLS 00218/1989; SF PLS 00213/1989; SF PLS 00146/1989; SF PLS 00186/1990; SF PLS 00072/1990; SF PLC 00048/1990; SF PLS 00179/1996; PL 3311/1997; PL 3050/1997; PL 3725/1997; PL 3076/1997; PL 4756/1998; PL 4578/1998; PL 1090/1999; PL 1363/1999; PL 58/1999; PL 1026/1999; PL 64/1999; PL 866/1999; PL 143/1999; PL 260/1999; PL 1439/1999; PL 2112/1999; PL 220/1999; PL 1890/1999; PL 4900/1999; PEC 166/1999; PLP 59/1999; REQ 456/2003 => PLP 59/1999; SF PLS 00662/1999; SF PLS 00530/1999; SF PLS 00283/1999; SF PLS 00212/1999; SF PLS 00170/1999; SF PLS 00090/1999; SF PLS 00027/1999; PL 2394/2000; PL 2466/2000; PL 3266/2000; PL 3845/2000; PL 2653/2000; PL 3542/2000; PL 2849/2000; PL 3710/2000; INC 1039/2000; PEC 214/2000; SF PLS 00116/2001; PL 5172/2001; PL 5435/2001; PL 4665/2001; PL 4979/2001; PL 4547/2001; PL 4146/2001; PL 5541/2001; PL 4527/2001; PL 5696/2001; PL 5656/2001; INC 1543/2001; PL 7357/2002; PL 6799/2002; PL 6315/2002; PL 6610/2002; PL 6350/2002; PL 6576/2002; PL 6754/2002; PL 7236/2002; REQ 9/2002; SUG 61/2002 CLP; SF PLS 00210/2002; CD PLC 00054/2002; PL 809/2003; PL 2329/2003; PL 414/2003; PL 1399/2003; PL 19/2003; PL 2099/2003; PL 2269/2003; PL 2452/2003; PL 2458/2003; CD PLC 00102/2003; CD PLC 00105/2003; SF PLS 00269/2003; SF PLS 00102/2003; PL 3069/2004; PL 3122/2004; PL 3309/2004; PL 3505/2004; INC 3188/2004; INC 3544/2004; INC 1950/2004; SF PLS 00191/2004; SF PLC 00034/2004; SF PLC 00024/2004;

GESTANTE

SF PLS 00073/1963; SF PLS 00096/1971; SF PLS 00020/1971;
SF PLS 00076/1973; SF PLC 00137/1974; SF PLC 00084/1974;
SF PLS 00064/1974; SF PLS 00060/1974; SF PLS 00099/1977;
SF PLS 00086/1977; SF PLS 00276/1978; SF PLS 00266/1979;
SF PLS 00169/1980; SF PLS 00098/1980; SF PLS 00197/1981; SF
PLS 00050/1981; SF PLS 00226/1982; SF PLC 00259/1983; SF
PLC 00125/1983; SF PLS 00026/1984; SF PLC 00076/1984; SF
PLC 00133/1984; CN PEC 00053/1985; SF PLS 00058/1986; PL
2857/1989; PLP 112/1989; SF PLS 00049/1990; SF PLC 00069/1990;
PL 1135/1991; PL 1174/1991; PL 1932/1991; PL 382/1991; SF PLS
00179/1996; SF PLC 00029/1996; PL 2855/1997; PL 3829/1997; PL
2942/1997; PL 3012/1997; PL 2771/1997; PL 3402/1997; SF PLS
00108/1997; PL 4703/1998; PL 4146/1998; PL 4716/1998; PDC
737/1998; SF PLC 00027/1998; PL 605/1999; PL 809/1999; PL
68/1999; PL 706/1999; PL 897/1999; PL 1652/1999; PL 109/1999; PL
1439/1999; PL 506/1999; PL 685/1999; PL 757/1999; PL 1352/1999;
PL 1839/1999; PL 3314/2000; PL 3366/2000; PLP 59/1999; REQ
456/2003 => PLP 59/1999; SF PLS 00600/1999; SF PLS 00530/1999;
SF PLS 00531/1999; SF PLS 00283/1999; SF PLS 00206/1999; SF
PLS 00090/1999; PL 3314/2000; PL 3366/2000; PL 2803/2000;
PL 2423/2000; PL 2520/2000; PL 2593/2000; PL 2852/2000; PL
3784/2000; PLP 162/2000; PL 3784/2000; CD PLC 00113/2000; CD
PLC 00101/2000; CN MPV 02206/2001 1; CN MPV 02206/2001; CD
PLC 00031/2001; CD PLC 00018/2001; PL 4723/2001; PL 4305/2001;
PL 5090/2001; PL 4547/2001; PL 5538/2001; PL 5033/2001; PL
4151/2001; PL 4256/2001; PL 5539/2001; PL 5728/2001; INC
1797/2001; INC 1834/2001; INC 1833/2001; INC 1837/2001;
PRC 129/2001; RIC 3680/2001; RIC 3727/2001; RIC 3534/2001;
RIC 3537/2001; PL 7235/2002; PL 6610/2002; PL 6627/2002;
PL 6076/2002; PL 6559/2002; PL 6696/2002; PL 6807/2002; PL
7184/2002; INC 3603/2002; INC 3604/2002; INC 3605/2002;
INC 3606/2002; INC 3607/2002; INC 3608/2002; INC 3609/2002;
INC 3610/2002; INC 3611/2002; INC 3612/2002; INC 3613/2002;
INC 3614/2002; INC 3615/2002; INC 3616/2002; INC 3633/2002;

INC 3634/2002; INC 3635/2002; INC 3636/2002; INC 3637/2002; INC 3638/2002; INC 3639/2002; INC 3640/2002; INC 3641/2002; INC 3642/2002; INC 3643/2002; INC 3644/2002; INC 3645/2002; INC 3646/2002; INC 3647/2002; PEC 510/2002; PL 21/2002; PL 1091/2003; PL 354/2002; PL 809/2003; PL 414/2003; PL 1399/2003; PL 19/2003; PL 2452/2003; SF PLS 00529/2003; CD PLC 00104/2003; CD PLC 00105/2003; CD PLC 00041/2003; PL 3447/2004; PL 3103/2004; PL 3133/2004; PL 3596/2004; PL 3755/2004; INC 3188/2004; SF PLS 00227/2004; SF PLS 00183/2004;

GRAVIDEZ

Decreto c/ anexo 19/05/1866; PL 27/09/1871; Proposta 12/05/1871; SF PLS 00073/1963; SF PLS 00096/1971; SF PLS 00081/1973; SF PLC 00014/1984; SF PLC 00082/1985; SF PLS 00059/1986; SF PLS 00054/1986; PL 2857/1989; PLP 112/1989; SF PLS 00213/1989; SF PLS 00049/1990; PL 20/1991; PL 1135/1991; PL 1174/1991; PL 382/1991; SF PLS 00254/1991; SF PLS 00205/1991; SF PLS 00174/1991; SF PLS 00052/1991; SF PLC 00045/1991; SF PLS 00127/1992; SF PDS 00059/1992; PL 3638/1993; SF PLS 00078/1993; SF PLC 00226/1993; SF PLC 00024/1993; SF PLC 00173/1993; SF PLC 00035/1993; PL 4016/1993; SF PLC 00083/1994; PL 810/1995; SF PLS 00147/1995; SF PLC 00101/1995; PL 1956/1996; PL 2038/1996; RCP 22/1996; SF PLC 00029/1996; PL 2929/1997; PL 2855/1997; PL 3829/1997; PL 2771/1997; SF PLC 00076/1997; PL 4703/1998; PDC 737/1998; PL 343/1999; PL 605/1999; PL 60/1999; PL 68/1999; PL 897/1999; PL 2133/1999; PL 109/1999; PL 1552/1999; PL 63/1999; PL 2147/1999; PL 3366/2000; SF PLS 00530/1999; SF PLS 00195/1999; PL 3366/2000; PL 2852/2000; PL 3035/2000; INC 1039/2000; PLP 162/2000; SF PLS 00125/2001; CD PLC 00018/2001; PL 4723/2001; PL 4305/2001; PL 4665/2001; PL 5538/2001; PL 4324/2001; PL 5033/2001; PL 4256/2001; PL 5144/2001; PL 5145/2001; INC 1506/2001; PLP 212/2001; RIC 3727/2001; PL 6738/2002; PL 7235/2002; PL 6053/2002; PL 6696/2002; PL 6807/2002; PL 7184/2002; PEC 510/2002; PEC 553/2002; CD PLC 00054/2002; CD PLC 00054/2002; PL 21/2002; PL 1091/2003; PL 414/2003; PL 151/2003; PL 3122/2004; PL

3447/2004; PL 3133/2004; INC 3066/2004; PRC 133/2004; SF PLS 00227/2004; SF PLS 00183/2004; SF PLC 00034/2004;

GUARDA

SF PLC 00043/1979; SF PLS 00276/1980; SF PLS 00134/1982; SF PLC 00044/1991; PL 4429/1994; INC 522/1994; PL 362/1995; PL 588/1995; SF PLS 00225/1997; PL 4756/1998; PL 1546/1999; PLP 59/1999; REQ 456/2003 => PLP 59/1999; PL 2360/2000; PL 3392/2000; PL 3479/2000; PL 3525/2000; PL 2612/2000; CD PLC 00096/2000; PL 4736/2001; PL 5252/2001; PL 4979/2001; PL 5900/2001; PL 5696/2001; PL 6966/2002; PL 7357/2002; PL 6315/2002; PL 6350/2002; PL 354/2002; PL 2104/2003; PL 2481/2003; PL 2579/2003; PL 1873/2003; PL 2269/2003; CD PLC 00041/2003; PL 3597/2004; PL 3309/2004; INC 1953/2004;

HOMENAGEM

Ata 1928; SF PLS 00243/1975; SF PLC 00099/1979; SF RQS 00035/1987; SF RQS 00030/1988; SF RQS 00062/1989; SF RQS 00120/1997; SF PRS 00025/1998; PL 267/1999; PL 3516/2000; SF RQS 00079/2000; SF RQS 00045/2001; PL 4314/2001; PL 5105/2001; PRC 196/2001; SF RQS 0166/2003; CD PLC 00043/2003; SF RQS 00049/2003; PRC 133/2004; REQ 1503/2004; REQ 1947/2004; REQ 2003/2004; SF RQS 01112/2004; SF RQS 00745/2004; SF RWS 00511/2004; SF RQS 00250/2004; SF RQS 00184/2004; SF RQS 00054/2004;

INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

PL 3638/1993; PL 2855/1997; SF PLS 00090/1999; SF PLS 00027/1999; INC 1039/2000; INC 1067/2000; PL 4665/2001; PL 4664/2001; PL 6296/2002; PL 6836/2002;

LEI ORGÂNICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

SF PLS 00036/1971; SF PLS 00064/1974; SF PLS 00252/1975; SF PLS 00088/1976; SF PLS 00087/1977; SF PLS 00347/1981; SF PLS 00143/1981; SF PLS 00047/1981; SF PLS 00042/1981; SF PLC 00014/1981; SF PLS 00180/1982; SF PLS 00177/1982; SF PLS 00170/1982; SF PLC 00264/1983; SF PLS 00265/1984; SF PLS

00135/1984; SF PLS 00060/1984; SF PLC 00133/1984; SF PLC 00149/1984; SF PLC 00129/1985; SF PLS 00252/1986; SF PLC 00103/1990; SF PLC 00035/1991;

LESÃO

SF PLS 00028/1987; SF PLS 00078/1993; SF PLS 00004/1995; PL 3012/1997; SF PLS 00106/2002; PL 2069/2003; SF PLS 00399/2003; SF PLS 00054/2003; PL 3525/2004;

LIBERDADE SEXUAL

SF PLS 00186/1996; PL 4429/1998; PRC 182/2001; SF PLS 00106/2002; SF PLS 00088/2002; SF PLC 00103/2003; SF PEC 00070/2003; SF PLS 00192/2003;

LICENÇA A ADOTANTE

SF PLS 00114/1982; PL 4016/1993; PL 2466/2000; PL 3216/2000; PL 3392/2000; PL 3406/2000; PL 3479/2000; PL 3525/2000; PL 3822/2000; SF PLS 00196/2000; SF PEC 00031/2000; SF PLS 00182/2000; CD PLC 00101/2001; PL 4736/2001; PEC 320/2001; PEC 381/2001; PL 168/2002; PL 1756/2003; PL 2104/2003; PL 2579/2003; INC 1953/2004;

LICENÇA A GESTANTE

SF PLC 00103/1990; PL 306/1991; SF PLS 00123/1991; SF PLC 00041/1991; PRC 132/1992; SF PLC 00148/1993; SF PLC 00226/1993; SF PLC 00173/1993; PL 4016/1993; SF PEC 00048/1995; PEC 423/1996; PL 1546/1999; PL 246/1999; PL 801/1999; PL 2112/1999; PDC 769/1999; PDC 7/1999; PEC 166/1999; PLP 59/1999; PL 2360/2000; PL 3266/200; PL 3406/2000; PL 2852/2000; PEC 251/2000; SF PLS 00190/2001; SF PLS 00125/2001; PL 5900/2001; PEC 320/2001; PEC 381/2001; PRC 124/2001; PL 6966/2002;

LICENÇA MATERNIDADE

CN PEC 00053/1985; SF PLS 00213/1989; PL 1037/1991; PRC 132/1992; SF PDS 00059/1992; PL 2394/2000; PL 3266/200; PL

3406/2000; PL 3822/2000; PL 3784/2000; MSC 1064/2000; PEC 251/2000; PL 3784/2000; SF PEC 00031/2000; SF PLS 00182/2000; CD PLC 00101/2001; PL 4736/2001; PL 168/2002; CD PLC 00104/2003;

MADRASTA

CD PLC 00014/2001;

MÃE

Parecer c/ anexo 08/05/1833; Ofício 01/09/1871; PL 08/10/1877; Parecer 365/1903; 82A/1904; Projeto 28; Projeto 101 1922; Projeto 60 1923; Projeto 127 1923; Projeto 263 1923; SF PLC 00111/1978; SF PLS 00276/1980; SF PLS 00160/1980; CN PEC 00011/1982; SF PLS 00287/1985; SF PLS 00418/1989; SF PLS 00290/1991; SF PLS 00205/1991; PL 2802/1992; PL 2869/1992; PLC 2871/1992; SF PLC 00112/1992; SF PLC 00222/1993; SF PLC 00035/1993; CD PLC 00101/1993; INC 522/1994; PLC 84/1994; PL 362/1995; PL 588/1995; PL 592/1995; SF PLS 00174/1995; SF PLS 00119/1995; PL 1956/1996; PL 2446/1996; PL 2502/1996; PL 2530/1996; PL 2425/1996; PEC 423/1996; SF PLS 00179/1996; PL 3311/1997; PL 3478/1997; PL 3076/1997; PL 2112/1999; PL 1552/1999; PL 1839/1999; PL 2163/1999; PL 1456/1999; PL 1713/1999; PL 220/1999; PLP 59/1999; RIC 993/1999; SF PLS 00283/1999; SF PLS 00212/1999; PL 2394/2000; PL 3822/2000; PL 3904/2000; PL 2849/2000; PL 2501/2000; PL 2612/2000; PL 3710/2000; CD PLC 00096/2000; SF PLS 00190/2001; PL 5900/2001; PL 4151/2001; PL 5539/2001; PL 4565/2001; PL 4786/2001; PL 5537/2001; PL 5656/2001; INC 1834/2001; INC 1833/2001; INC 1837/2001; INC 1835/2001; INC 1836/2001; PEC 320/2001; PEC 381/2001; PL 6577/2002; PL 7235/2002; PL 6799/2002; PL 6610/2002; PL 7236/2002; PL 6807/2002; PL 6504/2002; SF PLS 00210/2002; PL 809/2003; PL 2132/2002; PL 2328/2003; PL 2329/2003; SF PLS 00102/2003; PL 3069/2004; PL 3100/2004; PL 3596/2004; INC 3188/2004; INC 1950/2004;

MÃE ADOTIVA

SF PLS 00258/1984; SF PLS 00234/1984; SF PLS 00211/1984;

PL 1037/1991; SF PLS 00151/1991; PL 1611/1999; PL 2360/2000; PL 2394/2000; PL 2466/2000; PL 3216/2000; PL 3406/2000; MSC 1064/2000; SF PLS 00196/2000; SF PEC 00031/2000; SF PLS 00182/2000; PEC 320/2001; PEC 381/2001;

MÃE SOCIAL

PL 588/1995; CD PLC 00096/2000; PL 2971/2004;

MARIDO

Projeto 115/1897; SF PLS 00276/1979; SF PLC 00183/1983; SF PLS 00074/1984; SF PLS 00252/1986; SF PLS 00234/1986; PL 338/1995; SF PLC 00010/1997; SF PLS 00027/1999; PL 6567/2002; PL 117/2003;

MATERNIDADE

Ofício 01/09/1871; SF PDL 94/1949; SF PLS 00025/1950; PLS 50/1962; PLSF 25/1963; SF PLS 00017/1972; SF PLS 00277/1978; SF PLS 00050/1981; SF PLS 00013/1981; SF PLS 00234/1984; SF PLS 00211/1984; CN PEC 00048/1987; PL 2472/1989; SF PLS 00186/1990; SF PLC 00048/1990; SF PLS 00151/1991; SF PLC 00034/1991; PRC 132/1992; PL 3638/1993; SF PLS 00004/1995; PL 2083/1996; PL 2446/1996; PL 1542/1996; PL 2038/1996; PL 2095/1996; PL 1714/1996; PL 1731/1996; PL 1775/1996; SF PLS 00179/1996; PL 3104/1997; PL 3175/1997; PL 3842/1997; PL 4578/1998; SF PLS; 00024/1998; SF PLS 00003/1998; PL 18/1999; PL 56/1999; PL 1104/1999; PL 260/1999; PL 2112/1999; PL 1316/1999; PL 1318/1999; PL 1713/1999; PL 784/1999; PEC 166/1999; SF PLS 00347/1999; SF PLS 00212/1999; SF PLS 00112/1999; SF PLS 00090/1999; PL 3216/2000; PL 3266/200; PL 3406/2000; PL 3217/2000; PL 2849/2000; PL 3784/2000; PL 2726/2000; PL 3045/2000; SF PLS 00182/2000; CD PLC 00039/2001; PEC 320/2001; RIC 3540/2001; PL 6553/2002; PL 6076/2002; PL 6043/2002; PL 6951/2002; INC 3303/2002; RIC 4349/2002; PL 2132/2002; PL 2328/2003; CD PLC 00104/2003; PL 3509/2004; PL 3014/2004; PL 3133/2004; PL 3596/2004; PL 3224/2004; PL 3489/2004; INC 3066/2004; PRC 133/2004;

MATRIMÔNIO

Parecer c/ anexo 18/07/1828; Decreto c/ anexo 03/07/1829; PL 03/07/1829; Resolução 02/08/1830; Parecer c/ anexo 03/08/1874; Parecer 03/08/1874; SF PLS 00029/1952; PLS 54/1962; CN PEC 00010/1977;

MAUS-TRATOS

SF PLC 00076/1997; SF RQS 00608/2000; PL 5541/2001; PL 5540/2001;

MERCADO DE TRABALHO

SF Mensagem 46/1927; SF PLS 00073/1963; PEC 001/1963; REQ 1151/1967; SF PDS 00012/1988; PL 2417/1989; SF PLS 00072/1990; SF PLS 00032/1990; SF PLS 00052/1991; SF PLS 00045/1991; SF PLS 00147/1995; SF PLC 00029/1996; SF PEC 00054/1999; CN MSG 00740/1999; CD PLC 00096/2000; CD PDS 00298/2001; REQ 7/2001 CTASP; REQ 75/2001 CTASP; RIC 3550/2001;

MILITAR

PL 21/06/1827; Resolução 21/08/1835; Resolução 16/05/1836; Parecer 27/05/1836; Ofício c/ anexo 27/05/1836; Parecer c/ anexo 08/06/1858; Resolução 08/07/1871; Projeto de Resolução 14/10/1872; Resolução 14/05/1875; PL 14/10/1879; SF 123/1892; 16 22/06/1892; 11 08/07/1892; Projeto 62/1893; Projeto 82/1895; Parecer 220/1901; Projeto308A/1903; Parecer 365/1903; Projeto 3/1906; Projeto 28; Projeto 01 1918; Projeto 87 1920; Projeto 60 1923; Projeto 68 1923; Projeto 263 1923; Projeto 226 1926; 26/1926; Parecer 881/1927; Projeto 94 1927; SF 40/1928; Projeto 80 1929; Projeto 94 1929; Projeto 128 1929; CD PLC 00498/1948; SF PDL 36/1949; PLC 107/1950; PLC 188/1951; SF PDL 2/1953; PLSF 21/1953; PLCD 333/1956; PLSF 38/1957; SF PLC 103/1957; PLC 213/1957; SF PLC 270/1957; SF PLC 58/1958; PLS 12/1958; PLCD 132/1959; PLCD 87/1961; SF PLC 37/1962; PLCD 106/1962; SF PLC 00105/1975; CN PEC 00057/1975; CN PEC 00009/1976; CN PEC 00013/1977; CN MSG 00037/1977; SF PLS 00323/1979; SF PLC 00054/1981; SF PLS 00026/1984; CN MSG 00056/1984;

SF PLS 00028/1987; SF PLC 00013/1989; SF PLC 00103/1991; SF PLS 00165/1991; SF PLC 00130/1995; SF PLS 00004/1995; SF PLC 00087/1995; PL 1661/1996; SF PEC 00032/1996; SF PLC 00056/1998; PEC 166/1999; PL 2748/2000; PL 2749/2000; PL 3681/2000; PL 3013/2000; PL 3667/2000; INC 1797/2001; RIC 3546/2001; PL 6383/2002; PLP 337/2002; SF PLS 00106/2002; PL 1756/2003; SF PEC 00092/2003; SF PEC 00077/2003; CD PEC 00067/2003;

MORTALIDADE DE MULHERES

Parecer 03/09/1886; RCP 22/1996; REQ 456/2003 => PLP 59/1999; RIC 993/1999; PL 5539/2001; PL 5144/2001; PL 5145/2001; PL 5741/2001; INC 1834/2001; INC 1833/2001; INC 1837/2001; INC 1835/2001; INC 1836/2001; RIC 3534/2001; PL 6807/2002; PL 1399/2003; INC 3188/2004; REQ 12/2004;

MORTALIDADE INFANTIL

Decreto Imperial 26/04/1852; Parecer 03/09/1886; PL 885/1995; RIC 2756/2000; RIC 2757/2000; INC 2314/2001; RIC 3540/2001; RIC 3397/2001; RIC 3539/2001; PL 6806/2002; RIC 4188/2002; PL 1399/2003;

MOVIMENTO FEMININO

SF PLS 00033/1980; SF PLS 00197/1984;

MULHER CASADA

SF PLC 374/1952; SF PLS 00029/1952; CD PDS 00027/1967; SF PLS 00276/1979; SF PLC 00195/1983; SF PLC 00014/1984; PL 2502/1996; PL 3913/2000; PL 3913/2000; PL 6567/2002;

MULHER DESQUITADA

SF PLS 00121/1974; SF PLC 00054/1981; PL 1332/1999; PL 6799/2002;

MULHER DIVORCIADA

SF PLS 00121/1974; SF PLC 00054/1981; PL 1332/1999;

NASCIMENTO

Decreto Imperial 26/04/1852; Ofício 01/09/1871; Parecer 03/09/1886; SF PLC 269/1948; SF PLS 00189/1975; SF PLS 00371/1981; SF PLS 00101/1981; SF PLS 00211/1984; SF PLS 00186/1990; SF PLC 00048/1990; PL 1174/1991; PL 4016/1993; PL 2083/1996; PL 2446/1996; PL 2034/1996; SF PLS 00179/1996; PL 3478/1997; PL 3842/1997; PL 3126/1997; PL 1104/1999; PL 784/1999; PL 1890/1999; PL 134/1999; SF PLS 00283/1999; SF PLS 00027/1999; PL 5145/2001; PL 6613/2002; PL 6504/2002; INC 3603/2002; INC 3604/2002; INC 3605/2002; INC 3606/2002; INC 3607/2002; INC 3608/2002; INC 3609/2002; INC 3610/2002; INC 3611/2002; INC 3612/2002; INC 3613/2002; INC 3614/2002; INC 3615/2002; INC 3616/2002; INC 3633/2002; INC 3634/2002; INC 3635/2002; INC 3636/2002; INC 3637/2002; INC 3638/2002; INC 3639/2002; INC 3640/2002; INC 3641/2002; INC 3642/2002; INC 3643/2002; INC 3644/2002; INC 3645/2002; INC 3646/2002; INC 3647/2002;

ORIENTAÇÃO SEXUAL

PL 1151/1995; PL 3727/1997; PL 4429/1998; PL 1904/1999; PEC 67/1999; PL 2367/2000; PDC 467/2000; PL 5252/2001; PL 6186/2002; PL 6840/2002; PL 2177/2003; PL 2383/2003; RIC 1181/2003; SF PEC 00070/2003; PL 3143/2004; INC 2478/2004; PRC 136/2004; REQ 57/2004;

PAI

Parecer 51/1905; Projeto 28; SF PLS 00276/1980; SF PLS 00287/1985; SF PLC 00222/1993; SF PLC 00211/1993; PL 4429/1994; PLC 84/1994; PL 362/1995; SF PLS 00174/1995; SF PLS 00119/1995; PL 1363/1999; PL 64/1999; PL 1456/1999; PL 1713/1999; PL 220/1999; PL 3266/2000; PL 3822/2000; PL 2653/2000; PL 2849/2000; PL 2501/2000; PL 2612/2000; PL 3710/2000; PL 6577/2002; PL 6233/2002; PL 6053/2002; PL 2099/2003; PL 2452/2003; SF PLS 00191/2004;

PARTO

SF PLS 00099/1977; SF PLS 00086/1977; SF PLC 00133/1984; SF PLS 00028/1987; PL 3638/1993; SF PLC 00173/1993; PL 4016/1993; PL 2446/1996; RCP 22/1996; PL 2942/1997; PL 3478/1997; PL 3402/1997; PL 3175/1997; SF PLS 00028/1997; SF PLS 00024/1998; PL 68/1999; PL 109/1999; PL 1456/1999; SF PLS 00600/1999; SF PLS 00530/1999; SF PLS 00283/1999; SF PLS 00112/1999; PL 3266/200; PL 3217/2000; PL 2928/2000; SF PLS 00190/2001; PL 5090/2001; PL 5728/2001; PL 5144/2001; PL 5145/2001; INC 1834/2001; INC 1833/2001; INC 1835/2001; INC 1836/2001; PL 6053/2002; PL 6076/2002; PL 6559/2002; PL 6807/2002; PL 6504/2002; INC 3603/2002; INC 3604/2002; INC 3605/2002; INC 3606/2002; INC 3607/2002; INC 3608/2002; INC 3609/2002; INC 3610/2002; INC 3611/2002; INC 3612/2002; INC 3613/2002; INC 3614/2002; INC 3615/2002; INC 3616/2002; INC 3633/2002; INC 3634/2002; INC 3635/2002; INC 3636/2002; INC 3637/2002; INC 3638/2002; INC 3639/2002; INC 3640/2002; INC 3641/2002; INC 3642/2002; INC 3643/2002; INC 3644/2002; INC 3645/2002; INC 3646/2002; INC 3647/2002; PEC 510/2002; CD PLC 00054/2002; PL 2059/2003; PL 1399/2003; PL 19/2003; PL 3133/2004; PL 3596/2004; REQ 11/2004;

PARTURIENTE

SF PLS 00025/1950; SF PLS 00130/1981; SF PLS 00290/1991; SF PLS 00205/1991; PL 4016/1993; PL 335/1995; PL 1858/1996; PL 5728/2001; PL 5741/2001; CD PLC 00105/2003; SF PLS 00195/2003; INC 3188/2004; SF PLS 00113/2004;

PATERNIDADE

CD PLC 00001/1949; PLS 2/1967; SF PLS 00276/1980; SF PLC 00023/1985; SF PLS 00186/1990; SF PLC 00069/1990; SF PLC 00041/1991; PL 307/1995; SF PEC 00048/1995; PL 1542/1996; PL 2095/1996; PL 1504/1996; PL 1780/1996; PL 2496/1996; SF PLS 00186/1996; PL 2855/1997; PL 4578/1998; PL 1363/1999; PL 64/1999; PL 143/1999; PL 260/1999; PL 63/1999; PL 1713/1999; PL 1890/1999; PL 2198/1999; PL 4900/1999; PEC 126/1999; SF PLS 00027/1999; PL 3822/2000; PL 2653/2000; PL 2849/2000; PL

2642/2000; PL 3078/2000; SF PLS 00116/2001; CD PLC 00039/2001; PL 4719/2001; PL 5696/2001; PL 4053/2001; PL 5157/2001; PL 5648/2001; PL 6738/2002; PL 6613/2002; PL 1756/2003; PL 3505/2004; PL 2936/2004; SF PLS 00191/2004;

PENITENCIÁRIA/PRESIDIÁRIA

CN MSG 00037/1977; SF PLS 00099/1981; SF PLC 00076/1984; SF PLS 00290/1991; SF PLS 00205/1991; SF PLS 00174/1991; SF PLC 00046/1993; PL 335/1995; PL 1224/1995; PL 1858/1996; SF PLC 00072/1996; SF PLC 00010/1996; PL 3402/1997; PL 5831/2001; PL 5829/2001; PL 7463/2002; PL 6076/2002; PL 6048/2002; PL 19/2003; PL 823/2003; CD PLC 00105/2003; PL 2960/2004;

PENSÃO ALIMENTÍCIA

SF PLC 345/1948; SF PLS 00156/1977; SF PLS 00274/1986; PLC 84/1994; SF PLS 00662/1999; PL 3205/2000; PL 4979/2001; SF PLS 00269/2003;

PENSÃO PREVIDENCIÁRIA

SF PLC 00014/1981; SF PLS 00180/1982; SF PLC 00035/1991; SF PLC 00048/1995; PL 6548/2002; PL 7078/2002; MSC 447/2002; SF PEC 00077/2003;

PENSÃO/PENSIONISTA

PL 21/06/1827; Ofício 09/05/1832; Lei c/ anexo 12/08/1856; Lei c/ anexo 05/06/1858; Parecer c/ anexo 08/06/1858; Lei c/ anexo 25/05/1858; Lei 17/08/1870; Lei c/ anexos 08/07/1871; Resolução 08/07/1871; Lei c/ anexos 16/06/1873; PL 48/1891; SF 123/1892; Parecer 14/1893; Projeto 62/1893; Projeto 82/1895; SF 20/1901; Parecer 220/1901; Projeto308A/1903; Parecer 365/1903; 82A/1904; Projeto04; Parecer 51/1905; Projeto 3/1906; Mensagem 103/1906; Parecer 280/1909; SF 92/1910; 199/1912; 12/1913; Projeto 87 1920; Projeto 60 1923; Projeto 127 1923; Projeto 263 1923; Projeto 226 1926; 128/1927;SF 128/1927; Parecer 881/1927; Projeto 94 1927; SF 40/1928; Projeto 80 1929; Projeto 94 1929; Projeto 128 1929; PLC 107/1950; SF PLC 330/1952; SF PLC 233/1952; PLSF

21/1953; PLSF 38/1957; PLS 12/1958; SF PLC 180/1959; SF PLC 56/1960; SF PLC 37/1962; PLCD 106/1962; PLS 50/1963; SF PLC 09/1964; SF PLC 152/1964; SFVET 34/1965; SF PLC 315/1966; não identificada/1966; SF PLS 00156/1977; SF PLS 00165/1978; SF PLS 00143/1981; SF PLC 00054/1981; SF PLS 00047/1981; SF PLS 00042/1981; SF PLS 00170/1982; SF PLC 00117/1983; SF PLS 00265/1984; SF PLS 00060/1984; SF PLC 00149/1984; SF PLC 00035/1991; SF PLC 00112/1991; PL 1661/1996; PL 2938/1997; PL 2148/1999; PL 866/1999; PL 63/1999; PL 5837/2001; PL 4527/2001; PL 6799/2002; SUG 61/2002 CLP; PL 1399/2003;

PLANEJAMENTO FAMILIAR

SF PLC 00022/1969; PL 382/1991; SF PLS 00181/1992; PLC 114/1994; SF PLC 00029/1996; SF PLS 00028/1997; PL 58/1999; PL 1026/1999; RIC 1360/1999; PEC 214/2000; PL 4324/2001; PL 6738/2002; PEC 584/2002; PL 2059/2003; PL 414/2003; PL 1399/2003;

PRECONCEITO

SF PLS 00027/1970; SF PLS 00020/1971; SF PLS 00279/1979; PEC 510/1997; PRC 118/1997; PEC 67/1999; PL 2996/2000; PL 5452/2001;

PRESERVATIVO

PL 4226/1998; PL 2147/1999; PL 106/1999; RIC 3191/2001; RIC 166/2003; RIC 735/2003; PL 3650/2004; INC 2380/2004; INC 2706/2004; INC 2707/2004; INC 2708/2004; INC 2709/2004; INC 2710/2004; INC 2711/2004; INC 2712/2004; INC 2713/2004; INC 2714/2004; INC 2715/2004; INC 2716/2004; INC 2717/2004; INC 2718/2004; INC 2719/2004; INC 2720/2004; INC 2721/2004; INC 2722/2004; INC 2723/2004; INC 2724/2004; INC 2725/2004; INC 2726/2004; INC 2727/2004; INC 2728/2004; INC 2729/2004; INC 2730/2004; INC 2731/2004; INC 2732/2004; INC 2733/2004; INC 2734/2004; INC 2735/2004; INC 2736/2004; INC 2737/2004; INC 2738/2004; INC 2739/2004; INC 2740/2004; INC 2741/2004; INC 2742/2004; INC 2743/2004; INC 2744/2004; INC 2745/2004; INC

2746/2004; INC 2747/2004; INC 2748/2004; INC 2749/2004; INC 2750/2004; INC 2751/2004; INC 2752/2004; INC 2753/2004; INC 2754/2004; INC 2755/2004; INC 2756/2004; INC 2757/2004; INC 2758/2004; INC 2759/2004; INC 2760/2004; INC 2761/2004; INC 2762/2004; INC 2763/2004; INC 2764/2004; INC 2765/2004; INC 2766/2004; INC 2767/2004; INC 2768/2004; INC 2769/2004; INC 2770/2004; INC 2771/2004; INC 2772/2004; INC 2773/2004; INC 2774/2004; INC 2775/2004; INC 2776/2004; INC 2777/2004; INC 2778/2004; INC 2779/2004; INC 2780/2004; INC 2781/2004; INC 2782/2004; INC 2783/2004; INC 2784/2004; INC 2785/2004; INC 2786/2004; INC 2787/2004; INC 2788/2004; INC 2789/2004; INC 2790/2004; INC 2791/2004; INC 2792/2004; INC 2793/2004; INC 2794/2004; INC 2795/2004; INC 2796/2004; INC 2797/2004;

PREVENÇÃO

SF PDS 00012/1988; PL 4226/1998; PL 4403/1998; PL 343/1999; PL 62/1999; PL 18/1999; PL 56/1999; PL 2147/1999; PL 66/1999; PL 4900/1999; PL 106/1999; PL 3516/2000; PL 3516/2000; INC 1141/2000; CD PLC 00060/2001; PL 5090/2001; PL 4571/2001; PL 4324/2001; PL 5540/2001; PL 5741/2001; INC 1543/2001; INC 1506/2001; INC 2792/2001; PL 7463/2002; PL 6807/2002; PL 6951/2002; PL 6806/2002; INC 3303/2002; CD PLC 00039/2002; PL 1399/2003; RIC 735/2003; CD PLC 00099/2003; SF RQS 01142/2003; PL 3509/2004; PL 3650/2004; INC 2380/2004; INC 2706/2004; INC 2707/2004; INC 2708/2004; INC 2709/2004; INC 2710/2004; INC 2711/2004; INC 2712/2004; INC 2713/2004; INC 2714/2004; INC 2715/2004; INC 2716/2004; INC 2717/2004; INC 2718/2004; INC 2719/2004; INC 2720/2004; INC 2721/2004; INC 2722/2004; INC 2723/2004; INC 2724/2004; INC 2725/2004; INC 2726/2004; INC 2727/2004; INC 2728/2004; INC 2729/2004; INC 2730/2004; INC 2731/2004; INC 2732/2004; INC 2733/2004; INC 2734/2004; INC 2735/2004; INC 2736/2004; INC 2737/2004; INC 2738/2004; INC 2739/2004; INC 2740/2004; INC 2741/2004; INC 2742/2004; INC 2743/2004; INC 2744/2004; INC 2745/2004; INC 2746/2004; INC 2747/2004; INC 2748/2004; INC 2749/2004; INC 2750/2004; INC 2751/2004; INC 2752/2004; INC 2753/2004; INC

2754/2004; INC 2755/2004; INC 2756/2004; INC 2757/2004; INC 2758/2004; INC 2759/2004; INC 2760/2004; INC 2761/2004; INC 2762/2004; INC 2763/2004; INC 2764/2004; INC 2765/2004; INC 2766/2004; INC 2767/2004; INC 2768/2004; INC 2769/2004; INC 2770/2004; INC 2771/2004; INC 2772/2004; INC 2773/2004; INC 2774/2004; INC 2775/2004; INC 2776/2004; INC 2777/2004; INC 2778/2004; INC 2779/2004; INC 2780/2004; INC 2781/2004; INC 2782/2004; INC 2783/2004; INC 2784/2004; INC 2785/2004; INC 2786/2004; INC 2787/2004; INC 2788/2004; INC 2789/2004; INC 2790/2004; INC 2791/2004; INC 2792/2004; INC 2793/2004; INC 2794/2004; INC 2795/2004; INC 2796/2004; INC 2797/2004; INC 1713/2004;

PREVIDÊNCIA SOCIAL

SF PLS 00006/1949; PLS 110/1968; PLS 63/1972; PLS 64/1972; SF PLC 00136/1974; SF PLC 00137/1974; SF PLS 00252/1975; SF PLS 00146/1975; PL 3/1976; SF PLS 00068/1976; SF PLS 00087/1977; SF PLS 00121/1979; SF PLC 00059/1980; SF PLS 00047/1981; SF PLS 00177/1982; SF PLC 00176/1984; SF PLC 00115/1984; SF PLC 00015/1984; SF PLS 00058/1985; SF PLS 00226/1986; SF PLS 00072/1986; CN PEC 00048/1987; SF PLC 00103/1990; SF PLC 00034/1991; SF PLC 00035/1991; SF PLC 00045/1991; SF PLC 00041/1991; PL 2869/1992; PL 3127/1992; SF PLC 00148/1993; PL 338/1995; PL 1151/1995; SF PEC 00048/1995; PL 2289/1996; PL 3725/1997; SF PLS 00225/1997; SF PLC 00076/1997; PL 4716/1998; PL 4428/1998; SF PLS 00043/1998; SF PLS 00024/1998; SF PLS 00003/1998; PL 1090/1999; PL 928/1999; PL 246/1999; PL 163/1999; PL 2210/1999; PL 866/1999; PL 1456/1999; PL 2156/1999; PL 933/1999; PDC 769/1999; PDC 7/1999; PEC 166/1999; RIC 86/1999; SF PLS 00347/1999; SF PLS 00112/1999; PL 3392/2000; PL 3904/2000; PL 2600/2000; PL 2330/2000; PL 2598/2000; PL 3020/2000; PL 3397/2000; PL 2520/2000; PL 2593/2000; PL 2735/2000; PL 2928/2000; PL 3404/2000; SF PLS 00190/2001; PL 4736/2001; PL 5233/2001; PL 5686/2001; PL 4639/2001; INC 1778/2001; PL 6451/2002; PL 6432/2002; PL 6522/2002; PL 7078/2002; PEC 497/2002; SF PLS 00106/2002; PL

354/2002; PL 1756/2003; RIC 579/2003; SF PLS 00529/2003; SF PEC 00092/2003; SF PEC 00077/2003; CD PEC 00067/2003; CD PLC 00041/2003; PL 3160/2004; PL 2889/2004; PL 2891/2004; MSC 496/2004; SF PLS 00025/2004;

PROFISSÃO

Projeto 21/ 1899; Projeto 25; Projeto 37; Projeto 187 1925; SF Mensagem 46/1927; Mensagem 30/1928; Requerimento 30/1937; SF 128/1947; CD PLC 00498/1948; PLC 188/1951; SF PLC 233/1952; SF PLC 103/1957; PLC 213/1957; SF PLC 270/1957; SF PLC 58/1958; SF PLC 175/1959; PLS 113/1963; Projeto 140/1965; SF 231/1965; SF 136/1965; PLS 35/1965; DEL 196/1967; PLS 4/1968; PLS 57/1968; CN PEC 00050/1980; SF PLC 00176/1984; SF PLS 00101/1985; SF PLC 00103/1990; SF PLC 00041/1991; SF PLC 00056/1998; CD PDS 00298/2001; PL 4639/2001; SF PLS 00106/2002;

PROSTITUIÇÃO

Projeto 26/1902; PL 1195/1995; PL 1807/1996; PL 1674/1996; PL 1954/1996; PL 2773/1997; SF PLS 00100/1997; SF PLS 00092/1997; SF PLS 00103/1998; PL 436/1999; PL 96/1999; PL 101/1999; PL 438/1999; PL 1080/1999; PL 1552/1999; PL 134/1999; PL 545/1999; PL 789/1999; PL 1983/1999; PDC 362/1999; PEC 176/1999; PL 17/1999; CD PLC 00033/1999; SF PLS 00390/1999; SF PLS 00342/1999; SF PLS 00243/1999; PL 3917/2000; PL 2338/2000; PL 2937/2000; PL 3330/2000; PL 3357/2000; PL 3872/2000; PL 3602/2000; PEC 243/2000; PRC 76/2000; PL 5165/2001; PL 5348/2001; MSC 1035/2001; PL 6270/2002; INC 3422/2002; PLP 339/2002; PL 1308/2003; PL 117/2003; PL 1000/2003; RIC 1180/2003; RIC 234/2003; RIC 707/2003; SF PLS 00192/2003; SF RAS 00009/2003; SF PDS 00007/2003; SF RQS 00005/2003; PL 2967/2004; PL 3408/2004; INC 3592/2004; RCP 51/2004; SF RQS 00626/2004;

(QAFO) QUADRO AUXILIAR FEMININO DE OFICIAIS
CN MSG 00073/1980;

(QAFP) QUADRO AUXILIAR FEMININO DE PRAÇAS
CN MSG 00073/1980;

RECÉM-NASCIDO

Ofício 01/09/1871; PL 2034/1996; SF PLS 00179/1996; PL 2942/1997; PL 3402/1997; PL 3126/1997; PL 1546/1999; PL 18/1999; PL 56/1999; PL 68/1999; PL 2112/1999; PL 2163/1999; PL 1456/1999; PL 784/1999; PLP 59/1999; PL 2381/2000; PL 3217/2000; PL 3542/2000; SF PLS 00190/2001; PL 5090/2001; PL 4873/2001; RIC 3680/2001; PL 6061/2002; PL 6096/2002; PL 6553/2002; PL 6610/2002; PL 6043/2002; PL 6951/2002; INC 3303/2002; RIC 4349/2002; PL 1308/2003; PL 2328/2003; PL 2329/2003; PL 19/2003; PL 874/2003; PL 3509/2004; PL 3646/2004; PL 3014/2004; PL 3596/2004; PL 3489/2004; PL 3055/2004;

REGIME DE CASAMENTO

Decreto c/anexo 03/07/1829; PL 03/07/1829; SF PLS 00048/1981; SF PLS 00085/1982; SF PLC 00222/1993; PL 352/1995; PL 2686/1996; PL 3311/1997; SF PLS 00082/1997; SF PLS 00232/1999; SF PLS 00170/1999; PL 3159/2004;

REMUNERAÇÃO

SF PLS 00316/1981; SF PLC 00150/1982; SF PLC 00249/1984; SF PLC 00092/1985; SF PLS 00101/1985; SF PLS 00213/1989; SF PLC 00013/1989; SF PLS 00032/1990; SF PLC 00048/1990; SF PLS 00151/1991; SF PLS 00052/1991; SF PLC 00041/1991; PL 2869/1992; SF PLC 00148/1993; PL 1223/1995; SF PEC 00048/1995; SF PLS 00147/1995; PL 2148/1999; CD PDS 00298/2001; PL 5451/2001; PL 823/2003; PL 2269/2003; SF PEC 00077/2003; CD PEC 00067/2003;

REPRODUÇÃO HUMANA

PL 3638/1993; PL 2855/1997; SF PLS 00090/1999; INC 1039/2000; INC 1067/2000; PL 4665/2001; PL 4664/2001; INC 1833/2001; INC 1835/2001; PL 6296/2002; PL 6836/2002; CD PLC 00054/2002

SALÁRIO-FAMÍLIA

PLC 196/1949; PLS 113/1963; SF PLC 88/1966; PLS 110/1968; PLS 11/1971; PLS 63/1972; PL 946/1995; PL 1101/1995; PL 644/1995; PL 2267/1996; PL 2780/1997; PL 2156/1999; PL 2598/2000; PL 7078/2002; CN PLV 00039/2004;

SALÁRIO-MATERNIDADE

SF PLC 00137/1974; PL 3/1976; SF PLC 00035/1991; SF PLC 00041/1991; SF PLS 00225/1997; PL 4716/1998; PL 4428/1998; SF PLS 00043/1998; SF PLS 00024/1998; SF PLS 00003/1998; PL 1090/1999; PL 1546/1999; PL 246/1999; PL 1456/1999; PL 2156/1999; PDC 769/1999; PDC 7/1999; PLP 59/1999; RIC 4096/1999; RIC 86/1999; SF PLS 00600/1999; SF PLS 00347/1999; SF PLS 00112/1999; PL 2360/2000; PL 2394/2000; PL 3392/2000; PL 3479/2000; PL 3904/2000; PL 2600/2000; PL 2520/2000; PL 2593/2000; PL 2735/2000; PL 2928/2000; MSC 1064/2000; SF PLS 00196/2000; CD PLC 00101/2001; SF PLS 00190/2001; PL 4736/2001; PL 4051/2001; PL 6432/2002; PL 6548/2002; PL 7078/2002; PL 7408/2002; PL 354/2002; PL 1756/2003; PL 1399/2003; SF PLS 00529/2003; CD PLC 00041/2003;

SAÚDE

Projeto 37; Projeto 17/1920; SF PDL 94/1949; SF PDL 95/1951; SF PLC 232/1951; SF PLC 103/1957; PLC 213/1957; SF PLC 270/1957; SF PLC 58/1958; PLS 98/1968; SF PLS 00096/1971; CN PEC 00013/1977; SF PLC 00092/1978; SF PDS 00012/1988; PL 2472/1989; SF PLC 00069/1990; PL 1174/1991; PL 382/1991; EMS 1542/1991 => PL 1542/1991; SF PLC 00034/1991; SF PLC 00041/1991; SF PLS 00181/1992; SF PLS 00078/1993; SF PLC 00035/1993; PLC 114/1994; PL 307/1995; PL 810/1995; PL 885/1995; PL 2412/1996; PL 2446/1996; PL 1714/1996; PL 1731/1996; PL 1775/1996; PL 2034/1996; SF PLS 00229/1996; SF PLC 00029/1996; PL 3769/1997; PL 2942/1997; PL 3478/1997; PL 3402/1997; PL 3175/1997; PL 3842/1997; PL 3076/1997; PL 3727/1997; SF PLS 00028/1997; PL 4146/1998; PL 4578/1998; PL 4226/1998; PL 4403/1998; RIC 3991/1998; SF PLC 00056/1998; PL

343/1999; PL 60/1999; PL 809/1999; PL 61/1999; PL 858/1999; PL 1363/1999; PL 58/1999; PL 1026/1999; PL 64/1999; PL 68/1999; PL 1104/1999; PL 1278/1999; PL 2133/1999; PL 109/1999; PL 66/1999; PL 2163/1999; PL 1318/1999; PL 220/1999; PL 106/1999; PL 848/1999; PL 789/1999; PL 441/1999; PDC 362/1999; PEC 166/1999; RIC 1360/1999; RIC 993/1999; SF PLS 00530/1999; SF PLS 00283/1999; SF PLS 00283/1999; SF PLS 00195/1999; SF PLC 00016/1999; PL 2821/2000; PL 3516/2000; PL 3845/2000; PL 2381/2000; PL 3542/2000; PL 2863/2000; PL 3710/2000; PL 2726/2000; PL 2642/2000; PL 3078/2000; PL 3035/2000; INC 1039/2000; INC 1067/2000; INC 1048/2000; PRC 76/2000; RIC 2663/2000; RIC 1907/2000; RIC 2124/2000; RIC 2756/2000; RIC 2757/2000; CD PLC 00084/2000; SF PLS 00280/2001; CN MPV 02206/2001 1; CD PDS 00298/2001; CD PLC 00060/2001; CN MPV 02206/2001; CD PLC 00031/2001; CD PLC 00014/2001; CD PLC 00017/2001; PL 4493/2001; PL 5541/2001; PL 5538/2001; PL 4324/2001; PL 5033/2001; PL 4151/2001; PL 4256/2001; PL 5728/2001; PL 5145/2001; PL 4565/2001; PL 5537/2001; PL 4053/2001; PL 5157/2001; PL 4873/2001; INC 1834/2001; INC 1543/2001; INC 1833/2001; INC 1448/2001; INC 2792/2001; INC 1838/2001; RIC 3680/2001; RIC 3727/2001; RIC 3191/2001; PL 7012/2002; PL 6061/2002; PL 6531/2002; PL 7463/2002; PL 6096/2002; PL 6627/2002; PL 6043/2002; PL 6951/2002; PL 7024/2002; EMR 1 PL 6531/2002; EMR 2 CSSF PL 6531/2002; INC 3603/2002; INC 3604/2002; INC 3605/2002; INC 3606/2002; INC 3607/2002; INC 3608/2002; INC 3609/2002; INC 3610/2002; INC 3611/2002; INC 3612/2002; INC 3613/2002; INC 3614/2002; INC 3615/2002; INC 3616/2002; INC 3633/2002; INC 3634/2002; INC 3635/2002; INC 3636/2002; INC 3637/2002; INC 3638/2002; INC 3639/2002; INC 3640/2002; INC 3641/2002; INC 3642/2002; INC 3643/2002; INC 3644/2002; INC 3645/2002; INC 3646/2002; INC 3647/2002; RIC 4188/2002; RIC 4349/2002; CD PLC 00075/2002; CD PLC 00054/2002; CD PLC 00039/2002; PL 1091/2003; PL 2059/2003; PL 1756/2003; PL 2328/2003; PL 2329/2003; PL 414/2003; PL 1399/2003; PL 19/2003; PL 151/2003; PL 2383/2003;

PL 762/2003; PL 2452/2003; RIC 962/2003; RIC 735/2003; SPA 1/2003; SPA 5/2003; CD PLC 00099/2003; SF PLS 00195/2003; SF PLS 00134/2003; PL 2984/2004; PL 3525/2004; PL 3014/2004; PL 3133/2004; PL 3596/2004; PL 3489/2004; PL 3650/2004; INC 3066/2004; INC 3398/2004; INC 3188/2004; INC 2380/2004; INC 2706/2004; INC 2707/2004; INC 2708/2004; INC 2709/2004; INC 2710/2004; INC 2711/2004; INC 2712/2004; INC 2713/2004; INC 2714/2004; INC 2715/2004; INC 2716/2004; INC 2717/2004; INC 2718/2004; INC 2719/2004; INC 2720/2004; INC 2721/2004; INC 2722/2004; INC 2723/2004; INC 2724/2004; INC 2725/2004; INC 2726/2004; INC 2727/2004; INC 2728/2004; INC 2729/2004; INC 2730/2004; INC 2731/2004; INC 2732/2004; INC 2733/2004; INC 2734/2004; INC 2735/2004; INC 2736/2004; INC 2737/2004; INC 2738/2004; INC 2739/2004; INC 2740/2004; INC 2741/2004; INC 2742/2004; INC 2743/2004; INC 2744/2004; INC 2745/2004; INC 2746/2004; INC 2747/2004; INC 2748/2004; INC 2749/2004; INC 2750/2004; INC 2751/2004; INC 2752/2004; INC 2753/2004; INC 2754/2004; INC 2755/2004; INC 2756/2004; INC 2757/2004; INC 2758/2004; INC 2759/2004; INC 2760/2004; INC 2761/2004; INC 2762/2004; INC 2763/2004; INC 2764/2004; INC 2765/2004; INC 2766/2004; INC 2767/2004; INC 2768/2004; INC 2769/2004; INC 2770/2004; INC 2771/2004; INC 2772/2004; INC 2773/2004; INC 2774/2004; INC 2775/2004; INC 2776/2004; INC 2777/2004; INC 2778/2004; INC 2779/2004; INC 2780/2004; INC 2781/2004; INC 2782/2004; INC 2783/2004; INC 2784/2004; INC 2785/2004; INC 2786/2004; INC 2787/2004; INC 2788/2004; INC 2789/2004; INC 2790/2004; INC 2791/2004; INC 2792/2004; INC 2793/2004; INC 2794/2004; INC 2795/2004; INC 2796/2004; INC 2797/2004; INC 1713/2004; REQ 1608/2004; REQ 7/2004; REQ 15/2004; REQ 12/2004; SF PLS 00227/2004; SF PLS 00183/2004; SF RQS 00419/2004; SF PLS 00080/2004;

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
SF RQS 00005/2003;

SEDUÇÃO

SF PLS 00141/1993; PL 4429/1994; PL 1069/1995; PL 1807/1996; PL 1674/1996; SF PLS 00250/1996; SF PLS 00184/1996; PL 6944/2002; PL 6383/2002; PL 6721/2002; PL 7224/2002; PL 6555/2002; PL 6761/2002; PL 6586/2002; PL 1308/2003; PL 304/2003; PL 1000/2003; PL 1800/2003; PL 2027/2003; PL 3502/2004;

SEPARAÇÃO

Projeto 03; Projeto 85/1924; Emenda 9/1977; SF PLS 00193/1978; SF PLC 00023/1985; PL 2686/1996; SF PLS 00082/1997; PL 530/1999; PL 625/1999; PEC 22/1999; PL 6576/2002; PL 6754/2002; PLP 172/2004; SF PLC 00024/2004;

SEPARAÇÃO DE BENS

PLCD 158/1964; SF PLC 00222/1993; PL 2434/1996;

SEPARAÇÃO DE CORPOS

SF PLS 00170/1999; PL 5172/2001; PL 5696/2001; CD PLC 00103/2002;

SEPARAÇÃO JUDICIAL

Projeto 03; SF PLS 00186/1977; SF PLS 00165/1978; SF PLS 00201/1979; CN PEC 00028/1987; PL 1231/1988; SF PLS 00146/1989; PL 1134/1991; SF PLC 00211/1993; PL 1151/1995; SF PLC 00038/1995; SF PLS 00082/1997; SF PLS 00232/1999; SF PLS 00170/1999; PL 5172/2001; PL 4425/2001; PL 5696/2001; PL 6799/2002; PL 6315/2002; PL 6931/2002; PL 6350/2002; PL 6352/2002; CD PLC 00103/2002; PL 3309/2004;

SERVIDOR PÚBLICO

Parecer 23/06/1827; PL 04/07/1834; PLC 196/1949; REQ 1151/1967; SF MSG 241/1967; SF PLS 00123/1974; SF PLC 00105/1975; SF PLC 00118/1977; CN MSG 00037/1977; CN PEC 00030/1981; SF PLC 00054/1981; SF PLC 00183/1983; SF PLC 00092/1985; SF PLS 00028/1987; CN PEC 00091/1987; SF PLC 00069/1990; EMS 1542/1991 => PL 1542/1991; SF PLS 00297/1991;

PLC 2871/1992; SF PLS 00113/1993; SF PLC 00148/1993; PEC 215/1995; SF PLC 00037/1997; PEC 166/1999; CD PLC 00084/2000; SF PLS 00149/2001; PL 5452/2001; PL 5451/2001; PL 4591/2001; PL 4742/2001; PL 5750/2001; INC 1669/2001; PL 6840/2002; PEC 510/2002; CN MPV 00037/2002; PL 1756/2003; SF PEC 00077/2003; CD PEC 00067/2003; PL 3592/2004; INC 1953/2004; INC 1950/2004;

SEXO

SF PLS 00029/1952; SF PLS 00027/1970; SF PLS 00252/1975; SF PLS 00279/1979; SF PLS 00371/1981; SF PLS 00316/1981; SF PLC 00150/1982; SF PLS 00234/1986; SF PLS 00213/1989; SF PLS 00052/1991; SF PDS 00059/1992; PL 3638/1993; SF PLS 00141/1993; SF PLC 00083/1994; PL 70/1995; PL 1026/1995; PL 1224/1995; PLP 31/1995; SF PEC 00048/1995; SF PLS 00147/1995; SF PLC 00109/1995; SF PLS 00004/1995; PL 2129/1996; SF PLC 00029/1996; PL 2929/1997; PL 3727/1997; SF PLS 00157/1997; SF PLS 00052/1997; SF PLC 00049/1997; PL 4412/1998; PL 4403/1998; PL 631/1999; PL 953/1999; PL 1352/1999; PL 2147/1999; PL 1904/1999; PL 106/1999; PL 545/1999; PL 107/1999; PL 418/1999; PL 546/1999; PEC 67/1999; CD PLC 00033/1999; SF PEC 00054/1999; SF PLS 00342/1999; SF PLS 00090/1999; PL 2937/2000; PL 2367/2000; PL 2733/2000; PL 3035/2000; PL 3330/2000; PL 3357/2000; PL 3605/2000; PL 3872/2000; PL 3601/2000; PL 3602/2000; SF PLS 00141/2001; PL 4419/2001; PL 5040/2001; PL 4765/2001; PL 5452/2001; PL 5348/2001; PL 5451/2001; PL 4649/2001; INC 1671/2001; MSC 1035/2001; PRC 178/2001; PL 7318/2002; PL 6944/2002; PL 6697/2002; PL 6296/2002; PL 6048/2002; PL 6894/2002; PL 7024/2002; CD PLC 00054/2002; PL 2575/2003; PL 2177/2003; PL 2383/2003; RIC 435/2003; RIC 707/2003; SF PRS 00007/2003; PL 3122/2004; PL 3008/2004; PL 3143/2004; PL 2967/2004; PL 3408/2004; INC 1713/2004; PRC 133/2004; REQ 9/2004; REQ 23/2004; REQ 84/2004; REQ 57/2004; SF PLS 00254/2004; SF PLS 00225/2004;

SEXUALIDADE

PL 3727/1997; PL 1352/1999; PL 3601/2000; PL 5040/2001;
PL 5003/2001; SF PEC 00070/2003; SF PLS 00109/2004;

SOCIEDADE CONJUGAL

SF PLS 00105/1979; SF PLS 00074/1984; SF PLC 00023/1985;
SF PLS 00274/1986; SF PLS 00146/1989; SF PLS 00166/1992; SF PLC
00222/1993; PL 534/1999; SF PLS 00170/1999; SF PLS 00027/1999;
PL 5172/2001; SUG 51/2002 CLP; PL 3159/2004;

TRABALHO RURAL

PLS 113/1963; SF PLS 00130/1977; SF PLS 00301/1981; SF
PLS 00193/1983; SF PLS 00209/1985; SF PLS 00226/1986; SF PLC
00035/1991; SF PLC 00048/1995; SF PLC 00029/1996; SF PLC
00027/1998; PL 3404/2000; INC 1959/2001; INC 1492/2001; PLP
252/2001; PL 6548/2002; PL 3142/2004;

TRÁFICO DE MULHERES E CRIANÇAS

Projeto 335A/1903; Parecer 23/1913; SF 67/1923; SF PDL
52/1949; SF PLS 00132/1990; SF PLS 00386/1991; PL 4429/1994; PL
1807/1996; SF PLS 00067/1996; PL 2773/1997; SF PLS 00092/1997;
PL 1080/1999; PDC 362/1999; SF PLS 00342/1999; SF PLS
00243/1999; PL 3917/2000; PL 2338/2000; PL 6260/2002; PL
6267/2002; PL 7024/2002; INC 3422/2002; INC 3075/2002; MSC
48/2002; REQ 23/2002; PL 1308/2003; PL 117/2003; PL 1000/2003;
SF PLC 00103/2003; SF PLS 00449/2003; SF PLS 00280/2003; CD
PDS 00013/2003; PL 3160/2004; INC 2922/2004; RCP 51/2004;
SF RQS 00626/2004;

UNIÃO ESTÁVEL

PL 352/1995; PL 1147/1995; PL 2686/1996; PL 3311/1997;
SF PLS 00090/1999; SF PLS 00027/1999; PL 6799/2002; PL
1756/2003; PL 2087/2003; RIC 1181/2003; SF PEC 00070/2003;
PL 3005/2004;

VIOLÊNCIA

SF PLS 00234/1986; SF PLS 00028/1987; PL 20/1991; SF PLS 00151/1992; SF PLS 00141/1993; PL 4429/1994; REC 154/1994; PLC 00113/1994; SF PDS 00109/1995; PL 1674/1996; PL 2129/1996; SF PLS 00229/1996; SF PLC 00010/1996; PL 2773/1997; PL 3268/1997; PL 3383/1997; PDC 737/1998; SF PLS 00117/1998; PL 60/1999; PL 1173/1999; PL 101/1999; PL 1278/1999; PL 17/1999; RDF 1 CCJR => PL 2279/1999; SF PLS 00102/1999; PL 2372/2000; PL 2863/2000; PL 2901/2000; PRC 76/2000; SF PLC 00057/2000; SF PLC 00067/2001; CD PLC 00014/2001; PL 4493/2001; PL 4419/2001; PL 5541/2001; PL 4394/2001; PL 5003/2001; PL 5540/2001; PL 5165/2001; PL 5105/2001; EMO 4/2001 CDH; INC 1833/2001; REQ 90/2001 CSSF; REQ 30/2001; RIC 2979/2001; PL 7012/2002; PL 6721/2002; PL 6909/2002; PL 7021/2002; PL 6627/2002; PL 6555/2002; PL 6252/2002; PL 7024/2002; PLP 339/2002; PL 2069/2003; PL 809/2003; PL 2575/2003; PL 1873/2003; PL 1399/2003; PL 117/2003; PL 304/2003; RIC 313/2003; SF PLS 00134/2003; SF PDS 00007/2003; PL 3502/2004; PL 3525/2004; INC 3644/2004; REQ 1503/2004; RIC 1763/2004; SDL 5/2004; SF RQS 00745/2004; SF RQS 00734/2004; SF OFS 00007/2004; SF RQS 00626/2004; SF PLC 00023/2004;

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

SF PLS 00229/1996; PL 905/1999; SF PLC 00067/2001; INC 1516/2001; SF PLS 00080/2002; PL 1399/2003; CD PLC 00102/2003; SF PLS 00054/2003;

VIRGINDADE

SF PLS 00141/1993; SF PLS 00184/1996; PL 2996/2000; SF PLS 00082/2000; PL 4553/2001;

VIUVEZ/VIÚVA

PL 21/06/1827; Parecer 23/06/1827; Ofício 09/05/1832; Resolução 21/08/1835; Resolução 16/05/1836; Parecer 27/05/1836; Ofício c/ anexo 27/05/1836; Resolução 08/07/1871; PL 48/1891; SF 123/1892; 16 22/06/1892; 11 08/07/1892; Parecer 14/1893;

Projeto 62/1893; Projeto 115/1897; SF 20/1901; Parecer 220/1901; Projeto 22/1903; Projeto308A/1903; Projeto 3/1906; Mensagem 103/1906; SF 92/1910; 199/1912; 12/1913; Projeto 28; Projeto 01 1918; Projeto 87 1920; Projeto 100 1920; Projeto 63 1921; Projeto 101 1922; Projeto 60/1923; Projeto 60/1923; Projeto 68/1923; Projeto 127/1923; Projeto 263/1923; Projeto 226/1926; 26/1926; Projeto 80/1929; Projeto 94/1929; Projeto 128/1929; PLC 107/1950; PLSF 21/1953; PLSF 38/1957; SF PLC 180/1959; PLCD 106/1962; SF PLS 00121/1974; SF PLC 00105/1975; SF PLS 00142/1976; SF PLS 00047/1981; SF PLS 00042/1981; SF PLC 00014/1981; SF PLS 00180/1982; SF PLS 00170/1982; SF PLS 00265/1984; SF PLC 00149/1984; SF PLC 00035/1991; SF PLC 00112/1991; PL 3417/1992; SF PLS 00037/1992; PL 00352/1995; PL 2686/1996; PL 3311/1997; PL 2148/1999; PL 6475/2002; PL 6799/2002; PLP 172/2004;

VOTO DE APLAUSO/VOTO DE LOUVOR

SF RQS 00552/200; SF RQS 00869/2003; SF RQS 00743/2003;

VOTO DE CENSURA

SF RQS 00608/2000.

COMISSÃO ESPECIAL DO ANO DA MULHER – 2004

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Aelton Freitas

Relatoria: Senadora Roseana Sarney

Titulares

Serys Slhessarenko

Roseana Sarney

Augusto Botelho

Aelton Freitas

Papaléo Paes

Patrícia Saboya Gomes

Suplentes

Fátima Cleide

Lúcia Vânia

Magno Malta

Ney Suassuna

Mozarildo Cavalcanti

GRUPO DE TRABALHO DA COMISSÃO DO ANO DA MULHER – 2004

Adriana Motta Leal Teixeira

Cláudia Gama Franco de Oliveira

Doris Marize Romariz Peixoto

Gislayne Gonzaga Machado

Leda Maria Sampaio

Luciana Studart L.A. Andrade

Maria Cristina P. de Lima

Maria Ignez Cavalcanti de Souza

Ricardo Movits

Rosa Maria Gonçalves Vasconcelos

Rosilane do Carmo Rocha

Simone Bastos Vieira

Solange Amorelli R. Pereira

Tania Mara Fusco

Como o Parlamento brasileiro recepcionou o debate sobre a questão feminina? Como orientou suas ações quando se tratava de regulamentar, por meio de proposições legislativas, as coordenadas mais gerais que afetavam a vida da mulher? Este livro procura oferecer respostas a estas questões, em momento que redimensiona e impacta a discussão sobre o lugar da mulher na sociedade brasileira.

A obra apresenta levantamento de todas as proposições relacionadas com a questão feminina que tramitaram no Parlamento Brasileiro, de 1826 a 2004. Isto inclui as que se transformaram em norma jurídica e aquelas que foram rejeitadas. O levantamento é precedido por estudo que trabalha os dados pesquisados. Com esta publicação, a Comissão do Ano Nacional da Mulher e o Arquivo do Senado Federal oferecem instrumento de pesquisa e de orientação para o aprofundamento do debate nacional sobre tema sempre polêmico.

